



Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Da expansão à recentralização / do território ao património. A
regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa
(1964-1994).

Ana Catarina Serra Nevado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos

Volume I

Orientadora:
Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Abril, 2018

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Da expansão à recentralização / do território ao património. A
regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa
(1964-1994).

Ana Catarina Serra Nevado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos

Volume I

Júri:

Doutor Ricardo Parreira de Azambuja Fonseca, Professor Associado,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Teresa Frederica Tojal de Valsassina Heitor, Professora Catedrática,
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa, Professor Associado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues, Professor Auxiliar,
Universidade de Évora, Departamento de História

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Tecnologias e Arquitetura

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Tecnologias e Arquitetura,
Orientadora

Abril, 2018

▪ Índice

VOLUME I

I.	Índice de Figuras e Tabelas	VII
II.	Lista de Abreviaturas e Siglas	XV
III.	Resumo	XIX
IV.	<i>Abstract</i>	XXI
V.	Agradecimentos	XXIII

▪ **Introdução**

1.	Âmbito da Tese	1
1.1	Designação	1
1.2	Tema / Problema	1
1.3	Balizas cronológicas	7
1.4	Hipótese(s) e linhas de investigação	9
1.5	Caso de Estudo	10
2.	Estado da Arte	15
2.1	Enquadramento conceptual	15
a.	Planeamento urbano e a gestão do património cultural (urbano)	24
b.	Como e o que valorizar?	27
c.	Regeneração urbana de áreas pós-industriais ribeirinhas	30
2.2	Bibliografia	33
2.2.1	Internacional	34
2.2.2	Nacional	35
2.3	Contributo científico	36
2.4	Definição de conceitos	37
a.	Conservação crítica	38
b.	Regeneração urbana	40
c.	Refuncionalização por via do Património	42
3.	Objetivos da Tese	52
a.	Objetivo principal	53
b.	Objetivos gerais	53
c.	Objetivos específicos	53

4. Metodologia de Investigação	54
4.1 Construção de uma Metodologia	54
4.2 Planos urbanos	59
5. Estrutura da Tese	60
5.1 Resumo dos capítulos	61
5.1.1 Capítulo 1: <i>História do Sítio</i>	61
5.1.2 Capítulo 2: <i>Planeamento e gestão urbana: da expansão à recentralização</i>	62
5.1.3 Capítulo 3: <i>Regeneração Urbana na Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa: revisão e comparação de IGT</i>	63
- Parte I: Regeneração urbana	63
- Parte II: Projetar na Contemporaneidade	
Regeneração Urbana	65
6. Informações adicionais / Anexos	66
7. Bibliografia / Referências	66
 1. <u>Capítulo 1 - O caso da Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa: História do Sítio</u>	 69
1.1 Introdução	69
1.1.1 Objetivos	69
1.1.2 Metodologia(s)	70
1.1.3 Enquadramento teórico e conceptual	70
1.2 Delimitação da área em estudo	72
1.2.1 Delimitação geográfica	72
1.2.2 Delimitação cronológica	73
1.3 Área de estudo: zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL)	74
1.3.1 Génese	74
1.3.2 Contextualização: vertente histórica e urbana	75
1.3.3 Evolução urbana	76
a. O processo de industrialização de Lisboa	77
b. Crescimento industrial	81
c. Processo de desindustrialização de Lisboa/ZROL	82
d. Relação entre indústria e território	83
1.3.4 Processo de urbanização da ZROL: edifícios e conjuntos urbanos marcantes	86
a. A “Caminho do Oriente”	89
b. Relação entre a ZROL e a APL/o porto de Lisboa	90

c. O território da ZROL	91
C1. Santa Apolónia	92
C2. Beato	94
C3. Xabregas	95
C4. Marvila	96
C5. Poço do Bispo	98
C6. Chelas	99
C7. Braço de Prata/Matinha	101
C8. Cabo Ruivo	102
C9. Bairros	103
C.10 Parque das Nações	103
1.4 A relevância do porto de Lisboa na ZROL e a sua relação com o processo de (des)industrialização e regeneração urbana na AML	104
1.5 Lisboa atual, a Oriente	109
1.6 Conclusões	111
 2. <u>Capítulo 2 - Planeamento e gestão urbana: da expansão à recentralização</u>	115
2.1 Introdução	115
2.1.1 Objetivos	117
2.1.2 Metodologia(s)	117
2.2 Património urbano no âmbito do planeamento e da gestão urbana	118
2.3 Perequação	125
2.4 IGT: da expansão ao “Regresso ao Centro da Cidade”	128
2.4.1 Evolução da cidade de Lisboa	128
2.4.2 Planeamento Urbano em Lisboa	131
a. Percurso legislativo	131
b. A figura do Plano Regional	133
c. A figura do PDM	133
d. UOP's	134
e. Planeamento estratégico	134
f. Análise de Planos Urbanos	137
- PGUEL	137
- PDUL	138
- PDRL	138
- PGUCL	140
- PEL	140
- PDML (1994)	142
- PDML (2012)	144
- PROT-AML	145

2.4.3 Instrumentos Legislativos e a Governança:	
o PDRL e o PDML	149
a. Influências internacionais	149
2.5 PDRL (1964)	149
2.5.1 Enquadramento histórico, conceptual e legal	149
a. Lei 2099 de 14 de agosto de 1959	160
b. Aprovação do Plano	162
2.5.2 Descrição do Antepiano	165
a. Antecedentes	165
- Análise social/habitação	170
- Densidade populacional	171
- Atividades económicas da Região de Lisboa	172
- Porto de Lisboa e de Setúbal	177
- Planos locais aprovados	177
- Programa	178
- Condicionamentos ao planeamento urbanístico	178
- Condicionamentos do desenvolvimento nacional no planeamento urbanístico da Região	179
b. Memória descritiva do Antepiano	180
2.5.3 A ZROL no PDRL	181
2.6 PDML (1994)	181
2.6.1 Diagnóstico / Enquadramento	181
2.6.2 Regulamento do Plano	182
2.6.3 Objetivos	184
2.6.4 Enquadramento legal e evolução jurídica do PDM	184
2.6.5 Contexto	186
a. Lisboa 94 (L94)	187
2.6.6 A ZROL no PDML	191
2.6.7 Revisão do PDML (2008-2012)	191
2.7 PDML (2012)	191
2.7.1 Visão estratégica	193
2.8 Evolução da cidade e da AML: análise da ação municipal através dos planos urbanos e IGT's / Planeamento, Gestão e Regeneração urbana municipal	195
2.9 Área Metropolitana de Lisboa (AML)	197
2.10 ZROL: confronto entre o PDRL e o PDML no âmbito da regeneração urbana em áreas pós-industriais	199
2.11 Conclusões	200

3. Capítulo 3 – Regeneração Urbana na Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa:	
<u>revisão e comparação de IGT</u>	207
3.1 Introdução	207
3.1.1 Objetivos	208
3.1.2 Metodologia(s)	208
3.2 Desenvolvimento	209
▪ PARTE I – Regeneração urbana	209
3.2.1 Enquadramento conceptual	209
3.2.2 Comparação de centros urbanos	213
a. Internacional	213
A1. Glasgow	213
A2. Helsínquia	215
b. Nacional	216
B1. Alcântara	216
B2. Bairro Alto	217
B3. Baixa Pombalina/Chiado	219
- Projeto de reconstrução (Arq.º Siza Vieira)	221
B4. ZROL	222
3.2.3 Intervenções artísticas na ZROL	223
3.2.4 Intervenções na frente ribeirinha de Lisboa	226
a. Intervenções na ZROL (fase atual)	227
A1. Plano de Pormenor do Parque Hospitalar Oriental	228
A2. Plano de Pormenor da Matinha	228
A3. Projeto “Jardins do Braço de Prata”	230
3.3 Síntese da análise das propostas de regeneração urbana em curso para a ZROL	233
3.3.1 A “devolução do oriente” e da frente de água	235
3.3.2 A ação municipal na frente ribeirinha oriental de Lisboa (1960-presente)	236
a. Programa “Viver Marvila”	240
b. SRU Oriental	241
b. Intervenção cultural: “Lisboa Capital do Nada” e a “Fábrica Braço de Prata”	241
▪ PARTE II – Proposta prospetiva	243
3.4 Proposta geral para as zonas ribeirinhas portuárias/pós-industriais	243
3.5 Proposta prospetiva para a ZROL	245
3.6 ZROL - Análise SWOT	248
3.7 Conclusões	252
3.8 Questões para atuação futura	253

4. <u>Considerações Finais</u>	255
5. <u>Referências Bibliográficas</u>	261

VOLUME II

▪ Anexos	293
A. Transcrição das entrevistas realizadas	297
A1. Eng.º António Fonseca Ferreira	299
A2. Arq.º Eduardo Campelo	309
A3. Arq. ^a Helena Roseta	341
A4. Dr. ^a Teresa Craveiro	373
A5. Professora Doutora Arquiteta Rita Ochoa	387
A6. Professor Doutor Matias Ferreira	435
A7. Professor Doutor Arquiteto Leonel Fadigas	483
A8. Arq.º José Anselmo Vaz	541
B. Listagem de publicações da candidata	585
C. <i>Curriculum Vitae</i> da candidata	595

I. ÍNDICE DE FIGURAS¹ E DE TABELAS

▪ FIGURAS

Figura 1.	<i>Frame</i> do filme “Dans la ville blanche”, da autoria de Alain Tanner (1983). O protagonista (<i>Paul</i> , um marinheiro estrangeiro) deambula pela cidade de Lisboa, especialmente em zonas ribeirinhas, registando excertos e momentos na máquina de filmar <i>Super-8</i> . Após uma estadia desregrada, acaba por regressar às suas origens, só e alheado, sem passado nem futuro que o pudesse guiar.	5
Figura 2.	Vista do edifício da fábrica “Tabaqueira” em estado de ruína, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).	7; 232
Figura 3.	Vista do empreendimento “Jardins do Braço de Prata”, em construção (1ª fase), Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).	7
Figura 4.	Vista do rio para a frente ribeirinha na zona de Belém (antigo edifício da Fábrica Central Tejo e do novo Museu MAAT), revelando edifícios icónicos. A paisagem urbana é marcada pela espetacularidade. (Fotografia gentilmente cedida pela Dr.ª Sónia Guilherme; julho 2017).	9
Figura 5.	Vista de Santa Apolónia antes da realização das obras do muro do cais. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos CDI/APL; Autoria: desconhecida; Data: desconhecida).	10
Figura 6.	Localização/delimitação do território em estudo. (Diagrama elaborado pela Autora, sobre vista aérea parcial; Fonte: <i>Google Maps</i> , 2014).	11
Figura 7.	Vista parcial de um arruamento, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro de 2014).	12
Figura 8.	Vista da ferrovia (mercadorias), Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio de 2017).	12
Figura 9.	Vista de habitações locais, marcadas por um cenário de escassez de recursos, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro de 2014).	12
Figura 10.	Vista das mesmas habitações, com algumas melhorias, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio de 2017).	12
Figura 11.	Vista aérea da encosta sudeste Philoppapou (Imagem disponível na WEB: http://www.nicholaskehagias.com/the-acropolis-pavement/).	22
Figura 12.	Pormenor do caminho adjacente a Propylaea (Imagem disponível na WEB: https://pt.pinterest.com/pin/311100286730782041/).	22
Figura 13.	Pormenor da área pavimentada proposta por Pikionis (Imagem disponível na WEB: https://pt.pinterest.com/pin/316940892503803183/).	22
Figura 14.	Vista do caminho do Subiaco – Sacro Speco, Mosteiro, Roma. (Imagens disponíveis na WEB: http://www.romeartlover.it/Subiaco3.html).	23
Figura 15.	Vista do caminho do Subiaco – Sacro Speco, Mosteiro, Roma. (Imagens disponíveis na WEB: http://www.romeartlover.it/Subiaco3.html).	23
Figura 16.	Esquematisação dos conceitos abordados. (Diagrama elaborado pela Autora; novembro de 2014).	37
Figura 17.	Diagrama estrutural da Tese. (Diagrama elaborado pela autora, com recurso ao <i>Microsoft Office – Power Point</i>).	60
Figura 18.	Vista do limite Nascente, na Av. Infante Dom Henrique/Porto de Lisboa, Santa Apolónia,	72

¹ Fotografias da Autora: provenientes do seu Arquivo pessoal e/ou recolhidas durante a elaboração da Tese, com recurso a máquinas fotográficas digitais: *HP Photosmart R507* (4.1 Megapixels); *Sony Cyber-shot DSC-S700* (7.2 Megapixels); *Sony Cyber-Shot DSC-WX80/BC* (16.2 Megapixels).

	Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	
Figura 19.	Vista do limite Norte, na Av. Marechal Gomes da Costa/junto ao Parque das Nações, Lisboa. (Fotografia da Autora, Braço de Prata; abril 2015).	72
Figura 20.	Vista do limite sudoeste, na Rua Gualdim Pais, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora, maio 2017).	73
Figura 21.	Vista do limite sul, na Av. Infante D. Henrique/Santa Apolónia (área contígua ao Terreiro do Paço, junto ao atual Terminal de Cruzeiros, Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora, maio 2017).	73
Figura 22.	<i>Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa</i> (1835). (Fonte: http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Carta-Topografica-linha-defesa-cidade-Lisboa.aspx).	75
Figura 23.	Demarcação do território corresponde à ZROL. (Diagrama elaborado pela Autora, sobre <i>Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa</i> , de 1835; junho 2014).	75
Figura 24.	Pormenor da Planta Topográfica de Lisboa, 1904-11 (Autoria: Júlio Silva Pinto). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).	77
Figura 25.	Vista aérea parcial da ZROL, na década de 1940, Poço do Bispo/Braço de Prata. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos CDI/APL).	78
Figura 26.	Vista aérea parcial da ZROL, na década de 1940, Poço do Bispo/Braço de Prata. (Imagens gentilmente cedida pelos Arquivos CDI/APL).	78
Figura 27.	Pormenor da do Levantamento e desenho do Instituto Geográfico e Cadastral (1955). Escala 1:5000. (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).	78
Figura 28.	Vista do conjunto habitacional operário (Vila operária – “Vila Flamiano”), contíguo à Rua Gualdim Pais, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).	81
Figura 29.	Vista do conjunto habitacional operário “Vila Pereira Henriques”, sito na Rua do Açúcar, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	81
Figura 30.	Vista da Azinhaga da Bruxa, junto ao Bairro Madredeus, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	85
Figura 31.	Vista da Azinhaga das Veigas, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	85
Figura 32.	Reconstituição do caminho de pé-posto na frente ribeirinha oriental de Lisboa. (Diagrama elaborado pela autora, sobre vista aérea parcial, com base na obra “Caminho do Oriente”. (Fontes: (Matos e Paulo 1999, pp 22-23) e <i>Bing Maps 2017</i> ; setembro 2017).	86
Figura 33.	Reconstituição do caminho de pé-posto na frente ribeirinha oriental de Lisboa. (Diagrama elaborado pela autora, sobre vista aérea parcial, com base na obra “Caminho do Oriente”. (Fontes: (Matos e Paulo 1999, pp 22-23) e <i>Bing Maps 2017</i> ; setembro 2017).	87
Figura 34.	Localização do edificado patrimonial (Palácios, Conventos, Igrejas e Museus inseridos em edifícios antigos/com valor patrimonial), ainda existentes na ZROL e maioritariamente localizados na frente ribeirinha. (Diagrama elaborado pela autora, sobre vista aérea parcial; Fonte: <i>Bing Maps</i> ; setembro 2017).	88
Figura 35.	Localização esquemática de algumas azinhagas de génese rural, ainda existentes na zona oriental de Lisboa (na área mais interior). (Diagrama elaborado pela autora, sobre vista aérea parcial; Fonte: <i>Bing Maps</i> ; setembro 2017).	88
Figura 36.	Planta parcial de alterações da AGPL/Cais da Matinha do projeto do Aeroporto Marítimo, 1937. (Fotografias recolhidas pela Autora, a partir de Plantas disponíveis e gentilmente facultadas para consulta pelos Arquivos do CDI/APL; julho 2014).	91
Figura 37.	Planta parcial de alterações da AGPL/Cais da Matinha do projeto do Aeroporto Marítimo, 1937. (Fotografias recolhidas pela Autora, a partir de Plantas disponíveis e gentilmente	91

	facultadas para consulta pelos Arquivos do CDI/APL; julho 2014).	
Figura 38.	Vista da construção do muro do cais de Santa Apolónia. (Fotografia gentilmente cedida pelo CDI da APL – Junqueira; Autoria: desconhecida; Data: 12 de setembro de 1938).	91
Figura 39.	Vista de uma fábrica localizada junto ao Tejo, na Matinha, com um cais privativo. (Fotografia gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL – Junqueira; Autoria: desconhecida; Data: 1943).	91
Figura 40.	Delimitação da área em estudo, por freguesias administrativas de Lisboa., na atualidade. (Diagrama elaborado pela Autora sobre a Planta do PDML de 2012; junho 2017).	92
Figura 41.	Vista do terminal de contentores ribeirinho sobre aterro, Santa Apolónia (Fotografia da Autora; abril 2015).	93
Figura 42.	Vista de um espaço de restauração na zona da Bica do Sapato, Santa Apolónia (Fotografia da Autora; abril 2009).	93
Figura 43.	Vista da estação de Santa Apolónia, Santa Apolónia, Lisboa (Fotografia da Autora; maio 2017).	94
Figura 44.	Vista de um edifício renovado com um espaço de restauração com enfoque no Fado, dirigido sobretudo a turistas, Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).	94
Figura 45.	Vista de um antigo caminho rural, Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).	94
Figura 46.	Vista da entrada do edifício da Manutenção Militar, Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2016).	94
Figura 47.	Vista do Convento de São Francisco de Xabregas, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).	95
Figura 48.	Vista de hortas urbanas, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	95
Figura 49.	Vista de antigas estruturas industriais (Fábrica V. Moreno e Hélder, Lda.), em Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).	96
Figura 50.	Vista da Vila Dias, em Xabregas. (Fotografia da Autora; maio 2017).	96
Figura 51.	Vista geral do núcleo de Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; setembro 2008).	96
Figura 52.	Vista da Rua Direita de Marvila, nas proximidades do Convento de Nossa Senhora da Conceição (atual Igreja Paroquial de Marvila), Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	96
Figura 53.	Vista da Rua de Marvila, nas proximidades do Palácio do Marquês de Abrantes, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	96
Figura 54.	Vista da construção do aterro do Cais da Doca do Poço do Bispo, na década de 1940. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL).	98
Figura 55.	Vista atual do conjunto Abel Pereira da Fonseca, Poço do Bispo/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2016).	98
Figura 56.	Vista atual do conjunto Abel Pereira da Fonseca (Autoria da fachada principal: Arq.º Norte Júnior), Poço do Bispo/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	98
Figura 57.	Vista do “Clube Oriental de Lisboa” e de espaços comerciais atuais, Poço do Bispo/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	98
Figura 58.	Vista de vestígios patrimoniais, Chelas/Olivais, Lisboa. (Fotografia da Autora; janeiro 2017).	100
Figura 59.	Vista de edifícios habitacionais na antiga Azinhaga do Baptista, em Chelas, Lisboa. (Fotografia da Autora; janeiro 2017).	100
Figura 60.	Vista de edifícios habitacionais, Chelas, Lisboa. (Fotografia da Autora; março 2016).	100
Figura 61.	Vista da Biblioteca de Marvila, construída sobre a Azinhaga dos Alfinetes, Chelas, Lisboa. (Fotografia da Autora; março 2016).	100

Figura 62.	Planta topográfica (parcial) da zona da Quinta da Matinha, Lisboa. (Escala: 1:1000; Autoria: Júlio Vieira da Silva Pinto; Data: novembro 1907). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).	101
Figura 63.	Vista aérea do lançamento de areia pela <i>Finalmarina</i> em frente à Quinta da Matinha, Matinha, Lisboa. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL; Data: 1939).	101
Figura 64.	Vista do processo de lançamento de areia em frente à Quinta da Matinha, Matinha, Lisboa. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL; Data: 1939).	101
Figura 65.	Vista de Cabo Ruivo, Lisboa.(Fotografia da Autora; abril 2015).	103
Figura 66.	Vista de Cabo Ruivo, Lisboa.(Fotografia da Autora; abril 2015).	103
Figura 67.	Vista do Bairro da Madreus, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	103
Figura 68.	Vista de edifícios habitacionais e hortas urbanas no bairro PRODAC/Vale Fundão, Chelas/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; janeiro 2017).	103
Figura 69.	Vista da linha ferroviária que separa o Parque das Nações do bairro de Moscavide, Lisboa. (Fotografia da Autora; fevereiro 2015).	104
Figura 70.	Vista do Campus de Justiça, Parque das Nações, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).	104
Figura 71.	Planta do PDRL (Autoria: MOP-DGSU/Eng.º Miguel Rezende,1965). (Fonte: Biblioteca/Centro de Documentação da CCR-LVT; Digitalização gentilmente autorizada pela entidade), com a demarcação da zona ribeirinha industrial principal em redor do Estuário do Tejo (diagrama elaborado pela Autora, sobre a Planta do PDRL de 1965; junho 2014).	115; 139
Figura 72.	Localização de principais centralidades na AML, em redor do Estuário do Tejo, com potencialidade de articulação socioeconómica, incidindo na produção industrial não poluente/do conhecimento. (Diagrama elaborado pela Autora, sobre a planta do PDRL de 1965).	130
Figura 73.	Planta do PGUEL (1948). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).	137
Figura 74.	Planta do PDUL (1959). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).	138
Figura 75.	Planta parcial/pormenor do PDRL revelando os usos funcionais do território oriental da cidade de Lisboa (Autoria: MOP-DGSU/Eng.º Miguel Rezende,1965). (Fonte: Biblioteca/Centro de Documentação da CCR-LVT).	139
Figura 76.	Planta do PGUCL (1966). (Fonte: imagem gentilmente cedida pelo GEO; disponíveis também na WEB: http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm).	140
Figura 77.	Planta do PGUCL (1977). (Fonte: imagem gentilmente cedida pelo GEO; disponíveis também na WEB: http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm).	140
Figura 78.	Planta do PEL (1992). (Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm).	141
Figura 79.	Planta do PDML (1994). (Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm).	142
Figura 80.	Planta do PDML (2012), com a definição da área de reabilitação urbana - ARU (CML 2012).	144
Figura 81.	Planta do PDML (2012), com a definição da área de reabilitação urbana - ARU (CML 2012).	144
Figura 82.	Planta do PROT-AML. (Fonte: http://www.ccdr-lvt.pt/pt/plano-regional-de-ordenamento-do-territorio-da-area-metropolitana-de-lisboa/54.htm).	145

Figura 83.	Identificação de núcleos suburbanos na Região de Lisboa. (Diagrama elaborada pela Autora sobre a Planta do PDRL, 1964; setembro 2014).	154
Figura 84.	Visão Estratégica – Lisboa 2012. (Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm).	194
Figura 85.	Representação diagramática da AML e da sua área de influência (Fonte: Portas et al., 2003).	197
Figura 86.	Vista de uma ponte com via pedonal, ciclável e rodoviária na zona ribeirinha da cidade de Glasgow. (Fotografia da Autora; julho 2011).	214
Figura 87.	Vista exterior da Galeria de Kelvingrove, na cidade de Glasgow. (Fotografia da Autora; julho 2011).	214
Figura 88.	Vista do edifício do Centro de Congressos (Autoria: Sir Norman Foster), na zona ribeirinha da cidade de Glasgow. (Fotografia da Autora; julho 2011).	214
Figura 89.	Vista do Museu <i>Riverside</i> /Museu dos Transportes (Autoria: Atelier Zaha Hadid), na zona ribeirinha da cidade de Glasgow. (Fotografias da Autora; julho 2011).	214
Figura 90.	Vista da Catedral de Helsínquia, Helsínquia. (Fotografia da Autora; maio 2013).	215
Figura 91.	Vista do bairro Arte Nova (<i>Jugend</i>), Helsínquia. (Fotografia da Autora, Helsínquia; maio 2013).	215
Figura 92.	Vista de uma zona ribeirinha renovada na cidade, Helsínquia. (Fotografia da Autora; maio 2013).	215
Figura 93.	Vista da zona ribeirinha da cidade, Helsínquia. (Fotografia da Autora; maio 2013).	215
Figura 94.	Vistas da zona urbana/ <i>Hub Arabianranta</i> , Helsínquia. (Fotografias da Autora; maio 2013).	215
Figura 95.	Vista do núcleo urbano de Alcântara e da construção da Ponte, no Largo do Calvário, Alcântara, Lisboa. (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa; Data: 1962-66).	216
Figura 96.	Vista atual do núcleo urbano de Alcântara e da Ponte 25 de abril, no Largo do Calvário, Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora, Alcântara; novembro 2011).	216
Figura 97.	Vista da fachada posterior do <i>Museu do Oriente</i> , Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora; junho 2014).	216
Figura 98.	Vista da coexistência de pré-existências (degradadas) e exemplos de regeneração urbana (habitação – Condomínio Alcântara-Rio), em Alcântara (Fotografia da Autora; novembro 2011).	216
Figura 99.	Vista atual do espaço “ <i>Lx Factory</i> ”, Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora; agosto 2016).	217
Figura 100.	Vista atual da intervenção “ <i>Village Underground Lisboa</i> ”, no Museu da Carris, Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora; agosto 2016).	217
Figura 101.	Vista de um arruamento apresentando o estado de conservação razoável do edificado e alguns sinais de degradação e vandalismo (<i>graffitis</i>) no Bairro Alto, Lisboa. (Fotografia da Autora; novembro 2011).	218
Figura 102.	Vista da instalação “ <i>A cadeira branca</i> ” na Bica, Lisboa. (Fotografia e autoria da instalação da Autora, no âmbito do curso de DATMC; novembro 2011).	218
Figura 103.	Área afetada pelo incêndio, indicando os prédios destruídos, os que arderam (coberturas e alguns pisos), e os que ficaram danificados somente nalguns pisos (Fonte: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/N25/N25_item1/P51.html).	220
Figura 104.	Vista do rio para a frente ribeirinha renovada (Terreiro do Paço/Cais das Colunas, Ribeira das Naus e Complexo da Marinha). (Fotografia gentilmente cedida pela Dr. ^a Sónia Guilherme; julho 2017).	221
Figura 105.	Vista atual dos “Armazéns do Chiado”, no Chiado, Lisboa. (Fotografia da Autora; agosto 2016).	221

Figura 106.	Vista do complexo fabril Abel Pereira da Fonseca, Poço do Bispo, Lisboa. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL; Autoria: desconhecida; Data: 1942).	222
Figura 107.	Vista atual do complexo fabril Abel Pereira da Fonseca, a partir da Doca do Poço do Bispo, Poço do Bispo, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	222
Figura 108.	Vista atual do Pátio da Quintinha (antigo Pátio Operário), Beato, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	223
Figura 109.	Vista atual do Pátio Operário “Marquês de Abrantes”, revelando indícios de reabilitação urbana, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	223
Figura 110.	Vista atual do Pátio Operário “Marquês de Abrantes” revelando indícios de reabilitação urbana, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	223
Figura 111.	Vista de um exemplo de arte urbana espontânea, com recurso à técnica do <i>stencil</i> (inspirada no artista Banksy), Beato, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	223
Figura 112.	Vista da Calçada do Grilo, Beato, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	223
Figura 113.	Vista atual de um exemplo patrimonial reabilitado na ZROL (antigo Convento de São Francisco de Xabregas, atual Teatro Ibérico – Centro Cultural Pesquisa Arte), Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	223
Figura 114.	Vista atual de um antigo palácio reabilitado e conjugado com arquitetura contemporânea, existente nas proximidades do Museu do Azulejo; Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2016).	223
Figura 115.	Vista atual de um exemplo de regeneração urbana na ZROL, no edificado (<i>Armazém 23</i>) e espaço público ribeirinho (ciclovía), Cais da Matinha, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).	224
Figura 116.	Vista atual de um exemplo de regeneração urbana na ZROL (armazéns do antigo complexo fabril <i>Abel Pereira da Fonseca</i> , contendo uma <i>Hub</i> /espaço de coworking), Poço do Bispo, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).	224
Figura 117.	Vista da entrada do novo espaço <i>Café com Calma</i> - um exemplo de reabilitação e revitalização urbana, no âmbito da inclusão de novas atividades económicas no Beato/Poço do Bispo (Rua do Açúcar), Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	225
Figura 118.	Vista de um exemplo de regeneração urbana, no âmbito do espaço público e acessibilidades na ZROL, Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	225
Figura 119.	Vista de edificado reabilitado em Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).	225
Figura 120.	Vista do Museu da Água situado no antigo edifício das Águas de Lisboa em Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).	225
Figura 121.	Vista do futuro Terminal de Cruzeiros, em construção, Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).	225
Figura 122.	Vista atual de uma das intervenções do artista VHILS, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).	226
Figura 123.	Vista atual de uma das intervenções do artista VHILS num dos muros do espaço exterior da Fábrica Braço de Prata, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).	226
Figura 124.	Vista atual da intervenção de requalificação no espaço público da Ribeira das Naus/Terreiro do Paço, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2015).	226
Figura 125.	Vista do Mercado da Ribeira e do espaço público contíguo renovados/requalificados, Cais do Sodré, Lisboa. (Fotografia da Autora; junho 2017).	226
Figura 126.	Proposta Beato/Poço do Bispo (CML 2008).	227
Figura 127.	Vista das obras do projeto “Jardins do Braço de Prata” no espaço público, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora, abril 2017).	227
Figura 128.	Proposta Beato/Poço do Bispo – projeto do novo Parque Verde (CML 2017).	228

Figura 129.	Proposta Beato/Poço do Bispo – projeto <i>Jardins Braço de Prata</i> (CML 2017).	228
Figura 130.	Plano de Pormenor proposto no âmbito da criação do novo PP do Parque Hospitalar Oriental, Chelas, Lisboa. (Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8).	228
Figura 131.	Vista geral da implantação do novo Parque Hospitalar Oriental (Fotomontagem), Chelas, Lisboa. (Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8).	228
Figura 132.	Plano de Pormenor proposto no âmbito da regeneração urbana da zona da Matinha. (Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8).	229
Figura 133.	Vista da maqueta do Plano de Pormenor da Matinha/Jardins Braço de Prata (Autoria: Arq.º Renzo Piano). (Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8).	229
Figura 134.	Vista dos antigos Gasómetros da Fábrica de Gás da Matinha, Matinha, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).	230
Figura 135.	Vista exterior da renovação de um antigo Gasómetro, Viena. (Fotografia da Autora; abril 2009).	230
Figura 136.	Vista interior da renovação de um antigo Gasómetro, Viena. (Fotografia da Autora; abril 2009).	230
Figura 137.	Vista do rio para a frente ribeirinha em renovação na zona de Braço de Prata/Matinha. (Fotografia gentilmente cedida pela Dr.ª Sónia Guilherme; julho 2017).	231
Figura 138.	Planta parcial do projeto do novo parque urbano “Jardins Braço de Prata”, Braço de Prata, Lisboa. (Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8).	231
Figura 139.	Vista real da obra em curso, na finalização da 1ª operação de loteamento “Jardins do Braço de Prata”, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora, Braço de Prata, abril 2015).	231
Figura 140.	Perfil geral do projeto do novo parque urbano “Jardins Braço de Prata, Braço de Prata, Lisboa”. (Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8).	232
Figura 141.	Vista da obra do projeto “Jardins do Braço de Prata”, em execução, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).	232
Figura 142.	Figura 142. Planta síntese das intervenções (em curso e planeadas) da CML para a ZROL.(Diagrama elaborado pela autora sobre vista aérea parcial da cidade de Lisboa; Fonte: <i>Bing Maps</i> ; outubro 2016).	233
Figura 143.	POZOR (1995). (Fonte: http://confins.revues.org/7702).	237
Figura 144.	<i>Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental</i> - Planta de acessibilidades (CML 2008).	240
Figura 145.	Centralidades e expansão urbana de Lisboa. (Diagrama elaborado pela Autora; agosto 2017).	251

▪ **TABELAS**

Tabela 1.	Evolução da legislação/normativa urbanística portuguesa (Baseado em: Rodrigues 2005, p. 7).	123- 124
Tabela 2.	Síntese sobre a análise dos planos urbanos e a evolução centro/periferia. (Diagramas elaborados pela autora, Junho 2017).	146- 148
Tabela 3.	Evolução demográfica e de densidade urbana, baseada em: (MOP 1965, p. 24; 53; 109-110).	168- 169
Tabela 4.	Número de alojamentos, segundo o número de divisões, necessário para boa instalação residencial da população atual da Região, não considerando as variáveis: - crescimento demográfico, imigração, renovação de construções e equipamento (MOP 1965, p. 45-46). Era necessário um total de cerca de 100 000 fogos à época (MOP 1965, p. 46).	170- 171
Tabela 5.	Quadro resumo do processo de urbanização evolutivo da cidade e da AML (Tabela elaborada pela autora; Setembro 2014) (Nevado 2014b/c).	203
Tabela 6.	Análise SWOT da ZROL e da AML. (Baseado em: Fidalgo 2012; CCDR-LVT/MAMAOT 2014).	248- 251

II. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A

a.C. – Antes de Cristo

AAP – Associação dos Arquitetos Portugueses

AMBELIS – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AEIU - Área Estratégica de Intervenção Urbanística

AGPL – Administração Geral do Porto de Lisboa

APL – Administração do Porto de Lisboa

Arq.^o/Arq.^a – Arquiteto/Arquiteta

AUE - Área de Uso Especial

AUGI - Áreas Urbanas de Génese Ilegal

Av. - Avenida

B

BIP/ZIP – (Programa de Parcerias de Revitalização de) Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa

C

CC - Conservação Crítica

CDI/APL - Centro de Documentação e Informação da Administração do Porto de Lisboa (Alcântara e Junqueira)

CE(a) – Comunidade Europeia

CE(b) – Código das Expropriações

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEU – Conselho Europeu de Urbanistas

CI – Conservação (Territorial) Integrada

CIMI – Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis

CIMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

CIP – Conjunto de Interesse Público

CIP – Confederação Empresarial de Portugal

CM – Câmara Municipal

CML – Câmara Municipal de Lisboa

D

DATMC – Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos (ISCTE-IUL)

DGOTDU – Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGSU – Direção-Geral dos Serviços de urbanização do Ministério das Obras Públicas

DL('s) – Decreto(s)-Lei

Dr./Dr.^a – Doutor/Doutora

E

ESBAL – Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa

EC SCT - *European Conference on Sustainable Cities & Towns*

Eng.^o/Eng.^a – Engenheiro/Engenheira

EXPO '98 – *Exposição Internacional de Lisboa* ou *Exposição Mundial de 1998* (1998)

F

FA-UL – Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade de Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FCTUC – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

FMI – Fundo Monetário Internacional

G

GEO – Gabinete de Estudos Olisipenses

GTH – Gabinete(s) Técnico(s) de Habitação(ões)

GTL – Gabinete(s) Técnico(s) Local(ais)

H

HCB – *Hub Criativo do Beato*

I

IGT – Instrumento(s) de Gestão Territorial

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISCTE-IUL – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

IST – Instituto Superior Técnico

J

JESSICA – *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas*

K

L

LBOTU – Lei de Bases de Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

M

MAAT – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia

MOP – Ministério das Obras Públicas

N

O

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

P

PCI – Plano de Conservação Integrada

PD – Plano Diretor

PDM – Plano Diretor Municipal

PDML – Plano Diretor Municipal de Lisboa (1994; 2012)

PDRL – Plano Diretor da Região de Lisboa (1964)

PDUL – Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (1959)

PEL – Plano Estratégico de Lisboa (1992)

PGUCL – Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa (1967)

PGUEL – Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (1938-1948)

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

PORL – Programa Operacional da Região de Lisboa

POZOR – Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha de Lisboa

PP – Plano(s) de Pormenor

PRAUD – Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas

PRID – Programa de Recuperação de Imóveis Degradados

PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

PRU – Parceria para a Regeneração Urbana

PSV - Planos de Salvaguarda e Valorização

PU – Plano(s) de Urbanização

PUZRO - Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental

Q

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

R

RECRUA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RU – Regeneração Urbana

S

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

T

TTT – Terceira Travessia do Tejo

U

UE – União Europeia

UOP – Unidade(s) Operativa(s) de Planeamento

UOPG - Unidade(s) Operativa(s) de Planeamento e Gestão

V

VALIS – Valorização de Lisboa

Vd. – *vide*

Vol. – Volume(s)

W

X

Y

Z

ZROL – Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa

III. RESUMO

À luz do planeamento e gestão urbanística, a presente Tese de Doutoramento problematiza a regeneração urbana através da re-funcionalização do património urbano, relacionando-a com sistemas urbanos globais. Considera como caso de estudo a zona ribeirinha oriental de Lisboa, as intervenções (públicas e privadas) e os fenómenos de *gentrification* e turistificação. Sendo amplamente reconhecida pela historiografia como um antigo e importante centro industrial ribeirinho até ao século XX em Portugal, considera-se o seu processo evolutivo e de sobreposição urbana até à contemporaneidade, destacando o panorama de declínio urbano e de emergência futura. Temporalmente é balizada entre dois momentos-chave na cidade e na AML (i.e.: a expansão urbana para a periferia e o posterior regresso ao centro da cidade, correspondentes, respetivamente, ao *Plano Diretor da Região de Lisboa* (1964) e ao *Plano Diretor Municipal de Lisboa* (1994)), paralelamente aos fenómenos de globalização e metropolização do território da capital. Considera um criterioso processo de seleção conceptual e historiográfico que, por um lado, justifica a falta de investimento global naquele território complexo, pós-industrial, semi-periférico, e, por outro lado, exige repensar a sua gestão urbanística futura considerando os desafios e oportunidades implícitos. Explora-se o conceito operativo de regeneração urbana, questionam-se filosofias de intervenção e propõem-se prospetivamente modos de gerir espaços urbanos contemporâneos, mediante perspetivas globais que englobem o passado como ativo socioeconómico e considerem os Planos Urbanos (e a sua revisão), a Cidade (i.e.: território produtivo) e a História (i.e.: passado ativo) como ferramentas para projetar na contemporaneidade, em contextos multiescalares e de parcerias transdisciplinares.

Palavras-chave: regeneração urbana, zona ribeirinha Oriental de Lisboa, PDRL, PDML, património.

IV. ABSTRACT

In the light of urban planning and management, this Doctoral Thesis problematizes urban regeneration through the re-functionalization of urban heritage, connecting it to global urban systems. It considers the eastern waterfront area of Lisbon as case study, the public/private interventions and the phenomena of gentrification and touristification. Being widely recognized by historiography as an ancient and important industrial center up to the twentieth century in Portugal, it is considered its evolutionary process and urban overlap to contemporaneity, highlighting the panorama of urban decline and future emergence. It is temporally marked between two key moments in the city and in the AML (i.e.: urban expansion to the periphery and the subsequent return to the city center, corresponding respectively to the *Master Plan of the Lisbon Region* (1964) and the *Municipal Master Plan of Lisbon* (1994)), parallel to the phenomena of globalization and metropolization of the territory of the capital. It considers a thoughtful process of conceptual and historiographic selection that justifies the lack of global investment in that complex, post-industrial, semi-peripheral territory and requires rethinking its future urban management considering the challenges and opportunities. The operative concept of urban regeneration is explored, intervention philosophies are questioned and prospective ways of managing contemporary urban spaces are proposed, through global perspectives that include the past as a socio-economic asset and consider Urban Plans (and their revision), the City (i.e.: productive territory) and History (i.e.: active past) as tools to project contemporaneously, in multiscale contexts and of transdisciplinary partnerships.

Keywords: urban regeneration, Eastern waterfront area of Lisbon, *PDRL*, *PDML*, heritage.

V. AGRADECIMENTOS

Não obstante o facto da conclusão de uma Tese de Doutoramento não ser apenas um ponto de chegada, mas também um ponto de partida para outros projetos, a elaboração deste trabalho de pesquisa contou com a contribuição de diversos profissionais e instituições ao longo de cinco anos de trabalho. Por isso, deixo aqui o meu profundo e sincero agradecimento a todos os professores, investigadores, colaboradores, colegas, amigos e família que de alguma forma me acompanharam e se cruzaram comigo neste percurso.

Agradeço, primeiramente, à Professora Doutora Paula André (ISCTE-IUL): pela orientação científica constante, sempre lúcida, instigante, rigorosa e objetiva; pela confiança no meu trabalho e capacidades; pelo constante incentivo e pelo seu percurso exemplar como Professora e Investigadora que serviu de inspiração desde a Licenciatura em Arquitetura. Agradeço igualmente as proveitosas conversas, partilha de conhecimento, indicações temáticas bibliográficas, sugestões de caminhos investigativos e os vários incentivos académicos, profissionais e pessoais ao longo desta “viagem” evolutiva.

Expresso também especial agradecimento: aos Professores Paulo Tormenta Pinto, Pedro Seco da Costa e José Manuel Henriques (ISCTE-IUL) pelos comentários, sugestões e questões colocadas nas sessões de acompanhamento, tendo impulsionado a procura por abordagens investigativas diferenciadas; às Professoras Doutoras Teresa Marat-Mendes e Mafalda Sampayo, pelas críticas, sugestões e conselhos; aos diversos Professores dos cursos de Mestrado Integrado em Arquitetura e Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneo do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, agradeço as inúmeras aulas e palestras inspiradoras desde o início do curso de Arquitetura; à Dr.^a Margarida Reis e Silva, pelo apoio, incentivo e disponibilidade; ao Arq.^o Francisco Bugalhão de Campos, pelo incentivo, cedência de material, disponibilidade e pela companhia na visita de campo (outubro 2014).

Agradeço ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL (em especial, à Alice Espada) pelo apoio constante e ao DINÂMIA'CET-IUL as oportunidades de participação em diversos seminários, *workshops* e a disponibilidade de espaços para reuniões/entrevistas.

Aos diversos entrevistados - Eng.^o António Fonseca Ferreira, Arq.^o Eduardo Campelo, Arq.^a Helena Roseta, Dr.^a Teresa Craveiro, Arq.^a Rita Ochoa, Doutor Vítor Matias Ferreira, Arq.^o Leonel Fadigas, Arq.^o José Anselmo Vaz; Moradores/Residentes/População na ZROL (Marvila/Beato) -, agradeço verdadeiramente todo o tempo e atenção dispensados, assim como pela partilha valiosa de conhecimento e pelo interesse demonstrado por esta investigação.

Deixo ainda um agradecimento às inúmeras Universidades, Institutos e demais entidades pelas oportunidades concedidas de participação em diversos Congressos, Seminários, Conferências, Colóquios e *Workshops* ao longo dos últimos quatro anos.

À Câmara Municipal de Lisboa, em particular ao Arq.º Eduardo Campelo, agradeço os esclarecimentos e a disponibilização de cartografia.

Às inúmeras Bibliotecas e Arquivos consultados e respetivos funcionários, agradeço o tempo e ajuda dispensadas, particularmente: ao Gabinete de Estudos Olisiponense; ao Centro de Informação da CCDR-LVT; ao CIUL (CML), pela disponibilização de documentação *in loco* e via digital; à Biblioteca/Arquivo do antigo Ministério das Obras Públicas (em especial, à Dr.ª Ana Paula Úcha e Dr.ª Alda Vicente); ao Centro de Documentação e Informação da Administração do Porto de Lisboa (especialmente à Dr.ª Irina Marques, Arq.º Rui Alexandre e Sr.ª D. Ana Silva), por toda a atenção dispensada, disponibilização de consulta de cartografia, documentos e cedência de fotografias; à Biblioteca da Ordem dos Arquitetos (Secção Regional Sul), em particular à Dr.ª Fátima Coelho, pela disponibilidade e indicações úteis de pesquisa/consulta.

À Dr.ª Sónia Guilherme agradeço a cedência de fotografias, a amizade e apoio ao longo deste percurso.

Finalmente, expresso também a minha gratidão pelo apoio e incentivo constantes: às classes de Esgrima - da Associação de Educação Física de Torres Vedras e da Associação Cristã da Mocidade de Coimbra -, assim como aos colegas de trabalho (EDP Valor; DGAJ; FCTUC), amigos e familiares.

A todos, o meu sincero obrigado!

▪ **INTRODUÇÃO**

1. Âmbito da Tese

1.1 Designação

Inserido no curso de Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, a presente Tese de Doutoramento subordina-se ao tema geral “Refundação de um Centro”. Intitula-se “*Da expansão à recentralização / do território ao património. A regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa (1964-1994).*” e sujeita-se à orientação científica da Professora Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto.

1.2 Tema / Problema

Esta Tese incide sobre o tema da regeneração urbana por via da refuncionalização² do património (Smith 2006; Nevado 2016, 2017) e inicia-se com a premissa de que os modelos de regeneração urbana implementados em áreas pós-industriais ribeirinhas - considerando-as como *palimpsestos* (Corboz 1983), desligados dos sistemas urbanos (i.e.: das comunidades locais, da cidade e da sua área metropolitana) em que se inserem, e distantes da participação pública no geral -, são insustentáveis, a longo prazo. Considerando que as zonas ribeirinhas são territórios privilegiados (Rufinoni 2009; Matias Ferreira 2016), os planos urbanos e a evolução do planeamento e gestão municipal são determinantes para compreender a questão da regeneração urbana na contemporaneidade, focamo-nos na inversão das políticas urbanas (regionais e municipais) de descentralização e de expansão urbana (“explosão”) para o regresso a áreas urbanas (centrais) (“implosão”) na contemporaneidade, como um resgate por via da reabilitação e da regeneração urbana (Proietti 2016).

O conceito de regeneração urbana aplicado à transformação urbana surge da desadequação e da fase de declínio³ como consequência de uma mudança radical na escala urbana, pós-industrial e com novos modos de vida (Bell 1973; Webber 1980; Camarinhas 2009; Cavaco 2009). A expansão urbana - por vezes desordenada - colocou problemas e desafios

² O conceito de refuncionalização, nesta Tese, afasta-se da definição legal de “usos do solo” patente no Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de maio, correspondente às “(...) formas de aproveitamento do solo desenvolvidas ou instaladas num determinado território”. Refuncionalização remete para os “usos do edifício” (i.e.: as atividades que são ou podem ser desenvolvidas num dado edifício) e às categorias de usos dos espaços urbanos (Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de maio).

³ O processo de declínio em áreas urbanas centrais e/ou periféricas resulta, sobretudo, de uma pobre manutenção e/ou da falta de investimento, manifestando-se genericamente por uma performance económica reduzida, habitação de baixos estratos sociais e escassez de serviços públicos (Guerra 2005).

que requerem olhares críticos sobre a fragmentação, a necessidade de melhoria da qualidade de vida urbana e a depredação de recursos (naturais).

Inserida no âmbito do planeamento e da gestão estratégicos, a regeneração urbana consiste em processos políticos públicos urbanos integrados que permitam recriar e re-situar (geográfica, cultural e conceptualmente) um território (Robert e Sykes 2000). Perante as transformações urbanas decorrentes dos fenómenos pós-industriais de globalização, metropolização e metapolização (Ascher 1998; Barata Salgueiro 1998; Appadurai 2000; Soja 2000; Camarinhas 2009; Cavaco 2009; Brandão e Brandão 2013), os processos de regeneração urbana resultam, conseqüentemente, dessa evolução urbana - particularmente do processo gradual de desindustrialização⁴ - e do estado de declínio atual de áreas urbanas não só centrais, como periféricas.

Embora o caso das zonas ribeirinhas seja particular, hoje são áreas geográficas centrais e detentoras de história cujo passado (urbano) não deverá ser ignorado (Rufinoni 2009), constituindo *património* - pelos pontos de vista territorial, urbano, físico e imaterial, integrado - e podendo inclusivamente representar uma mais-valia nas intervenções contemporâneas, desde que inseridas no sistema de planeamento e gestão urbana. Porém, é importante questionar quais os modelos e modos de atuação – sobretudo municipal – levados a cabo, quais os agentes responsáveis pela transformação territorial, o porquê da ineficácia de alguns planos e da participação pública⁵.

A questão da *centralidade* (Mourato e López Trigal 2016) é fulcral neste discurso, já que esse estatuto depende dos usos urbanos e da sua importância nas lógicas e dinâmicas da cidade. Para além disso, os processos de regeneração urbana ultrapassam muitas vezes a mera questão da reabilitação pontual do edificado, centrando-se na reestruturação territorial e na sua recomposição social e económica. As áreas periféricas ou semi-periféricas podem passar a ser consideradas áreas centrais após operações de regeneração urbana bem sucedidas. Porém, esses processos são frequentemente acompanhados de fenómenos de *gentrification*⁶ – um *outcome* por norma com conotação negativa -, no caso dos empreendimentos imobiliários a grande escala (Slater, Curran e Lees 2004; Slater 2006, 2011). De acordo com Ruth Glass, em 1964, no período pós-Guerra, o fenómeno era inevitável (Glass

⁴ Os espaços pós-industriais são, genericamente, espaços que perderam ou alteraram a sua função produtiva original dando lugar à falta de atividades ou à inclusão de atividades comerciais, de lazer, cultura e turismo. A recuperação de atividades produtivas alternativas (e.g.: iHubs) conferem características criativas, de informação e do conhecimento às cidades contemporâneas (Borja e Castells 1997; Carta 2008; Brandão e Brandão 2013).

⁵ Vd. Volume II, *Anexos – A. Transcrição das entrevistas* (pp. 297-584).

⁶ O fenómeno de *gentrification* implica, por um lado, o “emburguesamento” ou a “nobilitação” dos estratos sociais existentes, dos valores dos solos e imobiliários, e, por outro lado, a segregação e/ou a expulsão dos residentes originais (de baixos estratos sociais), face ao aumento dessas despesas. Nesse processo importa explicar de que forma o território e a espacialização se relacionam com as relações sociais. Se inicialmente ocorria em áreas centrais das cidades (e.g.: bairros/centros históricos), com características históricas e sociais, recentemente alastrou-se a áreas periféricas. O conceito alargou-se acompanhando a expansão geográfica e passando do setor imobiliário para abranger também a transformação industrial (Rodrigues 2008; Mendes 2015).

1964). Mas serão hoje inevitáveis esses fenómenos nas áreas urbanas transformadas (e.g.: ribeirinhas pós-industriais)?

O enquadramento legal atual⁷ designa a regeneração urbana enquanto processo sustentável e integrado, incorporando ainda outra valência: a do compromisso e inclusão social. Mas, paradigmaticamente, essa consequência pode ser vista como um instrumento político e governamental para transformar e melhorar as cidades contemporâneas e as suas sociedades, através de um desenho social e participado, apesar das suas implicações urbanas no âmbito da divisão, exclusão e segregação social. As operações de regeneração e de reabilitação urbanas têm frequentemente implicações na classificação de solos e da sua valorização fundiária, promovendo fenómenos colaterais. No caso específico lisboeta, para além dos fenómenos complexos e multifacetados de *gentrification*⁸ (Glass 1964; Cybriwsky 1980; Leska e Spain 1980; Hamnet 1984; Bauregard 1986; Ley 1986; Smith e Williams 1986; Smith 1987; Redfern 1997; Levine 2004; Lees, Slater e Wyly 2008, 2010) e de terciarização, na sequência do movimento de retorno às áreas centrais urbanas (i.e.: *back to the city movement*) (Smith 1979; Leska e Spain 1980; Levy e Cybriwsky 1980), tem vindo a tomar lugar a “turistificação”⁹ massiva nas áreas centrais urbanas (e.g.: Bairro Alto; Baixa/Chiado)¹⁰. Se, inicialmente, esses fenómenos ocorriam em áreas ditas “centrais” (Badcock 2001; Atkinson 2003), i.e.: “*inner city*”, hoje verificam-se também em áreas (semi) periféricas (Meligrana e Skaberksis 2006; Nevado 2017) e reportam-se a um “neo-colonialismo” (Lees, Slater e Wyly 2010). cremos que a compreensão do fenómeno de *gentrification* e a transformação integrada das zonas ribeirinhas implica a sua relação com a história, o passado urbano do sítio e as comunidades locais (Ley 1986, 2003; Levine 2004; Slater 2006, 2011; Slater, Curran e Lees 2004). O fenómeno provoca indignação e repúdio sobretudo pelo ímpeto de exclusão que promove. Se, por um lado, promove uma “nobilitação” (Mendes 2008; Rodrigues 2008), por

⁷ E.g.: LBOTU (2014).

⁸ De acordo com o *Oxford American Dictionary* (1980), “(...) *gentrification is the movement of middle class families into urban areas causing property values to increase and having [the] secondary effect of driving out poorer families*”. Consiste num processo de transição, substituindo residentes de estratos sociais inferiores por superiores (Redfern 2003). No seio do debate sobre a cidade contemporânea, esse fenómeno e conceito “caóticos” (Bauregard 1986) associam-se aos efeitos da regeneração e do (re)desenvolvimento urbanos, apelando à requalificação socioeconómica e urbanística (Smith e Williams 1986; Rodrigues 2008). Atualmente considera-se como uma consequência da cidade pós-industrial e pós-moderna (Rose 1984; Zukin 1982, 1988; Cooke 1988; Fillion 1991; Featherstone 1991). No plano nacional, o fenómeno é debatido sobretudo pela esfera académica, não tem tradução portuguesa – apesar do termo “nobilitação urbana”, i.e.: enobrecimento social (Mendes 2008) - e tem origem nas transformações sociais desencadeadas pelos “*gentrifiers*” (Rodrigues 1992, 1999, 2008, 2010).

⁹ I.e.: a progressiva substituição de residentes locais por turistas (alojamento local; e.g.: *Airbnb*); vd. Anexos – A. Transcrição das entrevistas (pp. 297-582).

¹⁰ No caso de Lisboa destacam-se exemplos de *gentrification* no Bairro Alto e no Chiado (décadas de 1980-1990) e em zonas ribeirinhas tais como Alcântara/Santos (1990-atualidade), por exemplo, com a reabilitação de *lofts* para habitação de luxo/classe alta. O fenómeno surge como consequência da regeneração urbana e da melhoria da qualidade de vida. (Vd. Anexos – Entrevistas: Arq.^a Helena Roseta (pp. 341-372): “(...) a cidade está viva e está a ser vítima do seu próprio sucesso.”, In Volume II – Anexos – Transcrição das entrevistas realizadas: A4. Dr.^a Teresa Craveiro (pp. 373-386); A6. Professor Doutor Vítor Matias Ferreira (pp. 435-482); A7. Professor Doutor Arq.^o Leonel Fadigas (pp. 483-540).

outro exclui e deprecia estratos sociais mais baixos (Mendes 2008, 2010, 2015), levando à perda de autenticidade (Ley 2003; Pinho 2007). Salientando a importância da cooperação nesse processo, visando processos de regeneração urbana abrangentes, participados e interdisciplinares, destacamos o “*place-making*” como estratégia e atuação territorial (Poggesi 2009; Palermo e Ponzini 2015).

Considerando que os monumentos não se situam somente em áreas urbanas antigas, a arquitetura “banal” ou “real” (i.e.: comum/sem aparente interesse cultural), pode ter interesse cultural em função do seu estado de conservação e usos urbanos, e o território enquanto testemunho de temporalidade(s) fulcrais na evolução urbana, exploramos nesta Tese a passagem do território ao património através da sua dimensão simbólica e identitária. Porém, a questão da *posse* constitui um dos maiores obstáculos à gestão urbana, visto que, não obstante o direito de expropriação, a atuação municipal se encontra limitada e condicionada aos terrenos e imóveis sobre os quais exerce propriedade (Campelo 2016)¹¹. Os planos urbanos consideram a questão do património mas cingem-se pela legislação em vigor¹², utilizando ainda o *zoning* (i.e.: zonamento)¹³ como ferramenta principal e evitando, a todo o custo, a expropriação de terrenos. Embora esteja definida uma ARU no PDML atual (2012), a intervenção municipal está limitada e condicionada ao tipo de utilização das propriedades. Urge uma mudança no planeamento e gestão urbana (municipal) de modo a considerar a conservação integrada de áreas urbanas, dos seus recursos e comunidades locais, assim como a sua relação com outros centros urbanos. Nesse sentido, o *plano* deverá ser tanto um processo como um “guião” ou um “roteiro”, adaptáveis ao contexto atual e a mudanças futuras¹⁴.

As questões da identidade, autenticidade, memória coletiva (urbana) e do património urbano cultural (Lopes 1997; Jokilehto 2006; Garcés 2006; Pinho 2007; Harrison 2013) e a questão da conservação urbana integrada (i.e.: *conservação crítica*) como formas de regenerar

¹¹ Questão assinalada ao longo da entrevista ao Arq.º Eduardo Campelo (CML) (pp. 309-340). Já em 1965 (aquando da elaboração do PDRL), a Câmara Municipal de Lisboa dispunha de uma política de solos, prevendo a reserva de bolsas de terreno (e.g.: para habitação camarária).

¹² Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março.

¹³ De acordo com a Ficha N.º 77 do Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de maio, o zonamento consiste numa “(...) técnica de ordenamento que [permite] delimitar áreas de solo homogêneas do ponto de vista de critérios de ordenamento pré-definidos e fixar para cada uma delas as regras de uso, ocupação e transformação.”. Os critérios que têm prevalecido na aplicação da técnica do zonamento têm sido predominantemente funcionais (i.e.: relacionados com o uso do solo), conduzindo frequentemente a uma segregação espacial dos usos. Todavia, outros critérios igualmente pertinentes podem ser utilizados no contexto da aplicação desta técnica, nomeadamente critérios de transformação do solo suportados nos regimes legais em vigor: sujeição à prévia elaboração de PMOT a um sistema de execução pré-estabelecido ou a regimes previstos na Lei dos Solos (direito de preferência; quota de habitação a custos controlados; etc.) ou uma combinação de critérios funcionais (utilização e usos dominantes) com critérios operativos (e.g.: programação do solo).

¹⁴ Vd. *Anexos – Transcrição das entrevistas realizadas*, A3. Arq.ª Helena Roseta, (pp. 341-372).

territórios em processo de declínio, adquirem importância pela sua relação intrínseca com o território e com as comunidades locais (Castello 2006; Jokilehto 2006; Lira e Pontual 2006; Rufinoni 2009). É nesse confronto entre o antigo e o novo, o passado e o presente (Lira e Pontual 2006; Veldpaus, Pereira Roders e Colenbrander 2013) que residem as dificuldades e os desafios da regeneração urbana. A identificação das populações com o ambiente e a paisagem envolventes é também um requisito para a prosperidade dos lugares, já que a identidade humana pressupõe a identidade do lugar (Norberg-Schulz 1979, p. 22; Pereira e Midões 1997). Considerando que a memória e o passado promovem ligações imateriais das comunidades ao território (**Fig. 1**), o tema abrange os conceitos (operativos) de *património* (Lowenthal 1985; Smith 2006; Harrison 2013), *regeneração urbana* (QREN 2009; Ochoa 2012; Ribeiro 2012) e *planeamento* (Henriques 1989; Fonseca Ferreira 2005)¹⁵.



Figura 1. *Frame* do filme “Dans la ville blanche”, da autoria de Alain Tanner (1983). O protagonista (*Paul*, um marinheiro estrangeiro) deambula pela cidade de Lisboa, especialmente em zonas ribeirinhas, registando excertos e momentos na máquina de filmar *Super-8*. Após uma estadia desregrada, acaba por regressar às suas origens, só e alheado, sem passado nem futuro que o pudesse guiar.

Numa “circularidade evolutiva”, a Tese ancora-se na exploração crítica de diversos conceitos operativos (i.e.: *regeneração urbana*, *património* e *planeamento*), nas suas fusões (i.e.: a mistura/hibridez de conceitos)¹⁶, focando as relações entre as questões do património, das oportunidades que representa na regeneração urbana através da re-funcionalização e através da sua inclusão nos instrumentos de planeamento urbano (e.g.: PDM) (Barreiros e Craveiro 1995).

No âmbito do entendimento das questões conceptuais e operativas como fundamento para a prática, elogiando a questão do processo, destacamos a obra de M. Tafuri. O interesse da própria teoria da arquitetura e do urbanismo é questioná-la. Nesse processo, o papel do

¹⁵ Vd. Volume II - *Anexos – Transcrição das entrevistas realizadas*, A3. Arq.^a Helena Roseta (pp. 341-372).

¹⁶ Numa visão evolutiva, cremos que a auto-reflexão é crucial pois representa o veículo que permite a própria evolução. A atribuição de um sentido ou significado a um dado território permite o seu reconhecimento pela sociedade. E esse sentido é atribuído pelas funções urbanas que contém, assim como pela diversidade (inerente à condição urbana contemporânea).

historiador é decisivo, ao dar a conhecer a(s) história(s) inerentes aos processos de urbanização, para além de evidenciar o tempo e a temporalidade, revelando o invisível. Cientes da complexidade inerente aos processos de transformação urbana, focamos o papel do historiador em revelar ou tornar visível o que o tempo tornou invisível, assim como construir leituras que partem da sua análise e interpretação. De acordo com W. Benjamin (Leite 2014), “(...) na ausência de qualquer valor ao ritual da tradição na era da reprodução mecânica, a arte seria sobretudo uma prática política” (Leite 2014). Assim, a intervenção não será reprodutível de forma a preservar a sua autenticidade e a sua “aura” – i.e.: o seu valor, cujo simbolismo é projetado no espaço-tempo - da obra de arte. Através da produção de obras de arte por via industrial, os processos de produção/consumo são alterados, ocorrendo uma passagem do valor de culto para um valor de exibição. Essa passagem conduz, conseqüentemente, à necessidade crescente da novidade, alterando os valores que refuncionalizam o papel da arte na sociedade. O objeto de arte fragmenta-se e o seu carácter único passa a ser plural e fruído no espaço e no tempo.

O desejo de criar “obras de arte” de regeneração urbana conduz à perda de unicidade, autenticidade e valor histórico (Pinho 2007; Leite 2014). Embora as intervenções arquitetónicas e urbanísticas abordem a filosofia do palimpsesto como opção válida, numa tentativa de aproximação a um “grau zero”¹⁷, a questão da história e das pré-existências não deve ser ignorada. Considerando que o passado permite e suscita processos de reflexão e de gestão de recursos, a esfera histórica deverá ser tomada em conta. Neste processo, a reflexão crítica permite um distanciamento conceptual e temporal perante a evolução dos conceitos.

A cidade de Lisboa tem vindo a experienciar o redesenvolvimento urbano da(s) sua(s) frente(s) de água – lugares de “fascínio” (Matias Ferreira 2004, 2016) - ao longo das últimas décadas, transformando zonas em declínio/abandonadas em áreas de usos mistos e com enfoque na requalificação de espaços públicos (e.g.: Belém; Alcântara; Santa Apolónia; Parque das Nações; etc.). O caso da ZROL¹⁸ não é exceção, sobretudo pela EXPO '98/Parque das

¹⁷ Em 1953, Roland Barthes apresentou a obra “Le Degré zero de l'écriture”. No âmbito da teoria da escrita, defendia que existia um espaço nulo da escrita histórica – a chamada “escrita branca” o “grau zero da escrita” -, cujo conceito se opunha ao conceito de literatura. Enquanto que a escrita no “grau zero” se assumia como uma escrita indicativa, inocente e anti-ideológica, com uma ausência total de estilo (e.g.: “O Estrangeiro”, de Albert Camus), a literatura defendia ideologias recorrendo a mecanismos estilísticos e gramaticais. Tal como na escrita, a arquitetura contemporânea que ignora o passado ou as referências pré-existentes, objetiva atingir um grau supraideal, cuja abstração se inter-relaciona com o crescente capitalismo e as suas consequências na sociedade e no espaço urbano.

¹⁸ Embora se utilize o termo “zona” para designar a área urbana em estudo (ZROL), a sua definição afasta-se do conceito de “zona” patente na Ficha N.º 76 do Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de Maio (i.e.: correspondente a “(...) cada uma das áreas homogêneas, do ponto de vista do regime de ocupação, uso e transformação, delimitadas no quadro da aplicação da técnica do zonamento.”). No contexto desta Tese e de acordo com esse Decreto, a ZROL corresponde a uma “porção de território” diversificada e heterogênea.

Nações¹⁹ e mais recentemente pelo projeto “Jardins Braço de Prata”. Esse território reporta-nos a diversos momentos – desde a sua génese, passando pela sobreposição industrial e a subsequente desafetação socioeconómica – que marcaram o território até hoje e constituem testemunhos patrimoniais distintos, permitindo “ler” ou mapear a cidade através dos vestígios e ruínas existentes. Os de carácter industrial, portuário e ribeirinho - porventura o mais recente e evidente -, são recentes e distintos das construções ditas “eruditas”. Então, como valorizá-los e justificar a sua salvaguarda? Quais são os requisitos para tal?

A escolha do tema prendeu-se com: o estado atual da ZROL - marcado pelo seu passado monofuncional e pelo cenário crescente de declínio e abandono (**Fig. 2**); a existência de elementos patrimoniais e a consequente necessidade de regeneração desse território; as intervenções previstas/em curso (**Fig. 3**); a pertinência dessa temática no âmbito do planeamento e gestão urbanística no caso de estudo perante as transformações urbanas.



2



3

Figura 2. Vista do edifício da fábrica “Tabaqueira”, em estado de ruína, na ZROL - Braço de Prata. (Fotografia da Autora, abril 2015).

Figura 3. Vista do empreendimento “Jardins do Braço de Prata”, em construção (1ª fase), na ZROL – Braço de Prata. (Fotografia da Autora, abril 2015).

Apesar das balizas temporais da Tese serem distantes entre si, demarcam a evolução do conceito de regeneração urbana e a sua relevância no contexto do planeamento e gestão urbana municipal.

1.3 Balizas cronológicas

O período de estudo é balizado pelas seguintes datas fundamentais relacionadas com a metodologia da Tese e com os conceitos operativos considerados, correspondentes a:

¹⁹ Inicialmente pensada como uma oportunidade, por um lado, de reconversão de uma antiga área industrial/logística e, por outro lado, de reequilibrar a cidade com uma nova centralidade face à zona ocidental (Belém e Alcântara) (CML/AMBELIS 1999, p. 4).

1964 – conclusão e publicação do *Plano Diretor da Região de Lisboa* (Anteplano);

1994 – conclusão e publicação do *Plano Diretor Municipal de Lisboa*;

2012 – conclusão do processo de revisão do *Plano Diretor Municipal de Lisboa* (1994).

Com vista à compreensão do contexto em que a investigação se insere e do seu argumento, consideramos ser necessário recuar e avançar no tempo, quer para contextualizar alguns elementos de referência, quer para justificar a sua pertinência e atualidade:

- i. Século XV: início do processo de urbanização da zona ribeirinha oriental de Lisboa; génese rural;
- ii. Século XVI: evolução urbana a área em estudo; fixação de estruturas religiosas, aristocráticas e indústrias manufatureiras;
- iii. Século XVII: evolução urbana da área em estudo e da atividade industrial;
- iv. Século XVIII: 1755 – Revolução Industrial;
- v. Século XIX:
 - a. instalação de unidades industriais na zona urbana em estudo;
 - b. 1834 – extinção das ordens religiosas; posterior ocupação e substituição de funções e edifícios existentes;
- vi. Século XX:
 - a. 1920 – início do processo de suburbanização da AML;
 - b. 1940 (década) – industrialização; transferência de pólos industriais (indústria pesada) localizados na zona ocidental de Lisboa (Alcântara) para a zona oriental;
 - c. 1948 – *I Congresso Nacional de Arquitetura*; conclusão do PDUL; publicação integral da Carta de Atenas na revista *Arquitetura*;
 - d. 1959 – conclusão do PGUEL; publicação da Proposta de Lei para o PDRL; adesão à EFTA;
 - e. 1960 – início do processo de revisão do PGUEL; início dos estudos para o PDRL;
 - f. 1962 – “Da Organização do Espaço” (Távora);
 - g. 1966 – construção da Ponte sobre o Tejo;
 - h. 1974 – Revolução;
 - i. 1978 – FMI;
 - j. 1981 – FMI;
 - k. 1986 – adesão à CEE;
 - l. 1992 – conclusão do PEL;

- m. 1994 – conclusão do PDML;
- n. 1998 – Exposição Internacional de Lisboa (EXPO '98).

vii. Século XXI:

- a. 2001 – início do processo de revisão do PDML (1994);
- b. 2008 – revisão do PDM de Lisboa;
- c. 2011 – FMI;
- d. 2012 – conclusão da revisão do PDML (1994) e publicação do novo PDML.

1.4 Hipótese(s) e linhas de investigação

A Tese inicia-se com a identificação de um problema, i.e., a falta de investimento e o consequente estado geral de declínio urbano da ZROL durante as últimas décadas, mas também do potencial que esse território representa no conjunto da cidade e da AML. Essa constatação levou-nos a questionar, por um lado, de que forma a regeneração urbana é levada a cabo pelo planeamento e gestão urbana municipal; por outro lado, como é considerada a questão do património (antigo e recente), em particular na ZROL e que planeamento e gestão urbana futuros/possíveis para esse território, considerando a sua relevância (urbana, cultural, patrimonial, produtiva, etc.) e o seu passado. Consideram-se também as diversas intervenções levadas a cabo nas frentes ribeirinhas do município e da AML (e.g.: MAAT – **Fig. 4**), sob uma visão de conjunto, concretizando um “colar de pérolas” com novas centralidades geradas ao longo do rio a partir de operações de regeneração, renovação e de requalificação urbana (i.e.: espaço público, reabilitação e/ou criação de edifícios âncora) (Craveiro 2016).

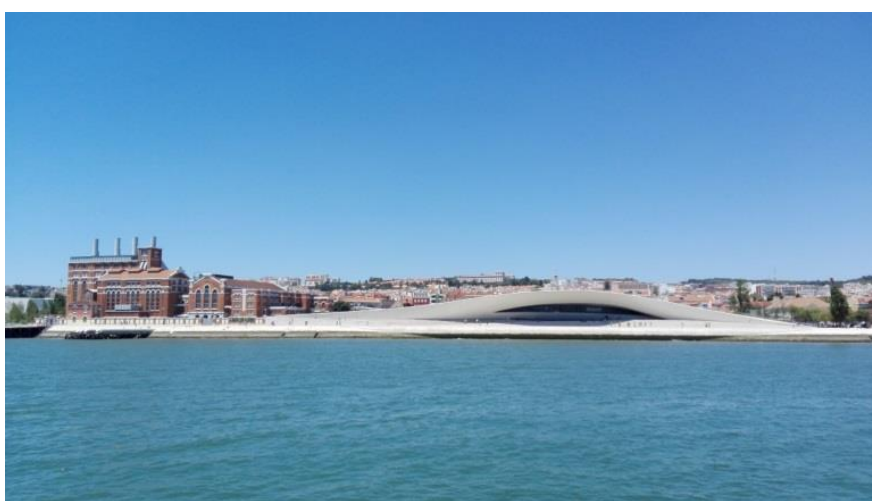


Figura 4. Vista do rio para a frente ribeirinha na zona de Belém (antigo edifício da Fábrica Central Tejo e do novo Museu MAAT), revelando edifícios icónicos. A paisagem urbana é marcada pela espetacularidade. (Fotografia gentilmente cedida pela Dr.ª Sónia Guilherme; julho 2017).

1.5 Caso de Estudo

As frentes de água e zonas portuárias ribeirinhas foram, inicialmente, lugares centrais nas cidades, pelos usos e recursos disponíveis (Castro 1997, p. 92). Porém, as atividades e infraestruturas portuárias e industriais e a posterior desafetação socioeconómica (desindustrialização) das mesmas promoveram um afastamento progressivo da cidade ao rio. Atualmente representam casos prementes sob o ponto de vista da regeneração urbana, da importância do rio para/na cidade e da necessidade da sua integração na cidade (Nevado 2014b).

O estudo de caso situa-se na ZROL, entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações, desde Santa Apolónia até Braço de Prata, englobando diversas as freguesias (vd. Capítulo 1).

A sua escolha deve-se:

- i. à premência de intervenção no âmbito da regeneração urbana;
- ii. ao facto de acumular séculos de história, contendo inúmeros casos de património – histórico, urbano, industrial –, representando um território palco de sucessivas mutações;
- iii. ao facto de representar uma área-chave para o desenvolvimento da cidade e da AML (enquanto sistema), especialmente no âmbito industrial e portuário.

A ZROL é hoje reconhecida pela historiografia como um antigo mas importante centro ribeirinho industrial (**Fig. 5**), situado na margem Norte do Tejo (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999).



Figura 5. Vista de Santa Apolónia antes da realização das obras do muro do cais.

(Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos CDI/APL; Autoria: desconhecida; Data: desconhecida).

Situada entre dois pólos urbanos de Lisboa (**Fig. 6**), i.e.: o Terreiro do Paço e o Parque das Nações –, a ZROL constitui um território complexo, pós-industrial e semi-periférico, que exige repensar o seu planeamento e gestão urbanística.



Figura 6. Localização/delimitação do território em estudo.

(Diagrama elaborado pela Autora, sobre vista aérea parcial; Fonte: *Google Maps*, 2014).

Essa área urbana, de charneira, foi palco de inúmeras transformações socioeconómicas e infraestruturais desde o século XV até à contemporaneidade (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999), revelando-se hoje maioritariamente degradada e semi-periférica face a outras áreas centrais da cidade e da área metropolitana de Lisboa (AML). Sendo uma rótula importante de articulação entre as duas margens do Tejo, as sobreposições urbanas originaram diferentes temporalidades e territórios na mesma área geográfica, conferindo-lhe complexidade e especificidades que a distinguem. O processo de industrialização, a atividade portuária e as infraestruturas rodo e ferroviárias de grande escala mantiveram o território monofuncional, reforçando hoje a regeneração urbana como solução perante a indisponibilidade financeira pública. Face ao exposto, como regenerar a ZROL hoje? Que futuro para o *passado* da ZROL?

Apesar das sucessivas transformações urbanas desde a sua génese (século XV), o importante processo de industrialização e de infra-estruturação (século XIX) e a sua desafetação económica a partir da década de 1960 terem contribuído para a situação atual de declínio, caminha para um centro urbano emergente, onde a regeneração urbana representa oportunidades de (re)inventar a cidade e as relações com a sua área metropolitana (Nevado

2014b). As sucessivas mutações urbanas desde a sua génese rural (no século XV) até à atualidade e a importante sobreposição do processo de expansão industrial e de infraestruturização (Porto e ferrovia) afirmado no século XIX, construíram paisagens urbanas complexas, heterogêneas e maioritariamente marcadas pela precariedade (**Figs. 7-10**).



7



8

Figura 7. Vista parcial de um arruamento, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro de 2014).

Figura 8. Vista da ferrovia (mercadorias), Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio de 2017).



9



10

Figura 9. Vista de habitações locais, marcadas por um cenário de escassez de recursos, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro de 2014).

Figura 10. Vista das mesmas habitações, com algumas melhorias, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio de 2017).

Consideramos que “A frente ribeirinha do município de Lisboa não se restringe à faixa marginal sob jurisdição portuária mas sim ao território assinalado no [Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML)] (...)” (CML 2012, p. 1) e às suas áreas urbanas contíguas (**Fig. 6**). Partimos ainda do princípio de que embora a “devolução da frente ribeirinha” (Matias Ferreira 1997) à população seja essencial e conduza ao futuro (re)desenvolvimento da cidade (i.e.: nos

próximos dez anos)²⁰, as atividades portuárias e industriais são passíveis de coexistirem e de serem incluídas na cidade e de serem consideradas *património* (Anselmo Vaz 2016; Campelo 2016; Craveiro 2016; Matias Ferreira 2016; Ochoa 2016).

O processo de desindustrialização e a transferência da indústria para a margem sul do Tejo a partir da década de 1960, paralelamente aos efeitos da globalização, metropolização e suburbanização²¹ da região de Lisboa, fomentaram a perda de importância do antigo pólo industrial oriental na cidade, apresentando-se na contemporaneidade como um enclave urbano expectante, semi-periférico e em declínio, com inúmeras estruturas pré-existentes obsoletas. Com a expansão e valorização da zona limítrofe oriental após o megaevento internacional *Expo '98* e a operação de regeneração urbana Parque das Nações, o estudo de caso reaproximou-se da cidade, caminhando para uma área menos periférica. A análise dos consequentes efeitos decorrentes da evolução da zona urbana, da alteração do seu domínio socioeconómico, da falta de investimento em regeneração urbana, justifica o recuo histórico e o interesse do estudo do conjunto na atualidade, fundamentando uma intervenção futura no contexto da regeneração urbana.

A ZROL – i.e.: o território nos arrabaldes de Lisboa correspondente ao Vale de Chelas, a área envolvente da linha do caminho-de-ferro até ao limite do rio Tejo -, atravessou diversos estágios e representa um dos testemunhos urbano, industrial e patrimonial mais relevantes na cidade. A partir de meados do século XVIII iniciou-se um processo de refuncionalização, atribuindo uma paisagem marcadamente fabril àquela área e construindo uma memória industrial, revelando o passado histórico e urbano. Atualmente constitui um território complexo, pós-industrial e semi-periférico, que exige repensar a sua gestão urbanística. O caso pós-industrial em estudo caracteriza-se pelas sucessivas transformações urbanas decorrentes do processo de industrialização e de infra-estruturação, no séc. XIX. A partir da década de 1960, este centro industrial ribeirinho perde importância, aquando da sua desafetação socioeconómica, paralelamente aos impactos da globalização e metropolização da área de Lisboa, apresentando-se na contemporaneidade como um tecido urbano complexo e sem a devida articulação com a cidade e com a área metropolitana. Caminha, no entanto, para um centro urbano emergente, revelando oportunidades de intervenção e de relação com outros centros da cidade e da área metropolitana de Lisboa, onde a regeneração urbana desempenha

²⁰ Embora a ideia de devolução da frente de água seja recente, tendo sido introduzida pelo PEL (1992) e pelo PDML (1994), atualmente constitui um dos dez objetivos patentes no regulamento do PDML (CML 2012, p. 7; Nevado 2014b) e também um tipo de política territorial estratégica, comum aos municípios em redor do estuário do Tejo. Por “devolução” compreende-se, nesta Tese, a oportunidade de refuncionalizar as margens do rio, contrariando o peso da ocupação e a monofuncionalidade característica das atividades portuárias, integrando-as na vivência urbana e das populações.

²¹ O processo de suburbanização relaciona-se com o desenvolvimento urbano de áreas suburbanas em redor das grandes cidades e áreas metropolitanas, originado pelo crescimento demográfico, pela reestruturação interna e/ou expansão das cidades. Relaciona-se com o conceito de *urban sprawl* (i.e.: expansão urbana).

um papel crucial na (re)criação de centralidades, identidade e evitando fenómenos de *gentrification*. Apesar da mega operação de regeneração urbana sob o pretexto de concretizar o evento internacional EXPO '98 (atualmente Parque das Nações), a área em estudo carece de uma intervenção global que a (re)centralize na cidade de Lisboa e promova ligações com áreas urbanas contíguas, destacando-se a ação municipal e a articulação com a APL nesse processo.

Apesar das zonas e frentes ribeirinhas conterem características morfológicas, urbanas e produtivas específicas, em boa parte pela componente aquática, pertencem à cidade contemporânea. Como tal, e, embora sejam distintas dos ditos “centros históricos” urbanos - maioritariamente localizados em áreas centrais das cidades -, são também passíveis de serem consideradas como conjuntos de interesse público (i.e.: *monumentos nacionais*²²) e de “património cultural” de carácter histórico, industrial e urbano²³.

Sendo determinadas pelas relações estabelecidas entre *água* e *terra*, as zonas ribeirinhas destacam-se do resto da cidade pela sua versatilidade e propensão à transformação urbana e de aproveitamento de recursos. Para além disso, constituem testemunhos vivos do passado e da sobreposição de temporalidades (e.g.: ZROL).

No âmbito do universo do património cultural e urbano, a classificação industrial²⁴ - englobando sítios, conjuntos e edifícios industriais - assume especial importância pelas suas características morfológicas e pelo legado histórico e cultural que encerram (Rufinoni 2009). O caso da ZROL é particular pelo facto de conter não só património da era industrial, como constituir, no seu todo e pela sua paisagem urbana, um conjunto de interesse cultural, histórico, pós-industrial, ribeirinho, urbano e portuário na cidade e na AML. A sua “atmosfera” (Norberg-Schulz 1979, p. 8) e ruínas conferem-lhe características únicas, assim como uma identidade, um simbolismo e significado.

A ZROL é um lugar que testemunhou diversos marcos históricos e transformações urbanas. Especificamente nesse território, importa, desde logo, considerar as transformações na área sob jurisdição da Administração do Porto de Lisboa (APL) e a sua diminuição de importância/protagonismo no contexto da cidade, da área metropolitana e da atividade portuária na economia do país²⁵. Consideramos que o estado de degradação que a ZROL atualmente apresenta se deve, inevitavelmente, à falta de investimento – financeiro, de planeamento e gestão urbanística - e articulação com outros centros urbanos ao longo de

²² Vd. alínea 3) do Artigo 15.º - *Categorias de Bens*, da Lei 107/2001, de 08 de setembro – “Lei de Bases do Património Cultural”.

²³ Vd. Lei 107/2001, de 08 de setembro – “Lei de Bases do Património Cultural”.

²⁴ Vd. Lei 107/2001, de 08 de setembro – “Lei de Bases do Património Cultural”.

²⁵ Esta temática suscita várias questões, tais como: Como manter a atividade restante e as infraestruturas necessárias coexistindo na cidade contemporânea? Haverá interesse da parte da autarquia em acelerar o processo de degradação física daquele território, de forma a evitar demolições premeditadas e revalorizar o solo? Que soluções para a regeneração urbana da ZROL?

décadas. Pelas razões adiante expostas, conclui-se que os planos urbanos deverão constituir contributos de resposta racional e eficiente às necessidades de (re)desenvolvimento urbano, com enfoque na regeneração urbana, permitindo um uso sustentável do território. Nesse sentido, destacamos a conservação crítica – i.e.: a *Conservação Integrada* (Castello 2006) - enquanto possível solução para o planeamento e gestão urbanística atuais. Contraditoriamente, o PDML não privilegia a regeneração urbana da ZROL, continuando a proclamar a construção nova, potenciando fenómenos de *gentrification* (Rodrigues 1992, 2008; Lee, Slater e Wyly 2008, 2010).

Considerando que a ZROL foi determinante para a evolução da AML, desde a sua génese (final da década de 1950) até às tendências de recentralização/regresso ao centro (década de 1990), a Tese centra-se em dois momentos específicos na história da arquitetura e do urbanismo, na cidade e na AML. Esses marcos correspondem à expansão para a periferia e a posterior recentralização -, correspondendo, respetivamente, ao *Plano Diretor da Região de Lisboa* (1964) e ao *Plano Diretor Municipal de Lisboa* (1994), e insere-se numa contextualização mais lata sobre a evolução do conceito de regeneração urbana no território abrangido pelos planos urbanos em estudo. Cronologicamente, a Tese parte do momento de adesão de Portugal à EFTA, o início do II Plano de Fomento, dos processos de globalização e de suburbanização, em 1959, até ao início do processo de revisão do PDML e ao evento *Expo '98*, em 1998. Todavia, elabora-se um recuo até ao século XV - com vista a um enquadramento mais global e a fim de compreender a génese do processo de ocupação urbana da ZROL -, e um avanço até à publicação do novo PDML (2012), situando e justificando a Tese na contemporaneidade.

2. Estado da Arte

2.1 Enquadramento conceptual

A partir da segunda metade do século XIX, assistiu-se ao rápido desenvolvimento económico e urbano. As cidades adquiriram um lugar central nas políticas culturais, económicas, ambientais e sociais, marcando a era atual com uma dimensão *urbana* (Soja 1989, 2000; Veldpaus 2015). A regeneração urbana - enquanto conceito e necessidade -, surgiu em meados do século XX, no rescaldo do pós-guerra (II Guerra Mundial), inserindo-se no contexto do debate que vinha sendo levado a cabo desde os finais do século XVIII sobre a conservação e restauro do património, no âmbito da reabilitação urbana. As profundas transformações introduzidas pela Revolução Industrial, prolongadas durante o século XIX, no âmbito social, político, económico, cultural e tecnológico, solicitavam novas formas de organização da economia e da sociedade, exigindo respostas por parte da arquitetura e do urbanismo, com vista a uma adequação a esse mundo novo. As décadas subsequentes à II Guerra Mundial – anos 1950-60 -, despoletaram um espírito de renovação e de *boom* construtivo por toda a Europa e, em particular, em Portugal, exigindo respostas por parte das

políticas urbanas que se adequassem à nova realidade que emergia, ou seja, a evolução das periferias da cidade (Cavaco 2009). As políticas de regeneração urbana têm desempenhado um papel fulcral nas últimas décadas, incidindo na cidade consolidada e na sua obrigatória valorização patrimonial, como a revitalização de centros históricos e áreas periféricas. O reforço da tendência de patrimonialização, da identidade e dos setores económicos em expansão do turismo e da cultura sustentam as teses e a necessidade da regeneração urbana. A partir de meados da década de 1970 e sobretudo ao longo da década de 1980, as cidades sofreram transformações económicas e políticas, indiciando uma nova era, global e emergente, que marcou a urgência de reconstruir e renovar centros urbanos (Sassen 1991, 2014; Veldpaus 2015). Essa evolução levou ao aparecimento e à consolidação de um planeamento e gestão mais complexos e de carácter estratégico, considerando que a condição urbana é compreendida como processo histórico, dinâmico e multiescalar (Veldpaus 2015). Constatou-se que a presença da cultura e de património relevante contribuíam para o crescimento da atratividade de áreas urbanas, exponenciando também oportunidades de interação social, económica e cultural, propiciando a estimulação do crescimento dito *sustentável* (Costa 2000; Veldpaus 2015). Consequentemente, esse processo desencadeou pressões de (re)desenvolvimento e necessidades de transformação urbana, em particular nas áreas com uma escala maior de valor cultural (Veldpaus 2015). Mas a gestão do património no contexto urbano foca-se, sobretudo, na conservação de elementos do passado para gerações futuras (Veldpaus et al. 2013; Veldpaus 2015). Ao longo da segunda metade do século XX, assistiu-se à passagem da conservação de objetos patrimoniais, para a conservação de tecidos históricos urbanos (i.e.: partes de cidades e/ou paisagens) e, finalmente, para a gestão de recursos de áreas urbanas (Veldpaus 2015). O foco agora reside nos processos que criam os sítios, gerando uma abordagem paisagística e de gestão ambiental, integrada na gestão urbana e do património com enquadramentos socioeconómicos latos (Veldpaus 2015). A conservação urbana (Jokilehto 1999; Castello 2006; Veldpaus 2015) e o restauro urbano (Rufinoni 2012) são prioritários, conjugando o novo e o antigo (Lira e Pontual 2006) e salvaguardando as questões da identidade e autenticidade (Pereira e Midões 1997; Jokilehto 2006; Garcés 2006; Pinho 2007).

No âmbito de teorias económicas, políticas públicas, planeamento e gestão urbanística, a regeneração urbana de áreas pós-industriais é uma questão vasta e complexa (Fonseca Ferreira 2005). O planeamento – sobretudo instrumentos como os Planos urbanos Diretores Municipais – ditam importantes normativas e regulamentos sobre a transformação do território (Correia 2002). Porém, essas rígidas diretrizes impõem usos diferenciados ao território, invocando a sua monofuncionalidade²⁶, restringindo-o e segregando-o face a outras áreas urbanas, para além de imporem índices de construção nova em solo urbano em detrimento da sua reutilização, regeneração ou aproveitamento para bolsas naturais. O modelo restritivo

²⁶ Vd. Volume II - Anexos – A. *Transcrição das entrevistas realizadas*, A4. Dr.^a Teresa Craveiro (pp. 373-386); A8. Arq.^o José Anselmo Vaz (pp. 541-582).

inerente e as teorias de ordenamento do território exercem consequências práticas sobre o mesmo (Bingre do Amaral 2002). Em plena era global (Sassen 1991), de consumismo e de cultura de massas (Choay 2011), os fatores locais distinguem-se pela diversidade, representando oportunidades de intervenção para regenerar áreas urbanas em declínio (Fonseca Ferreira 2005). Porém, a reabilitação do edificado e a refuncionalização não são suficientes, carecendo de um suporte conceptual e histórico de modo a rentabilizar o território como *ativo* (Terán 2009) e *produtivo* (Nevado 2015). A recessão económica que Portugal e a Europa atravessam desde 2008 e a *Nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de ordenamento do território e de urbanismo*²⁷ (LBOTU 2014) salientam a importância da regeneração urbana enquanto atuação prioritária (Guerra et al. 2005), sendo uma oportunidade para investigar as oportunidades e desafios impostos nos âmbitos económicos, político, de ordenamento do território e redireccionando olhares para a rentabilização de recursos (económico-financeiros, físicos, humanos), tendo em conta a realidade demográfica e produtiva do território (Bingre do Amaral 2011).

As áreas ribeirinhas pós-industriais e portuárias são áreas de grande valor e interesse histórico, quer pela sua influência no desenvolvimento urbano, físico e económico, quer pelo facto de constituírem testemunhos vivos desses processos evolutivos (Rufinoni 2014). Na presente investigação, a História constitui o fundamento para a intervenção no âmbito da regeneração urbana e considera-se como meio para contrariar/evitar os efeitos perversos associados ao fenómeno de *gentrification*, uma vez que os *gentrifiers* podem ter a possibilidade de se relacionar e aproximar dos lugares através do elo histórico ao lugar. Analisando a questão do planeamento urbano sob o ponto de vista histórico, constatamos relações entre a História e o planeamento científico (i.e.: modos de projetar) e socioeconómico (e.g.: ciclos históricos, de evolução e declínio urbano; regeneração urbana). O passado histórico afigura-se também essencial no que diz respeito à preservação histórica, patrimonial e cultural dos lugares e das comunidades, por via da regeneração urbana (e.g.: renovação, requalificação urbana; restauro e conservação do edificado)²⁸. Considerando que o âmbito da regeneração urbana é muito vasto, a História contribui para delimitar temporal e fisicamente a intervenção, prevendo impactos, revestindo as intervenções e os lugares de significado e simbolismo, e criando relações entre a população, o território e a intervenção.

Para abordar esta problemática e partindo do princípio de que não existem modelos *standard* para atuação projetual/urbanística, selecionamos o caso da ZROL pelo seu vasto e

²⁷ A LBOTU (2014) insere-se na reforma legislativa estruturante considerando a revisão de diversos diplomas legais que regulam o ordenamento e planeamento do território, o urbanismo e a edificação, o cadastro e a cartografia. Apresentando novas perspetivas políticas e um conjunto de inovações com vista à mudança e coesão do desenvolvimento territorial, prevê a articulação com os sistemas territorial, administrativo, económico, tributário e social, reformulando práticas mais transparentes e justas (Bingre do Amaral 2011, p. 5).

²⁸ Apesar das políticas de conservação e preservação nacionais e internacionais do património, cremos ser fundamental considerar também as suas limitações e efeitos perversos, tais como a “turistificação” e os demais efeitos decorrentes a partir, por exemplo, da implementação da Lei Malraux em França, a partir de 4 de agosto de 1962 (Tomas 2004).

importante legado (histórico, urbano e portuário). As sucessivas mutações urbanas desde a sua génese rural (no século XV) e as sobreposições resultantes dos processos de expansão industrial e de infraestruturação (porto e ferrovia) afirmado no século XIX, construíram paisagens urbanas complexas e heterogéneas (Nevado 2014a,b,c). Porém, o processo de desindustrialização e a transferência da indústria para a margem sul do Tejo a partir da década de 1960, paralelamente aos efeitos da globalização, metropolização e suburbanização da região de Lisboa, fomentaram a perda de importância do antigo pólo industrial oriental na cidade, apresentando-se na contemporaneidade como um enclave urbano expectante, periférico e em declínio, com inúmeras estruturas pré-existentes obsoletas (Nevado 2014a,b,c). Com a expansão e valorização da zona limítrofe oriental após o mega evento internacional *Expo '98* e a operação de regeneração urbana Parque das Nações, o estudo de caso reaproximou-se da cidade, evoluindo para uma área menos periférica (Nevado 2014a,b,c). A análise dos consequentes efeitos decorrentes da evolução da zona urbana, da alteração do seu domínio socioeconómico e da falta de investimento em regeneração urbana, justifica o recuo histórico e o interesse do estudo do conjunto na atualidade, fundamentando uma intervenção futura suportada na refuncionalização (André e Nevado 2016). Sendo um território atualmente em estado de declínio urbano, esta Tese argumenta sobre a capacidade do passado fomentar a regeneração urbana da ZROL, considerando:

- i. A sua inserção em mecanismos de ordenamento, planeamento e gestão urbanística;
- ii. A utilização das pré-existências e de elementos patrimoniais em particular, privilegiando a re-funcionalização e providenciando a gestão de recursos a médio e longo prazo;
- iii. A salvaguarda de especificidades e características locais enquanto mais-valias num contexto globalizado;
- iv. A sua localização estratégica e importância para o re-desenvolvimento da cidade e da área metropolitana de Lisboa (AML);
- v. Os princípios do planeamento, gestão estratégica e da *Conservação Integrada* (Castello 2006).

O caso de estudo coloca questões relativas à regeneração urbana, aos modos de intervir e aos consequentes fenómenos de *gentrification*, tendo em consideração o contexto contemporâneo, relacionando-a com as políticas urbanas, o processo de desindustrialização e a gestão do Porto de Lisboa, a partir da década de 1960. Inseridas num âmbito global e metropolitano, as políticas urbanas refletem uma inflexão da escala de intervenção (do particular para o geral), também devido à escassez de recursos financeiros, adoptando uma postura “glocalizante” (Salgueiro 2001). As frentes de água (como o evento *Expo 98/Parque das Nações* ou *Barcelona 22@*) são alvo de intervenções “iconizadas”, sistematicamente através de obras de grande escala e investimento à base do *star-system*, quebrando os

modelos clássicos de intervenção urbana (Ocha 2016). Perante a cidade construída, segue-se uma nova etapa no pensamento urbanístico, concentrando esforços na reabilitação urbana – quer melhorando no quadro de vida das populações, quer incidindo no redesenho do espaço público -, promovendo uma regeneração (mais ou menos) profunda, influenciadas por tendências de gestão competitiva ou de sustentabilidade, de gestão do território.

O final do século XX reporta-nos ao encerramento do urbanismo dito científico, disciplinar, tendo em consideração a fragmentação do espaço e do planeamento municipal, as políticas de descentralização e a transferência do desenho/projeto urbano para a iniciativa privada dada a escassez de financiamento, é adoptado um modelo democrático de transformação territorial. Deste modo, o novo ciclo do pós-urbanismo refere-se a uma nova etapa/momento da cidade: a metápole (Ascher 1998; Camarinhas 2009)²⁹ e o seu carácter urbano difuso e fragmentário, exigindo respostas alternativas de planeamento e, sobretudo, de gestão. Mediante os efeitos da descentralização e realocização industrial, o aumento da mobilidade, as mutações sociais e societais, e a terciarização da economia, a segregação social do centro da cidade, o território ultrapassa a dicotomia *centro/periferia*, considerando agora o subúrbio como uma extensão da cidade (Albuquerque 2007; André 2012; Farias 2012).

O estudo dessa problemática (i.e.: da cidade na perspetiva contemporânea) tem sido levado a cabo por diversos autores³⁰. Sendo difusa, plural e democrática, não permite uma teoria normativa, dificultando o estabelecimento de uma relação entre a forma da cidade e a sua organização política, e o seu *modus operandi*. O contexto atual de crise (a diversos níveis) resulta do desajuste de políticas – feitas de avanços e recuos sistemáticos, sem uma estratégia clara, delineada - e da sua implementação prática desadequada, tal como Portas (2006) refere. A condição urbana emergente tem sido analisada e designada por vários autores, procurando compreender a realidade e diagnosticar modelos de ordenamento da cidade, quer no presente, quer no futuro. Tais são os casos da *cidade difusa* (Indovina 1990), *cidade genérica* (Koolhaas 2007), *cidade global* (Sassen 2014), *metapolis* (Ascher 1998), *cidade de bites* (Mitchell 2000a), *cidade em rede* (Dematteis 1998) ou *Zwischenstadt* (Sieverts 1997, 2004), *novo urbanismo*

²⁹ O fenómeno de metropolização de Lisboa, iniciado nos anos 1960, com a sua progressão para uma “metapolização”, cujo carácter fragmentário e indefinido questionam as políticas de planeamento do território centradas sobre a noção de cidade e de metrópole (Camarinhas 2009; Cavaco 2009; Asher 2010).²⁹ Fundamentando-se nos planos urbanos e/ou diretores municipais de Lisboa, comprova a desestruturação e indefinição dos seus limites, revelando, aliás, o resultado de um planeamento regional da AML, e os conflitos entre gestão, território e poder político, cada vez mais evidentes. A crescente importância dos espaços virtuais em detrimento dos espaços públicos (físicos), dificulta a relação entre o usufruto e a gestão dos mesmos. Segundo uma “tradição experimentalista”, a autora demonstra a evolução do processo de planeamento de Lisboa, como respostas aos modos de ocupação do território e acompanhando o pensamento social e a sua relação com o território e a cidade, assim como a transferência do poder centralizado para a administração local, (Decreto-Lei 2 de setembro de 1901), influenciando o planeamento da cidade.

³⁰ Por exemplo, em 2006 é publicada a obra de referência para o conhecimento da problemática da cidade, *Cidade e Democracia*, coordenada por Álvaro Domingues, com o intuito de analisar as tendências, morfologias e transformações registadas nos últimos 30 anos de atividade urbanística e de planeamento no âmbito nacional, aproximando a situação contemporânea do desenvolvimento urbano (Domingues 2006).

(Ascher 2010), *cidade-território* (Viganò 2006; Cavaco 2009; André 2012).³¹ Face à pluralidade de análises, questionam-se os referenciais (desatualizados) da cidade antiga, compacta e definida (Sieverts 1997; Cavaco 2009). A mudança de paradigma e, porquanto, de escala (André 2012), reflete a passagem da cidade à escala urbana e metropolitana (Choay 2011), que, com a introdução da velocidade, provoca assimetrias no território. Perante a existência de uma “nova ordem urbana” (Ascher 2010), com a chegada das grandes redes técnicas (transportes e telecomunicações) e das mega-estruturas, questiona o espaço da tradição *versus* modernidade.

A “cidade-território” (André 2012; André, Marat-Mendes e Rodrigues 2012), a “cidade das cidades” (André 2012) e o problema da construção do espaço da cidade, têm sido debatidas por vários autores desde a década de 1960, (Gregotti 1965; Rossi 1966; Portas 1969), questionando a leitura e o modo de intervir/fazer cidade, de forma a lidar com os problemas e desafios que a cidade expansiva coloca, não havendo, contudo, respostas satisfatórias. Em 1960, Kevin Lynch desenvolve uma metodologia própria e demonstra-a através da teoria de que “a forma visual da cidade era um problema de *design*”. Portas afirmava a ideia da *re-fundação* de uma *arquitetura urbana*, desafiando os métodos e conceitos, e níveis de desenho que cabem à dimensão territorial da cidade emergente, no texto *O Território da Arquitetura*. Em 1969, reconhece as alterações promovidas durante os últimos séculos na cidade, sobretudo no século XX, detetando novas escalas de atuação e parceiros de projeto (Portas 1969, p. 87-88).

Perante a condição e contexto contemporâneos, torna-se necessário questionar a noção de *planeamento* na atualidade. Que *planeamento* e como realizá-lo? Resultando, por um lado, por influências e decisões políticas, e, por outro lado, da ação e lógicas da governança/governação, o planeamento não se limita à regulação do uso do solo nem à mera execução de planos urbanos de maior ou menor escala. Engloba uma vertente prática (e.g.: SRU) e/ou empírica que influencia, positivamente, todo o processo contribuindo para a gestão urbanística e redensolvimento territorial. A constituição e gestão da AML conduz-nos à reflexão sobre o planeamento regional enquanto processo - estratégico e dialogante (Henriques 1989; Fonseca Ferreira 2005).

Oficialmente definido em 1991 (Fonseca 1990), o território da AML³² tem sido estudado nos últimos anos, dado o crescente interesse pelas suas dinâmicas de desenvolvimento,

³¹ De acordo com Cavaco (2009), para além destas perspetivas de futuro alguns autores como M. Webber (1968) e F. Choay (1992) proclamam a dissolução e a morte da cidade (Cavaco 2009). C. Jencks (1979) revela a morte da arquitetura moderna, com o pós-modernismo (Cavaco 2009). Mas D. Mangin e P. Panerai aceitam os dois tipos concorrentes de cidade de hoje, conjugando o antigo com o novo (Cavaco 2009).

³² O *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa* (2003), contribui para o conhecimento multidisciplinar – segundo os domínios da arquitetura, geografia, economia, antropologia, história, cartografia e estatística - da AML, a maior conurbação de Portugal. A obra elabora uma abordagem morfológica centrada na arquitetura do território e do espaço urbano construído, atendendo ao fenómeno da metropolização e do processo de suburbanização,

analisando e sistematizando as regras, os modelos e os diversos padrões de ocupação (fragmentários e descontínuos) que culminam na heterogeneidade das formas suburbanas da cidade contemporânea. A obra *Lisboa: A metrópole e o rio* (Matias Ferreira et al. 1997) reúne diversos estudos elaborados acerca da evolução, problemas e desafios colocados na AML, analisando casos de estudo localizados em zonas ribeirinhas. Posteriormente, em 2005, a obra *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões* (Fonseca Ferreira 2005)³³, reflete e tece considerações sobre o planeamento urbano de Lisboa, procurando o sucesso das intervenções. Refletindo e tecendo considerações sobre as questões da organização do território em Portugal. Relacionando-o com a atividade fundamental do Estado e as suas políticas de administração e intervenção, elabora uma historiografia do planeamento, ocupação e gestão urbanística no caso português, desenvolvidas em torno do desenvolvimento e da competitividade nacionais. Tendo como alvo estratégico a cidade de Lisboa e a sua área metropolitana, revela a evolução da legislação e dos IGT, das estruturas administrativas e das políticas urbanísticas desde meados do século XX, comparando-a com as influências europeias.

Face a um crescente contexto de incerteza e de risco na cidade contemporânea (Ascher 1998, 2010; CCR-LVT e Fonseca Ferreira 1999; Fonseca Ferreira 2005; Nevado 2014a/b), o debate sobre a regeneração urbana tem vindo a ser rapidamente desenvolvido e transformado, falando-se hoje em conceitos como *resiliência*³⁴ (Fortuna 2016; Romero-Lankao et al. 2016) e entropia³⁵ em lógicas de transição e como, por exemplo, depender menos de determinados recursos. As exigências dos espaços públicos são cada vez maiores e definidas (e.g: regulamentos sobre acessibilidades) e, perante tantas e tamanhas transformações, importa refletir e questionar sobre o que está a mudar e o que tem de mudar no sistema de

transformando a paisagem das cidades, assim como as suas dimensões sociais, culturais e económicas (Tenedório 2003).

³³ No prefácio, J. Sampaio (2005) evidencia a necessidade de um planeamento “participado” do espaço urbano enquanto “manifestação de racionalidade, essencial a uma democracia moderna e solidária.” A “inultrapassável exigência” de «planeamento estratégico» terá de se alicerçar numa metodologia de interação política, social e cultural, passando dos “velhos planos” para “o planeamento como processo”. A problemática de gestão estratégica de cidades e regiões surge no contexto de consolidação do “urbano”. A evolução do rural para o urbano coloca em tensão a problemática do centralismo *versus* descentralização e a evolução do rural para o urbano. A aceleração de processos políticos, económicos e sociais, promovida desde o 25 de Abril, constitui uma “viragem urbana, europeia e modernizadora de um país secularmente rural e colonizador”. São debatidos os problemas relativos ao “espaço urbano”, indagando sobre a sua multidisciplinaridade, exigindo propostas e decisão política, alicerçada em conhecimentos científicos.

³⁴ O conceito de resiliência é originário do campo científico da Física, no âmbito da resiliência dos materiais, e terá sido criado pelo cientista Thomas Youn. Refere-se à propriedade de um corpo acumular energia e/ou recuperar a sua forma original após sofrer ações de tensão, choque ou deformação. No sentido figurado, representa a capacidade de superar e/ou recuperar de adversidades a que algo foi sujeito. No âmbito da Ecologia, relaciona-se com a capacidade de recuperação de um ambiente ou sistema ambiental perante um impacto danoso (e.g.: incêndio). Nos seres humanos, a resiliência prende-se com a capacidade de manter o equilíbrio psicológico e/ou físico na sequência de pressões, stress e acidentes.

³⁵ Neste contexto, o conceito de entropia refere-se à irreversibilidade, desordem de um dado sistema. Provém, originalmente, do campo científico da Física (Termodinâmica).

planeamento e gestão urbanística. Nesse quadro de redesenvolvimento territorial, destaca-se a regeneração urbana enquanto estratégia integrada, cujos desígnios de coesão territorial e económica e a inclusão social em plena era globalizada, constituem inovação e capacitação técnica no âmbito das políticas públicas (Henriques 1989; Fonseca Ferreira 2005). Consideramos o planeamento estratégico como elemento fundamental para essa mudança à macro-escala, em paralelo com abordagens locais e melhoria de espaços públicos à micro-escala (e.g.: intervenção no espaço público à semelhança do projeto urbano do Arquiteto-Urbanista Dimitri Pikionis (1887-1968) de 1957, para a remodelação das acessibilidades da Acrópole com base em percursos (**Figs. 11-13**), adaptando-os às características do território e criando uma topografia simbólica e/ou afetiva, estabelecendo redes de ligação e melhorando infraestruturas).



11



12



13

Figura 11. Vista aérea da encosta sudeste Philopappou (Imagem disponível na WEB: <http://www.nicholaskehagias.com/the-acropolis-pavement/>).

Figura 12. Pormenor do caminho adjacente a Propylaea (Imagem disponível na WEB: <https://pt.pinterest.com/pin/311100286730782041/>).

Figura 13. Pormenor da área pavimentada proposta por Pikionis (Imagem disponível na WEB: <https://pt.pinterest.com/pin/316940892503803183/>).

A obra de Pikionis é exemplar na história da arquitetura e do urbanismo, pela sua abordagem integrada e de paisagem urbana. Associado a uma topografia sentimental, de relação pessoal e da memória com o território, a obra construída de Pikionis destaca o lugar e a reconstrução de memórias, sem no entanto descartar a ideia de transformação. Outro exemplo de relação do edificado com o *lugar* (Norberg-Schulz 1979) é o caminho do Subiaco (Mosteiro Sacro Speco, em Roma) (**Figs. 14-15**).



14

15

Figuras 14-15. Vistas do caminho do Subiaco – Sacro Speco, Mosteiro, Roma. (Imagens disponíveis na WEB: <http://www.romeartlover.it/Subiaco3.html>).

Perante a crescente poluição, ameaças ambientais e a crise petrolífera de 1973, a importância e o espírito do *lugar*³⁶ (Norberg-Schulz 1979; Castello 2006) surgem, na década de 1970, sob uma perspectiva existencialista³⁷ (Norberg-Schulz 1979), o que viria a alterar a percepção do território e do homem no âmbito das transformações urbanas. De acordo com Norberg-Schulz (1979), após décadas de investigações e abordagens teóricas, afigurava-se necessário regressar a uma perspectiva qualitativa e fenomenológica da arquitetura, com vista à resolução de problemas práticos e reais (Norberg-Schulz 1979, pp. 5-6). Apesar do enquadramento socioeconómico de cada época ser diferente e enquadrar, para além de conceptualmente, o espaço onde a ação é levada a cabo, não poderá determinar essa ação na medida em que o indivíduo é responsável e tem um significado existencial para com e no mundo (Norberg-Schulz 1979, p. 6). O lugar tem uma identidade particular (Norberg-Schulz 1979, p. 10). Essas são referências chave por representarem abordagens ao território de forma incomum e *trans-histórica*, já que encontram a sua validade na coexistência com o *lugar* (Norberg-Schulz 1979), estabelecendo um contacto próximo com a paisagem e remetendo para a questão da *memória* (Norberg-Schulz 1979; Matias Ferreira 2004; Colaço 2010). A intervenção reconhece a morfologia do território existente, criando memória(s) e enaltecendo a relação entre o indivíduo e a paisagem envolvente (Norberg-Schulz 1979; Colaço 2010). Todavia, a memória (coletiva) não é imutável (Matias Ferreira 2016). A identidade urbana é

³⁶ I.e.: *genius loci* ou o “espírito do lugar” (Norberg-Schulz 1979).

³⁷ O Existencialismo – uma tendência filosófica explorada por diversos autores (e.g: Kierkegaard; Sócrates; Sartre; etc.) - representa uma reacção humanista, centrada no indivíduo, o qual integra um processo de reflexão, não se limitando a uma perspectiva abstrata e distante da realidade. Consequentemente, ao afastar perspectivas idealizadoras e transcendentais ao homem, privilegia a dimensão antropológica e conduz a importância da acção humana no sentido do compromisso social e da fenomenologia (Norberg-Schulz 1979).

uma construção conceptual, independentemente do seu cariz positivo ou negativo, nas áreas metropolitanas (e.g.: caso da Cova da Moura) (Roseta 2016; Fadigas 2016). A memória, tal como a *identidade*, representa um processo de (re)construção conceptual ao longo dos tempos e em função de cada contexto (Matias Ferreira 2016; Roseta 2016; Fadigas 2016)³⁸.

a. Planeamento urbano e a gestão do património cultural (urbano)

As cidades e demais assentamentos urbanos são paisagens históricas urbanas, considerando que representam documentos históricos vivos (Veldpaus 2015). O planeamento urbano e a gestão do património – conceitos aparentemente opostos - são levados a cabo, por diversas vezes, por poderes contrapostos na gestão das paisagens históricas urbanas (Veldpaus 2015). Perante isso, e de acordo com Veldpaus (2015), a tendência é assumir uma gestão de recursos integrada e multidisciplinar através de uma nova abordagem à gestão do património, por via da *paisagem*.³⁹ Embora esse conceito seja abrangente, a paisagem é, neste contexto, compreendida como plataforma inclusiva, obrigando, necessariamente, a uma gestão abrangente com recurso a abordagens integradas e multidisciplinares (Veldpaus 2015). A abordagem paisagística não trata, no entanto, da transformação em si própria, mas remete para a qualidade dos recursos e as relações que formam a paisagem ao longo do tempo (Veldpaus 2015). Deste modo, reflete-se uma mudança de pensamento sobre as questões do património onde este representa um agente ativo da mudança no processo desafiante neste âmbito da gestão urbana (Veldpaus 2015). Neste sentido, as dimensões material e imaterial⁴⁰ são recursos de uma natureza mais performativa e constitutiva que se inserem numa teoria de agentes em rede (Veldpaus 2015).

Emboras as primeiras manifestações sobre o património urbano surjam no legado escrito de John Ruskin sobre Veneza (1851-53), ressaltando a importância da salvaguarda dos edifícios enquanto testemunhos do passado, os fundamentos da cidade moderna residem numa atitude prospetiva, salientando a importância e a interrelação das redes de transportes e comunicação e associando-se a conceitos modernos de restauro (Viollet-le-Duc 1868; Sitte 1889; Giovanonni 1931; Castells 1996; Choay 1992, 2011), articulando as escalas local e global (Castells e Borja 1997). De acordo com Giovanonni (1931) e Choay (1992), a cidade

³⁸ Vd. Volume II - *Anexos – A. Transcrição das entrevistas realizadas* (pp. 297-582).

³⁹ A abordagem da paisagem tem sido promovida pela Recomendação da Paisagem Histórica Urbana da UNESCO, datada de 2011. A noção de paisagem terá sido introduzida no contexto das políticas supranacionais sobre património em 1962, na Recomendação sobre a Salvaguarda da beleza e do carácter das Paisagens e dos Sítios (UNESCO) (Veldpaus 2015). A partir de 1992, as Linhas Guia Operacionais para a Convenção sobre o Património Mundial (WCH), discute-se o conceito de *paisagem cultural* (Veldpaus 2015). Em 2000, a Convenção da Paisagem Europeia estabeleceu o conceito na política supranacional (Veldpaus 2015). A abordagem da paisagem no contexto urbano prevê a protecção e o incremento da qualidade do ambiente, reconhecendo-o como dinâmico e carente de mudanças a fim de permitir que as comunidades continuem a prosperar (Veldpaus 2015). Neste sentido, a conservação assume-se como estratégia para atingir um equilíbrio entre o crescimento urbano e a qualidade de vida, com um suporte sustentável (UNESCO 2011b, Art.º 3º in Veldpaus 2015).

⁴⁰ Vd. Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

densa e centralizada deu lugar a fenómenos e novas formas de agregação urbana. A abrangência da Carta de Veneza, a Carta de Washington (ICOMOS 1987) e a consideração da expansão do património cultural aos sítios urbanos e edifícios de pequena escala com significado cultural (Rufinoni 2009, p. 4) relacionam-se também com a passagem do *centro* para a *periferia*. Confrontamo-nos com uma dimensão urbana e urbanística do património (Gonçalves 2013), aplicado também ao território. Mas as questões da preservação e do restauro urbano carecem de integração no sistema de planeamento e de gestão urbana territorial, privilegiando a conservação integrada (um mecanismo de atuação caracterizado pela contribuição interdisciplinar no âmbito da conservação do património urbano) (ICOMOS 1987; Henriques 1991; Rufinoni 2009, p. 4).

Os objetivos do planeamento urbano e da gestão do património são melhorar e aumentar a qualidade de vida e contribuir para um mundo socialmente justo, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento urbano sem a preservação dos recursos-chave não pode ser sustentável e, em simultâneo, a conservação urbana não pode prosperar sem o desenvolvimento urbano de forma a sustentar os seus esforços (Veldpaus 2015). O desenvolvimento urbano e a conservação não se excluem, mas complementam-se. Neste sentido, a gestão do património é a gestão da mudança e não a sua prevenção (Veldpaus 2015). O património pode fomentar o desenvolvimento urbano, reconhecendo também a necessidade de mudança (Veldpaus 2015). Deste modo, é necessário compreender as paisagens históricas e urbanas enquanto testemunhos construídos dinâmicos, estratificados, culturais e de recursos que manifestam identidade e geram valor cultural (Veldpaus 2015). É fundamental considerar um planeamento estratégico e multiescalar do desenvolvimento de recursos urbanos, e também a salvaguarda das paisagens urbanas (Veldpaus 2015). Neste contexto, será também importante considerar a evolução do património como conceito e a sua evolução nas políticas internacionais sobretudo a partir do final da II Guerra Mundial. A sua integração no contexto do planeamento e da gestão urbana, assim como na governança multiescalar, é um desafio constante mas determinante para a sua implementação global no domínio político e no território (Veldpaus 2015).

Perante a vastidão e complexidade do tema, houve a necessidade de selecionar criteriosamente alguns autores e conceitos que surgem no campo da regeneração urbana (e.g.: o confronto entre o *novo* e o *antigo*)⁴¹ (Lira e Pontual 2006) e que justificam esta Tese⁴².

⁴¹ A renovação dos centros históricos teve início em vários países europeus e nos EUA na década de 1960, e passou a ser uma das componentes das estratégias nacionais para o desenvolvimento nas décadas de 1980-90 (Lira e Pontual 2006, p. 27). Essa atenção aos centros históricos despoletou questões fundamentais para o debate no campo do planeamento urbano, tais como a forma de conciliar morfologias novas e antigas (Lira e Pontual 2006, p. 27). Os sítios históricos são lugares específicos na cidade devido ao seu valor cultural e artístico, o qual se traduz na legislação vigente (Lira e Pontual 2006, p. 27). As experiências e os quadros legais definidos podem gerar influências internacionais (Lira e Pontual 2006, p. 28). A reflexão sobre a conciliação entre morfologias novas e antigas providenciadas por esses instrumentos urbanísticos em sítios históricos é pertinente para as práticas de CC em diversos lugares (Lira

Apesar da vastidão e complexidade conceptual, a *regeneração urbana* é aqui compreendida como processo integrado, visando a melhoria da qualidade de vida e centrando-se na coesão socioeconómica de um dado território. A investigação da regeneração urbana em áreas pós-industriais requer uma contextualização nas profundas transformações económicas, sociais e urbanas decorridas nos países ocidentais de capitalismo avançado desde meados do século XX. O crescente processo de industrialização e de infra-estruturação desde a Revolução Industrial (1755), desde o século XIX em Portugal, inverte-se a partir da década de 1960 com a desafetação socioeconómica da atividade industrial, com a introdução e substituição de tecnologias, paralelamente aos impactos da globalização e metropolização no espaço urbano. As consequentes mutações ocorridas na cidade e no território, e em particular na ZROL, apresentam-se na contemporaneidade como um tecido urbano complexo, palco de fenómenos de *gentrification*. A fim de compreender o contexto e a necessidade de se criar um plano urbano diretor municipal que respondesse aos novos modelos e circunstâncias urbanas⁴³, englobando a “Região de Lisboa”, seleccionámos o plano urbano de 1964 (PDRL), mas recuamos até 1948 para contextualizar a sua premência no tema em estudo. Os planos urbanos (i.e.: PDRL 1964; PDML 1994) foram selecionados por representam momentos de viragem no pensamento do planeamento e da gestão urbana municipal, com enfoque na regeneração urbana. Se, num primeiro momento (década de 1960), o foco era a expansão urbana, a supressão das carências de habitação e a infraestruturação massiva do território, num segundo momento (década de 1990) assistimos à cidade plenamente consolidada que

e Pontual 2006, p. 28). De que forma esses instrumentos urbanísticos podem garantir o equilíbrio e a harmonia formal entre manter o antigo e introduzir o novo? As intervenções arquitetónicas e urbanísticas no âmbito dos programas de reabilitação e revitalização nem sempre mantêm a harmonia formal, promovendo a descaracterização (Lira e Pontual 2006, p. 29).

⁴² O território urbano contemporâneo é alvo de debates e dinâmicas à escala local e à escala global (André 2015, p. 90), ora expandido-se, ora contraindo-se (Fariña Tojo 2015). Após uma intensa fase de expansão, sobretudo na segunda metade do século XX, o regresso à cidade local é fundamental (Fariña Tojo 2015). De acordo com a história urbana, a transformação morfológica das cidades é constante e a cidade de Lisboa não é exceção (André 2015, p. 106).

⁴³ Inserida num contexto de globalização e metropolização, a região e a paisagem circundante de Lisboa sofre profundas alterações, sobretudo em termos de paisagem urbana. O planeamento urbano evoluiu, errante, sucessivamente gerando planos e Anteplanos, cuja maioria não foi aprovada, tentando responder aos problemas da cidade, agora na perspetiva alargada de *território*, à escala regional. De acordo com Távora (1962), essa nova “*circunstância*” exigia uma nova metodologia de abordagem ao problema de desenvolvimento e gestão urbanística da cidade (Távora 1962, p. 99). Em fevereiro de 1959, a Proposta de Lei relativa ao *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa* (PDDURL) i.e.: o *Plano Diretor da Região de Lisboa* (PDRL) considerava o aumento demográfico nos concelhos suburbanos associados à cidade de Lisboa, verificando que a população duplicara entre 1920 e 1950, contrastando com a situação do resto do país. Estes valores traduziam a duplicidade do problema da região de Lisboa perante o país, agravando simultaneamente a situação da capital e da sua zona de influência, assim como o processo de ausência ou êxodo da população. O problema da região de Lisboa teria então de se ajustar a um enquadramento ou plano nacional, articulando escalas. Substituindo o PGUCL (1959), o MOP cria o PDRL (1964) e posteriormente o PGCL (1967) enquanto novos instrumentos de gestão territorial, adequados à nova realidade. O acréscimo das acessibilidades – através da Ponte sobre o Tejo (1966) e novas vias de circunvalação da cidade -, impulsionaram densas frentes de crescimento urbano desordenado e construções clandestinas nas coroas Norte e Sul, afastando-se dos planos e propostas oficiais/de autor.

requer intervenções criteriosas de reabilitação e de regeneração urbana. Nesse processo, destacamos a intervenção de regeneração urbana subsequente ao megaevento Expo '98 como marco importante na regeneração urbana nacional.

b. Como e o que valorizar?

Comummente compreendida na contemporaneidade como “reabilitação urbana” (Pinho 2009), a conservação do património urbano é recente (ICOMOS 1987; Henriques 1991). As suas teorias iniciaram-se na década de 1930 (Giovanonni 1931, p. 12) e mais concretamente em 1963, com a *Teoria del Restauro* de C. Brandi, que precedeu a *Carta de Veneza* (1964), aquando do 2º Congresso de Arquitetos e Especialistas de Edifícios Históricos (Gonçalves 2007, p. 67). Desde então, as questões culturais nos processos de conservação urbana têm sido debatidas e adoptadas como doutrinas internacionais, por via de convenções, cartas e recomendações, suportadas por organizações internacionais (e.g.: UNESCO; ICOMOS; CE) (Gonçalves 2007, p. 68). Os princípios tendem a ser *standardizados* e reduzidos a práticas universais, reduzindo a diversidade local e, conseqüentemente, dissimulando um dos pilares tradicionais do património cultural, ou seja, a questão da *identidade* (Gonçalves 2007, p. 68).

Atualmente urge conceber alternativas às tendências generalizadas de conservação por via da atribuição de novos usos adaptados à realidade, afastando-se da habitual abordagem aos sítios, edifícios e espaços públicos, para passar a compreender o património enquanto *processo* (cultural e de comunicação), dinâmico, abrangente e transversal (Smith 2006). O passado é então considerado enquanto suporte e/ou complemento para a resolução de conflitos sobre *o que* valorizar e *como* realizá-lo (Smith 2006). Nessa abordagem é fundamental considerar casos de estudo vivos, privilegiando os usos/re-funcionalização, a construção do património e a apropriação cultural das comunidades, com base na experiência e performances decorridas no sítio ao invés do mero sítio. Esta ideia complexa e relacional - baseada na interação das populações, dos agentes sociais e económicos com o sítio e o seu usufruto como partes ativas nesse processo – estabelece um compromisso com o património, focando as questões da identidade, da memória, da comunicação e dos valores culturais (Smith 2006). Ao re teorizar a noção e o discurso afeto ao património, L. Smith ultrapassa a ideia de que o património se cinge a elementos materiais antigos e detentores de um passado histórico marcante para a sociedade, apresentando uma alternativa conceptual com base na memória, performance, identidade, intangibilidade, dissonância e sítio (Smith 2006). Em suma, o discurso sobre o património não se rege mais pela definição exata do seu conceito, encontrando-se dependente de inúmeras condicionantes entre população, passado, memória e sentido de identidade (Smith 2006).

A arquitetura é um processo de transformação (Gregotti 1984), não atuando sobre palimpsestos e criando obras únicas e excecionais. Assim, “Construir no/sobre o construído” pressupõe uma modificação desafiante do *locus*, atendendo às suas características (físicas, culturais e imateriais) (Norberg-Schulz 1980; De Gracia 1992). A intervenção nova sobre as

pré-existências estabelece uma distância temporal, cultural e evolutiva, promovendo ou eliminando a essência original do edifício, focando a questão da memória histórica coletiva (De Gracia 1992)⁴⁴. Mas se nos arrabaldes e áreas periféricas o anonimato e a diversidade são motes principais, requerendo uma sensibilidade heterotópica por parte dos agentes de intervenção em contextos urbanos, a arquitetura do passado em áreas históricas centrais implica uma atitude crítica de interpretação e intervenção (De Gracia 1992). Partindo desse princípio, é possível intervir na cidade histórica, consolidada, mediante arquitetura contemporânea, cujo confronto sugere uma continuidade por via da história e do passado enquanto instrumentos essenciais para essa intervenção (De Gracia 1992). Em pleno século XXI, o património edificado não se pode assumir como uma realidade puramente arqueológica, fossilizada no tempo, sendo imprescindível preservar e conservar o património, revalorizá-lo e acrescentá-lo com aportações contemporâneas que não minimizem a sua importância (De Gracia 1992). O legado do passado tem de dar hoje lugar a conjuntos históricos do futuro como forma de prolongamento da sua história e, consequentemente, da sua memória viva e útil ao presente (De Gracia 1992). O problema de fundo da arquitetura moderna em participar na construção evolutiva da cidade tradicional radica na incapacidade de assumir a história do lugar como a sua própria condição histórica, estabelecendo uma observação crítica da realidade (De Gracia 1992).

A cidade e, particularmente, o “centro histórico”⁴⁵ são resultado de múltiplas intervenções humanas e da ação do tempo, ou seja, o espaço não é transformado por si só mas sim interpretado de variadas formas ao longo de correntes culturais e sociais (De Gracia 1992). A cidade é então património do passado que se transforma consoante o uso e a percepção, uma vez que as estruturas físicas, características do próprio lugar, se mantêm, ou seja, a cidade (re)constrói-se com base em constantes re-funcionalizações (De Gracia 1992)⁴⁶.

⁴⁴ Embora exista a possibilidade de replicar modelos, tecnologias e sistemas construtivos do passado, por vezes a relação entre a nova arquitetura e as preexistências ainda é distante.

⁴⁵ A noção de “centro histórico” remete para um lugar geográfica, simbólica e tradicionalmente central relativamente à área construída, sendo caracterizado pelo seu poder de atracção (i.e.: económica, social, produtiva) e como foco polarizador da vida económica e social (Rémy e Voyé 2004; Cavém 2007). Ao serem parte integrante dos centros urbanos antigos das cidades contemporâneas, esses núcleos históricos são “(...) conjuntos urbanos com interesse histórico cuja homogeneidade permite considerá-los como representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, aquitetónicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos, cuja memória importa preservar” (DGOTDU 2005, p. 129). Mas para além desta importância de cariz patrimonial mais física, o centro histórico de uma aglomeração urbana pertence à memória coletiva dessa cidade, a qual “(...) constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades” (Barata Salgueiro 1999, p. 388).

⁴⁶ O já longo percurso das teorias de conservação e restauro – desde meados do século XVIII, passando pela renovação na década de 1970 e depois de ultrapassadas as crises pós-modernas – coexiste com a arquitetura contemporânea que se tende a desligar da imagem do uso, evoluindo para formas abstratas, subsequente do Movimento Moderno (De Gracia 1992). Na sequência do Movimento Moderno, a forma desligou-se do uso, facilitando a transição e a mudança (De Gracia 1992). A periferia considerada desordenada por diversos autores, remete para a era pós-moderna. A oposição entre o território maioritariamente urbano e metropolitano e os centros históricos como espaços de socialização tradicionais já não existe, pois a

A mudança de usos dos edifícios é possível e previsível, mas pairam dúvidas sobre como projetar uma arquitetura adaptável e adaptada ao contexto em que se insere (De Gracia 1992). Considerando que a intervenção se sujeita a limitações e limites, destacamos a importância da definição de uma escala com graus de intervenção para orientar as intervenções em centros históricos consolidados (De Gracia 1992). Nessa racionalização é, todavia, necessário considerar a noção de lugar (Norberg-Schulz 1980) e a sua relação com o indivíduo (De Gracia 1992).

De acordo com Terán (2009), a morfologia, cartografia e topografia da cidade revelam a sua própria História e temporalidades. A relação entre História e Projeto remete para a figura do *plano* enquanto instrumento de controlo do futuro do desenvolvimento físico e de construção da cidade, mas demasiado formalista face à realidade instável/mutável e heterogénea (Terán 2009). No processo de refuncionalização do património no âmbito da consideração do passado como *ativo* socioeconómico, é necessária uma abordagem histórica mas não historicista/revivalista, propondo usos variados da história e do passado urbano (Terán 2009). Considerando que a cidade atual é uma realidade complexa e mutável, o seu entendimento beneficia com o conhecimento do seu processo de construção e, em particular, da sua história, revelando a articulação entre momentos e pensamentos culturais distintos (Terán 2009). A mudança – inevitável face à evolução urbana e do contexto socioeconómico -, gera fragmentos que anunciam novas lógicas e interpretações e que podem carecer de um reforço de ligação com as pré-existências (Terán 2009). Nesse processo destaca-se a interação entre a história e o desenvolvimento urbano, onde a realidade física e territorial (i.e.: urbana) constitui, por si só, um *passado ativo* (Terán 2009). Embora esse legado possa vir a influenciar as intervenções sobre as preexistências e as tomadas de decisão sobre a gestão urbana, é necessário considerar que o urbano se encontra em permanente mutação, não sendo aceitável o regresso a um passado único ou genuíno pois recupera características, adaptando-as a diferentes contextos (Terán 2009). Inerente à ideia de um *passado ativo*, encontra-se a do *território/passado produtivo*, como suporte do processo de re-funcionalização (Terán 2009). A análise do território, por um lado, através do seu passado ativo pressupõe uma abordagem social e económica, adequando-o às necessidades específicas do presente, aos recursos disponíveis, definido, contudo, soluções adaptáveis no futuro (e.g.: mediante a elaboração de planos de manutenção, prevenção e adaptação) (Terán 2009). Por outro lado, por via do passado produtivo, urge contrariar as tendências atuais de declínio urbano, rentabilizando as pré-existências no território (Terán 2009). Considerando que o passado nos oferece lições para o futuro, e não obstante a possibilidade dos sítios se afastarem deliberadamente da sua história (e.g.: Movimento Moderno), a história é aqui compreendida como vantagem competitiva, evidenciando a singularidade e diversidade, fomentando a relação entre o território, a população e a sua identidade (Terán 2009). Representando a memória coletiva, o

virtualização social assumiu relevância. Se o século XX se caracterizou pela mobilidade física, o XXI pauta-se pela intercomunicação à distância, reforçando, em oposição, os sistemas meio-ambientais e a sua valorização (De Gracia 1992).

recurso ao passado justifica e fundamenta a intervenção na cidade na atualidade, instaurando, contudo, um ímpeto para a mudança (Terán 2009).

c. Regeneração urbana de áreas pós-industriais ribeirinhas

As frentes de água têm sido objeto de estudo pelo seu simbolismo, pelo imaginário que suscita e pela particularidade funcional nas cidades (Rufinoni 2009, 2014). No âmbito de investigações prévias e considerando o contexto internacional, a regeneração urbana de áreas pós-industriais e portuárias ribeirinhas surge e é questionada a partir da década de 1960, com as complexas transformações socioeconómicas e urbanas advindas do processo de desindustrialização e de gestão das infraestruturas portuárias (Cabral 1997; Ferreira 2005), da adesão à EFTA e o início do II Plano de Fomento (1959), em paralelo com os processos de globalização, metropolização, descentralização geopolítica e do planeamento territorial que fomentaram o suburbanismo na área metropolitana de Lisboa e, consequentemente, a perda demográfica em áreas centrais da cidade (Camarinhas 2009; Cavaco 2009).

O posterior movimento de regresso ao centro da cidade enquanto pretexto para a regeneração urbana, no contexto da gestão urbanística, qualificou-a como prioridade estratégica, visando recuperar áreas urbanas específicas degradadas, mediante a implementação de políticas, programas e instrumentos de gestão territorial abrangentes, inovadores e integrados (Portas 2003; MAOTDR 2007), potenciando o desenvolvimento económico e competitivo à escala metropolitana internacional, onde a governação municipal desempenha um papel estratégico preponderante (Pereira 1986; Ferrão 1994; Ferreira 2005; Rodrigues 2005; Santos 2010).

No contexto da gestão urbanística da União Europeia, o posterior movimento de regresso ao centro da cidade enquanto pretexto base para a regeneração urbana, qualificou-a como prioridade estratégica, visando recuperar áreas urbanas específicas degradadas, mediante a implementação de políticas, programas e instrumentos de gestão territorial abrangentes, inovadores e integrados (Portas 2003; Guerra et al. 2005; MAOTDR 2007), potenciando o desenvolvimento económico e competitivo à escala metropolitana internacional, onde a governação municipal desempenha um papel estratégico preponderante (Pereira 1986; Ferrão 1994; Ferreira 2005; Rodrigues 2005; Santos 2010).

Nos casos específicos das frentes ribeirinhas e da ZROL, o fenómeno de industrialização – um sinal de progresso dos centros urbanos e das suas temporalidades (Junior 2015) que geraram territórios complexos e repletos de história(s) – e a consequente desafetação socioeconómica (i.e.: desindustrialização) desencadearam problemas e desafios à gestão urbanística e à intervenção arquitetónica (Nevado 2015).

A *renovação* de áreas urbanas centrais (i.e.: centros históricos) iniciou-se na década de 1960 nos Estados Unidos da América e em diversos países Europeus (Lira e Pontual 2006). No caso específico português, o conceito de *renovação* - que já havia sido colocado em prática pelo Estado Novo (e.g.: Castelo de São Jorge, na década de 1940) - evoluiu, acompanhando,

embora desfasadamente, as tendências europeias internacionais e, perante a necessidade de evitar fenómenos de *gentrification* (Smith 2006) (i.e.: nobilitação urbana) (Rodrigues 2008), a partir da década de 1980 perspetivavam-se estratégias de intervenção integradas (Ferreira 2005) que ultrapassam o mero domínio físico (e.g.: *waterfronts*). A par da *revitalização* (Guerra et. al 2005), e da reabilitação (Pinho 2009), a regeneração prevê o (re)desenvolvimento de áreas pré-existentes com enfoque estratégico e socioeconómico. Tomam-se como referências os conceitos de *lugar* - *Genius loci* (Norberg-Schulz 1980) (i.e.: espírito do lugar), enquanto interação entre lugar e identidade (Norberg-Schulz 1980; Lynch 1960; Castello 2006) - e de *Património* enquanto construções teóricas e ideológicas, apesar de indissociáveis do conceito de *identidade* (Smith 2006; Choay 2011). Nesse contexto, consideramos que o passado é determinante para a construção de memória(s) coletivas urbanas que sustentem intervenções na contemporaneidade e que o futuro das áreas urbanas depende de uma gestão integrada, em particular de processos de refuncionalização, elegendo o passado como matéria-prima para a intervenção (Terán 2009). Porém, as questões de autenticidade e verdade no âmbito do património têm vindo a ser contestadas, sobretudo no seio do debate sobre políticas urbanas de conservação, preservação e regeneração urbana (Lopes 1997; Jokilehto 2006; Choay 2011). Esses conceitos já não se referem apenas aos elementos construídos/imóveis (i.e.: edifícios), mas também a territórios e a elementos imateriais (e.g.: Fado), considerados como património pela UNESCO. Deste modo, as políticas urbanas relacionadas com o património têm vindo a ser continuamente reinventadas, sobretudo perante os fenómenos de globalização e de espetacularidade (Garcés 2006). Em 1954-57, Pikionis (Frampton 1989) desenvolve um projeto urbano para o acesso à Acrópole na cidade de Atenas, desenvolvido sobre e a partir do lugar (i.e.: baseado em percursos adaptados à topografia e elementos existentes), adaptando-se às condicionantes morfológicas e justificando aquele lugar na história e no tempo até à atualidade. Eis que o conceito de *património* ultrapassa o de *monumento*, extravasando para outras escalas (Choay 2011), sendo hoje considerando *património cultural*, em constante transformação (Smith 2006), que exige planos de conservação futura integrada (Castello 2006). Na sequência do trabalho teórico-prático de Giovanonni, o debate já não se cinge somente à conservação e/ou alteração de monumentos, como também ao crescimento e (re)desenvolvimento de áreas urbanas (Rufinoni 2012). Essa alteração de escala e de entendimento repercutir-se-ia no planeamento e gestão urbana, nos IGT, particularmente nos Planos Diretores Municipais, pela necessidade de abrangência de diversas escalas de intervenção e considerando a cidade e a área metropolitana como um sistema (Rufinoni 2012).

Os instrumentos políticos legislativos inserem-se no âmbito de uma nova linha de políticas urbanas marcadas pela comparticipação de fundos comunitários do QREN, da *Política de Cidades POLIS XXI*, (i.e.: “Parcerias para a Regeneração Urbana”), da AMBELIS e do RECRUA, mediante recursos financeiros comunitários (europeus), orientados para a regeneração urbana de áreas específicas como a ZROL. Envolvendo atores públicos e privados a diversas escalas e com base em modelos internacionais, prevêm um

desenvolvimento estratégico, competitivo e global (Santos 2010; Teixeira 2010), recorrendo à água, ao espaço público e à reestruturação socioeconómica enquanto elementos-chave nesse processo (Ferreira 1997) e evitando fenómenos de *gentrification* (Smith e Williams 1986; Rodrigues 2008; Lees, Slater e Wyly 2010), conceito inicialmente explorado por Ruth Glass, em 1964 (Smith e Williams 1986). A regeneração urbana é então considerada como uma intervenção prioritária (Ferreira 2005; Guerra et. al 2005), enquadrada no quadro geral da cidade (Rufinoni 2012) e da área metropolitana, promovendo sinergias (Gonçalves 2015) e representando um desafio, visto que consiste em processos interdisciplinares, multiescalares, e envolve conciliar o *novo* e o *antigo* (Lira e Pontual 2006) em processos de gestão de áreas urbanas baseadas na história/passado (Veldpaus, Roders e Colenbrander 2013).

À semelhança de áreas urbanas específicas alvo de regeneração e requalificação urbana em concelhos da AML que entraram em processo de abandono/degradação, ou de valorização e revitalização das frentes ribeirinhas (AML 2008) e, perante a escala metropolitana da cidade e do território (André 2012), a obsolescência urbana, o domínio da APL sobre o território e a tendência demográfica (Rosa 2000), a ZROL coloca questões desafiantes sob o ponto de vista da regeneração urbana (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999; Ferreira 2005). Apesar do evento Expo '98 e da subsequente mega operação de regeneração urbana terem recentralizado a zona oriental na cidade, a área ribeirinha entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações não recebeu um investimento global nesse sentido, encontrando-se numa situação urbana semi-periférica e em declínio. No entanto, constitui uma área potencialmente emergente no futuro através da implementação de modelos estratégicos de reestruturação urbana municipal e da (re)criação de centralidades e identidade, num contexto atual de gestão de recursos (Campos 1992; Nevado 2013; Nevado 2014a/b), tirando partido de conceitos como *resiliência* (Romero-Lankao et al. 2016; Fortuna 2016).

As recentes intervenções na frente ribeirinha oriental entre o Terreiro do Paço e Santa Apolónia (e.g.; Jardim do Tabaco; novo Terminal de Cruzeiros; Campo das Cebolas) revelam tendências de intervenção municipal com vista à melhoria de espaços públicos. Em pleno contexto de mudança, incerteza e desafios colocados pela profunda alteração de escala e pelos processos de desenvolvimento urbano das últimas décadas que resultaram na metropolização e proliferação urbana e administrativa do território (Ferrão 2013, p. 257), os processos integrados de regeneração urbana destacam-se pela sua preponderância e abrangência de recursos no âmbito das políticas urbanas, com enfoque no planeamento e gestão à escala local. Porém, o facto das entidades governativas metropolitanas tenderem a ser complementadas e/ou substituídas por estruturas de coordenação mais flexível, incluindo atores não públicos (Ferrão 2013, p. 258), desencadeou um distanciamento entre a atuação municipal e as populações. Nesse sentido, e paralelamente às condicionantes endógenas e exógenas, constata-se a necessidade e oportunidade de (re)inventar a cidade e de (re)pensar a relação entre cidadão, Estado e território, considerando as especificidades de cada

município, modelos e estratégias de governação local no âmbito do planeamento e gestão do uso do solo (Nevado 2014b).

A revisão da historiografia permitiu-nos reconhecer a carência de informação sobre a regeneração urbana na zona ribeirinha oriental de Lisboa, a sua relação com os planos diretores municipais e com a refuncionalização do património, tendo sido, por isso, essencial pesquisar criteriosamente as fontes bibliográficas, questionar e sistematizar o conhecimento, compreendido entre os marcos cronológicos definidos. Em torno das questões intrínsecas à regeneração urbana em áreas pós-industriais, foi necessário cruzar os dados historiográficos com os conceitos, construindo um olhar crítico nas vertentes conceptual, temporal e geográfica sobre o problema, e, sempre que possível, confrontando a produção teórica com a produção material, quer no plano internacional, quer no quadro nacional.

2.2 Bibliografia

A análise crítica foi levada a cabo através da seleção de bibliografia atualizada, disponível nos seguintes arquivos e bibliotecas (nacionais e/ou digitais):

i. Arquivo do Ministério das Obras Públicas:

- Relatórios da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização Ministério das Obras Públicas (1944-48);
- Processos correspondentes aos projetos de Urbanização (1940-50);
- Processos individuais/pareceres (e.g.: do Conselho do PDRL);

ii. Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa:

- Processos de obra relativos a obras públicas (plantas, alçados, memórias descritivas, Atas, pareceres camarários e correspondência viária);
- Processos de urbanização: PDRL; PDML;
- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa;
- Atas das Vereações, Anais do Município, Diário Municipal;
- Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa;
- Arquivo do IHRU;
- Biblioteca do ISCTE-IUL (consulta presencial, empréstimo domiciliário e interbibliotecário);
- Biblioteca Nacional;
- Biblioteca/Centro de Informação da CCDR-LVT;
- BAHOP – Biblioteca do antigo Ministério das Obras Públicas;
- Gabinete de Estudos Olisiponenses;
- Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian;
- Centro de Documentação da Fundação Calouste Gulbenkian;
- Biblioteca da Ordem dos Arquitetos (SRS);

- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UTL;
- Hemeroteca de Lisboa;
- Centro de Documentação e Informação da Administração do Porto de Lisboa (Alcântara e Junqueira);
- Biblioteca do LNEC;
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra;
- Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- Biblioteca do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências Tecnologia da Universidade de Coimbra;
- Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
- Bibliotecas Municipais (Lisboa – Palácio das Galveias, Coruchéus, Marvila; Torres Vedras; Coimbra);
- Repositórios digitais (ISCTE-IUL; Universidade de Évora; Universidade do Minho; Universidade do Porto; Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais; Instituto Superior Técnico).

As diversas fases de pesquisa foram complementadas pela consulta de edições municipais, artigos, ensaios, revistas e participação em encontros científicos (i.e.: conferências, seminários e *workshops*). A fim de compreender as transformações e dinâmicas económicas e territoriais, foram consultados documentos sobre a história da geografia do território português e da sua paisagem urbana, tais como: Cartografia relativa à área urbana em estudo (e.g.: Cartas Militares); recolha de imagens (datadas e atuais), provenientes de arquivos municipais, ilustrações de publicações periódicas (revistas), monografias, guias e catálogos, fotografias (recolhidas nos diferentes arquivos e através de levantamentos fotográficos, pela Autora).

Foi analisado um conjunto de obras que abordam o tema da Tese, sob o ponto de vista internacional e nacional.

2.2.1 Internacional

Do contexto internacional, destacamos as seguintes obras:

- 1985 - LOWENTHAL, D. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1986 - SMITH, Neil. WILLIAMS, Peter. *Gentrification of the city*. London: Allen Unwin.
- 1992 - DE GRACIA, F. *Construir en lo construído. La arquitectura como modificación*. Hondarribia: Nerea.
- 2000 - SOJA, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford : Wiley-Blackwell.
- 2000 – ROBERTS, P., SYKES, H. *Urban Regeneration: a handbook*. London: Sage.

- 2006 - SMITH, L. *Uses of Heritage*. London/New York: Routledge/Taylor & Francis Group.
- 2009 - TERÁN, F. *El pasado ativo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal.
- 2010 - LEES, Loretta. SLATER, Tom. WYLY, Elvin. *The gentrification reader*. London: Routledge.
- 2012 – RUFINONI, M. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In KUHL, B., ANDRADE, C. (Eds.) *Gustavo Giovannoni. Textos escolhidos*. Ateliê Editorial.
- 2013 - HARRISON, R. *Heritage. Critical Approaches*. London: Routledge.

2.2.2 Nacional

No âmbito dos estudos nacionais e como fundamentação dos conceitos implícitos à investigação, distinguimos as seguintes obras:

- 1962 - TÁVORA, F., 1962. *Da Organização do Espaço*. Porto: Sousa & Almeida, 1962.
- 1992 - RODRIGUES, Walter. *Retorno à cidade e emergência de novos estilos de vida: o fenómeno de "gentrification" como exemplificação*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Relatório de Síntese, ISCTE, Lisboa, 1992.
- 1997 - MATIAS FERREIRA, Vítor, et al. *Lisboa: a Metrópole e o Rio*. Lisboa: Bizâncio/Centro de Estudos Territoriais, 1997.
- 1997 – Cidades, Portos e Frentes de Água. *Mediterrâneo: Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrânicas*. Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Nº10/11. Lisboa: UNL, 1997, Nº10/11.
- 1999 - MATOS, José Sarmiento de. PAULO, Jorge Ferreira. *Caminho do Oriente: guia histórico I e II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- 1999 - CUSTÓDIO, Jorge. FOLGADO, Deolinda. *Caminho do Oriente: guia do património industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- 2005 - FONSECA FERREIRA, António. *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- 2007 - PORTAS, Nuno, et al. *Políticas Urbanas - tendências, estratégias, oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- 2009 - PINHO, Ana. *Conceitos e políticas de reabilitação urbana: análise da experiência portuguesa dos gabinetes locais*. Lisboa: FAUTL, 2009. Tese de Doutoramento.
- 2009 - CAMARINHAS, Catarina - *L'urbanisme de Lisbonne: éléments de théorie urbaine appliquée*. Université Paris IV - Sorbonne, Paris, 2009. Tese de Doutoramento.

Do conjunto apresentado, indicamos as obras mais relevantes para o suporte conceptual da investigação: a monografia *Caminho do Oriente: guia do património histórico (I e II)*. (Matos e Paulo 1999) e a monografia *El pasado ativo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. (Terán 2009).

2.3 Contributo científico

Considerando a inexistência de uma investigação abrangente sobre a regeneração urbana e o património urbano no âmbito do planeamento, da gestão urbanística e dos IGT, o contributo científico deste Doutoramento consiste:

- i. Na construção de uma proposta científica de carácter projetual e prospetivo, à luz dos princípios dos planos de conservação integrada (Castello 2006) e na política de intervenção de Pikionis (Frampton 1989), fundamentada na história/no passado como suporte para intervenções futuras, visando revelar o papel estratégico das políticas municipais na regeneração urbana, no (re)desenvolvimento socioeconómico e nos modos de planear e gerir o espaço urbano na contemporaneidade, e recorrer às heranças urbanas do território como mais-valia para a intervenção futura. Parte-se do princípio de que a cidade constitui um património futuro, ou seja, um bem que herdamos, preservamos e valorizamos para as gerações vindouras (Trigueiros e Sat 1998, p. 7; Smith 2006; Choay 2011; Harrison 2013). Destaca-se a concertação institucional no âmbito da regeneração urbana de áreas intraurbanas específicas (e.g.: frentes ribeirinhas), sublinhando a cooperação, participação pública, avaliação e monitorização das políticas em diversas fases dos processos;
- ii. Na relevância/aplicabilidade prática da tese: a investigação e a proposta prevêem uma aplicabilidade teórico-prática, evidenciando a relação estreita entre a arquitetura, o urbanismo, a cidade, as políticas urbanas e o ordenamento do território;
- iii. No fomento do debate sobre a regeneração urbana e as questões do património no âmbito do planeamento e da gestão urbanística, assim como para a ação dos agentes envolvidos na gestão e intervenção interdisciplinar daquela parte da cidade, de acordo com as características emergentes da zona oriental de Lisboa, acentuadas pelo processo de desindustrialização. Contribuirá para a intervenção e gestão urbana, sintetizando novas maneiras de olhar e agir numa área geográfica específica da cidade de Lisboa, que, apesar da proximidade (cronológica e geográfica) do evento Expo '98 e da sua renovação urbana, mantém um carácter pós-industrial. Foram tidas em consideração outras questões pertinentes e relacionadas com o tema, como o fenómeno da globalização, metropolização e da relação entre centro e periferia;
- iv. Na interpretação da contemporaneidade, relevando o passado como suporte para as intervenções de arquitetura e urbanismo. Nesse sentido, enfatizamos a

História como suporte para a produção arquitetónica e para as intervenções, caracterizando e dando continuidade, aliás, à História da Arquitetura em Portugal.

O enfoque e originalidade deste projeto reside na aferição de estratégias de gestão municipal e nos modos de projetar na contemporaneidade por via da refuncionalização de elementos patrimoniais, afirmando a relevância da arquitetura, do urbanismo e dos agentes envolvidos em todo esse processo. Propõem-se prospetivamente modos de gerir o espaço urbano contemporâneo com enfoque municipal numa área em declínio urbano mas potencialmente emergente no futuro, mediante uma perspetiva global que englobe o passado como ativo socioeconómico e considere os Planos Urbanos, a Cidade, a História e a escassez de recursos como ferramentas para projetar na contemporaneidade. Consideraram-se as seguintes referências: as políticas urbanas implementadas; os instrumentos estratégicos de gestão territorial; os modelos de atuação (inter)nacionais e as principais iniciativas de gestão e planeamento a partir da década de 1960 até à atualidade (e.g.: Plano de Chelas “Viver Marvila”), inserindo-se nos objetivos estratégicos das políticas municipais.

2.4 Definição de conceitos

Ao longo da Tese foi necessário rever e analisar a evolução dos conceitos em torno da regeneração em áreas pós-industriais (**Fig. 16**), as transformações urbanas, sociais e económicas da área urbana em estudo, cruzando-os com a historiografia patente na bibliografia selecionada e consultada.

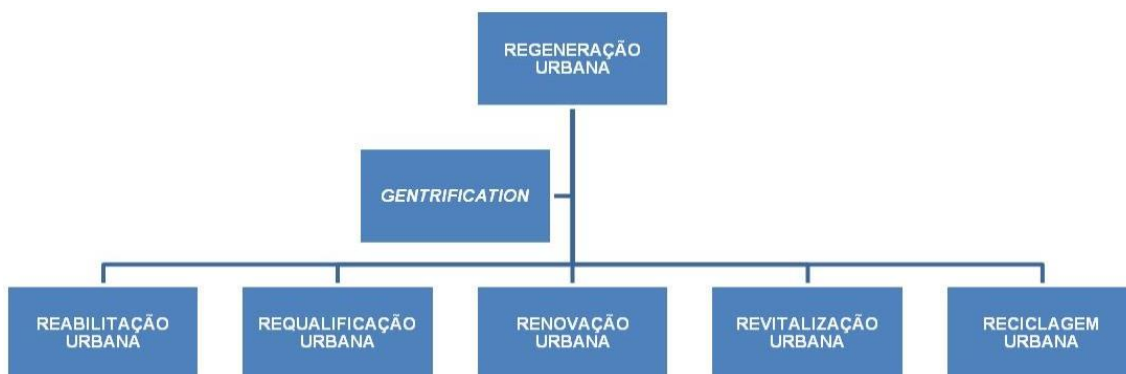


Figura 16. Esquematisação dos conceitos abordados. (Diagrama elaborado pela Autora; novembro de 2014).

Na investigação do tema da Tese, as questões relativas ao fenómeno da globalização, ao processo da metropolização, às mutações urbanas em áreas pós-industriais e a evolução dos mecanismos legais e jurídicos afetos à Arquitetura e urbanismo, revelaram-se centrais para o entendimento da conjuntura determinada a partir da II Guerra Mundial até à atualidade.

Embora a regeneração urbana englobe uma panóplia de conceitos, selecionamos e sintetizamos os seguintes, considerando a sua relevância na Tese:

a. Conservação crítica

A *conservação territorial integrada* (CI)⁴⁷, doravante designada por *conservação crítica* (CC), teve início na década de 1970 com o aparecimento do urbanismo progressista em Itália, mais precisamente a partir da experiência de Bolonha com a reabilitação do seu centro histórico, no final da década de 1960 (Freire 2008). As operações iniciais de CC tiveram um grande cunho social e dirigiram-se a áreas urbanas centrais históricas, onde a população era maioritariamente de estratos sociais baixos (Freire 2008). A recuperação não era apenas física, mas também social e económica, de forma a manter os antigos habitantes nesses edifícios recuperados e evitar fenómenos de *gentrification* (Freire 2008). No início da década de 1980, na Europa, a CC continuou a ser aplicada nos centros históricos e, progressivamente, nas áreas modernas da cidade, especialmente nos conjuntos habitacionais periféricos construídos nos anos 1950 e 1960 (Freire 2008). Durante esse período, os espaços públicos receberam mais atenção, e edificações como conventos e quartéis foram transformados em equipamentos sociais para uso coletivo (Freire 2008). Nas décadas de 1980 e 1990, a CC começa a ser considerada como meio de reabilitar e revitalizar esses centros urbanos obsoletos, abandonando, porém, o cunho social que inicialmente lhe havia sido atribuído (Freire 2008). A reabilitação e a revitalização (i.e.: a regeneração urbana) tornaram-se bases essenciais das políticas neoliberais na esfera municipal, tornando a conservação urbana numa forma de acrescentar valor à economia das cidades e uma maneira de atrair investimento privado (supra-regional ou internacional) (Freire 2008). Finalmente, a CC insere-se no âmbito do planeamento estratégico e associa-se às questões ambientais em detrimento das sociais por via de políticas de desenvolvimento sustentável (Freire 2008)⁴⁸.

⁴⁷ De acordo com Freire (2008), os princípios de CI foram sistematizados pela *Declaração de Amesterdão* (1975)⁴⁷, cuja elaboração foi influenciada pela experiência de sucesso da recuperação de áreas centrais degradadas de Bolonha (Freire 2008). Contemplava os seguintes princípios fundamentais:

- i. O património arquitetónico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino;
- ii. O património arquitetónico é composto por todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem relevância e interesse histórico ou cultural. Deste modo, ultrapassa as edificações e conjuntos exemplares e monumentais para abarcar qualquer parte da cidade, inclusivamente a moderna;
- iii. O património é riqueza social, devendo a sua manutenção ser de responsabilidade coletiva;
- iv. A conservação do património deve ser considerada como o principal objetivo do planeamento urbano e territorial;
- v. A CI deverá ser fundamentada em medidas legislativas e administrativas eficazes;
- vi. Deverá ser encorajada a construção de novas obras arquitetónicas de alta qualidade, uma vez que serão o património de hoje para as gerações vindouras.

⁴⁸ Conservar o território urbano, ultrapassando a escala do objeto e salvaguardar a paisagem urbana e a qualidade ambiental, surge como uma nova proposta de planeamento decorrente da análise do esgotamento do processo de crescimento progressivo que vigorou nas cidades

Perante a complexidade da cidade e da sociedade contemporânea, a CC requer estratégias de gestão transversal (*top down* e *bottom up*), e abordagens interdisciplinares no meio urbano e capacidades de gestão urbana para tirar partido de cada um dos planos urbanos definidos (Castello 2006, p. 59; Gonçalves 2007, p. 67). A CC remete, desde logo, para a questão do *lugar*, inserindo-se em teorias científicas (Norberg-Schulz 1980), relacionando-se com a questão da memória das cidades e também com a questão da construção do lugar (i.e.: *placemaking*) pela possibilidade de conciliação de interesses⁴⁹ (Castello 2006, p. 60). Contudo, apesar das estratégias de *marketing* do lugar (i.e.: *placemarketing*) e do *branding* da cidade – políticas/filosofias de intervenção, aliás, correntes na atualidade –, promoverem alternativas económicas viáveis para implementação das políticas urbanas, podem também induzir a especulação imobiliária (Castello 2006, p. 60; Fadigas 2016). Mas muitas dessas políticas de desenvolvimento urbano podem incluir a conservação de património urbano (Castello 2006, p. 60). No âmbito do planeamento da CC, a *rationale* do lugar desempenha um papel essencial nesses processos, visto que permite enfrentar, por um lado, um grau suficiente de incerteza, capaz de registar o fenómeno intangível que permeia o ambiente urbano e estimula as perceções das pessoas e, por outro lado, enfrenta a análise das formas físicas tangíveis que são responsáveis pela materialização dessas perceções (Castello 2006, p. 60). Deste modo, o lugar é considerado como objeto principal e mediador, capaz de providenciar um bom nível de comunicação entre as diversas disciplinas envolvidas no campo da conservação urbana, contrapondo um grau elevado de abstração com um nível sólido de concretização pragmática (Castello 2006, p. 60).

O *lugar* é social⁵⁰ e politicamente construído (Castello 2006, p. 60), mas são as pessoas e os seus usos no ambiente construído que contribuem, ao longo do tempo, para diferenciar um lugar, o seu *status* na cidade e na vida urbana (Castello 2006, p. 61). A noção de *lugar* implica também a de *tempo*, reconhecendo a presença de fatores históricos (Castello 2006, p. 61). Destaca-se o espírito preservacionista no conceito de lugar pelas sucessivas

européias e norte-americanas desde meados até ao final do século XX, ou seja, coincidente com as dinâmicas capitalistas supramodernas e com o final da era industrial, i.e.: com o processo de desindustrialização (Freire 2008). O novo planeamento urbano é executado através do planeamento estratégico, da parceria pública privada, do contrato de gestão e das empresas da gestão urbana (Freire 2008). O ponto crucial do debate da CI na atualidade consiste em saber como aliar a acção pública planeada aos processos homogeneizantes do território sem interromper o processo inovador. Assim, conhecer a cultura material local constitui o ponto de partida e referência para o processo de inovação: a conservação sendo o início desse processo, não apenas como o conceito (Freire 2008).

⁴⁹ Por um lado, dos profissionais da CC e, por outro lado, das necessidades e aspirações públicas/dos cidadãos.

⁵⁰ Enquanto construção social, o lugar resulta da interação entre a comunidade e o seu uso coletivo do espaço urbano, de onde resultam memórias e componentes (sociais, históricas, psicológicas, etc.) que influenciam a importância do lugar e o seu significado (Castello 2006, p. 61). De acordo com a literatura arquitetónica e urbana, o lugar é uma construção que implica a existência de uma forma ambiental criada, a qual comporta um significado simbólico para os seus utentes (Castello 2006, p. 61). A presença da memória é uma componente fundamental da construção e estrutura teórica da noção de lugar, pelos atributos simbólicos e sensoriais que evoca (Lynch 1960; Castello 2006, p. 61).

formas urbanas decorrentes da sobreposição de momentos históricos e as imagens que proporciona construindo um imaginário coletivo (Castello 2006, p. 62). No campo arquitetónico e urbano, o *lugar* representa uma construção sócio-física, que, partindo de uma construção teórica, no caso do desenho urbano atinge um nível utópico, levando à sua conceptualização (Castello 2006, p. 62). A abordagem mais corrente de proteção do património urbano enfatiza o papel que pode desempenhar na promoção da revitalização de áreas onde edifícios históricos estão localizados, gerando externalidades positivas e atração de atividades económicas, despoletando processos de reabilitação num estádio sustentado (Castello 2006, p. 63). A memória cultural da cidade é então um dos fatores de peso para decidir que edifícios ou sítios se alterarão para além da condição de meros espaços e subir de *status* para um verdadeiro *lugar* (Castello 2006, p. 63).

b. Regeneração urbana

Embora o conceito de regeneração urbana seja vasto e complexo, adotamos a seguinte definição:

“(...) a comprehensive and integrated vision and action which leads to the resolution of urban problems and seeks to bring about a lasting improvement in the economic, physical, social and environmental conditions of an area that has been subject to change.” (Roberts 2000, p. 17).

Assim, e no contexto atual, a regeneração urbana enquanto visão e processo integrado destaca-se no âmbito das políticas públicas urbanas pelo seu carácter abrangente. Inserida em plena fase de mudança e de complexas dinâmicas territoriais, a (re)definição estratégica das políticas públicas urbanas salienta a importância da regeneração urbana.

A regeneração urbana insere-se no âmbito do planeamento e gestão urbana estratégica, apresentando diversas oportunidades e vantagens. Por um lado, representa uma alternativa contemporânea ao urbanismo expansivo das últimas décadas, depredador de recursos, sobretudo com vista à resolução da situação de áreas precárias, degradadas e obsoletas, prevendo também a reconversão de usos (e.g.: antigos edifícios industriais, edifícios subocupados, infraestruturas expectantes). Por outro lado, poderá reforçar fatores de diferenciação, atratividade e competitividade das cidades, prevendo uma dinamização de usos, como o comércio, o turismo e o lazer. Para além disso, as operações de regeneração urbana poderão valorizar o património existente, gerar receita fiscal, criar oportunidades de emprego. Porém, requer e proporciona trabalho em parceria, já que, atuando sobre as pré-existências, requerem a participação e cooperação de diversos agentes (e.g.: proprietários de imóveis, câmaras municipais, empresas, financiadores, entre outros). Poderá propiciar a articulação das funções urbanas, caminhando para uma “cidade de proximidade”, uma nova condição urbana com vista a mais vivência e mais cidadania (Ferreira 2013).

Globalmente, a regeneração urbana nas políticas públicas urbanas e o seu destaque no conjunto das dinâmicas atuais de transformação urbana, justificam a sua importância no futuro do território através de instrumentos de políticas públicas específicos, nomeadamente no contexto das diretivas estratégicas à escala nacional (e.g.: PNPOT⁵¹) e local/formal, como a *Política de Cidades POLIS XXI* (2007-2013).

O estudo da regeneração urbana em Lisboa num cenário de crise é justificado por diversos fatores, tais como a necessidade de regenerar áreas urbanas degradadas, de aumentar a competitividade económica e de (re)criar “justiça social”, através da participação pública. Perante a indisponibilidade financeira do Estado, a falta de articulação entre o Governo Central e Local, a insuficiência de incentivos para atrair o mercado para o investimento, as recentes alterações no âmbito da Lei do Arrendamento Urbano e a crescente dificuldade de acesso ao crédito, enumeram-se as principais fontes de financiamento disponíveis na atualidade - nomeadamente Fundos de Desenvolvimento Urbano, os Programas Operacionais Regionais (e.g.: PORL)⁵² e os Programas de Ação sob a forma de Parcerias Locais, com base programas de comparticipação financeira externos e comunitários da EU. Tal é o caso dos fundos comunitários⁵³ e de iniciativas económicas europeias (e.g.: JESSICA).⁵⁴

⁵¹ O PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), aprovado pela Assembleia da República em 2007 e com base na cooperação entre Administração Pública (Central e Local), processos participados, promove um desígnio sustentável para o território nacional, nas próximas décadas, até 2025 (Ferreira 2013). Esse documento estratégico requer uma avaliação e ajustamentos permanentes de acordo com a evolução do quadro de referência económico, social, demográfico e territorial que lhe estão subjacentes, sujeitas a transformações face ao presente contexto de crise, desencadeando reflexos evidentes na estratégia, no modelo territorial e no respetivo programa de ação (Ferreira 2013). A visão prospetiva do território, equacionando o seu futuro, destaca o PNPOT nas políticas públicas (Ferreira 2013).

⁵² O *Programa Operacional Regional de Lisboa* (2007-2013) assenta nas recomendações da política de coesão, no desígnio estratégico do QREN e ancora-se na Estratégia Regional, *Lisboa 2020*. A nova configuração territorial e a redução futura e significativa dos fundos estruturais, conduziram à elaboração de uma Estratégia Regional. O P.O.R.L. representará um contributo determinante em paralelo com outros instrumentos de política (tais como o Fundo de Coesão, o PO Potencial Humano, o FEADER, a Cooperação Territorial Europeia e as Iniciativas Comunitárias). O seu financiamento assenta também no PIDDAC e nos Orçamentos municipais estipulados.

⁵³ Os fundos comunitários disponíveis são regulados pelo Regulamento Geral dos Fundos, o qual define princípios, regras e normas comuns para a aplicação dos três instrumentos de coesão (o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão). Incide sobre a promoção de investimentos públicos e privados, que contribuem para diminuir as disparidades regionais na União Europeia, prevendo a concretização e implementação de programas que abordem o desenvolvimento regional, a evolução económica, o reforço da competitividade e a cooperação territorial em toda a EU.

⁵⁴ A inovadora iniciativa *Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas* (Programa JESSICA) consiste num instrumento financeiro promovido pela Comissão Europeia e desenvolvido pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) – o qual tem promove e implementa a iniciativa através do espaço Europeu - com o apoio do *Council of Europe Development Bank*. Esta forma inovadora aplica os fundos estruturais comunitários postos à disposição dos Estados membros a favor de projetos inseridos em intervenções integradas de desenvolvimento urbano. O seu âmbito principal será o de aplicar Fundos Estruturais em projetos ligados à regeneração urbana através de empréstimos, participações de capital ou garantias. Prevê o reforço da competitividade e atratividade turística nacional através de

O poder local adquire hoje e neste contexto um papel preponderante na gestão do território (Ferreira et al. 2010; Ferreira 2013). Perante a fragmentação e diversidade social da sociedade contemporâneas, questiona-se a democracia representativa unívoca e centralizada e a sua legitimidade e representatividade (Ferreira et al. 2010; Ferreira 2013). As políticas urbanas e o governo das cidades requerem a intensificação da participação cidadã e das respetivas organizações associativas, com vista à democracia participativa, refletindo-se ao nível do poder local (Ferreira 2013). Todavia, para além do que a legislação prevê, o poder local necessita de criar mecanismos para motivar o envolvimento dos cidadãos, sob o objetivo de aproximar os cidadãos da sua administração (Ferreira et al. 2010). Tal é o caso da revisão dos planos urbanos, especialmente dos PDM, onde a participação pública pode ser crucial. Em suma, o planeamento e ordenamento do território no contexto contemporâneo de crise poderão representar oportunidades no âmbito da regeneração urbana, permitindo processos crescentemente integrados e inclusivos através da participação pública. Tal será possível ao nível local, onde as autarquias desempenham um papel determinante, atuando por via das parcerias (Ferreira et al. 2010; Ferreira 2013). Prevê-se o (re)desenvolvimento territorial de áreas específicas urbanas, culminando na coesão socioeconómica e contribuindo para o combate de desigualdades e assimetrias territoriais (Ferreira et al. 2010; Ferreira 2013).

c. Refuncionalização por via do Património⁵⁵

O conceito de *património urbano* evoluiu desde a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX até hoje (Gonçalves 2007, p. 68). Contudo, foi apenas a partir da década de 1970 que se focou o papel desempenhado pelas áreas centrais das cidades no contexto do desenvolvimento urbano global (e.g.: Bolonha; *Carta Europeia de Património Arquitetónico*, 1975)⁵⁶ (Gonçalves 2007, p. 68).

projetos que contribuam para a regeneração, reabilitação e revitalização económica em meio urbano, incidindo sobretudo na área do Turismo (e.g.: caso Português).

⁵⁵ O conceito de *património* é vasto e complexo, albergando inúmeras definições que diferem entre si consoante contextos geográficos, sociais e culturais (Smith 2006; Choay 2011; Harrison 2013). Apesar de remeter para a conservação urbana, o conceito é, antagonicamente, reforçado pela questão do risco/ameaça de desaparecimento (Harrison 2013). Para além disso, reflete noções temporais, demarcando passado e presente, despoletando o debate sobre o progresso (Harrison 2013). Simultaneamente, o património é produto e produtor de modernidade ocidental, relacionando escalas, elementos materiais e imateriais com a população (Harrison 2013).

⁵⁶ Apesar de ser um documento com importância neste contexto, a *Carta Europeia de Património Arquitetónico* (1975) é generalista e contraditória (Gonçalves 2007, p. 68). E, por um lado, refere que “(...) architectural heritage is an expression of history and help us to understand the relevance of the past to contemporary life” (Art.º 1), ou seja, aceita a mudança. Por outro lado, refere que “This heritage should be passed on to the future generations in its authentic state and in all its variety as an essential part of the memory of the human race.” (Art.º 2), o que significa que contempla atributos intemporais (Gonçalves 2007, p. 68). A conservação de património urbano implica uma relação com o enquadramento do planeamento urbano, tal como aconteceu em Bolonha (*Bologna: politica e metodologia del restauro nei centri storici* (Gonçalves 2007, p. 69).

Por *património urbano* consideramos a valorização de elementos da forma urbana através da história, ou seja, o urbanismo (Gonçalves 2007, p. 67). A salvaguarda do património urbano é sobretudo uma questão de gestão e de planeamento urbano, implicando um enquadramento resultante da conciliação entre cultura e as entidades de administração de uso do solo (Gonçalves 2007, p. 67). O conceito já havia sido inicialmente explorado por G. Giovanonni (1931), referindo o significado e os meios da conservação do património urbano e a sua relação com o planeamento urbano moderno (ICOMOS 1987; Henriques 1991; Gonçalves 2007, p. 69). A cidade antiga era considerada como monumento histórico e as operações de restauro invocavam valores intemporais, mesmo se fosse necessário recorrer à demolição, tal como a teoria de *diradamento* (Giovanonni 1931, pp. 248-280; Gonçalves 2007, p. 69). Contudo, Giovanonni também considerava que a cidade antiga não se separa da contemporânea, uma vez que o fenómeno urbano é sempre contemporâneo (Gonçalves 2007, p. 69). Porém, o património urbano estava comprometido com o planeamento urbano, uma vez que as acções e políticas de conservação e a transformação se englobam num processo singular de urbanização (Gonçalves 2007, p. 69). Esse processo levaria, no futuro, ao fim do modelo urbano tradicional e, conseqüentemente, a um novo enquadramento da cidade antiga (Gonçalves 2007, p. 69). Após as considerações de Giovanonni, o património urbano e as doutrinas de planeamento urbano seguiram caminhos separados e ancoraram-se em políticas e debates culturais separados, onde as *Cartas de Atenas* (1931; 1933) contribuíram para esse afastamento (Gonçalves 2007, p. 69). Em 1986, no contexto português, surge o tema da gestão da cidade existente por Nuno Portas e a tomada de consciência de que as condições haviam mudado (Secchi 1984; Gonçalves 2007, p. 69). Assim, o “movimento de regresso ao centro da cidade” e a reabilitação urbana foram alguns dos temas mais relevantes no contexto das políticas de planeamento urbano desde a década de 1970 e da *Campanha Europeia para o Renascimento Urbano*, promovida pelo CE em 1981 (Gonçalves 2007, p. 69). O debate sobre a conservação urbana estava enfraquecido e enquadrado nas políticas públicas, as quais se enquadravam em legislação de uso dos solos (i.e.: marcado pelo *zoning* como instrumento fundamental, regras, fórmulas e índices) (Gonçalves 2007, p. 69). Deste modo, o estabelecimento de áreas de proteção (e.g.: envolvente de monumentos, áreas urbanas antigas ou centros históricos) incluía-se num planeamento urbano e respetivo sistema legal que concebiam a cidade de forma fragmentária e que eram adequados a fases de expansão urbana, ao invés da demanda pela gestão da cidade existente (Gonçalves 2007, p. 69). A intervenção pública reduzia-se então ao controlo das permissões de iniciativas privadas, sobretudo no caso português (Gonçalves 2007, p. 69).

A conservação do património urbano enquanto princípio pré-estabelecido no enquadramento do planeamento urbano português surge em 1934, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas e do Decreto-Lei n.º 24802 do Diário do Governo, de 21 de dezembro, para a elaboração de Planos Locais (Gonçalves 2007, p. 70). A regulação específica considerando a salvaguarda do carácter arquitetónico, histórico, pitoresco e estético das cidades deveria

integrar as propostas desses Planos Locais (Gonçalves 2007, p. 70). Já em 1932, os Decretos-Lei (n.º 2985; 21875) que reconheciam a importância de controlar as transformações na área envolvente de monumentos e edifícios públicos, foram também aprovados pelo MOP (Gonçalves 2007, p. 70). No final de 1960, foram aprovados 216 Planos Locais e 150 foram parcialmente aprovados (Gonçalves 2007, p. 70). O património urbano era, à data, abordado segundo perspetivas contraditórias, salvaguardando os atributos estéticos e pitorescos da cidade antiga, inserindo-se nas políticas culturais e ditatoriais, procurando afirmar a identidade nacional por essa via (Gonçalves 2007, p. 70). Apesar de se preservar o carácter histórico das cidades antigas, muitas demolições eram levadas a cabo em prol da melhoria dos monumentos existentes (Gonçalves 2007, p. 70). Essas perspetivas antagónicas estavam presentes nas políticas de planeamento urbano e de conservação do património urbano pelo MOP (e.g.: Plano de Tavira, da autoria de Raul Lino, 1954), reconhecendo o valor histórico e turístico da cidade antiga, que merecia a sua conservação global e se enquadravam na *Carta de Atenas* de 1931 (Gonçalves 2007, p. 70). Por outro lado, os Planos Locais de renovação urbana apenas preservavam monumentos (e.g.: Faro, de João Aguiar, 1946; Mafra, e Jacobetty Rosa, 1946), inserindo-se na *Carta de Atenas* de 1933 (Gonçalves 2007, pp. 70-71). Apesar da influência desses planos ter sido limitada, representaram a primeira experiência para controlar o desenvolvimento urbano em Portugal partindo de uma perspetiva legal e administrativa (Gonçalves 2007, p. 71). De acordo com Gonçalves (2007), existiram poucas mudanças na legislação de uso dos solos entre 1934 e 1971, tendo o enquadramento dos Planos Diretores Municipais apenas sido definido legalmente em 1977, segundo três níveis de uso local dos solos no sistema de planeamento urbano (Gonçalves 2007, p. 71). Apesar da influência limitada dos Planos Locais, estes contribuíram para o esquecimento generalizado e coletivo da questão da conservação do património urbano, já que este se integrava no planeamento urbano (Gonçalves 2007, p. 71). A conservação e a renovação partilham esse aspeto, já que a sua base conceptual é comum, isolando e sublimando os monumentos existentes e congelando as áreas de proteção, quer seja a envolvente de edifícios classificados, zonas urbanas antigas ou centros históricos (Gonçalves 2007, p. 71). Vários centros históricos foram delimitados e sujeitos a essas restrições, o que terá conduzido a um desenvolvimento urbano desequilibrado, descartando os efeitos da transformação da cidade antiga no futuro, novo, centro da cidade (Gonçalves 2007, p. 71). Tal como Giovanonni havia previsto:

“(...) the wish to transform the old central urban area (...) in the business center of the modern city is in most cases a huge, definitive and irremediable error (...)” (Giovanonni 1931, p. 157).

De acordo com Gonçalves (2007) a legislação portuguesa rege-se por dois enquadramentos no âmbito da conservação do património urbano, nomeadamente:

- i. o Planeamento e Gestão urbana (sob políticas de uso do solo) (Gonçalves 2007, p. 73);

- ii. a listagem de edifícios ou áreas urbanas (sob políticas culturais) (Gonçalves 2007, p. 73).

Os programas e políticas de reabilitação urbana são definidos e implementados considerando a “imagem da cidade”, o seu peso cultural e temporal, levando à sua sobreavaliação e à sobreproteção de áreas urbanas históricas (Gonçalves 2007, p. 73). Assim, o entendimento do património urbano e da sua conservação não poderá basear-se em intervenções generalizadas, com base em programas-tipo, mas antes avaliando cada caso e as suas especificidades. Atualmente, o instrumento-base para a salvaguarda do património urbano é o *Plano de Salvaguarda*, o qual foi criado em 1985 com base na *Lei do Património Cultural* e na *Convenção para a Proteção do Património Cultural da Europa* (CE 1985) (Gonçalves 2007, p. 74). Apesar de essa Lei nunca ter sido regulada e da consequente indefinição dos conteúdos do Plano de Salvaguarda, a *Lei de Usos do Solo* tem suportado diversos Planos de Pormenor que visam a salvaguarda e a reabilitação de áreas urbanas antigas (Gonçalves 2007, p. 74). Porém, de acordo com Gonçalves (2007), esses planos assumem um teor defensivo e até conservacionista, tendo sido utilizados sobretudo como elementos-chave de construção para regular constrangimentos físicos e revelando uma natureza passiva ao contrário da *conservação integrada* (Gonçalves 2007, p. 74).

Na era contemporânea, a gestão do património é um tema global, de concertação política e governamental (Choay 2011; Harrison 2013). Mas para compreender os desafios impostos nesse âmbito na contemporaneidade, é necessário compreender a história do próprio conceito de património urbano e a sua importância para a integração da sua gestão e do desenvolvimento urbano (Veldpaus et al. 2006, p. 4).

Apesar da *Convenção para a Proteção do Património Mundial* (1972)⁵⁷, a noção de *património* difere entre nações (Smith 2006; Choay 2011; Harrison 2013, p. 42 e seguintes). Atravessamos uma era dependente – material e imaterialmente – do património e da necessidade de homogeneizar esse conceito à escala global (Harrison 2013, p. 1; André e Nevado 2016), apesar das diversas crises conceptuais contemporâneas que modelam a ideia, a gestão e a própria classificação de património (Harrison 2013; André e Nevado 2016).

O termo *património* é antigo, abrangente e remonta à era medieval para descrever algo – i.e.: material e/ou imaterial – que era herdado (Brett 1996; Smith 2006; Choay 2011; Harrison 2013; André e Nevado 2016). À escala mundial, o conceito foi evoluindo ao longo da história e em função da relação entre o passado e os bens materiais (Harrison 2013, p. 42). Se, nos séculos XVIII e XIX, remetia para o campo espiritual e religioso, no século XX já dizia respeito à função desempenhada pelos organismos estatais quanto ao uso de objetos e ao seu controlo,

⁵⁷ Resultante da Conferência da Organização das Nações Unidas, para a educação, ciências e cultura, decorrida em Paris, de 17 a 21 de novembro de 1972 (17ª Sessão), a Convenção constatou que o património cultural e o património natural eram ameaçados pela crescente urbanização e a depredação que acarretava (e.g.: a devastação de paisagens culturais) (Choay 2011, pp. 220-221).

para revelar aspetos culturais e históricos de uma dada nação e para definir normas para a governar coletivamente (Harrison 2013, p. 42). A partir da década de 1960, a noção de património histórico é considerado, sobretudo na sequência da Carta de Veneza de 1964 (Choay 2011, p. 215). Em 1972, o conceito de património mundial foi introduzido nas sociedades capitalistas e pós-industriais, conduzindo à valorização do passado e a um *boom* popular, fomentando a atividade do turismo (Harrison 2013, p. 68). Eis que o património passaria a ser museificado e comercializado (Choay 2011, p. 44). Hoje, a herança, a salvaguarda e a gestão do património são questões definidas por cada nação e em determinandos momentos, não existindo, assim, uma consensualização sobre a sua interpretação (Smith 2006; Choay 2011; Harrison 2013). Remetendo também para as questões da memória e da identidade⁵⁸, o conceito tem sido debatido segundo diferentes posições (Smith 2006, 2011; Matias Ferreira 2016). Mas como se define o que é *património*? Sobre esse conceito, Garcés (2006) afirma:

“The idea of heritage is a result of a symbolic economy related to the “policies of memory” but it depends, moreover, on strategies aimed at making the centre profitable as a function of certain interests, mainly related to the tourist industry and real estate business.” (Garcés 2006, p. 25).

Mas, por exemplo, de acordo com L. Smith, o património não existe; é somente uma construção conceptual, mutável e é também uma *performance*⁵⁹, relacionando o ato da visita com a experientiação e com a invocação de memórias (Smith 2006, p. 66; André e Nevado 2016). Enquanto processo cultural e prática eminentemente política e divergente⁶⁰, remete para a concertação e para a (re)criação de “memórias, valores e significados culturais” (Smith 2011, p. 40). O património - tal como a memória - não é estanque (Harrison 2013, p. 42; Matias Ferreira 2016), ao contrário das noções preconizadas nas sociedades ocidentais contemporâneas, assentes no passado histórico-cultural (material e/ou imaterial) e que contribuem para alicerçar a indústria do turismo mundial (Smith 2006; Harrison 2013). Todavia, uma das contradições das questões do património é que existe exclusão no próprio ato de inclusão (Brett 1996; Graham et al. 2000; Graham 2002), ou seja, são premeditadamente tomadas opções e criadas segregações num processo simultânea e antagonicamente progressista e conservador (Smith 2011, p. 60). De acordo com Bender (2001), a modernidade da cidade reside no diálogo com o passado, tal como acontece na cidade de Lisboa, e o

⁵⁸ “Heritage is conceived in terms of memory and identity.” (Garcés 2006, p. 23).

⁵⁹ L. Smith constata que os processos identitários e de criação de memórias (coletivas) são continuamente recriadas em função de contextos sociais e agentes envolvidos, não se refletindo, por isso, materialmente (Smith 2011, p. 60; Matias Ferreira 2016). As questões da reinterpretação e da resignificação do passado face às necessidades culturais e sociopolíticas são fundamentais nesses processos (Smith 2011; Matias Ferreira 2016).

⁶⁰ Considerando que são agentes/entidades de poder que legitimam ideias dominantes e incutem valores a cada nação, contribuindo para a definição cultural contemporâneo, a ideia de património é variável (Smith 2006; André e Nevado 2016).

passado deverá coexistir com o presente (André e Nevado 2016). Assim, abordar as questões relacionadas com o património (Choay 2011) implica questionar e reconhecer a sua relevância nos contextos atual e futuro de redesenvolvimento urbano (André e Nevado 2016). Considerando que a noção de *património* é imaterial, plural e subjetiva (Smith 2006), correspondendo a processos político-culturais marcadamente ocidentalizados (e.g.: o “discurso autorizado [e formatado] sobre o património”⁶¹ defendido por L. Smith (2011)), questionamos a sua importância no âmbito da regeneração urbana de áreas urbanas (André e Nevado 2016). Mas apesar da cidade conter áreas não-centrais (i.e.: periféricas, semi-periféricas e/ou zonas desqualificadas), a salvaguarda do património urbano tem sido particularmente dirigido a territórios centrais, acentuando identidades, lugares, memórias e valores socioculturais (Smith 2006; 2012; André e Nevado 2016). No cenário atual de crescente incerteza (Ascher 2008), transformação e de assimetrias, importa clarificar, por um lado, e salientar, por outro lado, o papel do património, quer no âmbito da re-funcionalização como veículo para regenerar e promover a (re)criação de centralidades urbanas em territórios periféricos, quer no contexto do planeamento e gestão urbana com vista à articulação entre territórios (André e Nevado 2016).

Num mundo global, em célere mudança (Nevado 2014a, 2015a) e de expansão cultural (André e Nevado 2016) e inserido num vasto campo de debate e de pesquisa, o *património* é uma construção mental (Labadi e Logan 2016) e ideológica, que resulta de processos políticos e de decisão sobre escassos recursos (Smith 2006; Labadi e Logan 2016). Assim, o património não é só uma preocupação cultural e académica, mas sobretudo económica (Harrison 2013). Não se cingindo ao passado, representa o presente e o futuro (Labadi e Logan 2016), não encerrando em si uma definição universal (Smith 2006). Contudo, o discurso marcadamente ocidentalizado e formatado (Smith 2006; 2012) nem sempre é isento/imparcial, moldando sociedades e a opinião pública, e partindo de abordagens *top-down* (Labadi e Logan, 2016; Smith, 2006). Embora a UNESCO reconheça a importância dos valores e práticas das comunidades locais a par de sistemas de gestão tradicionais para o futuro, ainda não se refletem nos planos e estratégias de gestão urbanística, centrando-se em perspetivas teóricas (Labadi e Logan 2016). A sua abrangência não se resume a elementos singulares de reconhecido valor, representando também memórias e temporalidades da cidade. Enquanto valor tangível e intangível do legado do passado, representa uma vantagem para comunidades e governos ao permitir distinguir cidades/áreas urbanas e atrair turismo e investimento (Harrison 2013). Esse contributo representa a possibilidade de (re)criar identidades e coexiste com elementos patrimoniais novos que requerem integração nas estratégias de planeamento e gestão urbanística da cidade contemporânea. Nesse contexto e sendo o passado inevitável (Lowenthal 1985), a história é considerada como fundamento da intervenção por via da regeneração urbana, da refuncionalização do património e da (re)construção sobre o

⁶¹ I.e.: *Authorised Heritage Discourse* (Smith 2006; 2012).

construído (De Gracia 1992) e é compreendida enquanto *processo* e não apenas um fim em si mesma, implicando visões integradas, interpretações do território e da paisagem urbana⁶².

Tal como referimos, em plena era globalizada e de expansão cultural, o legado do passado (i.e.: espólio arquitetónico de interesse público, conjuntos urbanos, monumentos e monumentos históricos) tende a ser, sempre que possível, considerado como objeto de exploração, de lucro e/ou alvo de museificação (Choay 2011, p. 44). Face às céleres transformações, a preservação dos monumentos e a valorização da sua história são determinantes, não só para promover uma tomada de consciência sobre o seu valor, como também para os defender de acções especulativas e dos efeitos nocivos do turismo massivo (Choay 2011, p. 11), considerando que o património é hoje considerado uma marca comercial (Harrison 2013; André e Nevado 2016). Se, por um lado, a informação é difundida e acedida em tempo real, por outro lado ocorre o descuramento da função da memória transmitida pelos monumentos⁶³ e que relevam o papel da história, das temporalidades, das políticas públicas de gestão cultural e de enfoque patrimonial (Choay 2011, p. 16). Assim, consideramos que a mera preservação física do património é ultrapassada pela evocação da memória viva que o mesmo transporta e pode incutir nas sociedades contemporâneas (Choay 2011, p. 16).

Segundo Choay (2011), urge fomentar “(...) a participação coletiva na produção de um património vivo.” (Choay 2011, p. 16), ou seja, integrar o património e a sua salvaguarda na vivência das cidades. Todavia, a evolução histórica revela que a salvaguarda patrimonial nem sempre foi preconizada, inserindo-se em contextos ideológicos e culturais distintos (Choay 2011, p. 20). Perante os enquadramentos legais e culturais na Europa ocidental, a questão da demolição em contraponto com a preservação gera controvérsia⁶⁴. Historicamente, salientam-se os momentos de introdução de inovações tecnológicas (e.g.: pelo Renascimento e posteriormente pela Revolução Industrial) que, apesar dos seus impactos, permitiu abordar e

⁶² E.g.: obra notável do Arquiteto Dimitri Pikionis na Acrópole de Atenas.

⁶³ Embora as definições de *monumento* e *monumento histórico* sejam distintas entre si (Choay 1992; Choay 2011, pp. 16-20), na elaboração desta Tese consideramos que esses conceitos englobam também a consideração e a salvaguarda do *território* e de conjuntos urbanos com interesse cultural, histórico, urbano e socioeconómico. Deste modo, os monumentos não concernem somente a objetos materiais e portadores de valor histórico-cultural, como também incluem dimensões metropolitanas, urbanas e urbanísticas (Gonçalves 2013). Note-se que o entendimento dos conceitos de *monumento* e *monumento histórico* variou ao longo da evolução histórica (Choay 2011, pp. 20), ou seja, as suas definições – tal como a de *património* – são mutáveis (Matias Ferreira 2016).

⁶⁴ Atualmente definem-se estratégias globais e políticas de gestão do edificado com base em diretivas internacionais ocidentais, na sequência da criação da *Carta Internacional da Conservação e Restauração dos Sítios e Monumentos* (Carta de Veneza 1964), do ICOMOS (1965) e da *Convenção do Património Mundial* (“*World Heritage Convention*” 1972) (Harrison 2013; Choay 2011, pp. 215 e seguintes; pp. 219 e seguintes). Contudo, a aplicação do modelo de património mundial da UNESCO a sítios e comunidades considera as concepções diferentes de património entre as nações, podendo gerar conflitos (Harrison 2013). Os elementos possivelmente representativos e passíveis de figurarem na lista oficial de património mundial são atraentes, visto que podem beneficiar de financiamento internacional para a recuperação, a conservação e a manutenção do espólio patrimonial (Harrison 2013) (i.e.: do “bem”; e.g.: Universidade de Coimbra, Alta de Coimbra e Sofia).

compreender uma nova aceção dos monumentos e o foco na preservação de elementos pré-existent (Choay 2011, pp. 144-165). Posteriormente, o fenómeno de desindustrialização acarretou também diversos processos de transformação (i.e.: urbana, social e económica) até à atualidade, despoletando o turismo internacional (Harrison 2013; André e Nevado 2016). A industrialização revelou a importância da preservação do legado histórico, não como mero passado, mas uma construção que parte de filosofias modernas no presente (Harrison 2013). Porém, o legado industrial é considerado *património* há relativamente pouco tempo, tendo vindo a ser valorizado com a evolução das teorias de reabilitação e regeneração urbana nas décadas de 1980-90 (Harrison 2013). Mas são essas transformações ao longo da História que justificam a análise conceptual do património e das noções que lhe estão associadas na contemporaneidade, pois ao questionar os seus fundamentos é possível (re)construir instrumentos críticos aos processos de transformação territorial/urbana (e.g: regeneração urbana)⁶⁵. A intervenção na cidade contemporânea – quer seja em áreas consolidadas, quer na periferia – requer abordagens críticas, questionar e interpretar as pré-existências (Harrison 2013). Os diversos exemplos históricos - quer sejam edifícios, quer sejam espaços públicos - não valem por si só, carecendo de inserção em sistemas urbanos mais latos, interpretações críticas que os valorizem e justifiquem na contemporaneidade, não descartando a hipótese de demolição quando se legitime (Giovanonni 1931). Deste modo, a reutilização dos bens existentes mas com a introdução de usos contemporâneos (i.e.: “adaptive re-use”) (Harrison 2013), permite articular temporalidades (Smith 2011; Choay 2011; Harrison 2013; André e Nevado 2016). No âmbito da reabilitação e da regeneração urbana, o passado serve hoje de suporte às intervenções – quer em sítios, quer no edificado -, mas criando algo novo e criativo, recuperando-se porém fundamentações teóricas e científicas de conservação e restauro (Giovanonni 1931). Nesse contexto, o Estado desempenha uma função preponderante no âmbito do controlo legislativo sobre as intervenções no património (Harrison 2013). No entanto, a ideia de património é por vezes ainda erradamente marcada pelo nacionalismo e a reinvenção da tradição⁶⁶, com o intuito de contar uma história única sobre as origens de uma nação, baseada em cânones de património e disseminando mensagens que tentam influenciar comportamentos dos cidadãos (Harrison 2013).

Considerando a história e a consciência histórica (individual e coletiva), os modos como as pessoas refletem sobre o passado e o utilizam no presente são questionados na obra “*The*

⁶⁵ Considerando a era contemporânea, global e supramoderna (Appadurai 2000; Soja 2000), e o passado evolutivo das políticas de planeamento e de gestão territorial e patrimonial, ainda se assiste à prossecução de intervenções aleatórias, inúmeras vezes regidas pelo *marketing* urbano e cultural, com vista ao mero entretenimento público e interativo (Choay 2011; Harrison 2013). Tal é o caso de intervenções pseudo-culturais (e.g.: eventos culturais tais como encenações de Feiras Medievais; museus contemporâneos sob apresentação de parques temáticos; etc.), que podem abranger também património imaterial mas sem incluir a memória coletiva/histórica, ou seja, adquire somente um valor figurativo e/ou simbólico (Choay 2011; André e Nevado 2016).

⁶⁶ E.g.: Estado Novo, Portugal.

Past is a Foreign Country” (Lowenthal 1985). Quais as principais razões que nos conduzem à recuperação do passado? Especificamente no caso das intervenções arquitetónicas, o passado tem vindo a ser considerado e valorizado como suporte e orientação, enriquecendo as opções de projeto e conferindo uma suposta ideia de identidade com as comunidades e populações envolvidas (Lowenthal 1985). Porém, o passado pode ser perigoso na medida em que restringe a criatividade ativa do presente (Lowenthal 1985). E é por essa razão que inúmeros Arquitetos contemporâneos tendem a fugir do passado e das suas raízes (Lowenthal 1985). Se, por um lado, o passado é sinónimo de familiaridade, segurança e conforto, por outro lado pode ser visto como um espantalho (Lowenthal 1985). Nesse contexto, e com vista a beneficiar do passado, a relação entre dialética e inovação é explorada por Lowenthal (1985), através de quatro momentos particulares da história (Renascimento Europeu, Iluminismo Britânico e Francês, período Vitoriano Britânico, América Revolucionária). A redescoberta do passado em cada momento oferece-nos o conhecimento sobre modelos e referências de excelência que influenciaram a produção cultural, social, artística e política, adaptados, contudo, a diferentes contextos tecnológicos (Lowenthal 1985). Todavia, não basta adquirir conhecimento sobre o passado mas também sobre o contexto histórico sobre as quais se opera, considerando as suas especificidades, cânones e conceitos operativos (e.g.: autenticidade e beleza) (Lowenthal 1985). Querer, conhecer e modificar o passado (“*Wanting the Past*”, “*Knowing the Past*”, “*Changing the Past*”) são desígnios que apontam caminhos possíveis para futuras intervenções (Lowenthal 1985). Se, em determinados períodos alguns aspetos históricos eram valorizados (e.g.: campanhas/propaganda de regimes ditatoriais), noutros momentos os mesmos aspetos eram objeto de repulsa, tornando o percurso da história oscilante (Lowenthal 1985). Por exemplo, em períodos políticos críticos ou de profunda transformação (tecnológica, social ou cultural), o passado foi excessivamente venerado, em contraponto com os momentos de evolução/prosperidade económica e de estabilização cultural, relegando-o para segundo plano (Lowenthal 1985). Estas questões remetem-nos para a vertente cíclica da história e da própria vida (Lowenthal 1985). O passado não é, antagonicamente, estanque nem encerrado, considerando o seu papel constante de transformação da vida humana (Lowenthal 1985). É através do passado que é possível ter a perceção clara do presente, embora o *gap* geracional dissimule esse entendimento (Lowenthal 1985). Os bens e tradições herdados – quer pessoais, quer de identidade nacional - tendem a ser somente reconhecidos e valorizados algumas décadas mais tarde (Lowenthal 1985). Hoje, mais do que nunca, o passado não deverá ser tomado como fardo ou ameaça, mas antes como plataforma para a construção do presente e do futuro (Lowenthal 1985). Existe, porém, uma ténue linha entre a recuperação da memória coletiva e a construção - não obstante de ser sempre artificiosa – de cópias e pastiches, com o objetivo de atribuir significado e recriar aspetos/momentos do passado (Lowenthal 1985). Essa tentativa de interação da contemporaneidade com o passado urge transformar o presente partindo das pré-existências e adaptando-as ao contexto atual, i.e.: atribuindo-lhe novos usos (Lowenthal 1985).

Curiosamente, o património revela muitos aspetos do presente, uma vez que os seus usos são frequentemente associados ao poder societário, e, consequentemente, ao poder de legitimação cultural, definindo os valores inatos de cada nação e políticas de conservação/preservação (Smith 2006). Existem correntes discursivas dominantes com base em ideias e valores culturais inatos (e.g.: profundidade, monumentalidade, conhecimento e estética) (Smith 2006). É, contudo, um discurso mutável (no tempo e no espaço), aberto à contestação e a novos desafios, contrariamente à noção ocidentalizada de património (Smith 2006). Sem significados ou valores definidos, é antes intangível e representa um processo social e cultural, constituindo prática política e discordante que protagoniza o trabalho cultural do presente (Smith 2006; Harrison 2013). Representa as experiências que podem acontecer nos sítios ou durante certos eventos (Smith 2006; Harrison 2013). É um processo de relembrar e de elaboração de memória – de mediação cultural e mudança social, de negociar, criar e renegociar valores, significados, entendimentos e identidade (Smith 2006).

O património é um processo cultural vibrante e ativo de criação de elos através de experiências partilhadas e atos de criação (Smith 2006). Tendo sido explorado enquanto discurso subalterno de identidade política nas décadas de 1960-1970 – aquando da definição de processos formais e técnicos de conservação e gestão, por via de instrumentos legais e documentos políticos, cartas e convenções (inter)nacionais -, o património é hoje um amplo assunto do domínio público (Smith 2006). O fenómeno de globalização contribuiu para a afirmação da identidade local (Pereira e Midões 1997; Rodrigues 1997a) e da comunidade que são expressas e disseminadas pelos *media*. Segundo Smith (2006), o património tornou-se um discurso útil (e perverso) através do qual se regula, controla e afirmam demandas públicas locais, emergentes e competitivas a uma panóplia de identidades e experiências culturais, sociais e históricas (Smith 2006). As definições de património tomadas como referência e a linguagem corrente para enquadrar as acções de conservação, preservação, interpretação e outras práticas de gestão têm consequências práticas (Smith 2006, 2011). E qualquer discurso – sobretudo quando promovido por entidades internacionais, de renome, (e.g.: ICOMOS; UNESCO) -, envolve poder, considerando a carga ideológica e política inerente. Neste contexto, é crucial (re)criar sinergias com essas instituições, beneficiando e adaptando as suas diretivas a cada contexto particular (Smith 2006, 2011). Para além da re teorização/redefinição do conceito de património, é explorada a relação entre património e expressões de identidade (Smith 2006). O património provoca consequências – sociais, culturais e políticas -, e constrói redes de significado. É através da compreensão do uso que os sítios e processos de património são trazidos para o presente, a forma como o presente o constrói, o papel que o património desempenha e as consequências que traz, tomando consciência de um sentido de utilidade que o património é e pode ser atingido (Smith 2006)⁶⁷. Numa primeira instância, a

⁶⁷ A capacidade de controlar o património através do conhecimento do passado relaciona-se com dignidade cultural e orgulho coletivos, e representa pelo menos três missões, interligadas entre si (Smith 2006):

capacidade de controlar o património é importante para as comunidades locais, mantendo/estabelecendo o orgulho da comunidade, coesão e identidade (Smith 2006, 2011).

O património em si é considerado um recurso de poder devido às suas características representativas e pelo facto de ser um processo de significado, onde a valência de desafiar e alterar noções históricas recebidas pode ser explorada e encenada (Smith 2006; Choay 2011). Exige, contudo, uma gestão integrada, sendo determinante para a caracterização de comunidades locais e nações coletivas. Esse elo de ligação - entre o edificado, o território e as comunidades - expressa a ideia de identidade. Deverá, no entanto, ser considerado enquanto *processo* (ativo e contínuo) de (re)criação, onde as ligações e associações com o passado são continuamente refeitas e negociadas. Dada a multiplicidade de contextos, considera-se um caminho que conecta sítios patrimoniais com identidade e que se faz e refaz. Deste modo, associa-se ao sentido de *lugar* e ao significado social, de identidade (Smith 2006). O património não é somente um processo cultural, mas também o reflexo das características nativas, intrínsecas a cada sociedade, i.e.: da sua identidade (Smith 2006). O controlo do património revela-se então determinante não só em negociações políticas como também como elemento fundamental de coesão, expressão e significado cultural nacional, o que faz com que o património seja representação e afirmação identitária e como forma de controlo (Smith 2006). Herdar um passado identitário coletivo é, porquanto, um direito fundamental (Choay 1992, 2011; Smith 2006; Harrison 2013). Tal é visível nos processos de revitalização e regeneração urbana onde o papel do processo de repatriarização se revela imprescindível para a promoção do sentido de identidade, orgulho e auto-estima no seio das comunidades locais, para além de promover o próprio conhecimento do passado dos territórios. Não obstante a conceptualização, densidade e complexidade da questão do património – afirmada, aliás, pelas Cartas e Convenções mundiais - conclui-se que o património só o é se for usufruído, ou seja, se abarcar usos que o justifiquem e correspondam à ideia de identidade social coletiva. Para tal, indigita-se investigar o passado arqueológico urbano e socioeconómico (Smith 2006).

3. Objetivos da Tese

Cientes das especificidades, da emergência e das dificuldades implícitas nos processos de regeneração urbana, dos novos desafios impostos nas políticas de desenvolvimento urbano e a premência do caso de estudo selecionado, consideramos os seguintes objetivos:

-
- i. Definir a identidade da comunidade;
 - ii. Criar e recriar novas identidades políticas através das quais se negoceiam com os governos a legitimidade de uma panóplia de direitos culturais e civis;
 - iii. Demonstrar controlo sobre um recurso político.

a. Objetivo principal

O **objetivo principal** da Tese consubstancia-se em problematizar a regeneração urbana por via da re-funcionalização do património e à luz do planeamento e gestão urbanística, utilizando como caso de estudo a ZROL e as intervenções públicas e privadas levadas a cabo nesse âmbito.

b. Objetivos gerais

Como **objetivos gerais**, pretendemos:

- i. Problematizar e perspetivar a regeneração urbana em áreas pós-industriais e na zona ribeirinha oriental de Lisboa, através dos IGT e da refuncionalização do património, contribuindo para esse debate técnico-científico;
- ii. Utilizar o passado como recurso de projeto e fundamentação no presente e no futuro (Veldpaus, Roders e Colenbrander 2013);
- iii. Face à insuficiência normativa do quadro legislativo, indagar a regeneração urbana como fator fundamental do futuro da cidade contemporânea;
- iv. Desmontar a figura de *Plano de Conservação Integrada* (Castello 2006), aplicando-a à regeneração urbana de áreas pós-industriais, demonstrando a sua relevância e potencial;
- v. Averiguar possíveis modos estratégicos de projetar na contemporaneidade no âmbito da regeneração urbana, visando contribuir para o desenvolvimento de visões locais que as enquadrem e promovam articulação entre agentes e instituições, considerando a especificidade de áreas urbanas, a sua evolução histórica e urbana;
- vi. Contribuir para o debate, a formulação de metodologias de análise e a *performance* empírica para o (re)desenvolvimento territorial do caso de estudo com a cidade e a AML, com base nos IGT (e.g.: Planos Diretores Municipais);
- vii. Aferir modos prospetivos de (re)projetar a cidade com base na regeneração urbana e identificar possíveis modelos de ação compatíveis com a contemporaneidade e contexto socioeconómico (presente e futuro) marcado pela escassez de recursos.

c. Objetivos específicos

Os **objetivos específicos** abrangem:

- i. Abordar o tema na área em estudo através do conceito e operações de regeneração urbana, dos seus níveis de sucesso, agentes envolvidos e a sua pertinência na evolução da cidade;
- ii. Diferenciar/clarificar os conceitos de regeneração, reabilitação, reconversão e requalificação urbanas;
- iii. Afirmar a regeneração urbana enquanto política integrada, interdisciplinar e prioritária em áreas urbanas consolidadas e, particularmente, nas frentes ribeirinhas;

- iv. Contribuir para o conhecimento, evolução e implementação dos planos diretores municipais em Lisboa, averiguando o papel do município no processo de regeneração urbana na área em estudo e constatando a importância da revisão dos planos e da gestão urbanística face ao planeamento;
- v. Sustentar a (re)criação de centralidades socioeconómicas através da ideia da recentralização por via da refuncionalização e gestão do património, contrariando a tendência anterior de dispersão para as periferias na AML;
- vi. Revelar o papel estratégico da arquitetura, do urbanismo, e a sua relação com a governação na regeneração urbana, mediante a concepção e implementação dos IGT;
- vii. Identificar, comparar e articular modelos estratégicos de gestão urbanística (municipal) no contexto socioeconómico e no processo de regeneração urbana na área em estudo, considerando a escassez económica e financeira, a evolução demográfica e a sua situação semi-periférica atual;
- viii. Contribuir para a ação política de planeamento e gestão da cidade contemporânea, investigando propositiva e prospetivamente a área em estudo, através da formulação de questões e definindo linhas de atuação futura, com base no passado e destacando a investigação científica como ferramenta estratégica e teórico-prática da regeneração urbana;
- ix. contribuir para a formulação de metodologias de análise e atuação empírica para o (re)desenvolvimento territorial dessa área urbana específica, com base nos IGT;
- x. contribuir para o conhecimento, evolução e implementação dos IGT e dos PDM, em particular, na cidade de Lisboa, averiguando o papel do município no processo de regeneração urbana na área em estudo e constatando a importância da revisão dos planos e da gestão urbanística face ao planeamento;

4. Metodologia de Investigação

4.1 Construção de uma metodologia

A primeira opção metodológica prendeu-se com a escolha de um caso de estudo como suporte da investigação e no âmbito temático que abrange. O estudo de caso selecionado situa-se na zona ribeirinha oriental de Lisboa entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações, desde Santa Apolónia até Braço de Prata, englobando áreas urbanas específicas das freguesias de Santa Maria dos Olivais, Beato, Xabregas e Marvila.

Apesar dessa escolha, verificou-se a necessidade de confronto com diversos casos – ora díspares, ora semelhantes –, através da comparação com outros centros da cidade e com áreas urbanas internacionais, relevantes do ponto de vista da regeneração urbana, procurando aferir se as condições analisadas são exclusivas do caso lisboeta ou se se encontram paralelismos com outras situações, visando uma posterior validação de conclusões obtidas. Todavia, e com vista a uma aproximação metodológica comparativa, não se pretendem

verificar apenas pontos comuns nas intervenções urbanas, tomando como hipóteses paralelas – no espaço e no tempo – alguns casos internacionais, que se revelaram pertinentes pelas suas características:

- i. Frente de água/ribeirinha (mar ou rio)⁶⁸, em que, tal como em Lisboa – um caso de “rio marítimo” (Matias Ferreira 2004, 2016) -, a relação da cidade com a água caracteriza fundamentalmente o espaço urbano;
- ii. A existência de um porto, aproximando entre si os casos urbanos analisados - quer do ponto de vista físico, quer no âmbito económico, cultural e social -, articulando a frente de água com a presença portuária e afastando-a do espaço da cidade; o facto das cidades portuárias se relacionarem com o exterior, reforçando centralidades e externalidades económicas;
- iii. A caracterização urbana pelo (intenso) processo de industrialização e desindustrialização, manifestada pela presença de uma infraestruturação do território, relacionada com a indústria, com o sistema portuário e com as acessibilidades (rodo e ferroviárias), revelando-se, conseqüentemente, na (des)articulação da cidade com o espaço do porto e da frente de água, gerando rupturas e fragmentos urbanos;
- iv. A aferição de um possível modelo de evolução urbana neste tipo de territórios, aparentemente semelhantes (Ochoa 2012, 2016);
- v. A verificação da possibilidade de se constatar uma *identidade* e/ou valor simbólico das frentes de água e das conseqüentes operações de regeneração urbana (Matias Ferreira 2004);
- vi. A ocorrência de operações de regeneração urbana de partes de frentes de água, substituindo e alterando espaços urbanos portuários e industriais, podendo (ou não) relacionar-se com eventos internacionais (por exemplo, a Expo '98, em Lisboa, e os Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona, salientando-se o facto de ambos terem ocorrido nas zonas orientais das cidades);
- vii. Identificar e comparar filosofias de intervenção, escalas, tipos de transformação efetuada nos tecidos urbanos, nos espaços públicos gerados, no âmbito da abertura e devolução da frente de água às cidades;
- viii. O contexto de intervenção, com relevância no âmbito económico, face à atual escassez de financiamento público.

⁶⁸ As frentes de água distinguem-se “(...) pela sua beleza paisagística, mas também pela sua maior vulnerabilidade ambiental e sísmica” (MAOTDR 2007b, p. 6), sendo seleccionadas para “atividades mais orientadas para a diversão, com soluções inovadoras no domínio do virtual, e o desporto em modalidades associadas à náutica, combinadas com atividades de I&D especializadas; e com características semelhantes às das zonas industriais e logísticas (...)” (MAOTDR 2007b, p. 7).

Metodologicamente, a execução da proposta de trabalho assenta na análise e no confronto do PDRL (1964) e do PDML (1994) - dois planos urbanos chave para a evolução da cidade e AML -, considerando a evolução do planeamento em Portugal. Esta seleção dos planos e do seu confronto deve-se, por um lado, ao facto desses dois representarem momentos chave de evolução urbana da capital e, por outro lado, por balizarem a evolução dos conceitos operativos desta Tese, particularmente a regeneração urbana. São determinantes para a temática em estudo, já que abordam as questões da regeneração urbana sob dois pontos de vista distintos: da expansão regressa-se à recentralização, refletindo-se nas opções tomadas (i.e.: políticas, urbanísticas e societárias).

Considerando que o planeamento e a gestão urbanística são decisivos para a coesão/diversidade territorial, revelando também a relação com a evolução urbana da cidade e da AML, optou-se por escolher planos urbanos que revelam a falta de investimento e visão estratégica a longo prazo da ZROL, justificando o seu estado de declínio. Por um lado, pretende-se compreender os modos como a ZROL evoluiu e regrediu até aos dias de hoje, por outro lado, almeja-se perspetivar modos prospetivos de intervir.

Considerando as balizas cronológicas e a localização geográfica em que a investigação decorre, atribuir-se-á uma maior importância ao caso de estudo da ZROL, funcionando os restantes estudos de caso como complementos da pesquisa, implicando uma restrição da metodologia adoptada e limitando a natureza de análise, comparando com o caso lisboeta. Deste modo, o objetivo nos casos internacionais não será o de investigar aprofundadamente a evolução, regeneração e situação atual das frentes de água urbanas, como em Lisboa, mas antes utilizá-los enquanto ferramentas para obter possíveis confrontações que construam os fundamentos das conclusões.

Apesar do caso de estudo ser se encontrar enquadrado temporalmente, foi necessário ter em conta a génese e determinados antecedentes e evolução de conceitos, espaços e estruturas no âmbito da área em estudo, recorrendo, pontualmente, a elementos complementares à análise direta do território, tais como a cartografia, descrições históricas, planos urbanos, entre outros, enquanto auxiliares de pesquisa para melhor compreender a contemporaneidade. Definiram-se os conceitos de áreas urbanas envolvidos - unidades territoriais com morfologias e lógicas distintas, inseridas na organização geral da cidade -, tais como: a *zona ribeirinha* (que corresponde ao corredor urbano de ocupação portuária e industrial na linha de costa, em contacto com a água, separada por vias rodó e ferroviárias); a *cidade consolidada*/"interior", a qual se refere ao conjunto de áreas urbanas, desenvolvidas naturalmente, situada antes da linha de costa (Ochoa 2012, 2016).

Com vista ao estudo e compreensão dos aspetos, mecanismos (e.g.: perequação)⁶⁹ e procedimentos relacionados com a regeneração urbana em áreas pós-industriais, foi

⁶⁹ Vd. *Capítulo 2 – Perequação* (pp. 125 e seguintes).

necessário optar por um método de abordagem ao problema de forma objetiva e original. Como tal, a investigação assentou em conceitos operativos - regeneração urbana, re-funcionalização, *gentrification* e património – com vista à investigação da regeneração urbana em áreas pós-industriais, fundamentada pela análise e comparação da legislação, nomeadamente, os planos diretores municipais – o PDRL (1964) e o PDML (1994) - como base de comparação de estratégias de atuação na cidade de Lisboa e, mais concretamente, na área em estudo. Contudo, o suporte bidimensional (cartográfico e fotográfico) não foi suficiente, requerendo visitas ao local – *trabalho de campo* – estabelecendo um contacto com o território físico, constituindo e reconhecendo-o também como uma opção metodológica essencial. Através da cartografia – analisada desde 1936 até à atualidade, com um enfoque sobre os dois momentos correspondentes aos planos urbanos diretores municipais -, foi possível deduzir diferentes momentos, opções de desenvolvimento urbano e averiguar estratégias de governança, sob a gestão municipal, e o papel essencial da arquitetura e do urbanismo neste contexto. Apesar da cidade se encontrar em constante mutação, delimitou-se um período temporal concreto (desde a década de 1960 até à atualidade), suportando e justificando as ilações da investigação.

A complexidade da zona em estudo deve-se, sobretudo, ao processo de industrialização e, posteriormente, de desafetação socioeconómica, acarretando sucessivos fenómenos de *gentrification*, transformação e progressiva degradação urbana e arquitetónica. Neste contexto, pretendem-se identificar modelos de intervenção e gestão no âmbito da regeneração urbana, na zona em estudo, no contexto socioeconómico contemporâneo e, para além disso, compreender o papel fundamental da Arquitetura e do Urbanismo nesse processo estratégico e a sua relação com a governança, através da concepção e implementação de IGT.

Elabora-se uma contextualização e evolução da área urbana em estudo, recorrendo à:

- i. Análise das operações de regeneração urbana no caso de estudo através dos IGT – nomeadamente, planos urbanos, modelos e instrumentos políticos específicos (e.g.: *Política de Cidades POLIS XXI*, Planos Diretores Municipais e Planos Estratégicos);
- ii. Produção de diagramas com base na cartografia ao longo do processo de transformação da frente ribeirinha;
- iii. Elaboração de uma proposta teórica no âmbito da regeneração urbana para o caso de estudo (Nevado 2014b).
- iv. Análise do processo de evolução da cidade e o caso de estudo mediante:
 - a. a revisão da literatura/bibliografia;
 - b. a análise histórica do sítio;
 - c. a contextualização e o confronto da ação do município de Lisboa através da análise de políticas urbanas, instrumentos e estratégias urbanas de planeamento e gestão urbana (e.g.: modelos, Planos Diretores Municipais, planos estratégicos, programas de ação, instrumentos políticos como a

Política de Cidades POLIS XXI) e também através da ação do município de Lisboa nesse processo (Nevado 2014d).

Ao longo da investigação pretendeu-se criar e testar uma metodologia baseada na análise e no contacto com o território em estudo, por observação direta/empírica e teórica, adaptando, no entanto, os objetivos inicialmente propostos e moldados à medida que o trabalho progredia. Seguiu-se um procedimento heurístico, através da evolução da pesquisa e do conhecimento, em função/a par com as condições diagnosticadas no território, assumindo/reconhecendo o carácter qualitativo da investigação.

O processo de investigação abrangeu diversos momentos e metodologias fundamentais:

- i. Trabalho teórico, de base;
 - a. Contextualização da área em estudo;
 - b. Recolha e análise de bibliografia, legislação, dados estatísticos, cartografia e IGT, realizados a partir dos anos 60, com vista à elaboração de sínteses e diagramas;
 - c. Elaboração de artigos científicos⁷⁰.
- ii. Sistematização do conhecimento teórico;
- iii. Trabalho de campo;
 - a. Visitas aos locais em estudo⁷¹;
 - b. Recolha de fotografias;
 - c. Recolha de informações (CML, SRU e Juntas de Freguesia respetivas);
- iv. Sistematização do trabalho de campo;
- v. Comparação entre os dois planos urbanos (PDRL e PDML);
- vi. Comparação entre o caso nacional – a zona ribeirinha oriental de Lisboa – com outros casos contemporâneos e internacionais;
- vii. Interpretação e confronto do trabalho de campo e da análise teórica.
 - a. Partindo da realidade observada no território, e depois da sua sistematização, pretende-se elaborar um confronto com a análise teórica e com os conteúdos dos planos urbanos escolhidos, colocando questões no âmbito da evolução e da regeneração urbana. A investigação propõe uma interpretação interdisciplinar do espaço público, abrangendo as áreas de Arquitetura, Urbanismo, Economia, Geografia e Sociologia urbanas, recorrendo frequentemente à História, de forma a enquadrar determinados aspetos da investigação. Inserido na vasta análise urbana, o contributo de cada área disciplinar é transversal, quer no âmbito teórico, quer empiricamente, partindo do pressuposto que a articulação da frente de

⁷⁰ Vd. *Anexos – Listagem de Publicações da candidata no âmbito da elaboração da Tese* (p. 585).

⁷¹ Vd. *Anexos – Curriculum Vitae da Candidata* (p. 595).

água com a cidade interior é complexa, sendo analisada/interpretada mediante o cruzamento de diferentes perspetivas e vertentes. Paralelamente à leitura (industrial) do território, recorreremos a referências de diversos autores, com o intuito de fundamentar e interpretar o trabalho de campo.

viii. Entrevistas

- a. A seleção da metodologia via entrevista foi fundamental para a elaboração da tese e deveu-se ao facto de os testemunhos recolhidos constituírem documentos únicos e genuínos. Sempre que possível, foram elaborados guiões prévios à realização das entrevistas. Contudo, não se pretendeu segui-los rigorosamente, considerando o decurso singular de cada entrevista e as características de cada entrevistado.
- b. As entrevistas realizadas foram determinantes para a consolidação da Tese. Os diversos entrevistados foram selecionados pela sua relevância no âmbito da regeneração urbana, do planeamento e da gestão urbana. Contribuíram com ideias, questões e informações cruciais que complementam e fundamentam os modos de atuação no âmbito da regeneração urbana nas áreas ribeirinhas pós-industriais. Foram entrevistadas as seguintes figuras relevantes no âmbito do tema e do problema Tese, e consoante a sua disponibilidade: Eng.º António Fonseca Ferreira; Arq.º Eduardo Campelo; Arq.ª Helena Roseta; Dr.ª Maria Teresa Craveiro; Arq.ª Ana Rita Ochoa; Professor Doutor Vítor Matias Ferreira; Professor Doutor Leonel Fadigas; Arq.º José Anselmo Vaz⁷².
- c. Objetivos das entrevistas: recolher informação diversa relacionada com o tema em estudo, particularmente em função da experiência e percurso profissional de cada entrevistado.
- d. Metodologia aplicada: recolha de testemunhos através de apontamentos e/ou gravação áudio⁷³, com o consentimento (verbal e/ou escrito) de cada entrevistado; transcrição literal dos conteúdos/testemunhos recolhidos⁷⁴.

4.2 Planos Urbanos

Considerando o tema, o âmbito e a metodologia específica da Tese com recurso ao confronto de dois planos urbanos específicos, foram considerados (embora não extensivamente desenvolvidos) os seguintes planos:

⁷² Vd. Volume II - *Anexos – A. Transcrição das entrevistas* (pp. 297-582).

⁷³ Entrevistas gravadas com recurso a gravador digital *Mitsai* 2G AD-511, ficando registadas em áudio (formato .wav). As transcrições foram realizadas com recurso à audição das gravações e à consulta de apontamentos recolhidos durante a realização da entrevista, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas.

⁷⁴ Vd. Volume II - *Anexos – A. Transcrição das entrevistas* (pp. 297-582).

- PGUEL (1948) – *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa*;
- PDUL (1959) – *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa*;
- PDRL (1964) – *Plano Diretor da Região de Lisboa*;
- PGUCL (1967-77) – *Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa*;
- PEL (1992) – *Plano Estratégico de Lisboa*;
- PDML (1994) – *Plano Diretor Municipal de Lisboa*;
- PDML (2012) - *Plano Diretor Municipal de Lisboa* (novo PDML, após finalizado o processo de Revisão do PDML de 1994).

5. Estrutura da tese

Estruturalmente, a Tese contém dois volumes. O Volume I inicia-se com a Introdução - onde se elabora uma construção conceptual -, desenvolve-se ao longo de três capítulos principais⁷⁵, e, finalmente, elaboram-se as considerações finais (**Fig. 17**). O Volume II concerne aos Anexos da Tese e contém a transcrição das entrevistas realizadas, a listagem de trabalhos e publicações elaborados no âmbito da Tese e o CV da candidata.

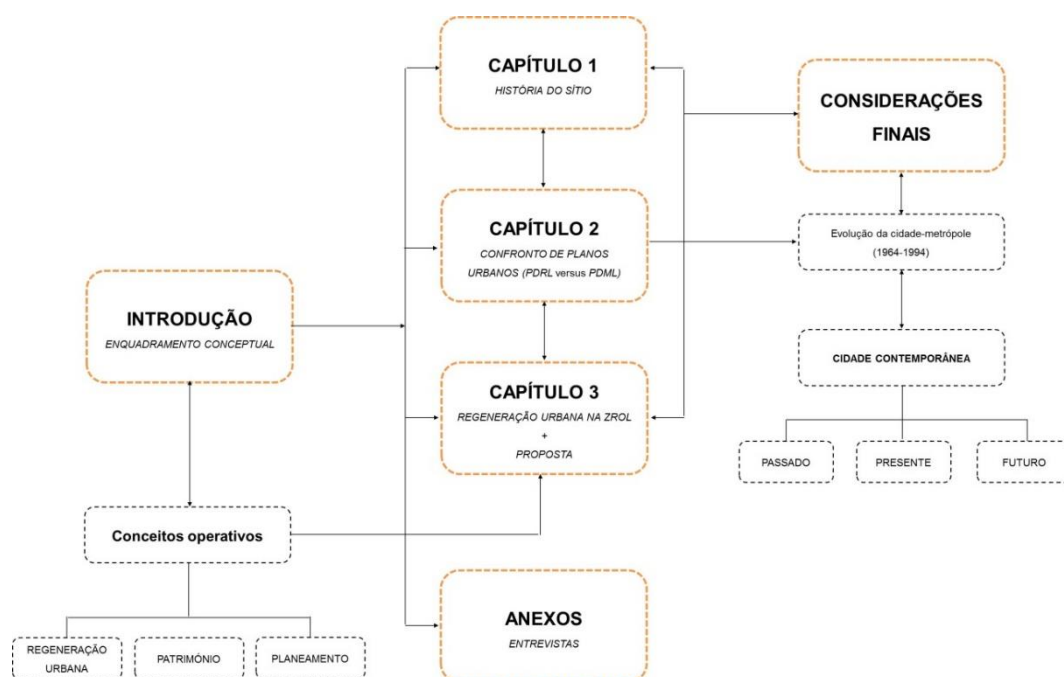


Figura 17. Diagrama estrutural da Tese. (Diagrama elaborado pela autora, com recurso ao Microsoft Office – Power Point).

⁷⁵ Cada capítulo foi elaborado com autonomia, ou seja, contendo introdução, desenvolvimento e conclusões independentes, de modo a permitir a consulta total ou parcial da Tese.

Perante os objetivos e a metodologia propostos, apresentamos a seguinte organização e breve desenvolvimento dos capítulos da Tese:

5.1 Resumo dos capítulos

5.1.1 Capítulo 1: *História do Sítio*

O primeiro capítulo da Tese pretende revelar a evolução da zona ribeirinha oriental de Lisboa, delimitada geograficamente entre Santa Apolónia e Braço de Prata/até ao Parque das Nações, compreendida desde o momento da sua origem (génese rural), passando pelo desempenho importante enquanto centro industrial na cidade de Lisboa, até à situação atual. Fundamentando-nos na historiografia e na evolução urbana da área em estudo, através dos seus edifícios mais relevantes e das vias de circulação na malha urbana, demonstrámos as sucessivas fases do processo de industrialização, a sua posterior desafetação económica e de declínio urbano, justificando a pertinência e interesse do estudo do conjunto na atualidade, no contexto da regeneração urbana. Justificámos a relevância da área em estudo no contexto da cidade de Lisboa, ao longo de várias décadas, assinalando o seu carácter industrial e, porquanto, determinante para a vivência, economia e paisagem urbana de Lisboa e da sua área metropolitana.

Apresenta-se uma contextualização histórica da evolução urbana da área em estudo, desde o século XV até à atualidade, baseando-nos na historiografia, na cartografia e nas pré-existências. Pretende-se compreender e caracterizar a memória do lugar, o seu perfil contemporâneo e demonstrar a transformação da situação periférica desta antiga zona portuária ribeirinha ao longo da história. Salienta-se o papel daquele lugar na cidade e na área metropolitana, focando a sua localização privilegiada e o resultado das múltiplas e consecutivas sobreposições urbanas no território e paisagem urbana que refletem decisões políticas (municipais).

A área em estudo é delimitada geograficamente entre Santa Apolónia e Braço de Prata/até ao Parque das Nações (exclusive). A análise compreende a evolução histórica, urbana e morfológica desde o momento da sua origem (génese rural), passando pelo desempenho importante enquanto centro industrial na cidade de Lisboa, até à situação atual (de declínio). Pretende-se compreender e caracterizar a memória do lugar, o seu perfil contemporâneo e demonstrar a transformação da situação periférica desta antiga zona portuária ribeirinha ao longo da história.

Metodologicamente, fundamentando-nos na historiografia, na cartografia e na análise empírica das pré-existências (i.e.: os edifícios mais relevantes e as vias de circulação na malha urbana), demonstrando:

- i. As sucessivas fases do processo de industrialização, posterior desafetação económica e declínio urbano, justificando a pertinência e interesse do estudo do conjunto na atualidade, no contexto da regeneração urbana;
- ii. A sua relevância no contexto da cidade de Lisboa, ao longo de várias décadas, assinalando o seu carácter industrial e, porquanto, determinante para a vivência, economia e paisagem urbana de Lisboa e da sua área metropolitana;
- iii. A relação entre a evolução da área em estudo com a do porto de Lisboa.

5.1.2 Capítulo 2: *Planeamento e gestão urbana: da expansão à recentralização*

Neste capítulo investigamos os mecanismos e instrumentos legislativos no âmbito da governança e afetos ao planeamento, ordenamento e gestão urbana e territorial, apresentando e caracterizando o PDRL (1964) e o PDML (1994) sob o ponto de vista da regeneração urbana na ZROL, cruzando-os com o argumento de suporte da investigação, i.e.: a regeneração urbana como pretexto e motor de “regresso ao centro da cidade”. Analisa-se a evolução urbana da cidade e da área metropolitana de Lisboa, salientando a génese da metrópole contemporânea e a importância do PDRL (MOP 1964) na definição pioneira da Região de Lisboa (i.e.: AML). Elabora-se um enquadramento histórico, conceptual e legal do Antepiano (1964) e do PDML (1994), confrontando-os no âmbito da regeneração urbana, especificamente em áreas pós-industriais e na zona ribeirinha oriental de Lisboa.

Analisa-se e confrontam-se Planos urbanos considerando a suburbanização e a metropolização do território no momento de formação da AML, a regeneração urbana e o seu conceito na área em estudo. O carácter estratégico e transitório - em constante revisão e atualização de acordo com a realidade em que se inserem -, a articulação das políticas urbanas com arquitetura, urbanismo e estratégias de governação em áreas centrais e periféricas, demonstram a passagem do planeamento para a gestão urbanística, de enfoque municipal. Salienta-se a importância do papel desempenhado pelo município nesse processo.

Enfatiza-se a década de 1960 como marco temporal importante para a tomada de consciência da necessidade de regeneração urbana e do fenómeno de *gentrification* (Smith 1986). O carácter estratégico e transitório - em constante revisão e atualização de acordo com a realidade em que se inserem -, a articulação das políticas urbanas com arquitetura, urbanismo e estratégias de governação em áreas centrais e periféricas, demonstram a passagem do planeamento para a gestão urbanística, de enfoque municipal e o papel desempenhado pelo município nesse processo (Nevado 2014a). Através do confronto do PDRL (1964) com o PDML (1994), em paralelo com a evolução urbana (Capítulo 1) comprova-se a falta de investimento e a consequente marginalização da ZROL, em contraponto com a emergência do potencial desse território na contemporaneidade. O recuo e seleção do PDRL, de 1964, sob a figura de Antepiano, são justificados pela escassez de informação sobre o plano urbano na historiografia. Por outro lado, a escolha do PDML (1994) e o conhecimento

historiográfico justificam a pertinência e interesse da Tese na contemporaneidade e a sua extensão para atuação futura no âmbito da arquitetura, do urbanismo e das políticas urbanas no contexto da gestão e do planeamento urbanos, considerando que esse plano urbano se encontra em vigor e em constante revisão/atualização.

Metodologicamente, fundamentando-nos na historiografia, cartografia, análise dos planos urbanos selecionados e dos respetivos pareceres (i.e.: do Conselho do MOP e da CML), demonstrando:

- i. O papel crucial do município no planeamento e, sobretudo, gestão urbana/territorial;
- ii. A impossibilidade dos documentos afetos ao planeamento serem estáticos e encerrados, implicando, consequentemente, a sua revisão e atualização constantes;
- iii. A necessidade de articulação da CML com outras entidades inter e supramunicipais (e.g.: APL; CCDR-LVT);
- iv. A necessidade de coexistência de áreas portuárias e/ou industriais nas cidades;
- v. O movimento de regresso a áreas centrais da cidade, considerando a regeneração urbana como pretexto para intervir na cidade contemporânea e o contexto de escassez de recursos.

5.1.3 Capítulo 3: *Regeneração Urbana na Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa: revisão e comparação de IGT*

▪ Parte I – Regeneração urbana

Propõe-se o conceito de regeneração urbana simultaneamente como instrumento de gestão coletiva do território, estratégia e processo inclusivo, integrado(r), de carácter transversal e setorial, visando a coesão socioeconómica e a competitividade (Guerra et. al 2005) e associam-se conceitos similares neste contexto (e.g.: revitalização e renovação urbana). Elabora-se uma análise crítica das intervenções de regeneração urbana no âmbito do debate internacional e na área em estudo (e.g.: AMBELIS; RECRUA), através dos IGT, da cartografia e por via empírica. Investigam-se e comparam-se políticas (inter)nacionais de regeneração urbana ribeirinhas pós-industriais - em Barcelona, Londres (*Docklands*), Glasgow, Helsínquia e Lisboa (zona ribeirinha oriental e ocidental/Alcântara) – e em pólos centrais, consolidados (Chiado e Bairro Alto), visando parametrizar e justificar a relevância do estudo de caso nos contextos internacional e nacional, da cidade, da regeneração urbana e da gestão estratégica considerando a escassez de recursos, assinalando o seu carácter industrial e a sua situação emergente e determinante para a vivência, economia e paisagem urbana da cidade e

da sua área metropolitana. Estabelecem-se relações entre o estudo de caso e a cidade e comparam-se fenómenos de *gentrification* nos diversos centros urbanos.

Os processos de regeneração urbana necessitam de prazos de execução mais reduzidos, adaptáveis às realidades em que se inserem e às possíveis/inevitáveis transformações. Reflete-se sobre o papel do município na regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa na atualidade, considerando-a como um território peculiar e complexo devido às suas características pós-industriais e a situação atual de declínio na cidade (Custódio e Folgado 1999), requerendo um olhar crítico sobre o planeamento e a gestão urbana estratégica, integrada e colaborativa (Alves 2001; Ribeiro 2012; Nevado 2014a).

A consideração das dicotomias implícitas na reflexão e comparação entre centros urbanos – internacional/nacional; centro/periferia; cidade/território – deve-se à procura um entendimento do processo da regeneração urbana, das suas causas e consequências (como o fenómeno de *gentrification*) enquanto fundamento para a intervenção futura e a justificação do movimento/tendência de *retorno à cidade*. Considerando a multiplicidade de experiências e opções, consideramos essencial a indicação dos traços gerais das operações urbanas e a sua comparação ao nível internacional, visando a sua análise crítica.

No contexto nacional, a regeneração urbana baseia-se em experiências internacionais, através da difusão de modelos de grande escala e complexidade, envolvendo diversos agentes.

Metodologicamente, consideraram-se os seguintes planos, programas, estratégias, políticas e propostas de intervenção relacionados com a transformação urbana da ZROL⁷⁶:

i. Planos e documentos estratégicos de intervenção:

- PROT-AML (*Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*, 2002; Revisão do PROT-AML, versão em discussão, 2010);
- PEL (*Plano Estratégico de Lisboa*, CML 1992);
- PDML (*Plano Diretor Municipal de Lisboa*, 2004; Revisão do PDML versão em discussão, 2012-presente);
- *Visão estratégica de Lisboa 2012* (2005);
- *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2014* (2009);
- *Plano de Estrutura da Zona Oriental* (CML 1992);
- PU (Planos de Urbanização): Plano de Urbanização do Vale de Chelas (1997); PUZRO (Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental) (CML 2001);
- POZOR (*Plano de Ordenamento da Zona Oriental de Lisboa*) (CML);
- *Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental* (CML 2008);

⁷⁶ Material não incluído mas considerado na elaboração da Tese.

- PP (Planos de Pormenor): *Planos de Pormenor de Salvaguarda de Pátios e Vilas* (1993);
- APL (Porto de Lisboa): Plano de ocupação da área do porto de Lisboa; plano estratégico de desenvolvimento do porto de Lisboa – horizonte 25 (2005);
- *Plano Geral de Intervenção na Zona Ribeirinha de Lisboa* (2008-presente).

ii. Estudos e programas de intervenção:

- VALIS (Valorização Arquitetónica e Urbana de Lisboa) (1990-1993);
- Programa estratégico para a renovação e requalificação da área ribeirinha de Santos-O-Novo a Cabo Ruivo e área envolvente do Parque das Nações;
- Estudos III – PDM, aprofundamento do plano verde de Lisboa, troço Xabregas;
- EXPO '98;
- *Política de Cidades POLIS XXI 2007-2013* (MAOTDR 2007).

iii. Políticas e propostas de intervenção para a ZROL:

- Intervenções da CML (e.g.: Hospital Oriental em Chelas).

Optou-se por considerar as intervenções em curso como objeto de análise principal. Os diversos mecanismos legislativos analisados e inventariados encontram-se organizados através da listagem atrás referida, tendo sido aprofundados o PDRL e o PDML. Esta análise foi indispensável para realizar uma leitura transversal, cruzando os dados bibliográficos, historiográficos, conceptuais, legais e empíricos – mediante visitas de estudo/trabalho de campo -, permitindo obter uma perspetiva fundamentada, à escala global e detalhada sobre o tema.

▪ **Parte II - Projetar na Contemporaneidade – Regeneração Urbana**

Na Parte II do Capítulo 3, constrói-se uma metodologia prospetiva de conservação crítica (através de uma análise SWOT e de algumas conclusões), no âmbito da regeneração urbana e da gestão urbana para a área em estudo, recriando centralidades sob uma visão integrada e considerando os programas, planos urbanos, a cidade e a história como ferramentas projetuais. Partindo do princípio de que a cidade mapeia/cartografa a sua própria evolução e o passado anuncia o futuro, recorremos aos registos históricos, à cidade e o seu passado para compreender processos de (re)construção urbana (Lowenthal 1985; Terán 2009). Elaboram-se sínteses/diagramas com base em bibliografia, instrumentos legislativos, dados estatísticos e cartografia, e definem-se linhas de investigação futura, procurando modos de projetar na contemporaneidade investigando o passado do território e da governação. Propõe-se a (re)criação de centralidades e continuidades urbanas ao longo da frente ribeirinha

em relação com outras áreas urbanas (centrais/periféricas na AML e no arco ribeirinho do Tejo), inseridas em lógicas multiescalares de cooperação intra e inter regional, considerando o aumento da produtividade e competitividade, adaptando infraestruturas e espaços públicos pré-existent, criando uma rede de equipamentos urbanos que articulem escalas (local, municipal e regional) e beneficiem a relação entre cidadão, Estado e território. As propostas inserem-se no atual e futuro contexto de indisponibilidade financeira pública, na relevância dos sítios e das comunidades locais, e nos modelos de governação urbana e territorial em rede/parcerias, envolvendo diversos atores, processos *bottom-up* de desenvolvimento urbano integrado. Nesse contexto, consideramos que as componentes de avaliação, monitorização e concertação como meios de controlo da implementação e execução das políticas e um maior conhecimento sobre o território e as práticas de intervenção adquirem importância. Demonstra-se a aplicabilidade projetual da investigação, a atualidade dos conjuntos de medidas legislativas orientadas e opções face à parceria pública e privada, considerando a tendência de envelhecimento da população local e da progressiva regeneração e coesão socioeconómica, assinalando a importância da intervenção no espaço público, no parque edificado e mediante a (re)introdução de usos na área em estudo, partindo das pré-existências e da possibilidade de financiamento internacional enquanto oportunidades de investimento.

6. Informações adicionais / Anexos

Elaborou-se um volume adicional (II - *Anexos*), contendo a transcrição das Entrevistas realizadas aos autores, cujos testemunhos foram considerados extremamente relevantes para a fundamentação da temática em estudo. Esses testemunhos revelam considerações únicas, genuínas e úteis para os modos alternativos de projetar a contemporaneidade, abordando diversas questões relacionadas com o universo da regeneração urbana, do planeamento e da gestão urbana (municipal), do debate académico, do património, da refuncionalização das pré-existências e do caso específico de Lisboa e das suas zonas ribeirinhas.

7. Bibliografia / Referências

Foram considerados, sempre que possível, estudos académicos e obras monográficas recentes, diretamente relacionados com o âmbito da tese. A bibliografia foi organizada por ordem alfabética, independentemente do seu género (Monografias, Dissertações, Teses, Artigos, Publicações periódicas, entre outros).

A referenciação bibliográfica adoptou a norma ISO 690:2010, conforme o estipulado no regulamento do curso de DATMC do ISCTE-IUL. De acordo com o mesmo regulamento, considerou-se: o número de páginas máximo recomendado (i.e.: 300); a fonte (Arial); o

tamanho de letra de 10 *points* para o texto (espaçamento: 1,5 linhas), notas de rodapé (espaçamento: 1 linha) e referências bibliográficas (espaçamento: 1 linha).

A Tese foi redigida ao abrigo do novo Acordo Ortográfico, de acordo com o Despacho N.º 20/2012 do Reitor do ISCTE-IUL.

1. Capítulo 1 - Zona ribeirinha oriental de Lisboa: História do Sítio

1.1 Introdução

Na sequência da introdução conceptual elaborada, este capítulo debruça-se sobre a análise da ZROL⁷⁷, contextualizando-a historicamente e demonstrando sua evolução urbana, desde o século XV até à atualidade, compreendendo a evolução histórica, urbana e morfológica desde o momento da sua origem (génese rural), passando pelo desempenho importante enquanto centro industrial na cidade de Lisboa, até à situação atual (de declínio). Considera-se a delimitação geográfica entre Santa Apolónia e Braço de prata/até ao Parque das Nações (exclusive).

O Capítulo inicia-se com a investigação dos antecedentes históricos e urbanos, desde o século XV até à atualidade. Analisa-se o processo de evolução e urbanização da zona ribeirinha oriental de Lisboa através dos edifícios, conjuntos urbanos marcantes no território e as vias de circulação, nos núcleos urbanos da ZROL (i.e.: Santa Apolónia, Beato, Xabregas, Marvila, Poço do Bispo e Braço de Prata). Considera-se, para o efeito, a obra “*Caminho do Oriente*” (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999) como referência bibliográfica principal. Contextualiza-se o processo de industrialização, as consequências da revolução liberal e a extinção das ordens monásticas no âmbito da Revolução Industrial e do Liberalismo, à escala internacional e nacional. Foca-se a cidade artificial através da análise da evolução histórica do porto de Lisboa e da sua Administração, o processo de desindustrialização e consequente deslocalização industrial (e.g.: Margem Sul do Tejo), o isolamento da zona oriental e a relação cidade/porto. Finalmente, analisa-se a área em estudo na contemporaneidade e tecem-se algumas conclusões.

1.1.1 Objetivos

Os objetivos deste capítulo consistem em:

- i. Demonstrar as sucessivas fases do processo de industrialização, a sua posterior desafetação económica e de declínio urbano, justificando a pertinência e interesse do estudo do conjunto na atualidade, no contexto da regeneração urbana;
- ii. Compreender e caracterizar a “memória do lugar”, o seu perfil contemporâneo e demonstrar a transformação da situação semi-periférica desta antiga zona portuária ribeirinha ao longo da história;

⁷⁷ Aparentemente, um “não-lugar” (Augé 1994), pela sua fragmentação, diversidade, complexidade (e.g.: espaços expetantes) e situação semi-periférica/de enclave urbano entre duas centralidades na cidade e na AML, que incentivou a falta de investimento global (público e privado) no âmbito da regeneração urbana.

- iii. Justificar a relevância da área em estudo no contexto da cidade e da AML, ao longo de várias décadas, assinalando o seu carácter industrial e portuário e, porquanto, determinante para a vivência, economia e paisagem urbana de Lisboa e da sua área metropolitana;
- iv. Explorar a relação entre a evolução da área em estudo com a do porto de Lisboa.

1.1.2 Metodologia(s)

Metodologicamente, fundamentando-nos na:

- i. Historiografia relativa à evolução urbana da área em estudo (mediante suporte bibliográfico e conhecimento empírico), recorrendo à *história* como ferramenta de análise;
- ii. Cartografia e planos urbanos (desde o século XV até à atualidade);
- iii. Análise empírica das pré-existências (através de visitas de campo e à investigação dos edifícios mais relevantes e das vias de circulação na malha urbana).

1.1.3 Enquadramento teórico e conceptual

As metrópoles portuárias, como Lisboa, revelam dinâmicas de crescimento distintas, no que concerne à *cidade consolidada* (i.e.: interior) e à *frente ribeirinha*, revelando um desequilíbrio físico e social entre as duas partes da cidade (Ochoa 2005, 2016; Rufinoni 2009, 2014; Matias Ferreira 2016). Se na área consolidada o desenvolvimento urbano ocorre naturalmente, na frente de água – muitas vezes deprimida e caótica – imperam as atividades urbanas relacionadas com a indústria, as infraestruturas portuárias e os transportes (Rufinoni 2009, 2014; Anselmo Vaz 2016). Subestimada ao longo da história, a zona ribeirinha (re)adquire um papel de destaque na cidade através do interesse e das operações de regeneração urbana em espaços e estruturas muitas vezes obsoletas (Rufinoni 2009, 2014).

Apesar de terem coexistido diversos focos de industrialização em várias zonas da cidade, é na frente ribeirinha que se concentra a ocupação industrial e portuária. Frequentemente alvo de processos parciais de reconversão urbana, buscando um reequilíbrio físico e social do espaço urbano, estas cidades/territórios portuários detêm uma lógica própria, local, implementando infraestruturas e determinando matrizes no território (Ochoa 2005). A sobreposição de lógicas locais (do território/história urbana) com lógicas globais da cidade, requerem articulação. Considerar a “cidade porto” implica explicar a sua origem e designar o fator essencial do crescimento urbano, como eventualmente da sua crise (Fabre 1992, p. 179). A fundação e desenvolvimento da cidade e da sua zona portuária são justificados pela existência e pertinência da água, ditando lógicas no espaço urbano e marcando o território e a sociedade (Matias Ferreira 1997, 2004, 2016; Ochoa 2005, 2012, 2016; Craveiro 2016). As cidades portuárias distinguem-se pela sua dinâmica económica, promovendo relações com o

exterior, levando a uma maior abertura à inovação social e tecnológica, aferindo e transferindo conhecimentos. A atividade industrial – maioritariamente ligada aos combustíveis, armamento, sabões, vinho, gás, entre outros -, na proximidade do rio e atravessada pela linha ferroviária no final do século XIX contribuiu para o aumento demográfico, com base num operariado proveniente de diversas partes do país e das colónias. Porém, essa atividade económica predominou e marcou o território até hoje, contribuindo para a sua monofuncionalidade (Craveiro 2016).

Analisando diversas áreas (ribeirinhas) pós-industriais, a monofuncionalidade é uma característica comum⁷⁸. Porém, hoje é importante contrariá-la de modo a não esgotar, rapidamente, os usos do território. Consideramos importante privilegiar a diversidade de usos e a mistura social também. É importante criar ligações físicas (i.e.: contrariando as barreiras proporcionadas pelas infraestruturas pesadas rodo-ferroviárias) como também imateriais (e.g.: através da inclusão de equipamentos urbanos a utilizar pelas populações locais, como de Chelas; caso da Biblioteca de Marvila).

No caso de Lisboa, o rio Tejo não é apenas um rio, mas antes um estuário e um “mar urbano” que sugerem identidades próprias (Matias Ferreira 2016).

A ZROL é uma área antiga de Lisboa, que remontará à ocupação pré-histórica, tendo a sua ocupação sido mais marcante a partir da implantação e do desenvolvimento industrial a partir do século XVIII (Dias 2000, p. 15). É uma zona rica do ponto de vista patrimonial, já que apresenta vários “patrimónios” – materiais e imateriais - e vestígios de diversas épocas (temporalidades), que coexistem no mesmo território (Roseta 2016; Matias Ferreira 2016).

A transferência de indústrias pesadas da zona ocidental da cidade (i.e.: Belém) para a oriental promoveu grandes transformações em ambas as zonas da cidade (Folgado 2010). A regeneração urbana estava então presente em ambos os lugares, mas com “vocações” distintas. Enquanto no lugar de origem (a ocidente), a sua vocação se orientou para um foco estético, cultural e patrimonial, representando simbolicamente o Estado (e.g.: Exposição do Mundo Português), no lugar de chegada (a oriente) privilegiou-se o cariz funcional, económico e produtivo (i.e.: com a indústria) (Folgado 2009).

Um dos problemas do território da ZROL é o facto de ser tão heterogéneo (contando com diversos bairros e zonas distintas) que dificulta o seu controlo e o fomento da coesão (social e económica). A ZROL não é toda da mesma altura e possui zonas/bairros muito diferentes entre si. Por outro lado, o Porto de Lisboa afastou a ZROL do usufruto do rio pela sua ocupação extensiva e intensiva com infraestruturas pesadas (e.g.: guas; contentores; docas). Essas características atuais, contendo vestígios e memórias do(s) passado(s) urbano(s) destacam a ZROL no panorama da cidade e da AML (Costa 2017, p. 203).

⁷⁸ O PDRL enfatizou a ZROL como “zona industrial”, acentuando a monofuncionalidade dessa área urbana. Na década de 1960 desenvolveram-se vastos bairros de lata, ocupando várias das antigas quintas. As diversas realidades industriais e portuárias concederam à ZROL o cunho de “zona industrial” da cidade de Lisboa, marcada pela monofuncionalidade. Esse passado socioeconómico viria a ser mantido até os dias de hoje, sobretudo pela paisagem urbana existente.

Seguidamente, delimita-se (geográfica e temporalmente) a área em estudo em concreto.

1.2 Delimitação da área em estudo

1.2.1 Delimitação geográfica

O caso de estudo da presente investigação localiza-se na zona ribeirinha oriental da cidade de Lisboa, compreende geograficamente as áreas de Santa Apolónia, Cruz da Pedra, Madre de Deus, Xabregas-Grilo, Beato, Marvila, São João, Vale de Chelas e Olivais (**Figura 9**). Consideramos a área em estudo como um polígono irregular onde “A frente ribeirinha do município de Lisboa não se restringe à faixa marginal sob jurisdição portuária, mas sim ao território assinalado no [Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML)] (...)” (CML 2012) e às suas áreas urbanas contíguas. Genericamente, corresponde aos territórios das freguesias de São Vicente, Penha de França, Beato, Marvila e é delimitada a sul pela freguesia de Santa Maria Maior e a Norte pela do Parque das Nações.

A área urbana considerada encontra-se delimitada, física e morfologicamente pelos seguintes elementos: Av. Marechal Gomes da Costa/Parque das Nações (exclusive), a Norte; Terreiro do Paço, Sul; Av. Infante Dom Henrique e Rio Tejo, a Nascente; cidade de Lisboa, i.e.: Linha Ferroviária, a Poente; Rua Gualdim Pais, a Sudoeste (**Figuras 18-21**).



18



19

Figura 18. Vista do limite Nascente, na Av. Infante Dom Henrique/Porto de Lisboa, Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

Figura 19. Vista do limite Norte, na Av. Marechal Gomes da Costa/junto ao Parque das Nações, Lisboa. (Fotografia da Autora, Braço de Prata; abril 2015).



20



21

Figura 20. Vista do limite sudoeste, na Rua Gualdim Pais, Xabregas. (Fotografia da Autora, maio 2017).

Figura 21. Vista do limite sul, na Av. Infante D. Henrique/Santa Apolónia (área contígua ao Terreiro do Paço, junto ao atual Terminal de Cruzeiros, Santa Apolónia. (Fotografia da Autora, maio 2017).

1.2.2 Delimitação cronológica

Neste capítulo analisa-se a ZROL desde a época de origem da sua ocupação urbana (no século XV), até à atualidade (2017), justificando a escolha da área em estudo. Essa delimitação prende-se ainda com a necessidade de conhecer globalmente, compreender a sua evolução histórica e urbana e com as seguintes questões (a explorar):

- i. Génese: como, quando, porquê?
- ii. Desenvolvimento urbano (grande relação com a expansão industrial nos séculos XVIII e XIX; a intensificação e transferência industrial da zona de Alcântara para a ZROL na década de 1940; a posterior deslocalização para outros pólos da AML nas décadas de 1960-80; a ocupação pela contentorização, sobretudo a partir de 1975);
- iii. Evolução urbana *versus* declínio (situação atual): relação com as dinâmicas e ciclos urbanos, culminando nos processos de regeneração urbana.

Consideramos 4 fases principais de evolução urbana:

- i. Génese rural (a partir do século XV);
- ii. Industrialização e evolução do Porto de Lisboa (que geraram diversas sobreposições urbanas);
- iii. Desafetação económica/progressiva libertação do domínio da APL (que geraram terrenos expectantes e obsolescência);
- iv. Regeneração urbana (fase atual/futura, tendo em conta os projetos em curso Jardins Braço de Prata, PP da Matinha, *AtelierMob* – Bairro da PRODAC, etc.).

Os vestígios e efeitos do passado industrial da ZROL na memória coletiva da população e os modos como se inserem na vida quotidiana são objetos de reflexão por nós considerados. Nesse sentido, a sua contextualização histórica é essencial nesta investigação, considerando a natureza das pré-existências urbanas e arquitetónicas, a sua evolução, afirmando a memória do lugar e o seu perfil e dinâmicas contemporâneas, que determinam as intervenções no âmbito da regeneração urbana. Seguidamente, debruçar-nos-emos sobre a génese e evolução da área urbana em estudo considerada, e, posteriormente, a alteração do seu domínio socioeconómico – um passado industrial ativo e de relação com a cidade - justificando este recuo histórico e a sua ligação com as políticas de regeneração urbana. Sempre que possível, tecer-se-ão considerações sobre a relação entre o caso de estudo, a cidade e a sua área metropolitana.

1.3 Área de estudo: zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL)

1.3.1 Génese

A ocupação urbana da área em estudo remonta ao século XV (Matos e Paulo 1999). As vias e os nós de entrada e saída nas margens do Tejo encontravam-se desde há muito estabelecidos e permitiam a circulação de pessoas e mercadorias entre urbes (Nunes e Sequeira 2011).

Os registos mais antigos referem-se às zonas de Alfama (inicialmente considerada como a *zona oriental de Lisboa*) e Santa Apolónia, por se localizarem no termo nascente da urbe (Matos e Paulo 1999). Esta terá sido fundada em meados do século XV no sítio da ermida homónima e que se desenvolveu com a implantação da estação de caminhos-de-ferro (inicialmente sedeadada a Norte, no Convento de Santa Apolónia) (Matos e Paulo 1999). No século XVI, é constituído o Arsenal (o atual Museu Militar), um dos primeiros edifícios públicos da cidade de Lisboa, sendo designado por *Fundição de Baixo* e gerando a urbanização desta área adjacente à Cerca Fernandina (Matos e Paulo 1999; Nunes e Sequeira 2011).

Apesar dos terrenos ribeirinhos serem públicos, em 1578 foi realizado um processo de loteamento camarário, dada a especialização em produtos a granel, despoletando a necessidade de espaços amplos para armazéns (e.g.: madeira, tojo, carvão), gerando a divisão das propriedades ribeirinhas (Matos e Paulo 1999). Desenvolve-se então uma nova lógica de urbanização face ao caminho antigo, funcional, junto ao rio, que começava no Arsenal e seguia pelos cais, a seguir à Bica do Sapato, até à Calçada de Santa Apolónia (Matos e Paulo 1999). A dinâmica urbana desta zona viveu da conjugação funcional entre os dois eixos quase paralelos que convergiam no seu termo em frente ao Mosteiro de Santa Apolónia – o ponto de união da estrutura empírica de toda a zona (Matos e Paulo 1999; Nunes e Sequeira 2011).

A Planta topográfica da cidade de Lisboa (2ª metade do século XVIII) (**Figs. 22-23**) revela o carácter disperso do povoamento, centrado na faixa ribeirinha e ao longo dos velhos e raros caminhos primitivos que ligavam ao interior, sendo dominante a mancha rural, cuja rede

primitiva terá sido alterada pela abertura da Estrada de Circunvalação (1847-1852). Neste caso específico, é necessário ter em conta que o rio se localiza a Nascente e não a Sul, como na zona ocidental, o que determina a orientação dos edifícios e o traçado da malha urbana (Matos e Paulo 1999). As cartas mais antigas terminam na zona de Santa Apolónia, ou seja, no limite da Cerca Fernandina. Mais tarde, a lógica ribeirinha entra em confronto com a ligação entre os núcleos existentes, que se adapta à orografia do território (Matos e Paulo 1999; Nunes e Sequeira 2011).



22



23

Figura 22. Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa (1835). (Fonte: <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Carta-Topografica-linha-defesa-cidade-Lisboa.aspx>).

Figura 23. Demarcação do território corresponde à ZROL. (Diagrama elaborado pela Autora, sobre Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa, de 1835; junho 2014).

O caso particular desta “metade imperfeita” (Matias Ferreira 1997), partindo de um eixo imaginário ligando o Parque Eduardo VII e a Praça do Comércio, situada a nascente na cidade de Lisboa (Matos e Paulo, 1999), constitui um testemunho vivo dessas transformações, também no âmbito da regeneração, revelando inúmeros aspetos de valor histórico, patrimonial, urbanístico, artístico, sociológico e antropológico. Todavia, a Exposição Mundial de Lisboa de 1998 não surtiu os efeitos esperados nesta área da cidade, de carácter periférico-central, uma vez que centrou a operação de requalificação num perímetro fechado (Matias Ferreira 2016; Fadigas 2016; Anselmo Vaz 2016).

Seguidamente elabora-se uma contextualização sob uma perspetiva histórica e urbana da evolução da ZROL.

1.3.2 Contextualização: vertente histórica e urbana

A zona ribeirinha oriental considerada neste estudo é uma área semi-periférica que permaneceu em estado de declínio urbano durante várias décadas (finais do século XX, início

do século XXI). Localiza-se entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações, i.e.: a área correspondente de Santa Apolónia a Braço de Prata. Selecionou-se a área de estudo pela sua especificidade e complexidade na cidade e AML e por constituir um potencial laboratório de ensaios urbanísticos e arquitetónicos no âmbito da regeneração urbana, ideal para testar métodos de planeamento e gestão mais flexíveis, reinventar cenários urbanos abrangentes, marcados pela forte presença de infraestruturas, espaços públicos, programas arquitetónicos e ambientais (Viegas, et al. 1997, p. 18-19), recriando centralidades (Nevado 2014c). Este antigo e importante centro ribeirinho portuário atravessou diversos estágios, apresentando-se na contemporaneidade como um tecido urbano complexo, de carácter pós-industrial, revelando oportunidades de intervenção e de relação com outros centros da cidade e da área metropolitana de Lisboa, caminhando para um centro urbano emergente, onde a regeneração urbana desempenha um papel crucial na (re)criação de centralidades e de identidade. Apesar da mega operação de regeneração urbana sob o pretexto de concretizar o evento global/internacional EXPO '98 (Craveiro 1997, p. 48), a área em estudo carece de uma intervenção que a centralize na cidade de Lisboa e promova ligações com áreas urbanas contíguas, destacando-se a ação municipal e a necessidade de articulação e inclusão das comunidades locais nesse processo (Nevado 2014a,b,c).

1.3.3 Evolução urbana

A área urbana em estudo caracteriza-se pelas mutações urbanas consecutivas a partir dos finais do séc. XIX, sobrepondo ao carácter rural os impactos decorrentes do desenvolvimento industrial - tais como a introdução de infraestruturas no território (ferrovia), a importante área portuária, e a transformação da paisagem marcadamente industrial – construindo um tecido urbano complexo e heterogéneo. Porém, a desafetação socioeconómica, a partir da década de 60 do séc. XX, paralelamente aos efeitos da globalização e metropolização da área de Lisboa, fomentaram a *gentrification* e obsolescência de variadas estruturas pré-existentes, transformando a paisagem urbana. A evolução da zona urbana e a alteração do seu domínio socioeconómico – um passado industrial ativo e de relação com a cidade - justifica então este recuo histórico e as políticas de regeneração urbana. Tendo em consideração o estado atual da indústria, exige-se reconfigurar e readaptar estruturas e áreas pós-industriais⁷⁹ de carácter expectante e obsoleto, que apresentam potencial de intervenção.

⁷⁹ As áreas pós-industriais podem conter terrenos industriais abandonados, isto é, lotes de terreno anteriormente utilizados para fins industriais e/ou comerciais entretanto desativados, encontrando-se atualmente obsoletos, podendo estar ou não contaminados por resíduos. Localizam-se em áreas (anteriormente) industriais da cidade e apresentam potencial de intervenção no âmbito da regeneração urbana, dada a crescente procura de solo urbanizável.

a. Processo de industrialização de Lisboa

O importante processo de industrialização da cidade de Lisboa ter-se-á iniciado na segunda metade do século XIX, com a implantação de indústrias ao longo da margem do Tejo (Craveiro 1997, p. 48; Matos e Paulo 1999; Custódio e Folgado 1999), sobretudo na zona Poente (Alcântara), alterando o território e a paisagem urbana. A implantação de atividades industriais ao longo das margens do rio foi facilitada pela existência de terrenos planos (que permitiram a construção de sucessivos aterros e a posterior construção de linhas rodó e ferroviárias, reconfigurando sucessivamente a linha de costa até hoje) e pelas ligações fluviais, justificando essa opção e convertendo essas áreas em pólos centrais da cidade (Craveiro 1997, p. 48). Posteriormente, a intensificação e transferência da atividade industrial (poluente) para a zona oriental da cidade (**Fig. 24**), em paralelo com o desenvolvimento do porto nas décadas de 1940-50 (Craveiro 1997, p. 48), a desafetação socioeconómica e a sua transferência para outros pólos na AML e portos da região a partir da década de 1960 e ao longo de 1970-80, contribuíram para a complexidade, descaracterização e afastamento urbanos atuais da zona ribeirinha oriental.



Figura 24. Pormenor da Planta Topográfica de Lisboa, 1904-11 (Autoria: Júlio Silva Pinto). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

Todavia, apesar da ocupação massiva da zona ribeirinha pela contentorização sobretudo após a Revolução (25 de abril de 1974), iniciava-se, em simultâneo, a progressiva libertação de troços da frente ribeirinha para usos não portuários (CML 2012a, p. 1; Craveiro 2016). A subsequente desafetação socioeconómica, as alterações tecnológicas do setor portuário, o imobilismo da Administração do Porto de Lisboa (APL) e a falta de articulação entre entidades envolvidas desencadearam vastas áreas e equipamentos subaproveitados, gerando um estado de abandono durante várias décadas. De facto, a APL, enquanto entidade estatal que tem mantido a jurisdição de um vasto território metropolitano, acabou por retirar aos municípios ribeirinhos competências em matéria de planeamento e gestão nas frentes de água (Castro 1997, p. 93). Porém, à semelhança de casos internacionais, nos finais da década de

1980 e início de 1990 surgiam contornos de novas sensibilidades institucionais em simultâneo com uma mobilização de opiniões sobre o futuro das frentes ribeirinhas. Destacava-se um papel cada vez mais ativo dos municípios acometidos e a progressiva abertura da APL sobre os territórios sob jurisdição (Castro 1997, p. 93; Nevado 2014b).

O importante processo de infraestruturação (rodo e ferroviária, de grande escala; vd. **Figs. 25-27**), ligações fluviais e industrialização da cidade de Lisboa ter-se-á iniciado na segunda metade do século XIX, com a implantação de atividades, equipamentos e infraestruturas industriais ao longo da margem do Tejo (Craveiro 1997, p. 48; Matos e Paulo 1999; Custódio e Folgado 1999).



25



26

Figuras 25-26. Vistas aéreas parciais da ZROL, na década de 1940, Poço do Bispo/Braço de Prata.

(Imagens gentilmente cedidas pelos Arquivos CDI/APL).



Figura 27. Pormenor da do Levantamento e desenho do Instituto Geográfico e Cadastral (1955). Escala 1:5000.

(Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

Essa ocupação foi facilitada pela existência de terrenos planos, permitindo a construção de sucessivos aterros, a posterior construção de linhas rodovias e ferroviárias e as ligações fluviais, reconfigurando sucessivamente a linha de costa (Craveiro 1997, p. 48; Matos e Paulo 1999; Custódio e Folgado 1999) até à atualidade. A alteração do território, da paisagem urbana, acessibilidades e conexões, justificam essa opção, convertendo essas áreas em pólos centrais e indispensáveis à cidade (Craveiro 1997, p. 48; Castro 1997).

No início da década de 1970, focava-se a especificidade, a persistência da concentração de trabalho industrial e a elevada densidade operária na ZROL (Nunes e Sequeira 2011). A sua constituição como zona industrial é paralela e oposta à formação da centralidade metropolitana no espaço urbano da capital, destacando o fato da concentração de mais de metade (66%) do emprego industrial de toda a zona ribeirinha se registar em três freguesias (Alcântara, Marvila e Olivais) (Rodrigues 1997b; Nunes e Sequeira 2011). Na zona oriental, o peso operário era particularmente significativo em setores que implicavam níveis de tecnologia mais desenvolvida, sobretudo nos setores da química e do vidro, nos de fabricação de produtos metálicos ou equipamentos de transporte (Nunes e Sequeira 2011).

Nas décadas de 1980-1990, o declínio industrial de Lisboa acelerou e a cidade perdeu empresas, empregos e Valor Acrescentado Bruto (Barata Salgueiro 2001, p. 14). Esse fenómeno, apelidado de “desindustrialização” de áreas centrais da cidade de Lisboa, o declínio de áreas alocadas a setores produtivos tradicionais e a realocação de antigas e novas unidades na periferia, contribuindo para a entrada no período “pós-industrial” de Lisboa (Barata Salgueiro 2001; Nunes e Sequeira 2011).

O fenómeno de implantação industrial na área em estudo resultou de condições específicas, relacionadas com a sua localização na cidade, num largo espaço aberto e de povoamento disperso. A partir de meados do século XIX assistiu-se a uma progressiva instalação de fábricas modernas que constituiu um processo crescente até aos anos 70 do século XX, desencadeando migrações e êxodos rurais, em busca de emprego no abundante setor secundário, que deram origem a núcleos habitacionais. A ocupação dos espaços industriais foi faseada, tendo as primeiras fábricas sido erguidas nas estruturas pré-existentes (quintas), segundo lógicas relacionadas com as acessibilidades e às transações comerciais das matérias-primas.

O território oriental foi também profundamente alterado pela construção da linha de caminho-de-ferro do leste e do Norte, que se impôs sobre a topografia existente, criando rasgos no território e caracterizando-o, afirmando a importância das mudanças introduzidas pelas acessibilidades, estimulando a localização industrial e contribuindo para a modificação da paisagem de Lisboa oriental. Tendo as condições necessárias para um desenvolvimento industrial, as primeiras manifestações, de carácter maioritariamente manufatureiro, terão surgido a partir da segunda metade do século XVIII, num território marcadamente rural, onde já existiam alguns pólos urbanos primitivos (tais como Marvila, Xabregas e Santa Apolónia). O

sítio era pontuado por quintas e conventos pertencentes à nobreza, relacionados com a estrutura socioeconómica do Antigo Regime, tendo o processo de industrialização sido inserido sobre esse tecido urbano específico, inicialmente adaptando edifícios existentes para novos usos e ocupando o território, atribuindo um carácter misto e criativo neste lugar aparte na cidade, e marcando definitivamente o seu carácter até hoje.⁸⁰

A Revolução Industrial surgiu em Portugal com um certo desfasamento em comparação com outros países europeus, na sequência do fim do sistema régio absolutista, promovendo alterações do ponto de vista económico e social. Coincidindo com a Revolução Liberal, em 1820 surge a primeira máquina a vapor – um barco que estabelecia a ligação marítima entre Lisboa e Porto -, e são criadas academias politécnicas em ambas as cidades, com vista à preservação da independência económica, as quais viriam a constituir os maiores centros industriais do País e, posteriormente, as áreas mais densamente urbanizadas. A indústria foi revolucionada pela energia do carvão e do vapor e, apesar de se importarem todos os materiais numa fase inicial, a cidade de Lisboa foi rapidamente pontuada pelas altas chaminés de tijolo e pelas coberturas industriais, alterando a sua paisagem urbana.

Essa maior incidência da revolução industrial sobre os centros urbanos atrai população do interior do país, procurando riqueza e melhores condições de vida, repercutindo-se nas alterações demográficas crescentes. No caso de Lisboa, a decorrente expansão urbana, no final do século XIX e início do século XX, coincide com a criação de novas zonas urbanas, como Campo de Ourique e as Avenidas Novas, cuja inovação de construção se deve também aos avanços tecnológicos e industriais da época. Contudo, o crescimento acelerado conduziu à falta de qualidade na construção e a movimentos especulativos imobiliários.

Durante o século XIX, a indústria base foi a metalurgia, recorrendo a materiais económicos e abundantes como o ferro, o aço e o vidro, que transformaram a imagem de várias zonas urbanas, substituindo e introduzindo novos elementos, como a transição gradual de pontes de alvenaria para as pontes metálicas.

A introdução do Liberalismo, seguindo os ideais da Revolução Francesa, contribuiu para um conturbado início do século XIX na História de Portugal, transformando também o pensamento sobre a cidade. Perante o fraco crescimento demográfico, a malha urbana da cidade de Lisboa não sofre alterações significativas na primeira metade do século XIX, inserindo-se nos limites do espaço pós-Terramoto. A burguesia em ascensão requer a satisfação de gostos, através de soluções decorativas, tal como se verifica nas alterações introduzidas no Passeio Público (criação pombalina datada de 1760) e na introdução de arte pública sob a forma de estatuária (romântica e naturalista). Em meados do século XIX verifica-

⁸⁰ A par da industrialização, surgem bairros operários e equipamentos públicos emergentes (Custódio e Folgado 1999), associados a um rico movimento associativo, assim como a relevância do património azulejar, enquanto elemento decorativo e atividade social e económica, a partir do século XVI. O movimento associativo terá sido anteriormente iniciado pelas antigas irmandades e confrarias (conventos e capelas), evoluindo até às associações operárias de diversas áreas, tais como solidariedade, cultura, desporto, recreio e à estrutura institucional de equipamentos culturais. Para mais informação, vd. Custódio e Folgado (1999).

se uma expansão urbana para Norte, através do desenvolvimento do comércio e da indústria, partindo de eixos fundamentais – Avenida da Liberdade⁸¹ até ao Campo Grande (1886), substituindo e adaptando espaços pombalinos, nomeadamente o Passeio Público, e a Avenida Rainha D. Amélia (a atual Av. Almirante Reis). O progresso anunciado na cidade promovia uma modernização urbanística, que culminaria com a construção das Avenidas Novas, rompendo com a Lisboa romântica. Por outro lado, junto à zona ribeirinha e na periferia, nas zonas ligadas à indústria e ao comércio, surgem vilas e pátios operários (**Figs. 28-29**) que albergavam uma nova classe social emergente – o proletariado -, com o intenso desenvolvimento industrial (Reis e Silva 2013)⁸².



28



29

Figura 28. Vista do conjunto habitacional operário (Vila operária – “Vila Flamiano”), contíguo à Rua Gualdim Pais, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).

Figura 29. Vista do conjunto habitacional operário “Vila Pereira Henriques”, sito na Rua do Açúcar, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

Surgem também novas tipologias de mobiliário urbano – tais como elevadores e quiosques – e de decoração, graças à utilização da Arquitetura do Ferro, refletindo as alterações profundas da fisionomia da cidade e os gostos da época (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999).

b. Crescimento industrial

A industrialização da zona ribeirinha oriental de Lisboa, compreendida entre o Terreiro do Paço e o Rio Trancão, suscitou sucessivos fenómenos modernos e contemporâneos de transformação urbana e socioeconómica. Do ponto de vista espacial, é possível reconhecer

⁸¹ A abertura da Av. da Liberdade constitui um momento crucial do desenvolvimento urbanístico de Lisboa no séc. XX, em contraponto com a continuidade e peculiaridade dos bairros populares coexistentes (Custódio e Folgado 1999).

⁸² E.g.: Beato: Vila Flamiano, Vila Dias, Vila Moreno, Vila Amélia Gomes, Vila da Bela Vista, Ilha do Grilo (Bairro da Madre de Deus), Pátio da Quintinha, Pátio do Monteiro, Convento do Beato, Palácio dos Duques de Lafões, Igreja do Grilo, Vila Maria Luísa, Vila Zenha; Marvila: Quinta das Pintoras, Pátio do Marialva / Mirante, Pátio do Israel, Vila Pereira; Poço do Bispo: Casa José Domingos Barreiro, Casa Abel Pereira da Fonseca, Pátio do Beirão; Penha de França: Penha de França.

uma grande homogeneidade geomorfológica, revelando a evolução industrial da cidade, entre meados do século XIX e a construção do Parque Expo (a partir de 1998). A expansão industrial ter-se-á sobreposto à orla ribeirinha primitiva – essencial, aliás, ao transporte e trocas de mercadorias -, atualmente extinta pelas sucessivas obras de avanço do Porto de Lisboa, a nascente da Praça do Comércio. No terceiro quartel do século XVIII, a frente ribeirinha continha vários cais acostáveis, entre a Ribeira e o Terreiro do Paço, e Santa Apolónia. Depois do convento de Santa Apolónia, existiam pequenos cais que correspondiam a lugares - como Santa Apolónia (“Cais dos Soldados”), Xabregas e Poço do Bispo -, pertencentes (ou não) a antigas quintas, existindo zonas de praia com qualidade ambiental, até à década de 1930 (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999; Dias 1999, 2000).

Através dos inquéritos industriais, levados a cabo a partir de meados do século XVIII, foi possível aferir as tendências da industrialização, o crescimento demográfico associado e inventariar as atividades fabris. Inicialmente de carácter manufatureiro e de oficinas, o processo de industrialização evoluiu na zona oriental a partir da segunda metade do século XIX, atingindo o seu auge em 1890 com grandes fábricas, que albergavam centenas de operários de ambos os sexos (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999).

No século XX, em 1915, durante a I República, registavam-se mais de 15000 trabalhadores naquela zona, e diversas associações de Classe e sindicatos organizados, promovendo tradições sociais do bairro e das novas contendadas com os “senhores da Indústria” (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). Este fenómeno, semelhante ao de Alcântara, mas com menor intensidade e duração, caracteriza ainda hoje a área Oriental da cidade de Lisboa. Em 1942 a realidade industrial afirma-se e amplia-se, e, em 1972, as considerações de ordem económica impõem o inquérito industrial, executado pela empresa PLANOP – Divisão de Planeamento e Urbanização da Câmara Municipal, procurando interpretar a estrutura industrial para determinar as consequências da execução do novo plano diretor da urbanização da zona. Assim, o setor secundário permanecia e expandia-se, justificando a permanência do Porto de Lisboa (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). Contudo, na década de 80 do século XX – “no momento da afirmação dos fenómenos da sociedade de consumo” (Matos e Paulo 1999) -, finaliza-se o ciclo do crescimento industrial e inicia-se a época de desindustrialização, através da falência e/ou da transferência de fábricas seculares para as novas periferias da Grande Lisboa. Atualmente, regista-se ainda a permanência de estruturas industriais, com um notório nível de decadência e obsolescência.

c. Processo de desindustrialização de Lisboa/ZROL

Analisando cronologicamente o processo de desindustrialização de Lisboa, consideramos que a década de 70 do século XX constitui um marco importante na atividade portuária, perante as transformações e adaptações tecnológicas do Porto ao processo de contentorização, a par dos processos de descolonização, desindustrialização e obsolescência, encetados a partir da Revolução de 1974. A relação do Porto com a cidade modifica-se devido a vários aspetos relacionados com a nova conjuntura político-social e com a adesão de

Portugal à CEE, uma vez que as trocas comerciais com as ex-colónias diminuí, a consolidação das relações europeias privilegia o transporte terrestre e a inauguração do Porto de Sines (de abastecimento de petróleo e carvão) diminuem, portanto, o tráfego portuário.

O processo de desindustrialização continuou na década de 1980, sendo as fábricas seculares desativadas e/ou transferidas para os arrabaldes da Grande Lisboa, implantando-se ao longo do eixo Lisboa/ Vila Franca de Xira, prejudicando a zona oriental, na medida em que, grandes áreas, antes industrializadas, se transformam agora em vazios urbanos, sem qualquer função. Na década de 1990, procedeu-se à reconversão de áreas urbanas obsoletas e à desativação de fábricas poluentes que se encontravam ainda em funcionamento, através da *Expo '98*, mas, apesar dos seus efeitos positivos, “não se estará a substituir uma ilha por outra ilha, qualificada sim, mas com efeitos espaciais e sociais perversos?”, tal como Ochoa (2016) questiona.

A ZROL sofreu os efeitos do processo de desindustrialização, representando na atualidade um caso pós-industrial notório em Lisboa (Custódio e Folgado 1999). Tal é visível nas inúmeras situações de abandono e ruína que revelam a falta de medidas de conservação e salvaguarda de edifícios e de espólios e de recuperação, reconversão e/ou regeneração urbana (Custódio e Folgado 1999; Nunes e Sequeira 2011). O desaparecimento da imagem industrial de Lisboa – essencial na concepção e compreensão cultural das áreas urbanas, à semelhança de elementos patrimoniais tais como palácios, igrejas, conventos, quintas ou elementos do mobiliário urbano e rural - podia ter sido evitado (Custódio e Folgado 1999, p. 10). Apesar da monofuncionalidade subjacente à ZROL, as atividades industriais diferiam entre si, estando a sua implantação condicionada em função do tipo de indústria e aos terrenos disponíveis.

d. Relação entre indústria e território

A definição da zona oriental de Lisboa constitui um problema devido às diversas freguesias que a compõem,⁸³ advindas de antigas estruturas monásticas, paróquias, e, posteriormente, unidades industriais que (re)delimitaram áreas e (re)nomearam lugares – tais como Xabregas, Beato, Marvila, Vale de Chelas e Olivais -, testemunhando, simultaneamente, uma forte presença manufatureira no território. A gradual mutação dos espaços rurais em empreendimentos fabris e manufatureiros,⁸⁴ o desenvolvimento do comércio atlântico e o aparecimento de uma burguesia comercial, em ascensão, ligada ao Brasil e às matérias-primas coloniais (como o tabaco, o algodão e o açúcar), promoveram mutações no ambiente físico, económico, social e político-institucional nacional.

⁸³ Para obter mais informações acerca deste tema, vd. *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, pp. 13-14.

⁸⁴ Nomeadamente, estamparias, curtumes, refinação de açúcar, cerâmica comum, manufaturas de alfinetes, vinhos, sabões, fósforos, entre outras. (Vd. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas).

Durante a segunda metade do século XIX, através da legislação de 1852, a organização administrativa do concelho de Lisboa sofre ajustamentos, consoante a evolução de atividades económicas e a indústria, em particular. A zona oriental continuava a pertencer ao Bairro de Alfama (sendo a sua expansão máxima a área urbana do Poço do Bispo), tendo sido criado, entretanto, o concelho dos Olivais. Contudo, a retração da área de Lisboa a oriente consagrava-se devido a fatores de ordem económica e fiscal (circunvalação ou estrada fiscal), para controlar a entrada de produtos de consumo do interior, vindos por terra. Entre 1852 e 1885, a área administrativa dos Olivais já detinha importantes indústrias modernas e englobava várias freguesias. A partir de 1868, os velhos bairros de Lisboa sofreram grandes alterações, extinguindo-se o Bairro de Alfama e nascendo o Bairro Oriental, com quinze freguesias. Em julho de 1885, uma reforma administrativa extingue e integra o concelho dos Olivais na cidade em expansão (Folgado e Custódio 1999; Nunes e Sequeira 2011).

A industrialização era inventariada, transmitindo uma noção realista neste período, mediante inquéritos industriais (1865, 1881 e 1890), tendo como pano de fundo a cidade enquanto estrutura administrativa. Entre 1886 e 1895, o território oriental alarga-se, temporariamente, às freguesias de Sacavém e Camarate. Em 1895, é integrada uma parte de Sacavém e a freguesia de Camarate, no concelho de Loures, construindo a unidade da zona oriental entre as Alfândegas e o Rio Trancão.

Na zona de Belém, Pedrouços e Algés, a Ocidente, surgiu um fenómeno semelhante de industrialização das periferias urbanas de Lisboa. Através de um modelo à base de círculos concêntricos, atendendo à implantação da linha de caminho-de-ferro (que partia da Estação de Santa Apolónia e seguia para Leste e para Norte), caracterizando a expansão industrial entre o concelho de Loures e o de Vila Franca de Xira (hoje, integrados na Grande Lisboa), “O conceito territorial de Lisboa Oriental abrangia tanto a zona ribeirinha, como os aglomerados urbanos e uma extensa área rural, cruzada por centenas de azinhagas [Figs. 30-31]. (...) o fenómeno da instalação industrial não se verificou apenas no Caminho do Oriente – projeto de valorização e revitalização urbana de Lisboa, centrado num eixo compreendido entre Santa Apolónia, Marvila e Doca dos Olivais. Muitas unidades fabris vieram a localizar-se no interior, seguindo determinadas lógicas particulares.” (Matos e Paulo 1999; Custódio e Folgado 1999).



30



31

Figura 30. Vista da Azinhaga da Bruxa, junto ao Bairro Madredeus, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

Figura 31. Vista da Azinhaga das Veigas, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

O rio Tejo constituía uma acessibilidade imprescindível, promovendo o comércio, a navegação fluvial e a ligação entre margens, desde a Antiguidade até ao Antigo Regime. Posteriormente, o Porto de Lisboa trouxe grandes transformações manifestas nos cais de pequena dimensão (agrícolas e industriais) e nos portos ribeirinhos existentes. As quintas da coroa agrícola da cidade – de Xabregas a Sacavém -, concentravam a nobreza e a burguesia da capital. Porém, a partir do reinado de D. João V, a tendência manufatureira e industrial invade esses espaços e oficinas agrícolas. Em 1834, com a extinção das ordens religiosas e a consequente nacionalização dos seus bens, várias propriedades foram adquiridas por uma nova burguesia liberal, que renovou a exploração agrícola, articulando-a com negócios manufatureiros e industriais rentáveis. O surto industrial verificado a partir da segunda metade do século XIX, invade os lugares das quintas e palácios (tais como a Quinta da Mitra, a Quinta das Rolas, o Palácio de Valadares, a Quinta da Matinha), que haviam influenciado a toponímia. Muitas dessas quintas dispunham de cais privados, para transporte de produtos agrícolas. O desenvolvimento manufatureiro e industrial exigiu uma mudança na lógica do funcionamento agrícola e económico, transformando profundamente a paisagem urbana, provocada também pela uniformização da linha de costa, imposta pelo Porto de Lisboa. A antiga Lisboa ribeirinha, com pequenas docas, cais e praias, foi sobreposta pelo desenvolvimento industrial, uniformizando a margem fluvial e conquistando, progressivamente, território ao rio, através de sucessivos aterros.⁸⁵ Alguns dos exemplos mais importantes são a construção da Estação de

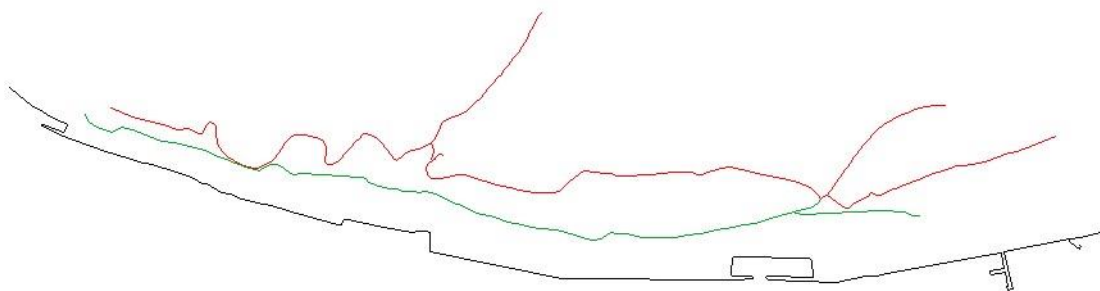
⁸⁵ Após as intervenções pombalinas, em 1760, descritas por Júlio de Castilho, o método do aterro adquire um maior alcance durante o século XIX, através da criação e prática de meios mecânicos mais eficazes, que permitiam preencher os espaços da linha de costa, reformulando-a e geometrizando-a. Deste modo, a renovação/regeneração de partes da cidade remonta ao passado, tendo evoluído e sido levada a cabo mediante vários meios. A gradual conquista ao rio, a partir de meados do século XIX, é visível na cartografia, em especial nas

Santa Apolónia (1865) - constituindo um exemplar da Arquitetura do Ferro – e a Av. Infante D. Henrique (construída nas décadas de 30 e 40 do século XX), sobre território conquistado ao Tejo, que alterou o perfil da orla ribeirinha, instaurando um novo conceito de “Lisboa Ribeirinha”.

1.3.4 Processo de urbanização da ZROL: edifícios e conjuntos urbanos marcantes

Os primórdios de urbanização da zona ribeirinha oriental de Lisboa remontam ao século VIII a.C., aquando da presença fenícia em Lisboa, através de um caminho à beira-rio – uma complexa via primitiva -, readaptado depois pelos Romanos, ligando Lisboa a Santarém. Até ao aparecimento do caminho-de-ferro, essa via era alternativa ao rio, o qual estruturou as unidades e comunicações urbanas, tais como Xabregas ou Marvila, localizados no fundo dos vales, junto à água. A urbanização era determinada pela geografia da frente de água e pela orografia acidentada, determinando a Estrada Real, para além do progressivo assoreamento do Tejo que afastou o rio (por evolução natural e/ou humana). O Tejo constitui o eixo definidor da área em estudo e da cidade no geral, apesar de hoje estar mais distanciado e de existirem outras alternativas de transporte. Alternativamente ao rio, existem três percursos principais: a Av. Infante D. Henrique, o caminho de pé-posto (primitivo; até meados do século XVI) (**Figs. 32-33**) e o traçado ribeirinho do *Caminho do Oriente* (Matos e Paulo 1999, p. 15).





33

Figuras 32-33. Reconstituições do caminho de pé-posto na frente ribeirinha oriental de Lisboa. (Diagramas elaborados pela autora, sobre vista aérea parcial, com base na obra “Caminho do Oriente”. (Fontes: (Matos e Paulo 1999, pp 22-23) e Bing Maps 2017; setembro 2017).

A partir do século XVI são reorientados alguns conjuntos urbanos (e.g.: Convento do Beato⁸⁶), considerando a orientação geográfica da zona oriental, a localização do rio a nascente e não a sul, como acontece na zona ocidental (Matos e Paulo 1999).

A cartografia mais antiga revela o fim da cidade na zona de Santa Apolónia, i.e., no limite da Cerca Fernandina (Matos e Paulo 1999, p. 17). A zona oriental era pontuada pela presença de Conventos (**Fig. 34**), calçadas, travessas e azinhagas rústicas⁸⁷ (**Fig. 35**), localizadas hoje e sobretudo no território mais antigo (i.e.: pré-aterros) e com interesse cultural, histórico e urbano.

⁸⁶ Vd. *Planta topográfica da cidade de Lisboa*, 2ª metade do século XVIII, GEO.

⁸⁷ No âmbito da elaboração da Tese, foram identificadas e visitadas diversas azinhagas nas zonas das Olaias (e.g.: a da Bela Vista; a do Carrascal), de Chelas (e.g.: a da Broma; a da Salgada; a do Planeta, a da Maruja; a do Armador; a do Baptista), do Beato (e.g.: a da Bruxa; a das Veigas) e de Marvila (e.g.: a do Vale Fundão; a dos Alfinetes; a da Quinta do Alfenim; a da Troca).



- Património religioso (igrejas)
- Património religioso (Conventos)
- Museus

Figura 34. Localização do edificado patrimonial (Palácios, Conventos, Igrejas e Museus inseridos em edifícios antigos/com valor patrimonial), ainda existentes na ZROL e maioritariamente localizados na frente ribeirinha. (Diagrama elaborado pela autora, sobre vista aérea parcial; Fonte: *Bing Maps*; setembro 2017).



Figura 35. Localização esquemática de algumas azinhagas de génese rural, ainda existentes na zona oriental de Lisboa (na área mais interior). (Diagrama elaborado pela autora, sobre vista aérea parcial; Fonte: *Bing Maps*; setembro 2017).

A abertura da Estrada de Circunvalação (1847-52) passar-se-ia a designar por “Estrada de Chelas”. Os rasgões físicos promovidos pela implantação das linhas de comboio destruíram e interromperam ligações viárias, como a Estrada de Marvila (Matos e Paulo 1999, p. 18).

O esquema viário altera-se no século XVI, começando a substituir a própria toponímia (e.g.: no século XIX, a Estrada de Marvila passa a designar-se Rua Direita dos Ananases e depois Rua Direita de Marvila quando se insere no núcleo urbano homónimo) (Matos e Paulo 1999). Marvila terá sido desenvolvida pelo parcelamento de antigas quintas (e.g.: Mitra; Marquês de Abrantes; Cabido; construção do convento, etc.) (Matos e Paulo 1999). A Quinta do Braço de Prata gerou a toponímia dessa área urbana. A Estrada de Marvila dava acesso a vias secundárias, como a azinhaga – de essência rural - dos Alfinetes (anteriormente, “das Fontes”). No Beato, o Mosteiro dos Lóios, erguido no século XV sobre um eremitério da invocação do patriarca de São Bento, localizava-se perto do rio. As condicionantes orográficas condicionaram a rede viária, que ligava pequenos núcleos urbanos a vários cais de embarque (na embocadura dos vales). A lógica ribeirinha tinha poucas vias de penetração para o interior. Urbanização dos Olivais – antigo Vale Formoso de Cima (Matos e Paulo 1999, p. 19).

O território da zona ribeirinha oriental de Lisboa tem uma génese rural que remonta ao século XV, tal como os registos historiográficos e cartográficos comprovam. Porém, as sucessivas transformações urbanas, económicas e sociais, a partir do século XVI até aos dias de hoje, tornaram-na numa área complexa e diversificada (Matos e Paulo 1999, p. 20).

a. A Caminho do Oriente

A consolidação urbana do *Caminho do Oriente* começou no século XVI, estruturando os núcleos de Santa Apolónia, Cruz da Pedra, Xabregas, Grilo/Beato, Marvila, Vale de Chelas, Estrada de Marvila (Custódio e Folgado 1999, vv. pp.; Matos e Paulo 1999). Constitui, atualmente, uma zona complexa, sobretudo em Santa Apolónia (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999).

Até ao período pombalino, a zona oriental foi marcada pela indústria manufatureira e obteve um desenvolvimento acrescido, também possível através da evolução das acessibilidades, especialmente através de uma via alternativa ao rio até à implantação do caminho-de-ferro, situada à beira-rio – o “caminho de pé-posto” (**Figs. 34-35**) -, acompanhando a orografia complexa da margem Norte do rio (Matos e Paulo 1999). Este “Caminho do Oriente” ligava o porto de escoamento com o *hinterland* do vale do Tejo, num traçado reajustado pela via romana que ligava Lisboa a Santarém, desde o século VIII a.C. até meados do século XVI (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). As comunicações na zona oriental eram dominadas sobretudo pelo rio, sendo que os seus pontos de referência tradicionais – como Xabregas e Marvila -, se localizavam na parte baixa da confluência do rio com os vales mais

acentuados que penetram para o interior⁸⁸. (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). Aquando da reconstrução da Baixa Pombalina, a partir de 1755, a ZROL foi alvo de construções de quintas de lazer por famílias de diversos estratos sociais, mas especialmente abastadas (e.g.: Duque de Lafões), por se tratar de uma zona rural, aprazível e com bons recursos naturais (e.g.: proximidade do rio/cais privados). No entanto, após a implantação infraestrutural de grande escala (i.e.: caminho-de-ferro, instalações portuárias e industriais) sobre um tecido rústico (i.e.: com conventos, quintas de recreio e de produção agrícola) do Antigo Regime, a ZROL transformou-se no principal centro socioeconómico (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). Sobretudo após a Revolução Liberal, a extinção das ordens religiosas em 1834 e a consequente refuncionalização de edifícios, surgia uma nova dimensão urbana (com fábricas, armazéns de comércio e empresas de pequena escala, associadas ao porto, vilas e pátios operários) (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). Assim, a ZROL estava em progressão e sofria uma expansão urbana, social e económica dentro de um território histórico/pré-existente, gerando sobreposições e ruturas (Matos e Paulo 1999).

Seguidamente, analisamos sumariamente a frente ribeirinha de Lisboa e a sua relação com a APL e o Porto de Lisboa.

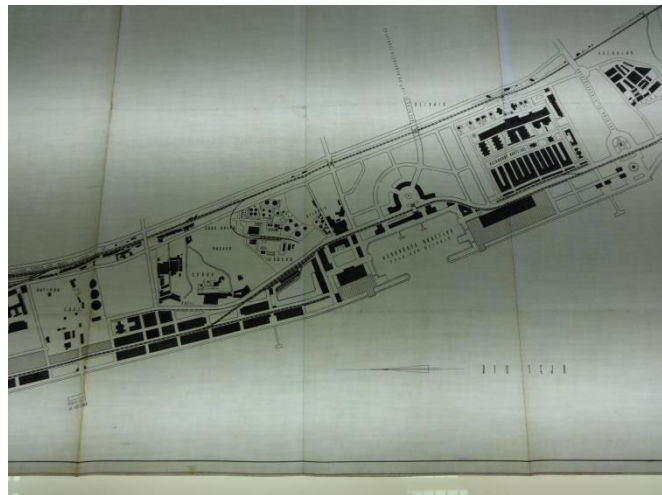
b. Relação entre a ZROL e a APL/o porto de Lisboa

O porto de Lisboa tem sido determinante para a economia e para a transformação urbana da cidade, da área metropolitana e, sobretudo, para os núcleos urbanos em redor do estuário do Tejo. As profundas transformações e os sucessivos aterros desencadeados pela AGPL a partir dos finais da década de 1930 (**Figs. 36-39**) alteraram não só a escala dos lugares com novas infraestruturas, como também a sua paisagem urbana, conquistando território ao rio Tejo.

⁸⁸ “As condicionantes impostas pela geografia do rio, bem como a orografia acidentada da primitiva margem alta (...) determinam os vários traçados da depois chamada Estrada Real, além, claro, do assoreamento progressivo do Tejo, condicionante incontornável desses ajustamentos. Desde a complexa via primitiva até à atual Infante D. Henrique [o eixo viário estruturador atual] (...) assistimos ao avanço constante no encaço do rio, na exata medida em que ele próprio a pouco e pouco se foi afastando, fosse por evolução natural, fosse pela acção humana.” Atualmente, “o Tejo é o eixo histórico definidor desta vasta área”, tal como do resto da cidade, concedendo-lhe um odor a “maresia” – um “rio marítimo.” (Matos e Paulo 1999, vv. pp.).



36

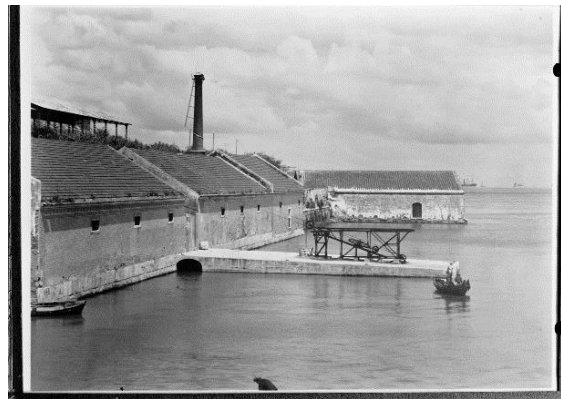


37

Figuras 36-37. Planta parcial de alterações da AGPL/Cais da Matinha do projeto do Aeroporto Marítimo, 1937. (Fotografias recolhidas pela Autora, a partir de Plantas disponíveis e gentilmente facultadas para consulta pelos Arquivos do CDI/APL; julho 2014).



38



39

Figura 38. Vista da construção do muro do cais de Santa Apolónia. (Fotografia gentilmente cedida pelo CDI da APL – Junqueira; Autoria: desconhecida; Data: 12 de setembro de 1938).

Figura 39. Vista de uma fábrica localizada junto ao Tejo, na Matinha, com um cais privativo. (Fotografia gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL – Junqueira; Autoria: desconhecida; Data: 1943).

c. O território da ZROL

O território da ZROL contém diversos núcleos e territórios urbanos distintos. Considerando que as fronteiras de cada núcleo (i.e.: Santa Apolónia, Beato, Xabregas, Marvila, Poço do Bispo, Chelas, Braço de Prata e Cabo Ruivo) são difusas, consideramos os limites administrativos das freguesias em que cada um se insere (**Fig. 40**).

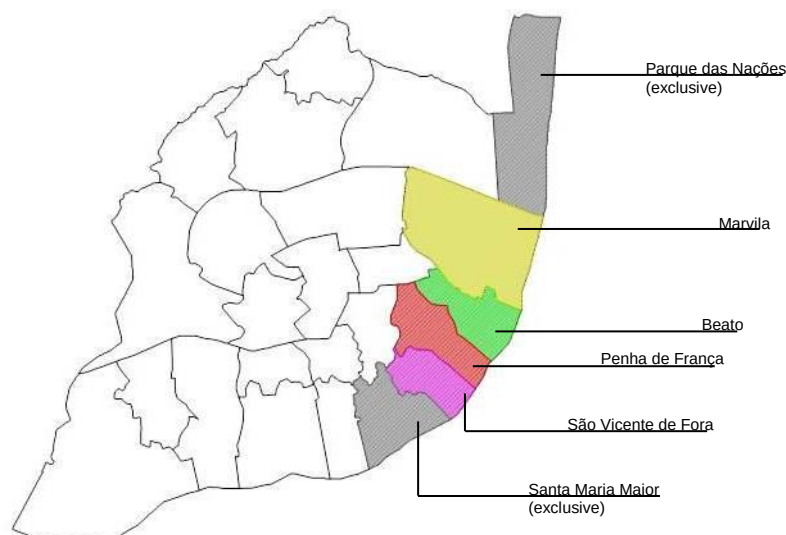


Figura 40. Delimitação da área em estudo, por freguesias administrativas de Lisboa., na atualidade.
 (Diagrama elaborado pela Autora sobre a Planta do PDML de 2012; junho 2017).

C1. Santa Apolónia

A zona de Santa Apolónia é contígua à freguesia de Santa Maria Maior e à de Penha de França e localiza-se na freguesia de São Vicente de Fora (**Fig. 40**). Foi fundada no século XV, através de uma pequena ermida localizada num sítio ermo, mas perto do rio. A implantação da Estação de caminhos-de-ferro (inicialmente sedeadada mais a Norte, nas instalações do Convento de Santa Apolónia) foi determinante para a evolução do núcleo de Santa Apolónia e da própria ZROL. Contribuiu, desde logo, para a consagração do âmbito mais vasto da toponímia, abrangendo outros sítios como a Bica do Sapato, a Fundição (atualmente, o Museu Militar) e os velhos cais (e.g.: Madeira, Tojo, Carvão, Soldados, etc.) (Santana 196-). O progressivo assoreamento do Tejo permitiu uma ocupação junto ao rio, numa zona de praia, cujo traçado ribeirinho foi sendo sucessivamente alterado até à atualidade.

D. Manuel ordenou a construção do Arsenal (o atual Museu Militar), no início do século XVI, junto à Muralha Fernandina (Matos e Paulo 1999; Custódio e Folgado 1999). Depois passou a designar-se por Fundição de Baixo, trazendo mais pessoas e emprego àquela área, assistindo-se a um célere processo de urbanização da área adjacente à muralha. Em 1576, D. Maria consagrava a freguesia extramuros de Santa Engrácia, enquadrando-a nos quadros religioso e administrativo até ao limite da freguesia dos Olivais, permanecendo inalterável até 1769, aquando da reforma de Marquês de Pombal (Matos e Paulo 1999). Em 1578 os terrenos ribeirinhos de carácter de logradouro público foram loteados, demarcando um caminho ao longo dos novos cais, especializados em produtos a granel e solicitando espaços amplos para funcionamento (como por exemplo, para armazenamento de madeira, tojo ou carvão). O loteamento camarário promoveu a divisão de propriedades ribeirinhas, atualmente a face poente do Largo de Santa Apolónia e Rua dos Caminhos de Ferro. Das construções entretanto demolidas, destacam-se os edifícios do quartel do Regimento de Cavalaria do Cais –

apelidando o Cais dos Soldados -, à beira-rio, onde hoje existe a Estação dos Caminhos-de-ferro⁸⁹ (Matos e Paulo 1999, p. 25).

De acordo com Matos e Paulo (1999), a parceria estabelecida entre a CML e as Comendadeiras de Sant'Iago resultou a propriedade desde Santa Clara até ao atual Convento de Santos-o-Novo, emparcelando também as suas vastas courelas. Uma nova lógica substituiu o velho caminho, junto ao rio e seguindo pelos cais, partindo do Arsenal passando pela Bica do Sapato (designada como tal desde o século XVI), sendo atualmente a Calçada de Santa Apolónia. A Bica do Sapato deve a sua nomenclatura a um fontanário entretanto desaparecido; existia a Real Fábrica da Bica do Sapato (Matos e Paulo 1999, p. 28). As indústrias atribuíam nomes aos sítios (e.g.: Beco dos Carvoeiros) e alteraram a toponímia (Matos e Paulo 1999). O Convento de Santa Apolónia, o Forte de Santa Apolónia e o Palácio do Braço de Prata localizavam-se no topo da calçada (Matos e Paulo 1999, p. 29). É, portanto, uma área rica do ponto de vista do património (Matos e Paulo 1999, p. 30).

A construção da Estação de Santa Apolónia foi delineada na década de 1860, alterando a margem norte do Tejo e reforçando o seu cariz portuário e fabril (Custódio e Folgado 1999; Nunes e Sequeira 2011). A disponibilidade de solo favoreceu a conversão das quintas, palácios e conventos da zona em fábricas, armazéns, vilas e pátios (Nunes e Sequeira 2011). Assim, o arrabalde oriental de Lisboa do Antigo Regime foi transformado pela inclusão da via férrea, do porto e a localização de inúmeras indústrias, tendo a expansão do capitalismo industrial oitocentista e novecentista repovoado e ressignificado (Nunes e Sequeira 2011).

Atualmente, Santa Apolónia é um território pontuado por exemplos patrimoniais, atividades logísticas (**Fig. 41**), obras de reabilitação urbana (**Fig. 42**), equipamentos urbanos (**Fig. 43**) e de turismo no tecido urbano mais consolidado (**Fig. 44**).



41



42

Figura 41. Vista do terminal de contentores ribeirinho sobre aterro, Santa Apolónia (Fotografia da Autora; abril 2015).

Figura 42. Vista de um espaço de restauração na zona da Bica do Sapato, Santa Apolónia (Fotografia da Autora; abril 2009).

⁸⁹ Vd. Carta Topográfica da cidade de Lisboa, da autoria de Filipe Folque (1856-58), relativa à zona de Santa Apolónia.



43

Figura 43. Vista da estação de Santa Apolónia, Santa Apolónia, Lisboa (Fotografia da Autora; maio 2017).



44

Figura 44. Vista de um edifício renovado com um espaço de restauração com enfoque no Fado, dirigido sobretudo a turistas, Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).

C2. Beato

A zona do Beato é contígua a Santa Apolónia e a Xabregas e localiza-se na freguesia homónima (**Fig. 40**). É uma das mais antigas freguesias de Lisboa e contém diversas realidades pela sua evolução urbana, social, histórica e patrimonial. Outrora designada “Beato António”, era um território sadio, banhado pelo rio Tejo e pontuado por quintas, palacetes nobres e conventos, cujo processo de industrialização sobrepôs, alterou e/ou substituiu (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). Localizada nos arrabaldes da cidade de Lisboa, era um ponto de partida e de chegada (e.g.: século XVI; na altura, a freguesia confinava com o concelho dos Olivais e localizava-se próximo da aldeia de Marvila). A alteração da paisagem desse núcleo urbano iniciou-se sobretudo com o terramoto de 1755 destruiu e danificou gravemente inúmeras construções, obrigando à construção de novos edifícios. Posteriormente, com a fase de industrialização, a paisagem urbana e o território do Beato foram transformados com a implantação de inúmeras indústrias e bairros operários, à semelhança dos núcleos ribeirinhos da zona oriental de Lisboa (**Figs. 45-46**).



45



46

Figura 45. Vista de um antigo caminho rural, Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).

Figura 46. Vista da entrada do edifício da Manutenção Militar, Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2016).

C3. Xabregas

A zona de Xabregas localiza-se entre o Beato e Marvila e pertence à freguesia do Beato (**Fig. 37**). Inicialmente era um território vasto, mas entretanto foi sendo parcelado e reduzido até à freguesia atual (Matos e Paulo 1999b, p. 5). Xabregas era um lugar central não só da freguesia, mas de toda a zona oriental da cidade. Porém, à semelhança do Beato, a sua paisagem urbana foi transformada aquando do terramoto de 1755⁹⁰, com a Revolução Liberal (1832) e posteriormente com a implantação industrial e a construção do aterro junto ao rio⁹¹. Xabregas albergou o Paço Real do rei D. Afonso III e, no final do século XIX/início do século XX, era palco de trocas, cargas e descargas industriais (e.g.: matérias-primas) e dos produtos das fábricas. Atualmente resistem vestígios das diversas fases urbanas (e.g.: viaduto de Xabregas).

Atualmente resistem vestígios do património religioso/conventual (em bom estado de conservação; **Fig. 47**), do passado/presente rural (**Fig. 48**) e industrial (em mau estado de conservação/obsoleto - **Fig. 49**; em processo de reabilitação - **Fig. 50**).



47



48

Figura 47. Vista do Convento de São Francisco de Xabregas, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).

Figura 48. Vista de hortas urbanas, Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

⁹⁰ O terramoto de 1755 destruiu e provocou danos irreparáveis na maioria dos palácios, conventos, casas da nobreza e o Paço Real de Xabregas, existentes nessa Paróquia, obrigando à construção de novos edifícios (Matos e Paulo 1999). Posteriormente, a Revolução Liberal (1832) acarretou também diversas transformações materiais nesse núcleo urbano (Matos e Paulo 1999).

⁹¹ O rio chegava a diversas construções (e.g.: Paço Real de Xabregas) (Custódio e Folgado 1999; Matos e Paulo 1999). Com a industrialização e sobretudo com a evolução do porto de Lisboa, a construção de aterros sucessivos alterou essas dinâmicas, a morfologia do território e a paisagem urbana.



49



50

Figura 49. Vista de antigas estruturas industriais (Fábrica V. Moreno e Hélder, Lda.), em Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2014).

Figura 50. Vista da Vila Dias, em Xabregas. (Fotografia da Autora; maio 2017).

C4. Marvila

Marvila é uma freguesia ribeirinha na zona oriental de Lisboa (**Fig. 40**), com uma vasta área urbana, integrada inicialmente na freguesia de Santa Maria dos Olivais, mas criada oficialmente em 1959 (Nunes 2015). Atualmente é uma das maiores freguesias do município de Lisboa (Nunes 2015). Apesar da dificuldade em precisar a delimitação geográfica, consideramos a atual delimitação administrativa da freguesia de Marvila. É um território complexo graças à sobreposição de temporalidades, sendo atualmente perceptível o seu passado industrial e ribeirinho pelos vestígios no território, que lhe conferem uma identidade peculiar (**Figs. 51-53**) (Nunes 2015; Nevado 2016, 2017).



51



52



53

Figura 51. Vista geral do núcleo de Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; setembro 2008).

Figura 52. Vista da Rua Direita de Marvila, nas proximidades do Convento de Nossa Senhora da Conceição (atual Igreja Paroquial de Marvila), Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

Figura 53. Vista da Rua de Marvila, nas proximidades do Palácio do Marquês de Abrantes, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

O núcleo urbano de Marvila localizou-se, primordialmente, na Herdade de Marvila⁹² (Matos e Paulo 1999). Após o parcelamento e exploração do território rural por diversos proprietários (e.g.: instituições religiosas), nos séculos XVII e XVIII a zona de Marvila foi progressivamente ocupada pela classe aristocrática e por ordens conventuais (Matos e Paulo 1999). Em meados do século XIX, após a extinção das ordens religiosas (1834) e com as consequências da abolição dos morgados (1863), diversas propriedades foram repartidas e passaram a ser detidas/geridas pela classe burguesa, em ascensão (e.g.: comerciantes e industriais) (Matos e Paulo 1999). O povoado terá então crescido, sobretudo, em redor do Palácio do Marquês de Abrantes (hoje, Rua de Marvila; **Fig. 53**) e do seu território. Este é marcado por uma topografia e uma orografia acentuadas, proporcionando assentamentos urbanos em diferentes cotas altimétricas e sistemas de vistas. Considerando a sua exposição geográfica e solar, o núcleo distingue-se pela luz difusa e característica, de nascente.

Em 1834, após a extinção das ordens religiosas e a inauguração da linha férrea, em 1856, verificou-se o processo de industrialização na zona de Marvila até à década de 1950 (e.g.: Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata, que fabricava, fornecia e exportava material para a Guerra Colonial) e a ocupação do edificado religioso. Para os terrenos das quintas de Marvila, foi atraída mão-de-obra que suportava a indústria lisboeta, sobretudo da ZROL, e que era constituída por população de origem rural, sobretudo do Norte/interior do país, em busca de melhores condições de vida, formando bairros nos terrenos das quintas, permanecendo assim até à década de 1990. Até à década de 1970, Marvila continha ainda territórios rurais, constituídos por quintas agrícolas e hortas (Matos e Paulo 1999).

Marvila é um território particular, com uma realidade diversificada. A sua imagem construiu-se através da evolução no tempo e é espelhada em elementos urbanos mais antigos (e.g.: monumentos nacionais – Convento de Chelas, século XVI; igreja de Marvila, século XVII; Palácio da Mitra, século XVII; mirante do palácio do Marquês de Abrantes). A vida rural pode ser também testemunhada pela presença de quintas e azinhagas que dominavam aqueles vales nos arredores de Lisboa. Atualmente, consideramos as seguintes características principais em Marvila:

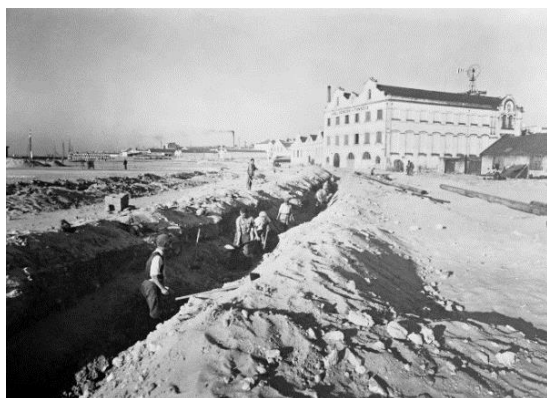
- i. Espaços rurais/naturais/expectantes, pontuados por antigos palácios, quintas e conventos;
- ii. Vestígios da fase de industrialização (remontando ao século XIX): fábricas, chaminés, armazéns, infraestruturas ferroviárias;
- iii. Estruturas portuárias (e.g.: armazéns, contentores);
- iv. Conjuntos de habitação social (e.g.: Chelas).

⁹² Após 1147 (i.e.: conquista de Lisboa aos Mouros), esse território terá sido doado por D. Afonso Henriques à Mitra de Lisboa, agregava as terras e as rendas de Marvila que continham as mesquitas mouriscas (Matos e Paulo 1999). Três anos depois, a herdade sofreu uma separação ordenada pelo Bispo de Lisboa (D. Gilberto), tendo 31 courelas sido entregues aos cónegos da Sé de Lisboa (Matos e Paulo 1999). Posteriormente, já no século XV, essas courelas originaram diversas propriedades rurais e quintas de Marvila cuja tutela recaía maioritariamente sobre instituições religiosas (e.g.: Mitra de Lisboa; Ordens do Templo, de Santiago e do Hospital; etc.) e sobre alguns proprietários privados (Matos e Paulo 1999).

Esta área urbana é ainda marcada pelo associativismo cultural (e.g.: Clube Oriental; coletividades; casas de Fado; etc.), herdado pelo passado industrial e operário.

C5. Poço do Bispo

O Poço do Bispo é uma área urbana contígua/integrada na freguesia de Marvila (**Fig. 40**), caracterizada por uma paisagem urbana marcadamente pós-industrial (e.g.: Armazéns Abel Pereira da Fonseca). Na década de 1940, foi construído um aterro para permitir a expansão do Porto de Lisboa (**Figs. 54-55**). Aquando da era industrial, era uma zona repleta de atividades industriais, movimento dos trabalhadores e passagem de transportes (eléctrico; e.g.: troço Belém-Poço do Bispo/Largo David Leandro da Silva) (**Figs. 56-57**).



54



55

Figura 54. Vista da construção do aterro do Cais da Doca do Poço do Bispo, na década de 1940. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL).

Figura 55. Vista atual do conjunto Abel Pereira da Fonseca, Poço do Bispo/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2016).



56



57

Figura 56. Vista atual do conjunto Abel Pereira da Fonseca (Autoria da fachada principal: Arq.º Norte Júnior), Poço do Bispo/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

Figura 57. Vista do "Clube Oriental de Lisboa" e de espaços comerciais atuais, Poço do Bispo/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

C6. Chelas

A zona de Chelas pertence atualmente à freguesia de Marvila (**Fig. 40**) e remete para a importância do Convento homónimo. Engloba o vale homónimo e localiza-se a uma cota elevada, com vista para o rio. É considerada nesta Tese entre os núcleos de Marvila, Olivais, Olivais, e Areeiro/São João de Brito (i.e.: junto ao Aeroporto da Portela). À semelhança dos núcleos urbanos já analisados, a génese deste território é rural⁹³ (e.g.: azinhagas), tendo posteriormente sido sobreposto por escassas atividades industriais, a partir da Revolução Industrial (século XVIII). Comparativamente, é no entanto uma área mais fragmentada e subocupada.

Consequentemente, por existirem bolsas de terrenos municipais, na década de 1960, o Estado Novo levava a cabo o programa de edificação de Habitação de Renda Económica (Decreto-Lei n.º 42454/59)⁹⁴, implementando prosseguindo assim com as políticas de urbanização testadas primeiramente com o Bairro de Alvalade (Nunes 2007; Nunes e Sequeira 2011). Em 1964, o *Plano de Urbanização de Chelas* (1964)⁹⁵ (Botelho et. al 1965; CML 1965; Dias 1991; CML 1997; DGOTDU 1997) deu continuidade à urbanização já então programada da zona oriental da cidade, após as experiências dos Olivais (Norte e Sul) e perante a necessidade urgente de realojar populações residentes em bairros de lata no vale de Chelas desde o início do século XX (GTH 1964; Dias 1991; Nunes e Sequeira 2011). Tal como no Bairro de Alvalade, este Plano visava o alojamento de funcionários do Estado (Nunes e Sequeira 2011). Porém, face à morosidade implícita na aquisição/expropriação de terrenos e na sequência das ocupações do Verão Quente (1975), não programadas e que contrariaram os diversos programas e políticas de habitação, não foi possível concretizar o Plano tal como previsto (Nunes e Sequeira 2011). Apesar dos planos dos Olivais e de Chelas se considerarem experiências urbanísticas ricas do ponto de vista projetual/de arquitetura, urbanisticamente não foram bem-sucedidos, sobretudo no caso de Chelas, principalmente pela falta de ligações/acessibilidades e articulação com o resto da cidade de Lisboa (Nunes e Sequeira 2011). Consequentemente, a zona de Chelas ficou conotada como um lugar com pouca

⁹³ Considerando que o Vale de Chelas possui solos férteis (e.g.: hortas urbanas), supõe-se que terá passado uma ribeira do Tejo no local (Matos e Paulo 1999).

⁹⁴ Possivelmente inspirado nas iniciativas e políticas de habitação de França e do Reino Unido (associadas à institucionalização dos Estados-Providência), o programa visava evitar a geração de bairros desqualificados (i.e.: de lata) e melhorar as condições urbanas e sociais da cidade (Nunes 2007). Através da criação do Gabinete Técnico Local (GTH), foram levados a cabo os planos de Olivais Norte, Olivais Sul e de Chelas (Nunes e Sequeira 2011).

⁹⁵ De acordo com os Pareceres do Conselho Superior das Obras Públicas e do Ministro das Obras Públicas (Eng.º Arantes de Oliveira), o Plano foi aprovado a 22 de maio de 1964 e assumia o ano 2000 como horizonte temporal para a sua conclusão. Baseava-se nos princípios funcionalistas e denominava os lugares de zonas e não por bairros, como era habitual, potenciando posteriormente a segregação da área urbana (PUC 1964; Nunes 2007; Nunes e Sequeira 2011). Apesar do objetivo principal ter sido a criação de um território com valências, usos e estratos sociais diversos, que se articulasse com a ZROL até Vila Franca de Xira, tal não aconteceu, levando à sua própria falência (Nunes e Sequeira 2011).

densidade demográfica e associada ao realojamento de comunidades com poucos recursos, ao longo de diversas gerações e com escassa intervenção camarária/política (Nunes e Sequeira 2011).

Tendo sido alvo de diversos estudos, planos e projectos de transformação urbana⁹⁶ (Dias 1999, 2000), atualmente é um território vasto e complexo do ponto de vista urbano, morfológico e social, marcadamente habitacional (**Fig. 58-59**). Todavia, existem melhorias ao nível dos equipamentos urbanos coletivos e dos espaços públicos contíguos (**Fig. 60-61**).



58



59

Figura 58. Vista de vestígios patrimoniais, Chelas/Olivais, Lisboa. (Fotografia da Autora; janeiro 2017).

Figura 59. Vista de edifícios habitacionais na antiga Azinhaga do Baptista, em Chelas, Lisboa. (Fotografia da Autora; janeiro 2017).



60



61

Figura 60. Vista de edifícios habitacionais, Chelas, Lisboa. (Fotografia da Autora; março 2016).

⁹⁶ E.g.: no Plano de De Gröer, o vale de Chelas foi considerado como zona verde, para separação entre áreas industriais e habitacionais; no Plano do GEU (1959), foi considerada como zona verde, correspondente ao atual Parque da Bela Vista -, imposta pela servidão do aeroporto; no Plano de Urbanização de Chelas, do GTH (1960), foi considerada a presença do Vale Fundão pela sua importância hortícola num meio urbano e privilegiou-se o início do contínuo verde do vale central; no *Plano de Urbanização de Chelas* (1966) optou-se por um sistema linear de contínuos verdes, enquanto “faixas de vida urbana interna e sistema viário interno reticulado” (Dias 2000, pp. 14-23). Esse território detém ainda vestígios da sua matriz inicial, com sistemas de azinhagas, implantados e articulados com o território (Dias 2000).

Figura 61. Vista da Biblioteca de Marvila, construída sobre a Azinhaga dos Alfinetes, Chelas, Lisboa. (Fotografia da Autora; março 2016).

C7. Braço de Prata/Matinha

A zona de Braço de Prata/Matinha é difícil de precisar e insere-se na freguesia de Marvila (**Fig. 40**), no território da antiga Quinta da Matinha (**Fig. 62**)⁹⁷.



Figura 62. Planta topográfica (parcial) da zona da Quinta da Matinha, Lisboa. (Escala: 1:1000; Autoria: Júlio Vieira da Silva Pinto; Data: novembro 1907). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

A ocupação urbana concretizou-se sobre as antigas estruturas do Convento (e.g.: quintais) e Quintas (e.g.: a Fábrica de Gás da Matinha foi implantada sobre a antiga Quinta das Parteiras/Matinha, que, outrora produziam e vendiam bens agrícolas às comunidades locais; **Figs. 63-64**), tendo evoluído posteriormente para pátios e vilas operárias.



63



64

⁹⁷ Braço de Prata deve a sua toponímia a António de Sousa Meneses, o dono da antiga Quinta da Matinha, que usava um braço postiço de prata na sequência da perda do seu próprio braço durante uma batalha.

Figura 63. Vista aérea do lançamento de areia pela *Finalmarina* em frente à Quinta da Matinha, Matinha, Lisboa. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL; Data: 1939).

Figura 64. Vista do processo de lançamento de areia em frente à Quinta da Matinha, Matinha, Lisboa. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL; Data: 1939).

Após a infraestruturização do território, caracterizou-se durante várias décadas pelo comércio e dinamismo em torno da sua estação ferroviária, pois recebiam diariamente os operários das antigas fábricas de Marvila e Poço do Bispo.

A partir de 1934, a Fábrica de Gás de Belém (a laborar a partir de 1928) foi transferida para a zona oriental, levando à transformação profunda daquele território (Folgado 2009). A Matinha, uma zona rural até a essa data, passou a zona industrial e a um lugar pioneiro da indústria de distribuição (gás) que contribuiu para melhorar a qualidade de vida do país (Folgado 2009). Em 1944 era inaugurada a Fábrica de Gás da Matinha – entretanto demolida assim como os Armazéns, em 2007, prevendo a implementação do *Plano de Pormenor da Matinha* - que ocupava uma área de aterro de cerca de 20 hectares e que alteraria a paisagem daquela área urbana e os modos de vida da cidade. Apesar de obsoletos, os quatro gasómetros existem e são, ainda hoje, uma das imagens icónicas daquele território (Folgado 2009). Durante a década de 1940, a AGPL elaborou diversos estudos e planos de regeneração do porto de Lisboa. Em 1958 cessou a produção de gás a partir do carvão após a produção de gás com base nos subprodutos da refinaria de Cabo Ruivo (após a fusão da CRGE – Companhias Reunidas de Gaz e Eletricidade com a SACOR – Sociedade Anónima de Combustíveis e Óleos Refinados) (Folgado 2009).

Atualmente, é uma zona pacata, com atividades ligeiras comerciais e industriais (e.g.: oficinas) e com população envelhecida. Existem alguns equipamentos urbanos locais, de proximidade, tais como o Centro de Saúde e a Cooperativa de Braço de Prata, e outros de maior escala (e.g.: Faculdade ERISA; TSF, alojada em antigos espaços de armazéns industriais). Na Rua do Vale Formoso de Baixo ainda é possível observar habitações dos antigos operários da Fábrica de Gás da Matinha, entretanto desativada aquando da EXPO '98, restando somente as estruturas do complexo e vestígios industriais.

C8. Cabo Ruivo

A zona de Cabo Ruivo localiza-se na frente ribeirinha, entre a Matinha e Beirilol (Fig. 40). Inicialmente localizava-se junto ao rio, mas a partir do século XVIII os aterros sucessivos construídos afastaram-na. Cabo Ruivo sofreu uma industrialização mais tardia relativamente à zona da Matinha, marcada pelas refinarias, fábricas de gás (e.g.: SACOR/PETROGAL; gasómetros) e uma ponte-cais de abastecimento da refinaria, que influenciaram indelevelmente a ocupação e a paisagem urbana daquela zona (Figs. 65-66).



65



66

Figuras 65-66. Vistas de Cabo Ruivo, Lisboa.(Fotografias da Autora; abril 2015).

C9. Bairros

A ZROL contém diversos bairros no seu território. Por se tratarem de áreas vastas e diversificadas entre si, enumeramos os principais bairros habitacionais existentes: Vale Fundão e Bairro da PRODAC (Alho 2015; SCML 2015); Bairro Chinês; Bairro do Condado; Bairro dos Lóios; Bairro da Flamengo; Bairro do Armador; Bairro das Amendoeiras; Bairro da Madreus (Figs. 67-68).



67



68

Figura 67. Vista do Bairro da Madreus, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

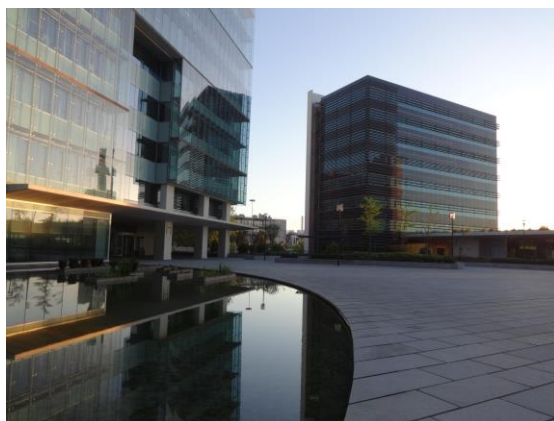
Figura 68. Vista de edifícios habitacionais e hortas urbanas no bairro PRODAC/Vale Fundão, Chelas/Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; janeiro 2017).

C.10 Parque das Nações

O território do Parque das Nações (**Figs. 69-70**) é fronteiro a Braço de Prata e já não é considerado neste estudo, por se tratar de uma área regenerada na sequência do megaevento Expo '98, com características muito distintas da área em estudo (Campelo 2016; Matias Ferreira 2016; Ochoa 2016; Roseta 2016).



69



70

Figura 69. Vista da linha ferroviária que separa o Parque das Nações do bairro de Moscavide, Lisboa. (Fotografia da Autora; fevereiro 2015).

Figura 70. Vista do Campus de Justiça, Parque das Nações, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).

1.4 A relevância do porto de Lisboa na ZROL e a sua relação com o processo de (des)industrialização e regeneração urbana na AML

O importante processo de industrialização de Lisboa foi iniciado na segunda metade do século XIX, com o estabelecimento de indústrias ao longo das áreas da orla do rio Tejo (Craveiro 1997, p. 48; Custódio et al. 1999; Matos et al. 1999), especialmente na zona poente (Alcântara), reconfigurando o território, a paisagem, acessibilidades e conexões e convertendo essas áreas em pólos centrais da cidade (Craveiro 1997, p. 48). A ampliação e a transferência de atividade industrial poluente para a zona nascente da cidade, em paralelo com o desenvolvimento do porto nas décadas de 1940-50 (Craveiro 1997, p. 48), a desafetação socioeconómica e a transferência de atividades para outros pólos da AML e portos na região desde a década de 1960 e durante todo 1970-1980, contribuiu para a complexidade, o declínio e isolamento urbano atual da área de estudo de caso. Apesar da ocupação maciça da zona ribeirinha por via da contentorização especialmente depois da Revolução (25 de abril de 1974), a libertação progressiva dos territórios iniciou-se (CML 2012a, p. 1). A subsequente desafetação socioeconómica, as mudanças tecnológicas no setor portuário, o rigor e a imobilidade da APL e a falta de coordenação entre as entidades envolvidas, desencadeou vastas áreas e equipamentos subutilizados a um estado de declínio durante várias décadas até à atualidade. Na verdade, a APL enquanto entidade estatal que tem mantido a jurisdição de um vasto território metropolitano ao longo do rio ao longo de décadas, retirou competências de planeamento e gestão dos municípios da zona ribeirinha (Castro 1997, p. 93). No entanto, à semelhança de outros casos internacionais no final de 1980 e início de 1990, surgiram os novos contornos institucionais em simultâneo, com a mobilização de opiniões sobre o futuro das zonas ribeirinhas. Deste modo, destacou-se um papel cada vez mais ativo dos municípios afetados e a abertura progressiva da APL sobre os territórios sob a sua jurisdição (Castro 1997, p. 93; Nevado 2014d).

A modernização das margens do rio Tejo foi essencialmente promovida pelas propostas de intervenção com vista ao melhoramento da frente de água e da atividade portuária, a partir do final do século XVIII. O porto de Lisboa foi criado em 1887, através da criação de um aterro, cais e docas, entre Belém e Santa Apolónia. A implantação do caminho-de-ferro e de estruturas de apoio às atividades portuárias na zona ribeirinha, caracterizam-na e estimulam a fixação industrial. Na zona oriental, os projetos portuários mais antigos remontam a 1888, constituindo a data em que a cidade começa a “virar as costas ao rio”, deslocando infraestruturas portuárias de ocidente para oriente da cidade, acentuando-se, sobretudo, a partir dos anos 40 do século XX. As exigências portuárias – como armazéns, instalações fabris, acessibilidades e, mais recentemente, o fenómeno da contentorização (a partir de 1970) -, e a construção de novas docas (como Olivais e Poço do Bispo, patentes no Plano de Melhoramentos de 1946), redefiniram a frente de água que se conhece atualmente, caracterizada pela extensa barreira física, desde Cabo Ruivo até à Alfândega. Motivada pela industrialização, a “revolução rodoviária”, manifestada a partir da década de 1940, associa-se à necessidade de acessibilidades às indústrias e às novas estruturas industriais/portuárias, localizadas num território plano, retilíneo e artificial. O porto industrial de Lisboa foi construído em 1890 pela *Hersent*, uma equipa de nacionalidade francesa detentora dos direitos de exploração comercial durante alguns anos após a sua construção. Considerando a inexistência de recursos pelo Governo português, o projeto destacava-se por um modelo de auto-financiamento, conquistando território ao rio servindo, por um lado, de base à sua própria construção e, por outro, como elemento financiador mediante a sua venda a privados. À semelhança dos portos mediterrânicos, o porto de Lisboa partilha a característica de fundir o porto antigo com o novo, formalizando-se e expandindo-se ao longo de várias décadas. A atividade portuária foi, no entanto, largamente transferida para a “Outra Banda” (Margem Sul do Tejo), na segunda metade do século XX. Esta mudança era justificada pelas necessidades funcionais de espaço para a atividade, deixando na localização original alguns terminais de contentores e a atividade de barcos de cruzeiro (Guimarães 2006, p. 129).

A reutilização de espaços e instalações portuárias na zona Ocidental ter-se-á iniciado na década de 1940, com a Exposição do Mundo Português (1940), através da criação de espaço público e a implantação de equipamentos urbanos, tal como o Centro Cultural de Belém, na década de 1990. Nas zonas de Docas (Alcântara, Santo Amaro, Jardim do Tabaco) foram reconvertidos espaços para restauração e criação de marinas e, na zona oriental, foi promovido o evento EXPO '98, constituindo iniciativas de relacionar a cidade com o rio. Apesar disso, e contrariamente aos objetivos do evento, a intervenção urbanística do Parque das Nações não se repercutiu na regeneração da restante frente ribeirinha oriental, assim como no território envolvente. A desarticulação da proposta de intervenção com o tecido urbano pré-existente impossibilitou um processo global de regeneração urbana e a reconversão de usos, à exceção de intervenções pontuais no âmbito da reabilitação urbana, incidindo sobre o edificado. A centralidade promovida pelo Parque das Nações, beneficiada pelo interface de transportes e pelos vários serviços, oferece um padrão de qualidade de vida que contrasta com

as áreas históricas em seu redor e acentuando o seu processo de estagnação, degradação e progressiva desertificação (de população e de funções). A zona oriental de Lisboa – um espaço periférico na cidade -, cuja génese rural e industrial caracterizou o território (Cabral, 1999), fica então marcada pela dualidade regeneração/degradação, onde o desenvolvimento da frente de rio oscila entre espaços de qualidade e áreas desqualificadas, ignorando as questões de integração social.

O porto de Lisboa é atualmente gerido pela APL, a qual, inicialmente, detinha total autonomia em matéria de planos de organização da expansão portuária, sendo as Câmaras Municipais apenas consultadas (Craveiro 1997, p. 49), gerando conflitos de gestão e usufruto dos espaços. Contudo, o Protocolo de Intenções, assinado em 2008 entre o Estado Português e o Município de Lisboa - com o intuito de reforçar a concertação estratégica institucional, materializando, limitando rigorosamente e prevendo a posterior ocupação de espaços desafetos de atividades portuárias na frente ribeirinha com um limiar temporal de 20-25 anos (CML 2012) -, previa a transição da gestão de um conjunto de áreas da frente ribeirinha sem efetivo uso portuário, desafetando-as da APL para a autarquia. Perante a inexistência de um plano de conjunto com uma visão global para esse conjunto, prevê-se um Plano Geral de Intervenção para a Frente Ribeirinha de Lisboa, o qual, após debate público, consensualização com o Governo e autoridades portuárias, servirá de quadro de referência para os diversos planos e projetos setoriais que a CML e o Estado venham a promover para o vasto território do arco ribeirinho do Tejo (CML 2012, p. 2; Nevado 2014b). As áreas de fraca e não especializada atividade portuária podem ser afetadas a novos usos urbanos (CML 2012a, p. 1). As propostas em discussão visam implementar uma estratégia de valorização multiescalar de Lisboa, privilegiando a relação da cidade com o rio e materializando o conceito de grande cidade polinucleada em redor do rio (Ferreira 2007; CML 2009; CML 2012, p. 3; Nevado 2014c/b).

As transformações territoriais e funcionais do Porto de Lisboa levadas a cabo pela AGPL/APL também transformaram e estruturaram o território da ZROL. Por exemplo, a linha de costa foi sucessivamente alterada e o território foi “conquistado” ao rio através de aterros sucessivos. Embora esse domínio do território e dos seus usos (e.g.: aeródromo em Cabo Ruivo) tivessem fomentado a monofuncionalidade da ZROL, atribuiu-lhe uma “vocação” e paisagens urbanas características daquela área urbana e passíveis de serem consideradas “património” (Craveiro 2016).

Atualmente, o porto de Lisboa não requer tanta ocupação física (Campelo 2016; Craveiro 2016). Por isso, têm vindo a ser progressivamente libertados troços, em articulação com outras entidades (e.g.: CML) (Campelo 2016; Craveiro 2016). A presença e funcionamento do porto condicionam a relação cidade/rio, mas potenciam também importantes processos de reestruturação espacial, social e económica na cidade, através do incremento das atividades marítimo-portuárias ou de operações de regeneração urbana com vista à dinamização

económica da cidade, seguindo novos modelos de (re)desenvolvimento urbano. As recentes transformações (e.g.: transportes marítimos; atividades económicas; alteração/encerramento de portos) refletem-se nas cidades, reforçando estratégica e geograficamente a competitividade e conexão do rio com a cidade, (re)criando centralidades (Sousa 1997, p. 5). Estes processos de adaptação têm contribuído para desencadear operações urbanísticas com impactos significativos na cidade e nas populações, marcando uma nova fase na relação entre cidade, porto e água (Sousa 1997, p. 5). A água enquanto elemento de estruturação, valorização urbana e os espaços portuários como espaços privilegiados de mediação entre as cidades e a água, justificam a importância da regeneração e reconversão de espaços portuários obsoletos para uma nova competitividade urbana, considerando, no entanto, os custos económicos e sociais envolvidos na sua concretização (Sousa 1997, p. 6; Nevado 2014b).

O porto representa um sistema de funções autónomas e independentes da cidade, administrada de forma distinta da cidade. Relacionando-se com outros portos metropolitanos, implementa-se através de lógicas próprias no território, “monopolizando” o usufruto da frente de água. Modelos abstratos, com lógicas e programas próprios, impõem-se no território, adaptando-se, no entanto, às suas especificidades, implementando infraestruturas portuárias. A fragmentação advinda desse esquema, baseado numa frente portuária numa vasta área com estruturas industriais, resulta da separação da cidade por uma dupla barreira (rodo e ferroviária), paralela à linha de costa. A linha de circunvalação ferroviária, ligando Alcântara a Xabregas, aproxima-se dos modelos de ocupação e desenvolvimento urbanos, como em Barcelona (Ochoa 2016).

Inicialmente, a cidade mantinha uma relação estreita com o porto, estabelecendo uma relação de interdependência. Todavia, o modelo territorial da cidade industrial rompeu com o equilíbrio físico e simbólico entre as cidades e a água (Remesar 2002, p. 14). Segundo diversos autores (Matias Ferreira 1997; Remesar 2002; Ochoa 2005, 2016), as cidades portuárias possuem um esquema de crescimento/evolução comum, sendo possível identificar três fases principais:

- i. A industrialização do território – como desenvolvimento da industrialização e a intensificação da atividade portuária, ampliando o porto ao longo da frente ribeirinha, criando acessibilidades (ferroviárias e rodoviárias), e deslocando a residência das classes trabalhadoras para as proximidades das unidades industriais; é definida uma “vocação industrial” do território, tornando-se independente face à restante cidade. Revela o momento de separação entre a cidade e a água, sendo que o desenvolvimento urbano decorre no interior, tal como refletem as expansões do século XIX;
- ii. O processo de desindustrialização – este momento corresponde ao afastamento do porto da cidade, em busca de um território e estruturas

adequadas às novas necessidades tecnológicas portuárias e industriais. A crise económica das décadas de 1970-80 levou a um crescente processo de terciarização, esvaziando as funções/atividades dos núcleos pertencentes ao setor secundário, desencadeando espaços devolutos, terrenos expectantes e estruturas obsoletas;

- iii. A reconversão de áreas industriais e/ou portuárias – este momento corresponde à procura de soluções para (re)ocupar os espaços vazios resultantes do processo de desindustrialização, reaproximando-os da cidade e “devolvendo” a frente de água à população.

As antigas áreas de grande prosperidade industrial, localizadas nas periferias urbanas e associadas às classes operárias, constituem atualmente alvos das políticas urbanas e uma oportunidade estratégica de regeneração urbana, quer pela sua localização (agora) central, quer pela sua proximidade à água. Num contexto globalizado, cada vez mais competitivo, a regeneração urbana e económica adquire espaços de intervenção de excelência nas frentes ribeirinhas desativadas, almejando criar espaços públicos, arriscando-se, contudo, à ocorrência de fenómenos de *gentrification* e de *guetização* de luxo (Matias Ferreira 2016; Ochoa 2016).

A total autonomia em matéria de planos de organização da expansão portuária por parte da APL, prevendo a apenas a consulta dos municípios envolvidos (Craveiro 1997, p. 49) e gerando conflitos de gestão e usufruto dos espaços, tem sido progressivamente substituída pela concertação estratégica institucional (e.g.: o Protocolo de Intenções, assinado em 2008 entre o Estado Português e o Município de Lisboa), materializando, limitando rigorosamente e prevendo a posterior ocupação de espaços desafetos de atividades portuárias na frente ribeirinha com um limiar temporal de 20-25 anos (CML 2012). Deste modo, conjuntos de áreas da frente ribeirinha sem efetivo uso portuário ou de fraca/não especializada atividade portuária têm sido desafetados da APL para a autarquia criando uma transição da gestão desses espaços, atribuindo-lhes novos usos urbanos (CMLa 2012, p. 1).

Apesar da presença e do funcionamento do porto condicionarem a relação cidade/rio, potenciam também importantes processos de reestruturação espacial, social e económica na cidade, através do incremento das atividades marítimo-portuárias ou de operações de regeneração urbana com vista à dinamização económica da cidade, seguindo novos modelos de (re)desenvolvimento urbano (Craveiro 1997; Sousa 1997; Nevado 2014b). As recentes transformações económicas e portuárias refletem-se nas cidades, reforçando estratégica e geograficamente a competitividade, a conexão do rio com a cidade e a (re)criação de centralidades (Sousa 1997, p. 5). Estes processos de adaptação têm contribuído para desencadear operações urbanísticas com impactos significativos na cidade e nas populações, marcando uma nova fase na relação entre cidade, porto e água (Sousa 1997, p. 5).

1.5 Lisboa atual, a Oriente

Após sucessivas transformações sociais, culturais, físicas e económicas na zona Oriental de Lisboa, o que é e como se define o seu território e espaço urbano?

Por observação direta, e analisando a cartografia e ortofotomapas atuais, identificam-se duas realidades distintas, separadas pela linha ferroviária. Enquanto que uma se situa junto à linha de costa, constituindo a dita *frente ribeirinha*, desde Santa Apolónia até ao atual Parque das Nações, a outra existe para o *interior*, revelando uma morfologia acidentada, composta por vales, encostas, rasgões físicos (linhas de caminho-de-ferro), e uma coroa de bairros habitacionais de cariz municipal (e.g.: Madredeus, Chelas, Olivais, Encarnação). A ocupação industrial concentra-se junto ao rio, em redor da linha ferroviária, promovendo lotes geometrizados, enquanto que a zona residencial se dilata para o interior, fragmentando-se à medida que se afasta da frente de água.

O complexo território em análise é atualmente segregado em relação à cidade, sobretudo pelo processo de desafetação económica a partir de meados da década de 1970, caracterizando-se pela fragmentação física e social. A paisagem urbana revela-nos um contraste entre marcas rurais, estruturas degradadas/obsoletas, espaços expectantes, habitação operária, património monástico e industrial, e tipologias urbanas recentes de habitação. Os dois principais momentos de desenvolvimento e transformação desta área urbana – a nobreza (senhorial) e a burguesia (industrial), em ascensão – resistem ainda em sinais como as azinhagas, a toponímia e edifícios devolutos. A substituição e posterior destituição da monofuncionalidade dos espaços, quer senhoriais, quer industriais/portuários, conduziu a uma progressiva desocupação que persiste, mas que poderá desencadear uma vocação “criativa” e/ou de “reciclagem” de estruturas e espaços pré-existentes, apresentando potencial de intervenção no âmbito da regeneração urbana, da Arquitetura e do Urbanismo. O debate sobre a regeneração urbana terá sido despoletado pelo processo da *Expo '98*, consciencializando a relevância de (re)ocupação daquela área urbana. Contudo, os diversos projetos previstos para a frente ribeirinha (e.g.: VALIS) ou não se concretizaram ou ainda se encontram em curso. Apesar da magnitude do evento, do melhoramento e criação de acessibilidades – tal como o prolongamento da Avenida Estados Unidos da América (previsto, aliás, no PGUEL – *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa* (1938-1948)) –, e da expansão do Metropolitano (a Linha Vermelha, definida ao sabor de lógicas de promoção/especulação imobiliária ao invés das necessidades da cidade⁹⁸), ainda se regista a necessidade da interligação física (e social) da zona oriental à restante cidade de Lisboa. Considerando que “o território tornou-se acessível a partir do exterior mas mantém-se impermeável do seu interior” (Ochoa 2005, 2012, 2016), uma vez que as acessibilidades

⁹⁸ A situação atual deve-se também ao facto do Plano de Urbanização de Chelas (1965) não ter sido totalmente executado, encontrando-se ainda vários equipamentos públicos em construção ou por construir, que poderão ter um efeito dinamizador e de ligação com a restante cidade.

interiores não são favorecidas, “guetizando” alguns bairros, particularmente nos núcleos de Chelas, juntamente com a falta de equipamentos públicos, de apoio e ligação com a cidade.

Consideramos que a criação de uma rede de suporte de espaço público e a ligação da frente de água com o resto da cidade - num ímpeto de devolução de uma parte da cidade a si própria - constitui uma oportunidade valiosa de regeneração urbana na zona Oriental ribeirinha de Lisboa, fomentando qualidade de vida. Dos diversos estudos iniciados pela CML, na década de 1990, para a zona em estudo, salienta-se o PUZRO, o qual ambicionava articular a “dinâmica da Expo’98 com a requalificação da área ribeirinha oriental”, eliminar “barreiras entre a cidade e o rio, através de uma articulação da malha urbana e da rede viária” e modernizar e reconverter atividades industriais (PUZRO 2001). Este plano impôs uma revisão ao PDML., suscitando confrontos de interesses, visto que previa um aumento de moradores e, conseqüentemente, da habitação, e caracterizava a frente ribeirinha como “área consolidada industrial e área de investigação e tecnologia, com índices de habitação baixos” (Ochoa, 2005), não evidenciando, no entanto, um interesse pelo incremento do espaço público. Por outro lado, o plano urbano proposto por Renzo Piano (2007), na zona de Braço de Prata, promove habitação de carácter luxuoso, ignorando a necessidade de reabilitação urbana e social, e promovendo fenómenos de *gentrification*. Apesar dos efeitos positivos pós-Expo ’98 (tais como a substituição de espaços industriais obsoletos por equipamentos e espaços públicos de qualidade, e a “devolução” da frente de água à cidade), acentuam-se também aspetos negativos, como: a densidade de construção (a custos elevados, acarretando a *gentrification*), a falta de requalificação da zona envolvente e do reequilíbrio urbano, social e funcional da cidade, falhando uma suposta “simetria” da cidade, em contraponto com a zona ocidental.

Perante os problemas e os desafios diagnosticados na zona oriental, urge pensar em estratégias de gestão e atuação futura e sustentável do ponto de vista económico e ambiental, de regeneração e requalificação do tecido urbano, partindo das pré-existências, salientando-se o seu papel patrimonial e histórico na cidade. A recriação de centralidades económicas visando uma “identidade oriental”, terá de lidar, necessariamente, com o seu estado de obsolescência e degradação acentuada. Para além disso, a desarticulação da zona portuária com a cidade constitui um dos problemas de maior dimensão, sendo necessário aliar o espaço e interesses afetos ao Porto de Lisboa com a população, através, por exemplo, da libertação de espaços junto ao rio Tejo para usufruto público, e ultrapassando também a barreira física de cariz rodoviário. A continuidade e a ligação entre malhas urbanas distintas pretendidas, exige, portanto, uma redefinição da rede viária atual, articulando a escala global da cidade, com a escala local (Ochoa 2005). Apesar da degradação envolvente, subsistem equipamentos culturais que conferem qualidade e dinamismo, tais como o Museu Nacional do Azulejo, o Museu Militar e o Museu da Água. Assim, deparamo-nos com uma zona urbana em profunda transformação, riqueza e potencialidades do tecido urbano.

Deste modo, a regeneração urbana terá de conjugar todos estes fatores, visando os valores que caracterizam a zona oriental ribeirinha, buscando soluções, modelos e

mecanismos de atuação e gestão do território que potenciem uma qualidade de vida da população, através da criatividade e da sustentabilidade económica.

1.6 Conclusões

As sucessivas mutações urbanas revelam a evolução, as memórias e o património da cidade de Lisboa, manifestando-se através de uma multiplicidade de vivências em áreas centrais e periféricas, áreas centrais que se transformaram em periferias e vice-versa. As áreas periféricas tornadas centrais – tal como a coroa norte e as frentes ribeirinhas (oriental e ocidental) -, introduziram profundas transformações urbanas a partir do século XIX, acrescentando novas referências à cidade de Lisboa e à sua paisagem urbana, caracterizando-a com perfis específicos e inserindo-se no perímetro urbano da cidade. Tal é o caso da frente ribeirinha de Lisboa, cuja génese rural foi progressivamente apagada e/ou sobreposta mediante o crescente processo de industrialização e urbanização, onde as quintas, palácios e mosteiros existentes anteriormente coexistiram depois com armazéns e indústrias, demonstrando, até à atualidade, áreas urbanas complexas, fragmentadas, diversas e com sobreposições de temporalidades que existem também no imaginário coletivo da cidade e conferem identidade à ZROL.

A partir da segunda metade do século XIX, o crescimento urbano da ZROL ficou intimamente associado à expansão industrial, atividades portuárias e a uma crescente circulação de pessoas e mercadorias, denotando uma importância metropolitana (Nunes e Sequeira 2011, p. 1). O território a intervir permaneceu pontualmente ocupado por conventos, palácios e quintas até à chegada da industrialização no século XX, transformando-o radicalmente em pouco tempo. Os campos abertos deram lugar a fábricas e vilas operárias foram construídas ao lado dos palácios. Esta falta de planeamento e consciência urbana criou um território interessante pelas diferentes escalas e pela promiscuidade dos mais variados programas. Contudo, trouxe também inúmeros problemas que persistiram até hoje e que de certa forma exilaram este fragmento urbano do resto da cidade. A possibilidade de revitalização deste lugar gera um exercício de projeto desafiante pelas grandes potencialidades urbanas que hoje se encontram adormecidas. A presença de várias rupturas urbanas que desligam este sítio da sua envolvente fomentam uma reflexão que tem com o objetivo aproximar populações vizinhas, que por causa dos vários constrangimentos urbanos não comunicam entre si (Oliveira 2013).

Em suma, a área urbana em estudo caracteriza-se pelas transformações urbanas consecutivas a partir dos finais do séc. XIX, sobrepondo ao carácter rural os impactos decorrentes do desenvolvimento industrial - tais como a introdução de infraestruturas no território (ferrovia), a gestão da importante área portuária, e a transformação da paisagem

marcadamente industrial – apresentando um complexo e heterogéneo tecido urbano. Porém, a desafetação socioeconómica, a partir da década de 1960, paralelamente aos efeitos da globalização e metropolização da área de Lisboa, fomentaram a *gentrification* e obsolescência de variadas estruturas pré-existentes, transformando a paisagem urbana. Tendo em consideração o estado atual da indústria, exige-se reconfigurar e readaptar estruturas e áreas pós-industriais de carácter expectante e obsoleto, que apresentam potencial de intervenção no âmbito da arquitetura e, em particular, da regeneração urbana (Matos e Paulo 1999; Custódio e Folgado 2005).

As suas pré-existências urbanas e arquitetónicas revelam a evolução e as respetivas dinâmicas, caracterizando a memória do lugar e o perfil contemporâneo, importante para uma intervenção. Segundo Matias Ferreira (1988, 1997), a implantação histórica/tradicional do setor industrial da cidade de Lisboa ao longo da frente ribeirinha do Tejo relaciona-se com a proximidade do Porto de Lisboa, a facilidade de trocas comerciais e de transporte de mercadorias, estruturando territorialmente a cidade. A passagem da atividade para o exterior da cidade a partir da década de 50 do século XX desencadeou dinâmicas metropolitanas que se repercutiram no território da cidade e da região, articulando e complementando a localização ribeirinha com a implantação periférica, explicando o crescimento demográfico. Posteriormente, a desconcentração da atividade industrial do centro da cidade cede lugar a um processo de terciarização, conduzindo a uma “especialização económica” da área de Lisboa e, consequentemente, à mutação e assimetrias dos quadros sociológicos (Matias Ferreira 1987). Deste modo, a centralidade urbana de Lisboa foi reforçada ao longo do processo de metropolização, cujo cariz de “exterioridade” revela a sua própria dependência em relação à centralidade da cidade, sendo, em simultâneo a sua metrópole e o seu centro urbano (Matias Ferreira 1987, p. 311), inserindo-se numa dialéctica estruturante do território urbano-metropolitano.

Face ao exposto, cremos que é uma mais-valia evidenciar e valorizar o passado industrial, intimamente ligado à ZROL e à sua identidade, na contemporaneidade.

2. Capítulo 2: Planeamento e gestão urbana: da expansão à recentralização

2.1 Introdução

Neste capítulo investigamos globalmente os mecanismos e instrumentos legislativos no âmbito da governança e afetos ao planeamento, ordenamento e gestão urbana e territorial, apresentando e caracterizando detalhadamente o *Plano Diretor da Região de Lisboa* (1964) e o *Plano Diretor Municipal de Lisboa* (1994) – i.e.: da fase de expansão (e formação da AML; **Fig. 71**) até à recentralização urbana.

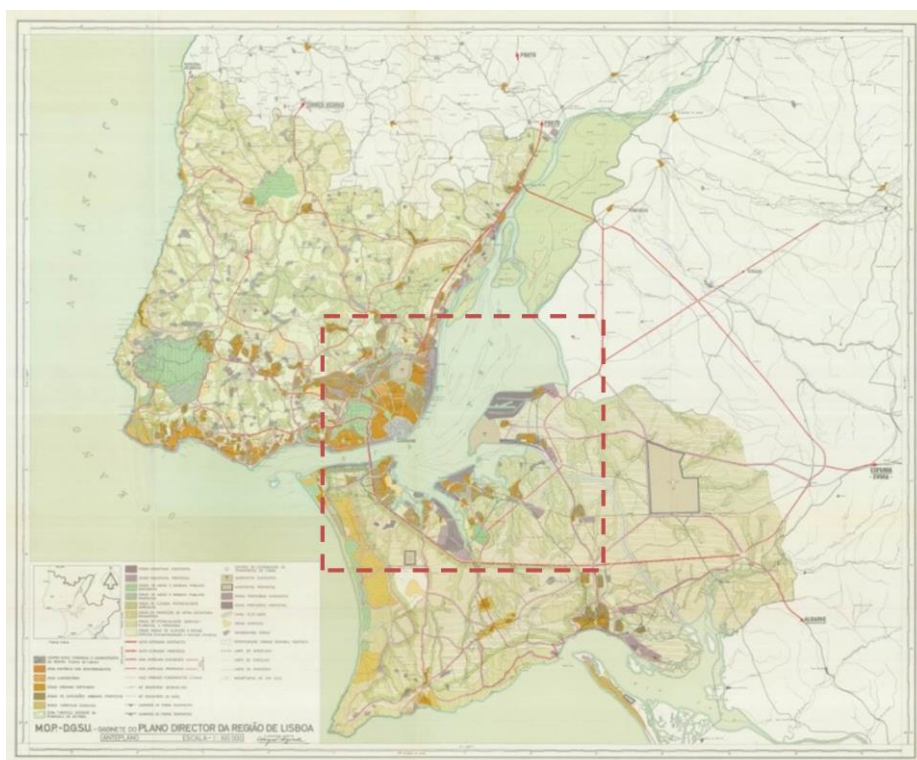


Figura 71. Demarcação da zona ribeirinha industrial principal em redor do Estuário do Tejo (diagrama elaborado pela Autora, sobre a Planta do PDRL de 1965; junho 2014).

Comparam-se os planos urbanos selecionados como metodologia principal da Tese focando a “vocação industrial” e relacionando-os com as questões da regeneração urbana, re-funcionalização e valorização/conservação do património (Henriques 1991). Esses instrumentos são cruzados com o argumento de suporte da investigação, i.e.: a necessidade de articulação multiescalar da ZROL com a cidade e com a AML, sendo o caso de estudo uma área urbana de charneira, com oportunidades estratégicas de intervenção. Explora-se a relação entre o planeamento e a gestão urbanística por via da análise dos planos urbanos, da sua relação com o património (i.e.: edificado, espaço público e elementos culturais) e com a evolução da ZROL, em particular.

Analisam-se e confrontam-se dois Planos urbanos (PDRL 1964; PDML 1994) segundo uma perspetiva histórico-conceitual, focando a evolução do conceito de regeneração urbana,

considerando os processos de suburbanização e metropolização do território desde o momento de formação da AML (Ascher 1998, 2010; Camarinhas 2009; Cavaco 2009) e definição pioneira da Região de Lisboa (PDRL 1964), a regeneração urbana e o seu conceito na área em estudo. Elabora-se um enquadramento histórico, conceptual e legal do Antepiano (1964) e do PDML (1994), confrontando-os no âmbito da regeneração urbana, especificamente em áreas pós-industriais e na zona ribeirinha oriental de Lisboa.

O carácter estratégico e transitório – em constante revisão e de acordo com a realidade em que se inserem -, a articulação das políticas urbanas com a arquitetura (Portas et al. 2003), urbanismo e estratégias de governação em áreas centrais e periféricas, demonstram a passagem:

- i. Da escala da cidade (municipal) para a regional (metropolitana), no âmbito do planeamento urbano;
- ii. Do planeamento para a gestão urbanística, de enfoque municipal e o papel desempenhado pelo município nesse processo (Nevado 2014a);
- iii. Da vocação das zonas ribeirinhas de um passado ativo (Terán 2009) e produtivo (Nevado 2015f) para um futuro de fruição estética e paisagística.

Apesar de, numa primeira instância, os planos seleccionados parecerem não poder ser comparáveis dado o seu carácter antagónico e díspar, considerando as conjunturas socioeconómicas e políticas de cada um e correspondendo a dois momentos, filosofias (de intervenção, planeamento e gestão urbana) e lógicas distintas, consideramos que representam marcos importantes na história do planeamento e da gestão urbanística, ou seja, da expansão à recentralização na AML (i.e.: delimitação cronológica da Tese e consequente foco na regeneração urbana). Por outro lado, o conceito de regeneração urbana foi também evoluindo e focado sobretudo no PDML (1994). A comparação dos planos justifica o foco conceptual da regeneração urbana e das zonas ribeirinhas, especialmente a zona oriental de Lisboa, na sequência do fenómeno de metropolização dos arredores de Lisboa e Margem Sul.

A seleção desses planos urbanos deve-se também à sua pertinência na constituição da AML, no foco na regeneração urbana (origem e afirmação do conceito, políticas e diretivas de planeamento), especificamente nas áreas ribeirinhas pós-industriais.

O recuo e seleção do PDRL, de 1964, sob a figura de Antepiano, são justificados pela pertinência do plano urbano na evolução do planeamento enquanto documento evolutivo e não estático. Por outro lado, a escolha do PDML (1994) e o conhecimento historiográfico justificam a pertinência e interesse da Tese na contemporaneidade e a sua extensão para atuação futura no âmbito da arquitetura, do urbanismo e das políticas urbanas no contexto da gestão e do planeamento urbanos, considerando que esse plano urbano se encontra em vigor e em constante revisão (2012-presente).

2.1.1 Objetivos

Objetivamente, este capítulo pretende demonstrar:

- i. O papel crucial do município no planeamento e, sobretudo, gestão urbana/territorial;
- ii. A impossibilidade dos documentos afetos ao planeamento serem estáticos e encerrados, implicando, consequentemente, a sua revisão e atualização constantes;
- iii. A necessidade de articulação da CML com outras entidades inter e supramunicipais (e.g.: APL; CCDR-LVT);
- iv. A necessidade de coexistência de áreas portuárias e/ou industriais nas cidades, contrariando a tendência da monofuncionalidade, incitadas pela utilização do *zoning* como recurso/instrumento de planeamento territorial;
- v. O movimento de “regresso a áreas centrais da cidade” (recentralização), considerando a regeneração urbana como pretexto para intervir na cidade contemporânea e o contexto de escassez de recursos.

2.1.2 Metodologia(s)

Metodologicamente, fundamentando-nos na historiografia, bibliografia, cartografia, análise dos planos urbanos selecionados e dos respetivos pareceres (i.e.: do Conselho do MOP e da CML), conhecimento empírico (visitas de campo), a história dos planos (como ferramenta), confronto entre os planos urbanos e as diferentes filosofias de planeamento⁹⁹.

Com vista à compreensão da origem do planeamento científico no caso específico português, a delimitação cronológica abrange os seguintes planos urbanos:

- PGUEL (1948) – *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa*;
- PDUL (1959) – *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa*;
- PDRL (1964) – *Plano Diretor da Região de Lisboa*;
- PGUCL (1967-77) – *Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa*;
- PEL (1992) – *Plano Estratégico de Lisboa*;
- PDML (1994) – *PDM de Lisboa*;
- PDML (2012) – *PDM de Lisboa* (novo PDML, após finalizado o processo de Revisão do PDML de 1994).

Seguidamente, elaboramos um enquadramento conceptual relacionado com as questões do património no planeamento e na gestão urbana.

⁹⁹ A Tese não pretende elaborar mais um levantamento exaustivo da zona e dos planos implementados na zona, mas antes revelar o seu potencial desta na contemporaneidade através do planeamento e gestão urbana.

2.2 Património urbano no âmbito do planeamento e da gestão urbana

Analisar as questões do património urbano (Giovanonni 1931b, p. 12) e o território como “património” implica investigar o seu conceito e evolução. Consideramos três fases temporais e conceptuais elementares:

- i. Numa primeira fase, correspondente a um momento “memorial”, John Ruskin constata os efeitos nocivos da Revolução Industrial em Inglaterra e considera premente a preservação do “habitat” (Aguiar 1994). Eis que surge uma ligação “memorial” com os antepassados e com as questões das pré-existências (Aguiar 1994). Embora as primeiras manifestações sobre o património urbano surjam no legado escrito de John Ruskin sobre Veneza, ressaltando a importância da salvaguarda dos edifícios enquanto testemunhos do passado, os fundamentos da cidade moderna residem numa atitude prospetiva, salientando a importância e a interrelação das redes de transportes e comunicação (Viollet-le-Duc [s.d]; Sitte 1889; Giovanonni 1931; Castells 1996; Choay 1992; Choay 2011), articulando as escalas local e global (Castells e Borja 1997).
- ii. Numa segunda fase, equivalente a um momento “historicista”, no final do século XIX com Camillo Sitte, cria-se o conceito de “cidade histórica” (Aguiar 1994). Questionam-se as características próprias e a beleza da cidade industrial/moderna e considera-se a praça pública como elemento organizador do espaço urbano (Aguiar 1994). De acordo com Aguiar (1994), Sitte terá sido o primeiro “morfólogo urbano”, redireccionando olhares para a morfologia do território e para a nova “beleza urbana” da cidade do futuro (Aguiar 1994). As cidades antigas e os velhos tecidos urbanos eram considerados objetos históricos, incapazes de resolver as exigências imediatas das sociedades industriais (Aguiar 1994). Na sequência da abordagem e investigação de C. Sitte, foi posteriormente criado e explorado por outros autores o conceito de “cidade-museu” (Aguiar 1994).
- iii. Numa terceira e última fase, com Gustavo Giovannoni, surge um momento “integrador”, tendo sido criado o conceito de *património urbano* (Aguiar 1994). De acordo com Giovanonni (1931) e Choay (1992), a cidade densa e centralizada deu lugar a fenómenos e novas formas de agregação urbana (e.g.: periferias/subúrbios). Assim, o património urbano histórico passaria a integrar-se num novo conceito de urbanização (Aguiar 1994). Em 1931, com a criação da *Carta Italiana do Restauro* (Giovannoni 1931a), defenderam-se ideias pioneiras da integração dos estudos urbanísticos sobre os “centros e cidades históricas” nos planos de urbanismo de escala regional (Aguiar 1994). Previam-se então a integração dos núcleos históricos na lógica de expansão e

desenvolvimento das novas partes (Aguiar 1994). Perante a desintegração das cidades tradicionais (50 anos antes do “desurbanismo” ou da *Post-City Age*), Giovannoni reclamava novos valores de uso para os antigos núcleos históricos, consumando uma nova teia de organização territorial (Aguiar 1994). Pretendia-se um papel ativo e vivo para os “núcleos históricos” no quadro do novo urbanismo descentralizado e moderno (Aguiar 1994). Giovannoni propõe para a cidade histórica um papel viável não só compatível como complementar das novas estruturas e escalas do planeamento, considerando um valor histórico e cultural (à semelhança de Ruskin) e também um valor de uso (Aguiar 1994). De acordo com J. Aguiar (1994), essa reapropriação dos centros históricos implicava:

- a. a sua inclusão num sistema polinuclear;
- b. a compatibilidade dos usos atribuídos com as características da sua morfologia e parcelamento;
- c. a supressão de edificações ou construções “parasitas” e introdução de novas construções (a qual deveria respeitar a tipologia parcelária e os condicionamentos da morfologia existente).

Segundo Giovannoni, a cidade antiga desapareceu e sobraram “fragmentos”, passíveis de serem considerados como património urbano (Aguiar 1994). Porém, as políticas ativas de salvaguarda do património urbano dever-se-iam suportar nos instrumentos políticos normativos e financeiros (Aguiar 1994). Em 1964, com a elaboração da Carta de Veneza, o alargamento do conceito de “conservação” e de “património arquitetónico” reconhecia também a importância de garantir a conservação de sítios urbanos ou rurais (Aguiar 1994). Nesse sentido, a questão da re-funcionalização e a importância da arquitetura na conservação e restauro deviam ser consideradas (Aguiar 1994).

De acordo com F. Choay (1992), urge reinventar o património arquitetónico e urbano, o que requer reaprender a “ver” e redescobrir as pré-existências, não as negligenciando (Aguiar 1994). O património urbano abrange não só as áreas históricas (centrais) e a cidade consolidada, como também as periferias. Numa fase inicial, era apenas considerado o património arquitetónico (Aguiar 1994). A partir da década de 1990, tornou-se necessário conservar a cidade “herdada”¹⁰⁰ (Aguiar 1994). A salvaguarda de tecidos antigos considera-os como “entidades autónomas” (Aguiar 1994). Nesse “grande combate” (Choay 1992) em que se pretere o “velho” ao “novo” (Aguiar 1994), concorrem várias dimensões da cidade e despoletam-se inúmeros desafios.

As experiências portuguesas de conservação do património urbano mais marcantes decorreram nas décadas de 1930-40, cujas políticas de salvaguarda se cingiam quase

¹⁰⁰ Considerar, preservar, conservar a cidade pré-existente foi a base conceptual do PDML (1994), sobretudo após o episódio de incêndio do Chiado, em 1988, levando à criação de um Plano de Salvaguarda específico.

exclusivamente aos monumentos em áreas urbanas centrais e/ou privilegiadas¹⁰¹ (Aguiar 1994), não descartando, porém, a demolição de partes dos tecidos antigos (e.g.: Mouraria/Martim Moniz). Tratava-se de uma questão puramente estética e ideológica, cujo objetivo era o de representar o poder do Estado na cidade (Fadigas 2016)¹⁰² através de um meio de propaganda e da própria negação do processo de consolidação da cidade (Aguiar 1994). Na década de 1950, são criados Planos de Conservação com base nos princípios da Carta de Atenas e sob o intuito de salubrizar bairros históricos, mas com um carácter pontual e restrito, ao contrário de outros países com intervenções de reabilitação urbana mais global (Aguiar 1994). Na segunda metade da década de 1970 assiste-se a um gradual incremento da “cultura de reabilitação urbana”, com uma progressiva mudança de políticas, a reformulação da Lei dos Solos¹⁰³ (Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro)¹⁰⁴, a criação de “Áreas críticas de recuperação e reconstrução urbanística” e do “Programa de Recuperação de Imóveis Degradados” (PRID) (Aguiar 1994). No início da década de 1980, surgem planos de recuperação urbana, com uma nova escala de atuação e revelando uma preocupação com a paisagem urbana (Aguiar 1994). Foi o caso dos “Planos Integrados de Reabilitação e Revitalização de Centros Históricos” (Decreto-Lei n.º 187/79) (Aguiar 1994). Foram ainda criados regulamentos para alterações em edifícios e espaços urbanos em centros históricos (Aguiar 1994). Em 1986, a criação do “Programa de Reabilitação Urbana” (PRU)¹⁰⁵ promoveu uma multiplicação de iniciativas de reabilitação urbana (Aguiar 1994). Em 1988, foi criado o “Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas” (PRAUD), contando com o apoio técnico dos GTL (Aguiar 1994). Em 1988, surge o programa RECRUA na sequência de uma reconversão do programa PRID e com vista a apoiar a execução de obras de conservação e recuperação de edifícios habitacionais degradados (Aguiar 1994). Surgem também SDR's (Decreto-Lei n.º 499/88) como uma forma empresarial mista, reunindo acções concertadas

¹⁰¹ E.g.: Castelo de São Jorge, Lisboa; Alta de Coimbra, Coimbra; etc.

¹⁰² “O território é uma representação do poder.” (Fadigas 2016). (Vd. Volume II - Anexos – A. Transcrição das entrevistas realizadas, A7. Professor Doutor Arquitecto Leonel Fadigas, pp. 483-540).

¹⁰³ As alterações nas leis dos solos têm impactos significativos nas políticas e nas formas de intervenção no território. Recentemente, em 2014, foi reformulada a LBOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).

¹⁰⁴ O Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro, aprovava a nova lei dos solos que se destinava a substituir integralmente o Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de novembro, na parte em que se definem os princípios e normas fundamentais sobre a política de solos. Dispunha sobre medidas preventivas, zonas de defesa e controle urbanas, constituição do direito de superfície, direito de preferência na alienação de terrenos e edifícios, cedência de direitos sobre terrenos, operações de loteamento por particulares, restrições a demolição de edifícios, restrições a utilização de edifícios para atividades comerciais ou industriais e profissões liberais, áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, expropriações e obrigatoriedade de construção (realojamento e fundo municipal de urbanização).

¹⁰⁵ Os PRAUD - *Programas de Reabilitação Urbana e de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas* - despoletaram a reabilitação urbana dos centros históricos e das áreas urbanas degradadas através da acção de equipas técnicas locais que, pluridisciplinarmente, desenvolveram estratégias (e.g.: planos, programas, etc.) que privilegiassem a requalificação dos espaços públicos, mantivessem e melhorassem a qualidade do habitat das populações residentes, reforçando também o interesse que essas acções poderiam desencadear nos proprietários e/ou promotores privados (Aguiar 1994).

entre privados, associações e autarquias (Aguiar 1994). Durante a década de 1980 assiste-se também ao aumento de formação técnica (e.g.: Licenciaturas em Arquitetura) e especializações no domínio da reabilitação urbana (Aguiar 1994).

A cidade de Lisboa situava-se, à época, “entre a cultura da expansão e da requalificação” (Aguiar 1994). Em 1988, o caso do incêndio do Chiado e da sua subsequente requalificação do Chiado foram decisivos para a consciencialização cultural, sobretudo pela importância que o Arquiteto Siza Vieira atribuiu ao contexto urbano envolvente (Aguiar 1994)¹⁰⁶.

Em meados da década de 1980 iniciava-se um processo mais extensivo de reabilitação urbana nas áreas antigas da cidade (e.g.: Alfama, Mouraria, Castelo de São Jorge, Bairro Alto, etc.), através da criação de PP específicos os quais foram depois transformados em PU (Aguiar 1994). O PDML (1994) apresentou, de forma inédita, uma *Carta de Património* (Aguiar 1994; Craveiro 2016). Porém, faltou uma estratégia para intervir na Baixa Pombalina (Aguiar 1994). Nesse contexto, o património servia como motor de re-desenvolvimento urbano, que exigia uma consonância técnico-política (Aguiar 1994)¹⁰⁷.

O conceito de património urbano sofreu evolução ao longo das últimas décadas (Aguiar 1994). No caso português, afasta-se das “*Conservation Areas*” do Reino Unido e da “*Lei Malraux*” francesa (Aguiar 1994). Em 1985, a “*Lei do Património*” (Decreto-Lei n.º 13/85, de 6 de julho)¹⁰⁸ consagrou a figura do “*Plano de Salvaguarda de conjunto ou sítio classificado*” como um plano especial de proteção (Aguiar 1994). Em 1988, surgem os “*Planos de Salvaguarda e Valorização*” (PSV) como instrumento base para o desenvolvimento de operações programadas de conservação e reabilitação do património urbano (Aguiar 1994).

Em 1990, perante as intenções das autarquias locais e a necessidade de modernização e simplificação da legislação sobre planos de ocupação do solo, surge o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março¹⁰⁹, que disciplinava o regime jurídico dos planos

¹⁰⁶ Vd. *Capítulo 3* (pp. 199-244).

¹⁰⁷ A título de exemplo, o caso da recuperação do centro histórico de Guimarães foi exemplar, na medida em que ao plano se preferiu uma estratégia, contando com uma atuação e concertação pluridisciplinar e com um processo participativo constante (Aguiar 1994). Pelo ponto de vista programático, pretendia-se propiciar a reanimação funcional e financeira de uma área urbana central, de forma articulada com o restante território (Aguiar 1994). Existiram também outras intervenções integradas, como é o caso de Tavira, onde foi desenvolvido um “*Plano Integrado de Recuperação do Centro Histórico*” (Aguiar 1994).

¹⁰⁸ Aprova a lei do património cultural português. Dispõe sobre as formas e regime de protecção do património cultural (classificação de bens imóveis e móveis e seus regimes específicos e ainda regime do património arqueológico), sobre o fomento da conservação e valorização do património cultural, bem como sobre as garantias e sanções aplicáveis. De acordo com o Número 2 do Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, relativo à “*Tipologia*”, “Os planos de salvaguarda e valorização para as zonas de protecção de imóveis ou conjuntos classificados, previstos na Lei 13/85, de 6 de julho, serão objeto de regulamentação especial.”

¹⁰⁹ Precedido pelo Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de dezembro - que determinava que as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes fossem obrigadas a promover a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios e de outras localidades, visando obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da higiene e da viação, com o máximo proveito e

municipais de ordenamento do território e consagrava a adequação e elaboração de planos de ocupação do solo como competência dos municípios (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março). Constatando-se que a elaboração de PDM, PU (gerais e parciais) e PP se encontrava desadequada, espelhando também um desequilíbrio entre capacidades e competências da Administração Central e Local, era necessário corrigir e adaptá-las ao contexto da época, redefinir especificações técnicas e reforçar o carácter dinâmico do planeamento (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março). Tal como o diploma legal referido afirma:

“(...) uma figura de plano de ocupação do solo deve garantir a participação das populações, consubstanciar as políticas aprovadas, dispor de mecanismos simplificados de ajustamento à evolução das situações, ser um instrumento cujo conteúdo técnico corresponda ao que é efetivamente necessário para assegurar seriedade às proposta que formula e, finalmente, articular-se com as demais figuras de plano da mesma natureza.” (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março).

A questão da transparência do processo, por via da participação e do debate públicos eram já contemplados, considerando o seguinte:

“Reforça-se igualmente – porque tal se considera indispensável – a intervenção, no processo, das populações interessadas, através do inquérito público – agora devidamente esclarecido -, e assegura-se a todos os munícipes o acesso ao processo de elaboração, aprovação e ratificação, a qualquer momento, formalizando assim a transparência de atuação em que tanto a Administração Central como a administração local se têm empenhado.” (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março).

A figura do plano não era, contudo, estática, na medida em que se considerava a possibilidade de alteração aos planos face à conjuntura em que se inseriam e apelando também à revisão periódica dos documentos (Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março).

Todavia, a reabilitação urbana enfrentava inúmeros problemas (Aguiar 1994; 1995), tais como:

- i. Desenquadramento económico-financeiro da reabilitação;
- ii. Ética da conservação;
- iii. Concertação política;
- iv. Conciliação de interesses sociais com os privados na reabilitação urbana;
- v. Tornar os processos transparentes;

comodidade para os seus habitantes – e pelo Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio, que definia o quadro regulamentar dos PDM.

- vi. Compatibilizar os usos do património urbano com a sua morfologia e tipologia da edificação;
- vii. O património arquitetónico nem sempre era considerado como “herança futura”;
- viii. Falta de conhecimento da historiografia urbana e sobre o património urbano (e.g.: através da elaboração de levantamentos morfo-tipológicos que revelassem o valor específico e fundamentasse os processos de classificação e salvaguarda de tecidos urbanos);
- ix. Ausência de uma política integrada e coerente de conservação do património urbano português, que garantisse a sua salvaguarda e, simultaneamente, a sua valorização, potenciando o desenvolvimento socioeconómico das populações residentes;
- x. A existência de um enquadramento (legal, fiscal e financeiro) incompleto e desarticulado, em matérias de conservação do património arquitetónico e urbano;
- xi. Foco e indústria na construção nova;
- xii. Custos *versus* capacidade económica dos proprietários;
- xiii. Forte protagonismo do Estado em íntima colaboração com os poderes locais e a aplicação de uma política de incentivos e de apoio financeiro;
- xiv. Necessidade de optimização dos métodos de intervenção, por via da investigação e de formação especializada.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a regeneração urbana adquire destaque não só em áreas centrais como também periféricas/de charneira. O espaço público é objeto prioritário de intervenção, com recurso a estratégias e a projetos específicos de desenvolvimento (e.g.: *flagship development projects*) (Mendes 2013), como é o caso da recuperação das frentes ribeirinhas.

Neste contexto, é necessário selecionar e enquadrar a evolução jurídica dos diversos instrumentos que regem os IGT (**Tabela 1**).

FASES		DATA	LEGISLAÇÃO
1	(1934-1982) Diplomas jurídicos que regulamentam os Planos de Urbanização e Expansão	1934	DL 24/802, de 21 de dezembro Levantamentos Topográficos e Planos Gerais de Urbanização
		1944	DL 33/921, de 5 de setembro Planos Gerais de Urbanização e Expansão
		1971	DL 560/71, de 17 de dezembro Hierarquia dos Planos Gerais de Urbanização e Expansão DL 561/71, de 17 de dezembro Conteúdo Material e Documental dos Planos Gerais de Urbanização e Expansão
		1977	Lei 79/77, de 25 de outubro 1ª Lei das Atribuições Autárquicas e Competências dos Respetivos Órgãos

		1982	DL 208/82, de 26 de maio 1º Regime dos Planos Diretores Municipais
2	(1982-1990) Definição e aplicação do primeiro Regime Jurídico dos PDM	1990	DL 69/90, de 2 de março Regime dos Planos Municipais de Ordenamento do Território
3	(1990-1999) Elaboração, aprovação e ratificação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território	1998	Lei 48/98, de 11 de agosto Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo
		1999	DL 380/99, de 22 de setembro Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
4	(1999-presente) Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial em vigor	2003	DL 310/03, de 10 de dezembro Alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Tabela 1. Evolução da legislação/normativa urbanística portuguesa (Baseado em: Rodrigues 2005, p. 7).

A importância dos PDM e da sua revisão no contexto nacional é decisiva (Diogo 2005). Oliveira e Cardoso (2003), afirmam o seguinte:

“O território nacional encontra-se, no momento atual, praticamente coberto por planos, em especial por PDM (PDMs). A maior parte deles encontra-se em processo de revisão, que os obrigará a adaptar-se ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro (RJIGT).” (Oliveira e Cardoso 2003, p. 43).

Enquadrados pelo RJIGT (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro), os planos urbanos são instrumentos que comportam a tarefa de classificar e de qualificar os solos municipais (Oliveira e Cardoso 2003, p. 43). O atual regime jurídico (RJIGT), ao referir duas classes de solos (urbanos e não urbanos), abrange os solos já urbanizados e os de urbanização programada (Oliveira e Cardoso 2003, p. 43), não existindo distinção entre *centros* e *periferias*. Os solos a afetar à expansão urbana deverão ser totalmente programados de modo a garantir uma expansão mais racional das infraestruturas e de forma a colmatar vazios urbanos/expectantes e fenómenos especulativos (Oliveira e Cardoso 2003, p. 44).

A questão da classificação e qualificação dos solos repercute-se no mecanismo de expropriação de utilidade pública, na medida em que se exige a sua adequação à previsão dos instrumentos de planeamento territorial, por um lado, e a sua existência como um dos instrumentos legais previstos para a execução dos planos, por outro (Oliveira e Cardoso 2003, p. 44).

Considerando que o território nacional se encontra coberto por planos, consequentemente qualquer expropriação tem de se adequar e enquadrar nesses instrumentos

de planeamento (Oliveira e Cardoso 2003, p. 44), seguindo regras para uma adequada avaliação do valor dos solos, em função do seu “valor de mercado” (Oliveira e Cardoso 2003, p. 49), o qual deverá ser aferido de forma justa e equilibrada, visando a determinação dos valores das indemnizações (Craveiro 2016; Fadigas 2016).

O valor dos solos e os custos de construção dependem sempre do fator da localização (Oliveira e Cardoso 2003, p. 55). A questão da acessibilidade ao(s) centro(s) urbano(s) assume especial importância entre diversos fatores – tais como o ambiente socioeconómico e paisagístico, a existência de infraestruturas e equipamentos existentes, etc. -, considerando que “(...) as cidades tendem a ser crescentemente policêntricas, desenvolvendo-se novas centralidades e pólos de atração, por vezes periféricos” (Oliveira e Cardoso 2003, p. 55).

Especificamente no campo do património, “a reforma da tributação do património preconiza uma alteração profunda das regras vigentes, através dos recentes Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT)”, sendo “(...) preconizados novos métodos para a construção de um sistema de avaliações (Oliveira e Cardoso 2003, p. 58). Nos casos dos prédios edificados e dos terrenos para construção, adopta regras objetivas e simples (distantes das regras do CE de 1999), que poderão “introduzir novas iniquidades nos processos expropriatórios” (Oliveira e Cardoso 2003, p. 58). Esta reforma é então imprescindível, visando aproximar-se à justiça tributária e aproximar as regras das regras do CE às do CIMI (Oliveira e Cardoso 2003, p. 58).

As normas de expropriação, indemnização e perequação nos IGT requerem articulação e a aplicação do CE na execução de planos (Oliveira e Cardoso 2003, p. 58).

2.3 Perequação

No âmbito dos IGT atuais, o conceito de regeneração urbana assume diversas formas e possibilidades de implementação, por via estratégica e/ou de planos e programas. Contudo, destacamos a perequação enquanto ferramenta com poder de regulação territorial (Prudêncio 2014; Campelo 2016; Craveiro 2016; Matias Ferreira 2016; Fadigas 2016).

De acordo com o Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de maio, “(...) a perequação consiste na redistribuição equitativa dos benefícios e dos encargos resultantes da execução de um instrumento de gestão territorial vinculativo dos particulares ou de outro instrumento de intervenção urbanística a que a lei atribua esse efeito”.

A aplicação de mecanismos de perequação tem em vista os seguintes objetivos:

- i. Redistribuição das mais-valias atribuídas pelo plano aos proprietários;
- ii. Obtenção pelos municípios de meios financeiros adicionais para a realização das infra-estruturas urbanísticas e para o pagamento de indemnizações por expropriação;

- iii. Disponibilização de terrenos e edifícios ao município para a implementação, instalação ou renovação de infra-estruturas, equipamentos e espaços urbanos de utilização coletiva, bem como para compensação de particulares nas situações em que tal se revele necessário;
- iv. Estímulo da oferta de terrenos para urbanização e construção, evitando-se a retenção dos solos com fins especulativos;
- v. Eliminação das pressões e influências dos proprietários ou grupos para orientar as soluções do plano na direção das suas intenções.

O instrumento da perequação, no âmbito do planeamento e gestão dos solos municipais e da regeneração urbana, afigura-se determinante para evitar/colmatar assimetrias no território, dando cumprimento ao princípio da igualdade consagrado na Constituição Portuguesa (Oliveira e Cardoso 2003, p. 47). Consiste, pois, na “distribuição equitativa dos benefícios e dos encargos decorrentes da execução dos IGT ou das unidades de execução” (Oliveira e Cardoso 2003, p. 58). Consequentemente, “a perequação compensatória é um caminho sem regresso que os Municípios devem aplicar nos IGT, permitindo a correção (ou, ao menos, a atenuação) das desigualdades que estes provocam” (Oliveira e Cardoso 2003, p. 58). Existem, contudo, várias incompatibilidades entre RJIGT e o CE(b), desde logo pela questão da classificação divergente dos solos (Oliveira e Cardoso 2003, p. 58). A perequação afigura-se então num poderoso instrumento no âmbito dos processos de transformação territorial levados a cabo pelos municípios, sobretudo na regeneração urbana, permitindo alterar e redistribuir índices de ocupação do solo com vista a diminuir/eliminar assimetrias e desequilíbrios territoriais (Prudêncio 2014).

No âmbito da elaboração dos planos urbanos, sobretudo de regeneração urbana de áreas pós-industriais, consideramos essencial a implementação de modelos com base na perequação compensatória e na necessidade ponderada de expropriação e avaliação das pré-existências, visando equidade territorial (Prudêncio 2014; Fadigas 2016).

Embora o mecanismo da expropriação seja radical, as expropriações por utilidade pública¹¹⁰ constituem instrumentos jurídicos fundamentais para a implementação de projetos estruturantes no território (Oliveira e Cardoso 2003, p. 43). Contudo, denota-se a desarticulação desse instrumento face aos IGT atuais, gerando dificuldades e constrangimentos no planeamento e na gestão do território (Oliveira e Cardoso 2003, p. 43). A expropriação deverá ser articulada com a execução e implementação dos IGT, como forma de

¹¹⁰ Vd. Código das Expropriações (1999) (CEb) – Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, que aprova o Código das Expropriações. A expropriação por utilidade pública – instrumento de execução dos planos - consiste num procedimento jurídico de aquisição de bens para a prossecução de fins de interesse geral, pressupondo a declaração de utilidade pública enquanto prática de um ato administrativo (Oliveira e Cardoso 2003, p. 44). A finalidade invocada no ato de declaração de utilidade pública como fundamento para a expropriação, i.e.: o fim da expropriação, tem de coincidir com a utilização prevista pelo plano para os respetivos solos, a qual decorre da classificação e qualificação dos mesmos (Oliveira e Cardoso 2003, p. 44).

compensação (indenização), assim como com a perequação (de benefícios e encargos decorrentes dos planos) (Oliveira e Cardoso 2003, p. 43).

Esse mecanismo pode assumir diversas formas, tais como o sistema de compensação (particulares), o sistema de cooperação (particulares e/ou Administração Pública) e de imposição administrativa por parte da Administração Pública (mediante concessão ou diretamente), funcionando dentro de unidades de execução (definidas pelos municípios e coincidentes, ou não, com as unidades operativas de planeamento e gestão) (Oliveira e Cardoso 2003, p. 45).

A figura do PDM fica obrigada ao cumprimento da perequação (Oliveira e Cardoso 2003, p. 47).

Conclui-se que as normas afetas à perequação e a expropriação são instrumentos que permitem novas formas de pensar o urbanismo, o planeamento e a gestão urbana, no âmbito dos IGT e do enquadramento legal¹¹¹ (Oliveira e Cardoso 2003, p. 59). Visam a operacionalização de formas eficazes de intervenção pública sobre os solos urbanos, podendo permitir:

- i. Um controlo das rendas fundiárias urbanas;
- ii. Um desenvolvimento saudável dos mercados imobiliários;
- iii. O desenvolvimento de um controlo municipal sobre esses domínios. (Oliveira e Cardoso 2003, p. 60).

De acordo com Oliveira e Cardoso (2003), a perequação é considerada uma “arte de compensar”, visando e permitindo um desenvolvimento urbano mais justo, equilibrado e qualificado (fazendo-se acompanhar por infraestruturas e equipamentos públicos) (Oliveira e Cardoso 2003, p. 60). Persiste, todavia, a necessidade de melhorar e articular os diversos instrumentos jurídicos, particularmente o RJIGT e o CE(b) (Oliveira e Cardoso 2003, p. 60), nos seguintes aspetos:

- i. Necessidade de recorrer ao CE(b) para desenvolver a execução dos Planos e para conceber operações de perequação (expropriando os terrenos necessários e avaliando as parcelas de acordo com as regras do CE(b));
- ii. Existência de normas aparentemente inconstitucionais no atual CE(b), afastando o *quantum* indemnizatório da compensação integral que deveria ressarcir os expropriados dos danos suportados;
- iii. Problemas decorrentes da aplicação dessas normas do CE(b) a diversas situações resultantes dos processos de execução e perequação compensatória, resultando daí também soluções menos apropriadas;

¹¹¹ Particularmente, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

- iv. Necessidade de adaptar as regras do CE(b) aplicáveis à determinação das indemnizações por expropriação aos efeitos da perequação, considerando que os planos elaborados em função do RJIGT e vinculativos dos particulares deverão conter mecanismos de perequação;
- v. Existência de regras excessivas e/ou de aplicação confusa, quer no CE(b), quer no RJIGT (Oliveira e Cardoso 2003, p. 60).

2.4 IGT: da expansão ao “Regresso ao Centro da Cidade”

2.4.1 Evolução da cidade de Lisboa

Visando compreender a evolução da cidade de Lisboa e das políticas urbanas no âmbito da regeneração urbana, consideramos importante rever e sistematizar os seus processos e dinâmicas urbanas e de transformação territorial.

O processo de *urbanização* (controlo fundiário e urbano) terá sido iniciado com o projeto de reconstrução da Baixa Pombalina (1755-1855), tendo sido seguido pelos “trabalhos públicos” lançados pelo Fontismo e, posteriormente, com a política de obras públicas do Estado Novo (recorrendo à expropriação como mecanismo de expansão da cidade), reconfigurando a “capital do Império” e revelando um carácter de “modernidade urbanística, inserido num clima político autoritário (Matias Ferreira 1987). O urbanismo de Lisboa atravessa diversos momentos ideológicos, começando por um período expansionista (no final do século XIX/início do século XX), caracterizado pelos ideais higienistas e a criação do *Passeio Público*; passando por um período regulamentar e científico (1930-60), marcado por ideais ditatoriais e funcionalistas, de estruturação de acessibilidades e segundo o *zoning*; e, mais recentemente, tem sido caracterizado por operações de regeneração e reconstrução da urbanidade, com preocupações regionais, ambientais e democráticas, onde o desenvolvimento sustentável se aplica sobre a cidade construída (Camarinhas 2009). Constatase, portanto, que os momentos de produção urbanística mais produtiva e bem sucedida na capital se associam aos períodos de conjuntura política e económica estável, tais como: Despotismo Iluminista (Marquês de Pombal/Eng.º Eugénio dos Santos/Carlos Mardel), Fontismo, Estado Novo (Duarte Pacheco/De Gröer, Faria da Costa, Meyer-Heine, José Tudela¹¹², Keil do Amaral), Jorge Sampaio (António Fonseca Ferreira).¹¹³

¹¹² Vd. a obra “As praças e largos de Lisboa: (esboço para uma sistematização caracterológica)”, de 1977.

¹¹³ “Os modelos aplicados durante o século XX em Lisboa exprimem a evolução ideológica no urbanismo. O início do século é marcado pela haussmanização, uma vontade de reforma da cidade que será o prelúdio de um movimento científico internacional contra uma transformação social, centrada sobre a imposição de uma ordem universal. Em Lisboa, a revolução democrática não terá outra expressão territorial que o fim do urbanismo e (p. 468) a instalação progressiva da urbanização especulativa. A transição entre regimes será um momento de transferência contra um novo urbanismo, caracterizado pela metamorfose urbana e as técnicas de *marketing* territorial de um território já construído, em competição internacional.” (Camarinhas, 2009: 467,468).

O processo de *suburbanização* de Lisboa (Camarinhas 2009; Cavaco 2009) remonta à década de 1920 (Fonseca 1990), registando-se acréscimos demográficos significativos nos antigos concelhos de veraneio – como Cascais, Oeiras e Sintra – aquando do desenvolvimento dos transportes coletivos, em particular da linha ferroviária, aliada à construção da estação marítima de Cascais.

Numa primeira fase, o processo alastra do centro para os arrabaldes a ocidente da capital, posteriormente consolidados com as obras públicas urbanas das políticas ditatoriais nas décadas de 1930-40,¹¹⁴ lideradas pelo Eng.º Duarte Pacheco inserindo-se num contexto progressista (Almeida 2009; Matias Ferreira 2016). O plano da «Costa do Sol» - de expansão paralela ao rio Tejo - , da autoria de A. Agache interliga a Praça do Comércio com a Costa do Sol, consistindo a génese a expansão da cidade de Lisboa e da sua região, enquanto subúrbio residencial da classe trabalhadora (Matias Ferreira 1987; André 2012; André, Rodrigues e Marat-Mendes 2012).

O *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa* (1938-1948), de De Gröer, é retomado pelo *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa* (GEU 1959), seguindo uma política de continuidade e de melhoramentos urbanos, prevendo a expansão controlada da cidade, devido à escala de elaboração do plano, definindo linhas gerais de intervenção, mas investindo também numa escala de detalhe (Camarinhas 2009).

O planeamento urbano associa-se aos primórdios do desenvolvimento industrial, contribuindo para o início de um processo de territorialização e acompanhando a transição entre a modernidade e a pós-modernidade, desde a cidade compacta à urbanização difusa (Camarinhas 2009; Salgueiro 1992, 2001). Instalando-se primeiramente em áreas periféricas da cidade, desencadeando centros industriais (i.e.: Alcântara, a Ocidente e Marvila, a Oriente), a industrialização acompanhou o desenvolvimento das vias de circulação, dos transportes (linha ferroviária) e da navegação fluvial, polarizando a zona ribeirinha de Lisboa até à zona de Vila Franca de Xira (na margem Norte) e depois na Margem Sul, devido à descentralização da atividade do centro da cidade (como Marvila) para áreas suburbanas.

O modelo funcionalista dos anos 1940 adopta um sistema científico (e ideológico) de produção urbana, recorrendo a mecanismos legais, como a Lei das Expropriações. Aproximando-se do final do regime ditatorial, os modelos científicos de planeamento introduzem medidas segundo uma visão progressista do território (i.e.: Olivais). O Plano Diretor de 1967, elaborado na sequência do Antepiano de 1964, recorre a técnicas de “análise e de tratamento de dados sofisticada” – como os estudos de tráfego -, projetando, contudo, uma fragmentação no âmbito do planeamento urbanístico, especializando domínios à maneira funcionalista e racionalista do *zoning* (Camarinhas 2009, p. 464).

¹¹⁴ Entre 1938 (*Plano Geral de Urbanização e Expansão*) e 1948 (Congresso Nacional dos Arquitetos) e após a morte de Duarte Pacheco, verificou-se uma evolução urbana significativa no âmbito da reestruturação fundiária do espaço concelhio de Lisboa, estabelecendo princípios de ordenamento e planeamento urbano, os quais terão sido invertidos a partir do final da década de 1940 (Fonseca Ferreira, 2005).

Num segundo momento, durante o período pós-guerra (1940-50) até à década de 1960, surge uma suburbanização desmesurada sobretudo pela evolução dos transportes - tal como o autocarro¹¹⁵, em 1944 -, pelo aumento demográfico verificado nas freguesias envolventes à cidade, que se prolongam pelos eixos do caminho-de-ferro, e pelo consequente *boom* de construção perante as carências habitacionais.¹¹⁶ Esta progressão intensa demográfica nas décadas de 1950/1960 em áreas suburbanizadas materializa-se numa “segunda coroa de subúrbios”, demarcada pela construção das acessibilidades, nomeadamente da CRIL (Azevedo 1967). Consequentemente, e em paralelo com a expansão dos transportes urbanos e suburbanos (e.g.: linha ferroviária e viária/autocarros), surgiram novas centralidades em redor da cidade da Lisboa e da sua Região (i.e.: AML) (**Fig. 72**).

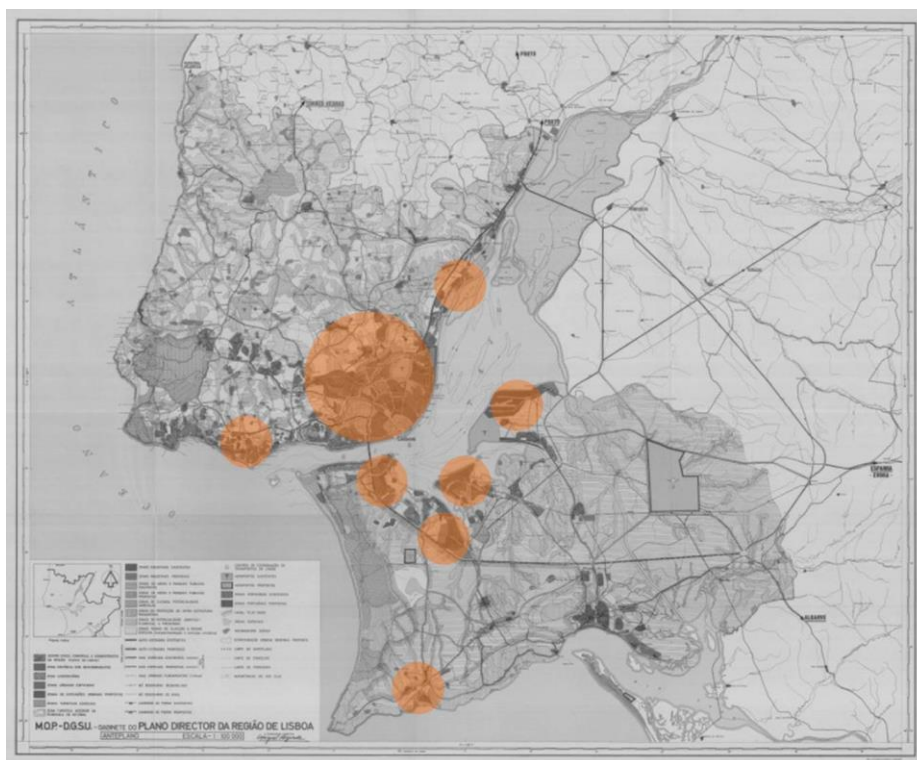


Figura 72. Localização de principais centralidades na AML, em redor do Estuário do Tejo, com potencialidade de articulação socioeconómica, incidindo na produção industrial não poluente/do conhecimento. (Diagrama elaborado pela Autora, sobre a planta do PDRL de 1965).

A adesão de Portugal à EFTA, em 1959, reforça a internacionalização da economia nacional, apesar do isolamento político posterior, acarretado pela Guerra Colonial a partir de 1961 (Salgueiro 2001). Embora tenha estimulado a atividade industrial, o desempenho militar

¹¹⁵ Vd. Volume II - Anexos – A. *Transcrição das entrevistas realizadas*, A7. Professor Doutor Arquiteto Leonel Fadigas, pp. 482-536

¹¹⁶ O *boom* de construção, maioritariamente levado a cabo pela iniciativa privada, verificou-se a partir de meados da década de 50 face à escassez de oferta imobiliária a propósito desse êxodo rural massivo, em busca de melhores condições de vida, e provocando transformações profundas no território de Lisboa (Barata Salgueiro 1992, 2001; Fonseca 1990; Távora 1962).

desviaria investimentos em infra-estruturas, equipamentos, habitação social, minimizando consequentemente a qualidade de vida do país. Perante as dificuldades económicas, no setor da agricultura, e a necessidade de mão-de-obra na Europa – primeiramente para a reconstrução e depois para a exploração de novas indústrias), surgem diversas vagas de emigração (Salgueiro 2001).

2.4.2 Planeamento Urbano em Lisboa

a. Percurso legislativo

No final da década de 1950, a metodologia vigente – i.e.: uma cascata hierarquizada de planos urbanos, baseada no *Plano Físico Nacional* (modelo holandês) -, permanece nas décadas seguintes, apesar de já não se enquadrar na realidade, ou seja, ao contexto urbano, social e económico (Távora 1962). A Proposta de Lei relativa ao *Plano Diretor de desenvolvimento urbanístico da região de Lisboa* (PDDURL 1959) considera o aumento demográfico notável na área e os concelhos suburbanos associados à cidade de Lisboa, verificando que a população duplicara entre 1920 e 1950, contrastando com a situação do resto do país. Estes valores traduziam a duplicidade do problema da região de Lisboa perante o país, agravando simultaneamente a situação da capital e da sua zona de influência, assim como o processo de ausência ou êxodo da população. O problema da região de Lisboa teria então de se ajustar a um enquadramento ou plano nacional, articulando escalas. Perante um contexto de rápidas transformações, o Ministério das Obras Públicas considera desatualizado o PGUCL - *Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa* -, de 1959, revendo-o e constituindo um novo instrumento e gestão territorial: o *Plano Diretor da Região de Lisboa* (1960). Prevendo a sua conclusão em três anos, o plano apenas ficaria concluído em 1964, sob a forma de *Anteplano*, tendo sido posteriormente revisto e substituído pelo *Plano Geral da Cidade de Lisboa*, de 1967-1977 (Meyer-Heine).

Em 1966, a construção da Ponte sobre o Tejo facilitou as acessibilidades canalizando fluxos à margem Sul, impulsionando um crescimento urbano (desordenado) – em Almada, Pragal, Seixal e Setúbal -, criando áreas densamente urbanizadas e fomentando o início de um rápido processo de construções clandestinas, à margem dos planos/propostas elaborados por Rafael Botelho (Cavaco 2009).

A partir da Revolução de 1974, a crise de interesses manifesta-se e instala-se no uso do solo, através do movimento de especulação imobiliária, alastrando-se pelas décadas seguintes, despertando a consciência para a valorização do património do centro da cidade, mediante a implementação de políticas de reabilitação urbana, à semelhança de casos internacionais. Durante a década de 1980 a internacionalização e globalização repercutiram-se no desenho do território e no sistema de planeamento urbano, o qual foi complementado pelo *star system*” (obras de autor), à base de planos de imagem. Contudo, durante a presidência de Jorge Sampaio na década de 1990 (1990-1995), foram revistas e reintroduzidas medidas de

planeamento com vista à coesão política integrada da cidade,¹¹⁷ revelando-se, no entanto insuficiente e interrompido a partir de 1995, com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa João Soares.

Atualmente, o Estado e as Autarquias têm o dever de assegurar a disponibilidade de terrenos para os diversos usos e de controlar os seus preços. Assim, o legislador necessita de um conjunto de instrumentos à sua disposição para combater a especulação fundiária, o uso e a apropriação desregulados de solos. O urbanismo, enquanto disciplina autónoma a partir do Movimento Moderno, requer um conjunto de instrumentos jurídicos com vista, por um lado, ao enquadramento e parametrização dos interesses e comportamentos de todos os agentes envolvidos, e, por outro lado, dos elementos que definem e regulam o preço dos produtos imobiliários. Sendo de competência pública, os IGT destinam-se ao planeamento e gestão urbanística territorial. Considerando as suas características específicas, o mercado imobiliário não pode ser livre. Porém, são necessárias regras de mercado, onde se respeitem princípios de solvência financeira e de distribuição, de modo a satisfazer as necessidades gerais dos diversos segmentos da procura.

Atualmente, os PROT e PDM são utilizados, na prática, para configurar e legitimar direitos de urbanização e de construção para a gestão urbanística de pormenor, focando, excessivamente, a atuação setorial e equivocada. Aliás, as diferenças entre os regulamentos do PROT, PDM, PU e PP não são claras, assim como não existe uma doutrina clara sobre a alteração de conteúdos dos planos em revisão (e.g.: redução de áreas urbanizáveis e índices de construção). No âmbito dos direitos de urbanizar e construir, denota-se uma confusa demarcação de competências entre a esfera pública e privada e uma confusa distribuição dentro da Administração Pública, já que os Poderes Central e Local se sobrepõem e se verificam problemas de coordenação entre organismos da Administração Central. A afetação de usos de solos através dos planos implica que os proprietários percam o direito de alteração livre do uso dos imóveis abrangidos, sujeitando-se a autorizações e licenciamentos para esse fim. A dinâmica de planeamento confere e retira direitos à propriedade imobiliária, num processo incerto. A vinculação administrativa do solo a um determinado uso retira e/ou promove conflitos com a propriedade privada, em matéria de alteração do uso do solo. Por exemplo, o solo pode ser alterado de urbano para rústico; apesar de ser pouco frequente, pode acontecer no caso da remoção de bairros clandestinos em zonas de alto risco geotécnico, obrigando à renaturalização do espaço. A elaboração dos planos recorre à demarcação de unidades territoriais afetas a classes de uso do solo, considerando o interesse em manter um

¹¹⁷ “Conjugaram-se assim, de forma fecunda e singular, os instrumentos de planeamento estratégico e de ordenamento do território, às escalas nacional e regional, com a disponibilização dos adequados meios financeiros, proporcionando a oportunidade para uma consistente tradução do planeamento em realizações e obras concretas. (...) Conjugando a decisão política com a racionalidade técnica, a elaboração destes instrumentos de planeamento colidiu com a decisão sobre uma nova geração de grandes projetos de âmbito nacional regional, tais como o novo aeroporto, a terceira travessia do Tejo, o prolongamento da rede do metro de Lisboa, metro à superfície, a modernização da linha férrea, entre outros.” (Fonseca Ferreira 2005).

uso dominante e recorrendo ao *zoning* (e.g.: PROT, com um carácter prospetivo; PDM, com maior detalhe). O mérito e eficácia desses planos regionais e concelhios depende das suas relações com os planos setoriais e do impulso que podem emprestar à localização e organização integrada dos usos, atividades e redes de infraestruturas e serviços. Um tema central de qualquer plano territorial deve ser a regulação do preço e a disponibilização efetiva do imobiliário. Esta vertente é completamente omissa nos planos territoriais em vigor. Existe uma relação direta entre o processo de classificação do solo, as estratégias de gestão dos planos e a formação dos preços dos prédios.

No âmbito dos IGT nacionais, e, sobretudo desde a década de 1990, a figura legal urbanística de destaque é o PDM, o qual estabelece estratégias de desenvolvimento territorial e políticas municipais de ordenamento do território, articulando as escalas nacional e regional, e estabelecendo o modelo de organização espacial e de usos do solo do território municipal. Constituindo uma componente do PMOT, este documento regulamentar de planeamento e ordenamento territorial é elaborado e revisto pela Câmara Municipal, sendo aprovado pela assembleia municipal. O “Ponto de Situação da Revisão dos PDM” pretende contribuir para o conhecimento do estado do ordenamento do território na região, tendo em consideração as constantes mutações e a necessidade de adaptação. O mecanismo legal urbanístico superiormente hierarquizado – o PROT-AML - foi aprovado em 2002, concluindo um longo percurso iniciado em 1989, inserindo-se no novo quadro legislativo, na LBOTU (1998, 2014). A prática urbanística de Lisboa encontra-se, portanto, intimamente relacionada com a responsabilidade municipal. A partir da década de 1990, o Eng.º António Fonseca Ferreira responsabiliza-se pela continuidade do processo de planeamento da capital, através da elaboração e, a partir de 1998, da revisão do PDM de Lisboa (Camarinhas 2009; Anselmo Vaz 2016), atualmente o novo PDML (2012).

b. A figura do Plano Regional

O planeamento à escala regional ter-se-á iniciado em Portugal aquando do PGUEL, em 1948, dada a necessidade de expansão e urbanização da cidade e arredores de Lisboa. Em 1959, o PDUL reconhecia plenamente essa necessidade, e, a partir de 1960, foram desenvolvidos estudos, projetos e anteplos com vista ao ordenamento do território. De seguida, iniciou-se o PDRL que, embora em versão de Anteplo, contribuiu para a o planeamento à escala regional.

c. A figura do PDM

Relativamente ao PDM (vd. Decreto-Lei n.º 380/99, Artigos 84.º, 85.º e 86.º), salienta-se o papel da Câmara e da Assembleia Municipal (Pardal et al. 1996, p. 12). O seu conteúdo documental cinge-se ao regulamento, à planta de ordenamento e à planta de condicionantes, sendo muito redutor (Pardal et al. 1996, p. 12). A fim de evitar um processo complexo e moroso, é necessária uma vertente conceptual para abordar a realidade complexa, sob uma

perspetiva teórica e prática (Pardal et al. 1996, p. 12). O PDM deve ter um carácter orientador e é dependente da aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal (Pardal et al. 1996, p. 13). As competências da Administração Central interferem com o território municipal, sendo necessária articulação entre escalas e organismos da Administração Pública, e processos de decisão transparente, participado e célere em matéria de procedimentos (Pardal et al. 1996, p. 13). Existem casos em que o PDM é “herdado” de outro Município contíguo (e.g.: o PDM de Odivelas provém do de Loures) (CMO 2014). Urge que os concelhos disponham do seu próprio PDM, elaborado e aprovado de acordo com estratégias por si definidas e adequada à conjuntura social, económica, ambiental, etc. Os seus objetivos fundamentais consubstanciam-se na:

- i. Salvaguarda e valorização ambiental;
- ii. Integração e coesão social;
- iii. Qualificação urbana;
- iv. Beneficiação das acessibilidades;
- v. Qualificação espacial e incremento das Atividades económicas.

d. UOP's

Tal como refere o Regulamento do PDML de 1994, as UOP's acrescentam um carácter específico e/ou prioritário das intervenções urbanísticas municipais às restantes regras do PDM, delimitando área onde deve incidir a intervenção e os seus objetivos programáticos, sendo que cada UOP poderá ser alvo de um ou mais PMOT (CML 1994, p. 19; Camarinhas 2009).

e. Planeamento estratégico

Considerando que o ordenamento do território e a qualificação das cidades são fundamentais para o desenvolvimento do País, tornando eficaz a administração pública, o planeamento e a gestão estratégica territoriais emergem como um novo paradigma para pensar e governar as cidades contemporâneas (Fonseca Ferreira 2005). O planeamento estratégico territorial foi inicialmente introduzido em Portugal através da gestão de Jorge Sampaio, na Câmara Municipal de Lisboa, em 1990, tendo o seu sucesso conduzido à criação do PROSIURB, em 1994, atribuindo benefícios financeiros às cidades que elaborassem planos estratégicos na sequência da aprovação dos respetivos planos diretores municipais. Contudo, esta iniciativa fracassou.

Com o intuito de se atingir a mudança cultural, organizacional e funcional da administração do Estado, recupera-se o debate sobre a regionalização como meio para atingir a descentralização (Fonseca Ferreira 2005).

Atualmente, o planeamento estratégico territorial constitui uma hipótese viável para o país mediante processos estratégicos de gestão, flexíveis e consistentes, inserindo o território no incontornável âmbito de globalização económica, urbanística e civilizacional, e de competitividade (Fonseca Ferreira 2005). Esse tipo de planeamento é a metodologia mais

eficaz para fazer face aos novos e complexos problemas e desafios (de ordem económica, social e cultural, de gestão e de governabilidade) que atualmente se colocam às cidades e às regiões (Fonseca Ferreira 2005).

As experiências levadas a cabo pelo município e, em particular, pela CCDDR-LVT contribuíram para a evolução pioneira e implementação do planeamento estratégico territorial, ao nível das grandes cidades, das cidades médias e das regiões. Este tipo de planeamento é realizado através de “oportunidades mobilizadoras” – eventos marcantes – integradas em programas de ação estratégicos, desencadeando profundas transformações urbanas, nas cidades e no território. Tomamos como exemplos de referência os casos da Exposição Internacional de Lisboa, em 1998 (Expo '98), Barcelona – Jogos Olímpicos 92, Bilbao Ria 2000, Porto, Capital Europeia da Cultura 2001/Metro do Porto, Euro 2004: Campeonato Europeu de Futebol, Sydney 2000, entre outros. Essas experiências serviram como referência para estruturar processos de planeamento e gestão, mais consistentes e participados. Em 1992, o *Plano Estratégico de Lisboa* (PEL 1992), equacionou três questões estratégicas e relevantes para redirecionar o planeamento e a gestão urbanística para as áreas da reabilitação e regeneração urbana (Craveiro 2016):

- i. o aprofundamento da integração europeia no quadro do mercado global único;
- ii. Lisboa, Capital Europeia da Cultura '94;
- iii. Expo' 98.

O novo enquadramento gerado pela integração europeia, pelas tecnologias de informação e pela economia global, inscrevia a Região de Lisboa e Vale do Tejo nos contextos nacional e internacional. O caso de Lisboa despoleta experiências no planeamento estratégico regional, iniciando uma metodologia inovadora de gestão do desenvolvimento regional (i.e.: PERLVT - *Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, no âmbito do PNDES - *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social*). Após duas décadas de planeamento estratégico territorial, o “plano estratégico” passa para a tendência do “planeamento gestão”, procurando soluções de intervenção no âmbito da reabilitação e da regeneração (integrada) urbana.

O Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio, definiu as diretrizes do regime do PDM enquanto instrumento de ordenamento do território. Essa figura de planeamento foi inicialmente introduzida pela primeira vez em 1977 pela Lei n.º 79/77, de 25 de outubro (Lei das atribuições das autarquias e competências dos respetivos órgãos). Na década de 90 do século passado foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, diploma que veio regular a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território (plano diretor municipal, plano de urbanização e plano de pormenor) e impor, para efeitos de expropriações, que as câmaras municipais promovessem a elaboração e aprovação dos planos diretores municipais até 31 de dezembro de 1991. Posteriormente este diploma foi alterado pelos

Decretos-Lei n.º 211/92, de 8 de outubro e 155/97, de 24 de junho. Os primeiros PDM, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, têm a natureza de regulamentos administrativos e estabelecem uma estrutura espacial para o território municipal, a classificação do uso dos solos e os índices urbanísticos, tendo em conta os objetivos de desenvolvimento, a distribuição racional das atividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transportes e de comunicações e as infra-estruturas, mas aquele diploma não dispunha ainda sobre a sua execução ou implementação. A reforma da legislação na área do ordenamento do território e do urbanismo teve início com a aprovação da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto (LBOTU), ao qual se seguiu o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT). Este diploma foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (republicação integral). O Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, procedeu à aplicação, no âmbito do sistema de gestão territorial, do regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas, transposto para a ordem jurídica portuguesa pelo Decreto – Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Tal como previa o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, foi aprovada posteriormente regulamentação complementar constituída por portarias e decretos regulamentares. De acordo com a Lei de Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito do Sistema de Gestão Territorial, o âmbito municipal define, de acordo com as diretrizes de âmbito nacional e regional e com opções próprias de desenvolvimento estratégico, o regime dos usos do solo e a respetiva programação. De acordo com o atual regime, o Plano Diretor Municipal é um instrumento de planeamento territorial, de âmbito municipal, que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal (definição legal - artigo 84.º do RJIGT). Como documento de carácter estratégico, o PDM reflete uma visão integrada do território municipal, e visa reforçar a competitividade territorial do concelho e assegurar a equidade territorial no provimento das infra-estruturas e equipamentos de suporte à integração e coesão territorial. A revisão do Plano Diretor Municipal implica a reconsideração e reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos valores e recursos territoriais (artigo 93.º n.º 3 do RJIGT), reservando-se, portanto, com as recentes alterações legislativas, este conceito para as situações mais estruturais de mutabilidade do planeamento. A revisão dos PDM é obrigatória decorrido o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor (vd. artigo 98.º n.º 3 do RJIGT).

f. Análise de planos urbanos

- Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL)

O *Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa* (PGUEL) (**Fig. 73**) surge como uma visão pioneira e global, articulando a cidade e as suas infra-estruturas, e com a área metropolitana.



Figura 73. Planta do PGUEL (1948). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

Foi concluído e aprovado em 1948 pela CML, e é da autoria do Arquitecto-Urbanista Etienne De Gröer em colaboração com os serviços técnicos municipais. Porém, o plano não chegou a ser aprovado pelo Governo. O *zoning* (i.e.: zonamento - principal instrumento de inovação do plano no âmbito do planeamento urbano) definiu zonas com diferentes usos, sujeitas à aplicação de legislação específica. Das medidas preconizadas no plano, destacam-se: a transferência da zona ocidental e consequente criação de uma área industrial na zona oriental da cidade, associada ao Porto de Lisboa (Janeiro 2011, p. 47; Nevado 2014b); a criação do Parque Florestal de Monsanto; o reforço e a definição de uma clara rede de ligações para Poente, onde aparece a ideia da construção de uma via de meia-encosta entre a auto-estrada para Cascais e a Av. da Índia (Janeiro 2011, p. 47; Nevado 2014c). Sob uma estratégia global de desenvolvimento e expansão urbana, o plano regia-se pela expansão capital e a promoção imobiliária, o plano privilegiava uma rede viária radioconcêntrica, promovendo acessibilidades na cidade, região e a nível nacional (e.g.: traçado viário Lisboa-Porto). Organizou densidades populacionais decrescentes do centro para a periferia e definiu uma zona industrial na área oriental da cidade, associada ao Porto de Lisboa.

- Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (PDUL)

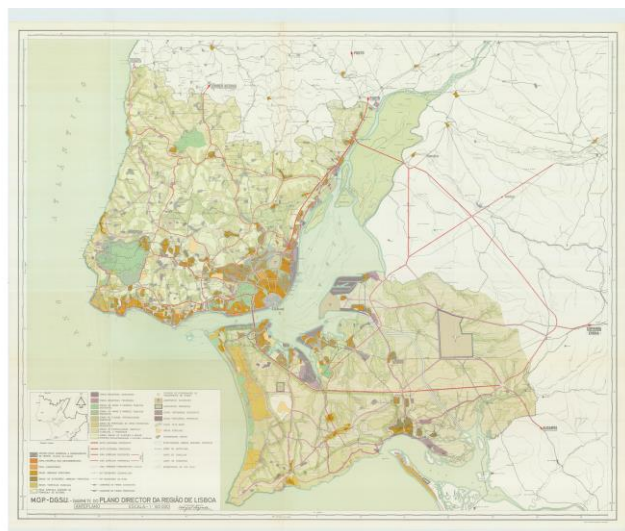
O *Plano Diretor de Urbanização de Lisboa* (PDUL) (**Fig. 74**), da autoria do GEU e de Lobato Faria, em 1959, surge na sequência do processo de revisão do PDUL/PGUEL, com o objetivo de o atualizar. Mantendo a maioria das propostas do plano anterior, acabou por introduzir outras, que na zona na zona ocidental de Lisboa consistiram na construção de uma ponte sobre o Rio Tejo Ponte de Salazar (atualmente Ponte 25 de abril, concluída em 1966) e na construção de uma auto-estrada contornando a Norte o parque Florestal de Monsanto, ligando Campo de Ourique à Buraca (Janeiro 2011, p. 48; Nevado 2014b; Nevado 2014c).



Figura 74. Planta do PDUL (1959). (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa).

- Plano Diretor da Região de Lisboa (PDRL)

O *Plano Diretor da Região de Lisboa* (PDRL) (**Figs. 71 e 75**), na versão de Antepiano de 1964, insere-se numa fase expansionista e de urbanismo científico, apresentando, pioneiramente, a delimitação do território da “região de Lisboa” (atual AML), aproximadamente como o conhecemos na atualidade (Nevado 2014b).



71



75

Figura 71. Planta do PDRL (Autoria: MOP-DGSU/Eng.º Miguel Rezende,1965). (Fonte: Biblioteca/Centro de Documentação da CCR-LVT; Digitalização gentilmente autorizada pela entidade).

Figura 75. Planta parcial/pormenor do PDRL revelando os usos funcionais do território oriental da cidade de Lisboa (Autoria: MOP-DGSU/Eng.º Miguel Rezende,1965). (Fonte: Biblioteca/Centro de Documentação da CCR-LVT).

O plano privilegiava a articulação entre escalas, através das acessibilidades (construção da Ponte sobre o Tejo, em 1966) e a deslocalização da atividade industrial para as *periferias* de Lisboa (Margem Sul e Vila Franca de Xira). Demarca-se o início do debate sobre a necessária requalificação urbana, perante a célere descaracterização do território e da paisagem urbana, suportada pela ideia de regresso ao(s) *centro(s)* da cidade e salientando a importância do município nesse processo. A cidade já não se encerrava sobre si própria, considerando, necessariamente, a sua área metropolitana e as atividades industriais em redor do Tejo (Nevado 2014b; Nevado 2014c).

- Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa (PGUCL)

O *Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lisboa* (PGUCL) (**Figs. 76-77**), de 1967, foi desenvolvido pelo Arquiteto–Urbanista Georges Meyer-Heine entre 1963 e 1967, tendo sido publicado somente em 1977 (Portaria nº 374/77 de 19 de maio)¹¹⁸.

¹¹⁸ Denotam-se algumas influências do Plano Diretor da Cidade de Marselha/*Plan Directeur d'Urbanisme de Marseille* (elaborado a partir de 1949; aprovado pelo Estado em 1959; autoria: Meyer-Heine).



76



77

Figuras 76-77. Plantas do PGUCL (1966 e 1977, respetivamente). (Fontes: imagens gentilmente cedidas pelo GEO; disponíveis também na WEB: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>).

O plano enquadrava a nova realidade urbana de Lisboa, especificamente o aumento significativo do trânsito automóvel, o início da construção da rede de metropolitano de Lisboa, a Ponte sobre o Tejo, a terciarização do Centro da Cidade e o crescimento das áreas periféricas (Janeiro 2011, p. 48). Concretamente nas zonas ribeirinhas, o plano propõe a deslocalização industrial para as zonas suburbanas na AML (e.g.: Vila Franca de Xira) (Nevado 2014b; Nevado 2014c).

Tal como o plano conclui, a operação de transferência das indústrias no interior dos limites municipais era simples e célere, considerando as áreas disponíveis em zonas definidas como industriais (PGUCL 1977). No entanto, a fim de garantir o futuro, deveria incentivar-se apenas nessas áreas a fixação de indústrias geradoras de emprego numeroso e promover a fixação, exterior ao território municipal, das que requeriam áreas consideráveis por operário ou as que são marcadamente insalubres (PGUCL 1977).

- Plano Estratégico de Lisboa (PEL)

O *Plano Estratégico de Lisboa* (PEL) (**Fig. 78**) foi aprovado pela CML em 1992 pela CML (CML 1992a) e considerava a aceleração das transformações urbanas e mutações sociais na cidade e na sua área metropolitana (CML 1992; Guterres e Grilo 2000). Estabelecia as principais linhas orientadoras da atuação municipal no âmbito do ordenamento e desenvolvimento da cidade, assim como à partilha de responsabilidades com os agentes, entidades e organizações, públicas ou privadas que operavam na cidade, num horizonte temporal de 10 anos (CML 1992; Guterres e Grilo 2000).

- Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) (1994)

O Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) (1994) (Fig. 79) segue uma filosofia inovadora de planeamento e gestão, tendo sido elaborado sob novas conceções de planeamento e gestão nas grandes cidades no âmbito de um novo contexto socioeconómico (Ferrão 1994, p. 9; Craveiro 2016; Anselmo Vaz 2016).

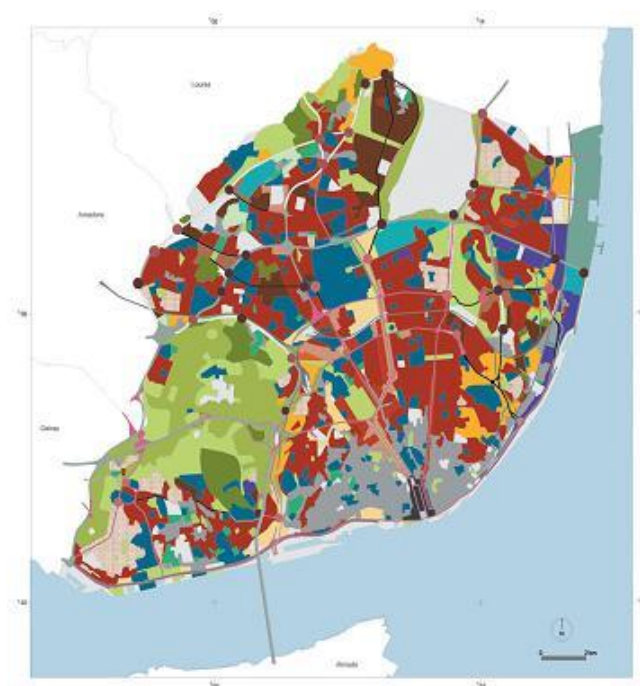


Figura 79. Planta do PDML (1994). (Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>).

Perante o esvaziamento de áreas centrais da cidade na sequência da proliferação e metropolização urbanas em territórios periféricos à capital, este plano urbano privilegiava a reabilitação e regeneração urbanas (Camarinhas 2009; Craveiro 2016). Porém, a cidade constituía o núcleo de um espaço metropolitano e da Região de Lisboa e Vale do Tejo, não podendo somente estimular uma visão de desenvolvimento autárquico, mas também como protagonista ativo em programas e projetos intermunicipais e/ou de impacto regional. Assim, a concertação institucional e estratégica entre autarquias e restantes escalas de administração pública foi considerada uma dimensão essencial, com vista à promoção da solidariedade e cooperação entre instituições (Ferrão 1994, p. 18; Nevado 2014b).

No seguimento do PEL, o PDML pressupunha um projeto de cidade concebido como prática cívica, cultura de participação (envolvendo e co-responsabilizando diversos agentes urbanos) (Ferrão 1994, p. 19). A zona ribeirinha foi definida como uma *Área de Uso Especial* (AUE; vd. Artigo 85º) por força da Lei Orgânica da Administração do Porto de Lisboa, salvaguardando, no entanto, diversos aspetos (e.g.: acessibilidades e sistema de vistas) e sendo delimitada na Planta de Classificação do Espaço Urbano como área portuária (Craveiro

1997, p. 55-56). Foram definidas *Unidades Operativas de Planeamento e Gestão* (UOP's) nas áreas limítrofes das AUE's, entendidas como áreas de intervenção no PDM, e às quais correspondiam linhas programáticas de intervenção, identificação de condicionantes e acções próprias, delimitadas na Planta de Ordenamento (Artigo 125º e Anexo 1), tendo a zona oriental sido contemplada na UOP n.º 28 (Área Industrial/Portuária Oriental) (Craveiro 1997, p. 57; Nevado 2014b).

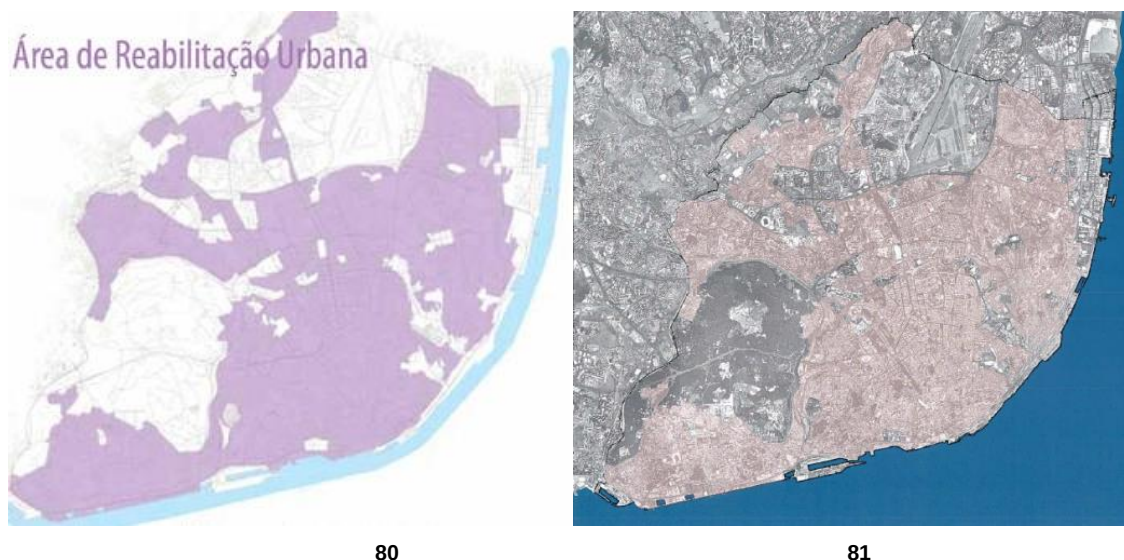
O PDML, desenvolvido entre 1990 e 1993 e aprovado em 1994, consiste num instrumento de gestão territorial de carácter normativo e pretende ser o enquadramento do projeto espacial decorrente do PEL tendo como objetivo introduzir uma atitude de planeamento estratégico no quotidiano da autarquia e da cidade. Simultaneamente com o PDM, foram estabelecidos Planos de Urbanização, de Pormenor e de intervenção prioritária, permitindo o aprofundamento de medidas e de propostas a diferentes escalas. O Plano segue uma filosofia inovadora de planeamento e gestão, no âmbito de um novo contexto socioeconómico (Ferrão 1994, p. 9). Perante o esvaziamento de áreas centrais da cidade na sequência da proliferação e metropolização urbanas em territórios periféricos à capital, este plano urbano privilegiava a reabilitação e regeneração urbanas. A cidade constituía o núcleo de um espaço metropolitano e da Região de Lisboa e Vale do Tejo, não podendo somente estimular uma visão de desenvolvimento autárquico, mas também como protagonista ativo em programas e projetos intermunicipais e/ou de impacto regional, relevando a concertação institucional e estratégica entre autarquias e escalas de administração pública, com vista à promoção da solidariedade e cooperação entre instituições (Ferrão 1994, p. 18; CML 1994; Nevado 2014b; Nevado 2014c).

O regulamento do plano engloba: a tipificação de categorias de espaço urbano com as cartas de Ambiente e do património como referências; a imposição de regras jurídicas; a respetiva planta de Ordenamento do Território, com diagnósticos dos PMOT's; define as UOPGs¹²⁰ enquanto elementos fundamentais do plano; para a definição de várias categorias de território. O PDML altera as estratégias de planeamento e gestão urbanística, sobretudo nas áreas ribeirinhas, considerando a alteração/transformação de usos, recuperação de edificado devoluto, consolidação de malha urbana, preservação de património existente ou integração das infra-estruturas como prioridades de operações de planeamento/gestão futuras (Janeiro 2011, p. 50), sob o mote de recentralização e ocupação de áreas centrais na cidade (Nevado 2014c).

¹²⁰ De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio, uma UOPG corresponde a uma porção contínua de território, delimitada em PDM ou PU para programação do plano ou da realização de operações urbanísticas. A sua delimitação deve ser acompanhada pelo estabelecimento dos respetivos objetivos assim como dos termos de referência para a elaboração de Pus, PPs ou para a realização de operações urbanísticas, consoante o caso. O PDM deve ainda estabelecer os indicadores e parâmetros de natureza supletiva, aplicáveis nas áreas a sujeitar a PU ou de Pormenor durante a ausência destes. As UOPGs são referidas no programa de execução do plano, com remissão expressa para os objetivos e os termos de referência mencionados.

- Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDML) (2012)

Finalmente, na sequência do *Plano Diretor Municipal de Lisboa* (PDML 1994), do seu processo de revisão iniciado em 2008 e de políticas urbanas à escala nacional (e.g.: *Política de Cidades POLIS XXI* (MAOTDR 2007a), foi publicada a proposta final da revisão do *Plano Diretor Municipal de Lisboa* em 2012 (CML 2012) e a *Área de Reabilitação Urbana* (ARU) (**Fig. 72-73**).

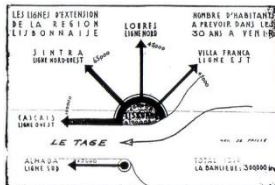
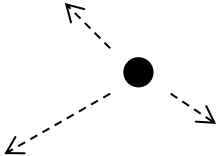
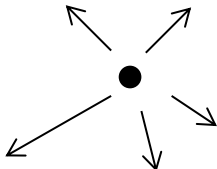
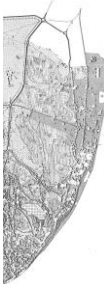


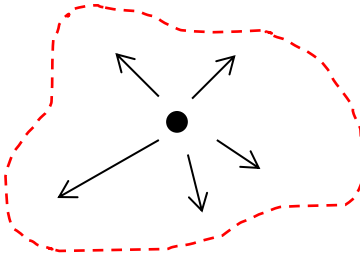
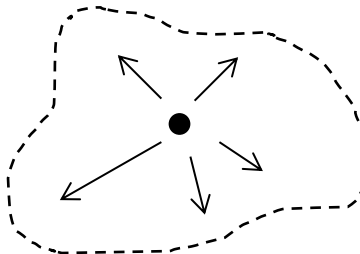
Figuras 80-81. Plantas do PDML (2012), com a definição da área de reabilitação urbana - ARU (CML 2012).

A regeneração urbana constitui uma prioridade estratégica, através de incentivos de gestão e valorização de património municipal (e.g.: de Bairros Municipais), processos participativos (e.g.: BIP/ZIP) e regulamentação mais acessível no âmbito do licenciamento para projetos de reabilitação urbana (CMLb 2012).

A delimitação administrativa atual da AML consiste numa “(...) região em constante mutação, onde ganham relevo os pólos de inovação e de desenvolvimento tecnológico, o incremento de indústrias competitivas, o crescimento de um terciário especializado - capaz de responder aos novos desafios” (e.g.: modernização dos Portos de Lisboa e Setúbal, as plataformas logísticas, a projecção de um novo aeroporto internacional, a prossecução de grande eventos internacionais no âmbito da inovação e criatividade) (PDML 2012).

Comparando a delimitação do território da Região de Lisboa em 1964 (PDRL) com a atualidade, denota-se a constante demarcação territorial da AML à macroescala (**Fig. 82; Tabela 2**). A coordenação regional levada a cabo pela CCDR-LVT, através dos diversos planos de ordenamento do território (e.g.: PROT-AML; POR-LVT) privilegia a mobilidade como fator essencial, os estudos de impacto ambiental e o debate/participação pública (PDML 2012).

TABELA SÍNTESE DOS PLANOS URBANOS – RELAÇÃO CENTRO/PERIFERIA						
DATA	PLANO	ESCALA	CIDADE (DIAGRAMA)	ZROL (DIAGRAMA)	NOTAS	
1936	 PEROL (PEUL)	Suburbana		N/A	- Plano de D. A. Agache; - Relaciona a Praça do Comércio com a Costa do Sol; - Revela a expansão suburbana de Lisboa;	
1948 (1938-48)	 PGUEL	Urbana/ Municipal	 (Centro consolidado)		- Foco na cidade, i.e.: no centro urbano consolidado - Diagnóstico de problemas (e.g.: tráfego automóvel) e dinâmicas urbanas (necessidade de expansão para as periferias); - Bairros Económicos;	
1959	 PDUL	Urbana/ Municipal			- Explosão demográfica; - Foco na cidade e início da expansão urbana (constatação da necessidade de ordenar o crescimento urbano para áreas periféricas); - Litoralização; - Passagem do setor primário (agricultura) para o secundário (indústria); - Bairros de génese ilegal; - “Grande Lisboa” e “Grande Porto”; - 1959: construção do metropolitano de Lisboa; - A expansão periférica era já uma realidade; - Transição cidade/periferia (expansão urbana);	

1964	 PDRL	Regional/ Metropolitana			- Expansão urbana/da cidade; - Ocupação urbana em áreas periféricas (por via de Planos de Urbanização e/ou Bairros de génese ilegal); - Definição pioneira da Região de Lisboa (atual AML); - Foco no planeamento regional; - A ZROL era considerada como área industrial;
1967-77	 PGUCL	Metropolitana/ Municipal			- Deslocalização e/ou abandono da atividade industrial; - Crescimento do setor terciário (serviços); - Abandono das áreas centrais para residir; foco comercial e de serviços (refuncionalização); - Explosão demográfica (após a Revolução de 1974); - Consequentemente, o centro esvazia e a periferia aumenta desregradamente;
	 PGUCL				

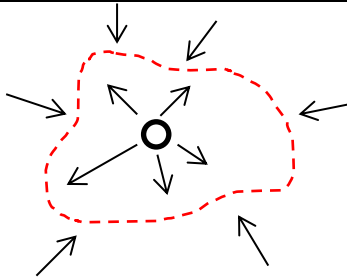
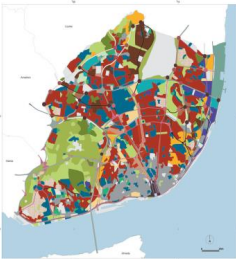
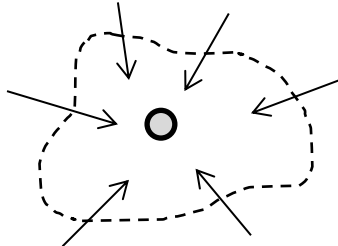
1992	 PEL	Metropolitana/ Inter-Municipal			- Plano de carácter estratégico; de conjunto (cidade e AML); - Ocupação urbana central e periférica; geram-se tensões urbanas, sobretudo nas áreas de limite/transição, entre as áreas centrais e periféricas; - Limites urbanos difusos/áreas de transição; - A ZROL é considerada como “Área de Uso Especial”; - Regeneração urbana de áreas pós-industriais (e.g.: zona oriental - EXPO '98);
1994	 PDML	Urbana/ Municipal			- Delimitação administrativa da cidade e da AML; - Centros urbanos definidos e consolidados (na cidade e na AML); - Áreas urbanas centrais devolutas e degradadas; - “Regresso ao centro” como pretexto e motor para intervenção (foco na reabilitação urbana); - Foco na cidade, em articulação com a AML.
2012	 PDML				- Reabilitação e Regeneração urbana; - A ZROL está abrangida na área de reabilitação urbana do Plano.

Tabela 2. Síntese sobre a análise dos planos urbanos, a evolução e a relação centro/periferia. (Tabela e diagramas elaborados pela autora, junho 2017).

2.4.3 Instrumentos Legislativos e a Governança: o PDRL e o PDML

No âmbito da regeneração urbana e da zona em estudo, seguidamente analisam-se e confrontam-se instrumentos legislativos de gestão urbana e territorial – o PDRL (1964) e o PDML (1994; 2012), este último ainda em vigor e em processo de revisão –, pela pertinência da desatualização dos IGT face à realidade e pela premência de encontrar novos olhares e modos de compreender e intervir mediante políticas urbanas, aliadas ao papel da Arquitetura e do Urbanismo, quer no centro, quer na periferia. Enquanto, na década de 60 do séc. XX, se procurava responder ao célere desenvolvimento urbano, periférico da cidade de Lisboa, através do planeamento e da infra-estruturação do território (criação de equipamentos urbanos, vias de circulação e habitação), transformando a paisagem urbana, a partir da década de 90, torna-se necessário regenerar a cidade consolidada.

A análise e o confronto entre os dois mecanismos legislativos constitui uma abordagem científica original, no âmbito da regeneração urbana na área em estudo, contribuindo para a compreensão do seu conceito e a sua relação com a cidade. Tendo em conta os pressupostos enunciados, procurou-se demonstrar que a (re)criação de centralidades socioeconómicas através do regresso ao centro se relaciona reciprocamente: com as operações de regeneração urbana; com a identificação de possíveis modelos de gestão e atuação no âmbito da regeneração urbana; com a escassez de financiamentos; com a ação da Arquitetura e do Urbanismo e finalmente a sua relação com a governança.

a. Influências internacionais

Destacamos as seguintes influências internacionais:

- i. Cidades-Jardim (Reino Unido) – PDDURL;
- ii. Plano de Brasília (1960);
- iii. Plano de Marselha (1965; 1966-1973; 1984).

2.5 PDRL (1964)

2.5.1 Enquadramento histórico, conceptual e legal

Inserido numa fase de expansão e definição da *Região de Lisboa* (posteriormente, AML), o PDRL constitui uma experiência pioneira no âmbito do planeamento urbanístico português. Elabora-se uma contextualização (histórica, social, económica, geopolítica urbana e arquitetónica), com vista ao enquadramento do plano na década de 1960. Seguidamente, elabora-se uma descrição do plano com base na sua memória descritiva, relevando a sua pertinência para:

- i. A génese, expansão e definição da metrópole de Lisboa (a atual AML);

- ii. O futuro urbano da cidade;
- iii. A história do urbanismo;
- iv. O planeamento;
- v. A origem do conceito de regeneração urbana no contexto português, considerando- a como necessidade de resolução/controlo do problema das paisagens desqualificadas e a melhoria das condições de vida na capital e nos seus arredores.

Nesta análise do PDRL, consideram-se referências internacionais (e.g.: *New Towns*; Cidades-Jardim; planeamento urbanístico holandês) e nacionais (e.g.: o *Plano Diretor do Porto*, aprovado em 1962) em matéria de planeamento e gestão urbanística, e a herança funcionalista na elaboração dos planos urbanos (Távora 1962).

Na década de 60 do século XX, os estrangulamentos da atividade urbanizadora tornavam-se particularmente notórios e a pressão dos fatos (grandes interesses estabelecidos no setor - proprietários fundiários, promotores imobiliários, etc.) era muito grande, pelo que se tornava urgente intervir na legislação sobre o ordenamento do território. Os instrumentos técnicos, para regulamentar o crescimento urbano existiam. No entanto a burocracia paralisante, a falta de vontade política juntamente com a excessiva importância atribuída à iniciativa privada, não permitiam que os planos fossem aprovados, e quando isso acontecia, raramente eram cumpridos na sua totalidade (Ferreira 2010).

O processo de ocupação territorial da AML alcançou maior intensidade entre as décadas de 1960-80 (Ferreira 2014). Tal como acontecera ao longo do século XIX, em que inúmeros burgueses procuravam tirar o máximo proveito das suas propriedades e quintas, transformando-as em frentes de urbanização, também nas décadas de 1960-80 muitas iniciativas de urbanização surgem por ação privada, fomentando já fenómenos especulativos (Ferreira 2014). Todavia, a sucessão de acontecimentos levou a que muitos dos promotores particulares tenham transferido a responsabilidade dos processos de urbanização a grandes empresas imobiliárias, habilitadas e fortemente interessadas na concretização de grandes pacotes de habitação, acabando por conduzir o rumo mais conveniente aos solos, ora negociando e cedendo, ora recuando para com as autoridades públicas (Ferreira 2014).

Os problemas colocados pelo crescimento urbano desordenado e pelo crescimento dos intervenientes no processo de configuração territorial da AML, evidenciaram a necessidade de regulamentar e planear o território à escala regional (Ferreira 2014). Pela primeira vez no país, era necessário mais do que um mero plano formal/desenhado e impunha-se a criação de um instrumento que ultrapassasse a escala dos limites administrativos/interconcelhios e que regulamentasse as inter-relações entre a vida económica, social e o meio físico (Ferreira 2014). O Estado passa então de um promotor de um reduzido número de operações para agente regulador e coordenador geral das atividades do setor privado (Ferreira 2014).

A Lei 2099, de 14 de agosto de 1959, lança as bases para o PDRL, primeiramente designado *Plano Diretor do Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa* (PDDURL) (Ferreira 2014). Foi então criado o *Plano Diretor da Região de Lisboa - PDRL* (1964), que constituiu o primeiro instrumento de planeamento territorial que extravasava os limites concelhios (Ferreira 2014). A ação do Gabinete do PDRL (GPDRL) e as suas implicações nas lógicas de transformação territorial (Ferreira 2014). A introdução do PDDURL descrevia a situação que se vivia no território da AML. Perante a falta de um plano diretor do desenvolvimento da área de influência da Capital, a instalação da indústria realizava-se nos arredores da cidade. Assistia-se ao crescimento desordenado de núcleos suburbanos e à criação de novos núcleos, como resultado de iniciativas privadas/particulares. Tendo por base princípios especulativos, quer por exploração de terrenos, quer por evasão da disciplina dos planos de urbanização a que estavam sujeitos, contribuíam para a redução da eficácia/eficiência dos planos, comprometendo a sua utilidade. Os subúrbios de Lisboa foram progressivamente invadidos por uma intensa atividade de construção que rapidamente destruiu a expressão tradicional e a estética das povoações e contribuiu para o crescimento de múltiplos povoados amorfos e incaraterísticos. A cidade ficava então rodeada por uma cintura asfíxica, caracterizada por amontoados de construções inestéticas e dormitórios de densas massas populacionais que afluíam à Capital diariamente para trabalharem (MOP 1960, pág. 14). A par desse crescimento, constatava-se a necessidade de aumentar e agilizar a rede de transportes. Denota-se um processo evidentemente especulativo (i.e.: promoção privada) e de transformação do solo rural periférico à cidade de Lisboa, gerando extensas áreas urbanizadas (Ferreira 2014).

Com um horizonte de 20 anos, o objetivo essencial do PDRL passava pela definição das linhas orientadoras que deveriam ser seguidas no desenvolvimento da nova estrutura urbanística do território metropolitano (Ferreira 2014).

À semelhança de estudos desenvolvidos no âmbito da regulamentação da expansão urbana de regiões metropolitanas na Europa Ocidental, a planta final do PDRL foi configurada à escala 1:50 000 (Ferreira 2014). Este plano, essencialmente de teor programático, tinha por objetivo coordenar de forma racional todas as atividades públicas e privadas, sem apresentar, contudo, intenção de rigidez (Ferreira 2014). Tendo sido concebido de forma flexível, previa ajustamentos posteriores, a adequar às circunstâncias de cada momento (e.g.: estudos demográficos) (Ferreira 2014). O Plano propunha reorganizar todo o processo de crescimento urbano prevendo o descongestionamento do tecido urbano central da cidade de Lisboa, através do estabelecimento de limitações criteriosas para a expansão populacional da cidade e dos núcleos suburbanos (Ferreira 2014).

A região norte de Lisboa (atual AML) – um território de origem rural, que, desde o início da década de 1960 até ao arranque dos anos 1990, se transformou numa área amplamente urbanizada, configurando a sua forma atual -, caracteriza-se por um modelo de atuação

específico (Ferreira 2014). No século XIX, inúmeros burgueses procuraram rentabilizar as suas propriedades rurais transformando quintas em frentes de urbanização. As iniciativas de urbanização partiam das acções de particulares em nome individual (Ferreira 2014). Porém, a morosa e complexa sucessão de acontecimentos na sequência dessas iniciativas (i.e.: trocas de informações e pareceres), promoveu a transferência das responsabilidades inerentes a esse processo de urbanização a grandes empresas imobiliárias e/ou de construção, habilitadas para tal e fortemente interessadas em concretizar mais-valias com a construção de grandes pacotes de habitação (Ferreira 2014). Foram essas empresas que acabaram por decidir o rumo mais conveniente dos terrenos em questão, negociando, ora cedendo, ora recuando, com as autoridades públicas (Ferreira 2014).

Na década de 1960, a atividade de urbanização era muito condicionada pelos interesses estabelecidos no setor (e.g.: proprietários fundiários e promotores imobiliários), sendo urgente criar, rever e atualizar a legislação no âmbito do ordenamento do território (Ferreira 2014). Apesar dos instrumentos técnicos de regulamentação do crescimento urbano existirem, o sistema era burocrático e paralisante, denotava-se a falta de vontade política e uma importância excessiva atribuída à iniciativa privada, não permitindo que os planos fossem aprovados e/ou cumpridos na totalidade (Ferreira 2010 in Ferreira 2014). Era impossível cumprir um Plano de Urbanização (Ferreira 2014). O Estado passava do discurso às reformas jurídico-institucionais, publicando diversos diplomas com um marcado sentido intervencionista (Ferreira 2014). Em 1970 foi então publicada a Lei dos Solos (Decreto-Lei 576/70) e, em 17 de dezembro de 1971, foram reformulados os Planos Gerais de Urbanização e regulamentada a elaboração dos Planos de Pormenor – DL's 560/71 e 561/71; no mesmo ano foi publicado o DL 278/71, visando a repressão da construção clandestina; sobre o licenciamento urbanístico foram publicados o DL 166/70 e o DL 289/73. Ensaia-se uma racionalização do aparelho de Estado com a criação da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, do Fundo de Fomento à Habitação e a reestruturação da DGSU (Ferreira 2014). Perante o fracasso dos ímpetus liberalizantes e da reestruturação nacionalizadora do aparelho de Estado, em 1973, é apresentado o DL 289/73, de 6 de junho, visando reduzir as demoras nas aprovações dos loteamentos e garantir a efetiva concretização. No entanto, as medidas decretadas não viriam a revelar-se suficientes (Ferreira 2014). Um novo espírito de intervenção materializava-se através da atuação do GPDRL (Ferreira 2014). Dirigido por diversos engenheiros ao longo da sua vigência, este gabinete emite os seus pareceres, baseando a sua decisão sempre, única e exclusivamente em considerações quantitativas – índices de ocupação, densidades, áreas de cedência, etc. Nos diversos pareceres que emite de aprovação ou indeferimento, nunca são abordadas as opções de projeto, quer urbanas, quer arquitetónicas (Ferreira 2014).

A resolução do problema habitacional era urgente e resultava da fraca promoção habitacional pública, tendo sido atingida uma forte atividade de construção, nunca antes conhecida (Ferreira 2014). Perante essas novas necessidades e os novos programas, a

Administração Local deparava-se com desafios, para os quais não estava preparada (Ferreira 2014). Exigiam-se também novas exigências e reflexões ao urbanismo e planeamento urbano, relativamente à sua adequação às exigências da população, sendo então necessária uma procura sobre novos métodos de trabalho, com base nos valores modernos da Carta de Atenas (Ferreira 2014). O urbanismo moderno assume a supremacia, quer por via dos arquitetos mais novos, convocados para operarem sobre a construção desses novos territórios, quer pela facilidade técnica e operativa que favorecia a construção célere, económica e em grande quantidade (Ferreira 2014). A possibilidade de projetar e construir a cidade por sistemas independentes (vias, infraestruturas, edifícios habitacionais, equipamentos) revela-se de grande eficácia, permitindo com grande rapidez resolver-se os problemas no estirador e no estaleiro de obra (Lamas 2007). A forma urbana resultava de um conjunto de requisitos e obrigações distintos dos problemas reais do espaço urbano, espelhando uma nova política que dava primazia à função em prol da forma urbana (Ferreira 2014).

Perante a complexidade dos problemas, esse processo conduziria a uma progressiva separação entre as disciplinas de urbanismo/planeamento urbano – evolui de arte urbana para um campo científico – e a Arquitetura – desvincula-se do desenho urbano e centra-se na questão da habitação/alojamento (Ferreira 2014). Face a esse panorama, as entidades públicas alteraram a sua forma de intervenção, pois a necessidade de ação rápida, independente, isenta e igualitária conduzia as suas apreciações em questões maioritariamente políticas, económico-financeiras, técnicas, programáticas, quantitativas, funcionais, distributivas, que podiam ser facilmente quantificáveis, ou seja, as disciplinas não espaciais fundamentavam os processos de planeamento (Ferreira 2014). Apesar de flexível, onde a forma não era considerada imutável e acabada, o planeamento era controlado burocraticamente, influenciado pela ideologia e de modo a responder às exigências das entidades públicas (Ferreira 2014). Perante a necessidade de alteração de objetivos e programas, a morfologia moderna respondia adaptando-se às novas necessidades, com uma disposição volumétrica distinta (Ferreira 2014).

O Plano propunha o desenvolvimento de cinco aglomerados independentes organizados em volta de Lisboa, onde se previa que viessem a residir 1.370.000 habitantes – a génese da AML tal como a conhecemos atualmente -, sobre uma rede infraestrutural (i.e.: viária, com estradas e autoestradas, e no desenvolvimento das ligações ferroviárias) (Ferreira 2014). Sugeria-se também a expansão dos aglomerados existentes ao longo das três principais vias de comunicação convergentes na cidade de Lisboa e na margem sul do estuário do Tejo (Ferreira 2014), gerando novas centralidades (**Fig. 83**).



Figura 83. Identificação de núcleos suburbanos na Região de Lisboa (Diagrama elaborada pela Autora sobre a Planta do PDRL, 1964; setembro 2014).

O Plano seguia o princípio de que a boa reorganização espacial dos aglomerados regionais de Lisboa resultaria do desenvolvimento da maior autonomia possível da vida local, através da implantação de novas atividades:

- i. Industriais, junto dos dormitórios de empregados (MOP 1964, p. 106);
- ii. Terciárias, nas zonas de carácter preponderantemente industrial e nos dormitórios (MOP 1964, p. 106).

Deste modo, combater-se-ia a segregação social no espaço urbano, já que se previa uma mistura social em simultâneo com o enquadramento devido da população residente na Região (MOP 1964, pág. 106). O fenómeno da *gentrification*, surgido na década 1960 (Glass 1964), era então abordado pioneiramente no Plano.

Através da análise dos dados do Plano, sobretudo no domínio da estatística, revela a sua ambição, visto que previa uma população de 2.300.000 habitantes (correspondente à necessidade de se construírem 352.000 novas habitações) no ano de 1985 (Ferreira 2014). Apesar de nunca ter sido aprovado nem efetivamente implementado, o PDRL reflete o espírito progressista da década de 1960, marcando o momento da construção das grandes operações de urbanização subsequentes, alicerçadas, todavia, numa rede infraestrutural viária incompleta (Ferreira 2014). Uma das medidas decisivas de planeamento e gestão urbana seria a criação do Gabinete do PDRL (GPDRL), especialmente direccionado para a elaboração do Plano (Ferreira 2014). Foi dirigido pelo Engenheiro Miguel Resende, o qual seria responsável pela aprovação de todas as operações urbanísticas que ocorressem nesse território (Ferreira 2014). Tal foi o caso dos Planos de Urbanização de Reboleira (1960), Carnaxide (1963) e Linda-a-Velha (1967), desencadeados por despachos ministeriais emitidos pelo MOP, mais

especificamente pelo GPDRL (Ferreira 2014). Os pareceres de urbanização iniciais emitidos regulamentavam a atividade de urbanização, estabelecendo densidades habitacionais máximas permitidas, índices de ocupação e áreas de cedência às entidades públicas (e.g.: para a construção de equipamentos ou para a construção de casas para os funcionários públicos ou para habitações de renda económica) (Ferreira 2014). Ao longo do processo de urbanização irá emitir outros pareceres relativamente a questões relevantes ao nível regional a pedido dos Serviços Técnicos das diversas Câmaras Municipais abrangidas pelo PDRL (Ferreira 2014).

O PDRL foi levado a cabo pelo MOP, mais precisamente pela Divisão de Planeamento do Gabinete do Plano Diretor da Região de Lisboa (criada em 1960), sob a forma de Antepiano, tendo sido concluído em 1964. Tendo por base o território afeto à cidade de Lisboa, visava planear o desenvolvimento urbanístico de vários municípios em redor, constituindo a atual AML, designadamente: Alcochete, Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira. Subdividia-se em diversas secções: 1ª – Comunicação e Transportes; 2ª – Instalações e Zonas Industriais; 3ª – Zonas Habitacionais; 4ª – Salubridade; 5ª – Valores Naturais e Artísticos. A Comissão do PDRL (Base VIII da Lei n.º 2099) foi composta por diversos Diretores, Presidentes, técnicos – Arquitetos, Urbanistas, Engenheiros, Geógrafos, Economistas –, destacando-se a colaboração do Arq.º Raul Lino e do Geógrafo Orlando Ribeiro (MOP 1964, p. 18).

O entusiasmo de construção nova, na periferia, utilizando o terreno livre e a consequente centrifugação da população para a periferia: desencadeou um movimento de suburbanização até à atualidade. Na década de 1960, “Portugal não era uma sociedade plural” (Barreto 1995, p. 842). Representava, porém, uma unidade marcada pela dimensão reduzida e uma geografia periférica à Europa (Barreto 1995, p. 842). Inserido num espírito funcionalista (e.g.: PDCL, etc.; Távora 1962), o PDRL surge como Antepiano que define, delimita e regula, de forma pioneira, o território da AML na história do planeamento português continental.

O PDRL baseou-se em antecedentes como a Revolução Industrial (e a ideia das Cidades-Jardim, preconizada por autores como Patrick Geddes, Ebenezer Howard e Unwin), a situação após a Crise Económica ocorrida durante a primeira metade do século XX (Grande Guerra, Crise Económica de 1928, Carta de Atenas), e o enquadramento do surto político-social após a II Guerra Mundial, que se refletiu em atividades de planeamento regional (tais como a Federação Internacional da Habitação, Urbanismo e Planeamento do Solo; Congresso de Liège, 1958) (MOP 1964). O conceito e entendimento de planeamento terão sido anuídos através desse último acontecimento, generalizando-os enquanto planeamento urbanístico regional e como mecanismo de sistematização do território aceite pela administração pública e considerado indispensável ao exercício da governação (MOP 1964). Apesar de terem existido tentativas na primeira metade do século XX, o conceito era então adoptado (MOP 1964, p. 19).

O planeamento urbanístico regional surge, primeiramente, em países sob o domínio político socialista e de economia comunista, fazendo parte do grande e complexo processo de planeamento económico (MOP 1964, p. 19). No caso dos EUA e na Alemanha Ocidental, o planeamento urbanístico regional era incerto, tomando contornos de especulação científica ou mera recomendação técnica (MOP 1964). Noutros países, não comunistas, mas atentos a uma necessária política social (a maioria dos países da Europa Ocidental), esforçaram-se por delinear uma mecânica de estudo e apreciação dessas questões, de modo a garantir o concurso das entidades e da população interessada nos planos, através dos seus representantes e da audição da opinião pública. Considerando a sua complexidade, os planos tendiam a ser coordenados superiormente em organismos interministeriais, almejando estabelecer a ligação entre o planeamento físico e o planeamento económico. No entanto, a aprovação formal de um plano regional desenhado não era fácil, preferindo ver substituída a ideia formal de plano pela de órgão planeador, considerando o dinamismo da função, que se adapta melhor a um serviço do que a um documento estático.

Apesar desses planos serem necessários, o desenvolvimento assume um ritmo mais rápido onde os pareceres e as políticas governamentais deveriam ser regulares, continuando o seu estudo, promovendo a sua publicação e divulgação dos seus estádios sucessivos, mas não como documentos finais/oficialmente aprovados, servindo somente como suporte informativo ou como base para novos estudos. Eram então questionados caminhos e posições a adoptar perante o exercício de planeamento urbano. Baseando-se na experiência europeia, era prudente manter organismos centrais de planeamento territorial e económico - desenvolvendo objetivos específicos e transversais entre as diversas áreas do saber – e, em simultâneo, existindo um órgão dirigente interministerial. Quanto ao planeamento urbanístico, privilegiavam-se gabinetes de estudo ao nível local, evitando uma centralização desmesurada. Deste modo, no caso nacional, perante a falta de uma organização ainda incompleta e sem afirmação, justificava-se a única iniciativa de gestão do complexo processo de organização dos planos regionais pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, assegurando uma conveniente coordenação do planeamento territorial com o ordenamento económico nacional (MOP 1964, p. 20).

Face aos problemas da Região de Lisboa, era necessário um rumo para um planeamento consciente, sistemático e bem enraizado, a par com os condicionalismos económico-financeiros do País, justificando o âmbito e as limitações do atual plano. A partir de 1934, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 24 802, foram lançadas as bases do planeamento urbanístico com carácter sistemático, fixando a obrigatoriedade de promover os levantamentos topográficos dos centros urbanos mais relevantes enquanto apoio essencial a qualquer estudo urbanístico (MOP 1964, p. 20).

O Decreto-Lei n.º 33921 (5 de setembro de 1944), estabeleceu as bases para uma organização destinada a assegurar a cobertura de todas as sedes de concelho e principais

aglomerados com planos de urbanização no mais curto prazo de tempo possível. A criação da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e da Repartição de Estudos de Urbanização, assim como a descrição pormenorizada das peças constituintes dos Anteplanos e dos planos de urbanização, foram passos decisivos no caminho que se impunha. O arranque de um empreendimento desta natureza, como todos os movimentos que principiam, teve que vencer obstáculos de vária ordem, como a inércia ou incompreensão de muitos municípios e entidades, a falta de técnicos habilitados em número suficiente, a ausência de uma doutrina de ordem geral suficientemente consolidadas que enquadrasse atividades e estudos urbanísticos, além de todas as demais lacunas de um serviço que se estava a formar em si mesmo. O trabalho anteriormente realizado iniciava então a “História do Planeamento Urbanístico do País”, fundamentando o atual momento, com vista à criação de serviços de planeamento nacional que coordenem todos os planos regionais (procurando conduzir em paralelo os setores económico-sociais e urbanísticos, que fazem parte de um mesmo e único processo) e que promovam os estudos de carácter geral que visem à preparação do Plano Nacional. Sentiu-se, desde o início, sobretudo para as regiões onde as noções de espaço urbano e rural eram difíceis de caracterizar pela natureza da própria ocupação extensiva do território, a necessidade de planos abrangendo regiões, integrando a grande cidade central e todos os aglomerados diretamente dependentes da sua influência.

Nessa ordem de ideias, para além dos estudos sub-regionais, relativos a zonas da Região de Lisboa, promoveu-se o estudo do Antepiano Regional do Porto, iniciado em 1945 e concluído em 1949. No entanto, outras regiões do País apresentavam problemas por resolver, a que só a coordenação dos diferentes planos de urbanização, dentro de planos regionais, poderia responder satisfatoriamente. De um modo geral, para toda a zona litoral, da Estremadura ao Minho, se foi revelando inapropriado o estudo urbanístico disperso dos aglomerados urbanos, em face dos seus prolongamentos centrífugos de difícil limitação espacial. Com origem nestas prementes necessidades de coordenação estão em estudo os planos de Noroeste Português, da região de Aveiro e, por motivações diversas, o plano regional do Algarve. Parecia ter chegado o momento em apenas faltava um passo para atingir o preconizado objetivo da criação de órgãos de planeamento nacional, dentro de uma estrutura regional que evite uma centralização demasiada, antes consiga um justo equilíbrio hierárquico. No que concerne à região de Lisboa, importa referir que antes do Plano da Região, foram promovidos estudos de carácter sub-regional, que constituem antecedentes que permitiram caminhar para um planeamento urbanístico coordenado e compreensivo. São disso exemplos o *Plano da Costa do Sol* (a Lei n.º 1909, de 22 de maio de 1935, definiu a região da Costa do Sol e criou a obrigatoriedade de ser estudado o seu respetivo plano que vigoraria até à elaboração do Plano Regional de Lisboa. Pelo Decreto-Lei n.º 37 251, de 28 de dezembro de 1948, foi aprovado o plano elaborado pelo Gabinete criado no Ministério das Obras Públicas por aquela lei. Posteriormente, o plano foi objeto de uma revisão, nos termos do referido Decreto-Lei, aprovada por despacho ministerial de 17 de fevereiro de 1959); Plano de Urbanização do concelho de Almada; Plano da zona da Adraga ao Magoito; Plano da Região

Moscavide-Vila Franca (por iniciativa do MOP, foi mandado elaborar um plano abrangendo uma faixa da margem direita do rio Tejo, de Moscovide a Vila Franca; o plano foi aprovado por despacho ministerial de 19 de março de 1955, exarado sobre o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas de 1 de março de 1955); Estudo de Desenvolvimento Urbanístico do Concelho de Sintra; Relatório da comissão encarregada, em 1953, do problema da “Ligação de Lisboa à margem sul do Tejo” (MOP 1964, p. 22).

Com vista à sua validação, o processo de planeamento necessita de considerar condicionalismos político-administrativos e económico-sociais, confrontando a legislação com a realidade económico-social). De um modo geral, as leis nacionais visam, primeiramente, garantir um ambiente que permita a promoção do indivíduo e o desenvolvimento da sua própria iniciativa, embora reconhecendo que apenas são lícitas essas liberdades individuais se concorrerem para o bem comum, não originarem prejuízo de terceiros e que possam ser coordenáveis a bem de toda a sociedade. No capítulo do planeamento do território do PDRL (1964), a legislação vigente e a própria tradição proclamam a necessidade de limitar a liberdade individual do desenvolvimento urbanístico para benefício de todos, em conjunto. Contudo, existe uma questão em aberto, cuja posição atual não permite um desenrolar natural do processo de planeamento urbanístico: a falta de orientação e doutrina sobre uma prudente política administrativa quanto ao equilíbrio do valor dos terrenos, sobretudo no diálogo campo-cidade. As assimetrias espaciais existentes iam sendo agravadas pelo problema das disparidades do preço dos terrenos, que a simples adopção de uma política de mais valias ou expropriações não tem podido compensar suficientemente (MOP 1964, p. 23). A procura de uma justa administração implicava um esforço financeiro imediato e de grandes proporções para atenuar os efeitos especulativos (MOP 1965). Era então necessário encontrar soluções para situações irregulares ou de emergência: aglomerados urbanos desarticulados do planeamento das cidades; uma capital sem plano de urbanização em vigor; regulamentações com base na consideração primária de cércuas, sem obrigações perante o equipamento coletivo; redução das zonas verdes, quando inexistentes; construção clandestina; localização precipitada de grandes estabelecimentos industriais (por vezes por falta de estudos anteriores de previsão); desvio de equipamento urbano de interesse coletivo para a periferia, enquanto se promove a congestão interna das urbes com atividades mais lucrativas. Aos graves perigos acometidos ao planeamento urbanístico tinham que se aliar as máquinas administrativas, responsáveis pela execução do que estava planeado e pela promoção de novos planos, que tinham de ser, cada vez mais, de melhor qualidade e adaptados ao momento. Por outro lado, as assimetrias espaciais no plano nacional – presentes nas preocupações do governo ao estabelecer a Lei n.º 2099 -, excedem as possibilidades do Plano da Região de Lisboa, mas podem receber um incentivo dele. Como base do trabalho do Gabinete do Plano da Região de Lisboa, deverão ser referidas, para além da Lei n.º 2099, de 14 de agosto de 1959, a respetiva proposta de lei n.º 14, o valioso parecer da Câmara Corporativa e o importante relato dos debates na Assembleia Nacional sobre a proposta do Governo (proposta de lei n.º 14), assim

como o disposto no Decreto-Lei n.º 44 629, de 15 de outubro de 1962, que prorrogou, até ao final do ano de 1964, o prazo da conclusão do Plano Diretor da Região de Lisboa.

O Plano enquadra a evolução da cidade de Lisboa e a sua região envolvente, desde a sua génese (século VIII, a.C.) até à situação da época, durante a década de 1960. No século XVI, a cidade destacava-se no panorama europeu como um dos maiores centros e dos mais opulentos, tal como Londres, Colónia e excedendo Madrid. Revelava-se o marco oficial do processo de urbanização, quer da urbe, quer das periferias rurais a Norte do Tejo – o seu «termo» -, através do recenseamento de 1527 (MOP 1964, p. 24). Contudo, na região de Lisboa era necessário considerar não só o «termo», definido oficialmente apenas ao norte do Tejo (até Alenquer e Torres Vedras e excluindo Vila Franca de Xira e Arruda-dos-Vinhos), mas abrangendo também as vilas do sul do estuário, tal como Azeitão – um lugar importante de veraneio – e Almeirim (pela importância da atividade de caça e hipismo), chegando mesmo a superar Sintra. A navegação fluvial aproximava mais Lisboa de outros centros urbanos (como Santarém ou Abrantes) do que algumas do seu termo (como Mafra ou Torres Vedras).

Em 1755, o Terramoto obrigou à alteração profunda da fisionomia da Baixa de Lisboa, sobrepondo uma malha geométrica, pombalina, ao carácter mourisco daquela área urbana, mas mantendo as características de Alfama. A par disso, é renovado o Rossio e o Terreiro do Paço sobre os escombros dos seus monumentos, alterando as proporções e regularizando os contornos das velhas praças dos séculos XII e XVI. Incluíram-se alguns subúrbios na urbe, espontaneamente desenvolvidos, na periferia urbana. A partir do século XIX, três fatores vão contribuir, tanto para o desenvolvimento da cidade como das suas linhas de crescimento, dando aos arredores, não a feição de uma auréola difusa, onde se interpenetram o campo e a cidade, mas de tentáculos que prolongam esta em certas direcções e seguem estímulos de preferência. Estes fatores são a indústria, o veraneio e os transportes mecânicos, que tornam possível estender a ação urbana e os seus estilos de vida e de trabalho, a arrabaldes cada vez mais vastos. Assim, o apetrechamento moderno do porto e a construção do primeiro caminho-de-ferro determinaram a formação de bairros de feição industrial na própria área da cidade, tanto a oeste (Alcântara), como a leste (Santa Apolónia). Facilitado pelo acesso dos cais, do caminho-de-ferro e da estrada do norte, um arrabalde industrial foi digerindo o campo, desde Xabregas, limite de Lisboa no século XVIII, até Vila Franca de Xira. O estuário, recebendo matérias-primas tanto pela navegação como pelas vias terrestres, vê nascer um rosário de vilas industriais, a sul, desde Cacilhas até Montijo e Alcochete, sobrepostas a antigos núcleos rurais e piscatórios, que formam, por este lado do rio, outro arrabalde de Lisboa.

A construção da Linha do Estoril transformou as terras saloias, de Belém até Cascais, em aprazíveis lugares de residência e veraneio. Por sua vez, a Linha de Sintra atraiu amadores de campo e do bosque. Numa ou noutra povoação, instala-se a indústria; mas, quer como lugares de veraneio, quer como residências permanentes, multiplicaram-se, na periferia de Lisboa, estas típicas formações suburbanas. Ao mesmo tempo, a valorização dos terrenos no centro urbano, os transportes rápidos e a construção de casas de renda mais modesta, originam uma cintura de zonas urbanas de dormitórios: o desenvolvimento recente e o pleno

progresso da construção em Almada, Algés e Amadora, constituíam os maiores satélites residenciais de Lisboa, tal como o Barreiro que através da CUF se tornou no maior subúrbio industrial de Lisboa, com refinarias (SACOR) e Siderurgias. Outros centros desenvolver-se-iam nas proximidades de Lisboa, através da implantação industrial, tal como Venda Nova (MOP 1964, p.25). Rapidamente, ao longo de um século, a capital passa de 190 000 (1864) para 800 000 (1960) e a sua Região, de 340 000 passa para cerca de 1 500 000. A evolução demográfica devia-se às novas atividades industriais desenvolvidas e à construção da Ponte sobre o Tejo, em 1966, gerando áreas suburbanas cada vez maiores e transformando as tendências de desenvolvimento regional, repercutindo-se na estruturação da Região.¹²¹ À semelhança dos médios e grandes centros urbanos europeus nas décadas anteriores, Lisboa reclamava um processo de ordenamento no âmbito da cidade e da(s) sua(s) periferia(s).¹²²

O PDRL tecia ainda considerações sobre as características físicas, recursos naturais, relevo e hidrografia da região de Lisboa, com base em Inquéritos.

a. Lei 2099 de 14 de agosto de 1959

A publicação da Lei 2099 de 14 de agosto, em 1959, transformaria o planeamento urbano à escala regional, criando as bases para o PDRL, aliás, inicialmente designado *Plano Diretor do Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa* (PDDURL) (PDRL 1964). A situação que se vivia no território da Região de Lisboa era marcada por diversos fatores, nomeadamente:

- i. Pela falta de um plano diretor de desenvolvimento da área de influência da Capital;
- ii. Não terem existido limitações quanto à instalação de indústrias nos arredores da cidade;
- iii. Não ter sido possível impedir o crescimento desordenado das povoações suburbanas e a criação de novos núcleos populacionais, influenciados pelas correntes de urbanização/iniciativas particulares, sem um controlo (direto) do Estado, movidas pela especulação de solos e/ou com a intenção de evitarem as condicionantes dos planos de urbanização a que estavam sujeitos os centros urbanos mais relevantes e a própria Capital, reduzindo,

¹²¹ Em 1940, Lisboa continha quase 10% da população do Continente e a sua Região 15%. Com 9,3% da população do Continente em 1930, 9,6% em 1940, 9,9% em 1950 e 9,6% em 1960 – o ritmo de crescimento da Cidade pode considerar-se regular. Pelo contrário, no mesmo período, os arredores mostram um ritmo de crescimento acelerado: 5,3% da população do Continente em 1930, 6,3% em 1950 e 8% em 1960. de 9% há um século, a população da Região de Lisboa (incluindo a Cidade) passou, assim, a 17% do total do Continente. (MOP 1965, p. 25)

¹²² Ver: Representação das povoações com 1000 habitantes (base: 1000 habitantes = 1,5m/m) - cartograma n.º 1 do Volume II-A (MOP 1965). No intervalo de tempo de cerca de meio século, observava-se, esquematicamente, o crescimento de Lisboa para os seus subúrbios e as linhas de força por onde a Cidade projetava os seus tentáculos, na Região envolvente.

consequentemente, a eficiência desses planos e comprometendo a sua utilidade (MOP 1960, p. 14; PDRL 1964).

As periferias/os subúrbios de Lisboa eram progressivamente invadidos por atividades construtivas intensas, alterando e destruindo inclusivamente elementos característicos/tradicionais e a beleza peculiar das povoações em redor, sobrepostas por inúmeras povoações incaracterísticas e amorfas (Távora 1962; MOP 1964). A cidade encontrava-se circundada por uma cintura asfíxica de amontoados de construções inestéticas (i.e.: dormitórios de massas populacionais que diariamente afluíam à Capital para trabalharem), crescentemente servida por redes de transportes (MOP 1960, p. 14; PDRL 1964).

O planeamento urbanístico regional surge, inicialmente, como especulação científica ou mera recomendação técnica, considerando as oportunidades de sucesso do capitalismo e a iniciativa particular (e.g.: Estados Unidos e Alemanha Ocidental) (MOP 1965, p. 11). Apareceu em países fortemente socialistas e de economia comunista como um parte intrínseca e relativamente diluída do grande processo de planeamento económico (MOP 1965, p. 11). Todavia, na maioria dos países não comunistas mas atentos a uma necessária política social (e.g.: Europa Ocidental), procurava-se uma abordagem dos problemas com vista a garantir o concurso das entidades e da população interessada nos planos, através dos seus representantes e da audição da opinião pública (MOP 1965, p. 11). Apesar das dificuldades implícitas, os mecanismos obedeciam a uma coordenação superior em organismos interministeriais, visando garantir a ligação efetiva e eficaz do planeamento físico ao planeamento económico (MOP 1965, p. 12).

Contudo, na maioria desses países, a aprovação de um plano regional não era fácil nem oportuna, visto que a ideia formal de *plano* tendia a ser substituída pela de *órgão planeador*, já que o carácter dinâmico da atividade se adaptava melhor a um serviço do que a um documento estático e encerrado (MOP 1965, p. 12). Apesar da necessidade dos planos regionais, na prática o seu desenvolvimento e adaptação verificavam-se a um ritmo mais célere do que aquele em que era possível obter as suas aprovações (MOP 1965, p. 12). Necessariamente, as políticas governamentais e os pareceres relacionados com os planos regionais tinham de ser regulares, em simultâneo com o prosseguimento dos estudos e com a publicação e divulgação pontual nos seus estádios sucessivos, a título informativo ou como base de novos estudos e não como documentos finais, oficialmente aprovados, num sentido vinculativo dos seus traçados (e.g.: experiência de *New Haven*, em que foi feita a planificação do próprio processo de aprovação e execução) (MOP 1965, p. 12). Perante as experiências internacionais, questionava-se o caminho a seguir no âmbito do planeamento (MOP 1965, p. 12). De acordo com a experiência europeia, mantinham-se organismos centrais de planeamento territorial e de planeamento económico, para desenvolver objetivos específicos interativamente, um terceiro organismo coordenador dependente dum órgão interministerial, aliás, indispensável como cabeça do dispositivo (MOP 1965, p. 12-13). O Conselho previa, no

entanto gabinetes de estudo dependentes de autoridades locais autónomas, evitando uma exagerada centralização (MOP 1965, p. 13). Perante a inexistência de uma organização consolidada, somente a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização com os seus quadros atuais tomou a iniciativa do desenvolvimento do complexo processo da organização dos planos regionais (MOP 1965, p. 13). Consideravam necessária a ampliação e remodelação da orgânica dos Serviços a fim de obter uma coordenação eficaz do planeamento territorial com o ordenamento económico nacional (MOP 1965, p. 13).

b. Aprovação do PDRL

De acordo com o parecer da Comissão do PDRL, através de sessões plenárias em 1965 (vd. Atas 10-17, PDRL 1965), este Antepiano foi aprovado com as seguintes recomendações:¹²³

- i. Era necessário integrá-lo num plano mais abrangente, harmonioso e coerente do ponto de vista do desenvolvimento do conjunto metropolitano enquadrando-o no restante espaço nacional, nas suas futuras revisões periódicas e a eventual correcção dos seus limites territoriais, inserindo-se na hierarquia no panorama económico global do País;
- ii. O estudo sobre o PDRL deveria ser encarado como um *work-in-progress* (i.e.: um processo dinâmico, em evolução) no âmbito do ordenamento do território, e considerado como um instrumento de coordenação e orientação dos estudos sub-regionais subsequentes, ao nível interconcelhio ou concelhio, de modo a constituir a base de realização dos dispositivos urbanísticos preconizados;
- iii. A Comissão do PDRL deveria funcionar como elo de ligação e de colaboração às entidades envolvidas/interessadas na execução do Plano à escala regional;
- iv. Com vista à prossecução dos objetivos, tornava-se então necessário criar medidas legais e financeiras, salientando a importância decisiva de uma política de terrenos que habilite as Câmaras Municipais a adquirirem, em tempo oportuno e por preço socialmente justo, os terrenos necessários ao correto desenvolvimento urbanístico dos aglomerados concelhios, pelo Governo;
- v. Reforço de meios técnicos das CM suburbanas abrangidas pelo Plano Regional, visando a elaboração de estudos sub-regionais e locais a executar pelos Municípios, atingindo uma auto-suficiência e autonomia técnica, repartindo funções entre a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e as CM;
- vi. Necessidade de definição do ordenamento industrial previsto no Antepiano para a região, pelo Governo;

¹²³ Vd. (MOP 1965, pp. 127-129).

- vii. Era indispensável uma «política de desenvolvimento turístico» regional, criada pela entidade competente, a fim de elaborar convenientemente estudos urbanísticos sub-regionais, valorizando a atividade turística;
- viii. Perante os graves problemas de carência habitacional da Região de Lisboa, era fundamental coordenar uma planificação e intervenção em conjunto (estatal e municipal) através de uma “política de mobilização e concentração de meios de ação”, mediante crédito e terrenos, satisfazendo necessidades específicas sociais e polarizando iniciativas particulares;
- ix. No Plano definitivo dever-se-iam estabelecer prioridades, escalonamentos e encargos no âmbito do conjunto das obras e equipamentos urbanos previstos no Antepiano, por parte do Estado e das CM;
- x. Era necessário acelerar os estudos do canal Tejo-Sado e integrá-los no Plano, dada a sua importância enquanto via de comunicação e de valorização económica (nos setores da agricultura e da indústria), sem prejudicar o desenvolvimento dos estudos e execução das instalações portuárias, inerentes à ocupação industrial das margens dos estuários do Tejo e do Sado;
- xi. Com vista à atenuação de problemas sobre a população, era necessário transferir rapidamente o tráfego aéreo de longo curso do aeroporto da Portela para o aeroporto internacional previsto;
- xii. Era dada atenção às reservas elaboradas por membros da Comissão sobre o dispositivo adoptado no Plano para o nó ferroviário e esquema rodoviário previsto para a Lisboa;
- xiii. Eram evidenciadas já preocupações ambientais, apelando à necessidade de providenciar meios técnicos pelas entidades competentes, para que as instalações industriais da Região (futuras e/ou existentes) eliminassem ou reduzissem ao máximo a produção de resíduos e insalubridades que prejudicassem a população e as atividades turísticas;
- xiv. Nos estudos sub-regionais subsequentes, deveriam ser adoptados critérios gerais orientadores, tais como: a integração paisagística de novos núcleos ou agrupamentos urbanos, baseada no ordenamento agrário da Região, a desenvolver futuramente; a defesa, recuperação e ampliação de todas as zonas de valor paisagístico e científico, nomeadamente as serras de Sintra e da Arrábida, assim como a salvaguarda, recuperação e saneamento dos velhos conjuntos típicos urbanos e de todos os edifícios de valor arquitetónico, histórico etnográfico ou monumental; valorização das zonas rurais em função da sua interdependência e dos pólos urbanos mais próximos, através da sua racional integração no ordenamento do espaço territorial; regulamentos concelhios normativos, perfeitamente esclarecedores das características urbanísticas locais previstas e a adoptar;
- xv. Nos mesmos estudos, deveriam ser ponderados os critérios relativos a problemas especiais ou interessando particularmente certos Municípios, tais como: a fixação, com

maior pormenor, das áreas de exploração e de reserva mineira e de rochas utilizáveis a definir oportunamente pelos Serviços do Estado competentes; a delimitação das áreas de ocupação e de reserva exigidas pelos programas definitivos de ordenação portuária nos estuários dos rios Tejo e Sado, a indicar oportunamente pelos serviços responsáveis, em face das diretivas da política portuária global, metropolitana, como condicionantes urbanísticas relevantes; a consideração, no grau possível, de outros meios de comunicação além dos previstos, particularmente os relativos aos concelhos de Loures, Sintra, Seixal e Barreiro.

A preparação do Antepiano foi precedida por análises, estudos e inquéritos (e.g.: “Inquérito e Análise Regional”) (MOP 1964). De acordo com o Parecer N° 3436 (MOP 1965, p. 5), os trabalhos do GPDL subordinaram-se a uma Comissão (MOP 1965, p. 8) e contaram com a colaboração de diversos intervenientes enquanto consultores em diversas áreas do conhecimento, tais como:

- i. Professor Doutor Orlando da Cunha Ribeiro (geógrafo e autor do relatório sobre “Lisboa: a Cidade e a Região – linhas gerais de um estudo evolutivo”);
- ii. Professor Doutor Francisco Pereira de Moura (economista) (orientação de dois relatórios elaborados na Associação Industrial Portuguesa intitulados: “Desenvolvimento industrial da região de Lisboa – 1º relatório para o Gabinete do Plano Diretor da Região de Lisboa”, e “A estrutura industrial da Região de Lisboa – 2º relatório para o Gabinete do Plano Diretor da Região de Lisboa”);
- iii. Dr.^a D. Bárbara Lopes (responsável pelo trabalho “Bases para o estudo sociológico da Região de Lisboa”, arquivado no Gabinete e resumido no capítulo III-2 da Memória do Antepiano);
- iv. Eng.^o Luís Paradela (autor do estudo hidrogeológico da Região).

O planeamento de desenvolvimento urbanístico do Antepiano foi influenciado pelos seus antecedentes e experiências nacionais e internacionais (MOP 1965, p. 10), de onde se salientam:

- i. A revolução industrial e a reação subsequente, refletida pelo movimento das cidades-jardim (e.g.: Inglaterra, com Patrick Geddes, Ebenezer Howard, e Unwin) (MOP 1965, p. 10);
- ii. Os acontecimentos subseqüentes à crise económica da primeira metade do século XX (i.e.: I Guerra Mundial; Crise económica de 1928; Carta de Atenas) (MOP 1965, p. 11);
- iii. O surto político-social que sucedeu à II Guerra Mundial, que se refletiu na atividade da Federação Internacional da Habitação, Urbanismo e Planeamento

do Solo (e.g.: Congresso de Liège, em 1958, sobre planeamento regional) (MOP 1965, p. 11).

Apesar da evolução se ter fundamentado em tentativas precursoras anteriores à II Guerra Mundial, o último impulso generalizou a aceitação de uma unificação do planeamento e a sua compreensão tão universal quanto possível, marcando o início do planeamento urbanístico regional, enquanto forma de sistematização do território, aceite pela administração pública como mecanismo necessário à sua governação (MOP 1965, p. 11).

O processo de configuração territorial da Região de Lisboa (futura AML), colocou diversos problemas. Por um lado, relativamente ao crescimento urbano desordenado – resultado da intensa atividade do setor privado e/ou de génese ilegal - e, por outro, perante a multiplicidade de intervenientes nesse processo, que exigiam a necessidade de regulamentar e planear a Área Metropolitana de Lisboa a uma escala regional. Pela primeira vez em Portugal existia a necessidade de criar um instrumento que ultrapassasse um mero plano formal e a escala dos limites administrativos concelhios, de forma a regulamentar e relacionar os planos físico e socioeconómico. O Estado, até então promotor de um número reduzido de intervenções, assume um papel de destaque enquanto agente regulador e coordenador geral das atividades do setor privado. Contudo, apesar da rápida expansão urbana verificada, sobretudo, a partir de 1960 na Região de Lisboa, reflectir a falta de acções concertadas de planeamento urbano, não podemos afirmar que a anarquia verificada nesse processo de crescimento se deva à ausência de planos urbanos (Ferreira 2014).

2.5.2 Descrição do Antepiano

a. Antecedentes

A análise sobre os problemas da Região de Lisboa justificava o âmbito do antepiano e as suas limitações, incitando a procura de um planeamento consciente, sistemático e bem enraizado, considerando os condicionalismos económico-financeiros do País (MOP 1965, p. 13). As bases do planeamento urbanístico com carácter sistemático haviam já sido lançadas a partir de 1934, com a promulgação do Decreto-Lei nº 24 802, o qual fixava “a obrigatoriedade de promover os levantamentos topográficos dos mais importantes centros urbanos, apoio imprescindível a qualquer estudo urbanístico” (MOP 1965, p. 13). Em 1944, o Decreto-Lei nº 33 921 de 5 de setembro, estabeleceu as bases para uma organização destinada a assegurar a cobertura de todas as sedes de concelho e principais aglomerados com planos de urbanização no mais curto prazo de tempo possível (MOP 1965, p. 13-14). A criação da DGSU e da Repartição de Estudos de Urbanização, assim como a descrição pormenorizada das peças constituintes dos antepianos e dos planos de urbanização, foram passos decisivos nessa evolução (MOP 1965, p. 14).

O arranque do Antepiano deparou-se com a inércia e incompreensão de diversos municípios e entidades, a falta de técnicos habilitados em número suficiente, a ausência de

uma doutrina de ordem geral suficientemente consolidada que enquadrasse atividades e estudos urbanísticos, para além de todas as demais lacunas dum serviço que ainda se estava a construir (MOP 1965, p. 14). Porém, a História do Planeamento Urbanístico em Portugal ficava marcada pela vontade de evoluir e por todos os trabalhos anteriores, quer permitiram e justificaram a elaboração do Antepiano, a criação de serviços de planeamento nacional que coordenassem todos os planos regionais - procurando conduzir em paralelo os setores económico-sociais e urbanísticos, integrando um único processo - e que promovessem os estudos de carácter geral que visassem a preparação de um Plano Nacional (MOP 1965, p. 14).

A necessidade de criar planos abrangendo regiões sentiu-se numa fase inicial, sobretudo nas regiões onde as noções de espaço urbano e rural eram difíceis de caracterizar pela natureza da própria ocupação extensiva do território (MOP 1965, p. 14). Esses planos à escala regional integravam a grande cidade, central, e todos os aglomerados diretamente dependentes da sua influência (MOP 1965, p. 14). Assim, para além dos estudos sub-regionais, relativos a zonas da Região de Lisboa e que adiante se fará referência, promoveu-se o estudo do Antepiano Regional do Porto, iniciado em 1945 e concluído em 1949 (MOP 1965, p. 14-15).

Os problemas emergentes de outras regiões do País exigiam a coordenação dos diferentes planos de urbanização dentro de planos regionais, particularmente em toda a zona litoral (Estremadura-Minho) (MOP 1965, p. 15). Foram então criados os estudos para os planos do Noroeste Português, da região de Aveiro e o plano regional do Algarve (MOP 1965, p. 15). Era necessária a criação de órgãos de planeamento nacional, inserida numa estrutura regional que evitasse uma demasiada centralização, ou seja, procurando um equilíbrio hierárquico (MOP 1965, p. 15).

O PDRL foi precedido por estudos de carácter sub-regional que contribuíram para um planeamento urbanístico coordenado e compreensivo, tais como (MOP 1965, p. 15):

- i. Plano da Costa do Sol (Lei 1909, de 22 de maio de 1935; Decreto-Lei 37 251, de 28 de dezembro de 1948);
- ii. Plano de urbanização do concelho de Almada;
- iii. Plano da zona da Adraga ao Magoito;
- iv. Plano da Região Moscavide-Vila Franca (Plano aprovado por despacho ministerial de 19 de março de 1955, exarado sobre o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas de 1 de março de 1955);
- v. Estudo do Desenvolvimento Urbanístico do Concelho de Sintra;
- vi. Relatório da comissão encarregada, em 1953, do problema da “Ligação de Lisboa à margem sul do Tejo” (relatório apresentado em 1957, que serviu de base ao enquadramento do projeto da ponte sobre o Tejo, em construção, integrando também preocupações de estruturação regional e sua conjugação em plano nacional) (MOP 1965, p. 16).

O processo de planeamento tinha, necessariamente, de considerar os condicionalismos da legislação e da realidade económico-social para ser válido (MOP 1965, p. 17). O desenvolvimento do processo era constrangido, por um lado, pela falta de orientação e, por outro, de doutrina sobre uma prudente política administrativa quanto ao equilíbrio do valor dos terrenos, em especial no diálogo campo-cidade (MOP 1965, p. 17). As assimetrias espaciais existentes eram também agravadas pelo problema das disparidades do preço dos terrenos, que a simples adopção duma política de mais-valias ou expropriações não compensava suficientemente (MOP 1965, p. 17). A procura de uma justa administração implicava um esforço financeiro imediato e de gigantescas proporções para atenuar os efeitos provocados pelos fenómenos de especulação (MOP 1965, p. 17).

Os escândalos urbanísticos que desprestigiavam a atividade de planeamento deviam-se: à falta da constante divulgação de convenientes orientações junto das autarquias locais; à não definição de uma política de terrenos; as situações irregulares ou de emergência (e.g.: aglomerados suburbanos desarticulados do planeamento das cidades; uma capital sem plano de urbanização em vigor; regulamentações com base na consideração primária de cêrceas, sem obrigações perante o equipamento coletivo; redução das zonas verdes, quando delas há falta; construção clandestina; localização precipitada de grandes estabelecimentos industriais (quantas vezes por falta de estudos anteriores de previsão); desvio de equipamento urbano de interesse coletivo para a periferia, enquanto se promove a congestão interna das urbes com atividades mais lucrativas) (MOP 1965, p. 18). Assim, esses graves perigos exigiam fortalecer máquinas administrativas que velariam pela execução do que está planeado e pela promoção de novos planos, que tinham de ser, cada vez mais, de melhor qualidade e adaptados a cada momento (MOP 1965, p. 18).

As assimetrias espaciais no plano nacional (presentes, aliás, nas preocupações do governo ao estabelecer a Lei nº. 2099) excediam as possibilidades do Plano da Região de Lisboa, mas podiam dele receber um impulso e um incentivo (MOP 1965, p. 18-19).

Na base do trabalho do GPDRL estavam a Lei nº. 2099, de 14 de agosto de 1959, a respetiva proposta de lei nº. 14, o valioso parecer da Câmara Corporativa e o importante relato dos debates na Assembleia Nacional sobre a proposta do Governo (proposta de lei nº. 14), assim como o disposto no Decreto-Lei n.º 44 629, de 15 de outubro de 1962, que prorrogou, até final do ano de 1964, o prazo da conclusão do Plano Diretor da Região de Lisboa (MOP 1965, p. 19).

O Antepiano contém uma vasta análise sobre as linhas evolutivas da cidade e da região de Lisboa (MOP 1965, p. 20). A fisionomia/morfologia da cidade foi profundamente transformada na sequência do Terramoto de 1755 (MOP 1965, p. 22). A partir do século XIX a cidade desenvolve-se através de “tentáculos” que se prolongavam em certas direções influenciadas pela localização industrial, o veraneio e os transportes mecânicos que estendiam

a cidade e ação urbana a arrabaldes cada vez mais vastos (MOP 1965, p. 22). O apetrechamento moderno do porto e a construção do primeiro caminho-de-ferro determinaram a formação de bairros industriais na própria área da cidade, a poente (Alcântara) e a nascente (Santa Apolónia). Facilitado pelo acesso dos cais, do caminho-de-ferro e da estrada do norte, um arrabalde industrial sobrepôs-se às áreas rurais, desde Xabregas (o limite de Lisboa no século XVII) até Vila Franca de Xira (MOP 1965, p. 22-23). O estuário do Tejo foi sendo pontuado por vilas industriais em ambas as margens do rio; na margem sul, desde Cacilhas até Montijo e Alcochete, sobrepondo-se a antigos núcleos rurais e piscatórios, que formam, por este lado do rio, outro arrabalde de Lisboa (MOP 1965, p. 23). Os arrabaldes saloios foram também transformados em aprazíveis lugares de residência e veraneio, por exemplo, de Belém a Cascais com a construção da Linha do Estoril (MOP 1965, p. 23). A Linha de Sintra foi ocupada por amadores de campo e do bosque (MOP 1965, p. 23). “Numa ou noutra povoação, instala-se a indústria; mas, quer como lugares de veraneio, quer como residências permanentes, multiplicaram-se, na periferia de Lisboa, estas típicas formações suburbanas” (MOP 1965, p. 23). Simultaneamente, a valorização dos terrenos no centro urbano, os transportes rápidos e a construção de casas de renda mais modesta, originam uma cintura de dormitórios em redor da cidade construindo os maiores satélites residenciais de Lisboa (nomeadamente Almada, Algés e Amadora), através do progresso e da construção (MOP 1965, p. 23). O maior subúrbio industrial de Lisboa localizava-se à época no Barreiro, com a construção da CUF (MOP 1965, p. 23):

“Às portas da cidade, instalou a SACOR a sua refinaria de petróleo. Não longe do centro industrial do Barreiro instala-se a Siderurgia. Ainda no aspeto industrial, é de referir que outros centros se têm desenvolvido nas proximidades de Lisboa, como, por exemplo, o caso de Venda Nova” (MOP 1965, p. 23).

Seguidamente analisamos a evolução demográfica associada à evolução urbana da metrópole (**Tabela 3**).

ANO / LOCAL	Cidade	Região	Portugal / Continente
1864	190 000 hab.; 5% da população do país	340 000; 9% da população do país	
1920		13% da população do Continente	
1930	9,3% da população do Continente	5,3% da população do Continente	
1940	Quase 10% (9,6%)	15,4% da população	

	da população do Continente	do país	
1950	9,9% da população do Continente	6,3% da população do país	
1960	800 000 9,6% da população do Continente 3% da área total da Região	1 500 000 8,0% da população do Continente 17% do país 18,2% do continente	Grande acumulação de gente; um acrécimo de população da cidade e um aumento, por vezes ainda mais fortes, dos seus subúrbios;
Observações: densidades dentro do concelho de Lisboa: 90hab/há; fora. 2,4 hab/há O valor, em percentagem, da população da Região de Lisboa em relação à população total do Continente, aumentou progressivamente, acentuando-se cada vez mais a irregular distribuição da população da Metrópole (MOP 1965, p. 109-110). Contudo, se se confrontassem os valores demográficos da Região com as suas potencialidades de desenvolvimento, observar-se-ia que se estava, ainda, e apesar disso, muito longe de um equilíbrio antropeo-geo-económico que, eventualmente, se procurasse atingir, especificamente, entre a população e os recursos e condições naturais da área em estudo (MOP 1965, p. 110). Esses eram excecionais, quando comparados com os recursos de outros territórios continentais (e.g.: condições geográficas do estuário do Tejo e do seu grande porto de mar), para que tal problema se possa compreender facilmente (MOP 1965, p. 110). A propósito da concentração demográfica na faixa costeira, poderiam formular-se, de certo modo, considerações semelhantes (MOP 1965, p. 110).			

Tabela 3. Evolução demográfica e de densidade urbana, baseada em: (MOP 1965, p. 24; 53; 109-110).

Analisando a Tabela 3, constata-se que o ritmo de crescimento da cidade se pode considerar regular (MOP 1965, p. 24). No mesmo período, os dados demográficos dos arredores revelam um ritmo de crescimento acelerado, pois de 9% em 1864, a população da Região de Lisboa (incluindo a Cidade) passou a 17% do total do Continente (MOP 1965, p. 24). Trata-se, contudo, de uma evolução semelhante à dos grandes e médios centros urbanos europeus até à década de 1960, exigindo a necessidade de uma ordenação criteriosa do conjunto da Capital e suas imediações (MOP 1965, p. 24).

A construção da Ponte sobre o Tejo desencadeou, como consequência inevitável, a ampliação de Lisboa para a outra Banda, assim como toda uma transformação das tendências do desenvolvimento regional, com os seus efeitos consequentes na estruturação da Região (MOP 1965, p. 24).

Aquando da elaboração do Antepiano, o estudo da distribuição geográfica dos aglomerados urbanos na Região revelavam a grande mancha construída da cidade de Lisboa que se prolongava segundo três eixos principais - as linhas da Costa do Sol, de Sintra e de Vila

Franca de Xira - e apresentava ainda um desenvolvimento em coroa dos aglomerados junto da margem sul do estuário (MOP 1965, p. 43). Na margem sul, denotava-se a concentração urbana de Setúbal, a profusão de pequenas localidades dispersas por todo o território ao norte do Tejo e as grandes extensões exclusivamente rurais da Península de Setúbal (MOP 1965, p. 43). A relação entre as áreas construídas e as facilidades de acesso, a partir da ação polarizadora da cidade de Lisboa era evidente, comprovando diferenças entre os tipos de ocupação a norte a sul do Tejo, cuja dificuldade em transpor não permitiu paralelismo nos desenvolvimentos de um e de outro lado (MOP 1965, p. 43).

- Análise social/habitação

No âmbito da preparação do PDROL foram elaborados diversos estudos sociológicos sobre a Região de Lisboa, com enfoque na habitação, equacionando esse problema (MOP 1965, p. 45).

No âmbito da habitação, apesar dos dados estatísticos disponíveis não permitirem uma análise ao estado de conservação e idade das construções, assim como à área dos fogos da Região, predominavam os agregados familiares com 3 pessoas, assim como os fogos designados por “fogos com 3 divisões” (MOP 1965, p. 44). Nos concelhos mais distantes de Lisboa o equipamento das habitações era deficitário (MOP 1965, p. 44).

A percentagem de edifícios com um só piso era muito elevada na Região, assim como no concelho de Lisboa, ao passo que a mais elevada de prédios com mais de dois pisos verificam-se nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Almada, Barreiro e Setúbal, por ordem decrescente (MOP 1965, p. 44), i.e.: nas áreas suburbanas registavam-se edifícios de habitação coletiva. A percentagem de prédios não habitacionais verificava valores mais elevados na área industrial a sul do Tejo (MOP 1965, p. 44). Esses dados são espelhados, seguidamente, na **Tabela 4**.

CONCELHOS	Número de divisões						
	2	3	4	5	6	7	8
Lisboa	13 015	36 584	5 565	973	153	1	-
Cascais	-	2 262	1 146	341	68	-	-
Loures	65	5 465	2 926	896	232	11	3
Maфра	882	33	965	217	-	-	-
Oeiras	272	3 275	1 649	458	99	-	-
Sintra	-	2 055	1 674	463	110	-	-
V. F. de Xira	-	1 527	963	281	66	5	3
Alcochete	-	187	258	62	11	1	-
Almada	-	1 492	1 944	662	191	3	2

Barreiro	-	1 087	659	170	32	-	-
Moita	-	1 923	1 101	250	38	3	-
Montijo	-	1 028	533	124	18	2	-
Palmela	-	114	615	178	37	-	-
Seixal	-	944	544	136	39	-	1
Sesimbra	-	454	657	228	73	5	4
Setúbal	-	2 402	1 391	426	64	3	-
Total da região	14 234	60 832	22 590	5 865	1 231	34	13

Tabela 4. Número de alojamentos, segundo o número de divisões, necessário para boa instalação residencial da população atual da Região, não considerando as variáveis: - crescimento demográfico, imigração, renovação de construções e equipamento (MOP 1965, p. 45-46). Era necessário um total de cerca de 100 000 fogos à época (MOP 1965, p. 46).

“(…) em relação às administrações locais, que foram investigados os valores das despesas e receitas municipais em cada um dos anos de 1960, 1961 e 1962 e a média destes valores, assim como o valor das verbas despendidas em construção de obras novas e despesas de conservação no mesmo período, para obter indicação quanto às possibilidades de realização dos Municípios. Neste aspeto, os de Lisboa e Cascais mostraram maiores disponibilidades, enquanto o de Oeiras, e ainda os de Loures, Almada e Setúbal, apresentam menores possibilidades relativas.” (MOP 1965, pp. 50-51)

“Na Região de Lisboa existe um património de valores paisagísticos de grande interesse. (...) são alguns exemplos desses valores que interessa defender. Na verdade, precipitados e mal estudados aproveitamentos urbanísticos podem-lhes ocasionar graves prejuízos, quando, nos casos apontados, será a ausência de artificialismos que, na maior parte dos casos, constitui a solução a manter. Os planos sub-regionais deverão ter em atenção a necessidade de promover medidas efetivas de salvaguarda dos valores que, exemplificativa e superficialmente, aqui ficam apontados, para o que terão que completar e pormenorizar a respetiva inventariação.” (MOP 1965, pp. 51-52)

- Densidade populacional

As densidades populacionais aumentavam com a aproximação de Lisboa ao longo de três radiais (MOP 1965, p. 95). Tal como se verifica no cartograma nº 110 do Volume II B, existiam diversas áreas de barracas e de construções clandestinas, i.e.: “construção defeituosa”, cujo fenómeno resultava, por um lado, da concentração e diversificação das fontes de trabalho na Capital e, por outro, da falta de rendas sociais no grande volume de habitações

levadas a efeito pela iniciativa particular (MOP 1965, p. 95). As construções clandestinas agrupavam-se junto às zonas industriais mais distantes da Capital, por motivos idênticos aos referidos e para fugir às áreas com planos aprovados, onde os terrenos edificáveis sofreram especulações de valor com origem na sua mobilização potencial para construções sem exigências de quaisquer prazos de execução obrigatória (MOP 1965, p. 95).

As densidades populacionais mais fortes verificavam-se nas margens do estuário do Tejo, na linha litoral de Cascais e na margem norte da foz do Sado (MOP 1965, p. 53). Analisando as densidades em 1950 e 1960, e considerando a expansão urbana, são evidentes as assimetrias regionais, distinguindo grandes áreas de povoamento, nomeadamente:

- i. cidade de Lisboa (53% da população residente);
- ii. áreas residenciais que circundam a cidade, e que, sob o ponto de vista teórico, se podem considerar dela fazendo parte integrante (14% da população residente);
- iii. núcleos urbanos distribuídos ao longo das três linhas tentaculares de Lisboa e na coroa da margem sul do Tejo e outros núcleos urbanos isolados, entre os quais se destaca Setúbal (23% da população residente);
- iv. restante população dispersa no conjunto do território de forma mais ou menos desordenada (MOP 1965, p. 53).

Enquanto que a maioria da população regional (equivalente a 2/3) residia na Capital e áreas suburbanas contíguas - formando um conjunto que tendia a ultrapassar um milhão de habitantes -, a restante (i.e.: 1/3) residia nos outros núcleos e encontrava-se dispersa no território (MOP 1965, p. 54). De acordo com os três recenseamentos precedentes à época do PDRL, conclui-se que se verificava a tendência para aumentar o número de núcleos urbanos de dimensão média, da ordem dos 20 000 habitantes, enquanto o número de aglomerados de 2000 a 5000 habitantes pequena variação apresentou (MOP 1965, p. 54). Nos concelhos de Loures e Sintra reconhece-se o aumento das percentagens da população urbana, onde se tem processado um desenvolvimento acentuado de zonas residenciais, regulares e clandestinas (MOP 1965, p. 54).

Em suma, as grandes concentrações populacionais situavam-se, sobretudo, nas zonas litoral e ribeirinha do Tejo, beneficiando de recursos e atividades produtivas (MOP 1965, p. 92).

- Atividades económicas da Região de Lisboa

Em 1964, Lisboa destacava-se como o maior centro de atividades da Região, dominando a respetiva estrutura pelo grande volume da sua população ativa (MOP 1965, p. 57). O setor terciário adquiria importância em Lisboa e nos concelhos de Cascais, Almada e algumas áreas urbanas do concelho de Sintra (MOP 1965, p. 57). A predominância do setor primário verificava-se nos concelhos de Mafra, Alcochete, Palmela e Sesimbra (este com a sua

atividade piscatória) (MOP 1965, p. 57). A atividade industrial concentrava-se no Barreiro e o Seixal (MOP 1965, p. 57). A importância da mão-de-obra feminina era já considerável nos concelhos de Lisboa, Seixal, Montijo e Setúbal (MOP 1965, p. 57). Circundando o conjunto dos concelhos caracterizadamente terciários e secundários temos uma coroa de outros concelhos sem especialização nítida em qualquer dos três setores – Loures, Vila Franca de Xira, Moita, Montijo e Setúbal, embora o recenseamento de 1960 revele tendências de industrialização nos concelhos de Loures e Moita (MOP 1965, p. 57).

O desenvolvimento do setor terciário (fundamentando no Plano pela comparação dos recenseamentos de 1950 e 1960), nos concelhos de Vila Franca de Xira e Setúbal podia, em parte, atribuir-se à tendência para formação de pólos sub-regionais com alguma autonomia (MOP 1965, p. 57-58). Finalmente, nos concelhos de atividade preponderantemente primária destacava-se o de Alcochete, em que se manifestavam claros progressos de uma industrialização crescente (MOP 1965, p. 58).

A tendência de industrialização dos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira, logo seguidos pelos concelhos do Seixal, Barreiro e Moita, era evidente, assim como a redução do setor agrícola, embora menos apreciável nos concelhos mais afastados de Lisboa (MOP 1965, p. 58). Fora da cidade, também era geral uma tendência para crescente industrialização (MOP 1965, p. 58). De acordo com o recenseamento de 1950, o setor terciário predominava nos seguintes aglomerados urbanos: Lisboa, Amadora, Algés, Queluz, Parede, Oeiras, Dafundo, Paço de Arcos, Cacém, e outras, ou seja, a capital e as zonas residenciais suburbanas, assim como podemos distinguir aqueles em que o setor primário é mais elevado – Sesimbra, Mafra, Alcochete, Palmela, Lavradio (MOP 1965, p. 58). Os aglomerados de Mafra, Alcochete e Palmela dedicavam-se a atividades agrícolas; Sesimbra, Ericeira, Caparica e Setúbal no setor da pesca; Seixal e Barreiro às indústrias da madeira e cortiça, que se concentravam, de um modo geral, nos aglomerados da margem sul do Tejo; os aglomerados entre Vila Franca de Xira e Lisboa, apresentavam percentagens elevadas de ativos nas indústrias dos minerais não metálicos, embora não dominantes (MOP 1965, p. 59).

Essa região heterogênea implicou a divisão do território em setores e zonas considerando as suas analogias e características populacionais no âmbito do planeamento urbanístico (MOP 1965, p. 59). Uma primeira estrutura apresentava-se na forma de várias coroas que se dispõem em faixas sucessivas em torno do centro de Lisboa, evidenciando a sua importância polarizadora. Mas essas faixas concêntricas, por sua vez, não eram homogêneas em toda a sua extensão, permitindo sobrepor uma segunda estrutura e estabelecer as seguintes zonas (MOP 1965, p. 59):

- i. 1ª zona, constituída pelo núcleo central de Lisboa (como núcleo regional de comércio especializado, centro financeiro, administrativo e cultural), com uma população residencial instalada em prédios que têm sido, progressivamente,

- ocupados por escritórios administrativos e empresas comerciais (MOP 1965, p. 59-60);
- ii. 2ª zona - “zona de aculturação” -, era um espaço de mistura social, com predomínio de populações que se ocupam em atividades terciárias do Centro de Lisboa; (Marvila e Campolide, localizadas na zona que se refere a seguir são, igualmente, dois pontos singulares de “aculturação”, em que prevalece a classe operária adstrita às atividades de estações ferroviárias importantes) (MOP 1965, p. 60);
 - iii. 3ª zona, socialmente muito diversificada (MOP 1965, p. 60);
 - iv. 4ª zona que constituía uma cintura em que se localizam grandes indústria: entre 20 a 45 minutos de distância, em tempo, do Centro, esta zona caracteriza-se por forte concentração da população nos aglomerados periféricos. A população residente é predominantemente operária, como elevada percentagem de jovens, e condições e habitação muito deficientes. Nas freguesias antigas desta zona, o equipamento complementar da habitação é muito reduzido e nas freguesias de formação recente as deficiências fundamentais refletem-se no modo desordenado de ocupação do terreno (MOP 1965, p. 60);
 - v. 5ª zona - zona de dormitórios, com numerosa população industrial: a construção encontra-se em pleno desenvolvimento e são, em grande número, as “urbanizações” e os grupos de habitação clandestina. (Nota-se, em torno de Setúbal, uma área com características semelhantes) (MOP 1965, p. 60);
 - vi. 6ª zona - território de transição do conjunto das zonas fortemente habitadas para a zona rural. (Notava-se que, na margem sul do Tejo, ele era comum às influências de Lisboa e Setúbal) (MOP 1965, p. 61).

Concretamente na cidade de Lisboa, definiram-se três setores:

- i. Um setor central, formando leque em torno da Avenida da Liberdade; em face da encosta de Campolide, que impediu a progressão da expansão urbanística da Capital segundo o referido eixo, este influiu para nascente e, em consequência, o setor espalha-se por todo o planalto entre as avenidas da República e de Gago Coutinho. Não podendo prolongar-se para poente, do lado da Lapa, pela existência do Vale de Alcântara, saltou este acidente para ir continuar-se ao longo da Costa do Sol, a partir de Belém. É um setor com características de nível social elevado (MOP 1965, p. 61);
- ii. Dois outros setores, a leste e oeste do Centro da Capital, que eram sociologicamente idênticos e individualizados por uma população menos evoluída, em condições de habitação muito deficientes (MOP 1965, p. 61), correspondentes à zona de Alcântara (ocidental) e da Matinha (oriental).

Esta divisão em três setores sociais de certo modo diferenciados não tem continuidade para o exterior de Lisboa, salvo o setor leste, que se estende, para norte, até Alhandra. Entretanto, registavam-se outras duas linhas radiais de desenvolvimento urbano com acentuação social apreciável: na linha de Sintra habitam camadas mais baixas da classe média, localizando-se as populações mais abastadas ao longo da linha de Cascais, entre Paço de Arcos e Monte Estoril (MOP 1965, p. 61-62).

É de salientar que se encontra, em Setúbal, uma estrutura social, em alguns aspetos, idêntica à de Lisboa: as duas freguesias da cidade constituem uma espécie de setor central com uma população que tem modos de vida e de habitação nitidamente superiores aos das freguesias laterais (setores leste e oeste), com carácter social semelhante (MOP 1965, p. 62).

Esta correspondência aproximada leva-nos a compreender melhor a génese das duas cidades: situadas, uma e outra, junto de estuários largos demais para poderem ser transpostos, facilmente, por pontes, os portos que lhes deram origem foram desenvolvendo as suas atividades próprias de modo simétrico em relação aos centros, e estes foram-se desenvolvendo ao longo de vias axiais que penetraram no interior, com prevalência de categorias sociais mais abastadas, enquanto as populações trabalhadoras se fixaram ao lado, na proximidade dos seus locais de trabalho (MOP 1965, p. 62).

Os pólos industriais definiam-se em duas áreas principais: uma, ao longo do Tejo, de Lisboa até Alhandra, e outra que contorna a margem sul do rio e as suas reentrâncias, desde Almada até Montijo e Alcochete (MOP 1965, p. 62). Essas duas grandes faixas industriais são acompanhadas por faixas de aglomerados dormitórios da população trabalhadora (MOP 1965, p. 62-63). As localidades dormitórios das linhas de Sintra e de Cascais aparecem como fortemente vinculadas às atividades terciárias de Lisboa (MOP 1965, p. 63).

Foram elaborados estudos com base nas tendências de desenvolvimento e num cenário de ausência de um planeamento orientador ativo prevendo o crescimento populacional nos concelhos da região, em 1985 e 2000 (MOP 1965, p. 63).

A análise da distribuição dos aglomerados urbanos com mais de 2000 habitantes e o seu desenvolvimento nos dois últimos decénios, revelava o seguinte:

i. Na década de 1940-50, os maiores desenvolvimentos, em percentagem, processaram-se ao longo da linha de Sintra, da linha de Cascais, na área contígua a Lisboa da linha de Vila Franca de Xira, e nas áreas residenciais e industriais da margem sul do Tejo (MOP 1965, p. 64);

ii. A situação, em 1950, apresentava-se da seguinte forma:

“(...) nítido predomínio de Lisboa sobre os restantes núcleos urbanos da Região; distribuição de núcleos urbanos de menores dimensões em três grandes linhas tentaculares de Lisboa (desenvolvendo-se até Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira); concentração de aglomerados urbanos bordando a margem sul do Tejo; existência de um núcleo urbano constituído pela cidade de Setúbal, com Palmela na sua zona de influência direta; existência de pequenos núcleos isolados, de menores dimensões, constituindo centros de influência local, como Sesimbra e Mafra, esta com Ericeira na sua proximidade.” (MOP 1965, p. 64).

- iii. De 1950 a 1960, o desenvolvimento processou-se igualmente nas áreas mais povoadas, já referidas, mas agora com nítido predomínio do crescimento das áreas residenciais contíguas aos limites administrativos da cidade de Lisboa. A estagnação das áreas mais afastadas da Capital manifesta-se, igualmente, com evidência (MOP 1965, p. 64).
- iv. A distribuição e grandeza dos aglomerados com mais de 2000 habitantes, em 1960, em comparação com a situação em 1950, mostra-nos que o crescimento urbano dos últimos dez anos se processou sobretudo na coroa de aglomerados contíguas à capital, o que reflete a crescente influência centralizadora desta, simultaneamente com o seu cada vez maior congestionamento (MOP 1965, p. 65).

As atividades industriais da Região de Lisboa ocupavam, no período entre 1957 e 1959 (data do “Inquérito Industrial” do INE), cerca de 204 milhares de pessoas, correspondente a uma produção anual de 18 milhões de contos. Estes números, relativamente aos do Continente (696 milhares de pessoas ativas na indústria e 44 milhões de contos de produção) significam a concentração, nesta área, de quase 30% do emprego e 41% da produção (MOP 1965, p. 69).

Paralelamente, verificava-se, dentro da Região, uma concentração de atividades industriais em volta do estuário do Tejo, tendo como pólo central a cidade de Lisboa (MOP 1965, p. 70). Distinguiam-se então três grandes zonas industrializadas na Região: Lisboa, Vila Franca de Xira e Setúbal. A indústria que se localiza fora de qualquer destas zonas pouco representa, no conjunto (MOP 1965, p. 73). A zona de Lisboa abrange a cidade; prolonga-se para oeste e norte, de modo a abranger as freguesias de Carnaxide, Amadora, Sacavém, S. João da Talha e Santa Iria da Azóia, podendo incluir-se também Moscavide, por uma razão de continuidade; abrange igualmente as áreas marginantes do sul do Tejo, englobando as freguesias de Almada, Cova da Piedade, Amora e Arrentela, Seixal, Paio Pires, Barreiro, Lavradio, Alhos Vedros, Moita, Montijo, Samouco e parte de Alcochete. Estas áreas têm cerca de 1100 unidades industriais empregando (cada uma) mais de 20 pessoas, sendo de 131,5 milhares o pessoal empregado e 13,2 milhões de contos o valor da produção (à data do

referido “Inquérito Industrial” do INE). A estrutura, em tipos de indústrias, é altamente diversificada, contando-se por várias dezenas as grandes fábricas, com mais de 100 pessoas, aí localizadas (MOP 1965, p. 73). As zonas de Setúbal e Vila Franca de Xira apresentam dimensões menores e estruturas concentradas (sobretudo Setúbal), com maior peso das atividades relativas a conservas de peixe, produtos minerais não metálicos e indústrias metalomecânicas (MOP 1965, p. 73-74).

Considerando as perspetivas de evolução, a região de Lisboa possuía uma estrutura predisposta a beneficiar do maior desenvolvimento industrial do Continente (MOP 1965, p. 74). O setor terciário compreendia os transportes, o comércio, os serviços e o turismo, onde se inclui o funcionalismo e as profissões liberais (MOP 1965, p. 74). O desenvolvimento da atividade comercial era proporcional às dimensões dos aglomerados e à sua população, verificando-se maiores percentagens ao longo das principais vias de comunicação (MOP 1965, p. 75).

- Porto de Lisboa e de Setúbal

O inquérito realizado apurou que a maioria do tráfego portuário da região se desenvolvia nos portos de Lisboa e Setúbal (MOP 1965, p. 88). Existiam também os portos pesqueiros de Sesimbra, Cascais e Ericeira, com movimentos de barcos ligados também ao turismo e a recreio e desportos estivais (MOP 1965, p. 88).

No caso do porto de Lisboa, o tráfego efetuava-se quase todo na margem norte e, em especial, no troço compreendido entre Alcântara e o Cais do Sodré (MOP 1965, p. 88). Assim, a margem norte constituía “a zona de natural expansão do porto comercial de Lisboa” (MOP 1965, p. 88). Eram também importantes as “instalações de movimentação de carga líquida, designadamente de combustíveis, em Cabo Ruivo e em pontos isolados da margem esquerda, entre Cacilhas e Trafaria, e ainda as instalações privativas de alguns grandes estabelecimentos industriais (e.g.: CUF, no Barreiro)” (MOP 1965, p. 88-89). No porto de Setúbal as atividades portuárias eram de menor importância (MOP 1965, p. 89). No entanto, a evolução dessas atividades para a Margem Sul ficava já anunciada:

“A análise física dos fundos (curvas batimétricas) e das margens do estuário do Tejo explica a localização das atuais instalações portuárias e dá indicações quanto a futuros desenvolvimentos, sobretudo para a margem sul, do grande valor potencial para o efeito” (MOP 1965, p. 89).

- Planos locais aprovados

Para além dos planos sub-regionais organizados para a Região de Lisboa – i.e.: os antecedentes do Antepiano -, é necessário considerar os planos locais aprovados como índices de capacidade de expansão dos diferentes núcleos, assim como para aquilatar da extensão dos compromissos já assumidos pelas autarquias locais perante o possível desenvolvimento

urbanístico do território (MOP 1965, p. 94). Organizado um cartograma com a reconstituição do que seria a Região de Lisboa segundo os planos locais aprovados, ficou evidenciada a tendência de formação dum tecido urbano contínuo ao longo das 3 linhas principais de desenvolvimento tentacular, em paralelo com a inorgacidade da dispersão de certas manchas urbanizadas (MOP 1965, p. 94). Assim, nos aglomerados com mais de 1000 habitantes – sem contar com Lisboa –, a atual população era de 550 000, e, segundo os referidos planos aprovados, essa população passaria para 1 120 000 (MOP 1965, p. 94), como se verifica nos cartogramas n.ºs. 105 e 106 do Vol. II B (MOP 1965, p. 94).

- Programa

Os Autores do Antepiano consideraram essencial o cumprimento da Lei N.º 2099 (MOP 1965, p. 108). De acordo com a memória descritiva do estudo:

“O Plano [seria] configurado numa planta final na escala 1:50 000, à semelhança de trabalhos idênticos feitos para regiões metropolitanas de outros países da Europa Ocidental e [consistiria], basicamente, na definição das linhas gerais do desenvolvimento de nova estrutura urbanística do território, concebida de forma flexível, com vista a ajustamentos ulteriores que circunstâncias imprevisíveis determinem como convenientes, mormente nos planos locais que abrange, e à sua adaptação ao futuro plano de ordenamento e valorização integral de todo o Continente¹²⁴, dos pontos de vista económico, social e cultural” (MOP 1965, p. 108).

Tratava-se, portanto, de um plano de conteúdo essencialmente programático quanto ao seu objetivo de coordenar racionalmente, mas sem qualquer intenção de rigidez – que, aliás, a própria natureza da matéria urbanística não podia comportar, em especial, ness ordem de trabalhos – todas as atividades públicas e particulares na forma de utilização da área que abrange, de modo a colocar essas atividades fora do arbítrio de orientações distintas que se ignoram entre si e que, por isso, muitas vezes podem dispersar-se e até contradizer-se, com todas as desvantagens económico-sociais que se conhecem para a coletividade (MOP 1965, p. 108).

Assim, enquanto programa, o PDRL seria um plano envolvente, de linhas gerais, que valia essencialmente, pelas suas qualidades quanto à disposição relativa dos elementos fundamentais que o compõem: - outros estudos de desenvolvimento a nível local, concelhio ou interconcelhio, deveriam prosseguir imediatamente após a sua apreciação e aprovação, nas escalas de 1:25 000, 1:10 000 (levantamento a completar) e até 1:2000, em numerosos casos (MOP 1965, p. 108-109). Deste modo, era justificável a continuidade dos Serviços, na orgânica

¹²⁴ Atual PNPOT.

da DGSU: “(...) este Plano Director, na fase atual de estudos, constituía um ponto de partida de uma grande série de esforços que lhe são inerentes” (MOP 1965, p. 109).

- Condicionamentos ao planeamento urbanístico

O planeamento urbanístico está sujeito a diversos condicionamentos, tais como os resultantes de servidões (MOP 1965, p. 95). Tal é o caso de aeroportos, estradas nacionais e caminhos-de-ferro, linhas de alta tensão, instalações militares e outros edifícios públicos (MOP 1965, p. 95-96). As zonas de proteção de monumentos nacionais e edifícios de interesse público apenas eram consideradas em planos sub-regionais ou locais (MOP 1965, p. 96). As áreas afetadas a servidões militares encontram-se assinaladas no cartograma nº 95 do Vol. II B (MOP 1965, p. 96).

- Condicionamentos do desenvolvimento nacional no planeamento urbanístico da Região

A região de Lisboa encontrava-se definida por 16 concelhos dependentes da influência da capital (MOP 1965, p. 109). Em 1960, contava com 1 506 000 habitantes, representando 18,2% da população do Continente, que atingia, nessa data, 8 292 879 habitantes (MOP 1965, p. 109). O processo de urbanização crescente resultou de um incremento demográfico considerável de áreas interiores do país para áreas economicamente mais evoluídas, nomeadamente na faixa costeira entre o Minho e o Sado, sobretudo até 1960, em redor das cidades de Lisboa e Porto (MOP 1965, p. 109). Os autores analisaram as concentrações populacionais, tendo concluído que esse não seria o foco do problema mas sim a consequente e grave depressão da vida económica e social nas áreas interiores do país, ou os valores relativos a uma repartição mais equilibrada da população, sendo necessário reorganizar o trabalho para distribuir organicamente a população (MOP 1965, p. 110). O movimento migratório interno em direção a Lisboa era um fenómeno que exigia estudos e medidas à escala nacional (tal como se afirma no parecer da Câmara Corporativa dado à proposta de Lei nº. 14, do Plano Regional de Lisboa, e como, expressamente, é reconhecido na Base II dessa Lei) (MOP 1965, p. 110).

“É, pois, de reconhecer, que a falta de sistematização dos planeamentos regionais económicos, em escala nacional, tendentes à criação de novos pólos de desenvolvimento para o progresso e recuperação das áreas interiores em declínio demográfico – através da valorização de algumas cidades e vilas existentes – limita, forçosamente, as considerações que podemos fazer sobre os condicionamentos que o conjunto nacional aconselharia com respeito ao desenvolvimento a prever para a Região de Lisboa.”. (MOP 1965, p. 111).

b. Memória descritiva do Antepiano

A memória do antepiano em apreciação traduz os objetivos fundamentais da Lei nº 2099 em duas problemáticas:

- a. Uma melhor distribuição populacional no conjunto do território do Continente (MOP 1965, p. 111);
- b. Uma melhor distribuição e estruturação da população na Região de Lisboa, em rápido crescimento (MOP 1965, p. 111).

Relativamente ao problema a), apesar da sua importância para a região e, consequentemente, para o país, o problema a) exigia definição superior prévia de uma política de medidas de atuação nas restantes regiões, através do funcionamento efetivo de uma orgânica técnica e administrativa de planeamentos regionais, (já encarada, aliás, pelo Ministério da Economia, no projeto do decreto-lei nº 520, visando a criação da Junta de Planeamento Económico Regional – Atas da Câmara Corporativa – nº 123, da VII Legislatura, 1961), para correcção das disparidades económicas e sociais da população nacional, ou seja, não estava ao alcance dos autores do Antepiano (MOP 1965, p. 111).

No caso do problema b), a resolução estava ao alcance do Antepiano, na medida em que era necessário considerar as prováveis implicações das medidas nacionais referidas. Por essa razão, adoptou-se, em conformidade com a Lei nº 2099, um critério cautelar de previsões globais de desenvolvimento demográfico, para a Região, que se baseava no princípio de que o nível populacional a atingir não ultrapasse o nível que é de admitir em face da extrapolação das curvas representativas do crescimento anterior. Era, todavia, aleatório, que se conseguisse atingir, na prática, o objetivo desejado: - a incerteza de certos fatores de desenvolvimento futuro e a própria potencialidade criadora do planeamento a elaborar, na medida em que, dele, vão resultar, como é evidente, dispositivos de fomento que serão outros tantos motivos de valorização da área em estudo – são elementos que se apresenta como de significado negativo, relativamente a tal princípio. Como elementos positivos, há a manutenção da política de medidas negativas, de reação contra a centralização de atividades, de carácter restritivo em relação a algumas iniciativas industriais de setores limitados, a exemplo das decisões tomadas no caso das instalações para montagem de automóveis (Decreto-Lei nº 44 104, de 20-XII-61) – e a decisão de que sejam realizados, com a maior urgência, os esforços para a criação dos novos pólos nacionais de desenvolvimento económico e urbano, na base de uma programação criteriosa de localização de indústrias a favorecer, pois será esta política, ao fim e ao cabo, embora indiretamente, que garantirá a validade da premissa enunciada (MOP 1965, p. 112).

Finalmente, o Antepiano fixou o ano de 1985 como termo do prazo das previsões que serviram de base ao estabelecimento do plano (MOP 1965, p. 112).

2.5.3 A ZROL no PDRL

O PDRL privilegiava o desenvolvimento e ordenamento urbanístico, quer da cidade, quer da sua Região, à escala metropolitana, tecendo preocupações importantes no âmbito do setor industrial. Nesse sentido, a zona ribeirinha oriental de Lisboa constituía um dos pólos mais importantes, já que a atividade seria maioritariamente transferida para a margem sul e arredores de Lisboa.

2.6 PDML (1994)

Após uma fase expansionista – evidenciada no PDRL, mediante a pioneira delimitação da Área Metropolitana de Lisboa (AML) -, segue-se uma fase suportada pela ideia de regresso ao(s) *centro(s)* da cidade, materializada pelo PDML (1994), onde o planeamento e a gestão urbanística de carácter municipal são cruciais, atuando por via da reabilitação e da regeneração urbana.

2.6.1 Diagnóstico / Enquadramento:

O PDML foi criado em 1994,¹²⁵ na sequência dos planos diretores municipais¹²⁶ de Lisboa anteriores e do PEL (1992). O seu processo de revisão iniciou-se em 2001 e vigorou até à publicação da sua revisão, em 2012, gerando um novo PDM.

De acordo com o “Relatório de Enquadramento do Plano” (PDML 1994), identificavam-se, à época, os seguintes problemas e constrangimentos na cidade:

- i. Ultrapassagem sistemática dos índices de construção;
- ii. Construção de áreas de pavimento em excesso;
- iii. Congestionamento do trânsito e insuficiência de estacionamento;
- iv. Dispensa de construção de garagens;
- v. A não concretização dos investimentos previstos em rede viária;
- vi. Excessiva e concentrada terciarização;
- vii. Especulação imobiliária, em áreas centrais e periféricas, incentivando a demolição e posterior reconstrução ao invés de promover a reabilitação urbana;
- viii. Localização casuística de grandes empreendimentos, sem uma adequada ponderação dos seus impactos e sem a devida articulação dos pólos centrais;

¹²⁵ O PDM de 1994 foi aprovado pela Assembleia Municipal em 26 de Maio de 1994 e ratificado pelo Governo em 14 de julho do mesmo ano através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94, foi publicado no Diário da República n.º 226, I Série - B, de 29 setembro de 1994 (vd. <http://pdm.cm-lisboa.pt/vig.html>).

¹²⁶ PDM: instrumento de gestão territorial que vincula as entidades públicas e ainda direta e imediatamente os particulares.

- ix. Degradação ambiental do espaço público e do património construído, sobretudo nas áreas centrais da cidade;
- x. Salto metropolitano da cidade, com a irradiação periférica das relações funcionais, dos movimentos de população e de mercadorias, constituindo-se a região como um vasto e complexo urbano-metropolitano de que Lisboa é o polo central de interdependências;
- xi. A significativa alteração do sistema de atividades económicas predominantes na cidade ao nível setorial e das respetivas bases tecnológicas e sociais;
- xii. Profundas mutações dos valores culturais e sociais da população, com a emergência de novas exigências e agentes urbanos;
- xiii. Transição de uma ditadura para uma democracia;
- xiv. Independência dos novos países de expressão portuguesa, provocando consequências nas relações políticas e económicas da cidade com o exterior;
- xv. A cidade de Lisboa passara de “Capital do Império a Centro de Área Metropolitana”.

2.6.2 Regulamento do Plano

O PDML (1994) foi elaborado entre 1990 e 1993 e aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa em 26 de maio de 1994, tendo sido ratificado pelo Governo em 14 de julho e tendo entrado em vigor a 29 de setembro desse ano, após ter sido publicado em Diário da República, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94¹²⁷.

O PDML viria a enquadrar o projeto espacial decorrente do PEL num instrumento ordenador, mas com conteúdo normativo (CML 1994). O PDML não contém uma vertente histórica de análise/enquadramento do município e/ou dos municípios em redor, ou seja, a base conceptual e do conhecimento para a atuação para além do próprio território é deficiente, ao contrário do enquadramento do PDRL (1965).

A CML desenvolveu um sistema de planeamento estratégico com recurso a diversos instrumentos urbanísticos e em articulação com o PDM, este dotado de suporte técnico definido. O quadro legal que vigorava – o Decreto n.º 69/90, de 2 de março – permitiu a definição de conteúdos mínimos num quadro conceptual de maior flexibilidade de processo. O PDM (que vigora atualmente) viria a ter um carácter misto de Plano de Estrutura e de Plano de Zonamento, aligeirando-se o nível dos estudos de diagnóstico ao essencial, de forma a que estes respondessem simultaneamente aos dois tipos de planos. Com o objetivo de introduzir uma atitude de planeamento estratégico na prática quotidiana da autarquia, ficou estabelecida a elaboração simultânea dos PU, PP e projetos de intervenção prioritária, paralelamente à elaboração simultânea formal do PDM (*Plano Estratégico de Lisboa*, CML, 1992 e “A Estratégia e a prática de planeamento urbanístico em Lisboa 1990-1995”, CML, 1995). Tal método

¹²⁷ Diário da República n.º 226, I Série - B, de 29 setembro de 1994 (vd. <http://pdm.cm-lisboa.pt/vig.html>).

permitiu o aprofundamento de medidas e propostas a várias escalas, simultaneamente. O regulamento do PDM tipificou e pormenorizou categorias de espaço urbano, adiantando regras jurídicas e a respetiva Planta de Ordenamento veio a integrar informação recolhida através dos diagnósticos dos PMOT's. Com a definição das Unidades de Planeamento e Gestão (UOP's) ao nível da Planta de Ordenamento do PDM, enquanto elementos fundamentais do Plano, pretendeu-se introduzir na estrutura espacial do território do município um conceito operacional de plano. Definiram-se cerca de 30 UOP's, a ser objeto das propostas de intervenção urbanística, através de Planos ou de Regulamentos Municipais. Ainda quanto ao seu conteúdo é de frisar a importância das Cartas do Património e do Ambiente que constituíram referências para a definição de diversas categorias de espaços, assim como para o estabelecimento de regras de intervenção ao nível dos PMOT's. Devido à não monitorização do modelo do sistema de planeamento estratégico de Lisboa introduzido em 1990 (PE e PDM) e a conclusão dos PU e PP elaborados até 1995, este sistema de planeamento veio a ser desacelerado e graves assimetrias estruturais prevaleceram na cidade, tais como: a dicotomia centro-periferia, a necessitar de uma maior contenção e qualificação das expansões com a revitalização do centro; défices de equipamentos coletivos e de habitação capaz de "estancar" a perda e o envelhecimento da população residente; a ausência de uma eficaz política de mobilidade que tire o máximo partido da integração dos vários modos de transporte e em particular potencie os modos de transporte ecológicos.

O Regulamento procura também dar resposta às Estratégias Urbanísticas para Lisboa definidas nos Estudos Prévios do PDM (PDML 1994):

- 1º - Revalorização da função habitacional no conjunto da cidade e, em particular, na sua área central;
- 2º - Estabilização do tecido urbano consolidado com prioridade à área central da cidade;
- 3º - Requalificação da estrutura funcional/terciária e desenvolvimento de novas centralidades;
- 4º - Reconversão da Zona Industrial Oriental para serviços avançados de apoio à indústria e para desenvolvimento da Plataforma Logística de Lisboa;
- 5º - Valorização da Qualidade Ambiental de Lisboa;
- 6º - Melhoria da acessibilidade/mobilidade na Área Central da cidade .

- i. O PDM é constituído pelos seguintes elementos fundamentais (Art.º 2º) (PDML 1994):
 - a. Regulamento traduzido graficamente nas plantas referidas nas alíneas b) e c) do presente número;
 - b. Planta de Ordenamento, desagregada nas seguintes plantas:
 - b1) Planta de Classificação do Espaço Urbano (esc. 1: 10 000)
 - b2) Planta de Componentes Ambientais Urbanas (esc. 1: 10 000)

- b3) Planta de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (esc. 1: 10 000)
- b4) Inventário Municipal do Património (esc. 1: 5000)
- c. Planta de condicionantes, à escala 1:10 000 desagregada nas seguintes plantas:
 - c1) Imóveis Classificados e em vias de Classificação
 - c2) Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública.
- ii. Constituem elementos complementares do PDM:
 - a. O Relatório;
 - b. A Planta de Enquadramento, à escala 1:100 000;
- iii. Constituem anexos ao PDM, os seguintes elementos:
 - a. Os estudos de caracterização física, social, económica e urbanística, e os Estudos Preliminares da Carta Municipal do Património;
 - b. A Planta da Situação Existente, à escala 1: 10 000. (CML 1994, p. 29).

2.6.3 Objetivos

Os objetivos urbanísticos e as regras afetas ao PDM que constam no Preâmbulo do PDM, indicam que o plano estabelece as regras de ocupação, uso e transformação do território municipal e é fundamentalmente um documento de suporte da Administração Urbanística, enquadrado pelo Dec. Lei 69/90 (CML 1994, p. 7). Porém, o PDM procura, antes de mais, traduzir as opções e os conceitos urbanísticos formulados no âmbito do Plano Estratégico de Lisboa.

Consideram-se conceitos urbanísticos fundamentais do PDM:

- i. Os conceitos contidos no modelo baseado nas quatro áreas de ordenamento, definido no Plano Estratégico;
- ii. Os conceitos do sistema de transportes;
- iii. Os princípios de ordenamento das atividades terciárias;
- iv. A Estrutura Verde para Lisboa;
- v. O conceito de Núcleos de Interesse Histórico e de Património edificado contido na Carta Municipal do Património.

2.6.4 Enquadramento legal e evolução jurídica do PDM

O Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio, veio definir as linhas mestras do regime do PDM como instrumento de ordenamento do território, figura introduzida pela primeira vez em 1977 pela Lei n.º 79/77, de 25 de outubro (Lei das atribuições das autarquias e competências dos respetivos órgãos).

Na década de 1990 foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, diploma que veio regular a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território (PDM, PU e PP) e impor, para efeitos de expropriações, que as câmaras municipais promovessem a elaboração e aprovação dos PDM até 31 de dezembro de 1991. Posteriormente este diploma foi alterado pelos Decretos-Lei n.º 211/92, de 8 de outubro e 155/97, de 24 de junho.

Os primeiros PDM, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, têm a natureza de regulamentos administrativos e estabelecem uma estrutura espacial para o território municipal, a classificação do uso dos solos e os índices urbanísticos, tendo em conta os objetivos de desenvolvimento, a distribuição racional das atividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transportes e de comunicações e as infraestruturas, mas aquele diploma não dispunha ainda sobre a sua execução ou implementação.

A reforma da legislação na área do ordenamento do território e do urbanismo teve início com a aprovação da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto (Lei de Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo), ao qual se seguiu o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT).

Este diploma foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (republicação integral). O Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, procedeu à aplicação, no âmbito do sistema de gestão territorial, do regime jurídico da avaliação ambiental de planos e programas, transposto para a ordem jurídica portuguesa pelo Decreto – Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Tal como previa o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, foi aprovada posteriormente regulamentação complementar constituída por portarias e decretos regulamentares.

De acordo com a LBOTU - Lei de Bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito do Sistema de Gestão Territorial, o âmbito municipal define, de acordo com as diretrizes de âmbito nacional e regional e com opções próprias de desenvolvimento estratégico, o regime dos usos do solo e a respetiva programação.

Segundo a definição legal do RJIGT, o PDM é um instrumento de planeamento territorial, de âmbito municipal, que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal (vd. artigo 84.º do RJIGT).

Como documento de carácter estratégico, o PDM reflete uma visão integrada do território municipal, e visa reforçar a competitividade territorial do concelho e assegurar a equidade territorial no provimento das infraestruturas e equipamentos de suporte à integração e coesão territorial.

A revisão do PDM implica a reconsideração e reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos valores e recursos territoriais (artigo 93.º n.º 3 do RJIGT), reservando-se, portanto, com as recentes alterações legislativas, este conceito para as situações mais estruturais de mutabilidade do planeamento (RJIGT). A revisão do PDM é obrigatória decorrido o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor (artigo 98.º n.º 3 do RJIGT).

No âmbito do planeamento urbano, o PDML representa uma experiência e uma filosofia inovadora face ao contexto socioeconómico da época, tendo sido determinante para a implementação de políticas e instrumentos de regeneração urbana na cidade e na área metropolitana.

Na análise do PDML é necessário considerar o importante contexto socioeconómico e urbano, a sua evolução desde o PDRL até 1994, o enquadramento e importância dos IGT, as importantes transformações promovidas pelo fenómeno de globalização. Nesse período de transição, e, sobretudo desde a década de 1980, constatou-se a necessidade e o enfoque para o planeamento estratégico e para a regeneração urbana, à semelhança de experiências internacionais. É também considerada a revisão dos planos (e.g.: revisão do PDML 2008-2012), tendo o PDML (1994) constituído a base para o novo PDML (2012), em vigor; a constituição de SRU's (e.g.: SRU Oriental, de Lisboa), onde o protagonismo adquirido pela reabilitação urbana justifica a constituição de organismos desta natureza (Queirós 2007).

O PDML (1994; 2012) serviu como referência para:

- i. A atuação para outros municípios;
- ii. O ciclo político de planeamento e gestão urbanística da cidade e da AML;
- iii. A estrutura da agenda política lisboeta em torno de eixos fundamentais (Queirós 2007) (e.g.: reabilitação urbana);
- iv. O reforço significativo do discurso em torno da “reabilitação urbana”;
- v. O debate político sobre a **regionalização**;
- vi. O debate internacional sobre a autonomia das cidades; estas adquirem a sua centralidade económica e político-administrativa, retornando aos ideais fundadores da urbe moderna e do projeto europeu (Queirós 2007).

2.6.5 Contexto

Perante a degradação e desertificação crescente de áreas centrais, a consequente necessidade de investimento nas cidades no âmbito da regeneração urbana e a implementação de políticas culturais a par com a realização de iniciativas com base em megaeventos, a cidade de Lisboa foi alvo de intervenção a partir de meados da década de 1980 (Vieira 2009, p.10). Essa opção política deixava um vasto legado à comunidade local onde os eventos eram realizados, do que propriamente no período em que eram realizados, podendo usufruir das construções e infraestruturas edificadas para a realização dos eventos, assim como da reabilitação das áreas urbanas em que se inseriam (Vieira 2009, p. 10) (e.g.: EXPO'98/Parque das Nações).

a. Lisboa 94 (L94)

A iniciativa e megaevento “Cidade Europeia da Cultura” tem vindo a atuar como incentivo para a transformação e regeneração urbana de inúmeras cidades (Vieira 2009, p. 10). No caso de Lisboa, os impactos mais significativos do evento foram promovidos, sobretudo, pelo programa de intervenção urbana “Sétima Colina”, objeto especial de intervenção urbana na iniciativa “Lisboa 94” (L94) (Vieira 2009, p. 10). Consistiu numa abordagem integrada que provocou sinergias de regeneração urbana, as quais, no âmbito da celebração dos acontecimentos culturais, estimularam um vasto tecido social e cultural numa área central e de referência na cidade (Vieira 2009, p. 10).

A concentração das atividades numa área específica da cidade foi muito reduzida, tendo permitido aumentar o âmbito da intervenção e os seus efeitos. A grande variedade de acontecimentos e o espetro alargado das suas realizações beneficiaram o programa de diversas atividades associadas (tais como publicidade, animação, exposições, promoção, arte pública, intervenções de valorização patrimonial), contribuindo para uma realização cultural abrangente, contribuindo Lisboa enquanto “cidade criativa” (Vieira 2009, p. 11; Landry 1980; Carta 2008). De acordo com alguns autores, esta iniciativa promoveu impactos significativos na cidade, influenciando experiências seguintes e tendo mesmo ultrapassado as anteriores levadas a cabo pelas entidades afetas à regeneração urbana (Vieira 2009, p. 11). Verifica-se que o recurso às atividades artísticas e culturais de forma integrada no âmbito da iniciativa contribuiu para a resolução de problemas na área de intervenção (Vieira 2009, p. 11). O investimento cultural tem impacto sobre o futuro das cidades, representando uma ferramenta útil (Vieira 2009, p. 11).

O evento despoletou o turismo, tendo atraindo 1,5 milhões de pessoas – na sua maioria, turistas nacionais - à cidade, através de eventos culturais (e.g.: programas de orquestras mundiais) (Vieira 2009, p. 129). O número de visitantes a galerias e museus subiu consideravelmente em 1994, tendo decaído e regressado aos valores habituais no ano seguinte, comprovando também a importância da continuidade de políticas de inovação e promoção em espaços museológicos, nas suas colecções e exposições permanentes (Vieira 2009, p. 129). O sucesso da L94 é perceptível através da afluência aos recintos culturais, que

atingiam regularmente a sua capacidade máxima e reanimavam a Sétima Colina (Vieira 2009, p. 129). Esse afluxo deveu-se à atratividade constante de eventos e atividades instalados nessa área urbana, construindo e consolidando a confiança dos participantes face à cidade (Vieira 2009, p. 129).

Apesar dos objetivos da iniciativa – criar novos públicos, preencher os espaços culturais existentes, restaurar recintos culturais e elevar a visibilidade do setor cultural e da própria imagem da cidade, sem exceder o orçamento atribuído (8 milhões de contos, ou seja, cerca de 40.000€) - terem sido atingidos, colocava-se a questão da duração da animação cultural de Lisboa na sequência do megaevento (Vieira 2009, p. 129-130). A L94 impulsionou a criação de novos eventos, a recriação de setores da cidade, o alavancar da cidade criativa (Carta 2008), regeneração de espaços e outras intervenções patrimoniais (e.g.: Museu do Chiado, Coliseu dos Recreios, Tivoli, entre outros) (Vieira 2009, p. 130). Apesar dos grandes espetáculos realizados e da renovação arquitetónica, a cidade de Lisboa encontrava-se numa condição periférica relativamente à Europa, necessitando de um esforço acrescido face a outras cidades europeias, para manter uma atratividade contínua e a confiança na captação de investimento (Vieira 2009, p. 130).

No sentido de contrariar essa condição periférica, a Sociedade Lisboa 94 investiu na melhoria da qualidade de vida da cidade, através a promoção de obras de renovação, restauro, demolição e novas construções (Vieira 2009, p. 130). Contudo, aquando do evento L94, muitas das obras ainda se encontravam inacabadas, tendo sido necessário encomendar painéis a artistas a fim de ocultar e dignificar alguns locais de referência, mas, apesar disso, as intervenções acabaram por contribuir para o processo de regeneração na cidade (Vieira 2009, p. 130).

Através das inúmeras obras previstas, reconhece-se o esforço (físico e financeiro) que a organização do evento realizou, para elevar a cidade a uma categoria idêntica à de uma da Europa setentrional (Vieira 2009, p. 130). Considerando que o país é subdesenvolvido no plano socioeconómico em comparação com os outros países da UE, o trabalho de aproximação aos padrões e competitividade europeus representa um caminho longo e progressivo, tendo, no entanto, a L94 (e outras iniciativas como a EXPO '98, o Euro 2004, cimeiras e encontros internacionais) contribuído significativamente para esse processo (Vieira 2009, p. 130-131).

De facto, em 1986, Lisboa não dispunha ainda de equipamentos qualificados para receber a presidência da união europeia, tendo sido lançada a decisão de construção do Centro Cultural de Belém (CCB) no início de 1988, com o objetivo de construir de raiz um equipamento que pudesse acolher, em 1992, a presidência portuguesa da UE, permanecendo posteriormente como um forte pólo dinamizador de atividades culturais e de lazer (Vieira 2009, p. 131). Atualmente a cidade dispõe de espaços de visita, tais como o Pavilhão Multiusos (situado no Parque das Nações), eleitos para a realização de encontros internacionais (Vieira 2009, p. 131).

Após a Revolução (1974) e a adesão à CEE (1986), consideramos que a iniciativa L94 contribuiu para o avanço na convergência europeia, aquando da valorização identitária do país

(Vieira 2009, p. 131). Nesse sentido, a produção de uma nova imagem da capital e do país serviu para combater a crise de identidade, reforçar a confiança e a motivação para uma aproximação aos padrões da Europa moderna e evoluída (Vieira 2009, p. 131). Por outro lado, a estratégia de construção de megacentros culturais – tais como a Caixa Geral de Depósitos/Culturgest e o CCB –, a renovação de locais de espetáculo (e.g.: Coliseu; Projeto “Sétima Colina”), promoveram valores e a regeneração de espaços, conferindo um novo alento e confiança à cidade, ao estado nação, inserindo-se no panorama internacional (Europeu) (Vieira 2009, p. 131). Assim, o recurso a espaços culturais renovados/de qualidade elevada revelavam ao resto da Europa e do mundo que Lisboa também possuía espaços dignos para grandes iniciativas, contribuindo para a formação cultural (Vieira 2009, p. 131-132).

O projeto “Sétima Colina” incentivou à redescoberta de Lisboa enquanto distrito histórico restaurado/renovado, revelando o valor arquitetónico do parque edificado, quer aos visitantes, quer aos proprietários, reforçando o orgulho cívico e promovendo o debate público nesse âmbito, a liberdade e a democracia (Vieira 2009, p. 132). A iniciativa desencadeou um movimento de regeneração urbana até à atualidade, captando novos habitantes, afirmando a indústria cultural/do lazer, a criação artística, a modernização e a reabilitação do parque habitacional e da imagem urbana (Vieira 2009, p. 132).

Porém, aquando a realização do evento L94, em 1994, coexistiam dois cenários distintos em Lisboa: por um lado, um promovido pela Sociedade Lisboa 94, que publicitava uma cidade cosmopolita, com espaços públicos e recintos recuperados para o evento; por outro lado, um cenário que transparecia o subdesenvolvimento e a decadência (e.g.: trânsito caótico, *graffitis* nas paredes dos edifícios da AV. Liberdade, estacionamento desordenado, fenómenos de toxicodependência), impossível de resolver até à concretização do evento (Vieira 2009, p. 132). A L94 promoveu também um importante e profundo diagnóstico das fragilidades da condição portuguesa e do caminho a percorrer política e culturalmente para o nosso posicionamento numa Europa unificada (Vieira 2009, p. 132).

A Sociedade Lisboa 94 tentou ainda desenvolver a componente híbrida (característica da cultura portuguesa) nos eventos do festival, mas revelou também a natureza inacabada e provisória de Lisboa (Vieira 2009, p. 132). A iniciativa representou uma viagem de autodescoberta de Portugal que continuaria com o evento EXPO '98 e com novas redescobertas (Vieira 2009, p. 132).

Os inúmeros desafios que as cidades apresentavam (e apresentam atualmente) não anteviam soluções fáceis, tornando-se cada vez mais importante ser criativo na concepção e implementação de políticas urbanas (Vieira 2009, p. 133). Tal como a L94 evidencia, a aplicação eficaz de políticas culturais no contexto de áreas críticas/problemáticas revelou-se viável ao nível urbano (Vieira 2009, p. 133). As metas atingidas consubstanciaram-se no equilíbrio harmonioso entre a satisfação das exigências da comunidade local, a extensão das possibilidades de melhoramento da imagem da cidade num mundo mais vasto (Vieira 2009, p. 133).

A iniciativa “Capital Europeia da Cultura” traduz um ímpeto de mudança, marcado pelos melhoramentos físicos, enfatizando Lisboa como local atrativo e agradável (Vieira 2009, p. 133). Contudo, as intervenções ocorridas exigiam manutenção, de forma a perpetuar a preservação, o destaque e o desenvolvimento das condições de conforto e atração urbana (Vieira 2009, p. 133). Nesse contexto, a capacidade dos grupos locais revela-se essencial para manter esse impulso, o que, no caso da área de intervenção da L94, tem manifestado provas de manutenção, recriação e desenvolvimento (Vieira 2009, p. 133).

Perante tais iniciativas, programas e projetos, Lisboa evoluiu com os ensinamentos das políticas culturais (Vieira 2009, p. 133). No caso da L94, introduziu uma abordagem extensiva ao modo como o evento se reflete no setor cultural, tendo influenciado a articulação de políticas culturais ao nível nacional e local, quer no passado, quer nas futuras intervenções (Vieira 2009, p. 133).

O evento deixou um legado em Lisboa por via do aumento da cor, pela mudança das fachadas dos edifícios e pela melhoria que trouxe à cidade (Vieira 2009, p. 133). As mudanças foram mais notórias em intervenções de grande escala, no plano económico, físico e social (Vieira 2009, p. 134).

Em simultâneo e em diferentes áreas da cidade, verificavam-se iniciativas semelhantes ao da “Sétima Colina”, nomeadamente: no projeto “Caminho do Oriente”, na zona oriental da cidade (programa que englobou eventos de intervenção urbana no âmbito da reabilitação urbana do eixo urbano de Santa Apolónia a Marvila, em resultado de um projeto conjunto da EXPO '98, da CML e da empresa AMBELIS); em Belém, na área envolvente à Universidade Moderna; entre outros (Vieira 2009, p. 134).

Lisboa manifestava uma nova etapa, de maturidade e desenvolvimento, desencadeada pelo evento L94 (Vieira 2009, p. 134). Porém, a iniciativa não conseguiu resolver todos os problemas (Vieira 2009, p. 134). Por exemplo, o programa “Sétima Colina” não trouxe um grande desenvolvimento imediato à zona do Bairro Alto, uma vez que o atraso das obras de recuperação do Chiado era notório (Vieira 2009, p. 134). Após a recuperação do Chiado, denotaram-se fenómenos de *gentrification* na área de intervenção da L94 (Vieira 2009, p. 134). Contudo, e à semelhança do slogan da L94 – “Lisboa Nunca Pára!” - as políticas da cidade deveriam continuar a apoiar os grandes investimentos, tendo em conta a população residente e as suas problemáticas (Vieira 2009, p. 134).

Atualmente, Lisboa continua a atravessar mudanças regenerativas, a par com a manutenção e recuperação dos espaços e edifícios da cidade (Vieira 2009, p. 134). Graças à experiência L94, a área de intervenção da “Sétima Colina” é um pólo de atração por excelência de Lisboa, de referência para quem reside e visita a cidade (Vieira 2009, p. 134). A L94 conferiu um novo gosto pela cidade tradicional, atraindo investimentos, novos habitantes e visitantes (Vieira 2009, p. 134).

O papel das atividades artísticas e culturais é hoje crescente no processo de afirmação da identidade aos vários níveis em que pode operar (internacional, nacional, regional, local) (Vieira 2009, p. 134-135). As políticas culturais e os grandes eventos representam uma

ferramenta essencial na criação e manutenção do segmento de indústrias criativas, tirando partido das oportunidades que daí advêm para os artistas, outros profissionais do setor e toda a rede de competitividade e de inovação que surge dessas ligações e sinergias (Vieira 2009, p. 135).

A L94 promoveu um crescimento do mercado turístico urbano, internacional e nacional, do segmento de turismo cultural, remetendo para preocupações com o património e recuperação de espaços e edifícios, estando o turismo intimamente ligado a processos de regeneração urbana (Vieira 2009, p. 135). Assim, a requalificação, reutilização e revalorização do espaço urbano ambiental e edificado fator cultural de relevância como elemento de inclusão e coesão (Vieira 2009, p. 135).

A determinação dos impactos a longo prazo deste tipo de iniciativas é essencial, requerendo o cruzamento com outros eventos (e.g.: EXPO '98), sendo que todos os eventos vão contribuindo para o desenvolvimento da imagem de Lisboa, quer no plano nacional, quer no internacional (Vieira 2009, p. 135).

Conclui-se que o impacto da L94 foi positivo e a oportunidade das Cidades Europeias da Cultura mantém-se a outras cidades internacionais, de modo a continuar a demonstrar o poder cultural como motor criativo e de regeneração urbana, com vista a compreender, desafiar e transformar as comunidades em que habitamos (Vieira 2009, p. 135).

2.6.6 A ZROL no PDML

O PDML (1994) assinala a zona ribeirinha oriental de Lisboa como uma área maioritariamente industrial¹²⁸, definindo os usos do solo como “área industrial” e logística através do zonamento (PDML 1994). Deste modo, mantém a sua “vocação” industrial, focando a monofuncionalidade, apesar da mistura de usos que contém atualmente (Anselmo Vaz 2016; Craveiro 2016).

2.6.7 Revisão do PDML (2008-2012)

Analisando o PDML desde a sua aprovação (1994) até ao final do seu processo de revisão (2012), é possível aferir que os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) - i.e.: a informatização do plano -, se assumem como poderosos veículos da atividade municipal no planeamento e gestão urbanística. Apesar de ser recente, o PDML atualmente em vigor (2012-presente) encontra-se também já em processo de Revisão face aos fenómenos recentes (e.g.: alojamento local/Airbnb; “turistificação”; etc.) (Campelo 2016; Craveiro 2016; Matias Ferreira 2016).

¹²⁸ Vd. Planta do PDML (1994).

2.7 PDML (2012)

Considerando que desde 1994 que Lisboa não tinha um novo PDM, e face à sua desatualização, a CML iniciou o processo de revisão do plano em 2001, o qual atravessou diversas vicissitudes (Campelo 2016).

A partir de 2008 surgiu um novo impulso no processo de revisão que resultou no PDM atual. Deste modo, o novo PDM da cidade de Lisboa apenas entrou em vigor a 31 de agosto de 2012, tendo sido publicado no Diário da República, 2ª série, nº 168, de 30 de agosto – Aviso nº 11622/2012.

Atendendo à importância para a cidade, à complexidade deste documento estratégico e à vantagem em encontrar consensos técnicos e políticos que perdurem no tempo, o processo de revisão envolveu, para além das entidades que integram a Comissão de Acompanhamento, presidida pela CCDR, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais limítrofes, Ordens Profissionais, Associações Empresariais, Especialistas e Agentes Económicos da cidade (CML 2012; Campelo 2016).

Foi um processo amplamente participado e este novo instrumento estratégico resultou da ponderação de todos os pareceres e contributos recebidos e também de uma fase de concertação com todas as forças políticas representadas na Câmara (Campelo 2016). Assim, este processo passou pelas seguintes fases oficiais até à sua aprovação:

- i. Apresentação Sessão de Câmara – 6 de outubro de 2010;
- ii. Sessão de Câmara Pública – 10 de novembro de 2010 – aprovação para efeitos de envio à Comissão de Acompanhamento;
- iii. Envio à CCDR;
- iv. Sessão de Câmara Pública – 16 de março de 2011 – aprovação da abertura do período de discussão pública – 30 dias;
- v. Discussão Pública – de 7 de abril a 20 de maio – publicado no Aviso nº 7436/2011, Diário da República, 2ª série, nº 59, de 24 de março de 2011;
- vi. Ponderação de Resultados, Relatório;
- vii. Sessão de Câmara Pública – 21 de setembro de 2011 – aprovação final e deliberação de envio à Assembleia Municipal;
- viii. Assembleia Municipal de Lisboa – 24 de julho de 2012 – para aprovação final e publicação em Diário da República;
- ix. Publicação e Entrada em vigor – Diário da República, 2ª série, nº 168, de 30 de agosto – Aviso nº 11622/2012.

Após concluído o processo de revisão, o novo PDML (2012) assenta em 4 grandes prioridades estratégicas:

- i. Afirmar Lisboa nas redes globais e nacionais;
- ii. Regenerar a cidade consolidada;
- iii. Promover a qualificação urbana;
- iv. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação.

Foram definidos 7 objetivos principais que se pretendem agora alcançar (CML 2012; Campelo 2016):

- i. Atrair famílias para residirem em Lisboa, mais empresas e mais empregos;
- ii. Incentivar a reabilitação do edificado, o seu aproveitamento e das infraestruturas existentes;
- iii. Melhorar o espaço público e aumentar as áreas pedonais;
- iv. Integrar a frente-rio existente;
- v. Diminuir o número de carros a circular e melhorar os transportes públicos;
- vi. Aumentar os espaços verdes e a eficiência energética;
- vii. A cidade é das pessoas e para as pessoas. É com elas e para elas que deve ser planeada. Lisboa tem estratégia e visão e conta agora com um novo instrumento estratégico a pensar na cidade e nas pessoas.

2.7.1 Visão estratégica

Uma vez cumpridas as tarefas de elaboração do plano, não foi possível dar uma continuidade plenamente eficaz ao processo de concretização das acções do I PEL, tendo surgido dificuldades ao nível da sua implementação / acompanhamento, de ordem cultural e de ordem política, pelo que algumas das debilidades e das acções propostas mantêm-se nos atuais diagnósticos e nas medidas agora preconizadas (Craveiro 2016; Anselmo Vaz 2016). Com a retoma do Planeamento Estratégico, através da criação do Departamento de Planeamento Estratégico na reestruturação orgânica de acordo com a deliberação n.º 36/AM/2002, aprovada no dia 12 de novembro de 2002 foi possível dar início ao processo de preparação da Visão Estratégica para a Cidade de Lisboa. A estratégia de desenvolvimento e ordenamento local de Lisboa tem de estar refletida no Modelo de Estrutura Espacial do Território Municipal, contido na revisão do PDM, em curso, assim como a programação da execução das intervenções municipais, de acordo com DL n.º 380/99 de 22 de setembro (vd. Art.º 84 e Art.º 86).

A Visão Estratégica surge na sequência do anterior PEL (1992) e pretendia constituir um referencial das políticas do executivo anterior, em detrimento de um II Plano Estratégico tradicional, optando-se por definir objetivamente um conjunto reduzido de ideias-chave e eixos estruturantes, recorrendo à metodologia e valores básicos do Planeamento Estratégico, a que

se chamou “Visão Estratégica” (Craveiro 2016; Anselmo Vaz 2016). Foi delineada paralelamente ao arranque do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal. Não se tratou efetivamente de um II Plano Estratégico de Lisboa pois, por um lado, a elaboração deste tipo de instrumento implicaria o envolvimento dos principais agentes e setores económicos e sociais, públicos e privados, mediante uma metodologia de trabalho conjunto, na qual se desenvolvem os necessários consensos em torno da seleção dos projetos e da respetiva programação e financiamento das acções a desenvolver, e onde há uma liderança partilhada e mecanismos estabelecidos de cooperação entre todos os agentes e instituições envolvidas num Conselho de Plano. Destacou-se igualmente a ausência de uma estrutura de Conselho Participativo na cidade de Lisboa, cuja proposta de criação (Proposta n.º 541/2002 aprovada pela CML, em 2003/02/05) não foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa. Por outro lado, o facto de o novo enquadramento legal (LBOTU / Lei n.º 48/98, de 11 de agosto” e RJIGT) destacar o carácter estratégico dos PDM leva também à não necessidade de elaborar um Plano Estratégico, pretendendo-se apenas verter a estratégia nos Planos Municipais de Ordenamento do Território.

A Visão Estratégica – Lisboa 2012 (**Fig. 84**), sistematiza o processo de planeamento estratégico em Lisboa, desenvolvido a partir de 2002 e pretende ser um documento de prospetiva relativamente à condução da política local de ordenamento do território e do desenvolvimento urbano da cidade.



Figura 84. Visão Estratégica – Lisboa 2012. (Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>).

A ideia fundamental consistiu no desenvolvimento de um documento que garantisse a coerência dos eixos de desenvolvimento urbano da cidade e a permanência no tempo e no espaço de algumas políticas municipais de carácter estruturante, evitando obstáculos de desenvolvimento resultantes da alteração, com a mudança de mandatos, e consequentemente dos valores e das políticas que suportam a estratégia base da cidade.

A Visão Estratégica para Lisboa 2012 visa ainda qualificar e modernizar a cidade e projetar Lisboa para as posições mais elevadas no ranking das melhores cidades para viver, trabalhar e investir, é suportada por quatro Eixos de Desenvolvimento Urbano:

- i. *Lisboa, Cidade de Bairros;*
- ii. *Cidade de Empreendedores;*
- iii. *Cidade de Culturas;*
- iv. *Cidade de Modernidade e Inovação.*

A estratégia de intervenção urbanística segundo estes eixos de desenvolvimento, baseia-se em linhas de orientação estratégica e em acções que abrangem várias temáticas e dinâmicas sociais, históricas, culturais, ambientais, económicas, tecnológicas, etc. Apesar da sua análise ser efetuada separadamente, não é possível dissociar os objetivos subjacentes aos quatro eixos, assumindo as intervenções um carácter transversal e conduzidas de forma integrada. Desde a definição da Missão e dos Eixos de Desenvolvimento, até à produção de recomendações e orientações estratégicas em diferentes domínios e elaboração das medidas e acções de planeamento, foi amplamente participada, através da adopção de uma metodologia participativa (doze workshops temáticos de participação focalizada) e da promoção de diversos encontros e fóruns de discussão relativos à Revisão do PDM. Os contributos e opiniões registadas foram de grande utilidade para a delineação das medidas e das estratégias setoriais nos diferentes domínios do desenvolvimento urbano, os quais tivemos sempre em consideração.

2.8 Evolução da cidade e da AML: análise da ação municipal através dos planos urbanos e IGT's / Planeamento, Gestão e Regeneração urbana municipal

O processo recente de metapolização do território e a complexa fragmentação do tecido urbano construído de Lisboa levam-nos a questionar as políticas de planeamento espacial e urbano, centradas na noção de cidade e metrópole (Camarinhas 2009, p. 458). A peri-urbanização desestruturada e a abolição dos limites da cidade são o reflexo da ausência de planeamento regional no território da AML (Camarinhas 2009, p. 458). A incapacidade de superar/ultrapassar os limites administrativos, aglomerações morfológicas e o contínuo urbano refletem-se hoje na dificuldade de definir o território de Lisboa, enquanto estrutura morfológica

estável e reconhecível (Camarinhas 2009, p. 458). Perante a ausência de uma identidade territorial regional de um território em processo de estabilização, os limites iniciais de Lisboa foram definidos como puras abstrações legais (Camarinhas 2009, p. 458). O processo de transformação da área metropolitana e da cidade iniciou-se na década de 1960 (Camarinhas 2009, p. 458). Após uma fase expansionista – evidenciada no PDRL mediante a pioneira delimitação da Área Metropolitana de Lisboa (AML) –, segue-se uma fase suportada pela ideia de regresso ao(s) *centro(s)* da cidade, onde o planeamento e a gestão urbanística de carácter municipal são cruciais, atuando por via da regeneração urbana, à escala local e global (Nevado 2014b/d).

Atualmente, a ação municipal no âmbito dos processos de (re)desenvolvimento e regeneração urbana é balizada por instrumentos, programas e políticas de planeamento e gestão estratégicos, de acordo com diretivas (inter)nacionais. O planeamento e a gestão distinguem-se de outras metodologias sobretudo pela sua visão estratégica e orientação para resultados práticos, i.e.: a sua concretização (Ferreira 2007, p. 7). Nas últimas décadas, a evolução de metodologias acentuou essa característica, visando simplificá-las e centrá-las em vertentes essenciais, tais como liderança, visão, projetos e participação. Os projetos constituem o foco do processo com base em metas e resultados dependentes da execução monitorizada através de métodos de governança e parceria inovadores. Mediante o envolvimento de atores regionais, visam alcançar qualidade de vida, internacionalização e competitividade à escala local (cidade), regional (Região de Lisboa), europeia (União Europeia) e global (mundial) (Ferreira 2007, p. 7; Nevado 2014b).

A principal ferramenta é o *zoning*, de carácter normativo. Aliás, já em 1965, na Ata N.º 6 do Volume IV do PDRL (1965), relativa à *Reunião da Secção de Instalações e Zonas Industriais*, definia-se o tipo de zonamento principal que se manteria até aos PDM atuais:

“O Eng.º Miguel Rezende respondeu que foi intencionalmente adoptado neste projeto de normas o critério de fixar apenas dois tipos de zonas, urbanas e rurais, por forma a definir somente orientação de carácter geral.” (MOP 1965 Vol. IV, p. 20)

As questões da paisagem foram também acauteladas no Antepiano (1965), considerando a salvaguarda de áreas protegidas como a Serra de Sintra, Arrábida e Chelas¹²⁹, assim como do património, tal como se atesta na “Ata N.º 9 - *Reunião da Secção de Instalações e Zonas Industriais*”:

¹²⁹ «O Sr. Arq.º Raul Lino pediu então a palavra e, por ser a primeira vez que falava nestas sessões, dirigiu aos membros da Comissão os seus cumprimentos. Salientou que os problemas de defesa da paisagem e das obras de arte, e os aspetos de valorização artística da urbanização em todos os sentidos, considerados embora como muito importantes pelo trabalho apresentado, não aparecem como seus pontos básicos; mas tem a satisfação de verificar que no Plano estes problemas foram pensados e se lhes atribuiu grande importância.». In: Ata N.º 14 – *Reunião Plenária* (MOP 1965 Vol. IV, p. 59).

“Não pode esquecer-se que a aprovação do Plano Regional implicará a desatualização, na forma e no espírito, dos planos locais que atualmente vigoram e que a elaboração dos novos planos concelhios não poderá ser demorada nem deixar de obedecer a um espírito muito mais aberto às exigências atuais: com o estudo das novas ocupações territoriais terá, simultaneamente, de fazer-se o estudo da salvaguarda e valorização da paisagem rural e da paisagem urbana, de modo a conservar para o património nacional todos os conjuntos urbanos ou paisagísticos de interesse e todos os exemplares isolados de valor arquitetónico, etnográfico, monumental, histórico e científico.” (MOP 1965 Vol. IV, p. 34).

2.9 Área Metropolitana de Lisboa (AML)

Neste subcapítulo analisa-se sucintamente a génese e o processo evolutivo da AML (Fig. 85), e, particularmente as zonas ribeirinhas de génese industrial (Nevado 2014c).

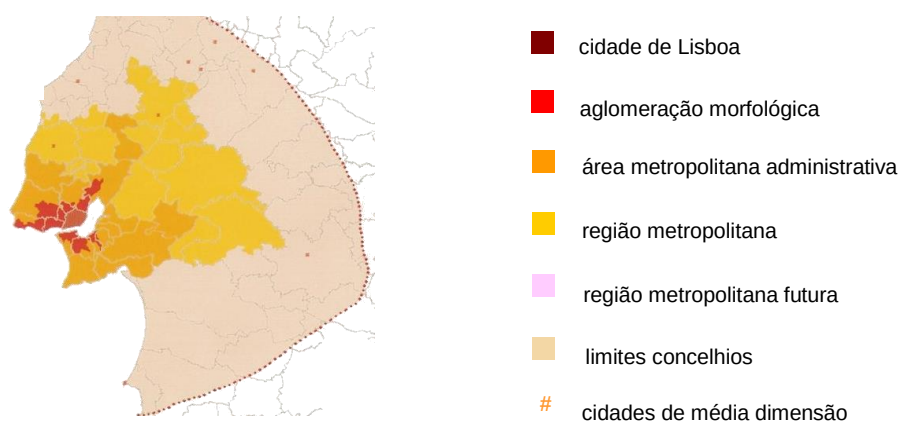


Figura 85. Representação diagramática da AML e da sua área de influência (Fonte: Portas et al., 2003).

A AML - o território atualmente mais competitivo de Portugal (Gomes 2001) – sofreu alterações recentes à semelhança de territórios metropolitanos europeus, despoletando questões do ponto de vista produtivo/industrial (Gomes 2001). O processo de reestruturação abrangeu efeitos contraditórios com a existência de áreas em declínio em simultâneo com a expansão periférica, em contextos intra e suprametropolitanos (Gomes 2001; Nevado 2014c). Analisando o seu processo evolutivo, denota-se a importância do processo deslocalização da atividade industrial associado e a consequente transformação do próprio tecido urbano, especificamente o tecido industrial. Se, por um lado, diversas atividades industriais se tornaram

obsoletas, por outro lado, emergiram outras no processo evolutivo, tais como as indústrias criativas e culturais (e.g.: o caso da *Lx Factory*, em Alcântara) e a revitalização de bairros históricos (e.g.: Bairro Alto) (Costa 2000). As transformações recentes na AML são marcadas por um crescimento industrial na região metropolitana, visível, sobretudo, nos espaços periféricos (Gomes 2001, p. 145; Portas et al., 2003). Consequentemente, emergem novos modelos territoriais, suportados por inovadoras estruturas da organização económica do espaço, refletindo-se nos efeitos contraditórios gerados pelos mecanismos de crescimento e de reestruturação industrial (Gomes 2001, p. 145; Nevado 2014c). A relação entre a cidade e o porto foi determinante para a sua evolução, especializando certas zonas da frente ribeirinha como plataformas logísticas, capazes de atrair atividades económicas diferenciadas, estruturando o território (Estevens 2005, p. 1). Porém, as transformações, consequente desafetação económica da atividade portuária, desativação e realocação industrial associadas à diminuição das atividades portuárias e logísticas afins e o desenvolvimento de novas tecnologias, libertaram áreas ribeirinhas, gerando espaços obsoletos, expectantes e prioritários nos processos de reabilitação (Estevens 2005, pp. 1-3; Nevado 2014c). Em paralelo, a elevado e crescente densificação de construção residencial nova nas periferias (decorrente dos processos de suburbanização e especulação imobiliária) não foi acompanhada de políticas de reconstrução e reabilitação dos espaços e edifícios abandonados, contrariamente a casos europeus, que investiram na criação de dinâmicas de desenvolvimento urbano sustentável (Estevens 2005, pp. 6-7). O elevado crescimento urbano, a ausência/fraca qualidade de planeamento originaram uma paisagem urbana desequilibrada e desqualificada, levando à degradação de recursos, dos processos naturais e paisagísticos (Estevens 2005, p. 7). Em diversas áreas suburbanas, o planeamento municipal foi realizado sem considerar os concelhos contíguos, não contemplando aspetos de complementaridade e/ou continuidade territorial (Estevens 2005, p. 7). Destaca-se a necessidade do planeamento municipal ser integrado e conjugado com a escala supramunicipal, estabelecendo lógicas de ordenamento, visando um desenvolvimento sustentável do território (Estevens 2005, p. 7; Nevado 2014c).

No contexto atual, marcado pela incerteza e indefinição de mecanismos passíveis para a produção de espaço novo ou para a reformulação das pré-existências, torna-se premente analisar as experiências anteriores de sucesso e utilizá-las como referências contemporâneas (Ferreira 2014). Deste modo, o conhecimento sobre esta realidade consiste num contributo válido para uma nova reconfiguração territorial/urbana, ajustada à realidade (Ferreira 2014).

O importante processo de industrialização da cidade de Lisboa ter-se-á iniciado na segunda metade do século XIX, com a implantação de atividades industriais ao longo da margem do Tejo (Craveiro 1997, p. 48; Matos e Paulo 1999; Custódio e Folgado 1999), sobretudo na zona Poente (Alcântara), alterando o território e a paisagem urbana. O crescimento urbano de Lisboa a partir de meados da segunda metade do século XIX mediante o desenvolvimento industrial, transformou territórios periféricos rurais em importantes centros/zonas de intensa produção industrial (e.g.: Belém-Alcântara; Santa Apolónia) (Nevado 2014c).

As frentes de água e as zonas portuárias ribeirinhas foram, inicialmente, lugares centrais nas cidades (Castro 1997, p. 92). No entanto, a posterior desafetação socioeconómica (desindustrialização) das atividades e infraestruturas portuárias e industriais a partir de 1950, promoveram um afastamento progressivo da cidade ao rio, originando extensas áreas obsoletas e degradadas em áreas centrais da cidade impedindo o crescimento continuado e uniforme das cidades, a partir do centro para a periferia, carecendo de intervenções de requalificação e reconversão de usos, (re)criando centralidades (Janeiro 2011, p. 3; p. 18; Nevado 2014a/b/c).

Deste modo, urge solucionar a presente situação de abandono, segregação e declínio urbano quer em áreas centrais como periféricas, eliminando descontinuidades urbanas, requalificando e reconvertendo territórios, aumentando e explorando as potencialidades desta zona pela introdução de novas funções, ao nível do edificado, capazes de atrair novas pessoas, principalmente jovens (Janeiro 2011, p. 19), como possibilidade de (re)inventar a cidade e (re)criar centralidades (Nevado 2014b). À semelhança de operações de transformação de usos e regeneração urbana de áreas pós-industriais internacionais, são áreas marcadas pela diversidade, heterogeneidade, fragmentação e declínio urbano. Porém, no contexto atual de incerteza (Nevado 2014a/b) e transição, as suas características e localização estratégica fomentam a procura de alternativas para a mutação, articulação e (re)criação de identidades coletivas (Brandão e Brandão 2012, p. 105) de partes da cidade. No processo de transição, a sobreposição de ciclos de transformação (emergentes e decadentes), recorrendo à adaptabilidade da cidade como processo e não apenas à imposição de modelos (Brandão e Brandão 2012, p. 105), pode constituir a chave para a intervenção na atualidade (Nevado 2014c).

2.10 ZROL: confronto entre o PDRL e o PDML no âmbito da regeneração urbana em áreas pós-industriais

Atualmente, a zona ribeirinha de Lisboa desenvolve-se ao longo de 15 Km, integrando infra-estruturas portuárias, equipamentos industriais e áreas de lazer (CML 2012). O Porto de Lisboa é gerido pela APL, que inicialmente tinha a autonomia total sobre o território (Craveiro 1997, p. 49), gerando conflitos de gestão e utilização de áreas urbanas. Contudo, essa situação tem vindo a ser alterada, por exemplo, através do Protocolo de Intenções - assinado em 2008 entre o Estado Português e o município de Lisboa, prevendo a transição da gestão das áreas ribeirinhas sem uma efetiva/eficaz utilização portuária, desafetando-as da APL e transferindo a sua gestão às autoridades locais (CML 2012). Considerando a ausência de um plano com uma visão global para o conjunto das áreas ribeirinhas de Lisboa, foi criado um Plano Geral de Intervenção para a zona ribeirinha de Lisboa, o qual, após discussão pública, tentará alcançar um consenso entre o governo e as autoridades portuárias, fornecendo um quadro de referência para os vários planos e projetos parciais que a CML e o Estado podem

promover para o vasto território do arco ribeirinho do rio Tejo (CML 2012, p. 2). Às áreas de pobre atividade portuária e/ou não qualificadas podem ser atribuídos novos usos urbanos (CMLa 2012, p. 1). As propostas em discussão visam implementar uma estratégia multiescalar e de melhoria de Lisboa, enfatizando a relação entre a cidade e o rio, e materializando o conceito de grande cidade grande policêntrica em torno do rio (CML 2012, p. 3). (Nevado 2014c)

O conceito de regeneração urbana em áreas pós-industriais engloba a participação de diversos agentes e áreas do saber, transversais entre si, destacando-se as condicionantes legais de intervenção em áreas urbanas consolidadas e posteriormente desvirtuadas devido a alterações do domínio socioeconómico, como é o caso da zona ribeirinha oriental de Lisboa.

Contrariamente ao processo de regeneração urbana levado a cabo na zona do Parque das Nações, decorrente do evento Expo '98, a restante zona oriental tem sofrido intervenções pontuais, encerradas na pequena escala.

2.11 Conclusões

Os planos urbanos em análise foram elaborados em contextos e de acordo com ideologias distintas.

Na década de 1950, o desenvolvimento do setor industrial e os fluxos migratórios de outras regiões do país para a capital em busca de emprego rapidamente alteraram as estruturas urbanas e sociais, gerando processos de intensa ocupação do solo e áreas de habitação de génese clandestina. Paralelamente, as considerações do II Plano de Fomento e a necessidade de implantação de infraestruturas (como equipamentos e acessibilidades) conduziu à criação de estudos, planos e anteplanos que abordassem essa realidade e previssem a sua evolução (e.g.: o PDRL).

O PDML (CML 1994) revela uma filosofia de planeamento e, especialmente, de gestão urbana inovadora (Ferrão 2013), privilegiando a reabilitação e a regeneração urbana (CML 1994).

Este capítulo revelou-se essencial para a investigação global dos mecanismos e instrumentos legislativos no âmbito da governança e afetos ao planeamento, ordenamento e gestão urbana e territorial, assim como da sua evolução até à atualidade, sob uma perspetiva histórica e de análise cartográfica. O conhecimento do PDRL e do PDML pode contribuir para intervenções futuras na área em estudo, considerando a evolução das tendências de evolução urbana e de regeneração urbana.

Os PDM constituem atualmente os principais documentos de regulação do solo. São, porquanto, documentos essenciais para orientar, com maior segurança, o processo de urbanização das cidades.

Nesta Tese, a seleção dos planos urbanos - PDRL (1964) e PDML (1994) - foi realizada considerando:

- i. A sua pertinência na constituição da AML (desde o momento de definição, passando pela alteração de escala da cidade para a região até à sua consolidação/atualidade);
- ii. O foco na regeneração urbana (origem e afirmação do conceito, políticas e diretivas de planeamento), especificamente nas áreas ribeirinhas pós-industriais;
- iii. A delimitação cronológica definida nesta Tese.

Através da análise e do confronto dos PDM selecionados – instrumentos essenciais, aliás, para compreender a génese e evolução da AML até à contemporaneidade -, constatamos que a regeneração urbana é uma necessidade, um objetivo e um desafio perante a cidade existente. Enquanto que na década de 1960 a regeneração urbana constituía um conceito quase exclusivamente aplicável aos centros urbanos consolidados das cidades, na década de 1990 era já mais abrangente, debruçando-se sobre áreas mais periféricas e obsoletas, devido às suas transformações físicas, económicas e sociais. Conclui-se que as diretivas e instrumentos de planeamento urbano (e.g.: *zoning*) da década de 1960 ainda permanecem nos modos de projetar atuais.

Se, na década de 1960, o objetivo no município de Lisboa era a expansão urbana, com vista a suprimir as graves carências de alojamento, transferindo pólos industriais poluentes para outras áreas da Região e investindo no setor terciário em áreas centrais da cidade, na década de 1990, a realidade era diferente. O foco direcionado para a reabilitação urbana de áreas centrais faz jus ao argumento de suporte da investigação, i.e.: a regeneração urbana como pretexto e motor de “regresso ao centro da cidade”.

Analisou-se a evolução urbana da cidade e da área metropolitana de Lisboa, salientando a génese da metrópole contemporânea e a importância do PDRL (MOP 1965) na definição pioneira da Região de Lisboa (i.e.: AML). Elaborou-se um enquadramento histórico, conceptual e legal do Antepiano (1964) e do PDML (1994), confrontando-os no âmbito da regeneração urbana, especificamente em áreas pós-industriais e na zona ribeirinha oriental de Lisboa. Através dessa análise e da metodologia principal, foi possível constatar as transformações promovidas:

- i. pela transferência da indústria na cidade e na AML: a expansão e deslocalização industrial fomentou a ocupação urbana de territórios periféricos, como a ZROL (Ferreira 2010);
- ii. pelos processos de suburbanização e metropolização do território à escala regional (AML): as graves carências do alojamento originaram a ocupação de territórios periféricos através de bairros ilegais (de barracas), e, posteriormente, foram sendo suprimidas pela implementação de projetos de urbanização (Ferreira 2010).

Seguidamente, apresenta-se uma tabela síntese (i.e.: quadro resumo), relativa à evolução urbana e urbanística do caso de Lisboa e da AML, relacionando-a com a figura do PDM (**Tabela 5**).

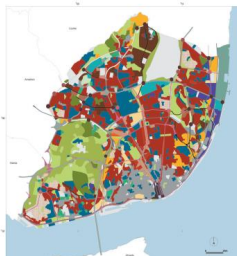
EXPANSÃO URBANA	PLANEAMENTO CIENTÍFICO					
CIDADE CONSOLIDADA	PLANEAMENTO ESTRATÉGICO					
	PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA ESTRATÉGICOS + REGENERAÇÃO URBANA					
PDM	- evolução do conceito de PDM; - instrumento de planeamento e controlo territorial de excelência do desenvolvimento municipal, nas suas diversas vertentes (i.e.: sociais, económicas, materiais, culturais); - participação pública em prol da melhoria da sua qualidade de vida e de uma maior equidade social e territorial.					

Tabela 5. Quadro resumo do processo de urbanização evolutivo da cidade e da AML (Tabela elaborada pela autora; setembro 2014) (Nevado 2014b/c).

Pretendeu-se justificar a importância das áreas industriais e portuárias no planeamento urbano quer no PDRL (1964), quer no PDML (1994), suportando a hipótese inicial de “regresso às áreas centrais da cidade”, numa cidade de “duas margens” (PDML 1994; Fonseca Ferreira 2015; Campelo 2016; Craveiro 2016). Especificamente na ZROL, constatamos que o seu cariz industrial se deve, sobretudo, à definição dessa atividade por via da regulação do solo no PDRL. As transformações subsequentes – i.e.: a deslocalização industrial para outros pólos da AML (e.g.: Margem Sul), para os Portos de Setúbal e Sines -, contribuíram para a situação de declínio atual desse território (ZROL). O PDML mantém a área como “zona industrial”, não prevendo uma intervenção global no âmbito da regeneração urbana, apenas projetos e planos pontuais (Campelo 2016).

Evidencia-se o carácter estratégico e transitório - em constante revisão e atualização de acordo com a realidade em que se inserem -, a articulação das políticas urbanas com arquitetura (Portas et al. 2003), urbanismo e estratégias de governação em áreas centrais e periféricas, demonstrando a passagem:

- i. Da escala da cidade (municipal) para a regional (metropolitana), no âmbito do planeamento urbano;
- ii. Do planeamento para a gestão urbanística, de enfoque municipal e o papel desempenhado pelo município nesse processo (Nevado 2014a).

É inequívoca a relação entre: a ocupação industrial, residencial (operária) e a instalação de bens, equipamentos e serviços no território, em torno das unidades industriais; a indústria como motor de expansão urbana; o *zoning* como instrumento principal do planeamento urbano; o decurso da história das cidades e da urbanização em paralelo com a história do Homem na/em sociedade.

3. Capítulo 3 – Regeneração Urbana na Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa: revisão, comparação de IGT e uma proposta de intervenção

3.1 Introdução

Neste capítulo tecem-se considerações sobre a regeneração urbana com base na análise de planos, programas, instrumentos e estratégias atuais, especificamente na área urbana em estudo (ZROL). Analisam-se questões relativas aos modos de projetar a cidade contemporânea e apresenta-se uma proposta-tipo, de carácter prospetivo, para o caso de estudo.

Porquê preservar/conservar as zonas ribeirinhas pós-industriais (i.e.: “restauro urbano” – Rufinoni 2009)? Qual a importância de salvaguardar as suas características e matrizes para o futuro? Consideramos que a reabilitação e a conservação urbana integrada desempenham o papel de ponte entre o passado, a contemporaneidade e o futuro (Aguiar 1994). As zonas ribeirinhas pós-industriais (e.g.: ZROL), destacam-se pela sua especificidade e relevância no conjunto das cidades. O seu passado histórico e urbano, relativamente recente, encontra-se ainda muito presente e perceptível apesar da situação atual de declínio. Essa condição, decorrente de e a par com a indisponibilidade de investimento/financiamento público dos últimos anos (2007-2015), incita-nos a considerar esses fatores como *oportunidades* (CIP 2013) para intervir, investigar e questionar sobre:

- i. Como atuar e tirar partido das pré-existências e das condicionantes nesses territórios, com vista à regeneração urbana, partindo das pré-existências e almejando contribuir para melhorar a qualidade do parque edificado, dos espaços públicos, das acessibilidades e o bem-estar das populações;
- ii. As políticas, os instrumentos e os mecanismos de regeneração urbana (gerais e específicos) para a área em estudo.

Para o efeito, é necessário considerar, por um lado, o enquadramento teórico e conceptual subjacente, e, por outro lado, a importância do contexto e influência internacionais para a atuação prática no contexto nacional. Destaca-se também a importância do PEL (vd. **Capítulo 2**) no caso nacional, para o planeamento estratégico e para o foco na regeneração urbana, e a evolução do Porto de Lisboa e da respetiva Administração.

3.1.1 Objetivos

Objetivamente, este capítulo pretende:

- i. Analisar criticamente as intervenções de regeneração urbana na ZROL nas últimas décadas;
- ii. Desmistificar o conceito de *gentrification* e evitar a “turistificação”;
- iii. Investigar e comparar políticas de regeneração urbana em áreas ribeirinhas pós-industriais internacionais – Glasgow e Helsínquia (*Arabianranta*) - e nacionais - Lisboa (zona ribeirinha oriental e ocidental/Alcântara; pólos centrais, consolidados, nomeadamente o Chiado e Bairro Alto) protagonistas de operações de regeneração urbana¹³⁰ -, visando parametrizar e justificar a relevância do estudo de caso nos contextos internacional e nacional, da cidade, da regeneração urbana e da gestão estratégica considerando a escassez de recursos, assinalando o seu carácter industrial e a sua situação emergente e determinante para a vivência, economia e paisagem urbana da cidade e da sua área metropolitana¹³¹. Estabelecem-se relações entre o estudo de caso, a cidade e a sua área metropolitana e comparam-se fenómenos de *gentrification* nos diversos centros urbanos. Questiona-se sobre a contribuição do centro industrial oriental de Lisboa para um equilíbrio da cidade, contrapondo-se à zona industrial ocidental de Alcântara, localizando-se, desde os primórdios, numa área periférica às áreas centrais na cidade.
- iv. Questionar qual o papel atual da CML na gestão do território e salientar a questão da estratégia para além do plano urbano (Roseta 2016);
- v. Analisar estratégias de regeneração urbana implementadas/a implementar na ZROL¹³².

3.1.2 Metodologias

Foram adoptadas as seguintes metodologias para a elaboração deste capítulo:

- i. Visitas de campo, com recolha de dados no local (i.e.: levantamentos fotográficos, anotações, conversas com moradores e utentes);
- ii. Análise da cartografia, dos IGT em vigor e das políticas de regeneração urbana em vigor, levadas a cabo pela CML;

¹³⁰ Não se pretende, no entanto, investigar exaustivamente cada um dos casos adicionais nos planos internacional e nacional, considerando a densidade conceptual do tema desta Tese e as normas de harmonização a que se encontra afeta.

¹³¹ A comparação de diversos centros urbanos/centralidades é relevante para: compreender o entendimento do conceito e evolução do conceito de regeneração urbana e das políticas urbanas consideradas; reforçar a importância das “centralidades” (e.g.: relação com as externalidades proporcionadas) e não só dos “centros” urbanos; reforçar a importância da regeneração urbana por via informal/espontânea (e.g.: privados/habitação; cento histórico de Guimarães) ao invés das políticas rígidas de “salvaguarda”.

¹³² E.g.: reabilitação da Vila Dias, com inclusão de camadas de população mais jovem; *Hub Criativo do Beato*, a inaugurar em 2018; etc. (Roseta 2016).

- iii. Consideração das recentes intervenções ao longo da zona ribeirinha de Lisboa e do Porto de Lisboa (e.g.: 2015: novos projetos de investimento para a modernização de áreas afetadas ao Porto de Lisboa em 2015, nomeadamente o reordenamento da plataforma multimodal; objetivo, integração plena no “Corredor Atlântico”, a inauguração do Terminal de Cruzeiros em Santa Apolónia e a articulação com o transporte ferroviário; Hospital Oriental; etc.) (Porto de Lisboa 2015);
- iv. Entrevistas¹³³;
- v. recolha bibliográfica;
- vi. Elaboração de uma proposta prospetiva (teórica) de intervenção, no âmbito da regeneração urbana e da conservação crítica;
- vii. Análise *SWOT* da ZROL.

3.2 Desenvolvimento

- **Parte 1 – Regeneração urbana**

3.2.1 Enquadramento conceptual

O termo “regenerar” provém do latim “*regenerare*” – i.e.: “tornar a gerar, restaurar” (Ollero 2012) - e é aplicada em diversos campos científicos¹³⁴, incluindo o domínio urbano. Este é compreendido como organismo vivo, passível de sofrer transformação. De acordo com Roberts e Sykes (2000), as operações de regeneração urbana envolvem uma visão integrada e abrangente que permita resolver problemas urbanos, buscando melhorar as condições físicas, socioeconómicas e ambientais de uma dada área a intervencionar. Embora seja necessária uma delimitação física da área a intervir, a articulação multiescalar é um fator decisivo a fim de evitar a criação de “*ghettos*” de luxo (e.g.: Parque das Nações; condomínios fechados). As intervenções requerem também a intervenção de equipas multidisciplinares, adequadas às áreas urbanas a intervir, com leituras sistémicas dos tecidos urbanos considerados, as políticas de intervenção e os modos da sua implementação (Ollero 2012). Assim, as acções de regeneração urbana não são *standard*, implicando a consideração do seu conceito como base para o estabelecimento de objetivos e modelos de intervenção em função de cada lugar (Ollero 2012).

Historicamente, consideramos os seguintes marcos temporais:

¹³³ Vd. Volume II - *Anexos – A. Transcrição das entrevistas* (pp. 297-582).

¹³⁴ Por exemplo, no caso da Medicina e da Biologia Celular, o termo remete para “a capacidade dos tecidos, dos órgãos, ou mesmo dos organismos, de se renovarem ou ainda de se recompor após consideráveis danos físicos sofridos (...) [permitindo às] células não atingidas (...) se multiplicarem afim de regenerarem a parte danificada.” (Ollero 2012).

- i. Década de 1960: desafetação socioeconómica de áreas industriais;
- ii. Década de 1970: UNESCO; Conservação integrada (Jokilehto 2005, 2006);
- iii. Década de 1980: Inglaterra, Governo de Margaret Thatcher. Através da criação de parcerias privadas, a reabilitação urbana era levada a cabo sem considerar a questão social. As políticas de regeneração da cidade baseavam-se na recuperação de espaços urbanos desqualificados considerando a mercantilização da gestão do solo (Ollero 2012).
- iv. Década de 1990: Inglaterra, Relatório do “Task force” (1999).

Privilegiando os objectivos da sustentabilidade¹³⁵ no âmbito da transformação urbana – patentes, aliás na *Carta de Aalborg* (ECSCT 1994) - distinguem-se os conceitos de reabilitação¹³⁶ *versus* regeneração urbana, de acordo com a nova Lei de Bases do Ordenamento do Território (2014)¹³⁷ em Portugal, nomeadamente:

“Artigo 61.º - Reabilitação e regeneração

1 — A **reabilitação** é a forma de intervenção territorial integrada que visa a **valorização do suporte físico de um território**, através da realização de obras de reconstrução, recuperação, beneficiação, renovação e modernização do edificado, das infraestruturas, dos serviços de suporte e dos sistemas naturais, bem como de correcção de passivos ambientais ou de valorização paisagística.

2 — A **regeneração** é a forma de intervenção territorial integrada que **combina acções de reabilitação com obras de demolição e construção nova e com medidas adequadas de revitalização económica, social e cultural e de reforço da coesão e do potencial territorial**.

3 — Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º, **incumbe ao Estado, às regiões autónomas e às autarquias locais promover a reabilitação ou regeneração das áreas urbanas que dela careçam**, programando ou conduzindo a realização das respetivas operações de reabilitação urbana ou concedendo apoios e outros incentivos financeiros e fiscais.”

¹³⁵ Vd. *Anexos – A. Transcrição das entrevistas*, A3. Arq.^a Helena Roseta (pp. 341-372).

¹³⁶ De acordo com o Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de maio, “por reabilitação urbana entende-se uma forma de intervenção integrada sobre o território urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios.”. Esta operação urbana implica uma intervenção coordenada sobre os elementos pré-existentes no território. A morfologia urbana mantém-se assim como o edificado, podendo no entanto existir a substituição pontual de edifícios e/ou a alteração de usos e da estrutura fundiária (Decreto Regulamentar N.º 9/2009, de 29 de maio).

¹³⁷ Lei N.º 31/2014, de 30 de maio.

Todavia, os diversos e complexos instrumentos legais afetos às áreas de gestão territorial não fazem essa distinção, dificultando a intervenção na regeneração urbana. Então, como contornar/resolver essa questão?

A regeneração urbana de áreas pós-industriais opera geralmente sobre territórios de grande dimensão e visa a coesão socioeconómica e a competitividade (Guerra et al. 2005, p. 25). O conceito é aqui compreendido, simultaneamente, enquanto processo estratégico, integrador, transversal e instrumento de gestão coletiva do território (Guerra et al. 2005), considerando a importância das PRU - *Parcerias para a Regeneração Urbana* (CCDR-LVT 2011).

Consideramos necessária uma reflexão sobre o papel do município na regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa na atualidade, considerando-a como um território peculiar e complexo devido às suas características pós-industriais e a situação atual de declínio na cidade (Custódio e Folgado 1999), requerendo um olhar crítico sobre o planeamento e a gestão urbana estratégica, integrada e colaborativa (Alves 2001; Ribeiro 2012; Nevado 2014a).

A consideração das dicotomias implícitas na reflexão e comparação entre centros urbanos – internacional/nacional; centro/periferia; cidade/território – deve-se à procura um entendimento do processo da regeneração urbana, das suas causas e consequências (como o fenómeno de *gentrification*) enquanto fundamento para a intervenção futura e a justificação do movimento/tendência de *retorno à cidade*. Perante a multiplicidade de experiências e opções, consideramos essencial a indicação dos traços gerais das operações urbanas e a sua comparação ao nível internacional, visando a sua análise crítica.

O seu carácter abrangente (e.g.: vertentes social, económica, física e ambiental) requer:

- i. Uma forte intervenção na reabilitação do espaço público e do património edificado (CCDR-LVT 2011);
- ii. Criação e modernização de equipamentos coletivos, essenciais na revitalização de áreas desertificadas, desvitalizadas e desqualificadas das cidades (CCDR-LVT 2011).

Na esteira da investigação já efetuada neste campo, a regeneração urbana em áreas pós-industriais, é questionada a partir do processo de desindustrialização nas décadas de 1960 e de 1970. Inserida numa teoria económica sobre o financiamento do desenvolvimento urbano, a regeneração resulta das consequentes transformações sociais e urbanas que alteraram a paisagem (do centro e da periferia), assim como os seus fluxos e dinâmicas, promovendo fenómenos de *gentrification*.

O conceito de regeneração urbana, inserido nos IGT, terá surgido na década de 1980, com base em experiências internacionais. Inicialmente suportado pelo modelo dos megaprojetos, a grande escala (e.g.: Barcelona) e por financiamento público, na década de 1990 o conceito era já amplamente implementado nos IGT (e.g.: PDML, 1994), representando um foco essencial no planeamento e, sobretudo, na gestão urbana, quer da cidade, quer da sua área metropolitana.

Neste contexto, e à semelhança de experiências internacionais (e.g.: Reino Unido) surgiram as parcerias (público-privadas) como meio de implementação/execução dos planos/intenções de regeneração urbana. Apesar da diversidade de modelos e de parcerias, o debate sobre o potencial de transformação das políticas urbanas, considerando novas formas, mecanismos e estruturas de governança, tem vindo a ser enriquecido pelos sucessivos episódios de intervenção com base na resiliência (Breda-Vázquez et al. 2009, p. 2214-2215; Fortuna 2016; Romero-Lankao et al. 2016). As iniciativas de políticas urbanas têm vindo a ser complementadas por uma grande variedade de interesses e atores, resultando num processo de fragmentação (Breda-Vázquez et al. 2009, p. 2215), a par com as transformações dinâmicas contemporâneas e a própria fragmentação da Administração Pública, o que dificulta a sua sistematização.

A regeneração urbana - entendida nas suas vertentes física, social, económica e ambiental (Robert e Sykes 2000) -, exige uma forte intervenção na reabilitação do espaço público e do património edificado, bem como na criação e modernização de equipamentos coletivos, essenciais na revitalização de áreas desertificadas, desvitalizadas e desqualificadas das cidades. Todavia, a regeneração depende dos lugares a que se destina e dos programas, estratégias e mecanismos de planeamento/gestão urbana implementados, não podendo assentar em princípios *standard* e estanques. À semelhança da realidade e de cada contexto, os mecanismos deverão estar em constante transformação e atualização¹³⁸. São adotados diversos mecanismos em função das características dos lugares com vista à criação de valor (e.g.: *iHubs*)¹³⁹.

¹³⁸ A questão do “roteiro” e do “guião” (Roseta 2016).

¹³⁹ As *iHubs* são instrumentos de política urbana no âmbito da inovação tecnológica, produtiva (especializada) e criativa em áreas urbanas (centrais ou periféricas) (DPP 2007; Carta 2008; Nevado 2014c). São espaços de inovação e de criatividade, formando *clusters* de empresas com atividades geradoras e valorizadoras de conhecimento (DPP 2007). Ao implantarem-se em zonas pré-existentes, permitem estabelecer interações de proximidade e globais, articulando escalas e diluindo-se na cidade, visando a promoção e a melhoria territorial (DPP 2007, pp. 2-9; MAOTDR 2007b, p. 4). Preferencialmente, as *iHubs* são implantadas em “(...) zonas devolutas ou subutilizadas da cidade, correspondentes a antigas zonas industriais ou de logística, por se tratarem de espaços intra-urbanos que estão disponíveis, a mais baixos custos, para novos usos, e que beneficiam da sua proximidade a outras centralidades da cidade e às infraestruturas que a servem e cumprem as exigências específicas das atividades que o procuram (...)” (DPP 2007, p. 8). Esses projetos coletivos funcionam, na prática, mediante parcerias e visam uma especialização científica e tecnologia na cidade e internacionalmente, suportando-se em financiamento comunitário, fundos destinados à

3.2.2 Comparação de Centros urbanos

Neste subcapítulo elaboram-se análises breves de casos urbanos de regeneração de sucesso, com vista à comparação das políticas, dos instrumentos, das estratégias, de programas e operações concretas empreendidas em centros urbanos internacionais e nacionais, visando parametrizar a regeneração urbana.

a. Internacional

A1. Glasgow

A cidade de Glasgow - a histórica *Merchant City* - e a sua área metropolitana localizam-se na Escócia, sendo conhecidas pelo seu passado industrial, sobretudo pela indústria tabaqueira a partir do século XVIII. Consequentemente, na primeira metade do século XIX a população cresceu rapidamente dentro dos limites físicos da cidade, levando à deterioração das condições de vida, morais e urbanas. A partir de meados do século XIX, o Governo implementou diversas medidas para melhorar e higienizar a cidade (e.g.: municipalização do abastecimento de água potável; limpeza de bairros de barracas), em prol da saúde pública e do ambiente social (e.g: teatros) (Doolittle [s.d.]). O investimento na indústria foi progressivo mas a partir do final da década de 1960 a cidade iniciou o seu processo de declínio industrial.

Apesar de não ser a capital do país, Glasgow é atualmente a terceira maior cidade do Reino Unido e concorre, competitivamente, com a cidade de Edimburgo. O centro da cidade contém inúmeros exemplos de salvaguarda patrimonial (e.g.: catedrais) e de reutilização de edifícios. Recentemente têm sido levadas a cabo estratégias de regeneração através de planos de redesenvolvimento urbano (e.g.: centro da cidade de Glasgow), planos estratégicos, programas, melhoria dos transportes públicos e intervenções diversas no centro e na zona ribeirinha da cidade (e.g.: *Clyde Waterfront projects*)¹⁴⁰ criando centralidades socioeconómicas e exemplos de espetacularidade ao longo do rio Clyde. É uma cidade fortemente marcada pelo turismo - com museus, galerias de arte (e.g.: *Kelvingrove Art Gallery*), parques, *pubs*, etc. -, sobretudo na zona ribeirinha, a qual é pontuada por exemplos icónicos de arquitetura contemporânea (**Figs. 86-87**).

revitalização urbana e incentivos para os municípios, visando a preconização de soluções criativas (DPP 2007, p. 11).

¹⁴⁰ Plano de regeneração das frentes ribeirinhas contemplando um conjunto ambicioso de intervenções levadas a cabo através de parcerias e colaboração entre: o Governo Escocês, *Scottish Enterprise*, *Glasgow City Council*, *Renfrewshire Council*, *West Dunbartonshire Council*.



86



87

Figura 86. Vista de uma ponte com via pedonal, ciclável e rodoviária na zona ribeirinha da cidade de Glasgow. (Fotografia da Autora; julho 2011).

Figura 87. Vista exterior da Galeria de Kelvingrove, na cidade de Glasgow. (Fotografia da Autora; julho 2011).



88



89

Figura 88. Vista do edifício do Centro de Congressos (Autoria: Sir Norman Foster), na zona ribeirinha da cidade de Glasgow. (Fotografia da Autora; julho 2011).

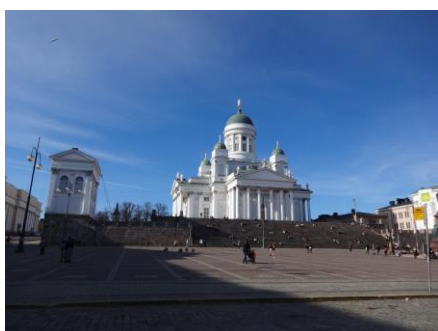
Figura 89. Vistas do Museu *Riverside*/Museu dos Transportes (Autoria: Atelier Zaha Hadid), na zona ribeirinha da cidade de Glasgow. (Fotografias da Autora; julho 2011).

O investimento público-privado ao longo do corredor das frentes ribeirinhas do rio Clyde (*Clyde Gateway*)¹⁴¹ e a criação de distritos comerciais/financeiros (e.g.: *Glasgow's International Financial Services District*) proporcionaram a transformação da paisagem/skyline e da economia urbana de Glasgow, através da substituição de antigas zonas industriais (e.g.: construção de navios) e da revitalização de áreas em declínio urbano. A sua projeção internacional e o retorno dos investimentos são notórios através do aumento das receitas, sobretudo pela atividade turística.

¹⁴¹ *Clyde Gateway* consiste no maior e mais ambicioso programa de regeneração física e socioeconómica - resultante da parceria e colaboração entre: o Governo Escocês (o qual concedeu o maior suporte financeiro), *Glasgow City Council*, *South Lanarkshire*, *Scottish Enterprise* -, a implementar entre a zona Nascente (*East End*) de Glasgow e Rutherglen até 2028. Serviu de palco aos *Commonwealth Games* de 2014.

A2. Helsínquia

A cidade de Helsínquia localiza-se na Finlândia, sendo a sua capital, a maior cidade e a única área metropolitana do país. Destaca-se pela sua paisagem urbana com edifícios neoclássicos (e.g.: Catedral; **Fig. 90**), de Arte Nova (e.g.: bairro residencial; **Fig. 91**) e funcionalistas (e.g.: Alvar Aalto; **Fig. 92**). As políticas urbanas são implementadas pelo Governo e pela Câmara Municipal, e incidem na salvaguarda de espaços e edifícios testemunhos de diferentes épocas, na regeneração urbana (e.g.: *Arabianranta*; estádio olímpico; frente ribeirinha; *iHubs*; **Figs. 93-94**) e na criação de novos espaços e equipamentos públicos (e.g.: bibliotecas; parques urbanos).



90



91



92

Figura 90. Vista da Catedral de Helsínquia, Helsínquia. (Fotografia da Autora; maio 2013).

Figura 91. Vista do bairro Arte Nova (*Jugend*), Helsínquia. (Fotografia da Autora, Helsínquia; maio 2013).

Figura 92. Vista de uma zona ribeirinha renovada na cidade, Helsínquia. (Fotografia da Autora; maio 2013).



93



94

Figura 93. Vista da zona ribeirinha da cidade, Helsínquia. (Fotografia da Autora; maio 2013).

Figura 94. Vistas da zona urbana/iHub *Arabianranta*, Helsínquia. (Fotografias da Autora; maio 2013).

De acordo com o novo plano de regeneração e redensolvimento urbano, até 2050 as áreas periféricas da cidade – sobretudo em redor de estações ferroviárias decadentes e áreas pós-industriais - serão transformadas e a rede de transportes públicos será melhorada (Timo 2013). O foco da regeneração situa-se fora do centro principal da cidade e os subúrbios são hoje centros de serviços, de habitação e de trabalho.

b. Nacional

B1. Alcântara

Alcântara localiza-se na zona ocidente de Lisboa, entre o Cais do Sodré/Santos e Belém. É uma freguesia antiga e histórica, cujo nome deriva de uma ribeira homónima, tendo sido um foco industrial importante na cidade, sobretudo a partir do século XVIII. O bairro de Alcântara é icónico na cidade de Lisboa e mantém ainda diversas características antigas (**Figs. 94-95**).



95



96

Figura 95. Vista do núcleo urbano de Alcântara e da construção da Ponte, no Largo do Calvário, Alcântara, Lisboa. (Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa; Data: 1962-66).

Figura 96. Vista atual do núcleo urbano de Alcântara e da Ponte 25 de abril, no Largo do Calvário, Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora, Alcântara; novembro 2011).

Apesar da construção da Ponte sobre o Tejo – uma infraestrutura de grande dimensão e impacto regional –, a zona de Alcântara mantém um carácter bairrista, revelando uma malha consolidada. A sobreposição industrial e da sua evolução deixou vestígios até hoje (**Figs. 97-98**), marcando o imaginário coletivo e a paisagem urbana.



97

Figura 97. Vista da fachada posterior do *Museu do Oriente*, Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora; junho 2014).

98

Figura 98. Vista da coexistência de pré-existências (degradadas) e exemplos de regeneração urbana (habitação – Condomínio Alcântara-Rio), em Alcântara (Fotografia da Autora; novembro 2011).

Um dos exemplos mais relevantes de regeneração urbana e socioeconómica de sucesso é o caso da *Lx Factory* (Figs. 99-100).



99

Figura 99. Vista atual do espaço “*Lx Factory*”, Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora; agosto 2016).



100

Figura 100. Vista atual da intervenção “*Village Underground Lisbon*”, no Museu da Carris, Alcântara, Lisboa. (Fotografia da Autora; agosto 2016).

B2. Bairro Alto

“O Bairro Alto possui um edificado bastante homogêneo existindo, no entanto, alguns edifícios de relevo que se destacam. Ao longo dos anos, estes edifícios foram sendo adaptados a novos usos e funções, conforme as necessidades” (Valle 2008, p. 126).

O Bairro Alto é uma área central histórica da cidade de Lisboa (Carita 1994). Seleccionámo-lo como conjunto de comparação com a ZROL devido ao facto de ser uma área urbana consolidada, progressivamente reabilitada a partir dos finais da década de 1980¹⁴² (Cabrita, Aguiar e Appleton 1992; Rego 1997). Apesar de não ser uma área pós-industrial ribeirinha, consideramo-la como uma área histórica e central na cidade de Lisboa e um caso de estudo de referência, essencial para comparar políticas, estratégias, programas e instrumentos de regeneração urbana.

A criação do Bairro Alto remonta ao século XVI e consiste na implementação de um plano pioneiro com traçado ortogonal (Vila Nova de Andrade), adaptado à topografia (Carita 1994). Atualmente integra-se na freguesia da Misericórdia, em Lisboa, e é uma das áreas

¹⁴² Vd. *Plano de Urbanização do Bairro Alto e Bica*, da CML, em conjunto com o GTL (Rego 1997).

urbanas mais importantes de divertimento nocturno e do panorama artístico lisboeta (Costa 2000). Foi considerado como CIP em 2010 pelas suas características arquitetónicas e urbanísticas e pela sua relevância funcional, simbólica e temática na cidade (**Figs. 101-102**).



101



102

Figura 101. Vista de um arruamento apresentando o estado de conservação razoável do edificado e alguns sinais de degradação e vandalismo (*graffitis*) no Bairro Alto, Lisboa. (Fotografia da Autora; novembro 2011).

Figura 102. Vista da instalação “A cadeira branca” na Bica, Lisboa. (Fotografia e autoria da instalação da Autora, no âmbito do curso de DATMC; novembro 2011).

Atualmente – e sobretudo desde meados da década de 1990 - decorrem inúmeras intervenções de reabilitação urbana no edificado, em conjunto com a população residente (Rego 1997). Porém, o Bairro apresenta problemas relacionados com a recolha de lixo, a degradação do parque edificado, questões sociais (e.g.: envelhecimento demográfico). No âmbito das iniciativas levadas a cabo na década de 1990, que enaltecem o papel da cultura, da animação sociocultural e nocturna, da reabilitação e da regeneração urbana, salientamos as seguintes:

- i. “*Capital Europeia da Cultura*” – iniciativa “Lisboa 94”; (ex.: Porto 2001; Guimarães 2012);
- ii. *Sociedade Lisboa 94*;
- iii. *Bairro das Artes* (Bairro Alto e Príncipe Real)¹⁴³;
- iv. “*Lisboa subjetiva*” - *Workshop* do Instituto Português de Fotografia, no âmbito da “Capital Europeia da Cultura”.

Destacamos alguns elementos patrimoniais de destaque na área do Bairro Alto que revelam um passado de refuncionalização e que valorizam essa área urbana, tais como: Convento dos Inglesinhos; Palácio Marim e Olhão; Palácio Pombal; Palácio dos Condes de

¹⁴³ Vd. recurso em linha, disponível em: <http://www.ilovebairroalto.com/page/bairrodasartes>

Atalaia ou Relvas; Palácio Cabral; Grupos de Teatro (e.g.: *Maiz Um*; *Alma Mahler*) (Valle 2008, vv. pp.).

B3. Baixa Pombalina/Chiado

A zona do Chiado localiza-se na Baixa de Lisboa, ou seja, numa área central e histórica da cidade, contígua à Avenida da Liberdade e ao Bairro Alto, e incluindo a Praça do Rossio e o Terreiro do Paço.

Historicamente, o Chiado atravessou três grandes fases:

- i. Fase 1: inicialmente enquanto local privilegiado do Clero, o território era pontuado por conventos e igrejas (e.g.: Carmo);
- ii. Fase 2: seguidamente, tornou-se um local de pouso para fidalgos e Nobreza;
- iii. Fase 3: finalmente, e, sobretudo após o Terramoto de 1755, foi palco de grande ocupação burguesa (baseado em: Hotel do Chiado 2014).

No final da década de 1980, a degradação urbana na zona da Baixa Lisboeta, em geral, e do Chiado, em particular, era visível, diferenciando-se das décadas anteriores (1960-70).

Em 1988, ocorreu um incêndio nos Armazéns Grandella (hoje, *Armazéns do Chiado*, uma área comercial muito relevante na cidade e na Baixa de Lisboa), que destruiu parte do quarteirão onde se inseria. Consequentemente, foi levada a cabo uma intervenção de reabilitação urbana pelo Arquiteto Siza Vieira. Posteriormente, o aparecimento de cadeias internacionais e *shoppings*, marcados pelo fator novidade, o crescente endividamento do consumidor, o difícil e/ou restrito acesso ao crédito e as obras no centro de Lisboa contribuíram para dificultar o acesso à Baixa e fomentaram o declínio comercial.

De todos os edifícios históricos da zona do Chiado, cuja memória chegou até à atualidade e que concentram e refletem as diversas fases de transformação urbana (i.e: ocupação, desastres como sismos e incêndios), salientam-se os Armazéns do Chiado (Hotel do Chiado 2014).

No dia 25 de agosto de 1988, pelas 4h30, deflagrou um incêndio numa montra dos Armazéns Grandella, localizados no Chiado, na Baixa Lisboeta. O sinistro rapidamente adquiriu grande dimensão, tendo-se alastrado à Rua do Carmo e obrigando à intervenção de diversas corporações de bombeiros de Lisboa e arredores, e autotanques do Aeroporto de Lisboa. Contudo, o quarteirão da Rua do Carmo, localizado entre os Armazéns e a Rua Garrett, ficou destruído, tal como os estabelecimentos comerciais (alguns centenários) e as antigas construções pombalinas, desalojando dezenas de pessoas. Os reforços (1680 bombeiros) combateram o fogo em 18 edifícios, numa área total de 1ha, envolvendo também a participação a Cruz Vermelha Portuguesa, os Soldados da Paz, a PSP, a Polícia Judiciária e

militares. Para além dos cerca de 7500 m² de área destruída, das dezenas/centenas de pessoas desalojadas e desempregadas, verificaram-se ainda dois óbitos (Espaço e Tempo – Revelar Lx 2005). O Chiado, enquanto área nobre da cidade, elegante e comercial da cidade desde o século XIX – referenciada, aliás, inúmeras vezes nas obras dos escritores Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão ou Bulhão Pato -, perdeu com esse sinistro: na Rua do Carmo, os Armazéns Grandella (1894) e do Chiado (1905), a charcutaria de luxo Martins e Costa (1914), a Perfumaria da Moda (1909); na Rua Garrett: as casas José Alexandre (1833), Eduardo Martins (1889), Jerónimo Martins (1792); na Rua Nova do Almada: a Valentim de Carvalho (1920) e o respetivo arquivo histórico, a pastelaria Ferrari (1827), a Casa Batalha (1635; o estabelecimento comercial mais antigo da cidade e do país) (Espaço e Tempo – Revelar Lx 2005).

O incêndio propagou-se rapidamente, sobretudo pelas estruturas de madeira das paredes dos prédios pombalinos, alastrando pelas ruas do Carmo, Nova do Almada, Garrett, Crucifixo, Ouro e Calçada do Sacramento (Machado 2013).

Em 1988, o Chiado era, maioritariamente, uma zona comercial e de escritórios. Assim, para além da destruição dos edifícios, as consequências do sinistro prendem-se com o desaparecimento de cerca de dois mil postos de trabalho e de inúmeros estabelecimentos comerciais existentes desde os séculos XVIII, XIX e princípio do século XX (Machado 2013).

O incêndio ficou circunscrito pelas 12h30 do dia 25 de agosto, mas as operações de rescaldo prolongaram-se até 5 de setembro de 1988, tendo a zona sinistrada ficado vedada até outubro desse ano. Perante a dimensão da tragédia, foram mobilizados o Governo, a Presidência da República e a CML. Face às perdas, foi definido um “Projeto Global” para a reconstrução da zona do Chiado, apelando ao auxílio e disponibilidade de empreiteiros e arquitetos. Posteriormente, foi criado o “Gabinete de Coordenação e Assessoria Técnica da Área Sinistrada do Chiado”, que ficou responsável pela reconstrução daquela área urbana, sob a orientação e os projetos do Arquiteto Siza Vieira (Espaço e Tempo – Revelar Lx 2005). Consequentemente, parte da famosa Baixa Lisboeta ficou para sempre alterada (**Fig. 103**).



Figura 103. Área afetada pelo incêndio, indicando os prédios destruídos, os que arderam (coberturas e alguns pisos), e os que ficaram danificados somente nalguns pisos (Fonte: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/N25/N25_item1/P51.html).

- Projeto de reconstrução (Arq.º Siza Vieira)

Perante os danos causados e a necessidade de agilizar os processos de intervenção público, após o incêndio foram revistos e alterados os regulamentos de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), iniciando uma nova era nesse campo da legislação nacional. Assim, na sequência do incêndio e visando reabilitar a zona central do Chiado, foi elaborado e levado a cabo pela CML, o *Plano de Pormenor da Recuperação da Zona Sinistrada do Chiado* (1989), um plano integrado de recuperação, regeneração e revitalização urbana (Dias e Carvalho 1974). Apesar da morosidade das obras, da discussão pública que gerou e dos processos judiciais ocorridos, a zona de intervenção contrariou a degradação da maioria do restante edificado da Baixa Pombalina durante as duas décadas seguintes. Após a recuperação do conjunto e do projeto de reabilitação do Arq.º Álvaro Siza Vieira do quarteirão dos Armazéns, a área Baixa-Chiado constitui hoje um dos locais mais centrais, importantes e emblemáticos da cidade, por diversos fatores – tais como a localização estratégica, as dinâmicas, o turismo, as acessibilidades (e.g.: metropolitano), etc. -, representando um dos casos mais relevantes no âmbito da reabilitação e da regeneração urbana no panorama português (Figs. 104-105).



104



105

Figura 104. Vista do rio para a frente ribeirinha renovada (Terreiro do Paço/Cais das Colunas, Ribeira das Naus e Complexo da Marinha). (Fotografia gentilmente cedida pela Dr.ª Sónia Guilherme; julho 2017).

Figura 105. Vista atual dos "Armazéns do Chiado", no Chiado, Lisboa. (Fotografia da Autora; agosto 2016).

Essa obra de grande dimensão gerou a modernização, a requalificação e a regeneração urbana daquela área urbana, contribuindo para incrementar a economia local e nacional, gerando novos postos de emprego e atraindo população e novas atividades. Para além disso, gerou um processo de "contágio" (Gonçalves et al. 2013) nos quarteirões, edifícios e espaços públicos em redor (e.g.: metro de Lisboa/prça). Contudo, existem ainda inúmeros edifícios na Baixa que atualmente estão a ser intervencionados/requerem intervenção. Porém, é uma das zonas mais dispendiosas do país, potenciando fenómenos de *gentrification* e de *turistificação* (e.g.: alojamento local e *Hostels*).

O Projeto foi concluído recentemente (2014-2016). A CML levou a cabo a ligação pedonal entre espaços públicos (do Pátio B ao Largo do Carmo aos Terraços do Carmo – *Topo Chiado*; da Rua Garrett e do Elevador de Santa Justa; das ruínas do Convento do Carmo e do Largo), articulando as cotas existentes, potenciando o seu acesso e usufruto ao público e valorizando o património. Este caso beneficiou de verbas provenientes de receitas de exploração do Casino de Lisboa e foi possibilitado pela demolição parcial das instalações e anexos do Quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR), sem aparente valor arquitetónico.

B4. ZROL

A ZROL tem mantido muitas das suas características, vestígios do seu passado e temporalidades diversas. Um desses exemplos é o da Doca do Poço do Bispo, a qual se manteve praticamente inalterada desde as alterações - promovidas pela AGPL na década de 1940 - até hoje (**Figs. 106-107**). Todavia, com o projeto Jardins Braço de Prata prevê alterações à doca.



106



107

Figura 106. Vista do complexo fabril Abel Pereira da Fonseca, Poço do Bispo, Lisboa. (Imagem gentilmente cedida pelos Arquivos do CDI da APL; Autoria: desconhecida; Data: 1942).

Figura 107. Vista atual do complexo fabril Abel Pereira da Fonseca, a partir da Doca do Poço do Bispo, Poço do Bispo, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

Consideramos que as áreas portuárias continuam a ser essenciais para o funcionamento do porto de Lisboa e da cidade, devendo coexistir com os demais territórios e funções urbanas (Anselmo Vaz 2016; Campelo 2016; Craveiro 2016). Apesar da falta de investimento global na reabilitação urbana da ZROL, existem já vários casos de reabilitação pontual (e espontânea) do edificado (**Figs. 108-110**), e de manifestações artísticas espontâneas (**Fig. 111**), apesar da degradação urbana patente em inúmeros espaços e edificado (**Fig. 112**).



108



109



110

Figura 108. Vista atual do Pátio da Quintinha (antigo Pátio Operário), Beato, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).
Figuras 109-110. Vistas atuais do Pátio Operário "Marquês de Abrantes", revelando indícios de reabilitação urbana, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).



111



112

Figura 111. Vista de um exemplo de arte urbana espontânea, com recurso à técnica do stencil (inspirada no artista Banksy), Beato, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

Figura 112. Vista da Calçada do Grilo, Beato, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

Os elementos patrimoniais (e.g.: monumentos e antigos palácios) (**Figs. 113-114**) são marcos extremamente importantes na ZROL, pois acrescentam valor e significado.



113



114

Figura 113. Vista atual de um exemplo patrimonial reabilitado na ZROL (antigo Convento de São Francisco de Xabregas, atual Teatro Ibérico – Centro Cultural Pesquisa Arte), Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

Figura 114. Vista atual de um antigo palácio reabilitado e conjugado com arquitetura contemporânea, existente nas proximidades do Museu do Azulejo; Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; outubro 2016).

Porém, o património existente não se resume a antigos palácios, conventos e estruturas militares, estendendo-se também ao universo industrial (**Figs. 115-116**).



115



116

Figura 115. Vista atual de um exemplo de regeneração urbana na ZROL, no edifício (Armazém 23) e espaço público ribeirinho (ciclovía), Cais da Matinha, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).

Figura 116. Vista atual de um exemplo de regeneração urbana na ZROL (armazéns do antigo complexo fabril Abel Pereira da Fonseca, contendo uma Hub/espço de coworking), Poço do Bispo, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).

Atualmente começam a existir intervenções de pequena escala no âmbito da reabilitação urbana. Tal é o caso do recente *Café com Calma* (**Fig. 117**), inspirado no conceito da *Lx Factory*, concretamente no *Café da Fábrica*, em Alcântara, e com um desfasamento temporal grande. Considerando o facto de os armazéns em redor estarem a ser progressivamente alugados e um movimento crescente de empresas e ateliers, constata-se a evolução da ZROL para um potencial novo bairro artístico e empresarial (e.g.: pólo criativo *Todos*). Para além das intervenções a pequena escala por parte de entidades e proprietários privados (**Fig. 117**), denota-se um investimento por parte do município na melhoria da mobilidade e acessibilidades, incluindo vias pedonais e ciclovias (**Fig. 118**), para além da rede de transportes públicos existente (i.e.: Metro, autocarro e comboio).



117



118

Figura 117. Vista da entrada do novo espaço *Café com Calma* - um exemplo de reabilitação e revitalização urbana, no âmbito da inclusão de novas atividades económicas no Beato/Poço do Bispo (Rua do Açúcar), Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

Figura 118. Vista de um exemplo de regeneração urbana, no âmbito do espaço público e acessibilidades na ZROL, Beato/Xabregas, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

Na zona de Santa Apolónia, para além dos diversos espaços de restauração, lazer, espaço público e equipamentos urbanos renovados (**Figs. 119-120**), está em curso a empreitada para o novo Terminal de Cruzeiros (projeto da autoria do Arq.º Carrilho da Graça) (**Fig. 121**).



119



120



121

Figura 119. Vista de edifício reabilitado em Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).

Figura 120. Vista do Museu da Água situado no antigo edifício das Águas de Lisboa em Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).

Figura 121. Vista do futuro Terminal de Cruzeiros, em construção, Santa Apolónia, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2017).

3.2.3 Intervenções artísticas na ZROL

A ZROL contém diversas intervenções artísticas contemporâneas. Destacamos a Fábrica Braço de Prata (antiga fábrica de armamento de guerra) e as intervenções do artista VHILS no edifício (**Figs. 122-123**).



122



123

Figura 122. Vista atual de uma das intervenções do artista VHILS, Marvila, Lisboa. (Fotografia da Autora; julho 2014).

Figura 123. Vista atual de uma das intervenções do artista VHILS num dos muros do espaço exterior da Fábrica Braço de Prata, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).

Estas intervenções contribuem para criar identidade positivas nos territórios em que se inserem, projetando-os também mediática e até internacionalmente (Roseta 2016).

3.2.4 Intervenções na frente ribeirinha de Lisboa

Ao longo da zona ribeirinha, estão previstos/em curso diversos projetos de requalificação urbana¹⁴⁴, enquadrados pelo *Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa*, em curso e levado a cabo pela CML (2008-presente) (**Figs. 124-125**).



124



125

Figura 124. Vista atual da intervenção de requalificação no espaço público da Ribeira das Naus/Terreiro do Paço, Lisboa. (Fotografia da Autora; maio 2015).

¹⁴⁴ E.g.: Alcântara – Museu dos Coches, Alcântara XXI – não construído; Av. 24 de julho – Centro Cultural da EDP; Cais do Sodré – espaço público; Ribeira das Naus/Terreiro do Paço – espaço público; Estação Sul-Sueste – espaço público; Santa Apolónia – Terminal de Cruzeiros e espaço público; Campo das Cebolas – espaço público; Braço de Prata – Parque urbano e habitação; Chelas – Parque Hospitalar Oriental, autoria: Arq.º Falcão de Campos - Hospital de Todos os Santos).

Figura 125. Vista do Mercado da Ribeira e do espaço público contíguo renovados/requalificados, Cais do Sodré, Lisboa. (Fotografia da Autora; junho 2017).

Todavia, as intervenções de reabilitação e regeneração urbana têm sido mais difíceis de implementar na zona oriental do que na ocidental.

a. Intervenções na ZROL (fase atual)

O que tem sido/está a ser feito no âmbito da regeneração urbana na ZROL? Essas intervenções consideram o património existente? Cremos que as operações em curso por parte da CML pouco o consideram (à exceção da preservação dos Gasómetros e da “Tabaqueira”) (Roseta 2016). As operações orientam-se para projetos-âncora, a grande escala (e.g.: Hospital Oriental, Condomínios, etc.). As intervenções atualmente em curso não marcam apenas o “renascimento” daquela área urbana como também podem fomentar informal/espontaneamente a reabilitação pontual e a inclusão de novos usos (e.g.: ateliers, restaurantes, lojas, estúdios de dança, espaços artísticos e de *coworking*, etc.).

A proposta de intervenção do PDML (2012) na ZROL encontra-se regulamentada pelo *Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental* (CMLa 2012), de onde destacamos a importância da melhoria de acessibilidades e identificação de usos, tal como é evidente na *Planta de Usos e Rede Viária do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa* (PUZRO) (CML 2001; Nevado 2014b; Nevado 2014c). Especificamente no *Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa* (CML 2008), destacamos a *Proposta Beato/Poço do Bispo* (**Figs. 126-129**).



126



127

Figura 126. Proposta Beato/Poço do Bispo (CML 2008).

Figura 127. Vista das obras do projeto “Jardins Braço de Prata”, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).



128



129

Figura 128. Proposta Beato/Poço do Bispo – projeto do novo Parque Verde (CML 2017).

Figura 129. Proposta Beato/Poço do Bispo – projeto *Jardins Braço de Prata* (CML 2017).

A1. Plano de Pormenor do Parque Hospitalar Oriental

A zona de Chelas remonta à antiga freguesia dos Olivais (Reis e Silva 2013), tendo sido profundamente transformada pelo projeto de habitação de iniciativa camarária na década de 1970. Atualmente, a CML propõe a criação de um equipamento urbano - *Parque Hospitalar Oriental* (**Figs. 130-131**) -, através de um novo PP da autoria do Gabinete de Arquitetura Falcão de Campos, que servirá não só a zona de Chelas e as suas áreas contíguas, como a própria cidade e área metropolitana.



130



131

Figura 130. Plano de Pormenor proposto no âmbito da criação do novo PP do Parque Hospitalar Oriental. (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>).

Figura 131. Vista geral da implantação do novo Parque Hospitalar Oriental (Fotomontagem). (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>).

A2. Plano de Pormenor da Matinha

À semelhança com outras cidades, o desenvolvimento da cidade de Lisboa orientou-se para ocidente (Matias Ferreira 1997; Matias Ferreira e Indovina 1999). A zona oriental – alvo de sucessivas transformações urbanas -, tem estado esquecida na cidade em paralelo com o

esvaziamento de população e atividades económicas, contribuindo para a diminuição da qualidade de vida dos residentes.

O projeto da EXPO '98 procurou ligar e promover acessibilidades ao centro da cidade. Porém, pelo fato do plano de urbanização em redor da Gare do Oriente não ter sido concluído, a zona atual do Parque das Nações continua afastada da cidade. Nesse sentido, surgiu o PP da Matinha (iniciado em 2005 e aprovado em 2010), fazendo fronteira e ligação com o Parque das Nações. Assim, consiste numa solução que procura articular o território com o rio, criando um novo bairro urbano com características residenciais (**Figs. 132-133**).



132



133

Figura 132. Plano de Pormenor proposto no âmbito da regeneração urbana da zona da Matinha. (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>).

Figura 133. Vista da maquete do Plano de Pormenor da Matinha/Jardins Braço de Prata (Autoria: Arq.º Renzo Piano). (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>).

À semelhança do Bairro de Alvalade, propõem-se células de construção com logradouros públicos. Privilegia-se o sistema de vistas, sobretudo à cota mais alta, junto à linha ferroviária. O programa proposto consubstancia-se na concentração da construção e na densidade de ocupação. Propõe-se também a criação de um parque urbano, cujo espaço adquire uma dimensão idêntica à da Alameda D. Afonso Henriques (Instituto Superior Técnico), considerando a pendente proposta e a diminuição da altura dos edifícios à medida que se aproximam do rio. Privilegia-se uma estrutura ecológica, de continuidade, com percursos, ligações, um jardim ribeirinho e alinhamentos arbóreos que estruturam as ruas¹⁴⁵. Propõe-se a continuação da Alameda dos Oceanos, através de uma via estruturante; um viaduto sobre a linha férrea e a ligação com a Av. dos Estados Unidos da América (i.e.: áreas centrais da cidade) e Chelas.

Partindo das pré-existências, mantêm-se três dos quatro gasómetros atualmente existentes e um será deslocalizado (**Fig. 134**). Visa-se a reocupação desses antigos depósitos

¹⁴⁵ Semelhança com o Plano urbano de Ressano Garcia e do Eng.º Silvicultor António Avelar, a estruturação das vias foi realizada com base num sistema ecológico, onde as estruturas arbóreas sugerem e orientam percursos.

incluindo novos usos, nomeadamente: dois gasómetros serão futuros hotéis, escritórios e outro para um equipamento urbano (a designar futuramente pela CML)¹⁴⁶.



Figura 134. Vista dos antigos Gasómetros da Fábrica de Gás da Matinha, Matinha, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).

Figura 135. Vista exterior da renovação de um antigo Gasómetro, Viena. (Fotografia da Autora; abril 2009).

Figura 136. Vista interior da renovação de um antigo Gasómetro, Viena. (Fotografia da Autora; abril 2009).

A CML lançou um concurso de ideias para o *Parque Ribeirinho Oriente*, um espaço verde a localizar junto ao rio, entre Braço de Prata e a Matinha (i.e.: entre o edifício da Tabaqueira e o novo empreendimento), abrangendo uma área de 38 950m².

O seu regulamento solicitava a articulação da proposta com as áreas adjacentes, salientando também a regeneração urbana dessa parte da cidade com vista à sua integração urbana, inserindo-se no PDML (2012). Tendo ganho a proposta do Arq.º Renzo Piano – Jardins Braço de Prata (i.e.: *Prata Living Concept*)¹⁴⁷ -, seguidamente explicitam-se as características gerais do plano urbano em curso.

A3. Projeto “Jardins do Braço de Prata” (Autoria: Gabinete Arq.º Renzo Piano + CPU Urbanistas e Arquitetos)¹⁴⁸

Inserido no PDML (2012)/PP da Matinha e na tentativa de dar continuidade ao processo de regeneração urbana iniciado pela mega operação Expo ‘98/Parque das Nações, surge o projeto do complexo de habitação de Braço de Prata por via de Concurso Público, localizado no sítio homónimo, contíguo ao término do Parque das Nações (Sul). Iniciou-se em 1998 e visa redesenvolver um sítio pós-industrial ribeirinho, articulando-o com áreas urbanas em redor (e.g.: Marvila/Poço do Bispo e Parque das Nações). O projeto com vista ao redesenvolvimento da área de Braço de Prata (**Fig. 136**), combinará as vertentes de arquitetura, arquitectura paisagista e urbanismo.

¹⁴⁶ A título de exemplo, veja-se o exemplo da reapropriação de gasómetros em Viena, Áustria, da autoria do Arq.º Jean Nouvel (**Figs. 135-136**).

¹⁴⁷ Baseado em: <https://www.pratalivingconcept.com/pt/empreendimento/>

¹⁴⁸ Vd. Anexos – A. Transcrição das entrevistas: A2. Arq.º Eduardo Campelo (pp. 309-340).



Figura 137. Vista do rio para a frente ribeirinha em renovação na zona de Braço de Prata/Matinha. (Fotografia gentilmente cedida pela Dr.^a Sónia Guilherme; julho 2017).

O alvará de loteamento (2015) abrange 128 500m², incluindo áreas de cedência¹⁴⁹ (CML 2012). Considerando que é uma zona pós-industrial ribeirinha carente de operações de regeneração urbana, optou-se por criar novos edifícios habitacionais e equipamentos de retalho, com vista a revitalizar essa área. O desenho do edificado foi inspirado no passado industrial do sítio, em particular na antiga malha urbana dos complexos industriais, tendencialmente localizados perpendicularmente ao rio (e.g.: edifício principal e complexo fabril Abel Pereira da Fonseca). Todavia, essa uniformidade é interrompida pela introdução de diversas vias paralelas ao rio, tal como a artéria principal da proposta, a qual será orientada para atividades comerciais (i.e.: lojas), áreas pedonais e transportes públicos (**Fig. 137**). Os edifícios são inspirados em tradições lisboetas, nomeadamente as fachadas simples e regulares, revestidas a azulejos, e articuladas com espaços de logradouros interiores (**Figs. 138-140**).



Figura 138. Planta parcial do projeto do novo parque urbano “Jardins Braço de Prata”. (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>).

¹⁴⁹ As áreas de cedência previstas à CML (i.e.: 15 782,54m²) englobam áreas de cedência para: construção de vias (4 070m²); estacionamento (645m²); passeios (5 972,54m²); espaços públicos diversos (10 687,54m²); equipamentos (1 050m²); espaços verdes (4 045m²) (PDML 2012). De acordo com o PDML (2012), está também prevista uma área de servidão pública correspondente a 21 340m² (PDML 2012).

Figura 139. Vista real da obra em curso, na finalização da 1ª operação de loteamento. (Fotografia da Autora, Braço de Prata, abril 2015).



Figura 140. Perfil geral do projeto do novo parque urbano “Jardins Braço de Prata”. (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>).

Está também prevista uma grelha de vegetação com cerca de 1700 palmeiras, complementando a nova malha urbana proposta.

A 1ª operação de loteamento terminou em abril de 2015, seguindo-se a 2ª fase de loteamento, a concurso em 20 de abril de 2015¹⁵⁰ (**Fig. 141**). O projeto prevê a requalificação do antigo edifício fabril da Tabaqueira (**Fig. 2**), considerando-o como o elemento central do projeto, atribuindo-lhe novos usos (culturais) (Campelo 2016).



141



2

Figura 140. Vista da obra do projeto “Jardins do Braço de Prata”, em execução, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2017).

Figura 2. Vista do edifício da fábrica “Tabaqueira”, em estado de ruína, Braço de Prata, Lisboa. (Fotografia da Autora; abril 2015).

¹⁵⁰ Informação cedida pelo Arquiteto Eduardo Campelo da CML, na apresentação da visita à ZROL promovida pela Ordem dos Arquitetos em 18.04.2015, no âmbito dos eventos da *Semana da Reabilitação Urbana*.

3.3 Síntese da análise das propostas de regeneração urbana em curso para a ZROL

Apesar das propostas de regeneração urbana serem complexas, em parte pela inexistência de regras previamente definidas, no caso da ZROL tal não se verifica, uma vez que a presença e a necessária relação com o rio, a estrutura urbana e as pré-existências marcadamente fabris, estabelecem padrões e referências de atuação. O enfoque das propostas de regeneração urbana previstas pela CML/PDML (2012) para a ZROL previamente analisadas reside na questão habitacional¹⁵¹. Apresentamos uma planta síntese (**Fig. 142**) com as principais áreas em intervenção pela CML.

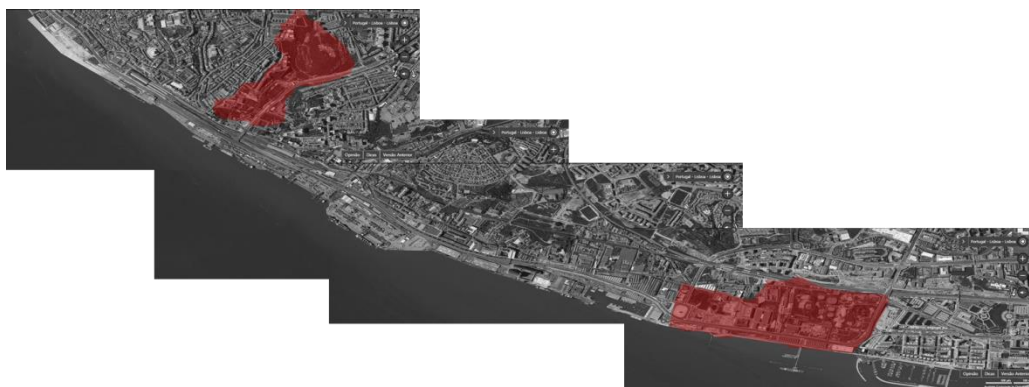


Figura 142. Planta síntese das intervenções (em curso e planeadas) da CML para a ZROL.

(Diagrama elaborado pela autora sobre vista aérea parcial da cidade de Lisboa; Fonte: *Bing Maps*; outubro 2016).

Nos casos do PP da Matinha e do projeto Jardins Braço de Prata concluímos que se tratam de operações específicas de *reestruturação urbana*¹⁵² e/ou de *renovação urbana*¹⁵³ e

¹⁵¹ Embora a habitação constitua um pilar essencial nas políticas urbanas e na elaboração de visões estratégicas, abrangentes e integradas (Cardoso 2005, p. 119) de (re)desenvolvimento e competitividade territorial, no âmbito do planeamento e gestão urbana, requer, no entanto, intervenções de conjunto (e.g.: espaço público e espaços verdes coletivos), visando a coesão socioeconómica, a adequação aos novos padrões de vida e às estruturas familiares emergentes (MAOTE 2014; Nevado 2015).

¹⁵² De acordo com a Ficha N.º 57 do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio, “Por reestruturação urbana entende-se uma forma de intervenção no tecido urbano existente que tem por objetivo a introdução de novos elementos estruturantes [e.g.: equipamentos de utilização coletiva ou infraestruturas urbanas como novas vias] do aglomerado urbano ou de uma área urbana.”. Por norma, a reestruturação implica a demolição de partes do tecido urbano existente e o consequente preenchimento do tecido remanescente com edificação nova, onde se inserem novos usos e se altera profundamente a estrutura fundiária (Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio; Rosário 2010, p. 4).

¹⁵³ De acordo com a Ficha N.º 59 do Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio, “Por renovação urbana entende-se uma forma de intervenção no tecido urbano existente em que o património urbanístico ou imobiliário é substituído, no seu todo ou em parte muito substancial.”. A morfologia urbana e a tipologia da edificação existentes são alteradas e as infraestruturas e espaços urbanos de utilização coletiva são reconstruídos de acordo com a(s) nova(s) solução(ões) urbanística(s) adoptada(s). Porém, pode existir a substituição do património imobiliário sem alterar a morfologia urbana, devendo-se, nesse caso, assegurar que as

não de *regeneração urbana* visto que não são processos abrangentes e integrados. Mas para além da execução do PP da Matinha e do projeto Jardins Braço de Prata, prevê-se a inauguração do *Hub* Criativo do Beato em 2018, no antigo complexo da Manutenção Militar, na antiga zona da moagem, visando recuperação e o foco museológico, e futuramente a integração do complexo no património da cidade (SIC Notícias 2017). O novo bairro criativo da capital será um dos maiores da Europa e espera-se que ajude a dinamizar a zona do Beato (SIC Notícias 2017). Serão preservadas a imagem, a tradição e a memória histórica do espaço e prevê-se a inclusão de indústrias criativas (e.g.: Laboratórios; *Hub* Digital da Mercedes), áreas de lazer, restauração, bares e locais de espetáculos, StartUp's (e.g.: StartUp Lisboa, a qual lidera o projeto; incubadora de empresas nacionais e internacionais) e atividades no âmbito da inovação, contando com parceiros internacionais e contribuindo para posicionar a cidade de Lisboa no panorama do empreendedorismo internacional (SIC Notícias 2017). Essa transformação funcional contribuirá para transformar aquela zona num pólo e numa centralidade determinantes da cidade e na sua área metropolitana. Contará ainda com espaços pedonais, arte urbana, vista para o rio e serviços de apoio à população local (e.g.: lavandaria, ginásio, creche, etc.). Até à inauguração desse novo bairro criativo da capital, a CML desenvolverá também a questão dos transportes (acessibilidades).

Prevendo também uma regeneração ambiental, a inclusão de áreas verdes é extremamente importante para contrariar o passado poluente, associado às atividades e vestígios da indústria pesada (Fadigas 2016).

Apesar da diversidade e heterogeneidade características do território da ZROL, cremos que poderão representar mais-valias para a sua valorização (e.g.: pelo ponto de vista histórico-cultural). De que forma(s)? Por exemplo, o território da ZROL, a sua história e legado são únicos no mundo; possui estruturas adaptáveis e versáteis (e.g.: antigos pavilhões fabris); fomento da reabilitação urbana e consequentes oportunidades de aumento de emprego; etc.

A ZROL detém potencial patrimonial físico/material e imaterial (e.g.: história urbana; memória coletiva da cidade e da AML; Fado; coletividades e associações operárias; etc.).

O estudo de caso da zona ribeirinha oriental de Lisboa coloca questões relevantes do ponto de vista da regeneração urbana, no âmbito da intervenção arquitetónica e urbanística, tendo em consideração as sucessivas mutações físicas e socioeconómicas e na gestão do Porto de Lisboa, que se refletem na consequente complexidade urbana atual. Apesar do património industrial integrar uma parte essencial da história de Lisboa, seguem-se políticas de valorização exclusiva dos elementos mais antigos, e nem sempre privilegiando o património industrial. Tal como Custódio e Folgado (1999) afirmam, “Quintas e conventos, armazéns e fábricas são parte integrante de um universo coerente que Lisboa deve cultivar através de uma

infraestruturas urbanas, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva são adequados às novas necessidades de funcionamento do tecido urbano após a operação de renovação, prevendo-se, sempre que necessário, a realização de intervenções sobre estes elementos do tecido urbano de forma coordenada com a substituição do património imobiliário (Rosário 2010, p. 5).

política dinâmica de preservação e reutilização criativa de espaços e edifícios.” (Custódio e Folgado 1999). Essas opções são justificadas pela falta de acompanhamento do processo de desindustrialização da zona oriental, no que concerne a medidas de conservação e salvaguarda de edifícios e de espólios, a sua recuperação e reconversão, evitando o desaparecimento da importante imagem industrial e cultural de Lisboa, tal como os palácios, as igrejas, os conventos ou as quintas e elementos do mobiliário urbano e rural (Folgado 2009).

A partir da década de 1970, muitas indústrias da Zona Oriental revelavam indícios de envelhecimento e acabavam por perecer com o impacto económico e social da Revolução de 25 de abril de 1974, contagiando também as modernas indústrias dos Olivais. O fenómeno registou-se igualmente noutros bairros industriais - Boavista, Belém, Alcântara, Campo Grande, Junqueira -, sem um planeamento coerente, uma vez que o PDM de Lisboa não contemplou aspetos importantes do património industrial da cidade, num contexto de política de prevenção da sua identidade, nem viabilizou vertentes indispensáveis para a manutenção de uma memória técnica à altura das suas responsabilidades culturais, excetuando os bairros operários, onde se atendeu aos estudos de arquitetos portugueses que com a cidade trabalham. Deste modo, denotou-se uma ausência de medidas cautelares em relação a todo o património industrial da cidade,¹⁵⁴ negando a componente paisagística, ocultando valores arquitetónicos e técnicos, desvalorizando realidades fabris, industriais e técnicas, um tanto ou quanto estranhas à cultura e negando-a por razões económicas, sociais ou ambientais, gerando efeitos perversos na transmissão da identidade (Folgado 2009). Face a uma localização secundarizada em comparação com outros espaços da cidade – tais como a Baixa Pombalina, Saldanha ou Bairro Alto -, o património industrial oriental afastou-se de pressões económicas e sociais (Folgado 2009). Contudo, as operações urbanísticas de Chelas e dos Olivais, durante a década de 1960, despertaram interesses imobiliários, de carácter especulativo, que a par com o desenvolvimento da *Expo '98*, durante a década de 1990, contribuíram para o abandono e consequente desaparecimento o património industrial existente, contrariando as tendências dos países desenvolvidos (Folgado 2009).

3.3.1 A “devolução do oriente” e da frente de água

O processo de “devolução do oriente” (Matias Ferreira 2004) à cidade e da frente de água à população é uma ideia recente (Anselmo Vaz 2016) mas constitui um desafio estratégico, especialmente no universo das políticas urbanas, face às transformações urbanas e aos problemas atuais da zona oriental ribeirinha de Lisboa. Nesse sentido, foram criados

¹⁵⁴ “O alheamento público face ao património industrial e à sua valorização moderna, segundo critérios europeus e determinados pelo Conselho da Europa, faz com que Portugal seja o país onde os imóveis industriais são menos contemplados com medidas cautelares de protecção. Este alheamento tem motivações na mentalidade da população, no obscurantismo das instituições e nas condições económicas do país, onde os próprios empresários, só com raras exceções, se envolveram em acções de preservação e salvaguarda da sua identidade industrial. (...)”. In: *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, p. 11.

vários programas, sobretudo nos anos noventa do século XX, entre os quais se destaca o “Caminho do Oriente”, envolvendo “um vasto conjunto de obras de recuperação de edifícios, públicos e privados, e um amplo programa de manifestações, das quais as exposições temáticas e fotográficas, a animação dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca e o plano de edições constituem marcos salientes.” Preconizado pela investigação “Um passeio a Oriente”, de José Sarmiento de Matos (1993) Edição Expo '98/Metropolitano de Lisboa, foi possível iniciar um trabalho de recuperação de memória, redescobrimdo o oriente lisboeta. O levantamento patrimonial da Zona Oriental foi levado a cabo pelos responsáveis da Expo '98, e foi publicado o livro “Lisboa, Um Passeio a Oriente”. Para além do estudo historiográfico, lançou-se a componente da investigação, inserida num “projeto de reabilitação e de animação de uma área específica da cidade”. O programa “Caminho do Oriente” iniciou-se em novembro de 1996. A delimitação da área em estudo consistiu no antigo percurso ribeirinho até Marvila. Os programas de reabilitação iniciam uma revolução que exige imaginação, criatividade e audácia, sobretudo tendo em conta a escassez de financiamento, público e privado. A “(re)descoberta do Oriente” teve início com a escolha e delimitação da zona de implantação da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, e com a necessidade de um olhar crítico e de análise perante a área de intervenção, que havia sido pouco investigada até à data. Contudo, o restante território oriental ficou por investigar, à exceção do trabalho de investigação de Ralph Delgado sobre os Olivais, onde se tentou definir uma “unidade estruturante de uma zona da cidade, individualizando-se (...) os edifícios mais interessantes, quer na sua riqueza patrimonial e artística, quer nas informações históricas que pode oferecer.”

3.3.2 A ação municipal na frente ribeirinha oriental de Lisboa (1960-presente)

Analisando o PDRL (1964), constatamos que a regeneração urbana não é diretamente contemplada no plano, à exceção das decisões de transferência da indústria.

No caso do PDML (1994), a regeneração urbana/reabilitação urbana são essenciais, não havendo, contudo, um plano específico para aquela área. Foram, contudo, desenvolvidos outros planos (e.g.: POZOR; PUZRO; **Fig. 143**) com vista à regeneração urbana da área em estudo e prevendo a criação de diversas centralidades ao longo da frente ribeirinha (Craveiro 2016).

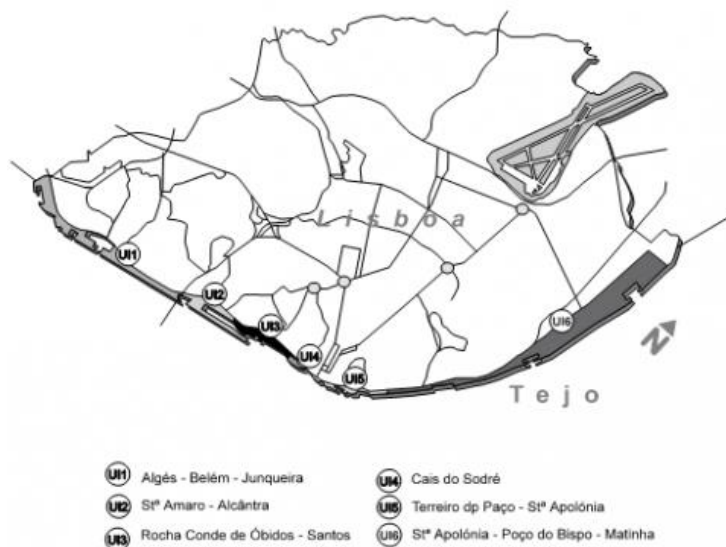


Figura 143. POZOR (1995). (Fonte: <http://confins.revues.org/7702>).

Analisando a ação municipal na zona ribeirinha oriental de Lisboa desde a década de 1980 até à atualidade, constatamos também que esta zona da cidade não foi objeto de políticas municipais globais e articuladas com a APL, excetuando algumas intervenções pontuais no âmbito das acessibilidades, contribuindo para a marginalização desse território na cidade (Craveiro 1997, p. 49). Destaca-se apenas o *Concurso de Ideias para a Zona Ribeirinha* (AAP 1988) que despoletou o debate e a atualização de preocupações urbanísticas à semelhança do contexto internacional e salientando a urgência de atuações por parte da Administração Central e Local (Craveiro 1997, p. 49). As intervenções realizadas foram setoriais/pontuais (e.g.: tal como a mega operação EXPO '98, no troço Matinha-Trancão) e mais limitadas dentro das zonas operacionais portuárias, realizadas diretamente pela autoridade portuária ou através da iniciativa de privados como contrapartida da autorização de exploração de equipamentos (e.g.: Terreiro do Trigo e Santa Apolónia) (Cabral 1997, p. 80). Deste modo, a frente ribeirinha constitui ainda hoje uma barreira física à fruição do rio e do estuário do Tejo (Craveiro 1997, p. 49), excetuando alguns troços recentemente regenerados na zona de Santa Apolónia (e.g.: Jardim do Tabaco) (Nevado 2014b). A partir da década de 1980 constatamos a passagem da óptica de *governo* para a de *governança* nos países desenvolvidos (Ferrão 2013, p. 258). O caso Português não é exceção, tendo o planeamento e, sobretudo, a gestão urbana de índole estratégica sido importados e implementados até à atualidade, materializando-se em programas, políticas e IGT (e.g.: Planos Diretores Municipais) hierarquizados. A atuação do Município de Lisboa neste âmbito estratégico de intervenção incidiu na elaboração de PMOT na envolvente da frente ribeirinha (e.g.: zona oriental), com vista à sua reabilitação e requalificação, enquadrando-se no quadro do desenvolvimento cidade-porto e da proteção do património cultural (Craveiro 1997, p. 52). Preconizavam soluções como a salvaguarda e reutilização de património edificado, a renovação de tecido

urbano (e.g.: Aterro da Boavista) e a requalificação urbana, por via da multiplicação de espaços públicos e de equipamentos lúdico-culturais (Craveiro 1997, p. 52). Pretendia-se que a política de reordenamento progressivo da zona adjacente ao território sob jurisdição da APL promovesse efeitos multiplicadores sobre as áreas de intervenção, promovendo o desenvolvimento de movimentos de cidadania perante a sua requalificação (Craveiro 1997, p. 53; Nevado 2014b).

Considerando uma realidade diversificada e as diretrizes que orientam os diferentes níveis das acções estratégicas, era necessário um sistema de planeamento aberto a vários instrumentos visando obter soluções de reabilitação, introduzindo novos espaços funcionais e de lazer na cidade (Craveiro 1997, p. 51). Em 1990, a CML aprovou o desenvolvimento de um sistema de planeamento estratégico que não se esgotava no Plano Estratégico de Lisboa (PEL), já que recorreria a diversos mecanismos legais em articulação com o PDM (dotado de suporte técnico definido pelo DL n.º 69/90 de 2 de março), introduzindo uma atitude estratégica de elaboração simultânea de Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP) e Projetos Prioritários de Intervenção que interagiam com o PDM (Craveiro 1997, p. 51). O projeto de cidade da década de 1990 destaca como um dos seus objetivos principais para Lisboa a retoma do tema da cidade ribeirinha, estabelecendo a necessidade da devolução do rio à cidade (Castro 1997, p. 95), como forma de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, e promover internacionalmente a cidade como *Capital Atlântica da Europa* (CML 1990; Craveiro 1997, p. 50).

O Arco Ribeirinho era então considerado como uma das oito Áreas Estratégicas de Intervenção Urbanística (AEIU), tendo como objetivo estratégico ligar a cidade ao rio, assumindo e integrando, no entanto, o porto como potenciador da atividade económica, do relacionamento internacional e como património/memória da cidade, redescobrimo uma complementaridade urbano-portuária como prioridade das políticas municipais e chave para a transformação do território em diálogo com o rio (Craveiro 1997, p. 50).

A transferência física de estruturas portuárias por motivos estratégicos e pelo inerente impacto ambiental na cidade para a Margem Sul desencadeou a necessidade da existência de um plano integrado e adaptado à nova realidade socioeconómica (Craveiro 1997, p. 50) da AML. Sob a estratégia de devolver o rio à cidade, no âmbito dos IGT (Castro 1997, p. 95), a CML em parceria com a APL e o Ministério do Mar iniciou uma grande operação de regeneração urbana dos núcleos e enclaves portuários antigos e de constituição de novas frentes urbanas em áreas obsoletas (Craveiro 1997, p. 50). Era também necessária a instalação de múltiplas funções urbanas para além da restauração (comércio, serviços, hotelaria) relacionada com as docas de recreio, implantação de espaços naturais, planos de água, melhoria de cais de embarque, atividades lúdico-culturais, em concertação com entidades e iniciativas privadas e prevendo a melhoria de acessibilidades e articulação entre meios de transporte (Craveiro 1997, p. 50-51).

Porém, a intervenção não privilegiou a frente ribeirinha oriental à exceção das zonas de Santa Apolónia e EXPO '98, tendo-se focado sobretudo a Ocidente (e.g.: Belém, Alcântara, Cais do Sodré, Terreiro do Paço). Para além disso, a dificuldade em encontrar localizações alternativas no estuário do Tejo com melhor aptidão para as atuais áreas portuárias, coexistentes com as zonas de maior pressão urbana e de maior conflito (e.g.: Santa Apolónia-Matinha), inviabilizava novas situações de regeneração de frentes ribeirinhas por via da desativação das áreas portuárias, tal como aconteceu nas intervenções realizadas no início dos anos 1990 (Cabral 1997, p. 77; Nevado 2014b).

Em 1995, a CML apresentou o *Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha* (POZOR; 1993-94) em articulação com a APL, definindo um novo ordenamento das áreas de utilização e operação portuária e delimitando possíveis zonas de utilização urbana na frente ribeirinha (Craveiro 1997, p. 57). Esta proposta implicou a reavaliação do plano estratégico portuário e a elaboração de um plano específico de ordenamento e gestão do porto, definindo, pioneiramente, as áreas exclusivamente operacionais portuárias (e.g.: Santa Apolónia-Matinha), as respetivas reservas e outras áreas para instalação de usos urbanos (Craveiro 1997, p. 57). As principais áreas operacionais portuárias – essenciais e com potencial para que o porto de Lisboa se afirme internacional e competitivamente - são estabelecidas, incluindo a zona oriental (Santa Apolónia-Matinha) na margem norte, complementar ao principal terminal de contentores do país (na zona de Alcântara-Santos) (Craveiro 1997, p. 57). Os debates desencadeados pelo POZOR no seio do Município levaram à realização de estudos articulados para áreas de intervenção complementares/conjuntas, em articulação entre a CML e a APL, centrando-se em temas como acessibilidades, valorização de património/memória da cidade e articulação/integração de projetos urbanísticos, incidindo na requalificação de espaços públicos e na criação de núcleos museológicos (e.g.: Santa Apolónia) (Craveiro 1997, p. 58). Para além disso, a CML elaborou diversos planos de conjunto para a cidade e específicos para a zona oriental (e.g.: *Plano de Estrutura da Zona Oriental*, em 1992; o *Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental*, em 2001), com um enfoque global e estratégico, tais como o *Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental* (2008) (**Fig. 144**), a *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024* (2009) e o documento *Da necessidade e conveniência de um estudo global para toda a área ribeirinha da cidade de Lisboa* (2012) (Nevado 2014b).

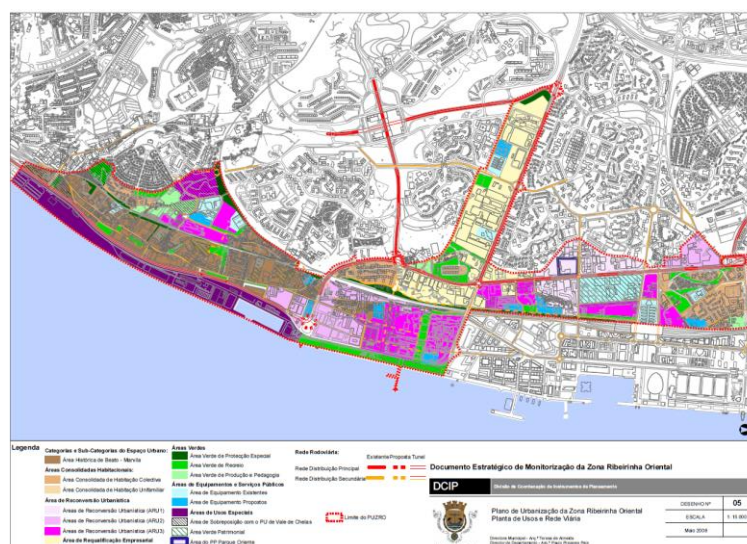


Figura 144. Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental - Planta de acessibilidades (CML 2008).

A proposta de intervenção na área em estudo encontra-se regulamentada pelo *Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental* (CMLa 2012), de onde destacamos a importância da melhoria de acessibilidades e identificação de usos, tal como é evidente na *Planta de Usos e Rede Viária* do *Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa* (PUZRO) (CML 2008; Nevado 2014b). A *Proposta Geral de Intervenções na Frente Ribeirinha* prevê a (re)criação de diversas centralidades (Craveiro 2016).

Finalmente, na sequência do PDML (1994), do seu processo de revisão iniciado em 2008 e de políticas urbanas à escala nacional (e.g.: *Política de Cidades POLIS XXI* (MAOTDR 2007), foi publicada a proposta final do PDML em 2012 (CML 2012), onde a regeneração urbana constitui uma prioridade estratégica, através de incentivos de gestão e valorização de património municipal (e.g.: de Bairros Municipais), processos participativos (e.g.: BIP/ZIP) e regulamentação mais acessível no âmbito do licenciamento para projetos de reabilitação urbana (CMLb 2012).

a. Programa “Viver Marvila”

O programa *Viver Marvila*, resultante de uma parceria entre o município e o IHRU, é uma das mais recentes e significativas ações (Nunes e Sequeira 2011, p. 6; 10). Compreende e diversos programas locais relacionados com camadas mais jovens e os riscos sociais, com o acesso a recursos digitais à ocupação de tempos livres das populações, etc. (Nunes e Sequeira 2011, p. 6). A zona de Marvila e de Chelas localizam-se numa área urbana vasta, associada simbolicamente a espaços urbanos fragmentados, o que leva a questionar a ação pública no território (Nunes e Sequeira 2011, p. 6). A fim de contrariar o estigma e os preconceitos sociais relativamente a esses núcleos, a CML e outras entidades privadas (e.g.:

Atelier MOB) têm direcionado olhares para a melhoria de espaços públicos (Nunes e Sequeira, p. 6). Tal é o caso da renovação da sinalética do lugar, melhoria de redes de transportes públicos (e.g.: Carris), inclusão de mobiliário e equipamentos de proximidade urbanos e ainda a melhoria das acessibilidades (e.g.: regularização de passeios) (Nunes e Sequeira, p. 6).

Porém, esses núcleos urbanos ainda se encontram afastados da cidade de Lisboa. A gestão dos usos dos solos é dificultada, sobretudo, pela definição rigorosa do *zoning*, equivalente ao uso habitacional, levando, consequentemente, à marginalização do território (Nunes e Sequeira 2011, p. 6). De acordo com Nunes e Sequeira (2011), a zona de Chelas é servida pela rede de metropolitano (nomeadamente as estações de Chelas e Cabo Ruivo) desde 1998 – ainda na senda da operação de regeneração urbana da EXPO'98 e do Parque das Nações -, que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes/utentes, assim como para a transformação positiva socioeconómica (Nunes e Sequeira 2011, p. 6).

b. SRU Oriental

A ZROL é hoje território de ação pública (Nunes e Sequeira 2011). Em 2005, foi criada uma Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) - i.e.: um instrumento de política urbana concebido pelo Estado para articular e orientar investimento público e privado – e existia disponibilidade financeira pública para investir na reabilitação oriental¹⁵⁵ (Nunes e Sequeira 2011). Foram também publicados os objetivos da SRU e o seu perímetro de intervenção, onde se incluíam núcleos habitacionais degradados (Nunes e Sequeira 2011). Em Marvila e no Beato residia população envelhecida, pouco escolarizada e com baixos rendimentos (Nunes e Sequeira 2011).

c. Intervenção cultural: “Lisboa Capital do Nada” e a “Fábrica Braço de Prata”

A zona de Marvila tem sido alvo de diversas ações de revitalização social, económica e artística, sobretudo a partir da iniciativa *Caminho do Oriente* (Matos e Paulo 1999; Nunes e Sequeira 2011, p. 7). A iniciativa cultural Lisboa Capital do Nada foi um desses eventos e foi promovido pela *Associação Extramuros*, no ano de 2001 (Nunes e Sequeira 2011, p. 7). A iniciativa consubstanciou-se na prossecução de diversas intervenções artísticas de fruição pública, com o intuito de aproximar populações locais e promover usos alternativos dos espaços urbanos, sob o pretexto de transformar esses espaços públicos por via do debate (Nunes e Sequeira, p. 7). Através da participação de diversos artistas de renome (tais como Fernanda Fragateiro), foi possível reutilizar e reinterpretar espaços públicos com recurso a atividades artísticas (e.g.: no âmbito do desenho), simbólicas e expositivas (Nunes e Sequeira, p. 7). Uma das intervenções mais significativas no âmbito do projeto foi uma iniciativa de

¹⁵⁵ Num jornal diário, surgiu uma notícia/reportagem acerca da disponibilidade de “Cem milhões de euros para reabilitar a zona oriental.”(Nunes e Sequeira 2011).

sinalética de espaços e equipamentos públicos, que contou com a população na seleção do *design* das peças (Nunes e Sequeira, p. 7).

Outros dos exemplos mais emblemáticos no âmbito cultural e de revitalização socioeconómica na ZROL é o caso da *Fábrica Braço de Prata* na sequência da sua renovação (Nunes e Sequeira, p. 8). Essa antiga fábrica de armamento de guerra (1908-1990) é agora palco de inúmeros eventos artísticos, culturais e sociais, ou seja, é um lugar de produção artística e cultural (Nunes e Sequeira 2011, p. 8). Por isso, gera valor e contribui para incluir a ZROL no imaginário coletivo da cidade, colmatando o seu afastamento da cidade e da AML (Nunes e Sequeira, p. 8). Atualmente, esse equipamento urbano faz fronteira com a delimitação do novo projeto em curso Jardins Braço de Prata e manterá o seu uso cultural (Nunes e Sequeira 2011, p. 8).

Considerando os casos apresentados, concluímos que existem diversas possibilidades de intervir na cidade, reorganizando sistemas urbanos através de produção local (Nunes e Sequeira 2011). A reocupação de reutilização de espaços pós-industriais apresenta inúmeras valências e alternativas à inclusão de usos habitacionais, ou seja, privilegiando os usos mistos e diversificados (Nunes e Sequeira 2011). Porém, tal só será possível se as entidades envolvidas nas decisões políticas, administrativas e executivas municipais atribuírem importância e optarem por essa via (Nunes e Sequeira 2011).

▪ **PARTE 2 – Proposta prospetiva**

3.4 Proposta geral para as zonas ribeirinhas portuárias/pós-industriais

Constrói-se uma metodologia prospetiva de regeneração urbana com base nos princípios da conservação crítica (Conservação Integrada (Castello 2006) no âmbito da regeneração urbana e da gestão urbana para a área em estudo, recriando centralidades sob uma visão integrada e considerando os programas, planos urbanos, a cidade e a história como ferramentas projetuais. Partindo do princípio de que a cidade mapeia/cartografa a sua própria evolução e o passado anuncia o futuro, recorremos aos registos históricos, à cidade e o seu passado para compreender processos de (re)construção urbana (Lowenthal 1985; Terán 2009). Elaboram-se sínteses/diagramas com base em bibliografia, instrumentos legislativos, dados estatísticos e cartografia, e definem-se linhas de investigação futura, procurando modos de projetar na contemporaneidade investigando o passado do território e da governação. Propõe-se a (re)criação de centralidades e continuidades urbanas ao longo da frente ribeirinha em relação com outras áreas urbanas (centrais/periféricas na AML e no arco ribeirinho do Tejo). Essas inserem-se em lógicas multiescalares de cooperação intra e inter regional, considerando o aumento da produtividade e competitividade, adaptando infraestruturas e espaços públicos pré-existentes, criando uma rede de equipamentos urbanos que articulem escalas (local, municipal e regional) e beneficiem a relação entre cidadão, Estado e território. As propostas inserem-se no atual e futuro contexto de crise económica/indisponibilidade financeira pública e nos modelos de governação urbana e territorial em rede/parcerias, envolvendo diversos atores, processos *bottom-up* de desenvolvimento urbano integrado, onde as componentes de avaliação, monitorização e concertação como meios de controlo da implementação e execução das políticas e um maior conhecimento sobre o território e as práticas de intervenção adquirem importância. Demonstra-se a aplicabilidade projetual da investigação, a atualidade dos conjuntos de medidas legislativas orientadas e opções face à parceria pública e privada, considerando a tendência de envelhecimento da população local e da progressiva regeneração e coesão socioeconómica, assinalando a importância da intervenção no espaço público, no parque edificado e mediante a (re)introdução de usos na área em estudo, partindo das pré-existências e da possibilidade de financiamento internacional enquanto oportunidades de investimento.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento urbano não é incompatível mas antes beneficia com as intervenções de conservação e sustentabilidade (Veldpaus 2015), sugerimos seguintes princípios gerais de atuação para as zonas ribeirinhas portuárias/pós-industriais:

- i. Consideração de tecidos urbanos no âmbito da regeneração e da conservação urbana integrada;

- ii. Criação de regimes legais excepcionais e/ou temporários no âmbito da regeneração, reabilitação e conservação urbana;
- iii. Consideração das frentes ribeirinhas como espaços de mediação e da heterogeneidade e diversidade presentes como fatores de valorização cultural;
- iv. Propostas integradas, prevendo o investimento em infra-estruturas públicas (e.g.: equipamentos urbanos e espaços públicos) e privadas (habitação).

Considerando o quadro legal vigente¹⁵⁶, a regeneração urbana como prioridade e a riqueza histórica e urbana do(s) território(s) da ZROL, enunciam-se os seguintes princípios e modalidades de preservação, conservação, planeamento e gestão do património:

- i. Abordagens integradas com a comunidade;
- ii. Refuncionalização das pré-existências;
- iii. Recriar antigas acessibilidades para ligação com outras áreas da cidade e AML;
- iv. Melhoria das condições de habitação dos moradores, ao invés da demolição¹⁵⁷, atribuindo primazia aos habitantes locais. Consequentemente, atrair investimento externo;
- v. Valorização patrimonial conjunta e de cariz urbano (e.g.: paisagem urbana; espaços públicos; tecido urbano como património cultural; acessibilidades/vias), minimizando fenómenos de *gentrification*;
- vi. Conservação do património como política de regeneração urbana em cidades globais, com base em estratégias de re-desenvolvimento territorial e de coesão social e económica;
- vii. Criar e integrar novos equipamentos urbanos (e.g.: Biblioteca de Marvila) com a comunidade, promovendo espaços para eventos e tradições culturais locais (e.g.: Marchas Populares);
- viii. Considerar a história/passado como fundamentos para a intervenção.
- ix. Elaboração de *Planos de Conservação Integrada*, inseridos em estratégias abrangentes de regeneração urbana;
- x. Conservação justificada pelo ponto de vista da função e utilidade pública, para além do reconhecido valor urbano (Jokilehto 1999).

¹⁵⁶ A nova LBOTU - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de ordenamento do território e de urbanismo aprovada pela Lei n.º 31/2014 de 30 de maio, estabelece a obrigatoriedade dos Planos urbanos conterem elementos que permitam a monitorização de estratégias, objetivos e resultados da sua execução, privilegiando também a reabilitação e regeneração urbana.

¹⁵⁷ Vd. enquadramento legal vigente, com especial destaque para: regimes excepcionais (e.g.: Decreto-Lei 53/2014 – Regime Excepcional Temporário de Reabilitação Urbana; Lei 31/2014 - Lei de Bases Gerais da política pública de solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo).

3.5 Proposta prospetiva para a ZROL

Com base na história do sítio (Capítulo 1), no confronto entre os planos urbanos (Capítulo 2) e nas operações, programas e estratégias no âmbito da regeneração urbana que têm vindo a ser implementados na área em estudo (Capítulo 3), elabora-se uma proposta que privilegia a recentralização urbana, i.e.: a recriação da área como uma nova centralidade na cidade e na AML. Atualmente é um momento chave para (re)construir a cidade sobre a existente, ou seja, uma nova etapa de urbanidade que surge em contínuo, considerando preocupações ambientais, de desenvolvimento sustentável, democráticas e regionais, focadas na reconstrução da cidade contemporânea (Camarinhas 2009).

Considerando a ZROL como uma nova centralidade emergente na cidade, nesta proposta teórica, evidenciamos:

- i. a melhoria de condições de acessibilidade, de qualidade de vida e de fruição do espaço e paisagem urbanos;
- ii. a passagem do planeamento para a gestão estratégica, colaborativa e integrada municipal, relevando a regeneração urbana, a transformação do formalismo dos planos urbanos para processos dinâmicos e interativos e o papel dos técnicos (e.g.: de arquitetura, urbanismo, economia, sociologia, entre outros) nesse processo através do incentivo ao debate público;
- iii. o convite ao conhecimento (empírico) da ZROL, como contributo individual e global, destacando o papel do município, comunidades e equipas interdisciplinares nas operações de regeneração urbana, visando a coesão socioeconómica e a importância da revisão dos IGT através de processos participados, inclusivos e multiescalares, evitando fenómenos de *gentrification* (Nevado 2014b).

Destacamos a importância do desenvolvimento de propostas por entidades académicas/do ensino superior e as sinergias proporcionadas por esse tipo de agentes em regime de colaboração/cooperação. Um maior envolvimento/participação na elaboração e implementação de políticas e estratégias de regeneração urbana (e.g.: Laboratórios de investigação), assim como na fase de manutenção futura das intervenções pelo meio académico representa uma mais-valia na medida em que garante uma participação de agentes qualificados e a sugestão de formas alternativas de abordagem dos problemas e de intervenção.

Esses agentes podem assumir um papel proativo através da criação de Laboratórios científicos e *hubs* tecnológicas. O redesenvolvimento de áreas urbanas é realizado mediante a inclusão de usos mistos, a geração de emprego e consequentemente a criação de valor e a melhoria da qualidade de vida. Tal não implica considerar as áreas urbanas como palimpsestos, mas antes aproveitando e melhorando o máximo de elementos pré-existentes. Os elementos patrimoniais desempenham um papel fulcral, já que potenciam o aumento da

atividade turística. A participação das Universidades e Centros de Investigação é proveitosa, na medida em que podem ser contribuídos novos pontos de vista, *know-how* altamente específico e mão-de-obra pouco (ou nada) dispendiosa.

“Universities are promoted then as agents of urban regeneration because they are seen to generate economic activity and produce skilled localised workforces to power the knowledge economy (...), while offering stability and ‘sticky capital’ (...) as anchors for development with a long-term commitment to place (...) and community participation. Furthermore they have access to alternative and diverse sources of funding, from both higher education and urban renewal funds, that can be directed into physical projects with benefits for stakeholders including business and local communities (...). Hence university spatial development plans often garner support from national and local government as vehicles for long-term urban regeneration initiatives – even though the primary driver for such projects is nearly always the need for additional space, including high quality facilities and environment to attract and retain the best staff and students (...). Indeed in many cases, especially in the US, HEIs may have long track records of conflict and distrust with local communities who see them as predators on their territory (...), and so the active embrace of the third or civic mission is vital to re-balancing those relationships within the larger discourse of urban regeneration.” (Melhuish 2015, p. 8).

Propomos uma colaboração cooperativa e prospetiva através de parcerias público-privadas (meio académico, CML, AML, APL, Universidades, Centros de Investigação, empresas, etc.) com vista à criação de *Laboratórios de Investigação* (e.g.: para levantamento de património e oportunidades existentes). Partindo do território e património, as propostas a elaborar deverão ser integradas e inseridas nos IGT em vigor. Propõe-se a também a valorização da arquitetura banal, através da revelação da sua história, tornando-a também “património” e parte integrante do território. O objetivo será o de reforçar as identidades locais, contando também com a participação das coletividades e associações locais, considerando as suas tradições e o seu passado.

Nesse sentido, enumeramos as possíveis atividades a levar a cabo pelas Universidades (i.e.: investigadores, docentes e discentes das áreas relacionadas com estudos urbanos, geografia, arquitetura, arquitetura paisagística, urbanismo, etc.) na elaboração/implementação de planos urbanos e de estratégias de regeneração urbana:

- i. Reconhecimento levantamentos de oportunidades e ameaças dos lugares;
- ii. Levantamentos (métricos e fotográficos) de espaços e edifícios;
- iii. Elaboração de peças desenhadas;
- iv. Elaboração e implementação de estratégias de regeneração urbana;

- v. Contacto com comunidades locais;
- vi. Conhecimento da história e tradições locais (património imaterial);
- vii. Criação de uma plataforma *online* de apoio às equipas de regeneração urbana nos processos colaborativos de decisão política (Melhuish 2015).

Num mundo globalizado, competitivo e por vezes com poucos recursos (e.g.: humanos; financeiros), o seio académico encontra-se dotado de um corpo técnico altamente qualificado e inovador, cujas capacidades deverão ser tidas em conta. O meio académico pode representar uma âncora cultural determinante para o sucesso e manutenção da cidade contemporânea, sobretudo pelo seu papel no crescimento económico.

Consideramos os fenómenos de *gentrification* e de turistificação inevitáveis nas operações de regeneração urbana e, por isso, é necessário reforçar a identidade dos lugares e encontrar modos de minimizar os seus efeitos nocivos, através da:

- i. integração das comunidades/populações locais nos processos e estratégias de regeneração urbana (e.g.: visitas turísticas guiadas por moradores, coletividades e associações locais);
- ii. revelação da história e da memória coletiva dos lugares (e.g.: iniciativas culturais, tais como exposições, debates e festivais nos lugares; concertos com música local para promover a revitalização de uma zona antiga da cidade; noites temáticas).

Este tipo de parceria é recíproca na medida em que também se reflete nos modelos pedagógicos (inter, multi e transdisciplinares), providenciando um ensino, uma aprendizagem e investigação *colaborativa*. Consideramos ainda essencial uma organização e funcionamento heterárquicos e não somente hierárquicos (Roseta 2016, p. 349).

Outra alternativa será a criação de equipas especializadas de técnicos (sobretudo Arquitetos), à semelhança dos processos do SAAL (1974-76), para desenvolver e acompanhar os trabalhos de melhoria de habitações já existentes em áreas urbanas antigas. No caso específico da ZROL, consideramos importante reabilitar pátios e vilas operárias em cooperação com a população local residente.

Recuperando o espírito colaborativo e o processo das operações SAAL, o envolvimento da população na elaboração e discussão do PDML, consideramos que a participação pública (e.g.: por via do debate no âmbito da revisão dos planos urbanos, mediante processos de auscultação pública) deverá ser incrementada através de incentivos à população. Por exemplo, através da atuação conjunta da população e de entidades públicas (i.e.: CML, Juntas de freguesia, Associações de Moradores, Clubes Recreativos, IPSS), conjugando financiamento público e privado, privilegiando a reabilitação de habitações dos

moradores como incentivo, relação/aproximação ao território e forma de lidar com os problemas sociais existentes na ZROL. Consideramos também necessária uma fase de educação prévia, onde os arquitetos desempenham um papel importante (e.g.: sugestões de intervenção; aconselhamento de escolha de materiais, tecnologias e sistemas construtivos), com vista à preservação ambiental.

Finalmente, propomos a criação de cursos superiores especializados (i.e.: graus de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento, Pós-Doutoramento) em regeneração urbana, prevendo parcerias com Universidades internacionais (e.g.: *Harvard*; *Bartlett School*; etc.).

Seguidamente apresentamos uma análise *SWOT*¹⁵⁸ (**Tabela 6**) com base nas características da ZROL e do sistema urbano em que se insere.

3.6 ZROL – Análise *SWOT*

PONTOS FORTES
sistema urbano metropolitano e policêntrico, definido por uma rede de centralidades relevantes (ao nível populacional e funcional) e crescentemente servidos por sistemas/redes de transportes públicos;
frentes urbanas e estuarinas (“rio marítimo” – Matias Ferreira 2016), com grande potencial urbano e turístico;
tendência de aumento do investimento em regeneração e reabilitação urbana (quer recorrendo à melhoria das construções pré-existentes, quer com a construção de novas edificações), por via municipal e/ou espontânea (iniciativa privada);
crescente envolvimento e participação dos cidadãos na concepção e implementação de intervenções urbanas promovidas pela autarquia, em parceria com as organizações da sociedade civil;
requalificação de espaços urbanos antigos/históricos (e.g.: elementos/conjuntos urbanos a valorizar, tais como azinhagas, calçadas e travessas antigas);
motor para o investimento de privados na reabilitação do edificado;
aumento da qualidade dos espaços públicos e de lazer potenciando um maior usufruto dos mesmos pela população (e.g.: Parque verde ribeirinho – Campelo 2016);
promoção do desenvolvimento económico da ZROL (e.g.: espaços comerciais);

¹⁵⁸ No âmbito do planeamento estratégico, *SWOT* é uma ferramenta de análise e proposta e corresponde à sigla dos seguintes termos ingleses: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças).

▪ investimento cultural e social na cidade e na AML, particularmente na ZROL;
▪ interesse generalizado da população no programa de ação e envolvimento nos projetos, nomeadamente os de cariz social (e.g.: programas BIP/ZIP; reabilitação de espaços urbanos na ZROL pela CML e pela SCML);
▪ boa exposição comunicacional dos programas e dos diversos projetos de regeneração e de revitalização urbana pela CML;
▪ incentivo e envolvimento contínuo da população durante a execução dos programas de regeneração/reabilitação;
▪ boa relação de cooperação entre os parceiros (públicos e privados) e o município;
▪ aumento da qualidade de vida dos residentes, utentes regulares (e.g.: lojistas) e visitantes (i.e.: incremento das atividades turísticas na ZROL);
▪ elevados investimentos ao longo dos últimos anos para a regeneração e requalificação urbana, sobretudo na melhoria do espaço público e nas infraestruturas viárias (e.g.: implantação de ciclovias na Av. Infante D. Henrique);
▪ existência de inúmeras áreas urbanas, espaços e edifícios com notabilidade patrimonial, cultural, arquitetónica, histórica e paisagística, com grande peculiaridade e atratividade;
▪ sistema de vistas/localização privilegiada junto ao rio Tejo (Matias Ferreira 2016);
▪ fácil acessibilidade a outros centros da cidade (e.g.: Terreiro do Paço; Parque das Nações; proximidade da Ponte Vasco da Gama e Margem Sul);
▪ projeção internacional por via de atividades e intervenções artísticas e/ou culturais (e.g.: exposições efémeras; Arte Urbana, tais como as obras de VHILS; Fábrica Braço de Prata; etc.).

PONTOS FRACOS
▪ alterações constantes do enquadramento regulamentar que condicionam a execução dos projetos e a implementação dos programas de regeneração urbana;
▪ dificuldades financeiras das entidades envolvidas na execução dos projetos, provocando atrasos no cumprimento dos trabalhos;
▪ necessidade de reprogramações temporais, físicas e financeiras dos projetos;
▪ fraca notoriedade dos programas/estratégias de regeneração/reabilitação às escalas regional e nacional;
▪ elevado número de fogos vagos e edifícios devolutos e/ou obsoletos (e.g.: antigas instalações industriais, em estado de ruína);

▪ insuficiências nas abordagens urbanas integradas desenvolvidas e implementadas nas últimas décadas capazes de articular as dimensões física e socioeconómica e na conjugação dos instrumentos financeiros comunitários;
▪ existência de diversas áreas urbanas em declínio, caracterizadas pela coexistência de problemas sociais e urbanísticos (áreas históricas, bairros sociais, urbanizações e áreas urbanas periféricas, etc.).
▪ território complexo, estruturado por infraestruturas de grande escala (e.g.: rodo e ferroviárias; portuárias; industriais), caracterizado por povoamento fragmentado e disperso, de baixa-média densidade;
▪ prevalência de áreas urbanas com níveis débeis de consolidação urbana serviços/equipamentos urbanos, infraestruturização e qualificação urbana;
▪ existência de grandes espaços industriais obsoletos, com possíveis problemas ambientais (e.g.: contaminação de solos);
▪ prevalência de focos de habitação precária/desqualificada e de barracas, caracterizados por condições habitacionais e sociais graves;
▪ rede de acessibilidades/mobilidade que privilegiam o transporte individual e disfuncionalidades na rede de transporte público, com deficiências na intermodalidade e interoperabilidade;
▪ insuficiência de participação das comunidades locais na concepção, implementação e gestão de soluções para os problemas à escala local;
▪ debilidades infraestruturais (e.g.: diferenças de cotas morfológicas territoriais), que permitam uma maior utilização dos modos de transporte em conforto e segurança.

OPORTUNIDADES
▪ aumento da confiança em cooperações futuras entre os parceiros e o município;
▪ projeção dos núcleos urbanos antigos/históricos às escalas local, regional e nacional nos domínios patrimonial, social, cultural e turístico;
▪ incremento do investimento económico em áreas urbanas antigas/históricas;
▪ rejuvenescimento da população residente;
▪ atração de novos residentes e visitantes (e.g.: através da projeção internacional advinda da implementação de iniciativas culturais e artísticas no território);
▪ aumento das iniciativas de reabilitação do parque habitacional do centro histórico (e.g.: reabilitação de algumas Vilas Operárias pela CML).

AMEAÇAS	
▪	incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldades de associação entre investimento público e privado;
▪	crescente inoperacionalidade dos instrumentos públicos de apoio à reabilitação urbana do parque habitacional privado e não elegibilidade destas intervenções no âmbito dos fundos comunitários;
▪	desarticulação entre os mecanismos de fiscalidade e os objetivos de reabilitação.
▪	políticas sócio-urbanísticas inadequadas e desarticuladas, continuação da extensificação urbana e subaproveitamento dos ativos construídos;
▪	perda de vitalidade demográfica com implicações no aumento de áreas urbanas em perda, com um aumento consequente de fogos vagos e degradação do edificado;
▪	alteração significativa no mercado imobiliário, sem criação em alguns grupos sociais de uma “cultura de proprietários”, com implicações na falta de conservação e manutenção regular do edificado;
▪	degradação de áreas infraestruturadas e/ou alvo de investimentos para o desenvolvimento, devido a quebra da procura e alteração de expectativas, considerando a conjuntura atual;
▪	aumento da dificuldade de acesso ao mercado habitacional com um aumento das situações de sobreocupação de fogos ou de construção de habitações precárias, nomeadamente por parte de grupos socioeconómicos mais fragilizados;
▪	ausência de uma governança mais assertiva e catalisadora de atuação mais colaborativa e em parceria;
▪	perda de competitividade em relação a outras áreas metropolitanas devido ao atraso a adopção de comportamentos de mobilidade sustentável (e.g.: acessibilidades pedonais, cicláveis e transporte públicos) em relação a estas;
▪	não cumprimento dos objetivos, das metas e dos prazos inicialmente previstas;
▪	não realização da totalidade dos projetos propostos pelo município;
▪	investimento moroso na recuperação do edificado;
▪	reduzida revitalização económica e social dos núcleos urbanos antigos/históricos face à conjuntura atual.

Tabela 6. Análise SWOT da ZROL e da AML. (Baseado em: ICOMOS 1987; Paulino 2004; Pereira 2007; Pereira 2008; Fidalgo 2012; CCDR-LVT/MAMAOT 2014).

Existem diversas “Ameaças” que poderão condicionar a regeneração e a reabilitação da ZROL. Porém, constituem desafios pelo potencial de relação e articulação que representam, sobretudo pela utilização dos elementos patrimoniais (incluindo o legado industrial) daquela zona urbana e da sua relação com outras centralidades na AML (**Fig. 145**).

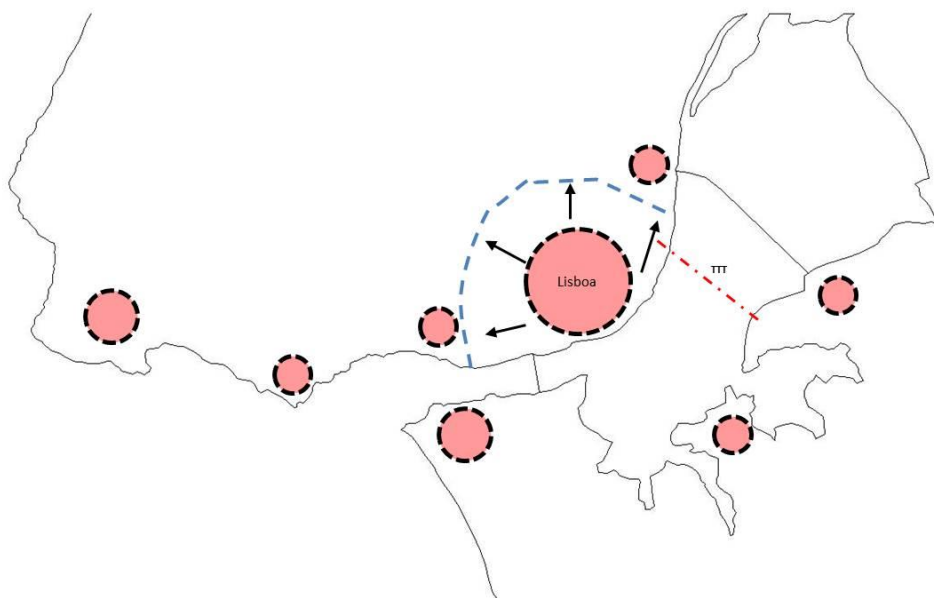


Figura 145. Centralidades e futura expansão urbana de Lisboa. (Diagrama elaborado pela Autora; agosto 2017).

3.7 Conclusões

Embora o conceito de regeneração urbana seja vasto, cremos que as intervenções em áreas urbanas com características semelhantes às da ZROL beneficiam se se recorrer aos princípios teóricos de regeneração urbana segundo a conservação crítica, partindo da história do sítio e articulando as intenções com o sistema de planeamento e gestão urbana. Considerando que os processos de regeneração urbana são abrangentes e integrados, requerem atuações e articulações multi e transdisciplinares. Necessitam também de prazos de execução mais reduzidos, adaptáveis às realidades em que se inserem e às possíveis/inevitáveis transformações.

No contexto nacional, a regeneração urbana baseia-se em experiências internacionais, através da difusão de modelos de grande escala e complexidade, envolvendo diversos agentes, mas não se cinge somente a áreas centrais.

Constata-se a devolução da zona oriental e da frente de água no âmbito da regeneração urbana, à semelhança de experiências internacionais/europeias (e.g.: Glasgow e Helsínquia) e nacionais (e.g.: Bairro Alto; Chiado) e considera-se a água enquanto elemento de estruturação, valorização urbana e os espaços portuários como espaços privilegiados de

mediação entre as cidades e a água (Matias Ferreira 1997), justificam a importância da regeneração e reconversão de espaços portuários obsoletos para uma nova competitividade urbana, considerando, no entanto, os custos económicos e sociais envolvidos na sua concretização (Sousa 1997, p. 6; Nevado 2014b).

O envolvimento do meio académico e das comunidades locais são fundamentais no âmbito do planeamento e da gestão urbana, particularmente nos processos de regeneração urbana. A visão estratégica necessária apenas será possível através de:

- i. comunicação eficaz e eficiente;
- ii. cooperação entre entidades e agentes;
- iii. fundamentação histórica e/ou dos lugares;
- iv. articulação multiescalar, com os sistemas metropolitano e regional.

3.8 Questões para atuação futura

- i. De que modo as políticas urbanas de redesenvolvimento territorial abordam e integram as questões do património no redesenvolvimento territorial, especificamente nas áreas urbanas pós-industriais?
- ii. Qual o papel do *Plano de Conservação Integrada* nos processos de regeneração urbana?

4. Considerações Finais

Esta Tese de Doutoramento tomou como ponto de partida a premissa de que os modelos de regeneração urbana implementados em áreas pós-industriais ribeirinhas são insustentáveis, a longo prazo, se se considerarem como meros palimpsestos, sem conexão aos sistemas urbanos em que se inserem, sem participação pública nos processos de transformação urbana e sem valorizar e integrar o património. Através de uma abordagem histórica - mas não historicista -, considerou-se nesta Tese a condição híbrida, cosmopolita e supramoderna da cidade contemporânea cujo valor reside crescentemente na sua diversidade e na escala “glocal”.

Considerando a cidade como fonte histórica e primária, esta Tese debruçou-se sobre a problematização da regeneração urbana por via da refuncionalização do património e à luz do planeamento e gestão urbanística, utilizando como caso de estudo a zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL) e as intervenções públicas e privadas levadas a cabo nesse âmbito. Considerando que a evolução histórica não é linear, recorreu-se a um suporte conceptual através de conceitos operativos-chave (i.e.: regeneração urbana, refuncionalização, património e conservação integrada). Considerou-se também a evolução das centralidades e periferias, partindo de um momento de expansão urbana – correspondente à formação da Área Metropolitana de Lisboa (AML) – até à recentralização urbana – considerando a reabilitação de áreas urbanas centrais -, com enfoque na cidade de Lisboa e da ZROL, em particular. A metodologia de base - através do confronto dos planos urbanos (i.e.: o *Plano Diretor da Região de Lisboa* e o *Plano Diretor Municipal de Lisboa*) -, contribuiu para compreender o fenómeno de transformação urbana do território, da paisagem, da cidade, da área metropolitana e do porto de Lisboa, destacando a evolução urbana e a importância das zonas ribeirinhas em territórios polinucleados. Os planos selecionados permitiram, por um lado, enquadrar cronológica e conceptualmente o conceito operativo de regeneração urbana e, por outro lado, analisar a desocupação progressiva de diversas áreas ribeirinhas ao longo da margem Norte do rio Tejo. Deste modo, partindo da fase de expansão (sub)urbana da cidade de Lisboa até à recentralização, pudemos observar que o conceito de regeneração urbana se aplica não só ao território como também à paisagem urbana. Durante esse período (1964-1994), a formação da AML e particularmente a ZROL foram palcos de confrontos entre o *novo* e o *antigo*, quer na fase de expansão, quer na de recentralização (i.e.: o redesenvolvimento urbano como uma expansão controlada). Considerando que a atividade industrial fomentou o aparecimento de inúmeros núcleos urbanos em áreas periféricas à cidade, em ambas as margens do rio Tejo, a coexistência de usos distintos dos solos no âmbito da gestão urbana (municipal) gerou também situações que exigem repensar uma conservação crítica do território. Perante a depredação de recursos e da paisagem urbana desde a década de 1960, cremos ser determinante a integração inter e multidisciplinar nos processos estratégicos de regeneração urbana, a sua abordagem no âmbito do planeamento e da gestão urbana e sobretudo os princípios da

conservação crítica. A partir dos finais da década de 1950 afigurava-se uma nova realidade urbana na área metropolitana de Lisboa. A rápida evolução demográfica e territorial decorrente da expansão industrial conduziu ao aparecimento de novas áreas suburbanas. Perante a depredação da paisagem urbana, a regeneração urbana adquiriu relevância. A partir da década de 1970 com a evolução e transformação do Porto de Lisboa e com a desafetação socioeconómica progressiva da função industrial nas frentes ribeirinhas, surgem propostas para a sua reconversão.

Sob o objetivo primordial de melhorar as condições e a qualidade de vida, a regeneração urbana já não se cinge apenas a áreas urbanas centrais nem a edifícios icónicos. A periferia também é cidade e as referências urbanas já não residem apenas nos centros históricos/antigos. A passagem para áreas (semi)periféricas e a consideração da arquitetura dita banal (i.e.: sem interesse aparente ou valor cultural) revela uma perspetiva contemporânea ou até supramoderna da abordagem da cidade atual, focando a questão da paisagem urbana. De facto, as recentes operações de reconversão de estruturas fabris obsoletas e de áreas pós-industriais confirmam isso mesmo (e.g.: *Lx Factory*, em Alcântara; Armazéns Abel Pereira da Fonseca, Poço do Bispo). Porém, consideramos necessária uma articulação à escala regional e da AML. O tema da regeneração urbana por via da refuncionalização do património engloba uma vasta teia de conceitos que remetem para a governança, o debate político e o interesse público contemporâneos. Perante os desafios complexos implícitos na transformação urbana, as intervenções de regeneração ditas “sustentáveis” requerem uma visão integrada e abrangente para a resolução de problemas de áreas urbanas que requerem uma transformação global (i.e., económica, social, física e ambiental) e multiescalar. Mas mais do que criar planos de regeneração urbana, urge desenvolver e implementar estratégias de atuação que sejam duradouras mas flexíveis, adaptando-se a cada contexto e a cada lugar específicos, salvaguardando e recriando a sua identidade.

Face às mudanças de escala proporcionadas pelos ciclos de expansão/recentralização, o património adquire uma dimensão urbana e urbanística. Assim, considerar o território enquanto património urbano (i.e.: como bem cultural) e da memória coletiva e social é fundamental neste contexto, atribuindo-lhe significado (social), legitimando-o e construindo uma poética do espaço urbano através do elogio do património. Todavia, a salvaguarda, conservação e transmissão de valores futuros pelo património carece da sua integração na cidade através da refuncionalização, i.e., a adequação de usos contemporâneos -, e requer uma dimensão interpretativa, teórico-crítica fundamentada com base no passado e na história. A refuncionalização é considerada como meio de continuar a (re)vitalizar um território e promovendo a sua salvaguarda contínua. É por via da regeneração urbana que a recriação de identidade(s) e de cultura é possível, representando também oportunidades de valorização simbólica, de modernidade e da cidade cosmopolita. O passado permite e suscita processos de reflexão, ressaltando a importância dos edifícios antigos nas cidades para estimular novas

ideias a partir de memória(s) coletiva(s). Nesses processos urge a identificação, compreensão, valorização e, sobretudo, fundamentações histórico-críticas sobre sítios, espaços e edificado de interesse patrimonial. A análise crítica no âmbito da regeneração urbana não compreende apenas os edifícios como também a envolvente, englobando a história urbana do sítio. A cidade não representa apenas uma entidade física, mas também como cenário/palco de processos sociais, económicos, políticos e culturais. Perante a vastidão e abrangência das questões do património e a vulnerabilidade da sua conservação perante os contextos socioeconómicos, políticos, históricos e culturais em que se insere, destacamos a importância de revelar a arquitetura banal, os usos informais e o território como *património* enquanto modo crítico de compreender e intervir na cidade contemporânea.

O fenómeno urbano contemporâneo envolve inúmeras dimensões, deixa margem para o debate e para a crítica, mas envolve também considerar a questão da distância temporal para compreendê-lo. A questão do tempo foi fundamental nesta abordagem, na medida em que a distância temporal é imprescindível para aferir a eficácia e o grau de sucesso das intervenções, compatibilizando as formas históricas existentes para o presente e futuro. Através da regeneração urbana, com um cariz prospetivo, da história e do passado urbano existe a possibilidade de reconstruir e ressignificar os lugares, em simultâneo com a procura pelo *novo* e pelo seu confronto com as pré-existências. Assim, repensar a cidade a partir da sua história, dos seus aspetos culturais e da sua evolução urbana - enquanto exercício crítico para a compreensão da dinâmica das transformações urbanas e para balizar intervenções na cidade -, representa um desafio complexo mas instigante. A conciliação do novo com o antigo, o interesse pelo passado e pela memória traduz-se, por um lado, por outro lado, pela preservação de monumentos, centros e bairros antigos, a sua renovação e transformados em âncora de planeamento e gestão estratégica, e, por outro lado, tentativa de minimização do fenómeno de *gentrification*, de consumo cultural e do turismo desregrado. Mais do que alterar fisicamente a cidade, a intervenção pelos técnicos (particularmente os Arquitetos) assume um papel de desenho social, buscando um sentido comunitário na cidade contemporânea. O universo da salvaguarda e da preservação do património urbano é, no entanto, mutável, considerando a evolução societária e económica. Os vastos e complexos debates científicos revelam um desenvolvimento contínuo quer no campo prático, quer teórico, conduzindo à reinterpretação e reinvenção do próprio conceito de património nas últimas décadas. Não consideramos, portanto, que exista falta de planeamento, planos ou princípios teóricos, mas antes a necessidade de uma reflexão crítica sobre os modos de projetar contemporâneos, englobando as comunidades locais, as matrizes do território e a(s) identidade(s) do lugar. Consideramos também que as operações de regeneração urbana enquanto meras estratégias de *marketing* urbano sem preservar autenticamente os lugares não são sustentáveis a longo prazo e que a multifuncionalidade é essencial nos territórios urbanos, assim como a concertação no planeamento e gestão urbana.

As zonas ribeirinhas são territórios urbanos peculiares e determinantes nas cidades, pois constituem testemunhos urbanos vivos nas cidades, não sendo apenas meras reservas de solos municipais disponíveis para novos usos. A consideração das zonas ribeirinhas como património urbano e a valorização das suas pré-existências – quer físicas, quer imateriais -, representam mais-valias para as cidades e para as sociedades contemporâneas. O sucesso da regeneração urbana de zonas ribeirinhas enquanto processo de carácter abrangente, transversal e multidisciplinar, depende atualmente e em parte da sua mediatização e do protagonismo dos agentes envolvidos (i.e.: arquitetos/*star system*). A questão da nova imagem, cosmopolita, é determinante nesse contexto. Porém, a espetacularidade não é imprescindível, pois à microescala podem existir pré-existências com carácter urbano, histórico e cultural a valorizar (e.g.: pátios e vilas operárias; azinhagas e calçadas) e a relacionar com outras escalas e territórios. Indubitavelmente, a regeneração urbana cria e acrescenta valor social, económico, cultural e paisagístico, permitindo (re)construir historiografia(s) das cidades e identidade(s) de áreas urbanas, construindo áreas coletivas futuras. A sua virtude depende do modo como se inserem áreas regeneradas/renovadas nos tecidos socioeconómicos das cidades. Apesar da atividade de planeamento ser eminentemente abstrata, cremos que a regeneração urbana deverá considerar aspetos afetivos e sensoriais do território, de forma a estabelecer relações com as comunidades locais.

No caso específico das áreas pós-industriais, como a ZROL, deverá ser considerado o património existente, enquanto território de memória(s), resultante da sobreposição de diversas temporalidades, mas procedendo a uma triagem criteriosa, com base no conhecimento do território, da sua evolução urbana e da sua relevância na cidade atual e futura. A sua paisagem histórica única, com valores estéticos, históricos e memoriais reforçam a importância da preservação do património urbano-industrial existente, especialmente na atualidade perante as mudanças em curso, a valorização imobiliária e as práticas de *tabula rasa* (e.g.: empreendimento Jardins Braço de Prata; doca Poço do Bispo – Parque Verde; etc.) em contraponto com a preservação das urbanidades locais. Assim, a reflexão crítica sobre a polémica preservação e intervenção em sítios pós-industriais reveste-se de especial importância, visando a refuncionalização de espaços e edifícios e a sua consequente integração na cidade e na AML. O território da ZROL é plural, eclético e semiperiférico na cidade e na AML. Apesar do seu passado urbano monofuncional, marcadamente industrial, e de não ter recebido um investimento global de regeneração e reabilitação urbana, é hoje uma nova centralidade na cidade e um território de futuro, em expansão dentro dos seus próprios limites. O caso de estudo selecionado distingue-se pela sua peculiaridade morfológica e urbana, com várias áreas distintas e contíguas entre si, que requerem articulação territorial e socioeconómica. Face às transformações urbanas de grande escala em curso e num futuro próximo, questionámos o processo de mudança em “continuidade”, i.e., o processo de transformação em contínuo (inclusive a sua história), buscando a constante atualização e integração na cidade. A investigação permitiu ainda compreender a ZROL como um sistema

complexo, diverso, e pós-industrial na cidade e na AML, composto por edifícios e espaços icónicos mas também por arquitetura comum, dita “banal”, que, pelo seu estado de declínio generalizado mas enquanto importante testemunho da evolução urbana de um dado território e de sucessivas temporalidades, foca a questão e a necessidade de regeneração do território. Contudo, o ato de regenerar adota ideologias e tendências contemporâneas e/ou internacionais, questionando a compatibilização das intervenções com a singularidade, diversidade, cultura e características locais.

Finalmente, resta-nos ressaltar que o caminho para a regeneração urbana reside no seu entendimento enquanto ato e decisão política, crítica e estratégica, cuja dimensão interfere com a *praxis* arquitetónica, reconhecendo o território como património urbano e fundamentando as intervenções criteriosamente, segundo juízos histórico-críticos. A regeneração pretende relacionar o património (material e imaterial), a contemporaneidade e a sua história, procurando novas formas de compreender a própria cidade, os seus sistemas, as pré-existências e a sua evolução. Nesse processo, a perequação revela-se como um instrumento poderoso e fundamental à mudança, não excluindo, todavia, a possibilidade de demolição e de expropriação de bens. Os agentes principais da regeneração/mudança são os arquitetos, pelo seu possível contributo e conhecimento da cidade. O meio académico pode contribuir com importantes estudos e fundamentos para as intervenções, acrescentando valor cultural ao dissecar a história urbana e investigando possibilidades de intervenção. As parcerias (público-privadas) revelam-se também fundamentais para conciliar interesses e fomentar intervenções coerentes.

Esta Tese poderá representar um contributo útil para a exploração de modos de projetar alternativos, fomentando parcerias entre o meio académico e a administração pública, particularmente nos casos de regeneração urbana de áreas pós-industriais ribeirinhas.

5. Referências Bibliográficas

- A.A.P., 1988. *Lisboa a cidade e o rio – Concurso de ideias para a renovação da zona ribeirinha de Lisboa*. Lisboa: Associação dos Arquitetos Portugueses.
- A.A.V.V., 1999. *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.
- ABREU, A., 2013. *Técnicas retrospectivas. Teóricos e história da intervenção*. Sebenta. [em linha] Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABeiQAJ/tecnicas-retrospectivas-teoricos>> [Consult. 12 de abril de 2014]
- Acropolis and the philopappos paths, Athens, Dimitris Pikionis, 194?-1957. In: *Pinterest – Acropolis and the philopappos paths, Athens, Dimitris Pikionis, 194?-1957*. [Em linha] Disponível em: <<https://www.pinterest.pt/pin/311100286730782041/>> [Consult. 02 de abril de 2016]
- AGUIAR, J., 1994. *Da conservação do património urbano*. Sebenta do Mestrado em conservação do património arquitetónico e paisagístico da Universidade de Évora. Évora: Universidade de Évora.
- AGUIAR, J., 1995. Dificuldades na conservação e reabilitação do património urbano português. In: *Sociedade e Território*, **21**, pp. 24-35.
- ALBUQUERQUE, P.J.A., 2007. *Terciáriação e regeneração urbana*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: FCTUC.
- ALHO, C.A.A., 2005. Experiência piloto em Lisboa: projeto comunitário sobre a sustentabilidade urbana (BEQUEST), em cujo âmbito se inscreve o projeto de requalificação do PRODAC em Chelas. In: *ArchiNews: revista de arquitetura, urbanismo, interiores e design*, **3**, jan.-fev. 2005, pp. 94-95. Lisboa: [s.n.].
- ALMEIDA, S., 2009. *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitetura e memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*. Tese de Doutoramento em História (Arte, Património e Restauro). Lisboa: ULFL.
- ALVES, S.C.N., 2001. *Planeamento Colaborativo em contextos de Regeneração Urbana*. Dissertação em Planeamento Urbano Ambiental e Projeto, Universidade do Porto, Porto. [Em linha] Disponível em: <repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/12384/2/Texto%20integral.pdf> [Consult. 4 de fevereiro de 2013]
- AML, 2017. *por Lisboa 2020*. [Em linha] Disponível em: <www.aml.pt> [Consult. 5 de abril de 2017]
- AML, INE, 2001. *Área Metropolitana de Lisboa em números*. Lisboa: AML.
- AML, 2008. A regeneração urbana como objetivo estratégico. In: *metrópoles - Revista da área metropolitana de Lisboa*, **24**, 4º Trimestre. ISSN 1645-7021.
- ANDRÉ, P., 2012. Reabilitação Participada do Território Urbano: Centro e Periferia. In: *PLURIS 2012. Planeamento Urbano Regional Integrado e Sustentável. Reabilitar o Urbano*. Brasília, Universidade de Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2012.
- ANDRÉ, P., 2015. As Cidades da Cidade. Lisboa na primeira metade do séc. XX: nova Lisboa (1936) e Lisboa nova (1948). In: *Revista Urbana. Dossiê História Urbana: a configuração de um campo conceitual*, UNICAMP, vol. 7, **10**, jan./ago., pp. 89-111.

- ANDRÉ, P., NEVADO, A., 2016. Entre o passado e o futuro: temporalidades, território(s) e regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: RATO, V., PINTO, P.T., *Territórios Metropolitanos Contemporâneos*, Seminários Temáticos, Lisboa, DINÂMIA'CET-IUL, 2017, pp. 28-38. ISBN: 978-989-8862-15-0. [Em linha] Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12476>> [Consult. 23 setembro 2017]
- APL, 2005. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa – Horizonte 25*. Lisboa: APL.
- APPADURAI, A., 2000. *Globalization*. Durham: Duke University Press.
- ASCHER, F., 1998. *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. (Trad. Álvaro Domingues). Oeiras: Celta Editora.
- ASCHER, F., 2010. *Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos: um léxico*. (Tradução de Margarida Souza Lobo e Ana Valente. Prefácio de Nuno Portas). Lisboa: Livros Horizonte.
- Assembleia Constituinte Portuguesa, 1976. *Constituição Portuguesa. VII Revisão Constitucional [2005]*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>> [Consult. 16 de março de 2014]
- ATKINSON, R., 2003. Gentrification in a new century: misunderstood saviour or vengeful wrecker? What really is the problem with gentrification? In: *Urban Studies* (special issue), **40**(12), pp. 2343-2250.
- AUGÉ, M., 1992. *Territoires de la memoire: les collections du patrimoine ethnologique dans les écomusées*. Paris: Editions de l'Albaron.
- AUGÉ, M., 1994. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- AZEVEDO, M., 1967. O Plano Diretor da Região de Lisboa. In: AA.VV. *Binário - revista mensal de arquitetura, construção e equipamento*, **108**.
- BADCOCK, B., 2001. Thirty Years On: Gentrification and Class Changeover in Adelaide's Inner Suburbs, 1966-96. In: *Urban Studies*, Vol. 38(9), pp. 1559-1572.
- Bairro das Artes 2014*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ilovebairroalto.com/page/bairrodasartes>> [Consult. 10 de fevereiro de 2015]
- BARREIROS, M.H., CRAVEIRO, M.T., 1995. Património e Planeamento. Notas sobre o PDM de Lisboa. In: *Sociedade e Território*, **22**, setembro 1995, pp. 70-78.
- BARRETO, A., 1995. Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. In: *Análise Social*, vol. xxx (134), 1995 (5.º), pp. 841-855. Lisboa: [S.I.].
- BASSETT, K., SHORT, J., 1980. *Housing residential structure. Alternative approaches*. London, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul.
- BAUREGARD, R.A., 1986. *The Chaos and Complexity of Gentrification*. In: SMITH, N., WILLIAMS, P., *Gentrification of the City*. London: Unwin Hyman.
- BELL, D., 1973. *The Coming of Post Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. 1ª ed. [S.I.]: Basic Books, 1973. ISBN 9780465097135.

- BELO, M.C.S., 2012. *Estratégias de Eficiência Energética e Gestão de Recursos no âmbito da Regeneração Urbana – o caso de estudo do Vale da Amoreira*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FA-UTL.
- BENDER, T., 2001. *The unfinished city. New York and the Metropolitan Idea*. New York: The New Press.
- BINGRE DO AMARAL, P., 2002. *O ordenamento dos espaços agro-florestais face aos planos diretores Municipais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISA.
- BINGRE DO AMARAL, P., DGOTDU, 2011. *Análise das relações da política de solos com o sistema económico. Estudo de enquadramento para a preparação da Nova Lei do Solo. Documento Técnico DGOTDU 5/2011*. Lisboa: DGOTDU.
- BLUMENFELD, H., 1955. The Economic Base of the Metropolis: Critical remarks on the “basic – nonbasic” concept. In: *Journal of the American Institute of Planners*, **21**(4), pp. 114-132.
- BRANDÃO, A., BRANDÃO, P., 2012. Do industrial ao pós-industrial: transição e diversidade urbana – lx/bcn. In: *on the w@terfront*, Vol. 22, abril 2012, pp. 105-121.
- BRANDÃO, A., BRANDÃO, P., 2013. Por uma cidade produtiva: a diversidade urbana na transição pós-industrial. In: *Scripta Nova (Revista eletrónica de Geografia y Ciencias Sociales)*, Vol. XVII, **446**, 1 de agosto de 2013. [Em linha] Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/sn/sn-446.htm> [Consult. 01 novembro 2014]
- BREDA-VÁZQUEZ, I., et al., 2009. Partnership Diversity and Governance Culture: Evidence from Urban Regeneration Policies in Portugal. In: *Urban Studies*, **46**(10), pp. 2213-2238.
- BRETT, D., 1996. *The Construction of Heritage*. Cork: CorkUniversity Press.
- BOURDIN, A., 2005. *La métropole des individus*. Paris: Éditions de L’Aube.
- BOURDIN, A., 2011. *O Urbanismo Depois da Crise*. Lisboa. Livros Horizonte.
- BOYER, C., 1996. *The city of collective memory: its historical imagery and architectural entertainment*. Massachusetts: The MIT Press.
- BOTELHO, J.R., DIAS, F.S., MACHADO, J.R., 1965. Plano de Chelas: antecedentes. In: *Boletim GTH*, mar.-abr. 1965, pp. 226-230. Lisboa: [s.n.].
- CABRAL, N., 1997. Uma estratégia para a gestão das Frentes Ribeirinhas do Porto de Lisboa. In: Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (ed.), *Cidades, Portos e Frentes de Água. Mediterrâneo – Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrâneas*, Jan.-Dez. 1997 (10/11), pp. 69-87.
- CABRAL, J., 1999. Regeneração Urbana e Planeamento da Cidade: um quadro para a avaliação do projeto urbano da Expo '98. In: *Políticas Urbanas da Qualificação à Regeneração*, (Seminário), novembro 1999. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional.
- CABRAL, J., 2002. Para uma Política de Cidades – Os imperativos, as novas políticas urbanas, as questões, as questões críticas. In: *Sociedade e Território*, **33**, pp. 24-35.
- CABRAL, J., 2004. Inovações nas Políticas Urbanas – Modelos de regulação e sistemas de governanças. In: *GeolNova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da UNL*, **10**, pp. 33-52.

- CABRAL, N.R., CRAVEIRO, M.T., 2003. O Porto de Lisboa: a caminho da sustentabilidade. In: Sousa, J.F. (Coord.), *Portos, Transportes Marítimos e Território*, pp. 339-368.
- CABRITA, A.R., AGUIAR, J., APPLETON, J., 1992. *Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: LNEC.
- CALDAS, M.A.V., 2014. *Usos da cultura em projetos de regeneração urbana. O caso da Praça do Martim Moniz – Lisboa*. Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Estudos de Cultura. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- CAMARINHAS, C.L.T.F., 2009. *L'Urbanisme de Lisbonne: éléments de théorie urbaine appliquée*, Tese de Doutoramento em Aménagement et Urbanisme, École Doctorale de Géographie de Paris, Université Paris IV - Sorbonne, Paris.
- CAMPELO, E., 2016. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 4 julho 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – “A”, desta Tese].
- CAMPOS, V., 1992. *Estratégias de intervenção urbanística num contexto de recursos muito escassos*. Lisboa: LNEC. ISSN 0369-1179.
- CAPEL SAEZ, H. (Coord.), 2003. *Ciudades, arquitectura y espacio urbano*. Almeria: Instituto Cajamar, pp. 9-22.
- CARDOSO, M., 2005. *Regeneração urbana em Portugal. [Face às características deste tipo de planeamento e face ao enquadramento nacional, que regeneração urbana podemos esperar em Portugal, num futuro próximo?]*. Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Local. Lisboa: ULFL/Departamento de Geografia.
- CARITA, H., 1994. *Bairro Alto: tipologias e modos arquitetónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CARTA, M., 2008. *Creative City. Dynamics, Innovations, Ations*. Barcelona: LIST Laboratorio editoriale.
- Carta Europeia do Património Arquitetónico*, 1975. Amesterdão: Conselho da Europa (Congrès sur le Patrimoine Architectural Européen).
- Carta Topográfica da Linha de Defesa da Cidade de Lisboa*. In: *Museu da Cidade*, Coleções, Cartografia. [Em linha] Disponível em: <<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Carta-Topografica-linha-defesa-cidade-Lisboa.aspx>> [Consult. 30 de abril de 2015]
- CARVALHO, J., 2012. *Dos Planos à Execução Urbanística*. Coimbra: Almedina.
- CARVALHO, R., 2006. Morada: rua, casa. In: *JA 224 - Morada* (Jornal Arquitetos – Publicação trimestral da Ordem dos Arquitetos), secção: Crítica, julho-setembro, pp. 34-41. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. [Em linha] Disponível em: <<http://www.arquitetos.pt/documentos/1226313815H2wVI5si9Gr29ED8.pdf>> [Consult. 10 setembro 2015]
- CASTELLO, L., 2006. City & time and places bridging the concept of place to urban conservation planning. In: *City & Time 2* (1): 5. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>> [Consult. 12 fevereiro 2013]
- CASTELLS, M., 1996. *La société en réseaux: l'ère de l'information*. Oxford: Blackwell Publishers.

- CASTELLS, M., 1997. *The information age: economy, society and culture*. Massachusetts: Blackwell Publishers.
- CASTELLS, M., BORJA, J., 1997. *Local and global: the management of cities in the information age*. London: Earthscan.
- CASTILHO, J., SEQUEIRA, G.M., 1981. *Lisboa antiga: Bairros Orientais*. Lisboa: Sociedade Tipográfica.
- CASTRO, A., 1997. As “novas” descobertas marítimas da Metrópole de Lisboa. In: Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (ed.), *Cidades, Portos e Frentes de Água. Mediterrâneo – Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrânicas*, (10/11), pp. 91-99.
- CAVACO, C.S., 2009. *Formas de habitat suburbano. Tipologias e modelos residenciais na área metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. Lisboa: FAUTL.
- CCDR-LVT, 2011. *Folha Informativa N.º 03. POR Lisboa – Parcerias para a Regeneração Urbana*. Lisboa: Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo; CCDR-LVT. [Em linha] Disponível em <http://issuu.com/ccdr-lvt/docs/folha_informativa_3_pru_21-09-2011?viewMode=magazine&mode=embed> [Consult. 04 outubro 2012]
- CCDR-LVT/MAMAOT, 2014. *PAR 2014-2020*. Crescimento sustentável. Lisboa: [s.n.].
- CCR-LVT, FONSECA FERREIRA, A., 1999. *Plano estratégico da Região de Lisboa Oeste Vale do Tejo. 2000-2010 O Horizonte da Excelência*. Lisboa: CCR-LVT.
- CCR-LVT, 2002. *PROT-AML. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa - Proposta*. (Volume I, Versão aprovada). Lisboa: CCR-LVT. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/plano-regional-de-ordenamento-do-territorio-da-area-metropolitana-de-lisboa/54.htm>> [Consult. 03 fevereiro 2015]
- CCDR-LVT, 2010. *Revisão do PROT-AML*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- CCDR-LVT, 2014. *Planos Diretores Municipais*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ccdr-lvt.pt/pt/planos-diretores-municipais/455.htm>> [Consult. 12 de abril de 2014]
- CE, 1998. *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: um Quadro de Ação. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões*. [Em linha] Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/framework_pt.pdf> [Consult. 04 fevereiro 2013]
- CEa, 2001. *Resolução do Conselho da União Europeia “Sobre a qualidade arquitetónica em ambientes rurais e urbanos”*. [S.l.]: Comissão Europeia.
- CEb, 2001. *Sexto Programa de Ação em Matéria do Ambiente da CE*. [S.l.]: Comissão Europeia.
- CEU, 2003. *The New Charter of Athens 2003. The European Council of Town Planners’ Vision for Cities in the 21st Century*. Lisboa: European Council of Town Planners, Conseil Européen des Urbanistes.
- CHAMUSCA, P.M.M.N., 2012. *Governança e regeneração urbana: entre a teoria e algumas práticas*. Tese de Doutoramento em Geografia. Porto: [Edição do Autor]/FLUP.
- CHASTRE, L., 2007. *Regeneração de áreas industriais na região de Lisboa, através da criação e ordenamento de áreas de inovação científica e tecnológica: aplicação ao Município*

da Amadora. Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental. Lisboa: FAUTL.

CHOAY, F., 1992. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

CHOAY, F., 2011. *As questões do património: antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.

Clyde Waterfront partners: Strategic Partnership Board driving River Clyde Regeneration. [Em linha] Disponível em: <<http://www.clydewaterfront.com/about/about-the-partnership>> [Consult. 16 junho 2017]

CML, 2005. *Visão Estratégica de Lisboa 2012*. Lisboa: Departamento de Planeamento Estratégico/CML.

CONSIGLIERI, C., RIBEIRO, F., VARGAS, J.M., ABEL, M., 1993. *Pelas Freguesias de Lisboa: São João, beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*. Coleção Lisboa Oriental. Lisboa: CML/Pelouro da Educação.

CIAM, 1933. *Carta de Atenas*. Atenas: IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

CIDADES PERFORMÁTICAS: uma discussão sobre arte, arquitetura e espaço público, 2014. [Em linha] Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/758604/transmissao-ao-vivo-do-evento-cidadesperformaticas-promovido-pelo-aruturo>> [Consult. 28 de abril de 2016]

CIP, 2013. *Confederação Empresarial de Portugal – Fazer Acontecer a Regeneração Urbana em Portugal – Estratégia Coletiva*. Lisboa: CIP – Confederação Empresarial de Portugal.

CML, 1965. *Plano de Urbanização de Chelas*. Lisboa: CML/Gabinete Técnico da Habitação.

CML, 1990. *Lisboa: Capital Atlântica da Europa. Plano de Ação Estratégica para Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CMLa, 1992. *Plano de Estrutura da Zona Oriental*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CMLb, 1992. *Plano Estratégico de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CML, 1994a. *Plano Diretor Municipal de Lisboa. Regulamento*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Direção de Projeto de Planeamento Estratégico.

CML, 1997. *Plano de urbanização do Vale de Chelas. Regulamento*. Lisboa: CML.

CML, AMBELIS, 1999. *Caminho do Oriente*. Lisboa: CML/Ambelis.

CML, 2001. *Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental. Elementos de Acompanhamento. Relatório*, Volumes I e II. Lisboa: Direção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística/Departamento de Planeamento Urbanístico/CML.

CML, 2005. *Plano de Ordenamento da Zona Oriental Ribeirinha de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CML, 2008a. *Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental*. Lisboa: Departamento de Planeamento Urbano, Direção Municipal de Planeamento Urbano/CML. [Em linha] Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/pesquisa?tx_mnogosearch_pi1%5Bq%5D=zona+ribeirinha+oriental&tx_mnogosearch_pi1%5Bsubmit%5D=>> [Consult. 15 de abril de 2014]

CML, 2008b. *Planta de Usos e Redes Viárias*. In: *Documento Estratégico de Monitorização da Zona Ribeirinha Oriental*. Lisboa: Departamento de Planeamento Urbano, Direção Municipal de Planeamento Urbano/CML. [Em linha] Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/pesquisa?tx_mnogosearch_pi1%5Bq%5D=zona+ribeirinha+oriental&tx_mnogosearch_pi1%5Bsubmit%5D=>>

lisboa.pt/pesquisa?tx_mnogosearch_pi1%5Bq%5D=zona+ribeirinha+oriental&tx_mnogosearch_pi1%5Bsubmit%5D=> [Consult. 15 de abril de 2014]

CML, 2009a. *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024. Um Compromisso para o futuro da cidade. Proposta. Documento – Síntese*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. [Em linha] Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf> [Consult. 08 de abril de 2014]

CML, 2009b. *Carta Estratégica de Lisboa e Seminários Participativos*. Lisboa: CML.

CMLa, 2012. *Da necessidade e conveniência de um estudo global para toda a área ribeirinha da cidade de Lisboa. Documento de Enquadramento da DMPU/DPU*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CMLb, 2012. *Plano Diretor Municipal de Lisboa. Regulamento*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. [Em linha] Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>> [Consult. 30 de outubro de 2013]

CML, 2014. *Documentos Prospetivos*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/documentos-prospetivos>> [Consult. 12 de abril de 2014]

CML, 2017. *Enquadramento do PDM*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>> [Consult. 11 de junho de 2017]

CML, 2017. *[Zona] Oriental*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/zonas/oriental>> [Consult. 15 de abril de 2016]

CML, DSCC, 1988. Incêndio da Zona do Chiado. Relatório do Regimento de Sapadores Bombeiros a apresentar na Conferência Internacional sobre Centros Históricos. In: *Lisboa: Revista Municipal*, **25**, pp. 42 e 50-65, Ano XLIX, 2ª Série, 3º trimestre. [Em linha] Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/LisboaRevM/N25/N25_item1/P51.html> [Consult. 12 de abril de 2014]

CML/IHRU, 2009. *Programa “Viver Marvila”: Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila (2010-2014)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/IHRU.

CMO, 2014. *O planeamento diretor municipal. Elaboração do novo plano diretor municipal*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/B2.htm>> [Consult. 30 de novembro de 2014]

COLAÇO, N., 2010. *Reconhecimento de um percurso projetual: o trilho como elemento revelador da paisagem*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Lisboa: Universidade Lusíada.

Constituição da República Portuguesa, 1976. (Revisão Constitucional de 2005). [Em linha] Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>> [Consult. 15 janeiro 2015]

COOKE, P., 1988. *The Postmodern Condition and the City*. [S.l.].

COOKE, P., 1990. *Back to the Future: Modernity, Postmodernity and Locality*. [S.l.].

CORBOZ, A., 1983. Le territoire comme palimpseste. In: *Diogenes*, **121**, Jan.-Mar. 1983, pp. 14-35. [S.l.].

- CORBOZ, A., 2009. *De la ville au patrimoine urbain. Histoire de forme et de sens*. Québec: Presse de l'Université du Québec.
- CORREIA, P.V.D., 2002. *Políticas de solos no planeamento municipal*. 2ªed. Lisboa: FCG.
- COSTA, A.F., ALVES, J.E., 1996. Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos. In: *Sociologia – Problemas e Práticas*, **22**, pp. 61-79. [Em linha] Disponível em: <<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/18/179.pdf>> [Consult. 02 julho 2013]
- COSTA, P., 2000. Centros e margens: produção e práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa. In: *Análise Social*, Vol. XXXIV(154), pp. 957-983. [Em linha] Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218801514A6uAT8js5Pm25LK8.pdf>> [Consult. 02 julho 2013]
- COSTA, P., 2009. *Bairro Alto-Chiado: efeitos de meio e desenvolvimento sustentável de um bairro cultural*. Lisboa: CML.
- COSTA, P. (Coord.), 2017. *Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa 2017*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL/CML. [Em linha] Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/105819/2/202223.pdf>> [Consult. 18 julho 2017]
- COVA, S.V., 2014. *O percurso e as capelas no claustro do convento Santos-O-Novo*. Sec. XVI-Séc. XXI. Trabalho desenvolvido para a disciplina de História da Arquitetura Portuguesa. [Em linha] Disponível em: <<http://www.studentshow.com/gallery/22359195/Convento-de-Santos-o-Novo>> [Consult. 05 de maio de 2015]
- CRAVEIRO, T., 1997. Breve síntese da política urbanística municipal na zona ribeirinha de Lisboa: 1900-1995. In: Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (ed.), *Cidades, Portos e Frentes de Água. Mediterrâneo – Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrâneas*, Jan.-Dez. 1997 (10/11), 47-68.
- CRAVEIRO, T., 2016. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 10 agosto 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – “A”, desta Tese].
- CULLEN, G., 2006. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.
- CUSTÓDIO, J. e FOLGADO, D., 1999. *Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial*, Coleção: Cidade de Lisboa. 1ª ed.. Lisboa: Livros Horizonte.
- CUSTÓDIO, J., 1994. *Reflexos da Industrialização na fisionomia e vida da cidade – O mundo industrial na Lisboa oitocentista*. In: I. Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, pp. 435-492. Lisboa: Livros Horizonte.
- DA CUNHA, I.V., SELADA, C., 2009. Creative urban regeneration: the case of innovation hubs. In: *Int. J. Innovation and Regional Development*. 4, Vol. 1, pp. 371-386. [Em linha] Disponível em <http://www.inteli.pt/uploads/documentos/documento_1326812094_5294.pdf> [Consult. 23 setembro 2014]
- DAVIES, J., 2002. The governance of urban regeneration: a critique of the 'governing without government' thesis. *Public Administration*, Vol.80 (No.2). pp. 301-322. ISSN 1467-9299. [Em linha] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/1467-9299.00305>> [Consult. 16 outubro 2014]
- DEMATTEIS, G., 1998. Suburbanización y periurbanización, Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. (ed.), *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.

- Decreto-Lei 2 de setembro de 1901. In: GAGO, R., [s.d.]. *O surgimento do conceito de urbanismo: teorias e práticas na Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: CML/Arquivo Municipal.
- DE GRACIA, F., 1992. *Construir en lo construído. La arquitectura como modificación*. Hondarribia: Nerea.
- DGOTDU, 1997. *Plano de Urbanização do Vale de Chelas*. Lisboa: CML.
- DGOTDU, 2015. *Renovação urbana*. [S.l.]: [s.n.].
- DIAS, F.S., 1991. O atual papel do plano de Chelas no ordenamento da zona oriental de Lisboa. In: *Boletim DCH*, 53, pp. 9-19. Lisboa: [s.n.].
- DIAS, F.S., 1999. Utopia para a Beira Rio. In: *Lisboa Urbanismo*, 10, set.-out. 1999, pp. 11-16.
- DIAS, F.S., 2000. Utopias e realidades para os Vales de Chelas... e a começar em Francisco de Holanda. In: *Lisboa Urbanismo*, 9, jan.-fev. 2000, pp. 14-23.
- DIAS, C.A.A., 1998. *A revitalização urbana da área central de Lisboa - A Baixa/Chiado*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.
- DIAS, F.S., CARVALHO, J.A.L., 1974. Plano de Urbanização de Chelas, Zona J. In: *Boletim GTH*, 27, 2º Semestre 1974, pp. 3-62. Lisboa: [s.n.].
- DIOGO, M.O.M., 2005. *PDM e transformações no território: o caso de Tomar*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: UTL.
- Dimitris Pikionis, Landscaping of the Acropolis Surrounding Area, Athens, Greece, 1957. In: *Pinterest – Dimitris Pikionis, Landscaping of the Acropolis Surrounding Area, Athens, Greece, 1957*. [Em linha] Disponível em: <<https://www.pinterest.pt/pin/316940892503803183/>> [Consult. 02 de abril de 2016]
- DPP, AZEVEDO, F., 2007. *Cenários. Tendências e Futuros na Economia Global*. (8, maio/agosto 2007). Lisboa: Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais/Direção de Serviços de Prospetiva Estratégica.
- DOOLITTLE, J., [s.d.]. *Urban regeneration in Glasgow*. [Em linha] Disponível em: <http://homepages.gac.edu/~kranking/DigitalHistory/HIS321/HIS_321/Urban_Regeneration_in_Glasgow.html> [Consult. 20 de setembro de 2017]
- ECO, H., 1997. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Presença.
- ECSCT, 1994. *The Aalborg Charter – Charter of European Cities and Towns Towards Sustainability*. Aalborg: European Conference on Sustainable Cities & Towns. [Em linha] Disponível em: <http://www.sustainablecities.eu/fileadmin/repository/Aalborg_Charter/Aalborg_Charter_English.pdf> [Consult. 30 abril 2013]
- EHRlich, E., 1980. *Oxford American Dictionary*. Oxford: Oxford University Press.
- ESPAÇO E TEMPO – REVELAR LX, 2005. *O incêndio no tempo*. [Em linha] Disponível em: <<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1219>> [Consult. 12 de abril de 2014]
- ESTEVENS, A., 2005. *A reabilitação de frentes de água como modelo de valorização territorial*. In: Atas do X Colóquio Ibérico de Geografia. Évora: Universidade de Évora.

- FABRE, M., 1992. Les nouveaux territoires de l'économie portuaire. In: J.-L. Bonillo, A. Donzel e M. Fabre (eds.), *Métropoles portuaires en Europe*, pp. 179-191. Marselha: Editions Parenthèses.
- FADIGAS, L., 2001. *Um conceito novo de planeamento para Lisboa*. In: *Lisboa, conhecer, pensar, fazer cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- FADIGAS, L., 2004. *Images, Memory and Urban Regeneration*. In: Eckardt, Frank; Kreis, Peter (eds) "City images and urban regeneration", Peter Verlag. Frankfurt.
- FADIGAS, L., 2016. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 24 agosto 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – "A", desta Tese].
- FARIAS, F., 2012. Periferias. In: *PLURIS 2012*. Brasília.
- FARIÑA TOJO, J., 2015. Una ciudad más próxima. In: *El País Internacional*. (28 Junio).
- FEATHERSTONE, M., 1990. *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. London: Sage.
- FERNÁNDEZ-ESQUINAS, M., PINTOS, H., 2013. The Role of Universities in Urban Regeneration: Reframing the Analytical Approach. In: *Taylor & Francis*. [Em linha] Disponível na WEB: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09654313.2013.791967?scroll=top&needAccess=true>> [Consult. 20 junho 2017]
- FERRÃO, J., 1994. Plano Diretor Municipal de Lisboa – Contornos e condicionantes de uma filosofia inovadora de gestão e planeamento em grandes cidades. In: *Sociologia – Problemas e práticas*, Mar. 1994, nº 15, pp. 9-20.
- FERRÃO, J., 2004. Uma política regional para Portugal: sugestões para um programa de ação. In: *Sociedade e Território*, 37/38, junho 2004, pp. 72-79. Lisboa: Edições Afrontamento.
- FERRÃO, J., 2013. Governança metropolitana: um domínio de controvérsia em risco de bloquear precocemente?. In: *Metropolização do espaço. Gestão Territorial e relações urbano-rurais*, Capítulo 13 – Governança, Governo e Ordenamento do Território em Contextos Metropolitanos. Rio de Janeiro: Consequência. [Em linha] Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10853/1/ICS_JFerrao_Governanca_CLI.pdf> [Consult. 02 de maio de 2014]
- FERREIRA, C.H., s/d. *O projeto nas periferias: dos limites da cidade à intermunicipalidade*. Lisboa: FAUTL.
- FIDALGO, A.V., 2012. As Parcerias para a Regeneração Urbana – Uma análise comparativa. Dissertação de Mestrado em Engenharia Ambiental. Lisboa: IST. [Em linha] Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/7562/1/Fidalgo_2012.pdf> [Consult. 13 de março de 2014]
- FIGUEIRA, J., 2007. Escola do Porto. In: *Teoria e Crítica da Arquitetura: século XX* (Coord. José Manuel Rodrigues). Lisboa: Ordem dos Arquitetos.
- FIGUEIRA, J., MILHEIRO, A.V., 2005. O fim da fábrica, o início da ruína. In: *A Arquitetura da Indústria, 1925-1965*, DOCOMOMO Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico.
- FOLGADO, D., 2005. O Lugar da Indústria no Território. In: *A Arquitetura da Indústria, 1925-1965*, DOCOMOMO Ibérico. Barcelona: Fundação DOCOMOMO Ibérico.

- FOLGADO, D.M.R., 2009. A nova ordem industrial: da fábrica ao território de Lisboa: 1933-1968. Tese de Doutoramento. Departamento de História, Instituto de História de Arte, Especialidade em Arte, Património e Restauro. Lisboa: FLUL.
- FONSECA FERREIRA, A., 2004. Paradoxos do planeamento urbanístico em Portugal. In: *Sociedade e Território*, **37/38**, junho 2004, pp. 24-26. Lisboa: Edições Afrontamento.
- FONSECA FERREIRA, A., 2005. *F. Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. 1ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FONSECA FERREIRA, A. (Coord.), 2007. *Lisboa 2020: uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo.
- FONSECA FERREIRA, A., 2011. *ANOS 1970/1980 – do Fundo de Fomento da Habitação ao Instituto Nacional de Habitação*. Artigo. [Em linha] Disponível em: <<http://www.fonsecaferreira.net/?p=419#more-419>> [Consult. 10 janeiro 2015]
- FONSECA FERREIRA, A., 2015. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 11 junho 2015. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – “A”, desta Tese].
- FONSECA, M.L.C.S., 1990. *AML*. Lisboa: [s.n.].
- FORTUNA, C., 2016. Património com futuro... Ou sobre a resiliência das cidades. In: *PATRIMÓNIO E SOCIEDADE*, pp. 7-13. [Em linha] Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313412697_Patrimonio_com_Futuro_Ou_sobre_a_resiliencia_das_cidades> [Consult. 21 abril 2017]
- FRAMPTON, K., 1989. *Dimitris Pikionis, Architet 1887-1968: a sentimental topography*. Londres: Architectural Association.
- FRANÇA, J.A., 1997. *Lisboa: urbanismo e arquitetura*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizontes.
- FREARSON, A., 2012. The High Line has become a tourist-clogged catwalk. In: *New York Times/Dezeen*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.dezeen.com/2012/08/23/the-high-line-has-become-a-tourist-clogged-catwalk-new-york-times/>> [Consult. 04 de maio de 2015]
- FREARSON, A., 2014. Third and final stretch of New York’s High Line opens. In: *Dezeen*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.dezeen.com/2014/09/22/high-line-park-phase-three-final-setion-opens-new-york/>> [Consult. 04 de maio de 2015]
- FREARSON, A., 2015. OMA’s Fondazione Prada art centre opens in Milan. In: *Dezeen*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.dezeen.com/2015/05/03/oma-fondazione-prada-art-centre-gold-leaf-cladding-wes-anderson-cafe-milan/>> [Consult. 04 de maio de 2015]
- FREIRE, G., 2008. Conservação integrada. In: *Seminário DOCOMOMO*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/083.pdf>> [Consult. 01 março 2016]
- FRIEDRICH, I., 2010. Urban conservation as a core component of sustainable urban development – Constance on lake Constance as a case in point. In: *City & Time* 5 (1): 5. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>> [Consult. 16 abril 2016]
- FRIESECKE, F., 2007. *The Role of Partnerships in Urban Regeneration – Similarities and Differences between Germany and United Kingdom*.
- FURTADO, M., 1997. *Do Antigo Sítio de Xabregas*. Coleção Memória de Lisboa, 1ª Ed. Lisboa: Vega.

- FURTADO, P., 2001. *O plano diretor municipal como instrumento de apoio à gestão autárquica: o caso de Ponta Delgada*. Dissertação de Mestrado. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- GASPAR, J., 1999. *Estudo de caracterização e diagnóstico estratégico. Para uma intervenção no setor ribeirinho dos Caminhos-de-Ferro a Cabo Ruivo*. Lisboa: CML.
- GASPAR, J., 2000a. Programa Estratégico para a renovação da Área Ribeirinha de Santos-o-Novo a Cabo Ruivo e a área envolvente do Parque das Nações. Vol. I – Diagnóstico Urbanístico e Funcional e Vol. II – Elementos Patrimoniais. Lisboa: CML/CEDRU.
- GACHINEIRO, M., 2011. *Revitalização urbana e social do sítio de Xabregas*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FAUTL.
- GARCÉS, E., 2006. Heritage, policies of memory and the institutionalization of culture. In: *City & Time* 2 (1): 2. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>> [Consult. 05 abril 2016]
- GENERAL ASSEMBLY OF THE UNITED NATIONS – Report of the World Commission on Environment and Development. 'Our Common Future' (Brundtland Report). Oxford: Oxford University Press, 1987. [Em linha] Disponível em: <<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>> [Consult. 24 agosto 2017]
- GIEDION, S., 1941. *Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition*. Cambridge: Harvard University Press.
- GIOVANNONI, G., 1931a. *Carta Italiana del Restauro. Consiglio Superiore per le antichità e belle arti norme per il restauro dei monumenti*. [S.l.]: [s.n.].
- GIOVANNONI, G., 1931b. *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. 1ª Ed. Turim: Unione tipografico-editrice torinese.
- GIOVANNONI, G., 1995. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. [Introdução de Françoise Choay]. Paris: Éditions du Seuil.
- Glasgow reinvented - the regeneration of Glasgow and the River Clyde*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.scotland.org/features/glasgow-reinvented-the-regeneration-of-glasgow-and-the-river-clyde>> [Consult. 10 agosto 2017]
- GLASS, R., 1964. Introduction: aspects of change. In: *London: Aspects of Change*, ed. Centre for Urban Studies, Londres: MacKibbon and Kee, xiii–xlii.
- GOITIA, F.C., 2006. *Breve História do Urbanismo*. Coleção Universidade Hoje, N.º 21, 6ª Ed. Lisboa: Editorial Presença.
- GOMES, H., 2001. *Reestruturação e expansão industrial da área metropolitana de Lisboa. A emergência de novos territórios: os casos de Sintra e Alenquer*. In: *Finisterra*, XXXVI, 71(20), pp. 143-145.
- GONÇALVES, A., 2007. Which urban plan for an urban heritage? An overview of recent portuguese practice on integrated conservation. In: *City & Time* 3, (2): 6. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>> [Consult. 12 abril 2016]
- GONÇALVES, A., 2013. A dimensão urban(ístic)a do património. In: *Encontro Internacional ArquiMemória – Sobre preservação do património edificado*, Eixo temático 4 – Identificação, intervenção e gestão do património edificado: instrumentos, metodologias e técnicas, Resumo. Salvador-Bahia, 14-17 de maio de 2013.

- GONÇALVES, A., TOMÉ, A., MEDEIROS, V., 2013. PROCESSOS DE CONTAMINAÇÃO POSITIVA E REGENERAÇÃO URBANA. Um caso de estudo: a Ecopista de Évora. In: *riURB – Revista Iberoamericana de Urbanismo*, N.º 10. [Em linha] Disponível em: <https://www.academia.edu/5381812/PROCESSOS_DE_CONTAMINA%C3%87%C3%83O_POSITIVA_E_REGENERA%C3%87%C3%83O_URBANA._Um_caso_de_estudo_a_Ecopista_de_%C3%89vora> [Consult. 12 de abril de 2014]
- GONÇALVES, A., 2015. *Synergetic Processes for an Urban Regeneration Strategy. A Case Study: the City of Évora*. Lisboa: IST.
- GOVERNO DE PORTUGAL, 1996. Regulamento do Plano de Pormenor para a Recuperação da Zona Sinistrada do Chiado. In: *Diário da República – II Série*, N.º 87 – 13-8-1996, Pág. 11357. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pe/chiado/regulamento.pdf>> [Consult. 12 de abril de 2014]
- GOVERNO DE PORTUGAL, 2011. Despacho n.º 9887/2011 – Normas regulamentares gerais dos Doutoramentos. In: *Diário da República – 2ª Série*, N.º 150 – 5 de agosto de 2011, pp. 32438-32447.
- GOVERNO DE PORTUGAL, 2009. Conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo. In: *Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio*. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1214&tabela=leis> [Consult. 30 de julho de 2017]
- GOVERNO DE PORTUGAL, 2014. Lei n.º 31/2014 – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. In: *Diário da República, 1.ª série– N.º 104–30 de maio de 2014*.
- GRAHAM, B., 2002. “Heritage as Knowledge: Capital or Culture?”. In: *Urban Studies*, Vol. 39, 5-6, pp. 1003-1017.
- GRAHAM, B., ASHWOTH, G., TUNBRIDGE, J., 2000. In: *A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy*. Londres, Arnold Publishers.
- GUENNES, D., 1998. *O Chiado dez anos depois*. [Em linha] Disponível em: <WWW2.uol.com.br/JC/1998/2508b.htm> [Consult. 21 de abril de 2013]
- GUERRA, I., et al., 2005. *Políticas públicas de revitalização urbana. Reflexão para a formulação estratégica e operacional das atuações a concretizar no QREN. Relatório Final 28 de outubro de 2005*. ISCTE/CET/Observatório do QCAIII. [Em linha] Disponível em: <http://www.qren.pt/np4/file/1427/12_Pol_ticas_P_blicas_de_Revitaliza_o_U.pdf> [Consult. 30 de junho de 2013]
- GUTERRES, J., GRILO, P., 2000. *Uma primeira leitura do Plano Estratégico da Região de Lisboa. Área Metropolitana de Lisboa*. In: *Lisboa Urbanismo*, 10, mar.-abr. 2000, pp. 10-15.
- HAMNETT, C. 1991. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16(2), pp. 173-189.
- HAMNETT, C., 2003. Gentrification and the middle class remaking of inner London, 1961-2001- In: *Urban Studies*, 40(12), pp. 2401-2426.
- HARRISON, R., 2013. *Heritage. Critical Approaches*. Londres: Routledge.
- HAYDEN, D., 1995. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge: The MIT Press.

- HEALEY, P., et al., 1995. *Managing cities: the new urban concept*. Chichester: John Wiley.
- HEALEY, P., HULL, A., MADANIPOUR, A., 2001. *The governance of place: space and planning processes*. Aldershot: Ashgate.
- HENRIQUES, F.M.A., 1991. A conservação do património histórico edificado. In: *Memórias do LNEC – Memória N.º 775*. Lisboa: LNEC.
- HENRIQUES, J.M., 1989. *Planeamento como diálogo*. [S.l.]: [s.n.].
- HOTEL DO CHIADO, 2014. *Hotel do Chiado*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.hoteldochiado.pt/chiado.html#.VQHDqNLkdrQ>> [Consult. 12 de abril de 2014]
- ICOMOS, 1964. *Carta de Veneza. Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Veneza: International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments (ICATHM). [Em linha] Disponível em: <<http://www.fmnf.pt/Upload/Cms/Archive/CartadeVeneza1964.pdf>> [Consult. 16 setembro 2012]
- ICOMOS, 1987. *Carta de Washington*. Washington: ICOMOS. [Em linha] Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTORICAS.pdf>> [Consult. 30 abril 2013]
- ICOMOS, 1994. *The Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments*. (Carta de Atenas, 1931). [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: <http://www.icomos.org/athens_charter.html> [Consult. em 30 novembro 2012]
- IHRU, 2014a. Reabilitação Urbana. In: *Glossário*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/detalheVocabulo.jsp?seq_codvocabulo=5999> [Consult. 12 de abril de 2014]
- IHRU, 2014b. RECRUA. In: *Glossário*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/detalheVocabulo.jsp?seq_codvocabulo=4222> [Consult. 12 de abril de 2014]
- IHRU, 2014c. Renovação Urbana. In: *Glossário*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/detalheVocabulo.jsp?seq_codvocabulo=6020> [Consult. 12 de abril de 2014]
- IHRU, 2014d. Restauro (projeto de). In: *Glossário*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/detalheVocabulo.jsp?seq_codvocabulo=211> [Consult. 12 de abril de 2014]
- IHRU, 2014e. *Planos Integrados*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/planeamento/planos.html>> [Consult. 12 de abril de 2017]
- IHRU, 2017. *Programas de Financiamento do IHRU, IP*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/programas_de_financeamento/index_programasfinanciamento.html> [Consult. 30 de agosto de 2017]
- INDOVINA, F., 1990. *La Città Diffusa*. Veneza: DAEST.
- INDOVINA, F., 2010. Dispersão da Urbanização no Território. In: *CIDADES, Comunidades e Territórios, 20/21*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL.
- INE, 2011. *Censos 2011 – Resultados Provisórios*. Lisboa: INE. [Em linha] Disponível em: <http://www.ine.pt/scripts/flex_provisorios/Main.html> [Consult. 30 de abril de 2012]

- ISCTE-IUL, 2010. *Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projeto de mestrado e tese de doutoramento*. Versão atualizada aprovada em 11 de maio de 2010. Lisboa: ISCTE-IUL.
- ISCTE-IUL, 2012. Despacho N.º 20/2012 do Reitor do ISCTE-IUL. Lisboa: ISCTE-IUL.
- ISCTE-IUL, 2012. Guia de apoio ao utilizador. Referências Bibliográficas – Manual de Normas e Estilos, ISO 690, 3ª Edição. In: *Cadernos de Apoio ao Utilizador. Referências Bibliográficas – Manual de Normas e Estilos: ISO 690.*, 3(6). [Em linha] Disponível em: <http://arquivo-portal.iscte-iul.pt/Libraries/PDFs_SID2/rb_iso690.sflb.ashx> [Consult. 5 de julho de 2012]
- ISO 690:1987. *Documentation – Bibliographic references: content, form and structure*. 2ª ed. 1987.
- ISO 690:2010(E). *Information and Documentation – Guidelines for bibliographic references and citations to information resources*. 3ª ed. 2010.
- KOOLHAAS, R., 2007. *La ciudad genérica*. Barcelona: Gustavo Gili.
- JACOBS, J., 1994. *The Death and Life of Great American Cities*. (1ª ed. 1961). New York: Penguin Books.
- JAGER, M., 1986. Class definition and the aesthetics of gentrification: Victoriana in Melbourne. In: SMITH, N., WILLIAMS, P. *Gentrification of the City*. London: Unwin Hyman, pp. 78-91.
- JANEIRO, A., 2011. *Processos de reconversão industrial. O caso de Alcântara*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: IST-UTL.
- JANEIRO, M.J., 2005. *Lisboa: histórias e memórias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- JESSICA HOLDING FUND PORTUGAL, 2012. *JESSICA Portugal. Áreas de Intervenção*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.fundojessicaportugal.org/>> [Consult. 12 de abril de 2014]
- JOKILEHTO, J., 1986. *A history of architectural conservation, The contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property*. Tese de Doutoramento. York: The University of York.
- JOKILEHTO, J., 1999. *A History of Architectural Conservation*. New York: Routledge.
- JOKILEHTO, J., 2005. Definition of Cultural Heritage. References to Documents in History. In: *ICCROM Working Group 'Heritage and Society' / JJ*. [Em linha] Disponível em: <http://cif.icomos.org/pdf_docs/Documents%20on%20line/Heritage%20definitions.pdf> [Consult. 4 de agosto de 2017]
- JOKILEHTO, J., 2006. Considerations on authenticity and integrity in world heritage context. In: *City & Time 2 (1): 1*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>> [Consult. 08 de março de 2016]
- JUNIOR, A., 2015. Ler o tempo no espaço. O projeto e as estratificações na cidade contemporânea. In: *Arquitextos Vitruvius*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.177/5489>> [Consult. 29 de setembro de 2016]
- JUNTA DE FREGUESIA DO BEATO, [s.d]. Junta de Freguesia do Beato. Uma Freguesia a pensar em si... In: *Secção: História – A nova cidade*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.jf-beato.pt/beato/historia/>> [Consult. 3 de janeiro de 2017]

- KEHAGIAS, N., [s.d.]. Paving a Greek Pathh to a Western Monument. In: *Nicholas Kehagias - Writing*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.nicholaskehagias.com/the-acropolis-pavement/>> [Consult. 10 de setembro de 2016]
- LABADI, S., LOGAN, W., 2016. Part III - Grassroots heritage and bottom-up approaches. - Whose heritage? Conflicting narratives and top-down and bottom-up approaches to heritage management. In: Yangon, Myanmar. In: S. Labadi & W. Logan (Eds.), *Urban heritage, development and sustainability. International Frameworks, National and Local Governance*. New York: Routledge.
- LAMAS, J.R.G., 2007. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: FCG.
- LANDRY, C, BIANCHINI, F, 1998. *The Creative city*. London: Demos. [Em linha] Disponível em: <<http://www.cidadescriativas.org.br/thecreativecity.pdf>> [Consult. 20 de junho de 2013]
- LAWLESS, P., PEARSON, S, 2012. Outcomes from community engagement in urban regeneration: evidence from England's New Deal for Communities Programme. In: *Planning Theory and Prattice*, **13**(4), pp. 509-527.
- LEES, L., SLATER, T. WYLY, E., 2008. *Gentrification*. New York: Routledge.
- LEES, L., SLATER, T. WYLY, E., 2010. *The gentrification reader*. London: Routledge.
- LEFEBVRE, H., 1991. *The Production of Space*. London: Blackwell.
- Lei n.º 168/99, de 18 de setembro. Aprova o Código das Expropriações. In: *Diário da República – I Série-A*, **219**, 18 de setembro de 1999.
- LEITE, P.P., 2014. Walter Benjamin. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: *Walter Benjamin e a questão da aura na obra de arte*. [Em linha] Disponível em: <<http://globalherit.hypotheses.org/1145>> [Consult. 8 de abril de 2017]
- LESKA, S.B., SPAIN, D., 1980. *Back to the city*. New York: Pergamon Press.
- LEVINE, M.A., 2004. Government Policy, the Local State, and Gentrification: The Case of Prenlauer Berg (erlin), Germany. In: *Journal of Urban Affairs*, Volume 26, Issue 1, fev. 2004, pp. 89-108.
- LEVY, P.R., CYBRIWSKY, R.A., 1980. The hidden dimensions of culture and class. In: S. B. Laska, & D. Spain (Eds.), *Back to the city* (pp. 138-155). New York: Pergamon.
- LEY, D., 1986. Alternative explanations for inner-city gentrification: a Canadian assessment. In: *Annals of the Association of American Geographers*, **76**(4), pp. 521-535.
- LEY, D., 2003. Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification. In: *Urban Studies*, Vol. 40 (12), pp. 25527-2544. Taylor & Francis.
- LIRA, F., PONTUAL, V., 2006. Is conciliation of the old and new possible? Urbanistic instruments applied to the historical area of the downtown district of Bairro do Recife - Pernambuco. In: *City & Time* 2 (1): 3. [Em linha] Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>> [Consult. 08 de março de 2016]
- LÔBO, M.S., 1993. *Duas décadas de planos de urbanização em Portugal (1934-1954)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FA-UTL.
- LOPES, F.M., 1997. Regeneração urbana de Lisboa. In: PEREIRA, A., MIDÕES, A., *Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 39-45.

- LOW, S., 2000. *On the plaza: The politics of public space and culture*. Austin, USA: University of Texas Press.
- LOWENTHAL, D., 1985. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LYNCH, K., 1960. *The image of the City*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- LYNCH, K., 1981. *A Theory of Good City Form*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- MACEDO FERREIRA, B., 2010. *[in]formar a Cidade Contemporânea: a criação de uma imagem/modelo de periferia com a obra do arquiteto Fernando Silva*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura (policopiado). Lisboa: ISCTE-IUL/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL. [Em linha] Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2292>> [Consult. 20 abril 2013]
- MACEDO FERREIRA, B., 2013. Optimist Suburbia: o início da Metrópole Contemporânea. Leitura crítica sobre a configuração urbano-arquitetónica da periferia norte da cidade de Lisboa. In: *Livro de Atas do 2º CIHEL*, Lisboa, março 2013, pp.113-114. Lisboa: LNEC.
- MACEDO FERREIRA, B., 2014. Plano Diretor da Região de Lisboa – o primeiro instrumento de planeamento territorial para a Área Metropolitana de Lisboa. Quando as ações do GPDRL transformaram o urbanismo numa disciplina burocrática e operacional. In: *ISUF – Our Common Future in Urban Morphology. 21st International Seminar on Urban Form* (3-6 julho 2014). Porto: FEUP.
- MACHADO, A.R., 1964. Alguns tópicos sobre o problema das expropriações. In: *Boletim GTH*, 2, Set.-Out. 1964, pp. 58-62. Lisboa: [s.n.].
- MAOTDR, 2006. *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT*. Programa de Ação. [S.l.]: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional do Governo de Portugal. [Em linha] Disponível em: <http://www.dgterritorio.pt/filedownload.aspx?schema=f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33&channel=35C2E555-C85C-4720-84D1-E2D2F910E83C&content_id=6E0740EA-E664-4110-AA83-75DEB7B251F8&field=storage_image&lang=pt&ver=1&filetype=pdf&dtestate=2013-06-03170058> [Consult. 12 abril 2014]
- MAOTDR, 2007. *Portugal Política de Cidades POLIS XXI 2007-2013. Apresentação*, Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa. [Em linha] Disponível em: <http://www.dgotdu.pt/PC/documentos/POLISXXI-apresentacao.pdf> [Consult. 12 abril 2014]
- MAOTE, 2014. *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem - PNAP*. Lisboa: Comissão Redatora da PNAP (Despacho n.º 9010/2013, de 10 de julho) do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia do Governo de Portugal. [Em linha] Disponível em: <<http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/PNAP/PNAP.pdf>> [Consult. 13 janeiro 2015]
- MARTINS, R., 1998. *Caminho do Oriente: Guia do Olhar. Fotografias da Zona Oriental de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATIAS FERREIRA, V., 1988. *A cidade de Lisboa: de capital do Império a centro da Metrópole*. Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, Lisboa, 1986. Lisboa: Dom Quixote.

- MATIAS FERREIRA, V., 2016. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 16 agosto 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – “A”, desta Tese].
- MATIAS FERREIRA, V., et al. 1997 *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*. Lisboa: Bizâncio/Centro de Estudos Territoriais.
- MATIAS FERREIRA, V., INDOVINA, F. (Coord.), 1999. *A Cidade da Expo '98 – Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- MATIAS FERREIRA, V., 2004. *Fascínio da Cidade. Memória e Projeto da Urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar.
- MATOS, J.S. e PAULO, J.F., 1999. *Caminho do Oriente: guia histórico I*. 1ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, Vol. I e II, Coleção: Cidade de Lisboa.
- MATOS, M.J.P., 2002. Espaço Público na Metrópole Contemporânea: o caso da frente ribeirinha de Santa Apolónia/Terreiro do Trigo. Dissertação de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação. Lisboa: ISCTE.
- MELO, A., 2009. *Memória & Prospetiva 1. Da Província à Região-Plano*. [s/l]: CCDRN. [Em linha] Disponível em: <http://www.isa.utl.pt/ceap/index_files/memoria&prospetiva1.pdf> [Consult. 22 outubro 2015]
- MELHUISH, C., 2015. *University-Led Urban Regeneration. Introduction to the Case Studies*. [S.l.]: UCL Urban Laboratory. Disponível em: <<https://www.ucl.ac.uk/urbanlab/docs/introduction-university-led-urban-regeneration>> [Consult. 8 Janeiro 2017]
- MENDES, L.F.G., 2008. *Nobilitação Urbana no Bairro Alto [Texto policopiado]: análise de um processo de recomposição sócio-espacial*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: ULFL.
- MENDES, L., 2013. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. In: *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, Vol. 5, 1, pp. 33-45, jan./jun. 2013. [Em linha] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v5n1/a04v5n1.pdf>>. [Consult. 01 abril 2014] DOI: 10.7213/urbe.7784. ISSN 2175-3369.
- MOP, 1960. *Plano Diretor do Desenvolvimento Urbanístico da Região de Lisboa*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- MOP, 1964a. *Plano Diretor da Região de Lisboa (Anteplano)*. Lisboa: MOP – DGSU/GPDRL.
- MOP, 1964b. *Plano Diretor da Região de Lisboa (Anteplano). Anteplano. Vol. I – Memória Descritiva e Justificativa*. Lisboa: MOP – DGSU/GPDRL.
- MOP, 1965. *Plano Diretor da Região de Lisboa (Anteplano). Vol. IV - Atas*. Lisboa: MOP – DGSU/GPDRL.
- MITCHELL, W., 2000a. *City of bits. Space, place and infobahn*. Cambridge/Massachussetts: The MIT Press.
- MITCHELL, W., 2000b. *e-topia: urban lifem Jim-but not as we know it*. Cambridge/Massachussetts: The MIT Press.
- MONTEIRO, P.P., 1935. Espírito Clássico. In: *Revista Sudoeste*, 3, Sociedade Astória. Lisboa: Edições SW.

- MOREIRA, G., 2004. Da cidade industrial à pós-industrial. Contributo para uma análise de transformação urbana em Portugal. In: *Sociedade e Território*, 37/38, junho 2004, pp. 27-37. Lisboa: Edições Afrontamento.
- MOURA, D., et al., 2006. *A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo*. Artigo. [Em linha] Disponível em: <http://home.fa.ulisboa.pt/~fs/FCT_2009/URB%20REHABILITATION/PAPER%2004%20%202006_RevitalizacaoUrbana.pdf> [Consult. 15 fevereiro 2014]
- MOURATO, J.M.L., 2011. *Europeanisation and Territorial Governance: An Inquiry Into Power and Institutional Culture Change in Portugal*. Tese de Doutoramento em *Town Planning*. London: Bartlett School of Planning-University College London.
- MOURATO, J.M., López Trigal, L., 2016. Centralidade [Centralidad; Centrality, centralness]. In: *Dicionário de Geografia Aplicada: terminologia da análise do planeamento e da gestão do território*, pp. 72-73. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-05285-8.
- MUMFORD, L., 1961. *The City in History: Its Origins, Its Transformations and Its Prospects*. Harcourt: Brace & World.
- NEVADO, A., 2013. (Re)generating the city: from the inside to the outside. In: *International Conference on "Changing Cities": Spatial, morphological, formal and socio-economic dimensions* (18-21 junho 2013). Skiathos Island: University of Thessaly – Lab of Urban Morphology. ISBN 978-960-6865-65-7.
- NEVADO, A., 2014a. The role of municipality in urban regeneration: the case of Lisbon's Eastern waterfront. In: *ISUF – Our Common Future in Urban Morphology. 21st International Seminar on Urban Form* (3-6 julho 2014). Porto: FEUP/PNUM.
- NEVADO, A., 2014b. Planeamento e gestão urbana municipal: (re)projetar a frente ribeirinha oriental de Lisboa. In: *PLURIS 2014. (re)inventar a cidade em tempos de mudança. 6^o Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável* (24-26 setembro 2014). Lisboa: FAUTL/Fundação Calouste Gulbenkian.
- NEVADO, A., 2014c. Inovação e criatividade: o caso das *iHub's* na regeneração urbana de áreas suburbanas e pós-industriais na AML na contemporaneidade. In: *Seminário Internacional em Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas (SIPCUAM), Almada 2014 – Revitalização dos Espaços Pós-suburbanos*, 6-7 novembro 2014, Sessão temática – Processos de inovação e criatividade na revitalização do espaço pós-suburbano. Atas da Conferência. Almada: ISCSP-CAPP/FAUTL-CIAUD/Câmara Municipal de Almada.
- NEVADO, A., 2014d. (Re)composing and articulating hybrid territories: urbana regeneration of the Eastern waterfront of Lisbon. In: *EURAU 2014: European Union Research in Architecture and Urban Design: Composite Cities*, 12-14 novembro 2014. EURAU 2014 Abstract Book & Program e Full Paper/Digital proceedings. Istanbul: Istanbul Technical University.
- NEVADO, A., 2015a. Política Habitacional. Regeneração Urbana. In: *Revista Arq – Arquitetura e Arte*. Lisboa: Arq/a.
- NEVADO, A., 2015b. Regeneração urbana: passado, presente e futuro da zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: *Workshop Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais - DINÂMIA'CET-IUL*. Abstract/Comunicação. 2-3 junho 2015.
- NEVADO, A., 2015c. Passado, presente e futuro: regeneração urbana na zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: *Atas da 4a Conferência do PNUM Morfologia Urbana e os Desafios da Urbanidade* – Brasília, 25 e 26 de junho de 2015. PNUM/USP: Brasília.

- NEVADO, A., 2015d. Planeamento e gestão urbana municipal: regeneração urbana da frente ribeirinha oriental de Lisboa. In: *Revista UR Cadernos FA/UL / (re)inventar a Cidade em Tempos de Mudança*, 8, junho 2015, pp. 114-123. ISSN 1645-2844. [Em linha] Disponível em: <http://pluris2014.fa.ulisboa.pt/revista_UR/1408%20PLANEAMENTO%20E%20GESTA%20O%20URBANA%20MUNICIPAL.pdf> [Consult. 10 janeiro 2016]
- NEVADO, A., 2015e. The Eastern waterfront area of Lisbon: progress, decline and regeneration. In: *The Built Heritage Debate / A Questão do Património*, Revista Joelho #06, 6, pp. 146-152. Coimbra: Universidade de Coimbra (DARQ/FCTUC).
- NEVADO, A., 2016. From progress to resiliency: the evolution and regeneration of the Eastern waterfront area of Lisbon. In: *23rd International Seminar on Urban Form (ISUF) 2016*. 9-10 julho 2016. Abstract and Full Paper in the Conference Proceedings. Nanjing: ISUF 2016.
- NEVADO, A., 2017. Rememorar a cidade: zonas ribeirinhas de Lisboa como palimpsestos?. In: *PNUM 2017 – Morfologia Urbana: Território, Paisagem e Planeamento*. 24-25 agosto 2017. Vitória, Brasil. Resumo/Artigo; Atas da Conferência (Eixo temático: TEMA 3 - História urbana e património material / imaterial: legados; permanências; transformações.). Vitória: Rede Lusófona de Morfologia Urbana/ISUF.
- NORBERG-SCHULZ, C., 1979. *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. London: Academy Editions.
- NUNES DO VALLE, S., 2008. *Cultura e regeneração urbana: usos e atividades artísticas em zonas urbanas degradadas*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: IST.
- NUNES, J.P.S., SEQUEIRA, A.D., 2011. O Fado de Marvila. Notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de lisboa. In: *Forum Sociológico*, 21, 2011. [Em linha] Disponível em: <<http://sociologico.revues.org/382>> [Consult. 02 março 2015] DOI: 10.4000/sociologico.382.
- OCHOA, A.R., 2005. Dinâmicas de crescimento em metrópoles portuárias. Tensões a Oriente da cidade de Lisboa. In: *Revista "On the Waterfront"*, 7, setembro 2005.
- OCHOA, A.R., 2012. *Cidade e frente de água. Papel articulador do espaço público*. Tese de Doutoramento em Espaço Público e Regeneração Urbana. Barcelona: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona.
- OCHOA, R., 2013. A monumentalização dos eixos de articulação com a frente de água. In: *rossio.estudos de lisboa*, 2, pp. 152-165. <http://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/rossio.estudos_de_lisboa_02_issuu/153> [Consult. 07 março 2014]
- OCHOA, R., 2016. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 12 agosto 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – "A", desta Tese].
- OLIVEIRA, F.P., CARDOSO, A.M., 2003. Perequação, Expropriações e Avaliações. In: *RevCEDOUA - Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*, Nr. 12, Ano VI, 2.03, 2/6, pp. 43-63. Coimbra: Impatium Coimbra University Press. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/8606/3/3.pdf?ln=pt-pt>> [Consult. 24 outubro 2014]
- OLIVEIRA, E.S., 2013. *Projeto Urbano entre Santa Apolónia e Xabregas: continuidades como processos regenerativos*. Dissertação Mestrado Arquitetura. Lisboa: IST. [Em linha] Disponível em:

<<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146034181/relatorio%20projeto%20eduardo%20oliveira.pdf>> [Consult. 10 Janeiro 2015]

- OLLERO, R., 2012. Apresentação do Projeto de Investigação. In: *Atas do 1º Seminário Internacional sobre Regeneração Urbana. Quinta da Mina e Cidade Sol – Cidade para todos, como caso de estudo*. Lisboa: CITAD/Universidade Lusíada Editora/Câmara Municipal do Barreiro.
- PALERMO, P.C., PONZINI, D., 2015. *Place-making and urban development. New challenges for contemporary planning and design*. Regional Studies Association. The Global Forum for city and regional research, development and policy. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- PARANHOS, G.B.O.L., 2013. *Regeneração Urbana e Estratégias de Desenvolvimento Local*. Dissertação de Mestrado. Porto: FEUP.
- PARDAL, S., [s/d]. As áreas urbanizáveis e a urbanização programada. [Em linha] Disponível em: <http://www.sidoniopardal.com/14_adro.pdf> [Consult. 14 janeiro 2015]
- PARDAL, S., [s/d]. *Vantagens e inconvenientes da codificação global da legislação do urbanismo*. [Em linha] Disponível em: <http://www.sidoniopardal.com/19_conferenciacedoua.pdf> [Consult. 14 janeiro 2015]
- PARDAL, S., CORREIA, P.V.D., LOBO, M.C., 1996. *Normas urbanísticas*. 2ª ed. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- PAULINO, R.A.G., 2004. *Da estratégia de valorização ao processo de regeneração urbana?*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto: FEUP.
- PAZ, M., s/d. *A PRODUÇÃO E O CONSUMO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA. Novas geografias e reconfiguração urbana ao longo da EN10*, Paper, Curso de Doutoramento em Urbanismo. Lisboa: FA-UTL.
- PEREIRA, A., MIDÕES, A., 1997. Apresentação de conclusões. In: PEREIRA, A., MIDÕES, A., (Coord.) *Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 354-356.
- PEREIRA, C., 2008. *Estratégias de regeneração urbana: o posicionamento do novo modelo de ação da Baixa do Porto*. Dissertação de Mestrado Integrado em Engenharia Civil (Planeamento) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto: FEUP.
- PEREIRA, J., 2007. *Competitividade, Coesão e Planeamento urbano. O caso da margem ribeirinha do Beato*. Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental. Lisboa: FA-UTL.
- PEREIRA, L., 1986. *Planeamento municipal e exercício da ação política local*. Lisboa: LNEC.
- PEREIRA, R.S., 1963. Problemática da Habitação em Portugal-II. In: *Análise Social – Revista Trimestral*, 2, Vol. 1, abril 1963, pp. 225-269. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
- PEREIRA, R. S., 1966. Habitação e Urbanismo em Portugal – alguns aspetos actuais. In: *Análise Social – Revista Trimestral*, Vol. 4, 14, abril 1966, pp. 198-255. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
- PINHEIRO, E.P., GOMES, M.A.A.F., orgs., 2005. *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA. ISBN 978-85-232-1167-7.

- PINHO, A., 2009. *Conceitos e políticas de reabilitação urbana: análise da experiência portuguesa dos gabinetes locais*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FAUTL.
- PINHO, R., 2007. *Regeneração e elementos culturais: desenho urbano e autenticidade em contexto de globalização*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FAUTL.
- PINTO, P.T., 2013. A Cril, uma avenida pós-moderna. In: *Paisagens Distantes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, SA.
- PIRES, C.I.S., 2009. *Da degradação à regeneração – as áreas urbanas degradadas como fatores de desenvolvimento*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Regeneração Urbana e Ambiental. Lisboa: FAUTL.
- Plano de Pormenor da Matinha. In: *Skyscrapercity, Projetos de Lisboa – Imagens e Renders*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>> [Consult. 12 abril 2012]
- Plano de Pormenor do Parque Hospitalar Oriental. In: *Skyscrapercity, Projetos de Lisboa – Imagens e Renders*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1478648&page=8>> [Consult. 12 abril 2012]
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA: REGULAMENTO. Câmara Municipal de Lisboa/Direção de Projeto de Planeamento Estratégico, 1994.
- Plano Geral de urbanização de Lisboa - PGUCL, 1967. Plano de Meyer-Heine.
- POGGESI, S., 2009. Public-Private Partnership for Urban Regeneration: The Case of the Urban Transformation Companies. In: CAFFERATA, R., *DSI Essays Series*, 2,. Universidade de Roma “Tor Vergata”, Departamento de “Business Studies”. Milão: McGraw-Hill.
- PORTAS, N., 1981. Prefácio. In: *Da organização do espaço*. 3ª ed. Porto: FAUP.
- PORTAS, N., 1969. *A Cidade como Arquitetura: apontamentos de método e crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PORTAS, N., 1993. Pasado, Presente y Futuro de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad. In: *Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad*. Cáceres: [s.n.].
- PORTAS, N., et al., 2006. *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Argumentum.
- PORTAS, N., DOMINGUES, A., CABRAL, J., 2003. *Políticas urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-1061-X.
- PORTELINHA, R., 2009. *A dimensão cultural da integração europeia. Capitais Europeias da Cultura*. Dissertação de Mestrado em “Estudos sobre a Europa. Europa – as visões do Outro”. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- PORTO DE LISBOA, [s.d.]. *Memória Institucional*. Disponível em: <http://www.portodelisboa.pt/porta/page/porta/PORTAL_PORTO_LISBOA/AUTORIDA_DE_PORTUARIA/MEMORIA_INSTITUCIONAL> [Consult. 10 abril 2016]
- PORTO DE LISBOA, 2015. Novos projetos de investimento para a modernização do Porto de Lisboa. In: *O Porto de Lisboa - Destaques*, 27-02-2015. [Em linha] Disponível em: <http://www.portodelisboa.pt/porta/page/porta/PORTAL_PORTO_LISBOA/PORTO_LISBOA/NOTICIAS?notid=53044621> [Consult. 1 março 2015]

- PORTUGAL, 1995. [Em linha] Disponível em: http://run.unl.pt/bitstream/10362/5491/2/Anexos_Sem%20Mapas.pdf [Consult. 12 abril 2014]
- PORTUGAL, 2008b. [Em linha] Disponível em: http://run.unl.pt/bitstream/10362/5491/2/Anexos_Sem%20Mapas.pdf [Consult. 12 abril 2014]
- PORTUGAL, 2009a. [Em linha] Disponível em: http://run.unl.pt/bitstream/10362/5491/2/Anexos_Sem%20Mapas.pdf [Consult. 12 abril 2014]
- PRIBERAM, 2017. Resiliência. In: *Priberam Dicionário*. [Em linha] Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/resili%C3%Aancia> [Consult. 12 abril 2017]
- PROENÇA, J.J.G., 2007. *Manual de Direito da Arquitetura - Ética, Deontologia e Legislação*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Programa Operacional Regional de Lisboa – PORL*, 2014. [Em linha] Disponível em: <http://www.porlisboa.qren.pt/> [Consult. 07 janeiro 2014]
- PROIETTI, A., 2016. Disuso e riqualificazione urbana: dallo scarto al riscatto. In: *Riflesso – Magazine di Informazione Cultura e Lifestyle. Arte e Architettura*. [Em linha] Disponível em: http://www.riflesso.info/index.php?option=com_k2&view=item&id=1174:disuso-e-riqualificazione-urbana-alessio-proietti&Itemid=521 [Consult. 10 março 2017]
- PRUDÊNCIO, A.T.R., 2014. *A Equidade no Processo de Urbanização: Modelos de Perequação e o Grau de Execução de Planos*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território. Lisboa: IST.
- MACHADO, C., 2013. Lisboa assinala hoje os 25 anos do incêndio que destruiu o Chiado. In: *Público*, 25-08-2013. [Em linha] Disponível em: <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/lisboa-assinala-hoje-os-25-anos-do-incendio-que-destruiu-o-chiado-26994191> [Consult. 2 setembro 2013]
- QREN, 2009. *Política de Cidades – Parcerias para a regeneração Urbana. Regulamento Específico*. (Regulamento aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais do Continente em 9 outubro de 2007, com alteração aprovada em 14 agosto 2009). [Em linha] Disponível em: http://www.porlisboa.qren.pt/np4/file/5/reg_pru_2009_08_14.pdf [Consult. 12 abril 2014]
- QUEIROZ, F., PORTELA, A., 2009. *Conservação urbana territorial integrada. Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- QUEIRÓS, J., 2007. Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos. Considerações exploratórias a partir do caso do Porto. In: *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 55, pp. 91-116. [Em linha] Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n55/n55a06> [Consult. 11 abril 2014]
- REDFERN, P.A., 1997. A new look at gentrification: 2. A model of gentrification. In: *Environment and Planning A* 29(8), pp. 1335-1354.
- REDFERN, P.A., 2003. What Makes Gentrification 'Gentrification'? In: *Urban Studies*, November 2003, 40, pp. 2351-2366.

- REGO, P.M.E.S., 1997. O Plano de Urbanização do Bairro Alto e Bica (Lisboa). In: PEREIRA, A., MIDÕES, A., (Coord.) *Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 131-135.
- REIS E SILVA, M.M.A., 2013. *Pátios e Vilas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Cidades e Património. Lisboa: ISCTE-IUL.
- REMESAR, A., 2002. Waterfronts and public art: a problem of language. In: *On the Waterfront*, 3, pp. 3-26.
- RIBEIRO, P.C.S., 2012. *A avaliação das políticas de regeneração urbana em contextos intraurbanos*. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território. Porto: FLUP.
- RIBEIRO TELES, G. (Coord.), 1994. *PDM, Aprofundamento do Plano verde de Lisboa, Estudos III, Unidade Operativa 9.2, Zona Ribeirinha Oriental: Troço Xabregas – Expo '98*. Lisboa: CML.
- ROBERTS, P., 2000. The evolution, definition and purpose of urban regeneration. In: ROBERTS, P., SYKES, H. (eds), *Urban Regeneration*. Londres: Sage.
- ROBERTS, P., SYKES, H., 2000. *Urban regeneration: A Handbook*. London, Thousand Oaks, Calif: SAGE.
- RODRIGUES, J., 2005. *A Vertente Estratégica na Revisão dos Planos Diretores Municipais*. Dissertação de Mestrado, IST, Lisboa.
- RODRIGUES, C.T., 1997a. A identidade local no contexto europeu. In: PEREIRA, A., MIDÕES, A., (Coord.) *Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 189-201.
- RODRIGUES, M.A., 1997b. Olivais Velho: um persurso. In: PEREIRA, A., MIDÕES, A., (Coord.) *Regionalização e identidades locais: preservação e reabilitação dos centros históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 183-185.
- RODRIGUES, P., ANDRÉ, P., MARAT-MENDES, T., 2012. Alfred-Donat Agache Urban Proposal for Costa do Sol. From the Territory to the City. In: *15th International Planning History Society Conference*, pp. 1-7. [Em linha] Disponível em: <http://www.fau.usp.br/iphs/abstractsAndPapersFiles/Sessions/25/ANDRE_MARAT-MENDES_RODRIGUES.PDF> [Consult. 16 junho 2017]
- RODRIGUES, W., 1992. *Retorno à cidade e emergência de novos estilos de vida: o fenómeno de "gentrification" como exemplificação*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Relatório de Síntese. Lisboa: ISCTE.
- RODRIGUES, W., 1999. *Globalização e gentrification: teoria e empiria*. Sociologia problemas e práticas/dir. António Firmino da Costa. Lisboa: CIES-ISCTE/CELTA, 1999 (março), Nº 29, pp. 95-125.
- RODRIGUES, W., 2008. *Cidade em Transição: nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*. Tese de Doutoramento em Sociologia do Território e do Ambiente, Departamento de Sociologia, ISCTE, Lisboa.
- RODRIGUES, W., 2010. *Cidade em transição: nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa*. Lisboa: Celta, 2010.
- RODRIGUES, J.M., 2010. Prefácio. In: *Teoria e crítica de arquitetura. Século XX*. Lisboa: Ordem Arquitetos – Secção Regional Sul/Caleidoscópio.

- ROMERO-LANKAO, P., GNATZ, D., WILHELMI, O.V., HAYDEN, M.H., 2016. Urban Sustainability and Resilience: From Theory to Practice. Artigo. [Em linha] Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310840664_Urban_Sustainability_and_Resilience_From_Theory_to_Practice> [Consult. 30 janeiro 2017]
- ROSA, M., 2000. Notas sobre a população – Lisboa: área metropolitana e cidade. In: *Análise Social*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Abr.-Jun. 2000, n.º 153, p. 1045-1055.
- ROSÁRIO, A., 2010. Anexos. In: *Reabi(li)tar Lisboa: Contributos do Programa Local de Habitação. Anexos*. [Em linha] Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5491/2/Anexos_Sem%20Mapas.pdf> [Consult. 11 abril 2014]
- ROSE, D., 1984. Rethinking gentrification: beyond the uneven development of marxist urban theory. In: *Environment and Planning D: Society and Space* 2(1), pp. 47-74.
- ROSETA, H., 2016. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 4 julho 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – “A”, desta Tese].
- ROSSI, A., MONTEIRO, J.C., MARTINS, J.N.S. (trad.) 1977. *A Arquitetura da Cidade*. (Edição original: Rossi 1966). Lisboa: Cosmos.
- RUFINONI, M.R., 2009. *Preservação e restauro urbano. Teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. Tese de Doutoramento (História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).
- RUFINONI, M.R., 2012. *Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos*, pp. 63-88. [Em linha] Disponível em: <http://www.academia.edu/13215579/Gustavo_Giovannoni_e_o_Restauro_Urbano> [Consult. 12 abril 2014]
- RUFINONI, M.R., 2014. Territórios portuários, documentos de história urbana: as intervenções no porto de Gênova e os desafios da preservação. In: *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 29, pp. 12-24 (2014). Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL. [Em linha] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories.dec2014.029.art02>> [Consult. 12 abril 2014]
- SALGUEIRO, T.B., 1977. Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa. In: *Finisterra*, 12(23), pp.28-55.
- SALGUEIRO, T.B., 1985. A Habitação na Área Metropolitana de Lisboa. In: *Sociedade e Território*, 3, pp. 54-66.
- SALGUEIRO, T.B., 1992. *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- SALGUEIRO, T.B., 1996. O consumo como motor da reestruturação urbana. In: AA. VV., *Dinamismos Sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Instituto de Estudos Geográficos, pp. 435-452.
- SALGUEIRO, T.B., 1997. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. In: *Finisterra*, 32(63), pp. 179-190.
- SALGUEIRO, T.B., 1998. Cidade pós-moderna: Espaço Fragmentado. In: *Território*, Ano III, 4, jan.-jun. 1998, Rio de Janeiro, pp. 39-53. [Em linha] Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf> [Consult. 12 abril 2014]

- SALGUEIRO, T.B., 1999. *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Coleção Cidade em Questão/8. Porto: Edições Afrontamento.
- SALGUEIRO, T.B., 2001. *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta Editora.
- SALGUEIRO, T.B., 2002. Cidade, Território de Mudança. In: AA.VV, *Gestão Urbana. Passado, Presente e Futuro*. Lisboa, Parque Expo SA, pp. 22-33.
- SAMPAIO, J., 2005. Prefácio. In: FONSECA FERREIRA, A., 2005. *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa: FCG.
- SANTANA, F. (Compilador), 196-. *Lisboa na 2ª metade do século XVIII: (plantas e descrições das suas freguesias)*. Lisboa: CML.
- SANTOS, Á., 2010. Papel dos municípios na regeneração urbana. In: *Concreto*. Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, 2010, n.º 220, p. 34-35.
- SASSEN, S., 1991. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- SASSEN, S., 2014. *Expulsions – Brutality and Complexity in the Global Economy*. Harvard: University Press.
- SCML, 2015. *PRODAC: comunidade em construção*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- SIC NOTÍCIAS, 2017. Hub Criativo do Beato nasce em 2018 em antigo complexo militar. In: *Cultura*, 07-08-2017. [Em linha] Disponível em <<http://sicnoticias.sapo.pt/cultura/2017-08-07-Hub-criativo-do-Beato-nasce-em-2018-em-antigo-complexo-militar>> [Consult. 7 agosto 2017]
- SIEVERTS, T., 1997. *Zwischenstadt*. [S.l.]: Bauwelt Fundamente 118.
- SIEVERTS, T., 2004. *Cities without cities – an interpretation of the Zwischenstadt*. [S.l.]: Taylor & Francis.
- SILVA, C.N., 1994. *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*. Coleção: Cidade de Lisboa, 1ª ed., Livros Horizonte, Lisboa.
- SITTE, C., 1996. *L'art de Bâir les Villes: l'urbanisme selon ses fondements artistiques*. Paris: Éditions du Seuil.
- SLATER, T., 2006. The eviction of critical perspectives from gentrification research. In: *International Journal of Urban and Regional Research*, **30**, pp. 737-757.
- SLATER, T., 2011. Gentrification of the City. In: *Chapter 50*, pp. 571-585, Blackwell. [Em linha] Disponível em: <<http://www.geos.ed.ac.uk/homes/tslater/gotcbridgewatson.pdf>> [Consult. 24 janeiro 2015]
- SLATER, T., CURRAN, W., LEES, L., 2004. Gentrification research: new directions and critical scholarship. In: *Environmental and Planning A*, **36**(7), pp. 1141-1150. [Em linha] Disponível em: doi:10.1068/a3718 [Consult. 18 outubro 2013]
- SMITH, L., 2006. *Uses of Heritage*. London/New York: Routledge/Taylor & Francis Group.
- SMITH, L., 2011. El “espejo patrimonial”. Ilusión narcisista o reflexiones multiples?. In: *Antípoda*, **12**, jan. – jun., p. 39-66.
- SMITH, L., 2012. Discourses of Heritage: implications for archaeological community practice. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Questões do tempo presente*. [Em linha] Disponível

- em: <<http://nuevomundo.revues.org/64148>> [Consult. a 10 abril 2016]. Doi: 10.4000/nuevomundo.64148.
- SMITH, N., 1979. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. In: *Journal of the American Planning Association*, **45**(4), pp. 538-548.
- SMITH, N., 1987. Gentrification and the rent gap. In: *Annals of the Association of American Geographers*, **77**(3), pp. 462-465.
- SMITH, N., 1996a. *The new Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*. Londres: Routledge.
- SMITH, N., 1996b. Gentrification, the frontier and the restructuring of urban space. In: S. Faintstein, S. Campbell (eds.), *Reading in urban Theory*, pp. 338-358, Oxford: Blackwell.
- SMITH, N., WILLIAMS, P., 1986. *Gentrification of the city*. London: Allen Unwin.
- SOCIEDADE LISBOA 94/DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO URBANA, 1994. *Lisboa Ribeirinha*. Lisboa: Lisboa 94/Livros Horizonte.
- SOJA, E.W., 1989. *Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso.
- SOJA, E.W., 2000. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- SOLÁ-Morales, I., 2002. *Territorios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- SOUSA, J., 1997. Apresentação. In: Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (ed.), *Cidades, Portos e Frentes de Água. Mediterrâneo – Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrânicas*, Jan.-Dez. 1997 (**10/11**), 5-6.
- SOUSA, J.F., FERNANDES, A., 2012. Metamorfoses da cidade portuária: transformações da relação entre o porto e a cidade de Lisboa. In: *Confins*, Dossiê Portos, cidades e regiões, **15**. [Em linha] Disponível em: <<http://confins.revues.org/7702>> [Consult. 12 abril 2014] DOI: 10.4000/confins.7702.
- SPANISH PRESIDENCY – Informal Ministerial Meeting on Urban Development Declaration - Toledo. Toledo: [s.n.], 2010. [Em linha] Disponível em: <<http://www.eu.kn.eu/fileadmin/Lib/files/RO/2010/2010%2006%2022%20TOLEDO%20DECLARATION%20approved.pdf>> [Consult. 21 agosto 2017].
- STOUTEN, P., 2010. *Changing contexts in Urban Regeneration: 30 Years of Modernisation in Rotterdam*. Delft: Techne Press.
- Subiaco: Sacro Speco. In: *Rome in the Footsteps of an XVIIIth Century Traveller*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.romeartlover.it/Subiaco3.html>> [Consult. 10 outubro 2016]
- TAFURI, M., 1979. *Teorias e história da arquitetura*. Lisboa: Editorial Presença.
- TAFURI, M., 1985. *Projeto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- TÁVORA, F., 1962. *Da Organização do Espaço*. Porto: Sousa & Almeida/FEUP.
- TEIXEIRA, B., 2010. Política de Cidades Polis XXI “Parcerias para a regeneração urbana”. In: *Concreto*. Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, 2010, **220**, p.29-32.

- TENEDÓRIO, J.A., 2003. *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.
- TERÁN, F., 2009. *El pasado ativo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Akal.
- TIMO, H., 2013. Urban Helsinki versus the Building and Construction Industry. In: *From Rurban to Urban. Reinventing the Finnish City*, Blog. [Em linha] Disponível em: <<https://urbanfinland.com/2013/11/12/urban-helsinki-versus-the-building-and-construction-industry/#more-391>> [Consult. 20 setembro 2017]
- TODOS, 2015. *Todos – A creative hub based in Lisbon*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.todos.pt/>> [Consult. 30 abril 2015]
- TOMAS, F., 2004. Les temporalités du patrimoine et de l'aménagement urbain. In: *Geocarrefour – Patrimoine et aménagement urbain*, vol. 79, 3, pp. 197-212. [Em linha] Disponível em: <<https://geocarrefour.revues.org/722>> [Consult. 13 março 2017]
- TRIGUEIROS, L., SAT, C., 1998. *EXPO '98 Exposição Mundial de Lisboa – Arquitetura*. Lisboa: Editorial Blau.
- TUDELA, J., 1977. *As praças e largos de Lisboa: (esboço para uma sistematização caracterológica)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- TURISMO DE PORTUGAL, 2017. *Ordenamento do Território e Urbanismo*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/planeamentoordenamentodoterritorio/ordenamentodoterritorioeurbanismo/Pages/Ordenamento doTerrit%C3%B3rioUrbanismo.aspx>> [Consult. 12 abril 2014]
- TYLER, et al., 2013. How to raise the bar on impact evaluation: Challenges for the evaluation of local enterprise partnerships and the regional growth fund in times of austerity. In: *Local Economy*, November/December 2013, (28), pp. 842-851.
- UNESCO, 1954. *Convenção para a proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado*. [S.l.]: [s.n.].
- UNESCO, 1972. *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- UNESCO, 2007a. *Historical Districts for All. Draft Manual – How to Revitalize historical Districts by Balancing Social Cohesion, Economic Development and Enhancement of Urban Heritage?* Beijing: UNESCO.
- UNESCO, 2007b. *Historic Districts for All – A Social and Human Approach for Sustainable Revitalization*. Paris: UNESCO.
- UNESCO, 2008. *Best Practices on Social Sustainability in Historic Districts*. [S.l.]: UN-HABITAT/UNESCO.
- UNIÃO EUROPEIA, 2007. *Tratado de Lisboa*. [S.l.]: [s.n.].
- VALDEMAR, A., 1989. *Chiado: O peso da memória*. Lisboa: Edições Inapa.
- VALLE, S. N. 2008. *Cultura e regeneração urbana. Usos e Atividades Artísticas em zonas urbanas degradadas*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Lisboa: IST-UTL.

- VAZ, J.A., 2016. Entrevista concedida a Ana Nevado, no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento, Lisboa, 24 setembro 2016. [A entrevista encontra-se transcrita no Volume II (Anexos) – “A”, desta Tese].
- VEIGA, M.F.S.F., CIDRAIS, A.J.G., 2014. *Arquitetura e Regeneração Urbana*. (Coleção: Extratos reflexivos). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- VELDPAUS, L., RODERS, A., COLENBRANDER, B., 2013. Urban Heritage: Putting the Past into the Future. In: *The Historic Environment*, Vol. 4, (1), abril 2013, pp. 3-18.
- VELDPAUS, L., 2015. *Historic urban landscapes. Framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Tese de Doutoramento. Department of the Built Environment. Eindhoven, the Netherlands: Technische Universiteit/Eindhoven University Technology.
- VERHAGE, R., 2005. Renewing urban renewal in France, the UK and the Netherlands: Introduction. In: *Journal of Housing and the Built Environment*, **20/3**.
- VIEGAS, L., et al. (1997) Contexto, cenário e impacto das operações de reconversão urbana em “frentes de água”. In: Instituto Mediterrânico, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (ed.), *Cidades, Portos e Frentes de Água. Mediterrâneo – Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades Mediterrânicas*, Jan.-Dez. 1997 (**10/11**), pp. 9-19.
- VIEIRA, D.C., 2009. *Grandes eventos culturais como instrumentos de regeneração urbana e ambiental. O caso de Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FA-UTL.
- VIVANT, E., 2009. *Qu'est ce que la ville creative?*. Paris: Presses universitaires de France, Colletion la ville en débat.
- UNEVEN GROWTH: *Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*. New York: MoMA, 2014.
- WEBBER, M.M., 1980. The Post-City Age. In: FALL, 1968. *The Conscience of the City*. Boston/Mass.: Daedalus – Journal of the American Academy of Arts and Sciences, 1968, Vol. 97. (4), pp. 1091-1110.
- WILDIN, B., MINNERY, J., (s/d). *Understanding City Fringe Gentrification: The Role of a 'Potential Investment Gap'*. Artigo. In: *Social City, City Fringe Gentrification*, 26 – 1. [Em linha] Disponível em: <http://www.griffith.edu.au/data/assets/pdf_file/0017/81413/social-city-26-wildin.pdf> [Consult. 12 abril 2014]
- ZUKIN, S., 1987. Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core. In: *Annual Review of Sociology*, **13**, pp. 129-147. [Em linha] Disponível em: <<http://rohcavamaintenant.free.fr/CLE%20USBAICHE/USB%20KEY%20Fahriye/GENTRIFICATION/SHARON%20ZUKIN-GENTRIFICATION-CULTURE%20AND%20CAPITAL%20IN%20THE%20URBAN%20CORE.pdf>> [Consult. 03 setembro 2012]
- ZUKIN, S., 1988. *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*. Londres: Radius.



Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Da expansão à recentralização / do território ao património. A
regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa
(1964-1994).

Ana Catarina Serra Nevado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos

Volume II (Anexos)

Orientadora:
Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Abril, 2018

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Da expansão à recentralização / do território ao património. A
regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa
(1964-1994).

Ana Catarina Serra Nevado

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos

Volume II (Anexos)

Júri:

Doutor Ricardo Parreira de Azambuja Fonseca, Professor Associado,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Teresa Frederica Tojal de Valsassina Heitor, Professora Catedrática,
Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa

Doutor José Manuel Aguiar Portela da Costa, Professor Associado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutor Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues, Professor Auxiliar,
Universidade de Évora, Departamento de História

Doutor Paulo Alexandre Tormenta Pinto, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Tecnologias e Arquitetura

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Tecnologias e Arquitetura,
Orientadora

Abril, 2018

▪ **ÍNDICE DOS ANEXOS**

A. Transcrição das entrevistas realizadas	297
A1. Eng.º António Fonseca Ferreira	299
A2. Arq.º Eduardo Campelo	309
A3. Arq. ^a Helena Roseta	341
A4. Dr. ^a Teresa Craveiro	373
A5. Professora Doutora Arquiteta Rita Ochoa	387
A6. Professor Doutor Matias Ferreira	435
A7. Professor Doutor Arquiteto Leonel Fadigas	483
A8. Arq.º José Anselmo Vaz	541
 B. Listagem de publicações da candidata	 585
 C. Curriculum Vitae da candidata	 595

A. TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

ENTREVISTA

Eng.º António Fonseca Ferreira

A1

Entrevistado: Eng.º António Fonseca Ferreira¹⁵⁹

Data: 11.06.2015

Horário: 11h00 – 12h30

Local: DINÂMIA'CET-IUL, ISCTE-IUL

▪ **Guião / Questões**

1. Duas questões fundamentais que pretendem contribuir para o debate sobre a **regeneração urbana de áreas pós-industriais ribeirinhas**, suportada pelo movimento de “**regresso ao centro**”:

- a. considerando a crescente amplitude dos centros urbanos e das áreas metropolitanas, **como promover, gerir e/ou adaptar e gerir uma organização administrativa, técnica e política complexa e especializada nos núcleos suburbanos e/ou (semi)periféricos nas áreas metropolitanas?**
- b. a **periferia** é hoje, também, **cidade**, carecendo de intervenção e oferecendo possibilidades de redefinição, articulação com outros territórios e (re)criação centralidades, onde a **criação de uma autarquia supramunicipal poderá ser uma possibilidade para a gestão urbana contemporânea?**

- **Contributos da investigação**, considerando a especificidade e complexidade do caso de estudo:

- a. o **planeamento, a gestão e a regeneração urbana**, nas vertentes teórica e prática;
- b. o **conhecimento histórico da evolução urbana de Lisboa** e, concretamente, da **área em estudo**;
- c. o **fomento da relação entre o caso de estudo, a cidade e a sua área metropolitana**.

2. **Comparação de políticas da década de 1960 e 1990**, considerando a rápida e complexa evolução do país entre essas décadas. A *Região de Lisboa* foi pioneiramente

¹⁵⁹ António Fonseca Ferreira (1943) é Engenheiro Civil (FEUP, 1969), Doutoramento (Sorbonne – Paris, 1973-1974) e colaborou com o LNEC. Foi Professor Associado Convidado na Universidade Atlântica (1997-2013) e Professor Auxiliar Convidado no ISCTE (1976-1996), na área de Sociologia Urbana. Desempenhou diversas funções na Administração Pública, destacando-se a sua colaboração como: Diretor Municipal e Assessor do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido responsável pelo Planeamento Estratégico Urbanístico (1974-1980); Diretor dos serviços do Fundo de Fomento da Habitação (1974-1975). É autor de diversos estudos no âmbito do planeamento estratégico e urbanístico (e.g.: coordenação e elaboração do 1º Plano estratégico de Cidades em Portugal, 1984-1985; coordenação da elaboração e da revisão dos Planos Regionais de Ordenamento do Território da AML e do Oeste e Vale do Tejo; etc.), de livros (e.g.: “Gestão Estratégica de Cidades e Regiões”) e de artigos. Fundou e dirigiu a Revista “Sociedade e Território” (1984-2013).

definido e era já considerada no planeamento da década de 1960 (e.g.: Antepiano – PDRL, 1965), tendo sido depois desenvolvida com o estabelecimento da AML e com o **planeamento estratégico** (1990-presente), visando um movimento reestruturador e uma governança mais **descentralizada e territorializada**.

- Apesar de Portugal não ter passado pelo “**Estado-Providência**” (como vários países Europeus), adoptou e manteve até hoje o planeamento urbanístico funcionalista, hierarquizado e encerrado. Porquê? E como se pode alterar isso? Deve ser alterado, adaptado ou substituído (e.g.: planos estratégicos globais e prospetivos)? Como promover a descentralização?

3. **Áreas ribeirinhas pós-industriais.** Como articular **áreas técnicas, logísticas, industriais e/ou portuárias** com as dinâmicas, fluxos e realidades da cidade? Como regenerá-las e integrá-las na cidade contemporânea e nas áreas metropolitanas?

4. Os projetos **Arco Ribeirinho Sul (ARS)**, **Terceira Travessia do Tejo (TTT)**, **Transporte de Alta Velocidade (TGV)** caíram por terra. Que futuro para a AML?

5. **Regeneração urbana de áreas ribeirinhas (pós-industriais): o caso da zona oriental de Lisboa**

- Perante o célere desenvolvimento urbano europeu, a globalização económica e de metropolização do território, os consequentes impactos e desafios desencadeados, a **regeneração urbana** é considerada **ação prioritária** em pleno contexto atual de mudança, incerteza e escassez de recursos económico-financeiros; leva-nos a refletir, debater e questionar sobre as políticas de preservação/conservação VS demolição, políticas urbanas, metodologias de análise/diagnóstico/intervenção e modos de (re)projetar na contemporaneidade.

- Modelos de Barcelona (planificação/ação estratégica e prospetiva inovadora) e da Expo '98/Parque das Nações: a meu ver, não são adequados nem viáveis para a ZROL, considerando o contexto atual de escassez de recursos; o Parque das Nações apresenta sinais graves de degradação urbana;

- não existiu um investimento global na ZROL (entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações), apesar das recentes intervenções e projetos setoriais (e.g.: Terminal de Cruzeiros, Jardins Braço de Prata, Plano de Urbanização da Matinha, Parque Hospitalar Oriental, etc.);

- **Proposta prospetiva para a ZROL (Tese):** perante o declínio urbano da ZROL e a situação urbana semi-periférica, existe a necessidade de regenerar, articular e estabelecer relações com outras áreas ribeirinhas e outros centros urbanos (e.g.: áreas centrais de Lisboa e da Margem Sul). Como articular atividades económicas, estabelecer relações de simbiose e sinergias, aproveitando e adaptando as pré-existências (portuárias, industriais, residenciais e de espaço público) à cidade, área metropolitana e região de Lisboa?

- a vocação da ZROL ficou demarcada no Antepiano de 1964 até à data. Esse importante pólo industrial (a partir da década de 1940 até meados da década de 1970) manteve inúmeras características (como a morfologia do território, edificado, espaços públicos, ...) até à atualidade, encontrando-se esquecida na cidade, apesar dos planos municipais (e.g.: **Plano de Ordenamento da Zona Ribeirinha de Lisboa – POZOR**, CML 1995), dos programas (e.g.: Caminho do Oriente), da gestão da APL e da Expo '98/Parque das Nações. Como regenerar a ZROL, considerando que não existem receitas/soluções chave (como a importação de modelos internacionais)?

6. Considerando que os **recursos** (e.g.: naturais, económico-financeiros) são bens escassos, como rentabilizar as pré-existências, o **passado** (*ativo e/ou produtivo* no caso da ZROL) e **projetar para o futuro**?
7. Que **Gestão Estratégica** se prevê hoje e para o futuro? E para as zonas ribeirinhas (ZROL, em particular)?
8. Como promover a **participação pública** nos processos de regeneração urbana (e.g.: Orçamento Participativo; sessões de debate público em Juntas de Freguesia, etc.)?
9. Para além da **complexidade, profusão e sobreposição de documentos legais** em vigor, existe um **desfasamento entre (novos) conceitos e legislação afeta ao planeamento e à gestão urbana**. Atualmente, é imperativa a valorização da **diversidade** e da **coesão social** (conceitos aparentemente distintos/não relacionáveis) nos processos de (re)desenvolvimento territorial, como a regeneração urbana. Contudo, como se articulam ambas as realidades?

- **Nova Lei de Bases do Ordenamento do Território (2014) - Lei N.º 31/2014, de 30 de Maio:** privilegia a *sustentabilidade*; distingue os conceitos de *reabilitação* e *regeneração urbana*. Todavia, diversos instrumentos legais, de gestão territorial não fazem essa distinção, dificultando a intervenção na regeneração urbana. Como contornar/resolver essa questão?

Artigo 61.º - Reabilitação e regeneração

1 — A **reabilitação** é a **forma de intervenção territorial integrada que visa a valorização do suporte físico de um território**, através da realização de obras de reconstrução, recuperação, beneficiação, renovação e modernização do edificado, das infraestruturas, dos serviços de suporte e dos sistemas naturais, bem como de correção de passivos ambientais ou de valorização paisagística.

2 — A **regeneração** é a **forma de intervenção territorial integrada que combina ações de reabilitação com obras de demolição e construção nova e com medidas**

adequadas de revitalização económica, social e cultural e de reforço da coesão e do potencial territorial.

3 — Sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º, **incumbe ao Estado, às regiões autónomas e às autarquias locais promover a reabilitação ou regeneração das áreas urbanas que dela careçam**, programando ou conduzindo a realização das respetivas operações de reabilitação urbana ou concedendo apoios e outros incentivos financeiros e fiscais

10. Europa/Lisboa 2020: Governabilidade VS Governança

- AML (instituição metropolitana criada em 1991): não tem demonstrado as capacidades necessárias para resolver as dificuldades da governabilidade metropolitana;
- mudanças inevitáveis da governação: devem-se ao alargamento da democracia, poder local e regionalização, integração europeia e globalização.
- A **crise da governabilidade e a insipiência da governança** padecem da fragilização das funções motoras do Estado nas sociedades modernas, suscitando um défice de liderança.
- Conceito de **Governança**: noção e prática resultantes a partir da crise da governabilidade, ou seja, perante a verificação a incapacidade de resposta dos governos aos problemas e de adaptação a diferentes formas de organização social, económica e política.

Segundo a Comissão Europeia e Anne Marie Sigmund, *governança* designa o **conjunto de regras, processos e práticas** que dizem respeito à **qualidade do exercício do poder a nível europeu**, essencialmente no que se refere à **responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia**. O conceito incorpora um **modelo de governação horizontal de cooperação e de participação**, contrário ao modelo vertical de governo/pirâmide governamental.

Segundo Anne Marie Sigmund, a governança europeia deve assegurar a representação oficial dos interesses dos cidadãos pelo reconhecimento de direitos concretos de participação dos seus representantes, melhorando e modificando, se necessário, a **colaboração entre as instituições existentes**, a fim de garantir uma transparência, eficácia e obrigação acrescida de prestar contas.

De acordo com Patrick Le Galès, a governança é um **processo de coordenação** de atores, grupos sociais, instituições, a fim de atingir objetivos debatidos e definidos coletivamente. Relaciona-se com o conjunto de instituições, redes, diretivas, regulamentações, normas, práticas políticas e sociais, de agentes públicos e privados que contribuem para a estabilidade de uma sociedade e de um regime político, para a sua orientação, para a sua capacidade de dirigir, fornecer serviços e assegurar a sua

legitimidade. Tratando-se de uma realidade em mutação, a governança não corresponde a uma solução milagre para resolver problemas. As deficiências do Estado e da regulação política espelham-se nas da governança.

- **Governança de zonas metropolitanas** (Daniel Kubler): a capacidade de governar um arco metropolitano consiste na **capacidade de produzir ação coletiva**, ou seja, comportamentos de atores coordenados uns com os outros. Representa a capacidade para governar nas aglomerações como a capacidade para produzir uma coordenação negociada.

- **Governar** significa tomar decisões, resolver conflitos, produzir bens públicos, coordenar os comportamentos privados, regular os mercados, organizar eleições, promover a exploração de recursos essenciais, cobrar impostos, afetar despesas públicas e projetos estatais. Os processos de globalização e europeização transformaram essa realidade e levantaram novas questões e necessidades.

- Uma governação **ativa** requer reflexões e acções estratégicas prospetivas para a sua implementação, execução e monitorização.

11. É viável uma administração/gestão contratualizada de competências de âmbito **supramunicipal** em Lisboa (cidade e área metropolitana), considerando a diversidade urbana, municípios e associações de municípios distintos existentes?

12. Face à desadequação da **Junta da Grande Área Metropolitana** para uma função executiva e de coordenação, é necessária a alteração dos instrumentos legais e operativos que dificultam a evolução do protagonismo da Junta para assumir uma óptica verdadeiramente regional. Como funciona atualmente e como se poderá melhorar a sua articulação com as entidades e agentes intervenientes na gestão urbana (e.g.: imobilismo da **Administração do Porto de Lisboa**)?

13. De que forma essas entidades lidam com a **necessidade prospetiva, estratégica**, inerente ao planeamento e gestão urbanística atuais, apesar dos modelos funcionalistas, burocráticos e morosos ainda existentes?

14. CCDR-LVT: experiência do Eng.º António Fonseca Ferreira; gestão da ZROL; regeneração urbana (enquanto processo, estratégia e instrumento político).

- Lisboa 2014-2020

- Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (PAR Lisboa)
- Programa Operacional da Região de Lisboa 2014-2020
- Portugal 2020

- **CML:** Lisboa/Europa 2020 – Lisboa no quadro do próximo período de programação comunitário

- Apesar da **devolução da frente ribeirinha à população ser essencial e conduzir ao futuro (re)desenvolvimento da cidade**, constituindo, aliás, um dos dez objetivos patentes no regulamento do **PDML (2012)**, o plano não privilegia a *regeneração urbana*, mas sim a *reabilitação urbana* e também não apresenta um plano global para a regeneração para a ZROL.

15. Linhas de investigação e atuação futuras

- Reintroduzir **atividades industriais**, aproveitando estruturas, recursos do território e a relação histórica com o mesmo, no caso da ZROL;
- **estudos de impacto ambiental** (e.g.: novo Terminal de contentores no Barreiro);
- **Articulação e cooperação entre entidades** (públicas e privadas) **e as comunidades/populações locais** – debate e participação pública;
- partir do **existente** e de **elementos históricos** como fundamento para a intervenção;
- **articulação multiescalar com outros centros/núcleos da área metropolitana**; (e.g.: supra/intermunicipal, metropolitana, regional; Portos de Lisboa, Setúbal e Sines);
- importância dos **planos à escala regional** (ex.: PDRL / PROT-AML).

▪ **Transcrição da entrevista¹⁶⁰**

- Análise de Plantas (PDRL, 1964; PDML, 1994);
- O Planeamento Estratégico “não vai a todas”; requer ponderação e definição de objetivos e linhas estratégicas de atuação;
- A Regeneração Urbana tem um cunho estratégico;
- Os Planos de Pormenor proporcionaram inúmeros problemas no contexto do planeamento urbanístico português;
- Atualmente, no contexto da regeneração urbana, já não se fala em “clusters de empresas” mas sim em espaços de “co-work”; o caso da ZROL/Marvila tem sofrido esse fenómeno;
- A expansão da cidade de Lisboa terá de ser feita, necessariamente, para Norte (i.e., no sentido de Vila Franca de Xira, junto ao rio);

¹⁶⁰ Entrevista realizada sem recurso a gravação, apenas registada pela Doutoranda. A transcrição foi realizada com base nos apontamentos recolhidos durante a entrevista, sendo o mais fiel possível.

ENTREVISTA

Arq.º Eduardo Campelo

A2

Entrevistado: Arq.º Eduardo Campelo (CML)¹⁶¹

Data: 04.07.2016

Horário: 14h30 – 16h00

Local: CML – Edifício do Campo Grande, Piso 3B, Lisboa

- **Guião / Questões**

1. De acordo com a alínea b), do ponto 1 do Artigo 2.º do Regulamento do PDML, no âmbito do processo de Revisão (Julho 2011), *“Promover a reabilitação e a regeneração urbana, alargando o conceito de área histórica a toda a Cidade consolidada como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico;”* consiste num objetivo estratégico de desenvolvimento do território municipal. Apesar do protagonismo da reabilitação urbana no PDML 1994 e da posterior revisão (2012), qual é o papel da regeneração urbana no seio das políticas, do planeamento e da gestão urbana municipal na atualidade? De que tipo de regeneração se trata?

2. Já no Artigo 41.º do mesmo Regulamento, relativo ao “Âmbito, objetivos e usos”, no ponto 1 se refere que *“Nos espaços consolidados centrais e residenciais, com vista a promover a sua regeneração funcional e social, privilegia-se a predominância do uso habitacional, a conservação e reabilitação do edificado existente, a colmatação e compatação da malha urbana, a compatibilização dos usos, a criação de equipamentos e a qualificação do espaço público, nomeadamente promovendo o aumento da sua permeabilidade.”* Porém, nem sempre tal se verifica na prática. Porquê?

3. Como se processou a articulação e cooperação entre a CML e a APL na libertação de troços ribeirinhos na revisão do PDML (1994)? Quais as dificuldades e sequência?

4. Que equipas multidisciplinares participaram na elaboração do PDML 1994 e na revisão (2012)? Quais as disciplinas envolvidas?

5. O PDML é um processo efetivamente participado? De que debate público se trata?

6. A conservação e preservação património têm sido questões amplamente debatidas na Europa, sobretudo desde a década de 1970. No entanto, no caso português e especificamente da CML, o património nem sempre é contemplado/alvo de *operações integradas* de regeneração e de conservação urbana². Porquê?

7. A regeneração urbana pode ser considerada como um processo de reversão e/ou de retardamento do processo de declínio, através da melhoria das condições ambientais e de vida da população, quer por via da melhoria de estruturas físicas, quer pelo desenvolvimento económico dessas áreas urbanas. A prioridade já não é melhorar as condições físicas existentes, mas reduzir as desvantagens e a falta de valor (gerada pelo desemprego, fracas

¹⁶¹ Eduardo Jorge Santiago Campelo (1955) é licenciado em Arquitetura (ESBAL, 1979). Colaborou com a Câmara Municipal de Almada e atualmente é Arquiteto, Chefe de Divisão de Planeamento Territorial na CML (2009-presente) e Diretor do Departamento de Projetos Estruturantes da CML (2016-2017) (DMU/DPE), tendo participado na elaboração de diversos planos urbanos de regeneração da ZROL (e.g.: Plano de Pormenor da Matinha).

condições de saúde, níveis de crime e educação, etc.) em áreas urbanas. É comum recorrer a financiamento público para potenciar o investimento privado. Porém, essa consequência pode gerar fenómenos de especulação imobiliária e o próprio PDML (2012), apesar de fomentar a reabilitação e a regeneração urbana, indica também os índices de construção. Então, como se poderá contrariar essa tendência?

8. A reabilitação ultrapassa a escala da habitação, abrangendo também o próprio território (e.g.: melhoria de condições ambientais, de permeabilização, conservação e (re)utilização de património, etc.). Que programas, planos, projetos estratégicos existem ao nível municipal?

Nota: Regulamento do processo de Revisão do PDML (Julho 2011), **UOPG 6 – Graça/Beato**, Ponto 2: Objetivos/Termos de Referência: *Promover o património existente enquanto memória da cidade e potenciador da requalificação urbana*. In: http://rehabitarlisboa.cm-lisboa.pt/fileadmin/REABITAR/documentos/Gloss%C3%A1rio/Regulamento_PDM.pdf

9. No âmbito das intervenções na frente ribeirinha (CML), que intervenções específicas estão previstas na ZROL (e.g.: BIP/ZIP)? E de que forma contemplam (ou não) as questões do património cultural (industrial) existente?

10. A ZROL, uma área urbana complexa e pós-industrial, corresponde à Unidade Operativa de Gestão e Planeamento (UOPG) 2 – Oriental do Regulamento do PDML no âmbito da sua revisão (Julho 2011). Compreende os bairros de Santa Maria dos Olivais, Oriente e Marvila e prevê a valorização e a requalificação global do conjunto “Caminho do Oriente”. Como se articula com as intervenções específicas na frente ribeirinha (hoje ainda sob o domínio da APL) e com os novos projetos (Jardins Braço de Prata, futuro Parque Hospitalar Oriental, Plano de Pormenor da Matinha, Plano de Urbanização do Vale de Chelas, etc.), ou seja, de que forma a intervenção municipal conseguirá conciliar o *novo* com o *antigo/pré-existências*?

11. Apesar da revisão do PDML, do enfoque na reabilitação urbana e na definição específica de AUGI's, porquê a selecção das figuras de “Plano de Urbanização” e de “Plano de Pormenor” nos Planos Eficazes (e.g.: Plano de Urbanização do Vale de Chelas; Plano de Pormenor da Matinha)?

12. Será viável uma administração/gestão contratualizada de competências de âmbito supramunicipal em Lisboa, considerando a diversidade urbana, municípios e associações de municípios distintos existentes?

13. O planeamento territorial deverá ser um processo contínuo e de adequação dos planos à realidade e às céleres mutações (e.g.: Lei n.º 31/2014, de 30 de maio). Mas hoje, mais do que planejar, urge gerir a cidade contemporânea. Que tipos de *Gestão Estratégica* se prevêem hoje e para o futuro?

14. Considerando as iniciativas correntes da CML não passam apenas por planos urbanos e pela sua revisão, mas também por projetos como o «Orçamento Participativo» e o «Projeto “Geomonumentos de Lisboa – Conservação do Património Geológico em contexto urbano” (c/ a criação de 2 percursos temáticos), que futuro se espera para a ZROL?

15. Que papel detêm hoje as frentes ribeirinhas (na cidade e no âmbito do planeamento e da gestão urbana)? Que oportunidades podem desencadear?

▪ **Transcrição da entrevista**¹⁶²

Ana Nevado (AN): Boa tarde, Arq.º Eduardo Campelo. Agradeço imenso o facto de ter aceite o convite para ser entrevistado, no âmbito do desenvolvimento da minha Tese de Doutoramento, a qual se intitula “Regeneração urbana em áreas ribeirinhas pós-industriais: o caso da zona ribeirinha oriental de Lisboa entre o Plano Diretor da Região de Lisboa (1964) e o Plano Diretor Municipal de Lisboa (1994)”. Fazendo um enquadramento geral, esta investigação surge porque desde a década de 1960 até hoje, no âmbito do planeamento e da gestão urbana, não houve assim tanta coisa que terá mudado. E porquê? Porque os fundamentos do planeamento ainda estão muito baseados, a meu ver, na questão da expansão urbana. E, portanto, este Plano Diretor da Região de Lisboa considera, pela primeira vez, uma definição muito clara do que é hoje a área [metropolitana] de Lisboa, que até à data ainda não tinha sido definida porque aquela realidade ainda se estava a consumir, nos finais da década de 1950/início de 1960. E portanto, essa nova escala e essas novas realidades – da questão suburbana e os fenómenos de metropolização começavam a ganhar forma e era preciso resolver uma série de problemas. Este Antepiano (PDRL), era uma versão de Antepiano que não chegou a ser posta em prática, ela foi aprovada mas não foi aplicada no território, mas serviu de base depois para constituir o Plano Diretor Municipal de Lisboa de 1967-76 (pois a conclusão do plano já foi pós-Revolução).

Arq.º Eduardo Campelo (EC): Sim, foi o Mário Soares que o promulgou.

AN: Exatamente. E portanto é interessante ver a génese desse plano e depois a sua influência ao longo dos anos ‘80 e ‘90 com o Plano Diretor Municipal de Lisboa, de 94. A minha questão principal da Tese é a regeneração urbana – podia ter escolhido a reabilitação mas escolhi a regeneração pela questão do território e da escala -, portanto, a área metropolitana nestes casos é assumida como um sistema, é um território que apesar das suas (...) estabelece relações entre as duas margens (e isso é importante para trabalhar nestes territórios da capital). A zona ribeirinha oriental de Lisboa é interessante, para mim, pelo ponto de vista da sobreposição das temporalidades, da sobreposição das atividades industriais e hoje uma realidade pós-industrial e que tem muito material para trabalhar no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Estes planos/os novos planos são muito interessantes, sobretudo o Plano de Pormenor da Matinha, no entanto eu questiono, portanto, no âmbito do Plano Diretor Municipal

¹⁶² Entrevista gravada com recurso a gravador digital *Mitsai* 2G AD-511, ficando registada em áudio (formato .wav). A transcrição foi realizada com recurso à audição da gravação e à consulta de apontamentos recolhidos durante a realização da entrevista, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas.

de 94 e da sua revisão, depois finalizada em 2012, quais foram os princípios ou se existiram princípios de reabilitação e de regeneração neste Plano de Pormenor da Matinha?

EC: Bom, eu vou-te fazer uma prévia referência ao facto de eu ter vindo trabalhar para a Câmara de Lisboa em 2009, portanto, conhecer genericamente a problemática da Câmara de Lisboa porque ainda por cima vivo em Lisboa desde os 3 anos, e conhecer naturalmente um território interessantíssimo, de viver cá, e porque, ao nível das questões do planeamento Lisboa sempre foi central na área metropolitana de Lisboa, não é? Mas quando venho para Lisboa começo a entender junto de coisas que antes não tinha a mesma perspetiva. E sobre esse ponto de vista, naturalmente que um elemento de referência passou a ser na altura, por um lado, o Plano de 1994 e a sua Revisão, na altura, e que deu, portanto, origem ao Plano de 2012, ao Plano Diretor revisto, o primeiro Plano Diretor revisto. Isto para dizer que, naturalmente sobre os outros Planos e nomeadamente sobre a visão que se tem/que eu tenho sobre os Planos de Meyer-Heine e portanto que depois tiveram aprovação em 76, obviamente que é uma visão menos aprofundada.

AN: Claro.

EC: Estudada, genérica, e também da mesma coisa relativamente ao De Gröer, de 48, e aos outros planos, as questões relacionadas seja com os grandes planos de urbanização de Chelas e dos Olivais, e os outros planos de urbanização de Lisboa e portanto tenho esta primeira reserva relativamente àquilo que posso contribuir. Depois, relativamente e a esta perspetiva de planeamento, tu terás também noção que, depois do grande momento, digamos que da do planeamento em Lisboa no tempo ainda do Duarte Pacheco e da sequência, mesmo depois da sua morte, que teve para o país inteiro e para Lisboa também, o grande momento seguinte é efetivamente o período em que o Presidente/Doutor Jorge Sampaio apresenta a Câmara de Lisboa e em que, por um lado, pelas questões de se fazer o primeiro plano diretor municipal nos moldes da nova legislação, e do planeamento que tinha, há um conjunto, uma nova visão relativamente ao planeamento que intercala/faz com que haja uma interação razoavelmente conseguida entre as perspetivas de um planeamento de detalhe e um planeamento macro, do tempo do planeamento estratégico, uma vez que o planeamento estratégico que é de facto de 92, e é um plano importantíssimo porque estabeleceu, sobretudo, orientações fundamentais para depois a saída em vários processos de planeamento, não é?

Este Plano da Matinha é já, portanto, começa a ser delineado em 2005, resulta também do estudo que já se está a fazer/resulta do processo da própria EXPO e da compreensão que já tinha havido a anterior e que havia necessidade de estabelecer uma ligação/de continuar o processo de, já efetivamente, regeneração, de reabilitação, e eventualmente em alguns casos de reconversão urbanística de todo o território entre a EXPO e o centro de Lisboa – coisa que estava afirmada já nos planos anteriores -, e ao mesmo tempo também de uma revisão que se fazia sobre o chamado PUZRO – o Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental -, e que

nunca teve/chegou a consumir mas que tinha tido, apesar de tudo, um lastro bastante grande e para a avaliação de um território, de um conjunto importante de avaliações, não é? Portanto, o Plano é uma verificação da necessidade de ter um detalhe maior sobre o território, para o qual já se compreendia que havia necessidade de o reconverter na totalidade, porque aquilo eram os gasómetros e portanto era uma reconversão evidente, mas numa perspetiva de continuidade da EXPO. Parece-me que isso é evidente. É também sintomático que tenha sido o Plano entregue – não sei exatamente em que moldes -, mas tenha sido entregue à equipa da Risco, do Arq.º Manuel Salgado, que tinha sido quem estava à frente do processo da EXPO, nomeadamente do plano da zona do recinto da EXPO, não é? E de todo o espaço central. Este Plano tem uma ideia nítida, de *cidade*. É evidente que é um pedacinho pequenino, não é capaz, por si só, de ser digamos que transformador da cidade mas que...

AN: Pode catalisar os processos...

EC: Sim, tem essa componente clarificada. É uma zona residencial e para a qual se procura um modelo de ocupação. É nítido referências aos quarteirões, referências portanto à tentativa de constituir áreas de estadia internas que sejam factor de agregação do modo de residirem, em Lisboa, e depois tem as particularidades do território que é de facto/tem algumas dificuldades e eles procuram resolver isso através de uma avaliação morfológica bastante conseguida, não é? Pronto, isto é, as linhas gerais que me parece que o Plano; e também naquela perspetiva de continuidade, quer dizer. É evidente aqui que não se cingiu a tratar do retângulo do Plano e, olha para um lado e para o outro, e procura...

AN: ...Estabelecer ligações com a cidade existente.

EC: ...Uma continuidade, nomeadamente com a linha de continuação, por um lado, a reavaliação da forma de olhar o rio e utilizar o espaço público na relação com o rio, recuperando outra vez aquilo que era a intervenção na EXPO, e ao mesmo tempo procurando que a articulação com o resto da cidade seja feita não só numa estrutura viária mas introduzindo uma hipótese que parecia muito interessante mas que não foi depois desenvolvida suficientemente, muito interessante que é a linha do elétrico, que procuraria ir até ao Poço do Bispo e continuar com a antiga linha de elétrico. E isto em articulação já com o processo de loteamento do Arq.º Renzo Piano, em Braço de Prata.

AN: Portanto, de uma forma geral, os traços do plano ficam assim resumidos. A minha questão, que eu coloco é, embora já no Plano de 1994 tivesse sido afirmada a necessidade de reabilitar a cidade, esta ainda é uma cidade/é a cidade “nova”, portanto, é a continuação da filosofia da EXPO 98. Claro que depois existiu um horizonte temporal mais alargado, portanto, este plano começou a ser delineado em 2005, depois aprovado em 2008 e só agora é que vai ser...

EC: Sim, acabou agora de ser publicado, em 2011.

AN: E portanto esse desfasamento temporal acaba por demorar os processos – é verdade que é um processo moroso e que envolve muita/várias equipas multidisciplinares, várias fases. Relativamente ao debate, qual é que foi o grau de discussão pública deste Plano, se é que existiu (terá existido, com certeza)?

EC: Houve e até acirrado, mas francamente julgo que não centrado nas questões urbanas, propriamente ditas, não é, mas mais nas questões de natureza política. E até com uma certa (...), porque havia depois a questão de que tinha sido um Plano feito pelo Arq.º Manuel Salgado, que entretanto estava no Executivo Municipal, e portanto as coisas passaram-se muito por aí, aliás (...) na Assembleia Municipal, mas nitidamente que não foram preocupações com o modelo urbano que estava proposto, com aquilo que seria a hipótese de continuidade do processo da EXPO na direção do centro que esteve em causa! Foram questões de outra natureza e que não eram interessantes, não é? De conversar... Não era muito interessante conversar.

A discussão pública... Ah, e depois um aspeto que também foi bastante focado na questão pública foi dos próprios interessados, nomeadamente dos proprietários, esses colocaram várias questões na discussão pública. Não houve participação daquelas entidades ou do público em geral, interessado, da população envolvente também não – da pouca população existente ali à volta -, nem sequer de organizações não governamentais envolvidas, que muitas vezes participam nestas questões de discussão pública, também não houve grandes questões. Portanto foi, infelizmente não houve debate muito interessante a propósito daquilo que era o modelo que se estava a perspetivar para aquilo. Sobre isso não houve.

Agora, o processo de execução, acontece num momento crítico, nós tivemos aqui um momento de estagnação e de dificuldade em passar a concretizar junto de; eu há pouco não referi uma coisa que é, depois daquele momento de grande expressão do planeamento em Lisboa dos anos '90, no princípio dos anos '90 até '95, em que se desenvolveram imensos planos e, curiosamente, a grande maioria não foram/entraram em vigor, portanto, há muitos planos que não tiveram efetividade, não é? Há um segundo momento do planeamento – esse já conheço melhor porque já estava cá – que é precisamente com este novo Executivo, desde o tempo de 2007, em que, então sim, os planos não só são executados/se fizeram/elaboraram, com inclusive foram implementados, ou antes, estão em vigor, não é? E que, durante o tempo em que eu estive na Divisão, foram publicados 21 planos de urbanização e pormenor.

AN: São imensos!...

EC: São imensos planos. Agora, há a fase da execução. E esse é um outro desafio e um grande problema, porque os planos começaram muitos a serem publicados logo em 2009,

2010, 2011 e continuadamente, mas, o momento subsequente foi um período difícil sob o ponto de vista económico-financeiro para o País, não é? E para os investidores, sobretudo. Aliás, há aqui uma situação que é dramática: nós verificamos que, a grande maioria dos investidores da época, já não existem!

AN: Exato! Foram à falência, etc. ...

EC: São agora os Bancos e os Fundos Imobiliários. E, portanto, houve uma transformação enorme, não é? E isso quer dizer que, durante um período de tempo, a implementação de alguns processos de planeamento – ao nível da urbanização -, ficou, pura e simplesmente bloqueada. E este [da Matinha], foi um caso, paradigmático. Este processo ainda por cima tem um desequilíbrio que é 50% do território é de um proprietário – que é um Fundo Imobiliário do Banco Espírito Santo, portanto logo aí se percebe porque é que isto ficou paralisado. Neste momento, há um processo de loteamento em fase de apreciação, numa primeira fase, e aqui também tem uma particularidade, que é curiosa porque o Plano tinha/foi o primeiro Plano que tinha uma Unidade de Execução definida, no âmbito do Plano. Depois a partir daí, fez-se o mesmo para mais três ou quatro Planos. E depois desses três ou quatro primeiros planos, com unidades de execução delimitadas, chegou-se à conclusão de que isso era um risco tremendo, de não se conseguir executar, porque, apesar de haver alguma participação, e de haver algum entendimento entre as partes envolvidas, não havia, apesar de tudo, um contrato entre as partes! E portanto o momento seguinte foi a discussão entre as partes para se tentar viabilizar e isso verificou-se que em todos os casos foi impossível. Portanto, fizemos marcha-atrás, e então começamos a não delimitar em sede do Plano as unidades, e deixamos isso para a fase seguinte. E neste caso, ainda por cima, foi uma tentativa de ajustamento feita introduzindo uma figura – aliás como quase sempre acontece nestes casos, dos juristas/advogados, que fizeram portanto uma proposta de faseamento da unidade de execução. Coisa que no princípio se tinha dúvidas se devia ser feita ou não, mas depois concluiu-se que...

AN: Era viável...

EC: Era viável, era desejável primeiro que tudo para haver flexibilidade ao nível da execução, depois confirmou-se que era viável do ponto de vista jurídico e, se assim era, era o caminho que devíamos seguir. De qualquer forma, ainda não se conseguiu aprovar o primeiro loteamento que é esta fase aqui [assinalada na Planta].

AN: Pois, exato... Portanto, a cidade nova – digamos assim -, vai crescer de Oriente para Ocidente. Correto?

EC: Ehhh... Dá essa...

AN: Se bem que esta parte já está... Pelo menos estar parte já...

EC: Não, é uma questão de circunstância! (...) aqui, este terreno aqui [assinalado na Planta], que é um terreno que está em litígio entre a APL e a Gás de Portugal, não sabem quem é que é o dono efetivo, ou antes, estão em litígio, separou-se (...) para poderem ter a posse da propriedade, e portanto, não era viável começar por aqui! Este lado até era provavelmente o mais [complexo] (...) na relação com o rio. Não sendo possível aqui [pelo lado oriental], começou-se então a atacar por aqui [pelo lado ocidental, assinalado na Planta]. Então aqui há infraestruturas que permitem desde logo, portanto, no início do processo. Mas isso é, são circunstâncias!

AN: Sim, exato. Mas lá está, portanto este território que me parece a mim palco de conflitos, desde há várias décadas, pelas próprias transformações urbanas, económicas e sociais que sofreu, ainda hoje é um campo de batalha nas várias entidades que operam sobre...

EC: Não é tanto assim, mas que é um local ainda de conflito, é. Não sei se de "batalhas", talvez...

AN: "Batalhas", isto é, políticas...

EC: Mas talvez seja exagerado dizer que existe antagonismo completo, mas existem dificuldades, sem dúvida, e a Câmara precisamente nesse contexto, o que é procura fazer? Não ficar refém dos interesses privados exclusivos, ou seja, ficar à espera que aconteça ou se resolvam os problemas, mas quer ser também ele (Município) protagonista ao nível da execução, daquilo que é possível fazer, ou seja, o espaço público, mais uma vez, não é? E nessa medida é que lançou o concurso, ou antes, sim, lançou o concurso para a elaboração do *Plano do Parque Urbano Ribeirinho*. Houve também uma dificuldade no âmbito do Concurso porque houve... O Concurso acabou por ser anulado por causa de uma série de erros. Não diria irregularidades, mas dificuldades processuais do concurso, e porque como havia uma possibilidade/uma saída de se poder implementar efetivamente o projeto por outra via - que não a pública -, entendeu-se que não valia a pena repetir e voltar outra vez ao procedimento. Nós temos o projeto, que no fim de contas era o mais importante, temos o projeto vencedor em desenvolvimento e a Câmara, com a participação dos privados, nomeadamente no primeiro troço aqui com a organização do Braço de Prata, vai começar a construir a primeira fase do Parque Ribeirinho, o Parque Urbano Ribeirinho. O que nos parece que poderá ser, de facto, um factor de dinamização também das próprias urbanizações privadas, não é? Porque compreenderão, o investidor, não é, compreenderá que isto é uma zona, já de si privilegiada, mas que é uma zona que está em desenvolvimento efetivo, em transformação, não é?

AN: Eu acho que é muito interessante por esse ponto de vista. Portanto, é uma zona de futuro. Esta é a zona de futuro da cidade de Lisboa, eu diria...

EC: É uma das...

AN: Mas possivelmente a que tem muito potencial pelo ponto de vista da relação com o rio, da sua localização também estratégica entre um pólo importante – que é o Parque das Nações – e a zona de Terreiro do Paço e de Santa Apolónia, que também tem sofrido uma série de transformações. No entanto, eu coloco esta questão sobre o processo de *gentrification*. Em português não tem uma tradução efetiva, há vários autores que lhe chamam de “nobilitação urbana” ou “gentrificação”. Como é que o Município consegue lidar com essa situação ou de que forma os planos são elaborados e implementados; se têm isso em consideração, se é inevitável... Como é que consideram essa [questão]?

EC: Ehh... Eu parece-me que o Município, isto é, os Municípios, políticos têm noção clara de que isso são muitas vezes consequências/é uma consequência do processo de transformação e de reabilitação e de, eu diria, substancial dos tecidos urbanos (...) anteriormente muito degradados ou que se encontravam num estado de pouca atratividade, não é, e portanto zonas que se transformam no sentido de passarem a ser atrativas obviamente que passam a ter um outro...

AN: Estatuto...

EC: Exatamente! E outra atratividade por parte dos investidores privados e eu vi esse fenómeno, começa a realizar-se, não é? A Câmara não pode impedir muitas vezes, portanto, a modificação que existe ao nível social, quer dizer, não tem grande capacidade de intervenção, a não ser por via direta da sua participação no próprio tecido imobiliário, não é, portanto, o próprio parque imobiliário, por um lado – porque a Câmara é proprietária de cerca de 20 a 25% das habitações em Lisboa, embora, a maior parte delas muito concentradas em zonas não tão interessantes como aquelas que sofrem esses processos -, isso por um lado, e por outro lado, obviamente que aquilo que poderá fazer é garantir que haja alguma, ao nível dos processos de construção, alguma manutenção de características dos próprios edifícios, não é, portanto... Quando se trata de processos de urbanização, é mais complicado porque ao aprovar, eventualmente, um processo mesmo de transformação, está indiretamente a dizer “o processo vai acontecer”. Que é este caso aqui [Matinha, assinalado na Planta]! Este caso aqui, é um caso um bocado particular na medida em que o território da Matinha era um território esvaziado/vazio, não é, um vazio urbano... Não tinha população. Na zona de Braço de Prata há uma população nas imediações, e que eventualmente poderá, a prazo, vir a sofrer alguma modificação, não é?... Territórios mais centrais e onde o processo não é um processo tão controlado do ponto de vista do planeamento mas acontece mais por uma situação demarcada,

efetiva, seja o caso mais visível hoje em dia Alfama, Mouraria, Bairro Alto, onde o processo nem é tanto pela questão imobiliária diretamente mas (...) aparentemente ligada à turistificação que se fala, não é, hoje em dia, que está a ter de facto consequências ao nível desse processo. O que se passa é que a Câmara pode controlar alguma coisa ao nível de criar regras, ou antes, garantindo que as regras urbanísticas não são ultrapassadas ao nível dos projetos que apresentam modificação extrema para acomodar, digamos, essa modificação, quer dizer. Agora, o que eu admito, é que estes fenómenos obriguem a um repensar de tal forma que se chegue a situações como já estão a acontecer em algumas cidades europeias, aquilo que nós ouvimos e lemos. Em particular, o caso de Berlim, relativamente às questões do *Airbnb*, não é, e da forma do alojamento local, em que eles chegaram a um momento em que decidiram criar regras específicas e não permitem a continuação daquele processo. E se calhar um dia, Lisboa terá que o fazer! O que é que até agora fez? Está neste momento a monitorizar, de alguma forma, tem um processo/está neste momento a trabalhar na avaliação da situação ao nível do turismo em Lisboa. Portanto, tentando compreender o fenómeno, verificando quais é que são as áreas onde efetivamente essa incidência é maior e o que é que isso está a representar! Nós já sabemos que está a representar um aumento grande das rendas, portanto, de habitação.

AN: Claro, tem consequências, quer dizer, o turismo traz benefícios, mas por outro lado, tem algumas desvantagens.

EC: Se bem que, agora focando nessa questão do turismo, não me pareça que exista um excesso nitidamente para a hiperavaliação daquilo que é o fenómeno, quer dizer... Porque a grande ocupação está a ser feita sobretudo em zonas que estavam vazias! (...) falado, e com razão, que havia um parque habitacional vazio, devoluto, e não ocupado e, até, de alguma forma, os senhorios entendiam que o (...), tinham receio de e não havia, portanto, condições da atividade ao nível das rendas. Agora, muito desse parque, é aquele que está a ser transformado para este tipo de efeito, não é? Nitidamente que a outra situação que também é, que pode acontecer e acontece, que é a das pessoas abandonarem as casas para elas se transformarem, ou são, a maior parte, (...) os próprios que o fazem, proprietários, e o outro fenómeno de aliciarem as pessoas para saírem das casas sem condições para elas se transformarem são nitidamente residuais, por aquilo que nós sabemos. Mas no entanto é preciso compreender melhor isso, que a Câmara está neste momento a fazer. Agora, reconheço que não existe propriamente uma atuação completamente concertada no sentido de impedir que haja uma “gentrificação”. Agora, é também uma questão que é interessante de analisar, porque a “gentrificação” – nós ficamos um bocado assustados com a palavra e parece-nos que é uma coisa muito má, mas não sei se é uma coisa muito má! -...

AN: Sempre aconteceu, se calhar, não é?...

EC: Exatamente! E pode até ser benéfica para introduzir qualificação ao nível também dos territórios, não é?... Nós sabemos que algumas zonas – que são zonas complicadas, do ponto de vista social, não é -, e nessas nós gostaríamos muito que houvesse a chamada “mistura social”, não é, quer dizer, nós gostaríamos muito...

AN: Se bem que é difícil conciliar as duas realidades.

EC: Sem dúvida. Mas portanto, a “gentrificação” não é só negativa, quer dizer, pode ser até positiva na medida em que introduz de facto...

AN: O ponto de vista da revitalização social...

EC: O ponto de vista da revitalização. (...) jovens, através de pessoas mais qualificadas, seja através de outros grupos sociais...

AN: E pode, inclusivé, ir à criação de valor.

EC: Exatamente. Portanto, também temos que ter algum equilíbrio nestas avaliações que se fazem. Neste caso aqui [zona antiga, do Beato, Xabregas Marvila, etc., assinalado na Planta], nós achamos que este território é um território debilitado sob vários – e quer dizer, eu já não estou a falar tanto sobre aqui a Matinha e Braço de Prata, porque, apesar de tudo, é um bocadinho diferente, mas...

AN: Eu diria que coexistem vários territórios na mesma área urbana, ou seja, nós temos vários núcleos – Braço de Prata, Matinha, depois Marvila/Poço do Bispo, ...

EC: Aí já me parece um caso mais...

AN: Aí é diferente...

EC: Aí é diferente e muito interessante porque também já lá está a chegar este fenómeno, sobretudo da procura imobiliária – nomeadamente aquelas áreas mais fora do vulgar: os *lofts* e (...) mais industriais que depois dão muitas soluções arquitetónicas muito interessantes -, e quem um determinado grupo – lá está, um determinado grupo, particular do ponto de vista social e cultural -, já começou a apropriar-se e com isso faz com que o fenómeno seja cada vez mais polarizador, quer dizer... Noutro dia, uma entrevista dada pelo Cabrita Reis “ah, eu já vivo aqui há imensos anos e gosto muito disto e tal, isto era (...) ótimo, e trago para aqui amigos” e isso tem um efeito, acho eu, muitas vezes muito maior do que um anúncio da Remax, não é?

AN: Sim, sim, sem dúvida... Claro.

EC: E portanto, mas as pessoas começam e depois os preços subiram já, não é? Também naquela zona de Marvila.

AN: Essa é a parte que também me interessa, que é a questão do arrendamento, que passa a ser mais caro, a questão da especulação imobiliária... Aí eu diria que pode ser negativo para os habitantes locais. Portanto, quais são os mecanismos que existem?

EC: A Câmara tem, apesar de tudo, uma arma importante, que é o facto de ter propriedade, de ter património imobiliário, não é? Desde o tempo do Duarte Pacheco que é paradoxal, porque de facto o homem pertencia a um regime ditatorial e ao mesmo tempo fazia políticas socialistas! Do tipo, expropriar os mais ricos para dar aos mais pobres, mas pronto, é assim uma história, assim... E então, desde esse período que de facto Lisboa tem este enorme património com o qual pode efetivamente introduzir políticas, não é, nomeadamente ao nível da habitação, e é isso que nós estamos neste momento a trabalhar; há um programa – que já debes ter ouvido falar -, que é o PRA, o *Programa das Rendas Acessíveis*, com o qual se procura introduzir na cidade de Lisboa arrendamento para... Não há propriamente/não é apenas para um determinado grupo social, é para pessoas numa determinada faixa de capacidade económica, não é “habitação social” mas também não é habitação...

AN: De “classe média”...

EC: Exatamente, de mercado! Uma classe média que evidentemente nós gostaríamos muito que fossem sobretudo jovens com capacidade de criar família, mas isso não é obrigatório, e que, para o qual estamos a criar um programa de 5 a 7000 fogos, que a Câmara procurará colocar no mercado! Por um lado, é uma oferta já com alguma dimensão, ela própria, e que ao mesmo tempo julgamos que tem um efeito também de equilíbrio relativamente aos preços de mercado. Se há uma oferta que nós estimamos que seja (...) variável, quer dizer, mas consoante (...) as tipologias até uns 500 euros, 530-560 – que é agora o ordenado mínimo – é evidente que isso vai equilibrar alguma coisa no mercado, não é? Tendencialmente, é assim que acontece. Portanto isso é, sobretudo, esse, para já, não é, é a ferramenta que a Câmara está a (...), com um objetivo que é, para além desta questão, quer dizer, de procurar equilíbrio, ao mesmo tempo garantir atratividade para Lisboa, porque ninguém esconde que Lisboa quer ter mais pessoas, ter mais trabalho, quer ser uma cidade melhor – são três objetivos do Plano Diretor – e temos que trabalhar para isso, não é basta esperar que os privados tragam para cá as pessoas, quer dizer, de facto é a grande mola mas tem que ser...

AN: Exato, trazem mas depois tem se calhar outras contrapartidas e, se o Município de facto conseguisse implementar programas desse género – que de facto, consegue -, seria uma mais-valia, sem dúvida. No caso da zona ribeirinha, portanto, diria ali os núcleos mais

consolidados – como Marvila/Poço do Bispo, Beato, Xabregas -, esse programa também abrange essas zonas?

EC: Temos um terreno no Bairro Marquês de Abrantes (...)

AN: Lá em cima!

EC: Sim, lá em cima. Temos um programa para cerca de 600 fogos com (...)

AN: E aí nesse caso, são fogos, portanto, construídos de raiz?

EC: São.

AN: E eu coloco esta questão: porque não reabilitar edifícios já existentes naqueles núcleos, embora ficassem espalhados, não concentrados, e porquê essa opção de construção nova?

EC: Muito claramente, o ideal seria termos um maior equilíbrio entre fogos novos e fogos reabilitados, só que a Câmara não tem, não tem, ou seja, não há... Não é bem assim. Tem um parque com edifícios degradados, (...) só que, para este processo, que no qual teremos de envolver os privados, não é só a Câmara a fazer, é difícil criar condições para que o programa seja viável, do ponto de vista económico-financeiro. Porquê? Porque a maior parte do património municipal, de edifícios, é disperso. E portanto é muito difícil de haver economia de escala na intervenção depois do promotor e do gestor. Aquilo é um processo em que o investidor recebe da Câmara o terreno, constrói e faz a gestão, portanto, faz o aluguer durante um período de tempo e faz a gestão do edifício durante esse período de tempo. No final, há duas hipóteses: ou entrega o terreno e o edifício à Câmara ou, em alguns casos, quando o equilíbrio económico-financeiro não é suficiente, fica com uma parte desse património, que em princípio não ultrapassará nunca os 30% do objeto inicial. E é só por causa disso! Nós temos dois casos, em que havia edifícios da Câmara, não eram/não são em sequência, mas são numa área territorial de proximidade que é a Rua de São Lázaro, aqui junto ao Martim Moniz/Almirante Reis, e na Rua das Barracas, um pouco mais à frente, mas ainda dentro da Colina de Santana. Esses dois casos são casos de, eu diria que infelizmente também não são de reabilitação, são, a maior parte das vezes, de renovação, mas em São Lázaro, apesar de tudo, é reabilitação urbana. Há pelo menos uns quatro ou cinco edifícios no conjunto que são nitidamente para reabilitar. Portanto, o ideal seria isso! Nós andamos à procura, não é?...

AN: Claro! Eu acredito que sim. Quer dizer, questiono isto porque de facto o tecido urbano está bastante, na sua generalidade, está degradado, também pela questão da desafetação socioeconómica, depois da desindustrialização gradual que foi acontecendo até aos dias de hoje...

EC: De qualquer forma, as intervenções que se pretendem fazer são sempre com este objetivo: colmatação, por um lado, nos territórios que precisam dessa colmatação, e ao mesmo tempo propostas integradas, não sendo apenas de habitação, procuramos sempre garantir, por um lado - e isso é uma condição de partida – qualidade de vida, portanto, ao nível do projeto, e ao nível do espaço público e ao nível de procurar sempre associar equipamentos de proximidade, nomeadamente, as creches, procurando com isso garantir que jovens possam [fixar-se]!

AN: Claro, senão tinham que, não tiverem esses equipamentos também... Um dos grandes problemas que me parece na cidade de Lisboa são já as distâncias e o tempo que temos que percorrer, quer seja em transporte individual, quer seja em transporte público, por vezes há certas áreas que não estão diretamente interligadas. Por exemplo, eu acredito que esta zona – a zona oriental -, apesar de estar estrategicamente colocada e de hoje já pertencer/ser praticamente uma zona central de Lisboa, ainda está muito desligada do resto da cidade, pela questão das acessibilidades. Essa ideia, que o Arquiteto tinha referido, de ligar estes novos planos, com o Poço do Bispo através do elétrico é interessante, porque, em tempos, por exemplo, já houve essa ligação de elétrico entre Belém e Poço do Bispo. E aí a frente ribeirinha estava toda interligada e era possível ter essa conexão entre áreas aparentemente dispersas.

EC: Para mim, é um pouco misterioso porque é que há esta inércia relativamente/contra o elétrico, não é? Porque, apesar de tudo, os elétricos também melhoraram (...) e há condições para fazer elétricos mais rápidos. Não precisam, sequer, de ser um Metro de superfície, pode ser um elétrico rápido...

AN: Que já existe, não é, por exemplo, na zona da Junqueira!...

EC: E não percebo porque é que neste lado...

AN: Este lado está muito descompensado, por esse ponto de vista...

EC: Admito que seja por uma questão estritamente de mercado, eles acharem que isto não é negócio, mas se calhar temos que ver (...) por isso, tenho uma alguma fé, alguma esperança, mais precisamente, que com a mudança que se vai efetivar, portanto, da Carris, que então possa haver uma outra perspetiva da parte do dono, não é, que passa a ser a Câmara, relativamente a estas questões! Porque nós sabemos que o transporte coletivo dificilmente será rentável, não é? Tem uma componente relativamente social e territorial, que tem que haver com alguma participação do Estado, não é? E portanto espero que isso, neste caso, possa vir a ser efetivado, vamos ver...

AN: De qualquer modo, este plano “Jardins Braço de Prata”, já prevê a ligação com a cidade existente, aqui a Matinha também, que fica também ligada, mas eu diria que esta ligação seria importante na medida em que, portanto, ela está contígua à cidade antiga, à cidade consolidada. Vão ser realidades muito diferentes, diria eu! Quer do ponto de vista económico e social, mas serão realidades muito diferentes, mas a cidade também é isso, é a sucessão de vários momentos e a sobreposição de várias ideologias, também. Questiono o Arquiteto aqui relativamente à zona da Doca do Poço do Bispo: o que é que está previsto para aí? Eu vi um plano, no site da Câmara, que mostrava esta zona do Poço do Bispo já com uma área também verde. E portanto essa será também a tal extensão do Parque Ribeirinho Verde?

EC: Exato, é, aquilo que está previsto entre o Porto de Lisboa e a Câmara de Lisboa, é precisamente utilizar parte da Doca do Poço do Bispo para o Município e manter a outra parte em atividade portuária... E isto já deste lado, ligado à Praça 25 de Abril e ao Parque Urbano, será uma zona onde será uma utilização pública e, portanto, com estas instalações ou outras serão reabilitadas para usufruto da população, já se falou de várias hipóteses que não estão ainda definidas/em definitivo, ou seja, uma piscina flutuante ou uma re(...) desta parte da doca, mas para utilização pública, para continuação deste espaço de via até à doca, não é? É essa a intenção.

AN: E eu questiono: é um uso, sem dúvida, válido e que vai acrescentar valor, sem dúvida, não é isso que eu coloco em questão, o que eu questiono é se, para os habitantes locais, portanto, para um tecido social que nós temos agora – esta proposta será implementada dentro de/brevemente, dentro de poucos anos...

EC: Suponho que sim.

AN: Cremos que sim! De que forma é que vai responder às necessidades dessa população que ainda existe, portanto, a habitação local/os habitantes locais, digamos assim, os residentes que na sua maioria são mais idosos, que têm algumas, se calhar algumas deficiências ao nível dos equipamentos urbanos, porquê as áreas verdes e não um investimento ao nível local económico/das funções? Por exemplo, eu lembro-me de um Seminário que o Arquiteto deu na Ordem dos Arquitetos, em que fizemos aquela viagem/aquela visita à zona oriental em Abril do ano passado...

EC: Ah, sim! Já não me lembrava que tinhas ido também!

AN: Sim, eu tinha ido, e eu lembro-me que na altura o Arquiteto estava a apresentar o Plano Jardins Braço de Prata e que a Fábrica, a antiga Fábrica “Tabaqueira” ia ser um polo importante no centro do plano, creio eu.

EC: (...) a ideia de continuar ali assim aquele/fazer um Centro Cultural.

AN: Mas será um Centro Cultural! Na altura não estava bem definido o uso, creio eu, creio que havia uma relação com a população, uma relação diria/iria contribuir para aqueles usos, portanto, iria definir e contribuir para a definição para a aquele uso, desse equipamento urbano. Sabia-se, na altura, que era um equipamento urbano mas que ainda não estava efetivamente definido...

EC: Não, não me recordo se disse outra coisa, mas, portanto, uma das intenções desde princípio, ali foi onde nasceu aquele processo que depois se transferiu para a *Lx Factory*, a [livraria] *Ler Devagar* foi aqui que começou mas... Aliás, não foi aqui que começou mas teve aqui um momento importante e a associação portanto cultural, promotora deste primeiro acontecimento manteve-se sempre cá! E portanto, às tantas, corria o risco de ele ser despejado, aquilo tinha sido durante um período de tempo; o promotor acedeu a ter lá aquilo por enquanto, mas não ficou, desde logo, aceite, confirmado que eles iriam lá ficar eternamente! Como aquilo teve aquela dinâmica, acabaram por fazer alguma coisa junto, nomeadamente da Câmara e da Arq.^a Helena Roseta, que depois passou a ser a Câmara ela mesma a fazer pressão junto do promotor para que se salvaguardasse perante aquela situação. Portanto, do que me recordo, foi sempre esta a ideia, de um Centro Cultural, aquela organização.

AN: Mas agora não percebi bem, o Arquiteto está a falar da Fábrica “Braço de Prata”?

EC: Sim, Fábrica “Braço de Prata”.

AN: Ah, mas eu não me estava a referir à Fábrica “Braço de Prata”, eu estava a referir-me à antiga fábrica “A Tabaqueira”...

EC: Ah! A “Tabaqueira”...

AN: Junto à TSF e à Altejo... Portanto, essa fábrica vai ser reabilitada?

EC: Não, o que vai ser reabilitado é apenas, portanto, o pavilhão central, pavilhão esse que era um pavilhão de uma exposição internacional, que esteve na Av. da Liberdade ainda no século XIX, e que, portanto, quando ele/quando terminou essa exposição, foi deslocado e a partir desse núcleo central é que foi constituída portanto a Fábrica da Tabaqueira. A grande maioria, de facto, não é original! Só o núcleo original é que vai ser recuperado e vai ser colocado aqui nesta praça...

AN: Ah, portanto, vai ser transferido...

EC: Vai ser transferido. Portanto, este desenho é um desenho já com uns anos que já não corresponde ao desenho definitivo. Agora, portanto este/isto continua com uns braços aqui, foi modificado, ... E de qualquer forma o pavilhão continua (...). Relativamente aos outros equipamentos, eventualmente aquilo que estávamos a falar era, na Matinha, existe uma “reserva de equipamentos”, ou seja, alguns dos equipamentos não estão definidos em definitivo e portanto serão em função das necessidades que se venham a colocar, portanto deve isso... Estes estão previstos em princípio para equipamento escolar; estes aqui são equipamentos que estão em “reserva”, não há indicação objetiva do que é que é, e portanto, poderão ser para usos/para equipamentos diversos, não é? Não têm, naturalmente, capacidade que estes têm, é para escolas, mas também podem ter de natureza social... (...) Então, estávamos a ver a questão dos equipamentos, é provavelmente isso...

AN: Portanto, fica em aberto...

EC: Respondendo ainda à primeira que me colocaste, quer dizer, é evidente que eu acho que o espaço público e os espaços verdes são sempre equipamentos muito importantes, e nomeadamente para as pessoas que têm menos capacidade, porque muitas vezes nem sequer têm grande capacidade económica para aceder a alguns equipamentos – nomeadamente, museus, e coisas do género -, mas podem sempre ir para o espaço público. E portanto eu acho que o fenómeno EXPO [‘98] é bastante paradigmático, mais um espaço que foi muito apropriado pela população, admito que ali a população mais próxima, nomeadamente aquela de Moscavide e aquelas zonas que tenha passado a usufruir... Por exemplo, ali em Alfama que é um bairro/não tem um espaço verde, praticamente não há um jardim, o construíres um novo Terminal, aquele pequeno jardim é também a tentativa de criar condições para que a população possa usufruir, ainda que necessite de chegar cá abaixo e depois subir, outra vez, e portanto, e aqui, apesar de tudo, é sempre uma... Agora, obviamente que isso não invalida que hajam outras necessidades, que têm de ser supridas, não é? Tem que haver áreas relacionadas com a saúde, com a questão da segurança social, com a questão dos cuidados mais primários a uma população envelhecida, obviamente, claro que sim, não é? Tem também que se garantir isso.

AN: Não é fácil, não é, não é fácil gerir essas questões na cidade, mas de facto, o parque edificado aqui nesta zona – nas mais consolidadas, digo eu -, maioritariamente está degradado. E parece que, muitas vezes, a população combina com essa degradação. Portanto aí, a questão da “gentrificação” vai, com certeza vai...

EC: O espaço público tem de facto este lado de...

AN: De articulação e de...

EC: E de equipamento! Também de suprir carências. Mas também tem um lado muito importante que é um lado mesmo territorial, que é o identitário de uma cidade, quer dizer, o espaço público é o que nos habitualmente dizemos “a sala de visitas da nossa casa”, e portanto, identitário também ao nível do próprio reconhecimento que a pessoa faz do próprio território, quer dizer, eu oriento-me por elementos que conheço na cidade, não é, quer dizer e portanto, o facto de termos uma cidade digamos que mapeada com qualidade, digamos que qualificado/qualitativo, é evidente que é muito importante para a capacidade que nós temos também da regeneração subsequente, de todo o resto do tecido, não é?

AN: Sim, acaba por ser um catalisador...

EC: Sim, exatamente!

AN: No entanto, nós aqui nesta zona e a Câmara tem isso bem/eu acho que está bem demonstrado no site, reconheço que esta área oriental tem muito património, quer edificado, e outras questões, pelas tradições, etc., mas pelo menos do edificado está bem patente lá na zona oriental, numa secção que o site tem. No entanto, existem algumas propostas específicas para esse edificado? Nomeadamente, os conventos que ainda existem e que foram entretanto ocupados depois da extinção das Ordens Religiosas, mas que ainda existem no território, algumas unidades fabris – como por exemplo, a Abel Pereira da Fonseca -, existem algumas propostas específicas para esses antigos equipamentos urbanos?

EC: A Câmara, em alguns casos é proprietária, e quando é proprietária também em alguns casos procurou reutilizar e reabilitar, mas não tem capacidade económica para fazer (...), não é? Isso é evidente. Mas, recentemente, portanto, através de protocolos estabelecidos – nomeadamente, com a Santa Casa da Misericórdia -, o polo da Mitra, por exemplo, passou a ser reutilizado pela Santa Casa, e portanto com um pressuposto de reabilitação do próprio edificado, não é? Portanto, há por um lado, muito património que é privado, e esse património privado é evidente que a Câmara não tem influência/influenciar no sentido de obrigar a que seja recuperado, ainda que haja algumas leis que...

AN: Exato! E o próprio Plano Diretor que é bastante claro também quando diz, nos vários objetivos, do regulamento, que a reabilitação e a conservação são desígnios do próprio plano.

EC: Sim.

AN: No entanto, depois na prática é muito difícil de gerir essa questão pela questão da propriedade, ora privada, ora pública.

EC: O que pode – e isso faz/tenta fazer -, é, quando existe intervenção, procurar que seja preservado aquilo que é de facto de valor e que é significativo esse mesmo património. Aí é evidente que tem uma atitude, é procurar salvaguardar o património. Mas, quer dizer, não, e inclusive com entidades de interesse público tem também procurado – através muitas vezes, de subsídio -, garantir sempre que haja uma intervenção por parte desses privados que não têm muitas vezes capacidade suficiente para o fazer. Não pode incluir tudo, ainda há muita coisa por fazer!

AN: Sim, exato, de certeza que há muito material ainda para...

EC: E também acredito que se tenha perdido muita coisa por má gestão da própria Câmara, nalguns casos, agora aquilo que posso dizer é que neste momento, a preocupação e a compreensão de muitos dos processos é mais clara do que era...

AN: Sim, há uns anos atrás... E essa questão leva-me também à questão da cooperação. Portanto, essa questão da cooperação entre entidades privadas e públicas – que me parece essencial nestes processos, quer sejam de regeneração, quer sejam de reabilitação, eu acho que tem de ser sempre um projeto conjunto e integrado ao nível territorial e social. O Arquiteto sabe dizer ou tem experiência com a questão da cooperação da Câmara e a APL, por exemplo? Se é conflituosa, se... Acredito que hoje em dia seja de mais fácil relação do que há umas décadas atrás... Porque a APL tem progressivamente libertado vários troços da frente ribeirinha e nós vemos uma renovação constante, portanto, na área Ocidente, na área Oeste da cidade e mesmo no centro, portanto, ao nível do Terreiro do Paço, e isso é notório, é, parece que crescente, não é, uma onda de regeneração que influi sobre o espaço público, sobretudo. Mas como é que decorrem esses processos? De reuniões, de cedência de terrenos, é pacífico agora, desencadeia sempre muito debate?

EC: Não estando dentro da negociação propriamente dita, o que sei é que houve efetivamente uma mudança enorme, quer dizer, assim em linhas muito gerais, acho que de um momento em que havia claramente um completo distanciamento e ignorância completa das partes, não é, (...) até aos anos 80, digamos, se calhar, até aos anos '90, passou-se depois para um processo de aproximação e de compreensão de que efetivamente não fazia sentido estarem de costas voltadas, não é? Isto também não é nada de novo relativamente a outras cidades, sempre foi assim na maior parte dos casos, os portos autónomos, não é, historicamente têm de facto uma força muito grande, não é? São considerados poderes de enorme dimensão, não é? Até, toda a gente fala sempre aqui do Porto de Lisboa com a Câmara no meio, por um lado, tem um território enorme e faz a separação, e ao mesmo tempo tem poder suficiente para ser considerado como uma "Câmara". Agora, a partir dos anos '90, passou a haver uma atitude diferente. Depois daquele confronto, com aquele plano que quiseram fazer, de urbanização, PUZRO, a partir daí e tendo compreendido que não havia de facto condições para prosseguir

aquela política/ideia, relativamente ao território que tinham, passou a haver uma aproximação, houve um momento claro – que também as pessoas contam muito, no meio destas coisas, a Eng.^a Natércia Cabral, portanto, esteve à frente do porto e teve uma atitude de facto muito maior abertura, com o Presidente, e foi possível começar então a estabelecer acordos, não é, que se transformaram portanto em legislação, de transferência de território e eu diria que neste momento há uma cooperação muito razoável – não conhecendo agora a nova Administração -, mas mesmo depois da saída da Eng.^a Natércia, com a nova Administração, a cooperação manteve-se, aprofundou-se, inclusive, e nota disso foi por exemplo o concurso do Terminal de Cruzeiros – que foi um concurso desenvolvido pela APL -, (...) comparticipação de compra da Câmara, direta, não só num júri, mas na definição do próprio programa, e portanto há uma articulação entre as partes, não é, relativamente aos vários processos. Há também neste momento, penso eu, está sendo desenvolvido ou trabalhado o projeto da Doca de Pedrouços – que é outra área, de facto, interessante, não é, portanto, para ambas as partes, e neste caso até integra também a Câmara de Oeiras, porque é ali naquela franja e depois tem também uma parte que está no território deles, e portanto eu diria que, neste momento, o Campo das Cebolas e a Doca da Marinha, tem havido abertura! A Ribeira das Naus é um exemplo. Neste caso, não só do porto como da Marinha, não é? E eu aí diria, sem entrar em grandes discussões ou pontos de vista em que, evidentemente, o que foi importante o papel do Presidente António Costa desempenhou, porque é um factor de desbloqueio, de algumas dificuldades que ainda persistiam e que ele foi capaz de ultrapassar, procurando gerir os interesses todos, não é, enfim...

AN: Exato. No fundo é uma gestão de interesses e uma questão política, portanto, há (...) sobre a cidade é eminente...

EC: Eu acho que sim. Entre outras coisas...

AN: Mas essa articulação entre entidades, que nem sempre é fácil, portanto, estamos a falar de territórios que são muito valiosos – digo eu -, exige muito pragmatismo e muita vontade também de colaborar entre as partes. Nesse sentido, eu questiono se essa abertura e essa negociação – digo eu também que terá sido facilitada pela questão do porto de Lisboa, que, ao fim e ao cabo, começou a perder importância nesta margem Norte e passou para a Margem Sul e depois a zona de Sines também e Setúbal, portanto, eu diria que houve uma certa transferência desse poder do porto de Lisboa para outras áreas. E portanto é uma questão económica que promoveu, por um lado, a desvitalização social e económica desta zona, mas acabou por criar novas centralidades, quer na Margem Sul, quer noutros sítios. Por esse ponto de vista, coloco também outra questão, que é: neste momento, existem todas estas intervenções e planos e projetos de transformação urbana – de novas centralidades também aqui ao nível do espaço público -, mas, daqui a uns anos, e isto também se aplica ao caso do Parque das Nações, daqui a uns anos, será que este modelo já estará esgotado? A Câmara,

de alguma forma, nestes projetos prevê uma continuidade/uma fase seguinte, a questão da manutenção, ou o plano fica encerrado e depois cria-se outro plano e outra coisa completamente diferente? Ou isso não está, se quer, pensado?

EC: Sim, é uma questão bastante interessante, porque ainda relativamente ao porto, é importante dizer o seguinte: que a Câmara também sempre disse desde o princípio que com esta negociação que fez, não pretendia, de maneira nenhuma, ir “varrendo”/ir tirando fora o porto de Lisboa! Pelo contrário!

AN: Exato! É importante coexistirem as atividades.

EC: O porto é uma peça fulcral da cidade! Aliás, há sempre aquela dúvida, o que é que aconteceu primeiro, se foi o porto, se foi a cidade; eu acho que são as duas coisas ao mesmo tempo! (...) mas entre o porto é essencial para a cidade e é a razão de existir, desde sempre, não é? Não se pretende – e ainda por cima com esta política que nós temos, de atrair pessoas, estar a “varrer” com uma política económica que é poderosíssima, é, no mínimo, estúpido, não é? Portanto, não se pretende tirar o porto de Lisboa daqui! Quer-se continuar a ter o porto de Lisboa em Lisboa também. Agora, é possível é, eventualmente, disponibilizar uma ocupação, que inicialmente não era a totalidade da linha de costa e que no século XX, por uma atitude nitidamente autocrática, passou a ser...

AN: Dominada pelas entidades portuárias.

EC: Tirando o Cais das Colunas, o resto passou a ser porto de Lisboa. E portanto, essa é, primeiro, a visão que existe. Agora, a outra questão, é também muitíssimo importante, que é, aliás, uma das coisas que eu repetidamente falo, não é? Porque me choca, não é? Que é, é tão ou mais importante – é tão importante, pelo menos – planejar e fazer como manter. Porque senão é dar cabo de tudo.

AN: De trabalho de outras décadas...

EC: Exatamente! (...) e infelizmente esquece-se um bocadinho isso, não é? E para já também é preciso ter uma política muito clara e assente sobre isso, e ter recursos, e ter capacidade de organização, para fazer tudo isso, não é? E choca, muitas vezes, que nós acabamos de fazer uma obra e ela passado um ano está em estado de degradação, isto é, quer dizer, para além de, evidentemente, não ter havido (...) de fiscalização, não ter... É a questão da própria manutenção, quer dizer, e essa devia ser uma preocupação enorme. Portanto, o caso, ainda por cima o caso do Parque das Nações é um caso que dá que pensar; enquanto houve uma entidade que se preocupou com muito disso e tinha capacidade para o fazer, esteve um brinquinho!

AN: Agora já se notam os sinais...

EC: Agora já voltou um bocadinho, mas quer dizer, houve ali um período da passagem para as juntas de freguesia que foi dramático! De repente, parecia que estava outra vez tudo a esvaír-se, como areia entre as mãos, não é? Portanto... Infelizmente, compreendeu-se isso, já se retomou o processo de manutenção, mas isto tem que ser todos os dias, quer dizer, aliás, não é uma coisa tao difícil quanto isso, mas admito que seja difícil de organizar. Mas há que estar atento, há que verificar, todos os dias, o que é que se passa e ir resolvendo as questões. Portanto, a manutenção é um assunto essencial, não se pode perder, agora, admito é que para além da questão da manutenção há uma questão que é a da transformação; os territórios não são sempre os mesmos, vão-se modificando...

AN: As pessoas também não são sempre as mesmas!

EC: É natural que, em determinados momentos, da mesma maneira que nós hoje vamos ver um Plano Diretor que foi feito há 20 anos, (...) se chega a uma conclusão, vamos rever aqui uma área, que já teve a sua vida/o seu tempo de vida, esgotou-se eventualmente e agora precisa de ter outro tipo de intervenção. Isso admito, não é? Agora, há coisas que até nem precisam, se calhar, nunca mudar, não é? São de tal maneira estanques, não é, fortes e tão simbólicas e tão... Que basta continuar procurar manter, sei lá, e voltando ao Cais das Colunas, ver se aquela pedra não se desgasta o suficiente para se ir mantendo ali, portanto... Agora, acho um erro tremendo a pessoa pensar 20 anos, depois, “vamos fazer outro plano porque agora este aqui ou porque agora somos nós é que estamos cá e queremos fazer isso”, é incompreensível, não é? A cidade deveria ser feita de sucessões, obviamente, mas quer dizer, com uma linha de continuidade... Até por uma questão de recursos! Nós não temos capacidade para substituir todos os dias, não é?

AN: Eu acho que este tempo de crise – que ainda vivemos -, a maior lição que nós podemos retirar desta crise é precisamente a gestão dos recursos e mais do que planear a cidade, urge gerir a cidade contemporânea. E daí, a minha questão/o meu interesse sobre a regeneração urbana e sobre como é que nós podemos intervir na cidade com o que existe e com o mínimo de recursos possível, manter e tendo em conta que é um processo que tem um início, portanto, tem um progresso, tem uma manutenção e há-de ter um declínio, e depois a partir daí é uma nova fase. Portanto, e daí a minha pergunta, se efetivamente a Câmara Municipal se tem essa preocupação, nestes novos planos, de já prever a sua manutenção. Se calhar, cada caso é um caso e é difícil ou impossível prever para muitos anos.

EC: Quer dizer, não tenho uma opinião muito positiva sobre esse ponto de vista, infelizmente, porque aí acho que estamos ainda não muito bem preparados.

AN: Se calhar também tem a ver um pouco com a falta de recursos...

EC: Sim, tem (...). É uma questão de organização e de nossa tendência.

AN: E se calhar também pelo próprio sistema camarário, porque é muito hierárquico...

EC: O exemplo da EXPO [‘98] é um excelente exemplo para compreender que é possível fazer isso! Claro que admito que tenha custos, mas eu não sei se eles são menores, admito que sejam...

AN: Pois, em comparação depois com o declínio e a reabilitação depois já profunda e a própria manutenção corrente. De uma maneira geral, acho que as questões estão praticamente respondidas. Eu tenho algumas muito específicas mas que não são nada de mais, era só em relação às equipas multidisciplinares; nestes projetos, por exemplo, neste projeto em concreto da zona oriental, de certeza – digo eu -, que existiram equipas multidisciplinares envolvidas na elaboração do plano. Que disciplinas/que áreas é que foram envolvidas, se houve um contato direto com por exemplo arqueólogos, historiadores, sociólogos, ou se cingiram mais à parte técnica, de arquitetura e urbanismo e engenharia?

EC: Eu, como te disse, não acompanhei (...) deste plano, foi na parte final, ainda assim ainda participei antes da discussão pública e depois da discussão pública, e evidente que não tinha/não tenho a completa ideia relativamente à constituição da equipa, ou antes, os participantes da equipa não foi a totalidade e portanto não posso garantir... Agora, eu acho que hoje em dia, a maioria dos processos de planeamento estão razoavelmente equipados ou apetrechados ao nível das capacidades humanas, e a norma é efetivamente as equipas terem a colaboração de todas as áreas disciplinares envolvidas. É evidente que algumas vezes essa participação é um bocadinho adjacente, ou seja, é um pouco para cumprir as peças do plano e calendário estabelecido e outras vezes não, outras vezes de facto há uma colaboração mais participativa e uma colaboração mais determinante no próprio resultado, não é? E portanto, eu aqui sei que a equipa era de facto, por exemplo, ao nível de economia urbana e ao nível da... foi uma equipa que tinha uma colaboração bastante forte, e foi o primeiro plano que tinha clarificada a questão da perequação distributiva, portanto tinha essas questões muito bem traduzidas depois ao nível do Regulamento e ao nível do processo de execução, do plano de financiamento, e portanto, há planos em que efetivamente as questões de natureza social/sociológicas são mais trabalhadas, e outras em que são menos.

AN: Sim, mas é como digo, cada caso é um caso, não é? Este plano parece-me mais de expansão urbana do que propriamente de consolidação...

EC: É um loteamento!

AN: Exatamente.

EC: Não é uma coisa assim tao firmada, aqui o plano tem isso mais trabalhado, não é, por exemplo eu acho que hoje em dia é raro uma equipa que trata do território não ter um apoio paisagístico bastante forte.

AN: Sim, a questão da paisagem...

EC: Já é uma coisa que é, tem (...) equipas (...) efetiva desse processo, é evidente que, do ponto de vista de outras áreas, a história tem também hoje uma componente, portanto, por um lado, as questões que se vão colocando pela opinião pública patrimonial, nem que sejam muitas vezes por uma questão apenas de/um bocadinho adjacente aos aspetos essenciais, mas a preocupação que está latente na sociedade, de uma maneira geral, e também a própria preocupação que a Direção-Geral do Património mostrou a obrigar, não é, faz com que as equipas também se apetrechem...

AN: Pois, aí é mesmo obrigatório, têm mesmo que cumprir. Mas...

EC: O que é que às vezes fica um bocadinho menos trabalhado? É de facto as questões de natureza sociológica, porque, mais uma vez como tu disseste há pouco, tratando-se muitas vezes de processos de expansão, não há sequer muita preocupação com a questão com a população, eventualmente existente, e esses processos que falamos (...) na “gentrificação” ou reutilização do território para as populações que lá existiam, mas há também alguns processos em que havia efetivamente esse trabalho, é analisado, é apresentado...

AN: Sim, é notório.

EC: Portanto, as equipas eu diria que de uma maneira geral são equipas alargadas, pluridisciplinares, sem dúvida, e com capacidade para a intervenção que introduzem.

AN: Só mesmo para acabar, eu, na minha Tese, portanto, no último capítulo vou dedicá-lo a uma questão que não me parece – posso estar equivocada –, mas não me parece muito explorada pelos municípios e pela Câmara de Lisboa, em particular, que é a figura do “Plano de Conservação Integrada”. Porque, maioritariamente, estes novos planos são planos de pormenor ou planos de urbanização, ou seja, prevêem essa filosofia de expansão e para as zonas mais consolidadas acho interessante a figura do Plano de Conservação Integrada, que foi muito debatido a partir da década de 1970, nomeadamente, por exemplo, na Finlândia e em Itália, em 1975 essa conservação integrada é o que equivale hoje à regeneração urbana.

Portanto, partir do que existe, tomar como referências elementos patrimoniais e históricos e tentar criar a sua re-funcionalização e adaptação, portanto, à contemporaneidade. O Arquiteto acredita que seja uma possibilidade, no futuro, no planeamento e na gestão urbana municipal?

EC: Bom, nós temos a figura dos “Planos de Salvaguarda”. Tem alguma diferença, não é, mas nós temos alguns, digamos, nesta nova leva/esta nova fornada foi de facto o Plano da Baixa, não era difícil perceber, de facto, que o plano se devia centrar nessa questão da salvaguarda do património existente e na sua monitorização, e temos outros que estão também em desenvolvimento e outros também que já foram aprovados de salvaguarda. Essa questão, portanto, um bocadinho mais específica, centrada na questão da conservação do património existente e sua reutilização, eu acho que ela começa a ficar patente em muitas intervenções, quer dizer, é uma preocupação que foi inicialmente entendida como um bocadinho “folclórica”, não é? Porque, ou o património é de facto um valor nítido ou tinha-se a tendência para uma certa desvalorização desse mesmo património, (...) figuras caricatas como “manter a fachada” e coisas do género, e muitas vezes de facto não se atendia ao potencial que muitos dos edifícios tinham, não é? O desentendimento, claro, ou a falta de entendimento relativamente ao potencial que muitos edifícios – não estou a dizer que *todos* -, e portanto eu sou apologista de que um bom edifício tem capacidade de se regenerar a ele próprio, se reutilizar e de manter aquilo que é essencial e que pode ser efetivamente/que tenha capacidade identitária para a cidade, para a população, para quem lá vive ou para quem utiliza, e portanto eu acho que estamos a caminhar nesse sentido. Eu, ao contrário do que me parece que também é contraproducente e existe também uma tendência/há uma tendência instalada para isso, é entender que só faz sentido reabilitarmos, não é?

AN: Exato! Porque isso pode-se reduzir/pode ser uma intervenção muito redutora da capacidade que os próprios edifícios e a rede de espaços públicos têm e é muito pontual, também, a reabilitação é pontual e a regeneração – a meu ver -, deverá ser conjunta, portanto, é económica, é social, é o edificado/é física, e em termos de paisagem urbana. E não considerar só um grupo de edifícios ou um edifício, mas considerar uma rua ou um território mais alargado e daí eu ter pegado também no Plano de Conservação Integrada e não no Plano de Salvaguarda, porque a Salvaguarda pretende, a meu ver, manter exatamente como está, reabilitar - independentemente da alteração dos usos -, a nível físico pretende manter exatamente o que está. E o Plano de Conservação Integrada não descarta, no entanto, a demolição. Porque às vezes os custos que existem para reabilitar são tão ou maiores do que construir de novo.

EC: Sim, eu francamente acho que é nesse equilíbrio que se deve jogar, não é, ou seja, não fechar os olhos à possibilidade de reabilitar ou de reutilizar o edifício com intervenções pontuais contemporâneas, mas mantendo em alguns casos a essência do que é o edifício original ou até dos aspetos mais importantes. Noutros casos, porque o património é de tal maneira

significativo, efetivamente restaurar. E noutros casos, eventualmente, procurar, portanto, através de intervenções novas, potenciar, portanto, o resto da regeneração. Portanto, eu acho que o património (...) sempre foi sendo, até hoje, acrescentado, nós, nós não, mas muitas pessoas têm tendência para esquecer de facto que o património do século XII, XIII, XIV não são todos iguais! São diferentes, não é? Nós é que já não nos conseguimos distanciar completamente e, portanto, faz sentido continuar a haver património no século XXI!

AN: Sim, sem dúvida!

EC: E portanto, acho que é neste equilíbrio, nesta balança que devemos...

AN: E nesse equilíbrio, por exemplo, na Baixa, nós temos património do século XVIII, portanto, meados do século XVIII/ a partir de meados do século XVIII, mas temos anterior também, nós temos por exemplo o Circo Romano! O que é que pesa mais? É muito difícil, creio eu, gerir esses processos; vale mais a pena reabilitar e manter o património que é mais recente – século XVIII e XIX – ou o que está por baixo, de há muitos séculos atrás, e essa questão coloca-se também aqui neste território, por exemplo. De que é que vale reabilitar os armazéns Abel Pereira da Fonseca e não reabilitar, por exemplo, os blocos de Chelas e dos Olivais que já começam a apresentar alguns sinais de degradação e (...) ao nível social, que Chelas ainda é complicado. Mas o que é que pesa mais? Por exemplo, o caso de Chelas é paradigmático: é moderno mas também pode ser considerado património por esse ponto de vista, que corresponde a uma experiência urbanística e arquitetónica importante e que acrescentou de facto...

EC: É isso que o Plano Diretor de 2012 vem dizer, não é? Que o património não está só nas zonas históricas, antigamente designadas históricas, há é área consolidada da cidade, incluindo de facto já os Olivais e portanto, as Avenidas Novas e por aí fora, portanto é já um património que em alguns casos precisa de ser reabilitado também.

AN: Exatamente. E isso é curioso porque – também trabalho na Universidade de Coimbra -, porque a reabilitação incide tanto ou mais nos edifícios recentes, portanto, no Pólo II, que tem 20 anos no máximo, em comparação com edifícios do século XVI no Pólo I, e mais recentes, há outros da década de 70 do século XX, mas portanto, a reabilitação tem esta questão, não importa só reabilitar e manter o que é antigo mas também o que é mais recente, pode ser também merecedor, desde que se justifique a sua utilização na cidade contemporânea. Finalmente, vou colocar uma questão: se o Arquiteto concorda ou se acha que será viável uma gestão e uma administração supramunicipal, no caso de Lisboa? (Que já existe em termos de cooperação entre municípios, etc., mas portanto, o Plano Diretor Municipal – que é local, não é, ao nível da cidade -, considera a cidade de Lisboa, tem isso bem delimitado. No entanto, a

cidade de Lisboa insere-se numa escala mais alargada, na área metropolitana. É viável essa/criar...

EC: Eu diria que não é só viável, como é desejável.

AN: Exato.

EC: Quer dizer, nós ansiamos para que haja um poder regional. Nas áreas metropolitanas isso é nítido, não é? Portanto, não esvaziando, obviamente, o que são as competências próprias dos Municípios, acho que continuará sempre a haver Câmaras, não só pela tradição que temos em Portugal, mas também pelo que elas de facto por uma questão de proximidade fazem sentido, agora isso não inviabiliza que, para determinadas áreas, haja necessidade de ter políticas regionais e para ter políticas regionais temos que ter um poder político eleito. E com capacidade de intervenção, nomeadamente ao nível do orçamento e portanto, infelizmente, há uns anos atrás, há 15 anos, quando foi o primeiro referendo relativamente às regiões, foi negativo, falhou, mas qualquer dia tem que se voltar a colocar, não é, quer dizer, é a questão, não sei se através de referendo ou não. Mas eu acho que há questões como por exemplo dos transportes que as pessoas que vêm cá, os estrangeiros, ficam de boca aberta e nós dizemos “não, isso não é uma coisa que seja tratada conjuntamente, cada um faz à sua maneira, é o Estado que trabalha de maneira desarticulada e eles ficam, de facto, espantados. Na maior parte das regiões dos países e sobretudo nas áreas metropolitanas isso é articulado... E há outras questões, mas esta aqui é daquelas que salta à vista, não é? As articulações entre as partes. E portanto, eu acho que não só, acho que é desejável que venha a acontecer rapidamente, não é, para podermos ter uma capacidade de intervenção no território maior.

AN: Pronto, isso porque acho que era importante reforçar essa ligação e o Plano Diretor Municipal também refere isso, que a ligação entre as duas margens, esta é uma cidade de duas margens, já não é só de uma, mas o Plano Diretor da Região de Lisboa de 1964 reforçava isso muito bem dizendo que a cidade não se pode considerar unicamente, se está inserida num sistema, e daí a questão das acessibilidades, por exemplo, são determinantes para a gestão e para a boa resolução económica e das centralidades urbanas. E eu acredito que sim, que é desejável, não sei se será possível...

EC: O primeiro PROTAL foi um documento muito interessante sob esse ponto de vista porque foi muito... Sobretudo a parte da avaliação e da análise e das propostas que fazia num primeiro momento, depois quando passou para a concretização, e depois de várias hesitações que houve ao longo dos anos acabou por ser uma situação híbrida, do plano, e que nunca funcionou. Mas a primeira parte era de facto um momento muito interessante de compreensão da problemática existente. Pena não ter tido condição para continuar, não é? Naturalmente terá que ser feito outro.

AN: Sim, a conjuntura é diferente...

EC: A conjuntura é diferente, portanto, fazia essa avaliação, não é? Retomava, no fim de contas, outro momento dessa avaliação que já tinha sido prevista antes. E aí a cidade das duas margens era um conjunto único.

AN: Acho que está tudo. Nós podíamos falar de muita coisa, mas não quero roubar muito mais tempo. Nós falamos de planos e projetos, mas depois existe em paralelo uma série de programas, (...), por exemplo, o BIP/ZIP que é importante, que eu acho que são bons incentivos para regenerar a nível mais específico, mais local, mas que incidem muito ou sobretudo à escala da *habitação*, não é? Esses programas são...

EC: Ao nível também cultural e ao nível (...) económico têm (...) na intervenção, mas de facto modificam um pouco a vida das pessoas, não é?

AN: Sim, sim, tem sempre consequências.

EC: Acho que é muito na base da autoestima que produzem, mas em alguns casos têm alguma modificação de estatuto que as pessoas têm do ponto de vista económico, não é? Passam a ter um certo tipo de atividade, não (...), criar condições para passar a ter emprego, coisas do género...

AN: Sim, no fundo é o objetivo máximo da regeneração urbana, é melhorar as condições de vida e do ambiente da própria cidade e aí, nem que seja um pequeno esforço ou uma pequena intervenção já contribui para melhorar algum...

EC: Sim, sim, eu também acho/sou da opinião que as coisas não se esgotam nos planos e planeamento e há muitas ações – às vezes até individualizadas -, que acabam por se, depois, convenientemente integradas, acabam por surtir um efeito multiplicador muito importante, não é? Há de facto “n” coisas para trabalhar e às vezes menos visíveis, menos compreendidas, que não têm um impacto, e que têm uma importância muito grande na vida das pessoas. Isso é evidente.

AN: Exatamente. Acho que está tudo. Agradeço imenso!

EC: De nada! Gosto imenso de conversar contigo.

AN: Muito obrigado, por toda a ajuda, pela prontidão, pela disponibilidade. Vou só perguntar se posso tirar uma fotografia deste desenho [Planta]?

EC: Tu encontras isto no site da Câmara (...)

FIM (01:24:44)

ENTREVISTA

Arq.^a Helena Roseta

A3

Entrevistada: Arq.^a Helena Roseta (CML)¹⁶³

Data: 04.07.2016

Horário: 16h30 – 17h30

Local: Assembleia Municipal de Lisboa, Fórum Lisboa, Av. Roma N.º 14, Lisboa

▪ **Guião /Questões**

1. Embora se tenham passado várias décadas desde a fase de expansão urbana e de formação da AML e o contexto urbano seja hoje muito diferente, o que mudou no planeamento urbano?
2. Em tempo de crise, são necessárias políticas em contra-ciclo⁴. Qual a sua opinião sobre a abordagem da regeneração urbana no seio das políticas, do planeamento e da gestão urbana (municipal)?
3. O PDML é um processo efetivamente participado? Que debate público?
4. Se, por um lado, o promotor pretende demolir, por outro lado, outros defendem a preservação do edificado existente. Considerando a dimensão cívica política implícita, como se pode contribuir para um maior envolvimento da população nos processos de regeneração urbana?
5. A conservação e preservação património têm sido questões amplamente debatidas na Europa, sobretudo desde a década de 1970. No entanto, no caso português e especificamente da CML, o património nem sempre é contemplado/alvo de operações integradas de regeneração e de conservação urbana. Porquê?
6. Inserida no planeamento e gestão estratégicos, a regeneração urbana é um processo (político) e visa melhorar a qualidade de vida e do ambiente. Considerando a regeneração urbana como uma tentativa de reverter e/ou retardar o processo de declínio, através da melhoria das condições ambientais e de vida da população, quer por via da melhoria de estruturas físicas, quer pelo desenvolvimento económico dessas áreas urbanas. A prioridade já não é melhorar as condições físicas existentes, mas reduzir as desvantagens e a falta de valor (gerada pelo desemprego, fracas condições de saúde, níveis de crime e educação, etc.) em áreas urbanas. É comum recorrer a financiamento público para potenciar o investimento privado. Porém, essa consequência pode gerar fenómenos de especulação imobiliária e o

¹⁶³ Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (1947) é licenciada em Arquitetura (Escola Superior de Belas-Artes da Universidade de Lisboa), tendo colaborado com o Arq.º Nuno Portas e com o LNEC. Em 1982 recebeu a Medalha de Mérito do Conselho da Europa. Participou na elaboração do Plano Estratégico de Lisboa (1992) e do Plano Diretor Municipal de Lisboa (1994; 2012) e do Plano Estratégico da Guarda (1991-1995). Foi Docente na Universidade do Minho e na Universidade Lusófona e perita da OCDE para a Sustentabilidade Urbana. Tendo dedicado a sua carreira à política, foi Presidente da Câmara de Cascais (1982-1985), Vereadora na Câmara Municipal de Lisboa – onde elaborou o Programa Local de Habitação de Lisboa (2007) - e Vereadora na CML (executivo do Presidente António Costa, 2009-2013), com o pelouro da Habitação e do Desenvolvimento Social. Atualmente é Deputada e preside a Assembleia Municipal de Lisboa.

próprio PDML (2012), apesar de fomentar a reabilitação e a regeneração urbana, indica também os índices de construção. Como contrariar essa tendência?

7. No âmbito do “urbanismo participativo”, dos projetos e programas levados a cabo pela CML (e.g.: Orçamento participativo; Programa BIP/ZIP; Reabilita Primeiro, Paga Depois), que projetos, planos, programas e estratégias existem para a ZROL? Que futuro para a ZROL?

8. Que propostas existem/foram investigadas para a reabilitação das *Vilas Operárias* na zona oriental da cidade?

9. Que papel detêm hoje as frentes ribeirinhas nas cidades contemporâneas?

10. Os casos de Chelas e Olivais, apesar de não serem tão antigos como o edificado na ZROL, constituem exemplos recentes de património cultural/urbano/arquitetónico. Como preservá-lo e conservá-lo?

▪ Transcrição da entrevista¹⁶⁴

Ana Nevado (AN): Boa tarde, Arq.^a Helena Roseta. Muito obrigada por me receber e pela disponibilidade. A minha Tese intitula-se “Regeneração Urbana em áreas pós-industriais: o caso da zona ribeirinha oriental de Lisboa entre o Plano Diretor da Região de Lisboa (1964) e o Plano Diretor Municipal de Lisboa (1994)”. E eu escolhi esses dois planos urbanos, o confronto entre esses dois planos para perceber de que forma é que o conceito de regeneração urbana evoluiu...

Arq.^a Helena Roseta (HR): Mas o de 1964 nunca foi aprovado.

AN: Nunca foi aprovado, exatamente. Portanto é uma versão de Antepiano. Mas é um plano muito interessante pelo ponto de vista de ser um plano que não era estático, que era um plano que considerava não só a cidade como um...

HR: Cidade-região.

AN: A região! Portanto, no fundo temos ali a génese de uma definição já bastante clara do que é hoje a área metropolitana de Lisboa e que à data...

HR: Era bastante avançado.

¹⁶⁴ Entrevista gravada com recurso a gravador digital *Mitsai* 2G AD-511, ficando registada em áudio (formato .wav). A transcrição foi realizada com recurso à audição da gravação e à consulta de apontamentos recolhidos durante a realização da entrevista, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas.

AN: Era bastante avançado e haviam problemas que era preciso resolver e que só à escala regional é que fazia sentido pensar.

HR: Ainda hoje!

AN: Ainda hoje, exatamente! O grande problema, digo eu, é que no Plano Diretor Municipal de Lisboa de hoje, apesar da Revisão e apesar de considerar o resto da área metropolitana, parece que não existe uma efetiva ligação com o resto...

HR: A grande diferença entre essas duas datas é que esse “projeto-plano”, que nunca foi aprovado, foi anterior ao 25 de Abril, não havia participação dos munícipes, nem havia o poder local democrático, e portanto a competência para a aprovação não era governamental e nós hoje, desde 76, que foi criado o poder local democrático, e mais tarde elaborada legislação sobre planos diretores municipais, a competência para a aprovação dos planos é da Assembleia Municipal. E portanto, por isso, naturalmente os planos diretores aprovados posteriores a toda esta nova concepção do poder local democrático, não contém obrigatoriamente as relações regionais, nem... Enfim, podem ter um diagnóstico e na fase de enquadramento dos problemas essas coisas, mas não têm competência para decidir sobre isso. É matéria de decisão de nível metropolitano, temos são os PROT's, e existe um PROT aprovado para a área metropolitana de Lisboa. Aprovado também, sem grande participação das autarquias, portanto, voltamos a repetir o problema só que a outra escala. E as soluções do PROT têm que ser tidas em conta pelos Planos Diretores Municipais; quando o Plano Diretor Municipal, antes de ser aprovado, vai à apreciação dos organismos da Administração Central, é verificado se há compatibilidade ou se não há compatibilidade. Portanto, a compatibilidade é feita, digamos assim, por intervenção do Poder Central e não por intervenção de um poder com legitimidade democrática – como é o Poder Local ou o Poder Regional quando ele existir -, com a nova alteração que tem sido falada, no sentido da eleição da ser eleição direta, vamos alterar novamente este quadro e vamos dar mais poder à escala metropolitana para decidir sobre os seus instrumentos de gestão do território.

AN: A meu ver, acredito que seja de natureza até estratégica e acho que faz todo o sentido haver essa articulação e essa... No fundo, a compatibilização de alguns interesses.

HR: Mas entretanto evoluíram outras coisas, mas não podemos hoje/hoje em dia não se consegue conceber o planeamento como se concebia há décadas atrás, o chamado “planeamento em cascata”. Primeiro o plano nacional, depois há os planos regionais, depois os planos municipais, depois há os PROT's e o plano de urbanização; isso não funciona assim, portanto, nós hoje temos um planeamento a várias escalas, que tem que funcionar articuladamente mas não há necessariamente, em termos cronológicos, uma precedência dos planos de escala maior sobre os planos de escala mais pequena. Portanto, o que tem que

haver é uma atualização e um ajustamento consoante a força legal de cada uma das escalas, e portanto o processo de planeamento é bastante diferente. É preciso trabalhar ao mesmo tempo a várias escalas, e é preciso saber a qual das escalas é nós temos legitimidade para decidir e qual das escalas é que temos de nos ajustar.

AN: Acho que faz todo o sentido o que a Arq.^a Helena refere, e, mais do que isso, o Plano Diretor Municipal considera já a reabilitação urbana e a regeneração urbana como desígnios de intervenção na cidade contemporânea.

HR: Sim, o Plano Diretor de Municipal – já o de 94 -, a seguir ao Plano Estratégico [PEL 1992], que foi bastante pioneiro nessa altura, para definir os grandes objetivos, alguns deles mantêm-se, recorro que um dos objetivos do Plano Estratégico de 1992 era aumentar a população, portanto...

AN: Sim, e que ainda hoje faz sentido, não é?

HR: Continuamos em perda, mas por razões diferentes. Continuamos em perda. E, portanto, nessa altura, o Plano de 1994 foi um plano bastante avançado. Foi também avançado noutro aspeto, que eu por acaso contribuí, não é por ter contribuído, foi avançado porque enfim, os conceitos eram avançados na altura. Era relativamente recente nessa altura a legislação sobre reserva ecológica e reserva agrícola nacional, a reserva ecológica nacional só se aplicava aos espaços não urbanos e Lisboa, já nessa altura, era integralmente urbana. E portanto, em princípio, não teria reserva ecológica. E foi construído um conceito, na altura com a colaboração do Professor Ribeiro Telles, o conceito das “componentes ambientais urbanas” e da “estrutura ecológica municipal”. E esse conceito foi bastante avançado, para a época, para garantir que mesmo estando em sistema urbano, temos que garantir a sustentabilidade ambiental. Muito avançado para a época!

AN: Era já, também, a meu ver, uma forma de regenerar a cidade.

HR: Era já uma forma de regenerar e, sobretudo, de reconciliar o construído com o seu suporte natural. Eu recorro-me do Gonçalo Ribeiro Telles nos dizer sempre «A cidade tem os seus sistemas naturais, não os podemos destruir». Eu desenvolvi a partir disso e com, enfim, acesso e apoio de vários autores, o conceito de “ecossistema predominantemente artificial”, que é o que eu acho que as cidades hoje são. Suponho que o conceito é do Ignacy Sachs. “Ecossistema predominantemente artificial”, ou seja, os ecossistemas não são apenas sistemas naturais, os sistemas artificiais ou mistos, também têm um funcionamento sistémico também...

AN: Existe um certo paralelismo com os naturais, mas com outras características.

HR: É até mais complexo, mas não podemos esquecermo-nos que existem/tudo tem a ver com tudo e portanto esse princípio que a ecologia nos trouxe, “se bater as asas a borboleta, não sei quê”, portanto, é transposto para esta ideia de ecossistema predominantemente artificial, temos que olhar para a cidade nesse sentido.

AN: Eu creio que este Antepiano de 1964 de facto considerava a cidade e a área metropolitana como um sistema, no entanto essas preocupações ambientais eram mais ao nível da paisagem...

HR: Não, ainda não existia, sequer, o conceito de “desenvolvimento sustentável” que é dos anos ‘70, creio que é de 1972, de Gro Brundtland, veio a ser depois... A Senhora Gro Brundtland e ela é que avança com esse conceito de “desenvolvimento sustentável” para tentar compatibilizar economia com o ambiente. E portanto é posterior, em 1972. Depois há vários desenvolvimentos do conceito, creio que em 1991 terá sido a Conferência do Rio, aparece “economia”, “ambiente” e mais o “social”. Portanto, o conceito do binómio passou a ser um trinómio. E nos anos 2000, as Nações Unidas, a UNESCO, a própria OCDE avançam com um conceito que já é mais lato, que é nas cidades, a sustentabilidade não é um trinómio, mas sim um tetranómio, chamemos-lhe assim. Ou seja, “economia”, “ambiente”, “social” e “cidadania”. Ou seja, funcionamento democrático, hoje em dia chamam-lhe “governança”, mas eu prefiro chamar-lhe “cidadania”. Acho a palavra “governança” uma palavra feia e...

AN: O conceito de “governança” vem de “*governance*”, que não é bem a mesma coisa...

HR: Não e tem um conceito muito “de cima para baixo”, que é um paradigma antigo, ao passo que o conceito de “cidadania” é *top-down* e *bottom-up*. Portanto é um conceito mais... Mistura a ideia de hierarquia com a ideia da rede, de *heterarquia*. Estou para aqui a usar palavrões mas você está a par.

AN: Conheço os conceitos porque já estudei muito, embora, na prática,...

HR: (...) quando estive na Câmara de Lisboa, esse conceito de heterarquia foi absolutamente essencial. Nós criámos sistemas de controlo do governo dos bairros – primeiro os BIP/ZIP, gabinetes de apoio ao (...) – sistemas de co-governo, que são sistemas heterárquicos, não são sistemas *hierárquicos*, portanto a decisão tinha de ser sempre partilhada com os residentes, não podia ser uma decisão só de quem está em cima, portanto, deixamos de ser a pirâmide, passamos a ser a rede.

AN: Sim, a inversão da pirâmide...

HR: Nem é a inversão, é a substituição.

AN: Ok, aceito. Mas eu acho muito interessante, porque esses programas...

HR: A inversão da pirâmide para o *bottom up* é... Aqui não é bem democracia direta, aqui é a partilha de responsabilidades, em rede, estamos a funcionar em rede, cada qual na sua parte mas só podemos trabalhar juntos.

AN: Portanto, neste trabalho em conjunto e esta heterarquia, remete-me para a questão do “urbanismo participativo”.

HR: Exatamente, *bottom up*, que eu tenho defendido muito, o que eu chamo em inglês o *grassroots planning*, que em português podem chamar-lhe o *urbanismo participativo* ou também se pode chamar *planeamento emergente*, que vem de baixo para cima/*bottom up*.

AN: E a Arq.^a acredita – eu creio que já houve muita evolução, portanto já não falamos de planos e projetos para a cidade, falamos também de estratégias, para e com as pessoas...

HR: As questões dos *processos*. A ideia de que os planos são, sobretudo, *processos* é uma ideia que já é antiga e quem tinha muito essa tese era o Manuel Costa Lobo, que achava que o plano era um processo, em última instância, o plano é a “mesa de reuniões”. Portanto, tinha muito este conceito de por os atores a falar uns com os outros e isso é que é o *plano*. Mais do que o relatório ou o papel que se apresenta. Para mim, o plano é o trabalho, o relatório, o papel, o processo interativo, o seu desenvolvimento no território, a sua avaliação, os ajustamentos e as correções; para mim, o plano é isso tudo. Se não for isso tudo, não faz sentido. É mais uma espécie de roteiro, do que propriamente um plano fechado. É um processo e um roteiro. Não é só o processo, porque depois o processo/se o plano é o processo, a uma certa altura passamos a vida em reuniões e não acontece nada. Portanto, tem que haver um roteiro, tem que haver um rumo ...

AN: E essas metas...

HR: Claro, há que seguir essas metas, por isso é que os planos estratégicos são importantes, procuram definir essas metas.

AN: A Arq.^a acredita que o plano diretor que foi recentemente revisto, de 2012, tem esse cunho de processo e roteiro?

HR: Tem bastante, o cunho de processo e roteiro, até porque foi seguido por uma *Carta Estratégica*, embora a *Carta Estratégica* não tenha sido propriamente muito debatida, foi mais

uma consultoria externa às ... do que propriamente o debate na cidade – e foi criticada por isso -, mas tinha ideias boas e portanto acho que o plano diretor, o novo, obedeceu muito a isso, mas o que subjaz mais até do que a *Carta Estratégica*, é o *Documento Estratégico* que permitiu classificar a área de reabilitação urbana de Lisboa, é o “Documento Estratégico de Reabilitação Urbana”. A ARU é praticamente a cidade toda, essa estratégia foi muito trabalhada. Para a regeneração urbana eu acho que o documento base é esse, a estratégia de reabilitação urbana, que já não sei a data, mas foi por essa altura,...

AN: Eu creio que foi em 2013.... Tenho-me focado bastante na *Carta Estratégica*, que acredito que...

HR: Não, a *Carta Estratégica* é uma coisa e a *Estratégia de Reabilitação Urbana* é outra.

AN: Ah! Sim, a ARU é uma coisa. A *Carta Estratégica* foi antes.

HR: Sim, a *Carta Estratégica* foi antes do plano diretor.

AN: Depois foi definida esta ARU, em 2013.

HR: E a ARU é suportada por uma coisa chamada “Estratégia de Reabilitação Urbana”, que era 2013-2024. O limite é 2024, porque supostamente são os 50 anos, a seguir ao 25 de Abril. Portanto, esse é que eu acho que é o documento estratégico básico de Lisboa para a regeneração urbana. Está compatibilizado com o Plano Diretor, feito na mesma altura, pela mesma equipa/dirigida pelo mesmo Vereador.

AN: No entanto, essa estratégia refere-se à *reabilitação urbana* e não *regeneração urbana*. Porque existe aqui, creio eu, uma diferença entre estes dois conceitos.

HR: O regime jurídico não é muito claro sobre isso, porque, vamos lá ver, na ARU, o que cabe na ARU o que é suportado por essa estratégia é a reabilitação. As zonas que estão em grande transição, em mudanças, estão fora da ARU precisamente porque o Plano Diretor define como zonas que têm de ser alteradas. Portanto, essas são zonas que são exteriores, são muito importantes, são as áreas que dão margem de liberdade para mudanças que têm de ser feitas na cidade, mas são mais *regeneração* do que *reabilitação*. O que é que significa *regeneração*? Significa que tem que refazer o tecido urbano e compatibilizá-lo com o que se passa à volta. E além disso, tem que refazer também o tecido económico e social.

AN: É essa questão económica e social que me prende.

HR: É fundamental e tem sido muito esquecida. O regime jurídico da reabilitação urbana é puramente físico, ... eu defendo muito o conceito de *reabilitação urbana integrada*, e na palavra “reabilitação” meto tudo, meto todos os “res”: regeneração, requalificação, ... mas integrada inclui ... os quatro pilares da sustentabilidade urbana que é ... ou seja, tem que por a parte física, a parte económica, a parte ambiental, ... tem que por todas essas vertentes. E a ausência de uma delas, afeta o todo. Aquilo só funciona, não tem que andar todas com o mesmo ritmo, mas têm que andar todas...

AN: Responder, de certa forma, a esses níveis.

HR: Aliás, a uma certa altura fiz um data de exercícios a ver se faltasse um dos binómios/se encontrava exemplos onde se faltasse um binómio e não funciona, e estava-me a lembrar de ... por exemplo, se você tiver uma grande preocupação com o polo ambiental e com o polo social, descartando a parte económica, as coisas morrem; se tiver uma grande preocupação com a parte económica e descartar a ambiental, ... posso dar-lhe exemplos, paisagens protegidas que morrem porque não têm investimento económico, ou o contrário, paisagens protegidas que são destruídas porque os ... tipicamente, temos vários aí exemplos que mostram que se descuraram os polos, as coisas não funcionam.

AN: Acaba por não ficar sustentada. Eu acredito no entanto que existe um processo, tudo é cíclico, mas portanto, no caso da cidade contemporânea eu creio que a parte do declínio acaba por ser...

HR: Os ciclos, vamos lá ver, podem sobrepor-se, mas os ciclos são diferentes; o que acontece é isto: os tempos de vida do edificado não são síncronos, e portanto nós temos bairros que foram crescendo ao longo de muitas décadas – ou até séculos -, e que têm edificado de várias idades, e temos bairros que são bairros muito voluntaristas que têm habitantes quase da mesma altura, as Avenidas Novas é um caso típico, Chelas, Olivais, enfim...

AN: Sim, correspondem a um momento temporal muito específico.

HR: O caso típico que lhe vou dar como sendo um caso em que o ciclo geracional do bairro está a chegar ao fim e vai ter imensos problemas, é Alvalade. Alvalade é lançado nos anos 50, as pessoas que vieram para cá na altura tinham 20 anos, passaram estes 60 anos, as pessoas têm 80. A população nem sempre foi renovada e portanto é hoje um bairro na cidade em que não é só os edifícios que estão envelhecidos, a população envelheceu junto. Portanto, isso é muito interessante de perceber e ver que há estes – não são ciclos, mas também gerações – geração demográfica e a conservação dos edifícios andam próximas.

AN: Sim, isso é muito interessante de perceber que o edificado tem uma vida e a parte social, não é, tem outra, mas que nesse caso de Alvalade é ...

HR: Como foi tudo feito ao mesmo tempo, a população foi para lá viver. Depois, mais tarde, ... Olivais, mais tarde em Chelas, portanto, enfim, isso... Todos os bairros voluntaristas, portanto, a Baixa foi um bairro voluntarista na altura do Marquês, mas isso, já passaram tantos/já se sedimentou com outras camadas. Mas quando estamos numa primeira camada, isto pode acontecer. Outro exemplo para ver isso é o dos bairros sociais, os bairros sociais mais antigos que já têm mais do que uma camada geracional, normalmente são bairros que funcionam melhor. E os bairros sociais mais recentes, em que o realojamento acabou de se fazer, são sempre bairros mais complicados para gerir, porque as pessoas/há uma fase de adaptação. Mesmo que os edifícios sejam mais novinhos e pareça melhor, tem mais problemas.

AN: Acredito. Por exemplo, na Alta de Lisboa, houve aquela estratégia de tentar incluir alguns blocos de realojamento...

HR: E essa estratégia funciona a partir de uma certa altura, em que esses blocos começam a ter uma percentagem maior de presença, já começa a ser mais complicado.

AN: É mais complicado e, a nível físico, nota-se logo qual é o bloco ocupado.

HR: Depois disso com o tempo atenua, as pessoas incorporam a identidade do bairro e começa a haver pessoas a reclamar esse tipo de bairro como a sua identidade própria e isso é fundamental. Quando as pessoas se identificam com o bairro e “eu sou da Alta de Lisboa/ou sou da... Ou com o bairro/com a zona”. Há um tempo para que isso aconteça.

AN: Tem que haver um tempo e uma resposta ao nível também económico – das funções que existem, equipamentos urbanos, etc.

HR: Mas mesmo nas zonas onde essa resposta não exista, a identidade constrói-se. Pode ser uma identidade negativa ou positiva, mas que ela se constrói, constrói.

AN: Essa dimensão imaterial é também fundamental para...

HR: Às vezes constrói-se até por via que nada tem a ver com o material, sei lá... Como é que a Cova da Moura ganhou uma identidade tão grande? Por via cultural; portanto, há um orgulho, das coisas que se passaram na Cova da Moura, por via cultural, todas as coisas extraordinárias que lá têm sido feitas, que ultrapassam largamente a escala física. Porque a escala física tem imensos problemas. E o bairro, socialmente, também tem problemas, mas

quer dizer, o bairro atingiu uma dimensão cultural que cria uma identidade muito para lá daquilo que é a escala das construções que lá estão. É muito interessante.

AN: Isso é muito interessante e eu creio que a regeneração urbana [e a reabilitação] tem que considerar essa dimensão imaterial. A Arq.^a considera (ou não)...

HR: Dou-lhe outro exemplo: os *Buraka Som Sistema*. Sucesso absoluto de um grupo que se identificava com uma zona/uma terra, aquela zona ali perto da Amadora, que não era propriamente um território muito valorizado. E no entanto, o *Buraka Som Sistema* deu a volta ao mundo. Portanto, o cultural, às vezes, ...

AN: No entanto, agora, por exemplo através dos *Buraka Som Sistema*, que atingiram notoriedade até internacional, será que isso depois pode ter um efeito porém negativo/algumas consequências?

HR: Isto tem um efeito positivo porque dinamiza e não só, marca identidade. Não é possível, hoje em dia, sobreviver num mundo global sem uma efetiva identidade, reconhecida e positiva. Há identidades negativas, não é? "Identidades Assassinas", como diz o (...) alemão, que é um grande escritor, que escreveu muito antes de acontecer estes terrorismos todos, tem um livro chamado "Identidades Assassinas" e se há Identidades Assassinas, não é? Mas pronto, a cultura pode desenvolver um papel fundamental na construção de identidades positivas. O caso por exemplo, em Lisboa, em termos de regeneração, é o caso da Mouraria! O desenvolvimento mais primeiro cultural, o económico só vem depois; cultural da Mouraria constitui uma identidade positiva fundamental para aquela zona. Portanto, a cultura como grande instrumento de valorização, de regeneração urbana. Por exemplo, outro exemplo que lhe posso dar, o recente Festival de Arte Urbana do Bairro Padre Cruz ou no Bairro da Quinta do Mocho, em Loures, (...) com arte urbana nos prédios em bairros com uma conotação desconhecida ou até negativa, o Festival de Arte Urbana traz uma conotação positiva, traz (...) públicos e ajuda a dar a volta ao bairro.

AN: É verdade, e na zona ribeirinha oriental – que é o meu caso de estudo -, acredito que a parte da cultura tem também um...

HR: Mas esse por enquanto ainda não... Eu acho que aquela hipótese agora vai, da Manutenção Militar vai transformar. O clique que houve na zona oriental foi o Parque das Nações, a EXPO '98. E depois entre a EXPO '98 e hoje não houve grandes coisas, esteve mais ou menos parado.

AN: Não, quer dizer, é pontual...

HR: Tem Braço de Prata...

AN: Depois tem intervenções espontâneas e isso é muito pontual. Lá está, confere também uma certa identidade e turismo por esse ponto de vista, mas não é integrado.

HR: É outra escala, é outra escala... Com essa intervenção da Manutenção Militar [*Hub criativo do Beato*], (...) ali e com o novo Terminal de Cruzeiros [em Santa Apolónia] pode ser, mais a do Campo das Cebolas; nós temos aqui uma série de elementos que poderão modificar bastante o dinamismo daquela zona.

AN: Sim, eu acho que vai contribuir imenso e também o projeto “Jardins Braço de Prata” e o *Plano de Pormenor da Matinha*.

HR: Em estudo, mas com grande influência, o Hospital Oriental mais acima [em Chelas].

AN: Sim, nós tínhamos falado disso; a Arq.^a foi ao ISCTE, num Seminário, e nós falamos sobre isso. De facto, vai ser um equipamento urbano fundamental para interligar com outras...

HR: E o projeto que a Câmara está a desenvolver de renda acessível para o Vale de Santo António. Isso também é uma coisa com escala.

AN: Sim, mas é considerado um Plano de Urbanização, creio eu...

HR: É um Plano de Urbanização mas há uma alteração de usos e portanto, aquilo tinha sido vendido para habitação cativa, depois acabou o processo; abortou. A Câmara recomprou os edifícios, os terrenos municipais e vai reconfigurar o plano no sentido de não ser habitação cativa mas ser de renda acessível, portanto, com rendas com valores condicionados, e isso poderá dar um aumento de oferta para população jovem e pessoas de classe média bastante interessadas.

AN: Exatamente, a classe média! Agora já não é só a habitação para os estratos sociais mais carenciados...

HR: Não, agora é a classe média que está “entalada”, é a classe média que está “enterrada” com a crise. Os estratos sociais mais desfavorecidos estão, também têm tido bastantes dificuldades mas apesar de tudo ainda existem respostas, que são os Bairros Municipais. Que ainda são 22-23.000 fogos, ainda é uma resposta relevante. O problema que temos é de facto...

AN: Atrair e fixar essa...

HR: O grande disfuncionamento do mercado de arrendamento urbano, julgava-se que, com a crise – e a crise, não nos esqueçamos que, a crise do crédito imobiliário (...) com a crise, deixava-se de recorrer ao crédito e passava-se a correr ao arrendamento urbano – acontece que entretanto a resposta à crise foi de baixar taxas de juro, baixar taxas de juro, e portanto hoje em dia quem tem dinheiro para investir, por no banco não compensa... Os ingleses chamam de “*Real Estate*”, de compra imobiliário, e portanto isto voltou outra vez a tornar atraente a compra de casa própria, embora com dificuldades de acesso, mas para quem tem capacidade de investir...

AN: É a altura certa para...

HR: E portanto que aquilo que nós jugávamos que era um efeito quase automático da crise, não está a acontecer, pelo contrário! Acelerou a compra de casa própria outra vez.

AN: É um bocadinho até perverso, chega a ser perverso, essa consequência.

HR: Sim. E depois temos ainda um outro efeito, que esse é claramente o chamado “efeito perverso do sucesso da cidade”. A cidade trepa nos índices de rankings turísticos e de atratividade, e disto e de etc. e tal, e o efeito perverso disso é os problemas do conflito, do alojamento local e do turismo, com a habitação.

AN: E a questão da *gentrification*...

HR: Eu não acho que esteja a haver “gentrificação” em Lisboa. O que está a haver é – o Professor João Seixas falava de “turistificação” -, o que está a haver é uma substituição da população local por turistas. “gentrificação” é diferente; “gentrificação” é a substituição de uma população pobre por uma população mais abonada. Mas não é isso que está a acontecer em Lisboa, em que a população mais abonada também está a fugir dos mesmos sítios pelas mesmas razões, portanto, nós temos outra coisa que é a “turistificação”. Apenas, evidentemente, no centro histórico e em áreas, não é uma coisa generalizada em toda a cidade. Mas isso está a acontecer, efetivamente, e a um ritmo bastante acelerado.

AN: Mas é interessante que em 1994 os centros históricos estavam desertificados, portanto, pretendia-se atrair gente...

HR: Mas aí ia dizer que toda a estratégia que Lisboa seguiu de valorização da zona ribeirinha, Terreiro do Paço, que é, sobretudo a zona do Terreiro do Paço, e sobretudo a aprovação do plano da Baixa-Chiado e depois a aprovação do Plano da Avenida da Liberdade, tiveram anos e anos e anos parados. A aprovação destes planos desbloqueou a possibilidade de investir.

Porque durante anos a fio, o PUALS, que é o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e das zonas envolventes, PUALS, (...) ser 19 anos, portanto, está muito parado, você é muito novinha mas ainda há poucos anos, 10 anos, passávamos pela Av. da Liberdade e estavam prédios a cair e a arder e...

AN: Ainda existem prédios degradados, mas eu lembro-me quando era criança e vinha a Lisboa e aquilo de facto era...

HR: Era assustador! Era assustador. E portanto há de facto aqui uma dinâmica, aí sim houve um pouco de “gentrificação” e “gentrificação” não apenas habitacional mas também comercial, a substituição do comércio por...

AN: Sim, sobretudo na Baixa, a questão da substituição pelo Terciário, não é?

HR: Aí é (...). É um dos factores que também intervêm, isso é tudo muito complexo, mas uma coisa é certa: a cidade está viva e está a ser vítima do seu próprio sucesso. E portanto o que é preciso nestas coisas, como se costuma sempre dizer, é estar muito atento, não só aos planos mas aos seus efeitos e aos efeitos perversos dos processos que se desencadeiam. Nenhum processo é limpinho, em termos de (...)

AN: Exatamente! Então em termos de regeneração urbana há sempre um reverso da medalha.

HR: Efeitos positivos e negativos. Tem sempre positivos e negativos. Nenhum processo é isento de positivos e negativos, e portanto é preciso estar sempre a avaliar, a monitorizar e a fazer correções do tal roteiro, a fazer correções do caminho. Senão, não se chega ao destino, vai-se chegar a outro sítio qualquer.

AN: Pode ser, até, muito nocivo, para a própria cidade e os habitantes.

HR: Pode ser nocivo.

AN: Mas eu acredito que a regeneração de facto tem, portanto, a regeneração “não pode ir a todas”. A regeneração urbana, inserida no planeamento estratégico...

HR: Temos exemplos bem sucedidos. Por exemplo, em Portugal, considero um exemplo absolutamente exemplar, e o processo foi também assim exemplar, a recuperação do centro histórico de Guimarães. Porque é que foi tão exemplar? Porque muito antes de se falar nestas coisas, já a equipa do Centro Histórico de Guimarães fazia “urbanismo participativo”...

AN: Sim, acho que foi o Arq.º [José] Aguiar que...

HR: Sim, e eu estive lá nessa altura, era a Arq.^a Alexandra Giesta que geria a equipa, “urbanismo participativo”, foram eles que lançaram em Portugal uma das primeiras experiências de... Nós investimos no espaço público, o resto é com os privados. E funcionaram bem, porque...

AN: Gerou-se uma confluência de interesses! Produzir um investimento...

HR: Produzir. Vi coisas extraordinárias, como por exemplo, negociações com a população, se a Câmara recuperar por exemplo as “alminhas”, que são aqueles símbolos religiosos que aparecem e que são pequenos, uma espécie de pequenas esculturas ou pequenos padrões...

AN: Sim, nos nichos.

HR: Nos nichos. Se a Câmara recuperar as “alminhas” da rua tal nós recuperamos a fachada do prédio.

AN: Exato! Então havia aí uma concertação de interesses.

HR: Se a Câmara plantar uma oliveira no Bairro da Oliveira – que não tinha oliveira -, o “Café do Oliveira” vai fazer reabilitação.

AN: Eu acho que por aí é muito interessante.

HR: É interessante. Vi coisas como, a Câmara, o Gabinete do Centro Histórico autorizava a recuperação de fachadas por andar!... Você via um prédio, que só um andar é que tinha pintado! Mas aquilo funcionava, porque depois os vizinhos também queriam!

AN: Exatamente! Aí já é uma questão de competição...

HR: Uma coisa extraordinária que foi, a primeira coisa que a equipa fez; a primeira coisa que a equipa fez, foi um bocadinho o que o Costa fez na Mouraria. A primeira coisa que a equipa fez foi procurar um prédio devoluto, no centro histórico, reabilitá-lo e meter-se lá dentro.

AN: Exatamente. Ocupá-lo.

HR: Ocupá-lo. E depois esse prédio, com uma reabilitação fantástica, teve um prémio – você ainda não; estas coisas compreende -, portanto, mostrar às pessoas aquilo que vocês acham que está velho, tem muito valor.

AN: Tem muito potencial.

HR: O [ex-Presidente da CML] António Costa fez a mesma coisa na Mouraria. A primeira coisa que ele fez foi largar o gabinete da Câmara e instalar-se num prédio que estava devoluto, mandar arranjar e instalou-se lá. Toda a gente dizia “tu és maluco”! Mas são estratégias inclusivas e – como é que se diz – que são...

AN: Catalisadoras, que depois despoletam a reabilitação na envolvente. E isso é muito interessante. O caso de Guimarães acho que também é paradigmático; foi uma experiência pioneira.

HR: Foi lento. Às vezes a pressa é má conselheira. E eu recordo-me, na altura, de haver grandes criticismos ao trabalho que lá estava a ser feito porque se dizia “não têm plano, não têm plano!”.

AN: Mas não era preciso um plano, porque de facto havia...

HR: Um roteiro. Portanto, havia um roteiro das práticas que eram aconselhadas, da maneira como se falava com as pessoas... Havia um roteiro.

AN: Eu acho que é muito interessante essa experiência de Guimarães, também pelo facto de ter sido um dos primeiros GTL, creio eu, dos Gabinetes Técnicos Locais. E essa relação com a população, portanto, o trabalho era feito no terreno/era no campo, e isso é muito interessante. E há experiências internacionais que, portanto, precedentes da reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, no âmbito da conservação integrada. Isso interessa-me imenso; porque a regeneração urbana, a meu ver, não é só criar um novo Plano de Pormenor ou um Plano de Urbanização, criar novas lógicas e novas malhas. É partir do que existe e que pode ser através de uma conservação integrada, ou seja, não descarta a demolição; eu acredito que os edifícios e espaços públicos fazem sentido se de facto responderem às necessidades da população e da cidade contemporânea, senão, não vale a pena mantê-los, “só para inglês ver”.

HR: É preciso considerar que o fator *tempo* é em princípio, é sempre um fator de erosão e de degradação do que existe, fisicamente. O outro fator relevante é o fator *uso*, que pode ir no mesmo sentido ou em sentido contrário. Ou seja, se o fator uso for incentivar usos inteligentes, você pode contrariar o efeito do fator *tempo*; vamos parar à sua “conservação integrada”!

AN: Isso é muito interessante. E também vai de encontro à questão das políticas públicas em contra-ciclo...

HR: Fiz um trabalho para a Fundação Luso-Americana há uns anos, (...) que era precisamente sobre “preservação integrada de centros históricos”. *Preservação*, nem sequer era *reabilitação*, era simplesmente *preservação*. Portanto, eram só aquelas coisas que nos ficam de fora dos planos, ou seja, lixo, combate aos incêndios, tratamento dos espaços públicos, iluminação; era só isto.

AN: Mas que são formas de regeneração também!

HR: Fundamental; formas de regeneração, preservação, de conservação; e lá está, formas de fazer com que o uso tenha um [efeito] (...) positivo e não negativo, no centro histórico.

AN: Sim, evidente; se os usos forem desajustados, podem contribuir para uma degradação...

HR: E há técnicas hoje que, portanto, a recolha de lixo tem de ser feita de uma certa maneira, a limpeza das ruas; tudo isso. Outra das coisas que contribui fundamentalmente para a preservação do centro histórico são (...); tudo isso...

AN: Tem influência.

HR: Tem influência imensa na imagem do espaço e na atitude das pessoas, portanto vai influenciar os outros.

AN: No caso específico da zona ribeirinha oriental, portanto, eu estou a falar do território que fica entre o Terreiro do Paço e o Parque das Nações, portanto, o que está...

HR: É bastante extenso.

AN: É bastante extenso e muito diversificado. (...) Sim, é qualquer coisa. Portanto é um território muito diversificado e que tem núcleos muito diferentes (Beato, Xabregas, Poço do Bispo...).

HR: Mas isso é bom. É uma mais-valia para o concerto de uma coisa uniforme; agora, o que acontece é que nesse território não têm dialogado muito uns com os outros, estão metidos para dentro, portanto, estão fechados. A abertura desses territórios ao rio e a possibilidade de eles interagirem uns com os outros poderá fazer toda a diferença na zona oriental. Depois temos outra coisa fantástica na zona oriental, é uma zona de concentração de património arquitetónico brutal que estão mais ou menos fechados, ignorados, desconhecidos...

AN: Devolutos...

HR: Não, desconhecidos. (...) O edifício da antiga Mitra, que é um Palácio afeto à entidade tal, depois há a igreja de Santos-o-Novo, em Santa Apolónia, a Santa Casa da Misericórdia...

AN: Até tem uma residência, a residência do ISCTE.

HR: Tem. Acontecem uma data de coisas; há património fantástico nessa zona.

AN: Fabuloso!

HR: Quer património conventual, quer património industrial; há coisas fantásticas. Os Museus, etc. Mas não tem havido...

AN: Um investimento global e de articulação...

HR: Não dialogam. Não dialogam.

AN: Depois as Juntas de Freguesia que me parece que não...

HR: Pois, e toda a parte cultural conseguir “atar” a história desse/de toda essa zona da cidade, de maneira a dar sentido a essas diversidades. Essas diversidades têm uma origem...

AN: Tem, e essas origens são interessantes!

HR: São interessantes e é preciso dar um sentido às coisas, para as pessoas perceberem o valor que elas têm.

AN: Lá está, voltamos à questão da identidade.

HR: Da identidade e da cultura... É fundamental.

AN: Adaptadas, no entanto, a um contexto contemporâneo!

HR: Claro!

AN: Evidente; e que possa responder, de alguma forma, às necessidades das populações locais e às novas que...

HR: Mas está a ver, as identidades podem ser coisas muito recentes; o Parque das Nações hoje é uma zona com um território com uma identidade fortíssima e é super recente.

AN: E que é um pólo já essencial na cidade.

HR: Funciona muitíssimo bem, quer dizer, tem os seus problemas, mas é uma identidade recente, quer dizer, 1998; o que é isto na vida de uma cidade?...

AN: É muito recente. E por falar em património, por exemplo, os bairros de Chelas e dos Olivais são também património, que correspondem a um momento e carecem também já de...

HR: Claro. Carecem, portanto, os Olivais já são hoje em dia bastante mais valorizados do que na altura, foram bastante criticados, hoje são mais valorizados, e penso que Chelas, mais tarde ou mais cedo, também vai ser, por outras razões. Os Olivais representam em Lisboa talvez o caso mais exemplar de tradução na prática da Carta de Atenas, portanto é um belo exemplo, extraordinário e que até equilibrado. Chelas é mais complicado porque houve uma concentração maior de realojamentos e, além disso, alguma dissonância, aquele problema do Vale...

AN: Sim, morfologicamente é... Não houve essa articulação.

HR: Tem aquele problema do Vale, nem sempre bem resolvido. Mas enfim, penso que o Parque da Belavista é uma coisa essencial ali, o futuro Vale de Santo António também vai ser, e as novas acessibilidades naquela zona.

AN: Para interligar com o resto da cidade e outros centros urbanos.

HR: O Metro já faz aquela linha do Aeroporto, é muito interessante, faz já uma ligação interessante dessas zonas todas.

AN: Sim, porque a zona oriental parecia, até há relativamente pouco tempo, desligada da cidade e distante até, pela questão das acessibilidades. E eu falei há pouco - portanto eu vim agora da Câmara de Lisboa, estive a fazer outra entrevista ao Arq.º Eduardo Campelo, e nós estávamos a falar sobre [ter havido] a possibilidade na mesa de, no Plano de Pormenor da Matinha, recuperar uma ligação de elétrico entre este novo Plano de Pormenor, na zona da Matinha/Braço de Prata, e o Poço do Bispo, e por esse ponto de vista, o elétrico que não é tão poluente como outros meios de transportes e é à superfície, e numa frente ribeirinha que vai ser regenerada, faz todo o sentido, como noutras capitais europeias, etc.

HR: Como nós temos do outro lado.

AN: Sim, do outro lado! Exatamente, era isso que eu ia dizer. Portanto, parece que o Ocidente está muito servido e muito sustentado por essa parte das acessibilidades...

HR: A zona ribeirinha!

AN: Exato, a zona ribeirinha; se calhar a parte interior, nem tanto, mas a frente ribeirinha pelo menos tem...

HR: A zona para a Ajuda é uma desgraça.

AN: Sim, é outra realidade. E, lá está, a morfologia que também não ajuda tanto mas pronto, na frente ribeirinha existe essa parte cultural que de facto sustenta, do ponto de vista imaterial, aquela zona e temos também um investimento grande nas acessibilidades, em contraponto com a zona oriental que não foi assim. É curioso que, em tempos, existiu uma ligação de elétrico, entre Belém e o Poço do Bispo, que ia precisamente desencadear em frente dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca, entretanto foi eliminado, por diversas razões, com a ocupação da frente ribeirinha, com as atividades portuárias, pelas diversas intervenções que existiram ao longo das décadas, e que, de facto, interligava esses dois pólos e essa ligação era interessante que hoje em dia não vamos conseguir ter. De facto, são outros tempos, sem dúvida, acho que a Câmara Municipal tem feito um esforço notório/notável até para...

HR: Nesta zona não tenho dúvidas, outras zonas da cidade menos, mas nesta zona não tenho dúvidas.

AN: E eu acho que esta zona ribeirinha oriental que pode ser um pólo importante e deve...

HR: Pode, e é nisso que se está um bocadinho a apostar.

AN: Relativamente à participação pública, a Arquiteta acredita que o Plano Diretor Municipal – pelo menos este recente – é efetivamente um documento que foi participado, que foi...

HR: Dificilmente, porque temos pouca... Houve muitas reuniões, houve muitas apresentações públicas, houve diversas sessões e essas coisas todas, mas a linguagem dos Planos Diretores não é uma linguagem fácil.

AN: Os Planos Diretores são para técnicos...

HR: Os Planos Diretores são Regulamentos e Cartas. Duas coisas que as pessoas têm muita dificuldade em entender, não é? E portanto é por isso que é muito mais fácil existir um Plano Estratégico, porque um Plano Estratégico tem ideias das coisas, pronto, e “queremos esta medida ou queremos aquela medida”, “para desenvolver (...)” ou “fazer isto ou fazer aquilo”. A estratégia que os Planos Diretores têm (...), ela está lá, só não está explicitada! E portanto é

preciso descodificar e é muito difícil. Os instrumentos de gestão do território são de muito difícil discussão pública. A menos que haja um trabalho de tradução, e ali, aliás, os Arquitetos podiam e deviam fazê-lo, mas não têm, sequer, preparação para isso, mas deviam ter.

AN: Pois, eu creio que nós saímos da Escola [de Arquitetura] preparados para dialogar com outros técnicos, somente...

HR: Mas não com a população! Eu dou-lhe apenas um exemplo, a certa altura, em que – isto é só um exemplo, não é sobre regeneração -, mas a certa altura tive que lançar um processo com participação pública, sobre um trabalho que tinha que se fazer, que era verificar nas casas da Câmara o que é que se passava e atualizar rendas. Um processo escaldante. Chamava-se a isto “Verificação da Condição de Recursos e de Ocupação das Habitações Municipais pelos Agregados Familiares”, era o nome do projeto, por isto à discussão pública. Ninguém percebia o que é que isto queria dizer. A primeira coisa que a gente fez foi traduzir o projeto e então ficou “Saber quem mora, quanto é paga e quanto é que devia pagar”. Toda a gente percebeu. Portanto, este esforço de passar para uma linguagem normal, comum, os Regulamentos e as Propostas que se fazem é um esforço que não existe e não se faz, está tudo em “juridês” ou numa linguagem incompreensível, e portanto, depois as pessoas queixam-se que não há participação; é muito difícil haver! Porque estamos a falar outra língua, não estamos a falar língua de gente.

AN: É verdade, é verdade... Eu acho que, de facto, aí, os técnicos têm...

HR: E por outro lado, tem de se fazer no fim do processo, quando as coisas já estão decididas, e nessa altura também nem sempre a entidade responsável está interessada em ouvir o que as pessoas têm para dizer.

AN: No fundo, é para cumprir...

HR: É para ratificar. Portanto, a participação tem dois sentidos, não é? As pessoas podem querer aquilo ou não, uma coisa diferente àquilo que eu gostaria.

AN: Sim, eu dou um exemplo; a recente Biblioteca de Marvila, que foi construída já em Chelas – a freguesia de Marvila é muito grande, portanto abrange também a zona de Chelas -, e eu fui à inauguração da Biblioteca e estava lá o Presidente da Câmara, o Dr. Fernando Medina, e de facto foi interessante porque houve um *Workshop* com o DINÂMIA’CET, eu pertencço ao Centro de Investigação DINÂMIA’CET do ISCTE, e foi interessante porque houve alguém, da própria Câmara Municipal, que contou a história. A população ali não queria propriamente uma Biblioteca, porque não correspondia às necessidades; o que eles precisavam efetivamente era um espaço para a banda treinar, para as Marchas também, e depois receberam uma Biblioteca

e ficaram um bocadinho desiludidos, porque não correspondeu às expectativas deles. E portanto, lá está, essa questão da participação, se for feita só no fim...

HR: Só no fim é tarde, por outro lado, é preciso que quem lança os processos participativos esteja disponível para ouvir aquilo que eu (...) [proponho].

AN: Sim, e também a própria gestão e planeamento urbano municipal, se, de facto, era preciso um equipamento urbano daquele cariz, se calhar prever a sua localização em função do tipo de utilizadores.

HR: Claro, mas na prática depois esses espaços de Bibliotecas como têm sempre zonas polivalentes acabam por funcionar como as pessoas queriam, portanto, se for inteligente e bem pensado, é perfeitamente possível (...) essa funcionalidade. As pessoas não podem sentir necessidade de uma coisa que nunca usaram. E portanto também não se pode ficar parado só nas necessidades que as pessoas exprimem, porque é como o telemóvel; quando não havia telemóvel, ninguém precisava de um telemóvel; agora que já existe, toda a gente quer.

AN: E depois também não é só isso, é assim, as pessoas depois também acabam por se habituar ao próprio equipamento e a conhecer e perceber (...), mas no início há sempre este embate e que não é fácil de resolver. A cidade, no fundo, é um território de conflitos. Eu acho que a zona ribeirinha oriental, a zona oriental, no fundo, é também palco de conflitos, ao longo de décadas, tem sido, não é fácil de gerir, eu sei, mas é sempre um desafio. E esta questão da regeneração urbana tem um reverso também/um efeito nocivo, digo eu, que é a especulação imobiliária.

HR: Claro, aliás, eu tenho um livro que se chama “A quoi ser la regeneración urbaine”, e que o objetivo do livro é só demonstrar isso. Porque como é sempre um multiplicador de valor, o processo de regeneração é sempre multiplicador de valor, a partir do momento em que é multiplicador de valor vai/pode aumentar...

AN: Pode potenciar...

HR: Pode potenciar processos especulativos.

AN: Eu acredito que a regeneração não deveria ser considerada como um acréscimo de valor, mas como a colmatação – pelo menos isso-, a colmatação de alguns...

HR: Ela é sempre um acréscimo de valor, é sempre um acréscimo de valor; qualquer coisa que você faça para melhorar o que existe, está a dar valor. O grande problema está em saber se essa mais-valia é reprodutiva em termos públicos ou se é apropriada privadamente. O valor,

que o acrescentou, acrescentou. Agora, acrescentou para quem? A quem serve? Neste caso, não é para quem mas a quem serve? Se for acrescentar valor para os moradores, acrescentar valor para a cidade, acrescentar valor para a freguesia, encantados da vida! Se for acrescentar valor só para alguns, que beneficiam...

AN: Os promotores!

HR: Alguns promotores também beneficiam, nada contra! Agora tem que haver, porque senão, não há investimento.

AN: Tem que haver um equilíbrio.

HR: Tem que haver um equilíbrio. E esse equilíbrio muitas vezes não existe.

AN: A Câmara Municipal agora tem uma série de mecanismos para...

HR: É difícil, é difícil.

AN: Sim, no campo da especulação é muito difícil de prever isso e impedir, até. Mas por vezes os projetos camarários influenciam ou promovem até essa especulação imobiliária por ser um Plano de Pormenor ou por ser um Plano de Urbanização, ou seja, a construção nova em detrimento da reabilitação.

HR: Não, mas mesmo que não seja construção nova, a reabilitação também valoriza. O grande problema está em saber porque é que são feitos os planos. Se os planos são para valorizar, tudo bem; mas para valorizar, a favor de quem? Portanto, como lhe digo, se o total for devolvido à população, em melhor ambiente urbano, em melhor qualidade, etc., fico encantada da vida; se o total não for devolvido à população, já fico irritada.

AN: Claro, porque essa questão do equilíbrio não foi atingida e o objetivo máximo da regeneração urbana será melhorar as condições de vida e do ambiente da cidade.

HR: Da cidade.

AN: Daí a importância dos processo integrados e...

HR: E das correções e dos equilíbrios. E a importância de haver um poder público que consiga ter esse papel.

AN: Lá está, o poder público e sobretudo os técnicos envolvidos também têm muita importância.

HR: Muitas vezes nem têm consciência de que estão a ser um instrumento de uma especulação.

AN: Exatamente. E eu acho que aí a formação dos próprios técnicos – Arquiteto, Urbanistas, Engenheiros, etc. e os demais técnicos envolvidos – que tem de ser efetivamente adequada e muito consciente da...

HR: Muitas vezes, e quando estava na Ordem [dos Arquitetos], era uma grande dificuldade em falar em questões económicas, em investimento, (...) “ah, isso não é com os arquitetos!”, (...) é com os arquitetos, têm de perceber que estão a trabalhar (...), aí chamava ao imobiliário “*Real Estate*”, estão a trabalhar no “*Real Estate*”! Isto é...

AN: No fundo, eu creio que nas Escolas da Arquitetura ainda não existe essa consciência.

HR: Não, não existe. Não existe também nos autarcas a consciência que as decisões também são multiplicadoras de valor. Nunca sabem demais! E utilizam depois muitos deles, é mais bonito assim ou é mais bonito assado, e não percebem que...

AN: Sim, a questão estética em prol de...

HR: A questão estética é importante, mas não é tudo. É mais decisiva.

AN: Mas de facto eu tive a sorte de não entrar na Faculdade de Arquitetura, por uma décima, e fui parar ao ISCTE. Tive essa sorte.

HR: Aí são mais sensíveis, com as questões sociais; tem as economias, as sociologias, ...

AN: Então tive uma formação de base um bocadinho mais abrangente. E de projeto urbano também, pronto, a questão metropolitana também, que noutros cursos não é tão desenvolvida.

HR: Só para lhe mostrar isto [esquema PC]... É um esquemazinho simples, mas dá para ver a chamada “multiplicação de valor”. A maior de todas é a de “solo rústico” e “solo urbano”.

AN: Que no caso de Lisboa é só “solo urbano”!

HR: Não, no caso de Lisboa é aumentar os índices de ocupação ou dar usos mais lucrativos. Neste momento, sem qualquer espécie de planeamento, está a acontecer que o uso do

alojamento local é mais lucrativo do que o habitacional e que, mesmo sem qualquer planeamento urbano, está a haver processos especulativos porque há uma “multiplicação de valor”. E aqui nem sequer há aprovação de entidade nenhuma. Aqui este [esquema] o que é interessante é que mostra que cada uma das intervenções da Câmara, portanto, o promotor vai aparecer (...) nestas coisas, e a Câmara vai aprovado. Cada vez que há uma decisão de aprovação, aumenta valor.

AN: Sim, então esse aumento de valor acaba por ser crescente, como uma bola de neve...

HR: Crescente, crescente, crescente...

AN: E no final do processo, quem é que beneficia com isso; é essa a questão!

HR: É esta a grande questão. Eu apercebi-me disto muito cedo e ainda bem.

AN: E ainda bem, porque a Arquiteta tem uma consciência muito...

HR: E a pessoa percebe.

AN: E a questão que é muito... O trabalho da Arq.^a Helena é muito, é notável, também pelo ponto de vista da questão da cidadania, não é?

HR: É fundamental. É fundamental...

AN: Sempre foi defensora...

HR: É fundamental. E estamos muito longe do ideal. Muito longe.

AN: Mas mesmo assim, acho que já muito caminho foi...

HR: Sim, as pessoas hoje em dia já reivindicam com mais facilidades, já acham que têm mesmo que exigir. Houve um surto dessa atitude logo a seguir ao 25 de Abril, mas isso era normal, e depois parecia que tinha morrido! Quer dizer, que coisa!

AN: Pois, pouco tempo depois, quer dizer, no fundo, creio eu – eu ainda não era nascida, (...) sou do final de 1986, portanto sou pós-CEE...

HR: No período pós-25 de Abril, o SAAL e tal, surge um surto enorme de processos participativos, altamente pioneiros (...).

AN: Que foram extremamente interessantes...

HR: E depois aquilo acabou, pronto. Não teve continuidade. Portanto, agora é que se começa a visitar; aliás, os BIP/ZIP são uma revisitação da filosofia do SAAL. Agora já adaptada a bairros existentes e não...

AN: Exato! E era isso que eu ia perguntar, portanto, essa filosofia do SAAL se era possível ser recuperada; sim, ...

HR: Revisitada!

AN: Revisitada, sim! Não recuperada. Ajustada, claro, a este contexto e à cidade que já existe, não de construção nova. Aliás, é curioso também pensar que os bairros SAAL também são agora alvo de reabilitação.

HR: Sim, claro! E, lá está, é também o efeito geracional. Passaram os 40 anos e portanto o prédio já é, pronto, quando entra a segunda vaga...

AN: Há um paralelismo entre o edificado e as pessoas.

HR: Lembro-me que o [Arq.º Nuno] Portas me explicou isso uma vez e estava cheio de razão; não me tinha apercebido disso, mas percebi isso com a explicação dele e é verdade. O efeito geracional nos bairros.

AN: É muito interessante. Neste caso, na zona ribeirinha oriental...

HR: Aí há acumulação de gerações. Uma sedimentação de coisas seculares.

AN: Exatamente. Então foi uma sobreposição de temporalidades, de gerações e de usos... É isso que torna tão complexa aquela área.

HR: E mais interessante. Mais plural e mais interessante. Os usos foram para ali, cada qual por si, quer dizer, não houve uma coisa pensada, em conjunto. Enquanto que a EXPO ['98] foi toda ela pensada...

AN: Foi um momento, não é, corresponde a um momento específico!

HR: Uma intervenção planeadora muito evidente, mas é um caso de sucesso, a EXPO ['98], porque era para ser uma Exposição [mundial e efémera] e transformou-se numa zona residencial sem problemas, quer dizer, sem problemas na transformação.

AN: Tive oportunidade de trabalhar lá no Parque das Nações, trabalhei no Campus de Justiça/Ministério da Justiça, e a única reserva que eu tenho...

HR: As instalações do Ministério da Justiça são uma tragédia, (...) uma tragédia.

AN: E é caríssimo, são arrendamentos...

HR: Isso é uma tragédia, é uma tragédia que se fez para aliviar as contas da Parque EXPO, mas é uma tragédia.

AN: E tem uma parte também muito má que é a distância ainda em relação à cidade, porque eu demorava imenso tempo.

HR: Mas não havia Metro?

AN: Já havia Metro, claro, mas demorava imenso tempo na articulação entre os transportes. Tinha que mudar de linha, tinha que apanhar mais um autocarro, porque estava mesmo no fim, já junto a Moscavide, e então toda a gente se queixava e toda a gente dizia “Quem me dera estar na Av. 5 de Outubro!” – que eram as antigas instalações da Administração da Justiça -; eu já não sou desse tempo, da Administração da Justiça lá na 5 de Outubro, mas eu sou de Torres Vedras e portanto ia e vinha todos os dias, eu perdia 3 horas ao fim do dia, em transportes...

HR: De comboio?

AN: Não, autocarro, até ao Campo Grande e depois daí ia de Metro e autocarro. E então era 1h30 em cada viagem – eu aproveitava para estudar e para ir adiantando a Tese -, mas era um desgaste muito grande.

HR: É tempo tirado às nossas vidas.

AN: Curiosamente, os meus colegas que trabalhavam, que viviam por exemplo na Junqueira, demoravam 1h30 tal como eu; mas eu estava em Torres Vedras, a 50Km...

HR: Apanhavam engarrafamentos...

AN: Sim, e uma série de ligações em transportes públicos. Pronto, e por aí, existe ainda essa falha. Agora, o próprio plano é muito interessante e de facto funciona; é a cidade nova! A questão que eu coloco a Arquiteta é se estes novos planos para a zona ribeirinha oriental,

nomeadamente, o Plano de Pormenor da Matinha e Jardins Braço de Prata, seguem ainda uma filosofia da EXPO '98, portanto, do Parque das Nações. De que forma se podem conciliar...

HR: Só uma crítica desses planos, não tanto pela filosofia estética ou mais funcionalista que têm, mas sobretudo porque... O Plano da Matinha é claramente um plano de valorização do território, não tem qualquer componente de natureza social, até é fechado em si próprio e é para valorizar aquele bocadinho, aquele bocado do território. Hoje em dia não se podem fazer planos assim.

AN: Eu também não concordo com aquela intervenção.

HR: Independentemente da qualidade do desenho urbano, etc.

AN: E das mais-valias que poderá vir a acrescentar!

HR: Ficará sempre melhor do que aquelas coisas que lá estão...

AN: E que estão completamente desconexas e desgarradas. O que o Arq.º Eduardo Campelo me disse há pouco foi que aquele território era diferente. Porquê? Porque estava praticamente desocupado, estava descaracterizado.

HR: Não, ali a grande preocupação que o [Arq.º] Manuel Salgado teve foi de tirar contrapartidas em termos de espaço público.

AN: Sim, sim, o espaço público de facto é ali o grande articulador.

HR: E é uma grande mais-valia. Mas do ponto de vista social e articulação com a parte oriental mais pobre ali da zona, é zero.

AN: Pois, que era uma oportunidade...

HR: Era, tinha sido se a Câmara se tivesse imposto.

AN: Pois, e que agora já não há volta a dar.

HR: Agora já não.

AN: E depois o horizonte temporal que também...

HR: Sim, claro. Mas pronto, isso são, enfim... Aquelas coisas que acontecem. Os incidentes nos percursos. Agora, hoje em dia já não se podem fazer planos assim, não se podem fazer planos “cegos” ao social e aquele é um plano cego ao social. É um plano interessante, esteticamente interessante, com um desenho urbano interessante, mas “cega” o social. É a parte que eu considero mais crítica.

AN: Existe a intenção, nesse plano, de ligar os núcleos contíguos através das acessibilidades, portanto, novas vias que vão ligar; no entanto, essa questão do social nunca ficará resolvida.

HR: Não, nem foi... Como aquilo estava relativamente devoluto, tinha habitação, não foi considerado... Nem foi imposto, nem foi... Não faz parte do processo.

AN: E isso deveu-se a falta de...

HR: Não, eu julgo que ser “cego” à questão do social é uma questão recorrente no planeamento urbanístico em Portugal. Os diagnósticos fazem-se sempre na parte (...) social, mas depois nas propostas desaparece o social...

AN: Ou seja, existem equipas dotadas de técnicos, mas depois...

HR: Uma das coisas que os municípios (...) foi para mostrar que há territórios que precisam de intervenção mais urgente, e por isso os BIP/ZIP foram... Eu lancei o projeto dos BIP/ZIP para corrigir uma certa indiferença ou ausência de social no planeamento do território. E como é que é? As desigualdades não são apenas metafísicas, nem são apenas económicas. As desigualdades são territoriais. E essas desigualdades territoriais têm de ser compatíveis; não quer dizer que fique tudo igual, mas têm que ficar... Não podem haver desequilíbrios tão grandes!

AN: Claro, nessas assimetrias acaba por haver...

HR: É, assimetrias nos (...), assimetrias na habitação, assimetrias na qualidade ambiental, assimetrias em montes de coisas, portanto, aí não se pode ser “cego” ao social em termos urbanísticos, é não esquecer essas assimetrias. E combatê-las.

AN: Mas já com tanta experiência, que...

HR: Não havia ferramenta! Nem sequer havia ferramenta! Nós inventamos o conceito de BIP/ZIP, nem sequer tínhamos ferramenta. A única coisa que existia eram uns levantamentos, dos chamados “Bairros Críticos”, mas eu não quero cá “Bairros Críticos”, isto não são “Bairros

Críticos” – as pessoas não têm culpa! -, isso é uma coisa que é estigmatizante. Eu quero é prioridades, prioridades, (...) prioridades.

AN: E de facto resolver as coisas, com soluções viáveis.

HR: Pelo menos fazer um roteiro, lá está, a solução não está feita, mas tenho um roteiro. Há processos a correr, há objetivos...

AN: E a transposição, não é, da teoria para a prática, e responder às necessidades daquela população específica. Claro que é um momento...

HR: Sim, claro. Agora, neste momento, está-se a fazer a revisão da Carta dos BIP/ZIP do Município, estou com curiosidade em ver o que é que dá. Se há bairros que deixam de ser prioritários, se há bairros que entram, o que se passa...

AN: Isso vai ser interessante! E há alguma data já?

HR: Não sei, a Vereadora Paula Marques é que está a lançar o processo, não sei como é que vão fazer.

AN: Para terminar, eu acho que já estão [respondidas] quase todas as questões – eu também não quero roubar muito mais tempo, acho que já está praticamente tudo falado -, ia só perguntar se no caso da zona ribeirinha oriental se existirá a possibilidade de aplicar um programa deste género (BIP/ZIP, por exemplo), para as Vilas Operárias, em rede, não só...

HR: Já existem hoje em dia alguns programas para alguns Bairros...

AN: Por exemplo, a Vila Dias, sei que...

HR: Sim, a Vila Dias já, lá está, essa foi *bottom-up*, completamente! *Bottom-up*, quer dizer. Foram os moradores do bairro que tanto chatearam a Câmara, tanto chatearam a Câmara, que a Câmara acabou por ser demover...

AN: Na altura, o Presidente António Costa dizia mesmo que a expropriação...

HR: Mas isso já resultou... Grandes conversas que eles vinham fazer à Câmara Municipal... depois pressão num caso – que é o meu caso – sobre a habitação local, visitas que fizemos lá, com a Freguesia, esse processo é um processo completamente *bottom-up*. Era um escândalo, de exploração desenfreada, quer dizer, parecia uma coisa do século XIX, muito Charles Dickens. Uma coisa desenfreada.

AN: Mas é impressionante, parece que naquela zona ainda há muita coisa que vem dessa altura!

HR: Pois, mas aquela zona, embora seja uma zona tão próxima do rio, é uma zona que, em certos aspetos, é “traseiras” de Lisboa... E para as traseiras ninguém olha! Lisboa não pode ter traseiras.

AN: No Metro do Porto, por exemplo – a minha Dissertação de Mestrado foi sobre o caso do Metro do Porto -, e havia uma coisa muito interessante que o Arq.º Eduardo Souto Moura dizia, que foi “tornar o avesso da cidade”...

HR: (...) Exatamente...

AN: Portanto, seria tornar as “traseiras da cidade de Lisboa”...

HR: Em fachadas.

AN: Numa fachada principal. No entanto, a Vila Dias é um caso concreto e não muito pacífico, mas não existe, por exemplo, uma proposta para uma rede das Vilas...

HR: Por enquanto ainda não, por enquanto ainda não. Até porque os casos estão muito diferenciados. Mas pode ser que apareça.

AN: Eu acho que seria interessante para sustentar...

HR: Poderá aparecer.

AN: Para finalizar, queria só mesmo dizer que as frentes ribeirinhas na cidade contemporânea têm um papel determinante. Eu acho que a zona oriental também terá, a seu tempo. Mas que hoje, mais do que planear, urge gerir a própria cidade e a...

HR: Pois e estas dinâmicas todas.

AN: Conjugar estas dinâmicas, que não é fácil, não é nada pacífico, mas que é sempre um desafio.

Muito obrigada, Arquiteta!

HR: Obrigado eu!

FIM (01:05:30)

ENTREVISTA

Dr.^a Teresa Craveiro

A4

Entrevistada: Dr.^a Teresa Craveiro (CML)¹⁶⁵

Data: 10.08.2016

Horário: 11h00 – 13h00

Local: CML, Rua do Comércio, N.º 8, 3.º Andar (Baixa Pombalina), Lisboa

Questões

1. Que equipas multidisciplinares participaram na elaboração do PDML 1994 e na revisão (2012)? Quais as disciplinas envolvidas?
2. Como se processou a articulação e cooperação entre a CML e a APL na libertação de troços ribeirinhos na revisão do PDML (1994)? Quais as dificuldades e sequência?
3. Embora se tenham passado várias décadas desde a fase de expansão urbana e de formação da AML e o contexto urbano seja hoje muito diferente, o que mudou no planeamento urbano? E de que forma a Geografia Urbana é considerada?
4. Qual a sua opinião sobre o planeamento à escala regional? De que forma contribui/pode contribuir para articular escalas e dinâmicas urbanas?
5. Apesar da revisão do PDML, do enfoque na reabilitação urbana e na definição específica de AUGI's, porquê a selecção das figuras de "Plano de Urbanização" e de "Plano de Pormenor" nos Planos Eficazes (e.g.: Plano de Urbanização do Vale de Chelas; Plano de Pormenor da Matinha)?
6. Hoje, mais do que planejar, urge gerir a cidade contemporânea. Que *Gestão Estratégica* se prevê hoje e para o futuro?
7. Na conjuntura atual, será viável uma administração/gestão contratualizada de competências de âmbito supramunicipal em Lisboa, considerando a diversidade urbana, municípios e associações de municípios distintos existentes?
8. A ZROL, uma área urbana complexa e pós-industrial, corresponde à Unidade Operativa de Gestão e Planeamento (UOPG) 2 – Oriental do Regulamento do PDML no âmbito da sua revisão (Julho 2011). Compreende os bairros de Santa Maria dos Olivais, Oriente e Marvila e prevê a valorização e a requalificação global do conjunto "Caminho do Oriente". Como se articula com as intervenções específicas na frente ribeirinha (hoje ainda sob o domínio da APL) e com os novos projetos (Jardins Braço de Prata, futuro Parque Hospitalar Oriental, Plano de Pormenor da Matinha, Plano de Urbanização do Vale de Chelas, etc.), ou seja, de que forma a intervenção municipal conseguirá conciliar o *novo* com o *antigo/pré-existências*?

¹⁶⁵ Maria Teresa Craveiro Pereira é Licenciada em Geografia (Universidade Clássica de Lisboa, 1973), Mestre em Planeamento Regional e Urbano (Universidade Técnica de Lisboa, 1987) e trabalha como urbanista, tendo colaborado com o Atelier de Conceição Silva (1973-1987). Coordenou diversas equipas e projetos nas Câmaras Municipais de Sintra, da Amadora e de Lisboa, incidindo a sua atividade em bairros de génese ilegal e em planos urbanos (e.g.: Plano Estratégico de Lisboa, 1992; Plano Diretor Municipal de Lisboa, 1994). Destaca-se também a sua colaboração como coordenadora da equipa de levantamento do inventário patrimonial urbano do município de Lisboa, como Diretora do Departamento de Planeamento Estratégico (DPE) da CML (2003-presente) o galardão da Ordem de Mérito pela Presidência da República Portuguesa (2005).

9. Fale-nos dos processos de regeneração e reabilitação urbana à escala do território. Considera que os *Planos de Conservação Integrada* (e não apenas de “Salvaguarda”) são viáveis?

10. De acordo com a alínea b), do ponto 1 do Artigo 2.º do Regulamento do PDML, no âmbito do processo de Revisão (Julho 2011), “*Promover a reabilitação e a regeneração urbana, alargando o conceito de área histórica a toda a Cidade consolidada como forma de defesa e valorização do seu património histórico, cultural e paisagístico,*” consiste num objetivo estratégico de desenvolvimento do território municipal. Apesar do protagonismo da reabilitação urbana no PDML 1994 e da posterior revisão (2012), qual é o seu papel no seio das políticas, do planeamento e da gestão urbana municipal na atualidade? De que tipo de reabilitação/regeneração se trata?

▪ **Transcrição da entrevista¹⁶⁶**

- Parte-se da macro para a micro-escala;
- O PDRL enquadra-se nos planos regionais; foram mais burocráticos;
- A CML, até 1990, não tinha planeamento; primeiro, com Meyer-Heine; de 1974 a 1990 assistiu-se a uma abordagem completamente casuística, de processo a processo, de alteração do Plano Geral de Urbanização, o que era ilegal, sem portaria; foram cerca de 500 projetos.

- Durante a década de 1980, assistiu-se ao “anti-planeamento”. As tentativas de atualização/revisão do Plano Geral de Urbanização nunca foram conseguidas. Os primeiros PDM foram em Évora e Setúbal, mas Lisboa não segue esse caminho. De 1974 a 1990, não se elaboraram Planos de Pormenor, apenas loteamentos. Era um completo casuísmo, ao contrário dos conceitos patrimonialistas.

- Durante o primeiro mandato do Presidente Jorge Sampaio, assistiu-se a uma maior transparência no campo do urbanismo, através da criação de instrumentos urbanísticos e da delineação de estratégias de atuação.

- O PDML, de 1994, olha pela primeira vez para os bairros clandestinos. Posteriormente, assistimos à reconversão da Brandoa.

Perante ao fenómeno de construção clandestina, o crescimento da cidade de Lisboa em “mancha de óleo” com novos tecidos urbanos, decorrente também do êxodo rural a partir da década de 1960, havia sido elaborado o Decreto-Lei 804/76, de 6 de Novembro. Mas só depois da experiência da reconversão da Brandoa é que as periferias se antecipam, através, por

¹⁶⁶ Entrevista gravada com recurso a gravador digital *Mitsai* (Nota: por lapso/falha do equipamento, a entrevista não ficou registada em áudio. A transcrição foi realizada com recurso a apontamentos, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas).

exemplo, do programa de erradicação de barracas da AML e assiste-se à construção/conceito de “casa evolutiva”.

O PDML (1994) era um plano-processo que continha uma visão das infraestruturas e espaços canais. À época, a modernidade residia nesse plano enquanto *processo* (e.g.: Professor Costa Lobo).

- O percurso da Dr.^a Teresa Craveiro revela a passagem por diversas Autarquias. Apenas integra a CML em 1987, com a coordenação das áreas urbanas críticas (hoje, as “AUGI”). Na Câmara Municipal de Sintra, de 1970 a 1978, as AUGI foram consideradas, mas a Dr.^a Teresa apenas exerce funções de 1978-1981. A partir de 1981, integra a Câmara Municipal da Amadora.

- O período decorrido de 1978 a 1987 foi dinâmico no que diz respeito à atuação do poder local. Por exemplo, nos casos de Sintra e da Amadora, com a introdução dos PDM, em 1982, e com a Carta do Património.

- A introdução dos PDM ocorreu em 1982 (embora os casos de Évora e de Setúbal fossem anteriores). No entanto, o Município de Lisboa ficou à margem. Consequentemente, apenas em 1990 se começou a elaborá-lo, simultaneamente com a candidatura do Presidente Jorge Sampaio (que levou um ano).

- Na altura, a situação da cidade era caótica, fragmentada e com núcleos sem ligação entre si. Não existia a ideia de património. Os Técnicos Municipais apenas licenciavam apenas os processos, não eram gestores dos mesmos. Cada Licenciamento tinha de conter x m² de equipamentos urbanos, o que não acontecia. Como consequência, estavam em falta creches, estabelecimentos de saúde, etc. Era necessário evitar os desequilíbrios/assimetrias nesse regime de autogovernação.

- A Dr.^a Teresa Craveiro frequentou o Mestrado em Urbanismo e Planeamento com o Professor Costa Lobo, após uma época de fraca dinâmica em matéria de planeamento. No período de 1987 a 1990, a Dr.^a Teresa fica com a ideia do que se fazia e que era mau.

- Em 1990 surgem as normas urbanísticas, de carácter estratégico e sob o objetivo de inverter a lógica de desenvolvimento da cidade. Na sequência da sessão municipal de 14.08.1990, elaborou-se e apresentou-se o regulamento do Plano Geral de Urbanização com base em “Normativas Urbanísticas”, de teor provisório mas sob uma lógica de processo para aguentar o casuísmo que se verificava à data.

Simultaneamente, na mesma sessão, foram apresentados os objetivos do Plano Estratégico de Lisboa, também sob um sistema de processo. A Dr.^a Teresa Craveiro ficara responsável pelos planos e projetos prioritários, de articulação com a zona ribeirinha de Lisboa.

- Os planos estratégicos dirigiam-se à zona ribeirinha e à Avenida da Liberdade.

- A Dr.^a Teresa integrava a Comissão do Departamento de Planeamento Estratégico. Encarregava-se de gerir os Planos de Pormenor e articular equipas externas, através da definição de regras muito claras do conteúdo do Plano e da estratégia. Realizava também o acompanhamento dos planos prioritários.
- Revistas Sociedade e Território: Artigo “O Plano como Processo” (Craveiro)
- O PDML de 1994 objetivava uma simetria na cidade, equilibrando a área ocidental (Ajuda/Belém) com a oriental (EXPO '98 e revisão do Plano de Chelas). Contudo, o Plano de Chelas não obteve a revisão necessária, em parte por ser um projeto de autor (...). Deveria ter sido um concurso e não a revisão pelo próprio autor. Este não apresentou uma solução para o problema.
- A Av. da Liberdade seria praticamente demolida por investidores estrangeiros (espanhóis e nórdicos). Existiu, no entanto, um plano da Assembleia Municipal. Porém, sob a Presidência de João Soares, houve uma ruptura e todo o plano municipal de Lisboa foi dissolvido. Apenas posteriormente com a presidência de Santana Lopes se adopta uma visão estratégica, mais alargada.
- O planeamento municipal foi/é marcado por opções políticas.
- A **Carta de Equipamentos** (e.g.: Saúde) elaborada no âmbito do PDML de 1994 apenas foi elaborada/concluída em 2008.
- A Política Local de Habitação (PLH)¹⁶⁷ considerava orientações estratégicas para os equipamentos de proximidade (tais como creches, centros de saúde, etc.). Mas eram instrumentos que apareciam por arrasto da PLH.
- No âmbito do Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março¹⁶⁸, o PDM é um instrumento/documento jurídico interessante, tendo sido concedida, no entanto, liberdade às Câmaras. Em 1990, os PDM tornam-se documentos mais minimalistas. A maioria dos planos elaborados em 1982 ficou sem efeito, já que exigia equipas técnicas muito especializadas.
- Com o DL 69/90, o Professor Valente exigiu a elaboração de PDM de Norte a Sul do país, que embora definisse índices obrigava o pensamento do planeamento do território. Essa decisão de elaboração total devia-se à necessidade de obter financiamento para intervir no território, assim como ao estabelecimento de mais profissionais e equipas envolvidos. Trata-se, sobretudo, de uma questão jurídica, de lei, contrato e transparência.

¹⁶⁷ As PLH foram levadas a cabo não só em Lisboa como também noutras cidades do país (e.g.: Coimbra). Nota: existe uma diferença entre os conceitos de *habitação* e de *habitar*. Por **Habitar** compreende-se o conjunto de habitação, equipamentos e espaços públicos/verdes.

¹⁶⁸ Regula o regime jurídico dos planos municipais do ordenamento do território (PMOT).

- Antes da elaboração do PDML (1994), existia uma grande liberdade. Hoje a situação é diferente, com a existência do Decreto-Lei n.º 380/99, de 2 de Setembro¹⁶⁹ e pelo facto de toda a estratégia ter de constar no PDM, integrando:

- i. os objetivos/eixos estratégicos do PEL (1992) (com base na experiência de Barcelona);
- ii. os objetivos e considerações do PDML (1994);
- iii. os Planos e Projetos (1990).

- Foram também definidas diretivas para a zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL).

Sob um pensamento muito técnico e o programa político do Presidente Jorge Sampaio (vd. *Carta Atlântica da Europa*, a qual advém dos objetivos anteriores definidos pelo PEL), a cidade pensa com os seus próprios atores. Foi a primeira vez que existiu um Conselho Estratégico – que procurava partilhar com parceiros e levar dos eixos à prática -, posteriormente conduzido pelo Doutor João Ferrão, em que no final a Assembleia Municipal decidia.

- Trata-se então de uma questão marcadamente política, até nos instrumentos de gestão territorial.

- As tentativas de planeamento estratégico em Lisboa resumem-se ao PEL (1992), à Visão Estratégica (2002) e à Carta Estratégica de Lisboa, que gerou os eixos do PDML atual (2012-presente).

- Lisboa não perdeu “estratégia”. A questão da *acessibilidade* substitui a da *mobilidade*. A *Carta do Património* estabelece relações com o setor privado, ou seja, diluiu-se. O PDML, ao definir uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) global/para quase toda a cidade, afasta a estratégia.

- Desde 2007 deixou de existir o Departamento de Planeamento Estratégico. Trata-se, pois, de um urbanismo de licenciamento e não de visão global. A estratégia presente no PDML atual (2012) provém das opções anteriores (nomeadamente de 1992 e 1994).

- As PLH continham um carácter estratégico. Em 2008, foram criadas equipas de proximidade com vista ao rejuvenescimento da cidade, tendo sido construído um plano estratégico com medidas e eixos de atuação, e contando com a participação da população e as freguesias (e.g.: Programas “Reabilita primeiro, paga depois”; BIP/ZIP; etc.). Definiram-se 67 bairros/zonas de intervenção prioritária e diversos projetos. Apesar da PLH não ter sido continuada nem revista, o PDML (2012) contém artigos relacionados com essas políticas.

O PDM não pode ser uma estratégia global nem setorial.

O RIOT foi um equívoco, ao considerar somente um diagnóstico e não a monitorização de políticas e de estratégias.

¹⁶⁹ Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT).

- O segundo PEL foi chumbado pela Assembleia Municipal. Continha, no entanto, um somatório de eixos estratégicos, aproveitando a Carta Estratégica como processo. Mas todos os instrumentos são políticos (embora não partidários).
- A preparação do PROSIURB foi muito colada à candidatura de António Costa à presidência da CML. Consequentemente, por exemplo, no caso da Baixa Pombalina, imperou a monofuncionalidade, a introdução de sistemas construtivos diferentes dos originais. Existe, no entanto, um Plano de Pormenor aprovado há diversos anos mas que nunca foi implementado, onde promete ser património Mundial até hoje. Enquanto isso, a Baixa vai sendo transformada e os edifícios descaracterizados.
- (A Dr.^a Teresa Craveiro redigiu um artigo questionando se aconteceria de facto a implementação desse PP; Revista no Brasil).
- Em 2008, era o momento de rejuvenescer a cidade de Lisboa, por via de uma política de equipamentos, que consolidava essa perspetiva. Hoje, assiste-se a uma inversão. O alojamento local/habitação são muito caros.
- Atualmente não existe “gentrificação” mas antes “turistificação”. Os residentes locais não saem. Apenas saem deliberadamente para a periferia, em busca de melhores condições de habitar, evitando questões como a poluição dos centros urbanos.
- Relativamente à zona ribeirinha de Lisboa, destaca-se o Concurso de Ideias dos Arquitetos, cuja visão era, no entanto, muito monofuncional, com base em empreendimentos novos e uma visão não abrangente.
(Existe um livro do IST/Professor Costa Lobo que faz uma comparação da cidade de Lisboa com a colina do Brasil. Hoje sabe-se que a localização das cidades privilegiam as questões de defesa “barata”, implantando-se numa colina, junto à água. Existe urbanismo português. Existe ainda outro livro, escrito pelo pai do Chico Buarque e um historiador da Universidade de Coimbra que falam sobre a cidade portuguesa; esse historiador estuda Vila Real, Terreiro do Paço, a questão da colina e do universo urbanístico português).
- Para a Dr.^a Teresa Craveiro, o desafio da intervenção na zona ribeirinha prende-se com a questão da coexistência da cidade e da zona ribeirinha com o porto, tal como acontece noutras cidades (e.g.: Baltimore, NYC) em que as cidades coexistem com essas funções. O porto é, também, património. Logo, é um desafio integrá-lo e relacioná-lo com a cidade.
- A Dr.^a Teresa Craveiro redigiu diversos artigos (Revista Mediterrâneo: Sustentabilidade dos Portos, em conjunto com a Eng.^a Natércia Cabral, focando a questão do POZOR; “A transformação dos grandes portos – o caso de Lisboa”). O livro de João Figueira de Sousa - “Portos, transportes marítimos e território” - foca essas questões e contém os artigos.
- Existe um artigo da Dr.^a Teresa Craveiro (...) que foca a “estratégia do colar de pérolas” (referência recolhida numa apresentação num encontro científico em Antuérpia). Foi a primeira

estratégia delineada para o conjunto da zona ribeirinha de Lisboa. No início do processo, as reuniões foram muito complicadas. Existe um folheto (Mário Soares e Jorge Sampaio). A estratégia incluía: a construção/melhoria de passagens pedonais (e.g.: Algés); a remoção de areias junto à EDP (Central Tejo); a ocupação do edifício da Cordoaria e a inclusão de um gradeamento projetado pelo Arq.º Gonçalo Byrne, que abria o espaço da Cordoaria à cidade, destruindo o muro que os separava (parceria CML/Marinha); uma articulação cirúrgica, que exigiu uma negociação com promotores e mecenato (e.g.: a “onda” projetada pelo Arq.º Troufa-Real, na ZROL; esse projeto promovia, no entanto, uma barreira física entre a cidade e o rio e não a ligação da cidade ao rio).

- Passava-se uma mensagem de resiliência, com uma perspetiva de médio/longo prazo. Destaca-se a mediação e grande articulação liderada pelo Presidente Jorge Sampaio, que é bom nisso.

- No caso da Ribeira das Naus e do Cais do Sodré, devia-se aproveitar projetos da Ordem dos Arquitetos, de forma enquadrada; no entanto, esses projetos não foram avante.

- O edifício da Fundação Champalimaud seria implantado, inicialmente, em Cascais; no entanto, a Dr.ª Teresa Craveiro conseguiu que fosse em Lisboa, privilegiando, por um lado, a implantação na Capital (enquanto equipamento urbano relevante) e, por outro lado, a proximidade com outros estabelecimentos e entidades de saúde/oncologia, centralizando-o e aproximando-o aos cidadãos exteriores a Lisboa.

- Nesse processo, insere-se a estratégia e um fio condutor político. É, portanto, um binómio técnico-político, que deve dar continuidade às estratégias e opções anteriores. Um estratega tem de tomar opções em detrimento de outras, conjugando forças políticas e cedências, com vista à consolidação e implementação da intervenção.

- As ligações pedonais planeadas para a zona ribeirinha ultrapassam a questão do desenho urbano. Tal como Vítor Matias Ferreira refere no livro (...), no Artigo da Dr.ª Teresa Craveiro, a estratégia do colar de pérolas interligava-se com as passagens pedonais.

- Na *Carta de Património*¹⁷⁰ de Lisboa definiram-se as estruturas a manter, mas com a atribuição de outros usos (e.g.: Lux, Santa Apolónia; Galpões nas docas do Bom Sucesso, que exigiu uma articulação entre a APL e a CML). Conseguiu-se, assim, a preservação da memória patrimonial.

- A criação de um *Museu do Porto de Lisboa* não foi, no entanto, conseguida. Esse equipamento seria de extrema importância para a cidade e para a divulgação da história e da memória do porto e da zona ribeirinha. Igualmente, a criação de um Museu dos Descobrimentos foi também preterida; inicialmente previsto nos edifícios do Arsenal/Ribeira das Naus, localizado nos pisos térreos (criando assim uma ligação direta entre a cidade/população), não foi conseguido. Com estes projetos especiais, pretendia-se não a

¹⁷⁰ Nota: uma *Carta de Património* não é um mero inventário, mas antes uma estratégia de re-utilização de elementos patrimoniais/de interesse público existentes no território.

substituição da função dos *piers*, mas antes promover uma mistura cultural e de ligação da cidade ao rio e vice-versa. Não obstante a perda destes projetos, note-se que foram conseguidos outros igualmente importantes para a cidade de Lisboa.

- Segundo a Dr.^a Teresa Craveiro, existem elementos/estruturas do porto de Lisboa que merecem classificação patrimonial. Tal é o caso das gruas/guindastes. Por exemplo, o Festival de Alcântara já prevê uma conciliação dos usos e elementos portuários com a cidade, ao utilizar a imagem dos contentores.

- A questão dos transportes também não está bem resolvida.

- Outros projetos também não foram conseguidos (e.g.: Praça das Missas para os Bacalhoeiros; Praça Afonso de Albuquerque). Foi feita uma negociação com Santana Lopes e a Agência Europeia; a localização à semelhança da Fundação Champalimaud, porque a APL disponibilizou o espaço. Depois de 2000, foram realizados 2 projetos na zona ribeirinha.

- A proposta do novo Museu da Eletricidade é muito extensa, na perspetiva da Dr.^a Teresa Craveiro. Merecia ter sido negociada, visto que criou uma barreira física entre a cidade e o rio.

- O projeto de Renzo Piano para a ZROL recebeu diversos pareceres negativos por parte da CML (e.g.: proposta de inclusão de um palmeiral; o projeto não era um resort). O loteamento foi aprovado graças à Dr.^a Teresa Craveiro e ao Arq.^o Urbanista (?). Foram apresentados índices de usos/ocupação do solo, manteve-se a perpendicularidade ao rio (tal como o PDM defende) e a questão da luminosidade foi conseguida graças à opção de revestimento dos edifícios com azulejos. (Semelhança com o projeto de Jean Nouvel, para Alcântara, no tempo da presidência de Santana Lopes, mas que também não foi conseguido).

- No período de 2002 a 2007, os projetos urbanos não incidem na zona do porto mas nas áreas contíguas, em complementaridade à zona ribeirinha.

- Relativamente à ZROL, destaca-se a intervenção da EXPO '98. Contudo, o POZOR não correu bem, pois a CCDDR chumbou-o e cujo parecer extravasava o da Autarquia. (Vd. Artigo na Revista "Sociedade e Território", do autor Carlos Fernandes).

- O POZOR dava continuidade ao projeto da EXPO '98/Parque das Nações.

- Existe hoje uma tentativa semelhante à @21, em Braço de Prata, com a inclusão de incubadoras; é portanto uma zona de futuro.

- O Plano de Urbanização da Matinha confere a salvaguarda dos Gasómetros.

- Em Santa Apolónia, destaca-se o Terminal de Cruzeiros.

- Tem sido feita uma "limpeza" à zona ribeirinha. No entanto, persiste o problema da zona entre o Parque das Nações e Santa Apolónia.

- Urge uma mudança e monitorização por parte da CML. Não temos uma democracia madura, pois não existe um envolvimento direto com a população, que leve o cidadão a se envolver nas questões da cidade. Tal tem também a ver com os ciclos partidários da autarquia.

- A legislação recente revela a passagem das áreas portuárias para outros usos. De facto, o porto não precisa das áreas que precisava no século XIX. Urge uma articulação da cidade com o porto e o acompanhamento dos planos estratégicos do porto pela CML.

O caso de Alcântara demonstra bem a resiliência e a coexistência do porto na cidade.

Falta, no geral, uma ligação forte da cidade com o seu porto. Hoje sabe-se o que pode ser porto ou não. Existe, aliás, uma Comissão de Acompanhamento da função do porto. Urge uma co-governança.

- Que futuro para a zona ribeirinha e para a cidade de Lisboa?

De acordo com a Dr.^a Teresa Craveiro, está em falta um novo PEL. As cidades do século XXI tem uma grande complexidade. Urge reforçar a questão da estratégia.

De acordo com a Dr.^a Teresa Craveiro, não houve “décalage”; e não existe um desfasamento de 30 anos. Há sim uma diminuição da estrutura. Somos conduzidos e não há um *drive*. Efeito também do neo-liberalismo dos anos 1980 e da crise recente, que não proporciona dinheiro para investir nalgumas infraestruturas e compras. Devia levar antes a uma concertação entre atores, gerando sinergias e eficácia, em prol do benefício comum.

A cidade tem de ser boa para turistas e residentes.

- A ZROL é um pedaço de cidade inter-classicista. O projeto de Renzo Piano promove a mistura de classe média com a classe média-alta. O desafio do urbanista, patente aliás na nova Carta de Atenas (2002) é precisamente criar emprego e, consequentemente, valor. (Livro: “O urbanismo depois da crise”, A. Bourdin).

- Numa era cosmopolita, são impostos hoje inúmeros desafios. É necessário investigar/estudar, avaliar, monitorizar, regulamentar. Mas para atuar, é preciso primeiro estudar o fenómeno (não se focando, apenas e no entanto, na fase de diagnóstico). Por exemplo, vejamos o caso da Av. da Liberdade, onde se pretendia implementar um “urbanismo comercial” (que não entrou em vigor).

É a altura para surgir Legislação específica, relacionada com a Administração Central. Apesar das contradições, é necessário empreendedorismo (e.g.: PDML; ocupação dos pisos térreos/R/Ch com espaços comerciais). Urge uma **gestão proativa**.

AN: A Dr.^a Teresa acredita ser viável uma gestão à escala supramunicipal no caso de Lisboa e da sua área Metropolitana?

TC: Não. Existe um “municipalismo” muito forte – já o era, antes do Estado Novo – e um espírito de combate às regiões. Há cerca de 2 décadas tentou-se implementar uma gestão

supramunicipal com grupos de estratégias (não de instrumentos nem de planos) e não foi conseguida. As CCDR são entidades desconsideradas, pois são órgãos partidários não eleitos. São elementos expúrios, que conduziam tudo para os municípios. Entre 1978 e 1979, houve um debate entre os municípios.

Hoje, o foco é no diagnóstico. Existe no entanto a necessidade de articulação de *layers*.

É necessário um poder local com um poder político mais maduro e uma associação intermunicipal (entre freguesias, por exemplo).

- O Plano da Matinha não prevê áreas de equipamentos de proximidades adequadas.

- Em 1981, a Câmara Municipal da Amadora adoptou o conceito de cidade-jardim, conciliando a expansão com a periferia. Foi elaborada uma Carta de Património pelo IPPAR que não previa, contudo, a preservação. Foi feito somente um inventário.

O PDML (1994) contém uma subtilidade. Concilia a Carta com uma utilização proativa do património, obrigando a pensar numa estratégia.

A Carta não é, no entanto, um inventário. Exige diversos graus de intervenção e promotores.

- A cidade de Lisboa não tem uma gestão fundiária. Existe a expropriação como instrumento importante, previsto na lei. Incluir função no património é essencial.

- Na ZROL será também necessário utilizar o património nos processos de regeneração urbana.

- A regeneração urbana pode ser somente uma estratégia e não passar necessariamente por planos ou outros instrumentos de transformação física.

- A questão do *social*. Vd. Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho: Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa (sob debate).

- POZOR / PUZRO – Arq.^o Anselmo Vaz

- APL – Eng.^a Natércia Cabral

- Oportunidades de intervenção, em função de cada conjuntura

- Mediação

- Colar de pérolas

- Intervenção em Génova

- Intervenção cirúrgica

- Cedência de terrenos APL/Cordoaria

- Reforçar as ligações entre a cidade e o rio; PDML (?) prevê essas ligações de 30 em 30m, o que não é cumprido;
- Viadutos (Algés; Infante Santo)

- Os planos de pormenor são importantes (ao contrário do que o Eng.º Fonseca Ferreira defende; aliás, ele é Eng.º e não urbanista/arq.º, talvez por isso não compreenda certos aspetos da cidade; defende essa ideia porque já escreveu também sobre isso); por vezes, é necessário chegar à cota da soleira.

- Ideia da Dr.ª Teresa Craveiro para Alfama: criar uma “Rua dos Artesãos”; assim, privilegiava as atividades artesanais, respeitando a questão da concorrência. Quando as pessoas precisassem, já sabiam que ali se concentravam essas atividades/serviços. Era também uma forma de reabilitar/regenerar.

- L94

- Vereador Ruben (Assembleia Municipal)
- Vereadora Simone (Assembleia Municipal)

ENTREVISTA

Professora Doutora Arq.^a Rita Ochoa

A5

Entrevistada: Arq.^a Rita Ochoa (UBI)¹⁷¹

Data: 12.08.2016

Horário: 16h00-18h00

Local: Pastelaria “A Mexicana”, Av. Guerra Junqueiro, Lisboa

▪ **Guião / questões**

- identidade;
- frente ribeirinha;
- eixos estruturantes;
- morfologia do território;
- desenho urbano;
- espaço público;
- arte pública.

▪ **Transcrição da entrevista**¹⁷²

Ana Nevado (AN): Rita, obrigada por aceitar a entrevista...

Rita Ochoa (RO): Trouxe a minha Tese de Doutoramento¹⁷³...

AN: Eu já consultei. Não a tenho, mas já a consultei. Para mim é muito interessante a questão da identidade. Não tanto da Arte Pública – porque não é esse o meu foco, o meu foco é a regeneração urbana na zona ribeirinha oriental de Lisboa. E é no âmbito do planeamento e da gestão municipal. E o meu objetivo é focar o papel do património e do território enquanto património – ou seja, não só o edificado, mas o próprio território, isto é, espaço público, edificado, as comunidades – qual é o papel que pode ter nos processos de regeneração urbana e, em particular, naquela zona [ZROL]. Aquela zona, agora, está a sofrer transformações – as frentes ribeirinhas, por norma, são espaços de mutação, não é? E a Rita também explica bem isso na Tese, diz que as frentes de água são, por norma, espaços de

¹⁷¹ Ana Rita Martins Ochoa de Castro (1973) é Arquiteta, tendo-se licenciado em Arquitetura (FA-UTL, 1997), Pós-graduada em “Qualificação da Cidade” (Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa, 2008), Mestre em Arquitetura (Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, 2008) e Doutorada em “Espaço Público e Regeneração Urbana” (Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona, 2011). Atualmente é Docente (Professor Auxiliar) no Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade da Beira Interior e Investigadora no CIES-UBI – *Centre for Research and Studies in Sociology*, tendo publicações e participado em diversos encontros científicos (nacionais e internacionais).

¹⁷² Entrevista gravada com recurso a gravador digital *Mitsai* 2G AD-511, ficando registada em áudio (formato .wav). A transcrição foi realizada com recurso à audição da gravação e à consulta de apontamentos recolhidos durante a realização da entrevista, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas.

¹⁷³ OCHOA, A.R., 2012. *Cidade e frente de água. Papel articulador do espaço público*. Tese de Doutoramento em Espaço Público e Regeneração Urbana. Barcelona: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona.

transformação ao longo do tempo. E as transformações que se estão a dar agora já vêm de planos/projetos anteriores, portanto, 2008, 2007...

RO: Eu às tantas até perdi um bocadinho o fio à meada, isso que estavas a explicar, porque, pronto, conheço alguns dos planos...

AN: Sim, sim, mas o foco aqui nesta conversa não é tanto os planos. O que eu quero dizer é que os projetos que estão agora a ser feitos ignoram quase por completo as pré-existências.

RO: Ai é? O que é que está em vigor, já agora? [risos] Porque eu tenho alguma... Só assim para dizer, tenho algum amor a essa zona e também a minha Tese de Mestrado tinha a ver com o esquecimento da zona oriental e quero tentar perceber porque é que aquela zona – essa e também noutras cidades -, ...

AN: Sim, o [sociólogo] Vítor Matias Ferreira também fala disso que parece que aquela zona oriental, as zonas orientais da cidade são sempre preteridas face à zona ocidental. Ou é pela exposição solar, ou é pelo facto das cidades crescerem mais para a zona ocidental, e, em contraponto, a zona ribeirinha que nós temos na zona oriental, a zona de Alcântara e Belém tem tido um investimento muito maior por parte quer da Câmara, quer dos privados, também. Hoje, o que está a acontecer é o Plano de Urbanização da Matinha, portanto, aquilo é, no fundo, a continuidade da EXPO '98/do Parque das Nações, e o Projeto "Jardins Braço de Prata".

RO: Que é o do Renzo Piano?

AN: É o do Renzo Piano! Exato!

RO: Tinha essa dúvida!...

AN: E então aquilo tem um desfasamento temporal um bocadinho grande!...

RO: Aquilo é dos anos 1990, não é?... É o Braço de Prata...

AN: Sim, elaborado! Mas só foi concluído ou aprovado em 2008.

RO: Ah, sim?

AN: Portanto, até 2016...

RO: Pois, aquilo esteve estagnado, não se percebia...

AN: ...muito tempo, portanto, com o novo Vereador acho que foi uma grande confusão, o Vereador Manuel Salgado, quando ele entrou para a Câmara... E houve uma série de opções que foram preteridas face a outras e aquele plano ["Jardins Braço de Prata"], apesar de ser interessante, foca-se mais na regeneração mas ignora as pré-existências, portanto, aquilo vai ser um condomínio, basicamente...

RO: Sim, já naquela altura esse...

AN: ...Foi polémico, de facto! Porque tem [como consequência] a "gentrificação"!...

RO: Eram outros tempos! Não é?... E apesar de tudo, as coisas agora já deviam ter outra maneira de se fazer, não é? Havia mais dinheiro, também...

AN: Sim, exatamente! Depois entretanto com a crise houve uma série de coisas que se calhar mudaram!...

RO: Mas a própria EXPO [Parque das Nações], tem muito essa lógica do condomínio que também não – eu também falava um bocado nisso, que é, entra um bocadinho até em confronto com a (...) do espaço público e da...

AN: Exatamente.

RO: E depois aquilo era um (...), as próprias pessoas não iam tanto para lá, (...) pessoas que ali viviam, aquilo era invadido por pessoas – invadido porque elas sentiam aquilo como...

AN: Lá está, porque a ligação com o território não existia praticamente porque era uma zona totalmente nova, com lógicas completamente diferentes, e trouxe uma população também diferente – mais jovem, e se calhar com outra capacidade, enfim, financeira face às comunidades que já existiam. Independentemente desses planos que estão agora a ser feitos, existe ainda um espaço entre Santa Apolónia/Terminal de Cruzeiros e Braço de Prata que ainda está por intervir e por resolver. E a Câmara não tem um plano geral ou um plano global de regeneração ou de reabilitação. O que tem, é, no fundo, um Plano de Urbanização [geral e um] para o Vale de Chelas – portanto, na zona da Rua Gualdim Pais, que fica já em Xabregas, e que prevê a construção de um novo loteamento, ou seja, não reabilita o que existe, não promove a melhoria do que existe, mas insere novas lógicas.

RO: ...A Rua Gualdim Pais é a Estrada de Chelas?...

AN: Não, vai ligar depois lá acima! Acho eu.... A Gualdim Pais – por acaso podia ter trazido uma planta...

RO: Uma planta, pois era!... Acho que tenho aqui [na Tese de Doutoramento]. (...)

AN: (...) Agora vão fazer aí um loteamento, que não tem nada a ver com a reabilitação dos pátios, etc.

RO: É mais um loteamento, não é?... (...) Portanto, o que está em vigor é, foram buscar o plano do Renzo Piano,

AN: Esse já está em construção, na 2ª fase já de construção...

RO: ...A Matinha...

AN: A Matinha acho que já começou ou vai começar este ano. Para isso, vão demolir um viaduto que existe logo a seguir ao fim do Parque das Nações – que é um viaduto que até está um bocadinho mal resolvido, que até tem assim uns azulejos pretos [e brancos] -, vão deixar os gasómetros, há um dos gasómetros que há-de ser alterado de sítio, mas os gasómetros, pronto, pelo menos isso mantêm; eles consideraram que eram peças importantes...

RO: Sim, são classificados! Havia uma proposta de classificação, não sei se chegaram a ser classificados, os gasómetros...

AN: Tenho ideia que sim, não tenho (...) sobre isso.

RO: (...) Municipal...

AN: Eu acho que sim, porque é isso que justifica mantê-los, porque senão também tinham sido...

RO: Pois. Se bem que eu acho lindíssimos, mas a...

AN: A utilidade deles se calhar!...

RO: Não e aquilo faz sentido em ligação com o tecido, não é... Mas são umas peças muito bonitas! Esse viaduto... Sim, aquele viaduto logo também, antes dos gasómetros, não é? Uma porta da EXPO [Parque das Nações]...

AN: Pronto, aí vai ser muito transformado. A antiga fábrica Tabaqueira vai manter-se só que a utilização ainda vai ser discutida. Vai ser colocada a Discussão Pública...

RO: Não sei muito bem o que aconteceu ao PUZRO [Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental]!... Porque aquilo...

AN: Pois, esse plano...

RO: (...)

AN: De 1995. Exatamente, e isso também é interessante na minha Tese porque (...) que é, explicar que houve essa iniciativa mas que entretanto foi preterida face a outros projetos...

RO: Pontuais.

AN: Pontuais e especiais, digamos assim, como é o caso do do Renzo Piano. Porque, de facto, não existe essa intervenção global com mais coerência, para tentar ligar os vários pólos entre a frente ribeirinha. Por outro lado, a coexistência do porto/das atividades portuárias e a cidade, sempre foi conflituosa. E portanto, estes planos do Renzo Piano e da Matinha não consideram a coexistência dessas atividades. Portanto, a frente ribeirinha vai ser toda [naquela zona], um parque verde, vai ser de usufruto para a população – que é uma ideia boa, sem dúvida, ajuda a ligar a cidade ao rio, mas que em termos produtivos não acrescenta tanto valor. Qual é a opinião da Rita sobre isso?

RO: Não, eu tenho defendido sempre essa opinião, é que... O meu Doutoramento tem um pouco essa ideia por trás, não é, que essas atividades devem coexistir e que existe quase uma fobia de substituição dos tecidos ribeirinhos, de deitar abaixo, ... Ainda há pouco tempo tive uma (...) e falamos também um pouco sobre isso, nos anos 1990, quando eu fiz o curso de Arquitetura e quando começaram a aparecer também estes planos das frentes ribeirinhas – de Barcelona, Londres, ... - começaram a aparecer estes projetos e tínhamos sempre aquelas imagens de revista, muito bonitas, pessoas a (...) e a olhar para o rio e para o mar (...) e depois também começaram a surgir (...) relativamente ao porto, a reivindicação dos portos nas cidades e mandá-los para zonas mais periféricas, mas depois também a dada altura parece que se começou a perceber que era/que podia haver coexistência, e isso, pronto, agradava-me essa ideia, porque o porto é que (...) e até porque uma das primeiras coisas que, antes de começar com este trabalho, foi – andava um bocado a ver o que é que havia de fazer! – e tinha umas imagens dos portos em várias cidades até o Abel que fala das cidades mediterrânicas e aquelas imagens das pessoas a passear no século XV e XVI, junto aos portos, alegremente, e havia uma coexistência dessas atividades na cidade, e fiquei sempre um pouco com essa imagem, e repugnava-me um bocado até a eliminação total dos tecidos... Porque, quer dizer,

também qual é a legitimidade, não é, de tirar; porque é que uma coisa é necessariamente melhor que outra? Parece que tem que se tirar uma para aparecer outra. Eu achava muito mais interessante e também que na Tese falo muito nisso é que, principalmente na zona oriental – porque a zona ocidental já está mais modificada, não é? -, e também a estrutura, não só portuária, mas ferroviária é mais rígida, a barreira faz-se sentir mais ali na zona de Alcântara...

AN: Sim, mesmo junto ao rio...

RO: Mas (...) na zona oriental, as estruturas permaneceram, já não são tão fortes, fora ali ao pé do LUX, tem ali aquela parte mais (...), mas havia muitas que eu chamava as “brechas”, havia muitas situações em que as pessoas usufruíam da frente de água de forma muito mais informal! Os pescadores, as pessoas a andar de bicicleta, mesmo sem haver uma ciclovía!...

AN: Pois, já antes se utilizava o espaço dessa forma!...

RO: Sim, principalmente, eu ia muito para essa zona, sempre gostei muito dessa zona e às vezes até para passear ao Domingo gostava de ir para aí passear, mais do que para Alcântara, porque lá está, Belém é sempre cheia de gente...

AN: Com muitos turistas, etc...

RO: Pronto, e tem toda aquela magia também. Claro que há coisas ali que têm de ser intervencionadas, as fábricas, muitas coisas que ainda permanecem, porque a EXPO [’98] só regenerou aquele tecido muito específico.

AN: Exatamente, muito localizado.

RO: Há ali uma parte em que se têm de propor novos usos, mas aconteceu muito essas brechas; as pessoas andavam ali a passear, via-se muita gente a ir pescar, passear os cães ali na zona da Matinha, depois até à *Volkswagen*; há uns pontões muito bonitos também, esses pontões...

AN: Sim, há um ao pé do Armazém 23...

RO: (...) Por acaso eu estava a fazer o curso na altura da EXPO [’98] e tínhamos um projeto para regenerar a Doca. Essas Docas e... Isto tudo para dizer que essas possibilidades, no fundo, o que se está a fazer é pegarem nesses usos e, pronto, formalizá-los de forma mais assumida, mas às vezes essa substituição é muito... Não precisa de ser tão, tão...

AN: ...Tão óbvia.

RO: Tão óbvia! Havia maneiras mais subtis de estabelecer essas (...). Pronto, e de facto agora não conheço os planos, não sei como é que as coisas, mas tenho sempre um bocado a sensação que há uma certa...

AN: Mas existe, verifica-se, e de facto a morfologia do território vai ser completamente transformada [na zona da Matinha], é regeneração urbana com um modelo do início dos anos 1990, muito inspirado se calhar noutras capitais europeias e que não olha se calhar para a micro-escala. Portanto é uma escala se calhar até assumida e é uma transformação *física*, sobretudo física. Isso para mim é uma preocupação, porque acho que a parte social também devia estar implícita, sendo sobretudo a Câmara Municipal a liderar esse processo e a monitorizá-lo, era importante; nós já temos estudos suficientes – ou deveríamos ter -, e temos também as experiências internacionais e nacionais de reabilitação e regeneração, que nos dizem que, de facto, as pré-existências contam! As memórias...

RO: Físicas, sociais, imateriais...

AN: O conjunto! Global. E não é isso que se verifica. De qualquer forma, vai acrescentar valor, sem dúvida, vai melhorar aquela zona – tenho a certeza que haverão sinergias que depois vão ser criadas. Agora, também o caso da “gentrificação” vai ser assumida de certeza, porque vai trazer novos...

RO: Aquela zona também é muito cerrada!

AN: Pois é!

RO: Eu falava disso com... Não sei com quem, alguém que também estava, é um colega meu que está na Tese, se calhar já deste com isso, estão a tentar fazer uma associação de moradores, não é de moradores, é uma “Associação de Amigos da Zona Oriental”, ele é de Moscavide e tem, começou a ver que há uma série de gente que tem iniciativas, aquelas coisas mais nesse espírito, mais locais, mais ligadas à comunidade, e perguntou-me se eu queria fazer parte dessa Associação! (...) coisas de música, mas também, isto é assim um bocado (...) à mesma (...) gentrificações, mas tentar perceber como é que se pode trabalhar mais com aquele sítio. E depois estávamos a falar nisso e estava-me a dizer que tinha essa coisa pela zona oriental, e que várias vezes andei a ver casas ali naquela zona, só que depois desistia sempre! Porque aquela zona era também muito cerrada!

AN: E também um pouco complicada pela questão dos equipamentos!...

RO: Toda aquela zona, Marvila, Chelas, com aquele estigma social forte, também não há ali penetrações sociais e que – imagino que não seja nada fácil fazer isso, não é? -, mas mesmo depois aquela zona que podia ser penetrável, não é? (...) Mas por exemplo ali Xabregas, Beato; eu já vi várias casas aí e depois, a verdade é que aquele tecido urbano é um bocado tristonho!...

AN: É um bocado a imagem da ruína!...

RO: São pessoas que já estão ali há muito tempo, e tristonho no sentido, por exemplo, há bairros assim charmosos, e até culturais mas ao mesmo tempo tem o seu charme, e aquele não!

[risos]

AN: Aquele é um bocadinho deprimente!...

RO: É, porque não há!... A mercearia é muito velha, (...) e realmente, e tendo essa vontade, porque depois há aquelas pessoas “ah, é muito giro, mas eu não ia para lá viver!”. Não, eu já várias vezes tentei ver ali casa e tem casas – depois tenho um bocado aquela coisa na cabeça, encontrar um *loft*, assim, e nunca é nada disso! São casas muita velhas e o tecido é mesmo... Aquilo precisa de revitalização, mas é uma revitalização que, lá está, não é... Depois o problema, as intervenções na frente ribeirinha, que também na EXPO [Parque das Nações] sucedeu, é que depois essas sinergias não passam para o interior.

AN: Exato. É um *ghetto*, mas de alta classe!

RO: É! (...) a frente ribeirinha, são zonas mais emblemáticas, permeáveis, por exemplo na zona do Cais das Colunas, a seguir, como é que se chama, o Arsenal... Toda aquela intervenção que se fez [Ribeira das Naus], são zonas mais permeáveis. E ali, a sensação que eu fico é que vamos continuar a ter, lá está, aquela mancha que era cinzenta, agora fica colorida, mas o resto vai permanecer sempre com aquela...

AN: Ou seja, a frente ribeirinha é sempre considerada como uma faixa contígua ao rio (...) a faixa ribeirinha, não só essa área, mas também as áreas urbanas contíguas. Ou seja...

RO: Ah é?

AN: É.

RO: Eu também tive essa questão, o que é que era a frente a ribeirinha!

AN: Exato. É difícil, naquele caso então é difícil perceber ou definir, com precisão...

RO: Exato, pode alargar muito mais!... Há toda uma imagética, por exemplo, em Alfama isso sente-se imenso! As zonas que tiveram aterro, muitas delas o mar ou o rio ia até essas zonas, não é, e então o imaginário de frente ribeirinha tinha que vir mais para trás...

AN: Mais para dentro. Eu estou a considerar precisamente...

RO: E até onde? E como? E se calhar um limite também não faz muito sentido!

AN: Exato! (...) eu tenho sentido muita dificuldade [em definir os limites exatos]; neste momento os meus limites são essa Rua (a Gualdim Pais)...

RO: É paralela à frente de água?

AN: Não, é perpendicular.

RO: Pois, é um dos eixos! Na minha Tese também defendo uma estrutura, oriental e vertical...

AN: Sim, exato! Sim, que se verifica, que se verifica!

RO: Sim, sim, em várias cidades!

AN: Sim, perante a necessidade de estreitar ao máximo o meu objeto de estudo/o campo de estudo, e então desse lado é a Rua Gualdim Pais e do outro lado da EXPO [Parque das Nações] é precisamente a que faz fronteira, eu acho que é a Av. Marechal Gomes da Costa...

RO: Ah, não entras na EXPO [Parque das Nações]!

AN: Não entro na EXPO [Parque das Nações]! Não, a minha Tese é precisamente entre a EXPO [Parque das Nações] e Santa Apolónia.

RO: Santa Apolónia...

AN: Ou seja, tudo o que está por reabilitar!...

RO: Pois!... Pois, faz sentido.

AN: E depois para Norte, eu defino a linha do comboio, já a linha mais para cima, portanto, a linha do Norte, que faz fronteira com Chelas.

RO: Ok. Ah, então entras bastante!

AN: Exato. Porque eu considerei precisamente isso!

RO: E aí há uma identidade também; isso faz sentido, a linha do comboio, porque também foi uma barreira...

AN: Exato. Isso foi um corte brutal no território, não é?... E que também, na altura, deve ter sido – não sei se foi bem aceite ou não -, mas possivelmente foi contestado, mas que hoje já faz parte do território. E então, eu considerei que Chelas e Olivais que eram momentos também diferentes, momentos pontuais, que, embora estejam naquela zona oriental não são propriamente “zona ribeirinha oriental”. A identidade é mais o “interior”...

RO: Sim, sim, sim, sim...

AN: Então defini assim uma área um bocado vasta mas que eu achava que fazia sentido precisamente por isso; porque os territórios junto ao rio foram conquistados! Portanto, no século XV, eles ainda não existiam ou ainda não estavam configurados.

RO: Já viste a Tese do João Pedro Costa? Pronto, o meu Orientador... Ele é que define muito bem essas transformações da frente ribeirinha.

AN: Não. Pronto e é um espaço que sempre foi um espaço de transformação - e que há-de ser -, mas de facto faz falta ainda aquele troço que ainda não foi mexido e que eu acho que tem potencial, ao nível económico e social, podia ser um novo centro da cidade.

RO: Mas precisamente as questões, o tal “pente” que eu defino também, pronto, aquilo é um esquema mas tem também outras coisas agarradas, que acho que depois até nem explorei até suficientemente. Mas, aqueles eixos são eixos de penetração no território e por isso mesmo são os eixos de exportação do rio para dentro da cidade, não é? Tínhamos atividades portuárias...

AN: Sim, sim, sim, exatamente!...

RO: Eles fazem um sentido, não é?

AN: Sim, e até as quintas, as próprias quintas tinham os cais e portanto faz um bocado de confusão agora porque estão distantes mas na altura tinham cais e essa penetração no território, não é? Essa ligação.

RO: Sim, precisamente, nós vemos a frente ribeirinha só como uma faixa é muito (...) se pensarmos nesses “eixos de exportação” são precisamente se calhar ao longo desses eixos, não é, que todo esse mundo ribeirinho também vem, não é? Por onde passavam os produtos, eles também tinham diferentes razões de ser, porque (...) a Estrada de Chelas já é antiquíssima, já aparece nas Cartas mais antigas...

AN: Sim, nas Cartas do Filipe Folque já aparecia lá.

RO: Sim, sim... Mas se considerarmos a frente ribeirinha através desses eixos, pronto tem esse potencial! Mas lá está, tanto os Olivais, como Marvila, como Chelas são muito fechados...

AN: São e já são muito mais modernos, não é? (...) A Câmara nem sempre tem possibilidade de intervir da forma ideal. Mas, podiam ter sido salvaguardados se calhar alguns elementos (...) e eu já entrevistei um Arquiteto da Câmara - o Eduardo Campelo -, e coloquei-lhe essas questões, e ele dizia-me “ah, isto de facto, se calhar não considera, mas de qualquer forma vai acrescentar sempre valor!”. Sim, sem dúvida. Mas não salvaguarda coisas que seriam importantes e que nós já devíamos ter essa consciência. “Nós”: Arquitetos, Urbanistas, técnicos que trabalham neste âmbito... Já temos uma longa...

RO: Trabalho de pesquisa!

AN: Exato! Intervenções, se calhar algumas com maior sucesso do que outras, e as experiências internacionais! Eu agora estou a explorar a parte da “Conservação Integrada”. Portanto, a regeneração urbana não como aquele modelo das frentes de água do início dos anos 1990, de Barcelona ou mesmo do Reino Unido como em Glasgow, Londres, etc., isso é a questão da escala, da mega-escala, é a questão também da *imagem*, uma imagem nova e construída, mas a Conservação Integrada é um conceito interessante que apareceu, sobretudo, na década de 1970, mais precisamente em '75, e a Conservação Integrada considera o próprio território como *património*. E isso, a mim, interessa-me imenso

RO: O território de uma forma mais abrangente...

AN: Sim, mais abrangente, ou seja, o conjunto do social, do edificado, e imaterial também, a questão do significado, da memória, da identidade. E, por exemplo, esses (...), os gasómetros se podem ser – e alguns deverão ser – elementos patrimoniais. Claro que, esse valor

patrimonial para mim só faz sentido se for através da re-funcionalização, ou seja, um uso que justifique...

RO: Sim, sim, para não ficar ali...

AN: Exato! Não ser, se calhar, uns monos que ficaram ali...

RO: [risos] (...)

AN: Têm alguma beleza e eu reconheço isso. Se calhar nem toda a gente consegue reconhecer.

RO: Sim, batidos pelo sol. A gente chega ali e está aquilo a brilhar, assim uma coisa... É muito bonito!

AN: É assim uma coisa cinematográfica, até...

RO: É, é! Mas realmente...

AN: Se não tiver uma utilização...

RO: Pois!

AN: Passa a ser uma “reliquia” que depois não [tem uso]... Quer dizer, não acompanha a cidade na contemporaneidade... E eu acho que isso era importante; a cidade é de todos mas ao mesmo tempo não é, porque não é a própria população que lá existe que vai decidir, enfim, é sempre um bocadinho conflituoso.

RO: Por acaso houve um Concurso de Ideias que era... Olha, foi naquela Conferência do ISCTE que era os Vazios...

AN: Os “Vazios Urbanos” [SEU]. 2007.

RO: Sim, e na altura, a Trienal também se dedicava aos “vazios urbanos”. Era um tema chave nessa altura.

AN: Estive nessa Conferência, mas ainda era aluna...

RO: Sim, sim, também, também... E havia, por acaso, um Concurso de Ideias dos Vazios Urbanos que às vezes mostro aos meus alunos porque gosto de fazer com eles – eu dou aulas

ao 1º Ano, e é ótimo porque posso fazer tudo o que quero! [risos] (...); nos outros anos há programas muito estritos, e no 1º ano são mais criativos, então eu gosto de fazer com eles intervenções nos vazios, coisas assim na cidade, e eu mostro-lhes assim... E havia uma, nos Gasómetros, que eram os Gasómetros utilizados como um “palco da cidade”! E depois era tipo intervenções circenses...

AN: Ou seja, era um espaço público...

RO: Mas era uma coisa cénica, também! Aquilo tinha, era muito giro, uma imagem mas aquela era muito sugestiva, essa imagem...

AN: Sim, eu acho que havia muitas possibilidades. Eu vi um gasómetro recuperado em Viena, pelo Jean Nouvel, então tinha habitação, tinha comércio, escritórios... E era um conjunto! Eram vários gasómetros, eu só visitei um. E era impecável; ninguém diria que aquilo tinha sido um gasómetro!

RO: É um bom exemplo, dessa Conservação Integrada!

AN: Sim! E – é verdade que era novo, antigamente era um gasómetro, tinha uma função muito técnica, mas depois passou a integrar um conjunto de usos que beneficiassem a cidade. Aliás, há uma estação de metro lá que se chama “Gasometer”!

RO: Ah, ok!

AN: É a estação dos gasómetros, aquela era a zona antiga industrial da cidade...

RO: Até isso! Até uma estação de metro, a própria toponímia...

AN: Exato! O próprio passado, a própria função produtiva e que, de alguma forma, confere também identidade à própria cidade.

RO: Sim.

AN: Naquele caso [ZROL], está tudo muito fragmentado, eu acho que se calhar a questão também passa um bocadinho por aí, nós temos muitas realidades num mesmo território.

RO: Sim, às vezes falamos nas coisas, mas também não sabemos exatamente como é que se podia fazer, não é? Porque, por exemplo, a questão de recuperar/usar o património todo, ou seja, as dificuldades que nós sentimos naquele território, de ser um bocado zonas impermeáveis, não sei como é que se poderia...

AN: Pois, uma solução...

RO: Não é? Estava a pensar, (...) uma das coisas, e estou a pensar porque estou um bocado agarrada a essa estrutura dos eixos, mas se calhar que há que trazer as pessoas até à frente ribeirinha, não é, trazê-las através de caminhos, há que convidá-las – é um bocado isso, se calhar -, convidá-las, as pessoas que estão ali muito dentro, porque aquele território depois também tem problemas...

AN: Sim, da parte social...

RO: A parte de Chelas continua a ser um “*ghetto*”! Ainda noutro dia o meu marido foi para lá fazer o exame de condução de mota e estava a dizer, andava a ter aulas ali e aquilo... Como é que ainda não se mexeu, de outra maneira?

AN: Depois há muitos vazios, pelo meio, de espaços expetantes, coisas muito mal resolvidas...

RO: Sim, sim...

AN: Então tudo isso acaba por afastar o próprio investimento privado – que às vezes podia haver interesse -, e existe, já existem iniciativas, por exemplo ateliers que já se instalam, *clusters* ou incubadoras de empresas...

RO: Sim, sim...

AN: Por exemplo, agora há um conceito que são as *iHubs*. São espaços de inovação e de empreendedorismo, às vezes são empresas pequenas que se juntam e que utilizam um espaço que antigamente era industrial...

RO: Para trazer sinergias...

AN: Exato. E utilizam o mesmo espaço para lançarem os seus negócios. E isso é bom, sem dúvida. Mas depois se não tivermos a parte da população residente, que tem uma relação bastante próxima...

RO: Isso até pode ser visto como uma ameaça, se essas coisas não forem!... Por exemplo, o Mota Saraiva – do *AtelierMob* -, tinha umas coisas muito engraçadas, para...

AN: Sim, eles [*AtelierMob*] têm feito trabalho lá em Marvila também, sim...

RO: E precisamente um bairro, também – nem conhecia aquilo antes de começar com a Tese, isto tudo, da zona oriental -, aquele bairro...

AN: PRODAC.

RO: É uma coisa assim, é o PRODAC!

AN: (...) ainda não fui lá ver. Pronto, esse bairro também foi um bocadinho complicado quando surgiu...

RO: Era um bairro provisório...

AN: Era um bairro camarário!... Depois, as condições também não eram assim ideais... Mas o trabalho deles passou muito pelas discussões com a própria população.

RO: Pois.

AN: E, por aí, eu acho que isso é exemplar.

RO: E tudo isso depois tem técnicas para se fazer!... Pronto, às vezes fala-se dessas coisas um bocado levianamente...

AN: Pois.

RO: Trazer as pessoas; não é só a discussão pública que...

AN: Pois, exato! Porque elas não têm formação técnica. Nós, Arquitetos, somos formados para dialogar com outros técnicos, não propriamente com a população. E vice-versa, a população também não têm essa formação que nós temos. E, portanto, acho que aqui existe uma barreira técnica entre técnicos e população. Mas aí...

RO: Tem que ser feito com muito cuidado! Também essa...

AN: Sim, e de uma forma inter-disciplinar, também!... Multi-disciplinar! Portanto, aí entra a Sociologia, a Antropologia, Geografia, etc.

RO: Sim, sim, sim...

AN: E eu acho que, se houvesse a possibilidade de termos equipas multidisciplinares, nestas abordagens às vezes até mais espontâneas, que era útil. Temos o caso, por exemplo, dos

SAAL, aí era um acompanhamento exemplar na nossa história, mas que morreu, em '76 e que a partir daí...

RO: Agora as coisas já têm que ser feitas de outra maneira.

AN: De outra forma, obviamente! Porque aquilo era uma ocasião específica.

RO: Parece-me que, apesar de tudo isso, que a Câmara ainda continua a trabalhar de uma maneira...

AN: ...muito fechada, eu acho que ainda é muito...

RO: Sim, uma maneira... Pronto, não obstante, realmente – a Câmara de Lisboa está; ouvimos falar de muitas iniciativas até interessantes -, mas depois esse trabalho mais delicado com as pessoas acho que... É um bocado difícil de fazer...

AN: Ainda não conseguiu... Sim, sem dúvida, é um trabalho mesmo muito difícil, mas acho que quando nós temos essa responsabilidade, há que considerar também os aspetos sociais. Mas voltando ainda um bocadinho à Tese, “Espaço público como elemento articulador do território”, acho que, sem dúvida, a tua tese acerta nisso, portanto, é a base para qualquer intervenção, para consolidar o território...

RO: Exato, é isso, porque ninguém conhece aquilo!

AN: Exato! E era interessante, que antigamente havia uma ligação de elétrico entre essa praça [David Leandro da Silva] e Belém. Portanto, o elétrico fazia a ligação toda da zona ribeirinha; ali [na praça/largo David Leandro da Silva] acabava...

RO: (...).

AN: Sim, e isso era interessante, porque ligava a zona ribeirinha e aquele era o ponto de chegada e era o ponto de partida, ao mesmo tempo.

RO: E que saía dali! Pois, não sabia que terminava...

AN: Essa ligação nunca foi recuperada, agora também com certeza não haverá possibilidade de o fazer, porque já houve tanta transformação... Mas era uma forma de dar coerência à própria zona ribeirinha; já houve, em tempos, e eu fui a uma visita em Abril do ano passado [2015], com a Ordem [dos Arquitetos, SRS], e a visita era precisamente à zona ribeirinha oriental, para mostrar já as intervenções novas, tanto da parte antiga como das novas.

RO: Que visita era essa?

AN: Foi uma parceria [da OA] com a Câmara de Lisboa e foram alguns técnicos lá da Câmara, fizemos uma visita, tínhamos um autocarro, e eles iam explicando, “aqui é a rua Formoso de Baixo, Formoso de Cima...”

RO: Engraçado...

AN: E estava lá um senhor – eu já tinha visto imagens, desse elétrico -, mas estava lá um senhor mais velho que tinha trabalhado na Marinha e ele dizia “ah, que saudades que eu tenho do elétrico que...”

RO: Ah, então era recente!

AN: Era recente. Eu não sei há quanto tempo exatamente acabou aquela ligação, mas ele ainda se lembra, quando era novo, fazia esse trajeto e gostava! Porque era útil e era uma paisagem que era bonita, passava mesmo junto ao rio. Pronto, e essa ligação perdeu-se. E então, parece que a aposta é sempre mais/muito pontual, em vez de privilegiar esses eixos, não é, de ligação, mesmo quando se intervém no espaço público, é muito pontual, é muito fechado.

RO: É!... É! É porque o espaço público também deve isto... Não sei, principalmente porque quando começou esse diálogo do espaço público, nos anos 1990, não era, era visto como (...) às vezes até colegas minhas, que eu às vezes faziam teses sobre espaço público, eu ficava assim um bocado preocupada (...) que eram praças... [risos]

AN: Exato! Ruas, praças...

RO: Espaços emblemáticos. As praças maiores espanholas que são espetaculares, pronto é sempre um bocado essa coisa... Mas o espaço público ainda é tudo, não é, é todo o vazio, que é de todos, não é? E precisamente, se calhar também passa um bocado por ver a coisa de forma integrada e não só “vamos fazer aqui uma coisa muito...”. Mas é engraçado, porque eu acho que/a sensação que eu tenho é que a percepção das pessoas já está modificada, mas depois quando vemos as intervenções são muito pontuais, ainda... Parece-me que há aqui...

AN: Sim, sim!... Há um desfasamento entre o discurso...

RO: (...) muito científica, mas é a sensação que eu tenho! Que não há essa... Pronto é... E até a maneira de fazer, às vezes, ainda... Por exemplo, aqui no meu bairro, eu moro aqui no Arco

do Cego, fizeram a/reestruturaram os pavimentos todos, era uma zona que estava muito má, buracos, e fizeram, pronto, ok; rebaixaram os passeios, arranjam uma maneira/fizeram aquilo de forma mais moderna, mas depois há coisas que se vê que ainda são menos/pequenas... É tão simples como um passeio; é que deitaram tudo abaixo!... Aquilo foi feito - e, a meu ver, era assim que se devia fazer, não era ir lá só remendar -, mas, por exemplo, ao reconstruírem um passeio, ele continua com a mesma largura!... E tem, à mesma, o poste no meio do passeio, então eu não consigo passar à mesma, se vou com o carro de bebé, não consigo passar; então, há coisas que eu não... Quer dizer, isto tem a ver com as mentes, não é?... [risos]

AN: É, exato! E com os técnicos que estão envolvidos, que às vezes nem têm formação específica naquela área. Eu acho que a questão da formação aí também é importante. E nós, os arquitetos, temos que ser *multitasking*, [polivalentes] e saber um bocadinho de tudo, mas parece que nessas intervenções mais especializadas que já não há... Não sei, não há uma formação muito específica...

RO: Sim!.. E muitos também, e apesar de tudo eu acho que as coisas até estão a mudar, mas também é mais uma vez a questão da intervenção no espaço público, é muito também a... Parece que temos de provocar. E isso tem a ver também com aquilo que referíamos na frente ribeirinha; provocar uma série de acontecimentos e de situações para as pessoas... Como se as pessoas tivessem de ser entretidas! [risos]

AN: Sim, sim... O foco é muito para o lazer, para...

RO: E mesmo o desenho, o próprio desenho, por exemplo: isto é uma zona disto, aquilo é uma zona daquilo...

AN: Ainda vai buscar o *zoning*, não é, enquanto ferramenta essencial...

RO: E por exemplo, precisamente aquilo que te dizia no início, isto é quase uma temática despojada, andamos à procura desses usos mais informais e das tais brechas, as pessoas não precisam de tanta coisa para viver o espaço público e da frente de rio ainda menos, porque na frente de rio – ou na frente de água, no geral -, nós temos a água, que já é riquíssima, e precisamos de pouco mais! Precisamos de poder... (...)

AN: (...) O equipamento urbano, coisas mais pequenas, a uma escala... Ou até um bocadinho mais subtil!...

RO: Sim! Isso! Precisamos de promover ou tornar, se calhar, confortável o acesso, mas não precisamos de estar a gerar tantas situações! E é isso que me desgosta, às vezes, [risos]

acaba por retirar até força aos espaços, que já têm tanta... Isto é opinativo, mas se calhar tem a ver com uma maneira de fazer mais despojada, que gostava que as coisas se fizessem de forma mais...

AN: Mas eu também concordo! Acho que o modelo que depois usam, esgota-se muito rapidamente...

RO: É!

AN: Depois vem a questão da manutenção. São áreas verdes, por exemplo, depois passado se calhar pouco tempo, poucos anos, já estão uma lástima.

RO: Sim, sim, sim, sim!...

AN: E pronto. E é uma pena...

RO: E as pessoas não precisam de ser ensinadas como usar os espaços!... Isto eu digo muito aos meus alunos, (...) que eles às vezes – também são do 1º Ano, coitados... [risos] -, não, mas às vezes querem criar muitas funções... Pensa, por exemplo, na praia; a praia é um espaço público polivalente, tem areia e tem água, não tem mais nada! E as pessoas sabem muito bem como é que hão-de usar. Portanto, promover espaços flexíveis, que as pessoas possam apropriar de forma mais livre... Às vezes os espaços mais usados não são aqueles que são – às vezes é, mas isso imenso! Espaços pequeninos e ninguém usa aquilo! Depois ao lado está uma... [risos] E é para isso que as pessoas têm que olhar, não é? Porque é que as pessoas estão a usar aquele espaço; o que é que as pessoas realmente precisam? Precisam de sombra, não é, quanto está calor, precisam se calhar sentar... Está bem, podemos por alguns bancos, mas o que é que as pessoas precisam? Eu acho que é isso que falta! E até podem fazer com menos dinheiro, se for preciso, se olharmos mais para os usos... Porque eu estou a dizer isto e eu achava que isto ia acabar, mas continua-se a ver muitos espaços públicos novos, com muito investimento e com dinheiro, mas depois não são nada usados!... E isto pelo menos em Lisboa...

AN: Em Lisboa temos alguns casos, por exemplo a Alta de Lisboa! A Alta de Lisboa, para mim, parece um deserto! E tem espaços bonitos...

RO: Pois tem!

AN: E tem zonas com relva, mas aquilo parece tao despojado...

RO: Vamos aí para os jardins; por exemplo, há aquele jardim espetacular no Vale do Fundão! Espetacular, aquele espaço. E está ali, as pessoas usam-no, as pessoas que ali vivem usam-no, mas também é um espaço, pronto, eu percebo, eu gosto de ir para ali passear porque gosto de explorar esses espaços mas são, se calhar também não há tanto uso! O próprio parque da Bela Vista, é espetacular, mas...

AN: Só no “Rock In Rio”!...

RO: Sim, sim! Mas o do Vale do Silêncio, também!... Também é muito bonito. O dos Olivais!... Mas pronto, aí já estamos se calhar a entrar noutros...

AN: É importante para percebermos que, numa cidade grande, que temos áreas verdes, criar novas áreas verdes pode não ser a solução mais indicada ou que responde de facto às necessidades da população!...

RO: Sim, é como tu dizes, os micro-usos, o que é que aquelas pessoas que ali vivem precisam e depois acaba por não ser uma coisa forçada, não é? Porque às vezes quando se fala nas discussões públicas, “ah, vamos perguntar às pessoas o que elas querem!”... Mas isso às vezes também pode ser um bocado artificial, não é? Se calhar falta também observar, ver, também defendo na Tese; a Tese é toda feita com base no contato com o território. Decidi fazer a metodologia, era essa; não fui aos Arquivos, mas decidi que ia fazer tudo com base...

AN: Sim, um bocado mais empírico; eu também gosto disso! Faço os registos fotográficos – sempre que posso, vou lá -, ...

RO: (...) [para] ver! E há coisas que não nos fazem sentido na planta! É lá que a gente percebe e acho que falta muito aos técnicos fazerem esse trabalho de “por o pé no chão” e estar ali alguns dias, se calhar! Ver, não digo ir para lá viver... [risos]

AN: Viver também era bom! [risos]

RO: (...) Havia assim umas experiências dessas das pessoas, dos Antropólogos, não é, que iam viver...

AN: Eu acho que era importante, para perceber realmente o que é que era preciso melhorar! [risos]

RO: Sim, sim, sim!...

AN: Por exemplo, população jovem que tem dificuldade em adquirir casa – a habitação em Lisboa, os preços estão cada vez mais altos, as rendas são também bastante altas – se calhar aquela zona, como ainda é um bocadinho esquecida, podia ter até soluções um bocado mais acessíveis. E parece que não existe essa... Esse investimento!

RO: Pois! Olha, por exemplo, agora – estás a falar nisso, lembrei-me! -, agora quando estive em Guimarães, no PNUM, já não ia há muito tempo!

AN: Eu também era para ter ido! E a apresentação era dia 15!

RO: A sério?

AN: Não, mas eu tinha uma entrevista marcada...

RO: Pois! Estava lá o teu nome! Eu fui ver! E depois não estavas! [risos] Agora lembrei-me!...

AN: Tive muita pena...

RO: Não sei quem disse “ah, eu vinha ver a Ana Nevado!...”, e eu “ah, eu também!”.

AN: Se calhar foi a Professora Teresa Marat-Mendes...

RO: Não. Não, a Teresa também estive com ela, mas não foi; era alguém que... Eu vi o programa e vi, “a Ana está aqui!”. Tinha pensado que podíamos fazer a entrevista lá, se fosse preciso!

AN: O que era ótimo! Só que marcaram-me uma entrevista para esse dia, foi a entrevista que eu fiz agora na Quarta-Feira, e depois desmarcaram mesmo na véspera (...)

RO: (...) Depois, a dada altura, deixei as Conferências [em Guimarães] porque já lá não ia há muito tempo, é quase um cliché dizer que está muito giro, mas o que eu gostei mais do que, pronto, depois tivemos o privilégio de ver aquilo mostrado pela...

AN: Sim, sim, havia uma visita.

RO: Uma dessas gestoras de projeto, (...) essa parte, mas mais do que a questão do espaço público... Mas eu achei muita graça a um pormenor que também é uma coisa que me irrita às vezes que é a questão do “comércio tradicional”, aquela coisa que é “ah, vamos trazer o comércio internacional!” Mas depois as coisas – aqui na [Av.] Guerra Junqueiro acontece um bocado isso, ali ao fundo, trazer as mercearias, mas depois aquilo tem de ser muito charmoso,

e não sei quê, ali mantém-se -, aquelas casinhas, aqueles sapateiros recônditos, aquela coisa com mau aspeto, mas aquilo tudo, no seu tecido, no conjunto...

AN: Faz sentido, não é?

RO: E as pessoas usam aquilo tudo! Porque também não têm outras lojas.

AN: Mas deve haver algum *shopping*...

RO: Sim, também há um *shopping*, mas mesmo no centro histórico tens ali a *Lanidor*, depois uma outra dessas lojas, mas tens; é tudo resolvido com o comércio tradicional.

AN: Verdadeiramente tradicional...

RO: Eu nunca tinha visto assim!... O que a gente vê, em zonas; (...) mas têm de dar um certo charme e ali não! É aquilo! E ficou assim! Pronto, as ruas são feias – feias no sentido...

AN: ...Estético, não é?

RO: Sim, porque aquilo não tem grande...

AN: Mas eu acho que isso também tem muito a ver com o facto...

RO: E eu fico assim um bocado “ah, então mas isto mantém-se?”, mas as pessoas vão aquelas lojas...

AN: Mas eu acho que isso tem muito a ver com o facto de, no Norte, parece que as pessoas são um bocado mais genuínas, e não se preocupam se calhar tanto com a parte estética!... (...)

RO: Sim, aquilo, só há aquilo, e é aquilo. Pronto, se eu só tiver aquele sapateiro e aquela não sei quê/mercearia, é ali que eu vou! Não tenho uma loja ao lado, toda charmosa... E aquilo, não sei, foi uma sensação que eu tive – mais uma vez, também não é muito científico, mas foi no caminho que eu fiz até à Conferência [PNUM] -, era só lojas dessas, pronto, mas depois num tecido muito giro, porque tinha o tecido todo recuperado!... Portanto, todo o tecido, o espaço público, aquilo foi integrado num novo conceito de cidade! E resultou muito bem, nesse sentido. Portanto, mais do que (...) – acho que essa também é uma das finalidades, não é, era manter, lá está, precisamente, aquelas pessoas, as lojas não foram à falência e vieram outras, isso também é importante, aquela questão que tu falavas...

AN: Mas eu acho que também o caso de Guimarães é muito particular. Também, porque tiveram o Gabinete Técnico Local que foi pioneiro, e foi uma experiência, na altura deve ter sido muito pioneira; a Arquitecta Helena Roseta dizia-me que, era interessante – ela acompanhou também uma parte do processo -, e ela dizia que era interessante porque, por exemplo, um privado reabilitava o piso 0, mas pintava só a faixa [na fachada] respeitante ao piso dele, do lado de fora, e os vizinhos não queriam ficar atrás e portanto também reabilitavam e pintavam a sua faixa.

RO: Ah!...

AN: Então, sucessivamente, foi assim uma espécie de contágio...

RO: De sinergia!

AN: Exato! Uma espécie de contágio, não é, que foi sendo construída e cujos processos também foram levados a cabo muito com a população, nas próprias casas...

RO: Pois, mas de forma, lá está, como dizíamos há bocadinho: não é artificial! Porque às vezes, também, eu tenho a sensação – e nunca estive muito assim em processos, acompanho pela Universidade de Barcelona, assim os projetos que eles fazem, mas nunca participei em nenhum, pelo menos assim de perto, não é, mas ativamente -, e às vezes eu tenho a impressão também que as pessoas vão referir coisas, por exemplo “precisamos disto/daquilo”, coisas que às vezes podem nem ser assim, e ali não, ali é uma questão de necessidade, não é, a pessoa precisou de reformular a sua loja e é isso que se faz, é uma coisa mais autêntica.

AN: Exatamente, mais autêntica. É a questão da *autenticidade*. A conservação integrada – esse conceito -, vai buscar muito também as questões de autenticidade, porque não se pretende criar uma coisa completamente nova, e moderna; é melhorar o que existe. E responder, de alguma forma, às necessidades que estão em falta. Eu acho que a regeneração urbana devia se calhar considerar mais esse conceito, (...), mas enfim, eu acho que ainda temos um longo caminho a percorrer na parte conceptual...

RO: E de bons exemplos, também!...

AN: Barcelona é um bom exemplo...

RO: (...) desde o [Oriol] Bohigas, não é?

AN: Exato!

RO: Agora também há várias experiências em curso depois de toda aquela febre de substituição de tecidos, que também era precisa, não é, nomeadamente, a frente de água, espaço de lazer, e que apesar de tudo ali as coisas, eu acho que apesar de tudo há mais mistura.

AN: Essa mistura, sim, sim... Acabam por ser mais permeáveis...

RO: Tem coisas interessantes, mas depois... Não deixa de ser um bloco; é um bloco!

AN: É verdade. Eu trabalhei no Campus de Justiça 2 anos, antes de ir para Coimbra, (...) como Arquiteta.

RO: Como Arquiteta?

AN: Sim. (...) O Parque das Nações é mesmo muito encerrado e depois das 7 da tarde [19h] ou das 8 da noite, o movimento até é muito pouco, são pessoas, maioritariamente, que se deslocam para ir trabalhar lá e ao fim do dia... Aquilo é um centro basicamente terciário. E a habitação já é praticamente de luxo, e portanto, eu considero que o Parque das Nações é um *ghetto*, mas de elite... E portanto não promoveu essa ligação com o Bairro dos Olivais, por exemplo, com Moscavide, pronto, essa parte não foi conseguida.

RO: É assim, as ligações têm de ser também funcionais, não é?...

AN: Sim, sim, sim... Mas o que alegam é que o Plano de Pormenor, de ligação depois ao Plano dos Olivais, que não foi conseguido, não foi elaborado [implementado].

RO: Pensei sempre que não se tivesse feito o Plano de Pormenor... [risos]

AN: Mas pronto, enfim, mas é um sítio muito aprazível, etc., eu acho que em termos de regeneração urbana é um exemplo muito interessante!

RO: Sim, sim, mesmo a questão da Arte Pública, a primeira vez que trouxe um programa completo de Arte Pública para a cidade. No "Lisboa, Capital da Cultura" houve umas experiências mas... Pronto, modernizou a cidade, só se ouvia falar de espaço público, (...) mas realmente, não trouxe essas sinergias... Agora eu acho que, apesar de tudo, a EXPO [Parque das Nações] já não estão tão "*ghetto*"!... Um bocadinho isso...

AN: Sim, passado bastante tempo, se calhar já há alguma mistura...

RO: É, tem umas lojas assim curiosas, ali pelo meio, dos indianos, assim umas coisas assim mais...

AN: Aqui há uns anos não se via.

RO: Era... Era uma coisa de prestígio, não era? Assim uma coisa nova, um bocado do “novo rico”, não é? [risos] Aquilo não era nada do que se queria promover, não é?

AN: Mas, eu acho que é interessante! É como digo, é interessante, mas... (...) A articulação dos transportes aí não estava bem conseguida.

RO: Por acaso, o João Pedro Costa tinha um Artigo, não sei se conheces, que é o... “Segregação ou integração”. E ele faz isso, essa experiência, (...) é uma coisa até sistemática, em várias cidades, europeias, de várias cidades ribeirinhas/de água, ele pega nas zonas regeneradas e vai, uma a uma, ver se fizeram – é um bocado à João Pedro Costa, porque ele é assim muito sistemático [risos], e é ótimo (...) -, e então era a segregação, se a zona está segregada, se se cria ligações com a cidade e se ela própria se liga aos tecidos à volta e depois com a própria cidade. E faz esse estudo para a EXPO [Parque das Nações], e depois conclui que não... E é um bocado isso. Através daquela/da própria morfologia urbana, também, se...

AN: Pois, isso é muito interessante. Os Planos que estão a ser feitos lá, na zona ribeirinha oriental, prevêm também a ligação com a Av. dos Estados Unidos da América. O que já é bom! Fazer essa ligação com a [Av.] dos Estados Unidos da América já é muito bom...

RO: Através da... Essa ligação está feita através da... Daquele eixo de... À rotunda do Renzo Piano, não é? Só que não é aprazível!

AN: Está, mas a outra escala. A uma escala que é viária e não tanto pedonal.

RO: Por acaso tenho curiosidade – e se calhar sabes-me dizer isso -, porque eu na altura também assumi que não ia, porque (...) no território, porque era muito baseado na minha observação, não é, então, por exemplo, aquela rotunda do José de Guimarães, que tem a intervenção de José de Guimarães, eu imagino que...

AN: Vai ser [alterada]...

RO: O quê?... A escultura vai sair dali? Ah, não sabia!... Pois. Eu até imaginava que aquilo havia ali um plano de... Entre o José de Guimarães e o Renzo Piano, que houve ali um desenho daquilo; porque aquilo chama-se “praça”.

AN: Sim, aquilo chama-se “praça”.

RO: E não é uma “praça”! Aquilo é uma rotunda assim um bocadinho... (...)

AN: É, mas eles consideram-na uma praça.

RO: E então, eu imaginava – gostava de ter ido ver, mas depois nunca cheguei a ver -, mas se havia algum desenho daquela, pronto, daquele espaço como praça!... Não sei se viste?

AN: Eu vi, na altura, os desenhos que apresentaram em Abril [2015], do ano passado, e referiam precisamente isso. Portanto, essa rotunda vai ser demolida, vai ser entretanto reestruturada, e a escultura já não me recordo se vão mantê-la ou não. Já não me recordo.

RO: Não, acho bem que redesenhem aquilo!

AN: Sim, exato, porque aquilo não está bem resolvido!

RO: Mas a escultura também é outro fenómeno, que também já estudei, que é a deslocação das esculturas. Um dia estão aqui, depois outro dia já estão ali.

AN: E a questão da identidade aí...

RO: Claro! E as coisas são montadas para um sítio; e aquela escultura – também é um exercício descer aquele eixo, e ela vai, é uma mulher sentada e ela (...) -, há ali umas relações visuais, uma intervenção no chão, também. Subir aquilo; é como um pedestal! Eu depois comparo aquilo também, o objeto, com o do D. José I, tem uma ligação com o rio, era para ser uma praça...

AN: E a questão também da monumentalização, que no Terreiro do Paço é completamente diferente, pelo próprio desenho da praça. Mas é essa questão – que também exploras isso -, a monumentalização dos eixos ribeirinhos. E se calhar estes novos projetos que estão a ser feitos se calhar são também uma tentativa de monumentalizar e dignificar. No entanto, eu questiono é o que é que se poderá fazer com o que resta? Que é uma escala muito mais pequena, muito mais contida, que ainda tem, a zona do Poço do Bispo que ainda tem atividades portuárias, etc. Eu acho que essa zona da Doca do Poço do Bispo também vai ser integrada nesse Parque Verde [proposto], portanto aí vai ser zona verde também. Que eu tenho pena, porque a Doca do Poço do Bispo tem um certo romantismo e eu tenho fotografias da Administração do Porto de Lisboa, da década de 1940, quando fizeram a reformulação do traçado [do porto], as obras do porto de Lisboa, e portanto, ela manteve-se até hoje. É

engraçado compararmos a Abel Pereira da Fonseca com imagens dessa altura e com imagens de agora, e a morfologia [território/paisagem] não mudou assim tanto... Com a construção do aterro, manteve-se até hoje. Mas pronto, são opções.

RO: E essa zona toda, essa intervenção – não sei onde é que li, mas que, pronto, dizia precisamente que aquilo não tinha sido muito/essa intervenção industrial, não é, não foi planeada, uma coisa um bocado... À diferença de outras cidades que tiveram que planear essas zonas novas/industriais, portanto foi toda aquela zona nos anos 40-50, e que não tinham sofrido um planeamento muito integrado, mas pronto, foi assim uma coisa...

AN: Não, na altura não era planeamento integrado, era planeamento puro e duro, só considerando as necessidades do Porto de Lisboa. Porque o território também estava sob jurisdição da APL. Na altura, era a AGPL – Administração Geral do Porto de Lisboa -, mas que era muito rigoroso.

RO: E apesar de tudo, isso não deixa de ser uma vitória da Câmara de Lisboa, não é?

AN: Exato, de conciliação e de mediação, depois de muitas reuniões, e eu acho que deve ter sido também um trabalho moroso, mas a própria APL percebeu que podia ter espaços que podiam ser cedidos ou geridos de outra forma. E isso, foi uma conquista. Por outro lado, cede tantos territórios e tanta margem que acaba por ser toda a margem, vai passar a ser lúdica e...

RO: [risos] Pois, pois! Pois, é isso! É um bocado irritante! [risos]

AN: É um exagero! Portanto, foi do 8 ao 80...

RO: Sim, sim...

AN: Mas antigamente não havia qualquer hipótese de usufruto, agora...

RO: Eu acho que a única parte que está fechada será a de Alcântara, não?...

AN: Sim. Para já, acho que sim... Ainda para os contentores, etc. E Santa Apolónia ainda tem lá...

RO: Sim, Santa Apolónia! Ali a seguir, sim...

AN: A seguir ao Terminal dos Contentores.

RO: Também é uma parte que eu (...), também é uma zona que precisava ali assim de ser mais...

AN: Também é complicada, porque...

RO: ...Aquilo só tem acesso através daqueles cafés e bares que ali existem, não é uma zona que está aberta!

AN: E agora, com o Terminal dos Cruzeiros, parece que... É muito logística! Não tem propriamente um carácter mais local.

RO: Sim, sim, sim, é! Um bocado também estranho...

AN: Recebe muita de gente de fora e gente que parte. Depois, com o Terminal dos Cruzeiros, parece que é um espaço de “ninguém”. Assim na fronteira...

RO: Sim, sim, sim; é! Também está ali um bocado...

AN: São espaços complicados...

RO: E é uma zona que gosto, de ir para ali passear, mas se não vou à pizzaria ou não sei quê, não tenho acesso!

AN: Exato.

RO: Olha, e estou curiosa, a dada altura, deves ter um desenho, uma planta em que apareçam todos esses planos localizados...

AN: Sim, tenho, ainda estou a trabalhar nessa planta...

RO: Aliás, (...) temos estado a falar, mas qual é que é exatamente o foco da Tese?

AN: É assim, o objetivo da Tese é comparar o Plano Diretor da Região de Lisboa, que é de 1964 - portanto não tem nada a ver com isto que estivemos a falar -, com o Plano Diretor Municipal de Lisboa de 1994, para perceber o que é que mudou no planeamento e na gestão urbana em termos de regeneração, o conceito. Desde a década de 1960, foi sendo transformado, até hoje, sobretudo até à década de 1990. E eu escolhi esses dois Planos pela questão estratégica, ou seja, a cidade precisava de resolver a questão da expansão urbana – portanto, havia a necessidade de criar mais alojamentos, criar diretrizes, criar eixos que

estruturassem o próprio território. E depois, em 1994, houve a recentralização, e aí sim, o foco da regeneração e da reabilitação urbana.

RO: Sim, a época auge, não é, do PDM.

AN: Exatamente.

RO: ...Do Jorge Sampaio!...

AN: Exatamente.

RO: Aquela época das grandes mudanças!...

AN: Muitas mudanças e teve muita influência esse PDM do Plano Estratégico de Lisboa [1992]. Os grandes eixos de desenvolvimento e de reabilitação vêm do Plano Estratégico de Lisboa. Quando comecei a Tese, o Plano Diretor [1994] ainda não tinha sido revisto, a conclusão ainda não estava feita, só depois em 2012, e portanto eu fiquei com o Plano de 1994. Mas para mim não tem problema; nesse processo todo, de evolução, eu quero perceber qual é o papel da zona ribeirinha oriental de Lisboa. Que era extremamente importante na década de 1960, pela questão do porto, da economia, mas depois em 1994 perdeu força; em 1994, isto é, na década de 1990 perdeu muita força [apesar da EXPO '98]. E de que forma a regeneração urbana consegue recuperar aquela zona e integrá-la na cidade. É um bocadinho vasto, eu sei.

RO: Não, estava a ver era que, estamos aqui a ter esta discussão sobre a atualidade se não te dará vontade de...

AN: Eu tenho esse foco temporal porque tive de definir balizas, mas eu na Tese depois explico isso na Introdução, tenho de fazer um recuo, um bocadinho, ao Plano de '48, para enquadrar, e depois tenho que fazer um avanço até 2012, por causa da revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa.

RO: Ah, ok!... Tipo, são duas incursões, assumes aquela baliza temporal e depois fazes...

AN: Sim.

RO: Porque é assim, ao mesmo tempo proteges-te e pode ser mais estimulante, não é, como incursões...

AN: É muito difícil analisar a regeneração, porque é muito vasta, para já, e depois nem sempre nós temos períodos tão específicos como a EXPO '98...

RO: Pois!

AN: Depois, por outro lado, a regeneração urbana, o próprio conceito mudou muito; portanto, para mim já não é como o modelo dos anos 1990, que o Plano de 1994 ainda tinha, não é [EXPO], ainda estava a preparar a EXPO '98. Hoje já é completamente diferente, com a questão da crise, com a questão das experiências que nós já tivemos...

RO: Mas também vais falar disso [EXPO '98]? Ou não?

AN: Sim, [mas não aprofundadamente].

RO: É que eu estava aqui a ver, portanto, tens esses dois pontos para analisar o conceito de regeneração. Mas depois fazes essa, pronto, tens de fazer, faz sentido não é, fazer a incursão a "hoje"! Senão... (...)

AN: Sim, e o próprio título da Tese vai ser alterado. Deixei-o assim porque... Só no final é que o altero. Mas foi muito difícil, desde o início, focar-me só nesses dois momentos, porque não dava! Eu não tinha quase material nenhum sobre a zona ribeirinha oriental, sobre a regeneração [urbana, propriamente dita]...

RO: Pois, ainda por cima nessa altura, sobre a zona ribeirinha...

AN: Os únicos dados que eu tinha de regeneração, que eu posso considerar como regeneração, eram as alterações do porto de Lisboa. Aí sim, eles é que de facto transformaram o próprio território. Sem ser isso, e portanto aí já nem era 1964, era década de '40, portanto, eu tenho de fazer um recuo, e enquadrar isso. Portanto, a regeneração urbana não pode ser considerada só como a experiência da EXPO '98, é muito mais do que isso! Pode ser uma experiência muito mais à escala local, pode ser (...)

RO: Vais analisar as questões físicas e depois retirar conceitos, não é? (...)

AN: Sim, no sentido lato, é até uma questão conceptual. Isto é só um pretexto para...

RO: Uma sistematização... Um pretexto...

AN: Um pretexto para perceber o próprio conceito, o que é que mudou até hoje e de que forma nós podemos operar hoje no território no âmbito da regeneração e da conservação. Porque a regeneração – a ideia que muita gente ainda tem –, é que a regeneração é construir completamente novo e demolir tudo o que existe e reconstruir. E pode não ser.

RO: Mas ao olhar – agora estava aqui a ver -, ao olhar para a frente ribeirinha, estava a ver como é que se – pronto, já deves ter isso tudo mais que pensado, não é -, ao ires buscar a frente ribeirinha não estás a trazer uma tônica um bocadinho atípica? Porque a frente ribeirinha tem, as frentes ribeirinhas têm (...) maneiras um bocado específicas por si próprias. Será que (...) ao estares ali só na frente não estás a limitar um bocado, ou...?

AN: Sim, mas eu tive mesmo que...

RO: Acabas por olhar para tudo, não é?...

AN: Sim, eu tenho de considerar tudo, mas depois focar um eixo muito específico. (...) tem sido difícil abordar o problema tendo estas condicionantes todas... Porque, a fase de expansão considera muita coisa: os transportes, o alojamento [habitação], a Ponte [sobre o Tejo] de 1966, muita transformação! Mas aí foi o foco para as decisões estratégicas, depois do próprio Plano Estratégico de 1992 e de 1994. O PDM, no fundo, é um documento estratégico; com a experiência de 1964 [PDRL], temos também o facto do plano não ser estático – aquele era uma versão de Antepiano, que não chegou a ser aprovada -, e isso é também uma parte importante, porque os planos eram muito rígidos, à data, e eles não, eles faziam uma previsão para 1985, já previam que Lisboa ia ter 1 milhão de habitantes [na cidade e na Área Metropolitana da Lisboa], e eles não estiveram muito longe disso! Então, ainda tinham muito a lógica da expansão, depois as coisas foram muito diferentes com a Revolução, o Plano não chegou a ser aprovado, depois o PDM – na altura, “Plano Geral de Urbanização” -, com o Meyer-Heine, só foi aprovado em 1977, já pós-Revolução, e muita coisa mudou. Depois temos um hiato, entre 1977 até 1992, nos anos 1980 foi completamente casuística.

RO: Pois... Sim, sim, sim...

AN: E a zona ribeirinha não foi muito considerada, só depois nos anos 1990...

RO: (...) da Ordem dos Arquitetos, falava lá nisso...

AN: O Concurso, por exemplo! O “Concurso de Ideias” (...) na zona ribeirinha... Aí sim, focaram o olhar na zona ribeirinha.

RO: Coisas assim muito mirabolantes, mas sim, era o debate...

AN: O debate, exato! A questão do debate. E portanto, esse debate veio só nos anos 1990. Daí que eu tenha considerado o Plano [Diretor] Municipal [de 1994], porque a zona ribeirinha voltou a ser considerada; em 1964 era considerada pela influência e pelo potencial que o porto

tinha para a economia, mas em 1994 já não, a zona ribeirinha já não era para o porto, era para o lazer, era para a regeneração, era para as “ideias mirabolantes”...

RO: Pois, por isso é que eu estava a dizer há bocado, era se não irás ter uma visão – eu sei que não, porque já percebi que tu tens uma visão, pronto, olhas para tudo ao mesmo tempo -, mas ao estar na zona ribeirinha se não estamos a ter uma visão um bocado distorcida!...

AN: Ah, claro, é muito estreita...

RO: Não é? Porque são maneiras de fazer diferentes, a atitude...

AN: São diferentes, mas o que este estudo me tem trazido é que apesar de serem áreas diferentes, de terem especificidades muito próprias, os conceitos de regeneração têm que ser sempre, o conceito tem que ser sempre aplicado a cada caso! E esse se calhar é um dos “males” que nós temos, é que nós consideramos a regeneração igual para tudo – que é demolir, ou aumentar a competitividade... - e não, cada caso é um caso. Portanto, no caso da frente ribeirinha...

RO: (...) Por acaso estava a apreciar essa questão, acho que (...) ter um mapa ou um mapeamento do que está a acontecer neste momento, isso é sempre atual, não é? Porque é uma coisa que... E que forma, quase uma espécie de, que forma é que aquilo poderá ter de acordo com esse somatório de planos, isso é interessante...

AN: É! É assim, ainda tenho a planta em construção, mas no fundo, são intervenções que estão desgarradas... São pontuais, não existe um eixo...

RO: Mas já existe essa planta? (...) A questão de fundo, a regeneração urbana, é pensar no seu conjunto, pontualmente!...

AN: Sim, sim, intervenções pontuais, mas considerando a cidade como um todo, ou pelo menos aquele território como um todo. Aquele território é complicado também porque são vários territórios que coexistem no mesmo! E portanto têm especificidades também características, temos a Freguesia...

RO: É, é! É um (...)! Com identidades muito fortes e muito sobrepostas! Era a tal sobreposição industrial...

AN: Sim, e rural, do século XV!... Mas, ainda mais do que isso, são as próprias freguesias – as antigas freguesias, porque entretanto algumas já foram agrupadas -, mas os núcleos que nós temos (Beato, Xabregas, Marvila Poço do Bispo...); porque Marvila, em si, não é exatamente o

mesmo que Poço do Bispo! E Poço do Bispo não é exatamente o mesmo que Braço de Prata! E então, a própria toponímia faz essa diferença e o próprio edificado também é diferente, e as pessoas também são diferentes. E, portanto, correspondem sempre a vários momentos de sobreposição e transformação. Agora, como arranjar uma forma mais coerente de reabilitar [regenerar], é muito difícil e a Câmara não conseguiu isso.

RO: Pois...

AN: Ou porque não tinha interesse, porque pode haver um interesse em [deixar] degradar o edificado ao máximo!...

RO: Sim!... [risos]

AN: Pode haver interesse! Porque depois a intervenção a fazer tem uma área muito maior e se calhar pode haver um interesse um bocado perverso nisso...

RO: É!... Aquela zona, já de si, é tão difícil, e posta essa questão, não é?... É um território imobilizado, também... A frente, apesar de tudo, tem mais potencial (...). Para criar áreas mais apetecíveis...

AN: Mas está muito encerrado, não é, entre dois polos importantes!... Depois temos o rio, depois temos Chelas, quer dizer, aquilo está mesmo enclausurado... E acaba por ser uma zona de passagem só, de comboio, não tanto viário, porque a Avenida Infante Dom Henrique é rodoviário, mas ferroviário é transporte de mercadorias, transporte de passageiros... Quer dizer, até há algumas estações que estão fechadas! Portanto, isso também quer dizer muito! Não existe aquela ligação com o resto da cidade. Mas enfim, isto já foi uma série de opções que foram sendo feitas e que...

RO: Há estações fechadas, não é?...

AN: Sim!

RO: Agora por falar nisso... Eu uso esse comboio, vou ali apanhar a Roma-Areeiro até à Gare do Oriente, para ir para a Covilhã...

AN: Exatamente!

RO: E já reparei nisso! Engraçado...

AN: Eu acho que a que está fechada, se não é mesmo a de Marvila...

RO: É a de Marvila! Pára em Braço de Prata e é só Braço de Prata... E antes eram mais! Precisamente. Por acaso é uma coisa que nunca me tinha detido a pensar, mas é verdade, sim, e também é um transporte que, curiosamente, é muito mais vantajoso do que o Metro e não é muito usado também!...

AN: Mas o comboio vai quase sempre vazio!...

RO: Vai! E as pessoas que se percebe que também fazem aquilo todos os dias, mas não há, por exemplo, como em Barcelona, o ferro-carril, da Generalitat, que aquilo é muito usado!

AN: Mas é diferente, é completamente diferente o transporte que, de facto, pertence à cidade; aquele não! É o transporte de um sítio para o outro, é o “teleporte”, quase, que a pessoa não vive os interstícios... E é uma zona, até lindíssima, e eu fazia esse trajeto quando, na altura não me compensava tirar o passe, mas era rápido! De Entrecampos até, são 10 minutos, até ao Parque das Nações!...

RO: É! São 8, da Roma-Areeiro.

AN: (...) E eu fazia esse percurso mais quando havia greve de Metro ou quando tinha que apanhar algum comboio muito cedo para ir a algum concurso, tinha que apanhar um comboio cedíssimo, então ia de comboio até à Gare do Oriente, e era lindíssimo, mas lindíssimo ver aquela zona com o nascer do sol!... Tem uma luz completamente diferente!

RO: É, eu faço isso também! Quase às 7 da manhã... [risos]

AN: ...Então vemos os telhados e as chaminés e os guindastes, e isso é lindíssimo! É uma imagem... A paisagem urbana que nós temos ali, para mim devia ser considerada como “património”!

RO: Pois... Mas é sempre essa visão, também um bocado...

AN: Romancista!

RO: É! (...) Mas de facto, era aquela, é um bocadinho uma coisa anedótica, mas eu cada vez que, já por duas vezes andei a ver casa ali, e nunca fiquei! Não convida, a zona...

AN: E depois não tem equipamentos urbanos suficientes – como creches, como escolas, etc. -, parece que...

RO: Está “pulverizada”! Mas depois é sempre aquela coisa, mas depois pulverizamos, depois vêm os novos, saem os velhos, vem a “gentrificação” e...

AN: Mas isso é inevitável, eu acho que esse fenómeno é inevitável, agora pode ser é amenizado... Ou minimizado.

RO: É! Tem que ser feito de forma mais sensível, se calhar!... Não houve essa vontade, não se se sente, não se sente essa vontade!

AN: Daí que eu tenha dito que se calhar existe um certo interesse por parte do Município em deixar decair...

RO: Estagnação! Aquelas vilas operárias, super bonitas, que há ali, e coisas com muito potencial...

AN: São testemunhos importantes, não é? Para a própria história da cidade! E isso não é recuperado e depois chegamos a um ponto irreversível, ao nível da reabilitação mesmo física [profunda], em que mais vale demolir do que reabilitar.

RO: Por acaso estava a reparar, já – também agora está-me a ocorrer várias coisas -, há um tempo também vi qualquer coisa – se calhar é um desses planos que tu referes, não sei se era o do Renzo Piano -, e eu até fui ver o que é que estavam ali a fazer e depois, era ali naquela zona onde tem aquela vila na Estrada de Marvila, no fim, com aquela Vila...

AN: A Vila Dias, lá em cima, ou a Vila Flamiano [em baixo]?

RO: Acho que é a Vila Flamiano, já ao pé do viaduto de Xabregas...

AN: Sim, essa é a Rua Gualdim Pais, é essa.

RO: Ah, é essa! Pois é!

AN: Não me estava a lembrar.

RO: É aí, é. E essa Vila é tão gira! E estavam a intervir ao lado, era uma ideia qualquer, não sei se era um Plano, se era um Concurso, pronto, e aquilo, continua a não fazer nada nestes edifícios, não é?... Eles alegam que às vezes é mais caro reabilitar, mas há outras situações em que não! É possível manter as estruturas...

AN: Sim, eu acho que, por exemplo, no caso da Vila Dias houve essa tentativa. O António Costa dizia que...

RO: Qual é que é a Vila Dias?

AN: É lá em cima, já em Xabregas, portanto fica a uma cota mais alta, cor-de-rosa.

RO: Ao pé do mercado?

AN: Não, fica mesmo lá em cima, nem tem equipamentos à volta. Fica mesmo lá em cima, tem umas hortas à volta... O acesso nem é muito simpático, mas é uma Vila interessante e há tempos, em 2013, o António Costa dizia que, se fosse preciso, recorreriam à expropriação para melhorar, sem dúvida, aquele edifício. Até agora, ainda não [se nota a reabilitação]...

RO: Pois... Mas uma coisa muito gira, nesse território, são as azinhagas. Aquilo está tão imobilizado, ainda há montes de azinhagas! Outro exercício que fiz foi, ver – foi outro artigo qualquer que escrevi -, foi ver as zonas, foi ver todas as notícias de jornal que tinham saído numa altura qualquer, entre não sei quê e não sei quê, fui ali ao Gabinete de Estudos Olisiponenses - que eles têm tudo! – depois fui ver, depois acabei por não, assumi que não ia ver todas, mas vi várias, sobre as dinâmicas daquele território. A fonte eram as notícias de jornal. E pronto, a dada altura detive-me com as azinhagas, porque era: “a azinhaga não sei quê vai ser recuperada”, “a azinhaga”, e essas permanências todas também nos revelam que aquele espaço é muito imobilizado, ao mesmo tempo!...

AN: Sim, exato. Quer dizer, tem riqueza ao nível histórico e morfológico, mas depois não é aproveitado! Esse potencial não é trazido para a cidade e para aquele sítio, e pronto, isso é que é uma pena, e daí o meu interesse pela regeneração urbana mas por via da conservação integrada!...

RO: Pois.

AN: Não considerando essas intervenções dos anos 1990, que o PDM considerava, já considerava o fenómeno da EXPO '98 como um catalisador e um novo centro da cidade, mas a regeneração como já existia, no entanto, pelo menos nos outros países, tentar olhar para o que existe e de facto... Com pouca intervenção, às vezes até com intervenções cirúrgicas, digamos assim, conseguir melhorar aquilo que existe. E as azinhagas, por exemplo, são um caso! Tem uma escala tão localizada e tão pequenina, que era interessante...

RO: ...Promover!

AN: Um pequeno eixo, mas consolidar! Para consolidar os territórios à volta. E as azinhagas seria interessante, mas tem muito potencial, de facto. É uma pena! Como não sou eu que decido!...

RO: Sim!... [risos]

AN: Existem muitos estudos, mas não sou eu que vou decidir. Mas pronto, pelo menos tentar acrescentar um novo ponto de vista. Não é fácil porque a Tese considera muita coisa, muita coisa...

RO: Pois. Mas isso acaba por sair! Esse ponto de vista. Eu acho que é engraçado, porque...

AN: Normalmente as frentes ribeirinhas são analisadas muito focadas, só na frente ribeirinha, nem consideram os tecidos urbanos que estão em volta, portanto, em redor, mesmo só aquela... Uma linha!

RO: Sim, sim... Eu irritava-me muito também na minha Tese, “ah, mas a frente ribeirinha”; eu não estudei a frente ribeirinha, estudei como lógica, não é? Mas estudei a exportação da frente ribeirinha para dentro do território, porque queria fugir, não havia grande coisa a acrescentar, já, sobre isso, também! Pelo menos, daquele ponto de vista. Mas pronto...

AN: Sim, mas era uma abordagem diferente, não é? Em vez de te cingires aquela linha, aquela frente, que não acrescenta muito, no fundo; naquele sítio, são as atividades portuárias que ainda se mantêm, porque ainda não... Trazer o rio à cidade é precisamente isso, é fazer essas ligações com esses eixos, e essa ideia acho que foi muito bem conseguida. No meu caso, não vou considerar isso; é mesmo considerar essas lógicas da metrópole, não é, que valorizaram aquela frente ribeirinha como fonte produtiva, mas que hoje face a essa perda de importância, é preciso olhar diretamente para o território, articulá-lo com a cidade e com a área metropolitana. Porque depois há essa questão e por isso é que eu gosto de fazer esta abordagem mais abrangente; não é só a cidade, ou o resto da cidade, é uma área metropolitana, no fundo. Não é só Lisboa, é uma “cidade de duas margens”. É curioso também vermos que a ponte que ia ser construída, que iria ser a “Terceira Travessia do Tejo”, já tinha sido considerada na década de '30, de 1930! E, portanto, é interessante.

RO: Ah, sim, sim, sim!...

AN: E, portanto, foi uma ideia que entretanto foi recuperada e que entretanto foi abolida, com a crise, mas cuja amarração da ponte iria ser, para mim, um desastre.

RO: Era aonde?

AN: Era junto ao Bairro da Madredeus, junto mesmo, portanto rompia o território, ia criar ali uma paisagem completamente diferente.

RO: O Francisco de Holanda também tinha, não era, uma ponte, já não sei de onde partia...

AN: Também não sei exatamente, mas sei que o projeto que estava previsto [na Terceira Travessia do Tejo], aterrava exatamente junto ao Bairro Madredeus. Portanto, aquela “pérola” ia ficar um bocado desqualificada... Isso também aconteceu na ponte 25 de Abril, na altura [1966], porque a amarração da ponte também não foi muito bem estudada em Alcântara e tiveram de demolir alguns lotes, também foi complicado, pessoas também foram desalojadas e foram transferidas para a Musgueira... E daí é que começaram os bairros de barracas lá na Musgueira – que entretanto já foram erradicados -, mas é importante perceber como é que uma infraestrutura destas, ao ser implementada, cria...

RO: Tantas dinâmicas...

AN: Outras dinâmicas e piores, até, não é? Porque a população que foi transferida ficou muito pior. Neste caso [ZROL], não me parece que seja viável agora a construção da ponte, pelo menos a curto prazo. Se calhar também não é necessária, porque a ponte Vasco da Gama está nas proximidades, se calhar não se justifica. A ligação à cidade não precisa de ser feita, lá está, por uma infraestrutura de grande escala, mas sim à micro-escala.

RO: Sim, sim, mas eu acho que essa, essas ideias, pronto essa e outras que estás a referir, eu acho; há bocado falavas, não sabes se consegues transparecer essas ideias na Tese... Eu acho que um trabalho, pronto, uma Tese de Doutoramento, no seu rigor, tem as delimitações temporais que nós queremos, temos as delimitações físicas, pronto, temos de ser coerentes e rigorosos na elaboração, mas depois, é engraçado, porque assim à distância deste trabalho, nem falei ainda assim, mas às vezes as pessoas perguntam-me coisas que eu vejo que até passou a mensagem! Temos medo; esta conversa, acho que foi muito rica e uma série de ideias, eu estava-te a perguntar qual era realmente o foco da tua Tese, e estava a pensar como é que?... Mas elas depois acabam por vir, não é? As conclusões é sempre um bom sítio para algumas...

AN: Mas o objetivo tem de ser muito claro. E o meu é um bocadinho abrangente... (...) A ideia principal manteve-se sempre. Só alguns objetivos é que foram sendo transformados e a metodologia! Porque o objetivo inicial era comparar esses dois planos, de 1964 e 1994, e esse objetivo passou a ser a metodologia. Ou seja, o meu objetivo agora é como projetar na contemporaneidade, considerando a evolução do conceito de regeneração urbana e...

RO: Da própria realidade urbana.

AN: Sim, e da gestão urbana, especificamente naquele caso da zona ribeirinha. E faço depois esse objetivo através desta metodologia. Considero os planos, (...) a evolução conceptual e as próprias dinâmicas, não é, as conjunturas, que é muito importante, também, perceber as conjunturas, que nos anos 1960 não tinha nada a ver...

RO: São três pontos assim muito...

AN: Momentos! E então, basicamente é isso. Eu queria focar mesmo era a conservação integrada, porque eu não vejo muitas teses sobre isso. E no estrangeiro já existem muitas...

RO: E vais dar exemplos, ou?...

AN: Quero dar exemplos; assim, em Portugal, o melhor exemplo é o de Guimarães... Parece-me. Mas, por exemplo, das frentes ribeirinhas não existem muitos exemplos. A conservação integrada é normalmente considerada nos centros históricos.

RO: Pois, pois.

AN: E eu acho que a zona ribeirinha tem tanta importância como um centro histórico! E portanto, apesar de não ser no *centro*...

RO: Não, isso faz-se de outra maneira. Porque há mais a tendência para se substituir o tecido, é mais fácil...

AN: E eu quero explorar essa vertente de não substituir.

RO: Nos centros históricos é quase que uma coisa... "Ah, é tudo muito!", pronto há um certo encanto naquilo tudo, e na frente ribeirinha não, era quase tudo substituído...

AN: Se está obsoleto, vamos substituir; em vez de recuperar, não, vamos substituir. E são exemplos lindíssimos, como o do Norte Júnior, por exemplo, o da Abel Pereira da Fonseca, os edifícios/os conventos que existem...

RO: É outra cabeça. Por isso é que eu te dizia se não estarias a ter uma visão mais distorcida ao só olhares à frente ribeirinha...

AN: (...) É sempre “distorcida”, quer dizer, é sempre [uma interpretação]... Vou ter de fazer sempre opções, não é? Mas eu acho que é uma visão eu não diria distorcida, mas eu espero que seja diferente do tipo de análise que normalmente é feito na frente ribeirinha.

RO: É isso. Eu acho que vais precisar de uma conclusão grande. Porque a tua Tese é um trabalho de quem descreve assim de repente parece uma coisa muito objetiva, comparar uma coisa, há aqui tanta coisa, tanta riqueza neste diálogo, eu acho que vais precisar das conclusões... Eu senti um bocado isso, também. Tinha aquela coisa, um bocado... E depois nas conclusões, sistematizar, não é? Primeiro, estudar, depois, sistematizar, criar famílias, e a partir daí, de forma mais aberta, se calhar com conhecimento adquirido, promover assim uma coisa mais fluida nas conclusões, também...

AN: Sim, eu vou ter também um capítulo antes da conclusões que é “Projetar na contemporaneidade” e o que eu queria fazer era enunciar alguns princípios, portanto, não é apontar uma proposta específica para a zona ribeirinha oriental, mas é a partir daquele caso de estudo e a partir da evolução conceptual que eu considere dos planos, portanto, a evolução do próprio planeamento, é enumerar alguns princípios de como nós podemos operar hoje no território, considerando...

RO: Sim, há uma Tese de Doutoramento de uma rapariga do Técnico que é a Ana Brandão. Conheces?

AN: Ana Brandão... Acho que não conheço.

RO: Ela faz isso, também. [risos] Que tu dizes... Pronto, ela fala do planeamento e atualmente como é que se deve abordar as cidades precisamente de forma a não fechar, de forma aberta, e depois ela faz precisamente, há ali um capítulo em que ela diz, pronto, abre um bocado assim o jogo e começa a enunciar os princípios que ela considera... É mais a “maneira de fazer”, não o conteúdo, é a maneira de fazer. Ela estuda coisas muito específicas e depois...

AN: Uma forma se calhar mais geral, não é?...

RO: Sim, sim...

AN: E era o que eu queria fazer também, porque acho que nem tenho legitimidade para apontar...

RO: Na Universidade de Barcelona (...) Sim, ela fala; gostei da Tese mais pela maneira aberta como ela encara coisas, não... Precisamente “abrir” e não “fechar”.

AN: Exato. Abrir questões e não fechar. As conclusões se calhar não vão ser bem “conclusões”...

RO: Sim, sim, sim, sim...

AN: Se calhar é mais apontar caminhos e questionar algumas coisas.

RO: E nesse sentido, ela dizia – era exatamente o que tu dizias -, não tem a pretensão de projetar mas dizer como é que achava que se devia projetar! Pronto, não...

AN: Esse é o meu objetivo máximo na Tese; agora, não é fácil e eu sei que vou ser criticada...

RO: E para a zona ribeirinha oriental ou para o geral?

AN: Se eu conseguir, para as zonas ribeirinhas pós-industriais. Ou seja, não para aquela zona ribeirinha oriental em particular, mas para as zonas que têm um tipo de evolução parecido, quase todas as zonas ribeirinhas, muitas delas, nas cidades, foram industriais...

RO: Sim, porto, indústria e linha férrea.

AN: Exatamente.

RO: E depois, rodo-ferroviária nos anos 1940, os grandes eixos de circulação, de transporte, de ligação... E de trabalhadores também! Trabalhavam e também apanhavam aqueles comboios. Portanto, há aí uma trilogia que, pronto, é o tal esquema subjacente que se repete em várias cidades que têm porto. Depois as que não têm porto, já é um pouco diferente, porque aí tens várias vocações, uma vocação turística, já não é por aí. Cascais!... O porto, realmente – isso também foi uma coisa prévia à minha Tese -, o porto confere uma dinâmica que depois é muito semelhante nas cidades!... Depois tens várias escalas de porto, os portos médios, estamos a falar, por exemplo, de uma estrutura como Sines; o porto confere uma certa dinâmica, não é? Cria ali um polo. Depois tens vários tipos de portos, mais localizados como o de Barcelona, tens outros portos; de Lisboa, toda a frente é ocupação quase linear, antes destas regenerações, a ocupação é sempre...

AN: É, e parece que têm sempre um ciclo associado, não é? Portanto, tem o auge, tem o progresso...

RO: Isso tens também os esquemas do Meyer, do Hoyle, que tem esse, pronto, ele segue os tais ciclos de progressos, que é importante, eu acho que é importante! Isso são coisas que depois não aparecem no trabalho (...)

AN: Isto é assim, o foco também era diferente, não é? Depois na Tese é muito difícil...

RO: Mas é importante nós percebermos essas dinâmicas e perceber...

AN: Sim, como é que chegou aquela situação e depois como é que se pode regenerar. Tem o declínio, aquela fase intervencionada, e de que forma é que nós podemos melhorar e relacionar com esta cidade. Porque eu acho que é uma constante, estes ciclos, como a evolução é parecida – se bem que no nosso caso [português], nos temos sempre um desfaseamento de algumas décadas, mas isso tem a ver com a nossa própria história, com a nossa própria evolução também, de Lisboa -, mas verifica-se.

RO: A Fábrica da Matinha era também interessante, dessas coisas prévias, em Lisboa, nesse trabalho da Tese também, livros Ocidente e Oriente, e realmente tínhamos as duas grandes barreiras, não é, de Alcântara deram origem às ocupações industriais... Mas depois dos anos '40 – também deves ter visto, não é? -, a Exposição do Mundo Português, a transferência para a Matinha, e toda aquela zona teve aquela intervenção. Depois, mais tarde, a Arte Pública, por acaso, estudei-a também de uma forma um bocadinho... Não sei se era visível; sobre o que é que ela nos traz sobre as dinâmicas. Por exemplo, um mapa de Lisboa, com as intervenções de Arte Pública temporais. Íamos ver; clicávamos, aquilo tinha 40, aparecia a amarelo; Belém, apareciam as zonas intervencionadas... Portanto, o que é que a Arte Pública nos trazia em termos de dinâmicas? (...) olhar para a peça, mas olhar para os efeitos. Na zona Oriental, pronto, aquilo, falávamos dos benefícios da EXPO ['98], e, sem dúvida, houve um reequilíbrio da cidade, não é? Se calhar, talvez o maior benefício que houve foi o reequilíbrio!...

AN: Exato, *versus* Ocidente!

RO: Sim.

AN: (...) consegue contrapor... Tem o mesmo problema que é de não estar diretamente ligada à cidade; é uma realidade diferente. Ao passo que em Belém, isso não se verifica, porque...

RO: Sim, estão muito mais articulados! (...) É difícil!

AN: Sim, e a própria filosofia de intervenção é muito diferente. Com essa Exposição [1940], que, no fundo é Arte; a própria exposição pode ser Arte, mas foi integrada de forma diferente! A ligação com os tecidos que já existiam era completamente diferente. E daí que, se calhar, muitas estruturas ainda hoje se mantêm e funcionam ainda como um espaço de lazer, com essa vocação, ao passo que, a zona da EXPO já nem tanto. Mais do que isso é, na EXPO [Parque das Nações] já se nota a degradação.

RO: Na EXPO!

AN: Sim, hoje Parque das Nações.

RO: Sim, é verdade.

AN: Portanto, o próprio espaço público – que era de excelência -, agora já apresenta sinais de degradação... É curioso!

RO: É verdade!

AN: É curioso pensar nisto, porque a manutenção não foi assegurada. A manutenção tinha que ser levada a cabo pelas Juntas de Freguesia, e são várias, portanto é [o município de] Loures e Lisboa...

RO: Sim, depois sempre houve ali umas guerras, não era?...

AN: Loures/Lisboa... E portanto, há sempre esses conflitos. E agora já se nota [a degradação], de facto. Há coisas que já precisam de intervenção...

RO: Sim, sim, sim, é verdade

AN: Ou seja, o Parque das Nações, que é a “cara” da regeneração urbana em Lisboa, precisa também de regeneração!... Ou, neste caso, de “reabilitação”, porque é mais ao nível do próprio espaço público [edificado].

RO: E também no edificado, (...) essas patologias.

AN: Mas é curioso! Em edifícios recentes... Eu passo por isso também na Universidade de Coimbra, estou na Faculdade de Ciências e Tecnologia e trabalho no Pólo II, que é um pólo mais recente, ou dos mais recentes. São edifícios que têm 20 anos e estão se calhar tão maus ou piores do que os do Pólo I, onde há edifícios do século XVI... Temos aqui esta noção de que a construção...

RO: Mas trabalhas onde, lá?

AN: Eu sou Arquitecta num Gabinete Técnico, lá, na Faculdade de Ciências e Tecnologia.

RO: Ah!...

AN: Então tenho que assegurar a manutenção dos edifícios, a reabilitação, também...

RO: Isso é um trabalho interessante.

AN: É, mas não tem nada a ver com a Tese!

RO: Não tem nada a ver com a Tese!...

AN: É muito prático...

RO: (...) Eu também a dada altura senti isso que tu dizias; estava a trabalhar na Câmara de Palmela e depois fazer o Doutoramento ao mesmo tempo e sentia ali...

AN: Um desfasamento! Eu, mesmo assim, tenho tentado conciliar, mas é aquela coisa; precisava de ir aos Arquivos, ou precisava de ver alguma Biblioteca, não posso, ainda por cima estou lá em Coimbra, deslocada... Esta deslocalização veio estragar-me um bocadinho os planos. Mas pronto, eu tenho que acabar isto e eu quero acabar (...).

RO: (...) Diz-me quando for a Defesa. (...)

AN: Pronto, não vou roubar mais tempo; muito obrigada! Foi muito útil! Gostei muito! Obrigada! (...)

Fim (01:46:20)

ENTREVISTA

Professor Doutor Vítor Matias Ferreira

A6

Entrevistado: Professor Doutor Vítor Matias Ferreira (CML; ISCTE)¹⁷⁴

Data: 16.08.2016

Horário: 18h00 – 20h30

Local: Largo da Graça, Bairro da Graça, Lisboa

▪ **Guião / Questões**

1. O processo de metropolização de Lisboa partiu de uma fase de *expansão* e *descentralização* (década de 1960) para a *recentralização* (década de 1990).
2. Sendo as frentes ribeirinhas palcos sucessivos de transformações urbanas, que papel detêm hoje nas cidades contemporâneas? E a ZROL, em particular?
3. Embora o caso da Expo '98/Parque das Nações seja exemplar do ponto de vista da requalificação urbana e cuja aposta incidiu, sobretudo, na questão do espaço público de qualidade, corresponde a um momento muito particular na história do planeamento urbano. Hoje, perante um cenário de crise/escassez de financiamento, como se pode promover a regeneração/requalificação da zona ribeirinha de Lisboa em falta?
4. Qual a opinião do Professor sobre a abordagem da regeneração urbana no seio das políticas, do planeamento e da gestão urbana (municipal)?
5. Considerando a dimensão cívica política implícita, como se pode contribuir para um maior envolvimento da população nos processos de regeneração urbana? Será viável revisitar modelos anteriores (e.g.: SAAL)?
6. Que outras formas e mecanismos de regeneração podemos encontrar hoje (e.g.: Sociedades de Reabilitação Urbana, Associações de Moradores, Juntas de Freguesia, etc.)?
7. A conservação e preservação património têm sido questões amplamente debatidas na Europa, sobretudo desde a década de 1970. No entanto, no caso português, o património nem sempre é contemplado/alvo de operações integradas de regeneração e de conservação urbana. Porquê?
8. Hoje, diversos autores referem a passagem do fenómeno de “*gentrification*” para a “turistificação”. O caso de Lisboa é um exemplo. Quais os seus contornos? Será a cidade vítima do seu próprio sucesso?
9. A cidade contemporânea é uma cidade de *compromisso*? De que modo(s)?
10. Qual o papel da memória na (re)construção da cidade contemporânea?

¹⁷⁴ Vítor Matias Ferreira é licenciado em Sociologia, Professor emérito e Catedrático (aposentado) do ISCTE-IUL. Foi um dos fundadores do Centro de Estudos Territoriais - entretanto englobado no Centro de Investigação DINÂMIA'CET-IUL -, dirigiu a revista “Cidades. Comunidades e Territórios” e publicou diversos livros (e.g.: “Lisboa, a Metrópole e o Rio”, 1997; “A Cidade da Expo '98”, em colaboração com F. Indovina, 1999; “Lisboa, de Capital do Império a Centro da Metrópole”, 1986; etc.), capítulos de livros e artigos em publicações internacionais e nacionais. Foi Deputado Municipal (independente) na CML, tendo colaborado na elaboração e discussão do PDML (1994).

▪ **Obras de destaque:**

Ferreira, V.M., 1975. *Movimentos sociais urbanos e intervenção política: a intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa*. Porto: Edições Afrontamento.

Ferreira, V.M., 1986. O processo de metropolização de Lisboa: estruturação territorial e ordenamento urbano. In *Sociologia: problemas e práticas* / dir. José Manuel Paquete de Oliveira; ed. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). - Nº1 (1986), p. 23. Lisboa.

Ferreira, V.M., 1988. *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: [s.l.].

Ferreira, V.M., 1996. *A Expo'98 e a Metrópole de Lisboa. (Lisboa Expo 98: Observar enquanto se realiza)*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais.

Ferreira, V.M., Indovina, F. (Coord.), 1996. *Lisboa Expo 98 = =observare mentre si realizza : observar enquanto se realiza*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais.

Ferreira, V.M., Castro, A., Lucas, J., 1996. *O plano de urbanização da Expo'98 e os compromissos de política urbana de Lisboa. (Lisboa Expo 98: Observar enquanto se realiza)*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais.

Ferreira, V.M. (Coord.), 1997. *Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais.

Ferreira, V.M., 1997. *Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Ferreira, V.M., Indovina, F., 1999. *A cidade da Expo'98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Ferreira, V.M., 2000. Cidade e democracia: ambiente, património e espaço público. In *Cidades, comunidades e territórios*, 1 (Dezembro 2000). Lisboa.

Ferreira, V.M., 2001. Protagonismo urbano e projeto de cidade: a condição pública e patrimonial das cidades. In *Cidades, comunidades e territórios*, 2 (Junho 2001). Lisboa.

Ferreira, V.M., 2007. *A cidade de Lisboa: de capital de império a centro da metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Ferreira, V.M., 2004. *Fascínio da cidade: memória e projeto da urbanidade*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais.

▪ **Transcrição da entrevista¹⁷⁵**

Ana Nevado (AN)

Vítor Matias Ferreira (VMF)

AN: (...) o meu caso de estudo não é, exatamente, o Parque das Nações nem a EXPO '98, é o que está para trás, portanto, é o que está entre Santa Apolónia e o Parque das Nações, é o que está pior e que não tem recebido investimento ao longo destes anos. Por esse ponto de vista, a regeneração e a reabilitação urbanas são essenciais, mas a questão social também é importante, porque tem comunidades locais, tem residentes se calhar na sua maioria já de estratos sociais se calhar um bocadinho mais baixos, pessoas mais idosas... Pronto, e que requer alguns olhares críticos de atuação e que não me parece que o Município tenha conseguido fazer isso até agora.

VMF: Pois...

AN: Se calhar até existe algum interesse, digo eu, em deixar degradar o suficiente e agora, com os novos planos da Matinha e “Jardins Braço de Prata” – que estão agora a decorrer -,...

VMF: Pois!... Mas é, uma vez mais, uma zona privilegiada! Junto ao rio, etc., etc.,...

AN: Sim, sem dúvida!

VMF: O problema é exatamente a zona exterior à zona de “bibelot” – como eu lhe costumo chamar -, que foi da EXPO, não é?... Você viu o trabalho/o livro que a gente publicou sobre a cidade da EXPO?...

AN: Sim, eu tenho aqui a listagem das publicações que eu já consultei. São praticamente as que estão no ISCTE; basicamente, são as principais. “Expo 98 e a metrópole de Lisboa”, “O Plano de Urbanização”, “Lisboa, a metrópole e o Rio”... “Centralidade e a requalificação das frentes de água”...

VMF: Isso é um livro que eu publiquei, foi o resultado de um projeto de investigação...

¹⁷⁵ Entrevista gravada com recurso a gravador digital *Mitsai* 2G AD-511, ficando registada em áudio (formato .wav). A transcrição foi realizada com recurso à audição da gravação e à consulta de apontamentos recolhidos durante a realização da entrevista, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas.

AN: Exato. Pronto, e que são obras muito completas, que fazem também um contraponto com Alcântara e Belém e, portanto, esta cidade ainda continua um bocadinho desequilibrada, com a EXPO '98 já veio conseguir algum equilíbrio mas esta zona que eu estou a estudar ainda é...

VMF: A zona que está a estudar é a zona oriental?...

AN: Sim, sim... Portanto, Marvila, Beato, Xabregas...

VMF: Até Moscavide, não é?

AN: Antes de Moscavide, portanto, até ao Parque das Nações.

VMF: Só até ao Parque das Nações...

AN: Até à Matinha. Basicamente, é até à Matinha.

VMF: Pois... Pois...

AN: E que, é uma zona muito rica do ponto de vista patrimonial!

VMF: Sim...

AN: Esse património também está, na sua maioria, a caminhar para a degradação e não tem um uso, não tem usos efetivos para a cidade; existem ainda alguns museus – o Museu do Azulejo, o Museu da Água -, que têm potencial, mas que se calhar não recebem tantas visitas em contraponto com a zona Ocidental, se calhar não tem tanto peso da parte do turismo. O turismo, por sua vez – há vários autores, a própria Arquiteta Helena Roseta dizia que “a cidade é vítima do seu próprio sucesso”, ou seja, o turismo era um objetivo a alcançar, porque ia acrescentar valor, mas ao mesmo tempo traz imensos turistas e imensa descaraterização (...) da cidade...

VMF: Sim, sim... Os limiares do turismo são difíceis de controlar e a partir desses limiares há efeitos perversos!...

AN: Exatamente. (...)

VMF: Não, isso sem dúvida!...

AN: Exato. É uma consequência, não é?

VMF: Não, e não há dúvida, Lisboa deu, em termos de turismo, um volume brutal!...

AN: Sim, e agora nos últimos anos, não é? A Baixa [Pombalina] e aqui a Graça estão repletas de *tuk-tuks*, teve que ser feita nova legislação, que não havia...

VMF: Isso é uma praga insuportável... E aqui [na Graça] passam centenas e centenas...

AN: Centenas e centenas por dia... E que, até há bem pouco tempo, não fazia parte da cidade, foi uma coisa importada...

VMF: É. E tanto quanto sei, ainda não está devidamente regulamentado, há algum enquadramento legal já sobre isso, mas não está ainda regulamentado; li isso no jornal, já há algum tempo atrás, não é, sobre isso... Também é um bocado estranho, não é, como é que há zonas onde já não podem entrar, realmente, mas a regulamentação acho que era fundamental! Porque é uma praga... Mas foi assim, de um momento para o outro!

AN: Exato! Foi de um dia para o outro! E de repente – e eu sei que faturam imenso; eu conheço uma pessoa que tem um *tuk-tuk* e diz que, na época alta, é capaz de faturar cerca de 500€ por dia.

VMF: Pois!...

AN: É muito! É muito!...

VMF: Claro! E é economia paralela. Completamente paralela. Totalmente! É uma coisa espantosa!...

AN: As próprias lojas de *souvenirs*, dos indianos, tudo isso, também cresceram exponencialmente e a Baixa está repleta disso. Mas eu também acredito que isto é agora uma “moda”, um modelo que se calhar se vai esgotar daqui a uns tempos...

VMF: ...Depende! Também é verdade que o turismo para Lisboa, para Portugal - mesmo para a Espanha, mas mais para Portugal -, também tem muito a ver com as crises no mundo e a insegurança!

AN: Exato, noutros locais!

VMF: Nomeadamente no Norte de África, nomeadamente, onde era local de destino de muitos turistas. Depois há aquela questão também - que eu não conheço muito bem, mas do que eu

sei é discutível -, que é a quantidade de estrangeiros, sobretudo franceses, não é, mesmo ao meu lado recentemente instalou-se e está lá já há meses instalados, uma família de franceses. Bom, isto depois tem umas regalias, de taxas e de impostos, e não sei quê...

AN: Pois, que é diferente dos residentes...

VMF: Que é diferente, obviamente, francamente melhor da situação que têm no país de origem. Ok, não tenho opinião valorativa sobre isso, só parece que é uma questão que se calhar não está devidamente regulamentada e equilibrada, não é? Sobretudo, para não favorecer de uma forma completamente assimétrica em relação aos residentes, não é? Enfim, mas são problemas – isto é conversa quase de café!...

AN: Exato, exato! Mas é! Sim, mas são fenómenos que acontecem. Mas já há muitos autores que revelam que já não há “gentrificação”, agora há a “turistificação”... O Professor concorda com isso?

VMF: Eu não sei se...

AN: Nas zonas centrais, isto.

VMF: Quer dizer, a tal “turisti-...”? “Turisficação”? Como é que diz?

AN: Eu digo “turistificação”, mas há quem diga “turisficação”.

VMF: “Turistificação”, “turisficação”... Tem a ver um bocado com o que estávamos a falar, ou seja, efetivamente vêm em massas, há o alojamento local cresceu exponencialmente, isto é, o aluguer de casas, não é? Para turistas, precisamente! A economia paralela, uma vez mais; eu penso que isso também está pouco controlado, agora, a “gentrificação” nalgum sentido forte da palavra, que esteve na origem de várias situações de expulsão dos residentes, eu suponho que tem uma incidência menor agora do que tinha antes/do que teve, há uns anos atrás! Aí, eu penso que a Câmara - no caso da Câmara de Lisboa -, está particularmente atenta a isso! Não é? E muito embora o facto dos turistas pressionarem muito – e os turistas trazem depois um certo número de lojas de marca, etc. -, tudo isso é um fenómeno um bocado...

AN: Por arrasto, não é?

VMF: Por arrasto! Exponencial, não é? Portanto, implicitamente, pode ter efeitos de “gentrificação”. Mas não sei se é correto, digamos, por os 2 fenómenos, era preciso por o caso...

AN: Pois, porque são coisas distintas, não é?

VMF: São coisas distintas, realmente! Umas podem ter a consequência da “gentrificação”, o que é diferente das situações que há uns anos existiram também em Lisboa, foi claramente expulsão dos residentes! Com a demolição do *habitat* anterior e a construção de novos (...) condomínios fechados, etc. Bom, esse fenómeno penso que está mais... Menos...

AN: Mais controlado, se calhar.

VMF: Pois, mais controlado ou menos acentuado!...

AN: Pois, menos acentuado, se calhar é mais isso.

VMF: Menos acentuado. E o que vem, vem um bocado por consequência. E não intencionalmente, de “vamos *gentrificar* esta zona e aquela, e não sei quê, não sei que mais”...

AN: Pois, e se calhar há uns anos até era um bocadinho inconsciente... Digo, no início dos anos ‘90, se calhar ainda não havia bem a percepção das consequências nocivas...

VMF: Não... Já se tinha...

AN: Bom, se calhar ignorava-se um bocadinho...

VMF: Não, as pessoas não tinham essa noção, não é? Mas a “gentrificação” foi uma – foi, e ainda é -, uma atitude política, uma decisão política, que não é...

AN: ...De ânimo leve!

VMF: De ânimo leve e inconsciente, ou seja, é intencional, não é? E ela, no fundo, está associada; mas eu não punha as coisas em...

AN: Mas hoje em dia já muitos autores põem em paralelo. E se calhar, não sei, acho que há sempre uma tentativa de “desculpar”!...

VMF: Exato! (...) claramente, as intenções que ainda existem “gentrificação”.

AN: Exato. O caso lá da zona ribeirinha oriental, que agora está em curso o Plano de Pormenor da Matinha e o Plano/Projeto “Jardins Braço de Prata”, que é de um Arquiteto conhecido, do Renzo Piano...

VMF: Sim, sim...

AN: E portanto, o público-alvo...

VMF: É um projeto já antigo, não é?

AN: São antigos, de 2008, mas só agora é que estão a ser implementados...

VMF: 2008? Pensava que era mais antigo, ainda...

AN: Não, eles foram finalizados em 2007-2008, e só agora estão em fase de construção. E eles destinam-se, sobretudo, à classe média e média-alta.

VMF: Ah, pois!

AN: Que não tem nada a ver com...

VMF: Pois, mas eu não chamaria a isso “gentrificação”...

AN: São urbanizações novas, etc.

VMF: Não, porque isso aí tem muito a ver com a requalificação das zonas que, antigamente, eram industriais, não é? Isso é o fenómeno, já de há anos, de recuperação – isso tinha um nome! Já me está a escapar o termo técnico para isso -, que era de recuperação dos espaços vazios!...

AN: Sim, dos vazios urbanos!...

VMF: Bom, porque aí eram espaços que eram industriais! Aí não é correto, penso eu, chamar de “gentrificação”. Agora, o que vai por arrasto – eu agora não conheço o Plano, não é? -, mas a Matinha, etc. era, e ainda é, zona de grandes armazéns...

AN: Sim, industrial. Pós-industrial!

VMF: ...Industrial...

AN: Sim e estavam muito abandonados, muito devoluta, com os gasómetros, etc. Eu acho que aquela zona vai ganhar muito com isso [o novo Plano]; aquilo, no fundo, é a continuação da EXPO '98...

VMF: Ora bem, esse... O meu filho (...) tem que fazer esse caminho e aquilo está um bocado em obras, também, a faixa está reduzida, etc., agora para levar as miúdas à escola, a uma hora... Às 8 ou 8 e meia [da manhã], ou lá o que é, vê-se aflito, não é?

AN: Sim, é complicado.

VMF: Mas isso aí, essa intervenção, é muito de... Com o modelo da EXPO ['98] por trás!

AN: Sim, sim...

VMF: E a oferta é também para os estratos sociais semelhantes [aos do Parque das Nações]! Média e média-alta, claro.

AN: É, a crítica que eu faço – e que já fiz, já falei com várias pessoas da Câmara -, é que aqueles Planos vão ser importantes, sem dúvida, para mudar aquela zona, mas depois não existe uma relação com as pré-existências. Portanto, com os núcleos mais antigos. E que aí também merecia um... Aí, nesse caso, não pode ser um plano deste cariz, mas uma estratégia mais integrada.

VMF: Pois. Mas a lógica, infelizmente, a lógica da Câmara – que na verdade, eu não conheço isso em pormenor -, como leu naquilo que a gente produziu sobre a zona da EXPO [Parque das Nações], efetivamente foi um bocado pegar na zona toda ela privilegiada por ter a frente de água, não é, frentes do rio e aquilo que era para além disso, ficou...

AN: ...Para segundo plano!...

VMF: Ficou abandonado. Ou seja, está entregue à sua vida, desde sempre. E aí a lógica da Matinha vai continuar a ser semelhante.

AN: Pois, exato, o enfoque é justamente na frente de água e não nas áreas contíguas.

VMF: Exato! É...

AN: A minha Tese debruça-se, sobretudo, nas áreas contíguas.

VMF: Claro, claro... Claro.

AN: Acho que tem que haver uma coexistência das atividades portuárias e industriais com a própria cidade e a tendência é sempre para deslocalizá-la ou para anulá-la, de certa forma é anulá-la, e transformar todas as frentes ribeirinhas em áreas de lazer, e eu acho que esse

modelo, mais tarde ou mais cedo, se vai esgotar! Porque depois as áreas verdes que propõem agora nestes planos, vão exigir uma manutenção grande, por exemplo. Mas pronto, isso são decisões políticas, são decisões eminentemente políticas, e/ou partidárias, também, às vezes. Mas enfim, vai acrescentar valor, de alguma forma, mas vamos ter sempre aquele problema, aquele enclave daqueles núcleos mais antigos.

VMF: Claro. Não, há um instrumento que certamente a Teresa Craveiro é capaz de lhe ter falado, que é o instrumento da *perequação*.

AN: Sim.

VMF: Ou seja, isso existe, há muitos anos, as Câmaras têm, a Câmara de Lisboa também tem, e para essas operações de grande impacto, e que são obviamente de prestígio e de requalificação no sentido de aumentar o valor, de aumentar claramente o valor fundiário e imobiliário e etc., o instrumento da perequação devia ter sido accionado e deveria ser accionado, ter sido e ser accionado, de forma a compensar. Sim senhor, o privado quer aqui por todo um edificado de alto valor acrescentado, de imobiliário de luxo, etc., tem a contrapartida de que uma parte desse investimento tem de ser feito na zona exterior, na perspetiva da sua requalificação. E, tanto quanto eu sei - enfim, mas isso aí, a Ana certamente está a averiguar e a estudar isso -, mas, tanto quanto eu sei, não foi tido em conta.

AN: ...Não, não foi.

VMF: Não foi tido em conta, e portanto, o que não deixa de não ser... É o peso que os privados têm no país e nas cidades, que ainda continua a ser dominante! Não é?... E quando se discute isso, põem em causa certos mecanismos, rapidamente surge o fantasma de estar a afetar os investimentos privados!... É o investimento privado que traz capital; isto é verdade, mas isto não tem; isto não é, nem ilimitado, não pode ser descontrolado, isto deve ter contrapartidas! Sem por em causa a iniciativa privada!... Ou seja, recusar esse jogo falacioso, que é o de dizer “ah, vocês está é no fundo a ir contra a iniciativa privada!”; qual quê?!

AN: Tem que haver um certo equilíbrio, não é?...

VMF: É e esse instrumento da perequação; você já o estudou? Do ponto de vista urbanístico?

AN: Eu não estou a estudar a fundo esse instrumento porque o meu foco é o investimento no património, nos elementos patrimoniais, como estratégia de regeneração urbana.

VMF: Sim.

AN: E, por isso, não peguei tanto no instrumento da perequação...

VMF: ...Mas vale a pena!

AN: Sim, vale a pena! Aliás, a Dr.^a Teresa [Craveiro] falou-me nisso e disse-me inclusive que foi ela que defendeu que era preciso rever esses índices, de forma a evitar assimetrias territoriais e os desequilíbrios.

VMF: Eu conheço-a há muitos anos e foi exatamente quando ela esteve – ela ainda está na Câmara, mas foi para a Câmara nessa altura, nos anos 1990, com o Jorge Sampaio Presidente da Câmara -, e nós falamos muito isso! Nós, não só nós os dois, mas o grupo que esteve, uma espécie de *task force*, eu diria, diríamos hoje, que esteve na candidatura do Jorge Sampaio, e que depois continuou, a ter reuniões, e a discutir e a encontrar-se, etc. E, efetivamente, lembro-me que ela era uma das pessoas que mais sublinhava a importância desse instrumento da perequação. A Ana pode ter interesse – que, embora o seu enfoque não é esse -, mas isso é um instrumento fundamental de equilíbrio das políticas públicas [urbanas]! Das políticas públicas urbanas! Claro. A propósito, tem em vista falar com o João Ferrão?

AN: Eu ainda não falei com ele. Mas queria falar com ele! É uma figura importante.

VMF: É, é!... Ele tem a experiência de ter sido Secretário de Estado e é um tipo muito bom! É um tipo muito bom!... Tal como o João Seixas! Não sei se também já...

AN: Já li muita coisa dele, mas também ainda não consegui entrevistá-lo...

VMF: Também valia a pena. Eu depois posso – se você não tem os contatos deles, eu posso...

AN: Sim, eu agradecia imenso!

VMF: Eu posso... Está bem! Lembre-me isso, peço-lhe, mande-me um e-mail a sugerir, do João Ferrão, isso é o ICS, eu tenho o mail dele do João Ferrão, mas eu acho que esses dois são pessoas...

AN: ...São figuras importantes neste panorama.

VMF: Certamente, certamente...

AN: O Professor tem uma obra também muito interessante sobre... No fundo é “da expansão à centralização” (...) e aliás, a obra - tenho aqui o título -, que se chama “O processo de metropolização de Lisboa. Estruturação territorial e ordenamento urbano”, esta é uma [obra de

referência]; e a outra, que eu consulte... Havia mais uma que também era interessante... Ah, esta é dos SAAL, que eu também queria perguntar isso... la perguntar, relativamente aos SAAL, se o Professor considera que, de que forma é que a população pode ser mais envolvida nos processos de regeneração urbana e se seria viável visitar o modelo dos SAAL, hoje em dia? “Revisitar”, ou seja, adaptando à conjuntura atual, obviamente...

VMF: Não, antes de mais, Ana, há um livro que eu publiquei em 2004 que retoma muita coisa que fui publicando, que sintetiza e reestrutura, organiza, etc., que se chama “Fascínio da cidade”.

AN: Sim, eu também li esse, sim.

VMF: Viu esse livro? Bom, eu aí, pego em vários temas e um deles é precisamente o do SAAL. E uma das coisas que eu na altura afirmei que o SAAL foi uma política interessante que foi lançada num momento errado da história. Ou seja, o momento era de grande agitação, de grande agitação social... Uma altura em que prevalecia muito a ideia de que era o Estado que deveria resolver o problema da habitação. É óbvio que o Estado tem ónus importantes sobre a habitação, mas não é exclusivo. O SAAL tinha premissas interessantes! Hoje não sei como é que era lançar o SAAL. Mas a ideia inicial é um bocado essa; a ideia era boa, só que o momento é que não era. O momento histórico não era o mais adequado, não é?... Vivia-se um período revolucionário. Agora, o SAAL tinha premissas e algumas coisas acabaram por ser feitas. Eu penso que é mais no Porto e mesmo na periferia de Lisboa – eu não tenho bem a noção, neste momento, do que é que foi...

AN: ...Foi realizado! Em Setúbal, por exemplo, houve várias iniciativas...

VMF: É, o Siza, não era?

AN: Não, do Gonçalo Byrne, acho eu.

VMF: Mas há um projeto do Siza, que acho que avançou!

AN: Sim, no Porto, sim, tem um, o Bairro da Bouça, por exemplo; esse aí é um dos emblemáticos. Com o Nuno Portas também houve vários que foram construídos.

VMF: Com o Nuno Portas, era o Secretário de Estado, na altura.

AN: Mas eu acho que até foi o Arquiteto Nuno Portas que dizia, na altura, que a população se devia envolver, até ao nível da construção, da própria construção. E as premissas iniciais não diziam isso! Isso é que era curioso.

VMF: Não! As premissas diziam exatamente isso. As premissas iniciais do SAAL era em que a população se devia envolver exatamente na construção dos novos bairros, não é? Havia aquela ideia inicial de que os novos bairros eram na zona, os novos bairros, a construção era nos espaços que existiam antes, dos bairros de lata...

AN: Exatamente. Ou seja, era uma substituição, no fundo...

VMF: Agora, uma das premissas era envolver os recursos, parcialmente, envolver parcialmente os recursos...

AN: Parcialmente, exatamente!

VMF: ...dos futuros residentes! Ou dos residentes do bairro de lata. Porque foi esse o ponto de grande clivagem política, em que os residentes disseram “não! O Estado é que tem de fazer as casas” e nomeadamente os recursos financeiros porque se previa também que uma parte do investimento era em termos financeiros!... E as populações aí muito radicalizadas, eventualmente erradamente radicalizadas, mas a história das revoluções não se fazem; é muito fácil, *a posteriori*, reconstituir um momento histórico e dizer “não, não deveria ter sido assim! Devia ter sido de outra maneira!”.

AN: Pois, com uma distância temporal aí é fácil de...

VMF: Na altura de (...) [discussão] quente, de grande agitação, grande movimentação social fortíssima, aí as populações disseram “não há um tostão, a gente não investe aqui nas casas, porque é o Estado que tem que fazer as casas!”.

AN: Pois.

VMF: E isto foi um dos problemas que o Estado não tinha capacidade financeira para resolver todos os casos, não é? Este entre outros problemas, não é?... Portanto, é verdade que o SAAL previa o envolvimento/o investimento até da mão-de-obra, no fundo!...

AN: Sim, mas era aí que eu queria chegar. Portanto, ao nível de projeto, sim, as pessoas debatiam, tinham reuniões, faziam o projeto, etc. mas depois a construção em si, eu tinha a ideia de que não era exatamente envolver a construção feita pelos próprios residentes.

VMF: Era uma questão de organização.

AN: O Arq.º Nuno Portas defendeu muito isso e se calhar...

VMF: Não, mas concretamente, ou seja, isto não era uma... Digamos, tanto quanto eu acompanhei duas brigadas durante uns meses largos e publiquei um livrinho na altura, enfim, e depois mais tarde publiquei um texto... De resto, há um texto que eu levei a Coimbra, precisamente, agora lembrando, que é uma análise comparada do movimento social urbano e rural, mas isso já afasta um bocado das suas preocupações atuais, mas sobre o SAAL, o envolvimento das populações se não tivesse sido sindicalizado, no sentido de “o Estado tem que fazer tudo; a gente discute os planos, a gente discute como é que quer as casas, mas o Estado depois faz”, chegados a este ponto era impossível o diálogo. Agora, a ideia inicial era que, no seio dessas populações, muitos deles eram operários da construção!

AN: Sim, sim! Tinham *know-how* suficiente para!...

VMF: Tinham o *know-how*! Exato! E, portanto, não quer dizer que, cada família construísse a sua própria casa, mas organizado como estava na Associação de Moradores, poderiam perfeitamente encontrar no seu seio, se o contexto não fosse de radicalização política fortíssima, como era, era eventualmente possível encontrar no seu seio forças e mão-de-obra e disponibilidade e interesse em participar nesse processo!... Portanto, o Estado tinha a sua participação importante, de qualquer forma, de resto fazia os planos, os arquitetos faziam as casas/os projetos; era um avanço enorme! Mas aí, é a tal questão que eu há bocado lhe dizia, ou seja, é uma ideia boa num momento errado da história!

AN: Exato, portanto, foi de 1974 a 1976, que não voltou depois a repetir-se. Pelo que percebi, começou até com uma força incrível, mas depois acabou abruptamente...

VMF: Não, exatamente, porque tudo se radicalizou de tal maneira que depois há o 25 de Novembro de 1975, que altera completamente o contexto político do país, e nessa alteração obviamente que o SAAL – que era conhecido como sendo um “antro” de esquerdistas e de revolucionários, etc. -, foi... Eliminado!

AN: Foi eliminado, exato!... Foi eliminado.

VMF: Foi, foi...

AN: Mas é uma pena, eu acho que hoje em dia mais do que termos planos, interessa termos, pelo menos, uma estratégia, uma...

VMF: Isso é fundamental!...

AN: É uma estratégia, lá está, não implica um desenho mas implica, se calhar, um envolvimento mais direto com a população. E aí os arquitetos e os técnicos envolvidos – como os Sociólogos, como os Antropólogos – aí têm um papel essencial. Não há assim tantas iniciativas como essas, eu acho que poderia ser uma opção viável para aquela zona ribeirinha oriental, que ainda não teve intervenção, não sei se será possível ou não.

VMF: Depende também da forma como as populações estão envolvidas neste momento. Eu duvido... Fazer renascer o SAAL, o SAAL ainda tem hoje muitos fantasmas!...

AN: Sim, sim...

VMF: E fazer renascer o SAAL hoje parece-me...

AN: Era arriscado!

VMF: Parece-me arriscado!...

AN: Pois, é uma questão política, também!...

VMF: É; hoje o SAAL... Efetivamente, supôs e teve um envolvimento das populações. Mas pode-se ter o envolvimento das populações num quadro legal não necessariamente igual ao do SAAL!...

AN: Pois, pois...

VMF: Agora, as populações não estão nada envolvidas, não é?...

AN: Quando eu disse “revisitar” esse modelo, era ter uma referência.

VMF: Não, isso valia a pena!... E até é interessante ouvir opiniões de alguns – se é que ainda existem, devem existir -, habitantes que estiveram envolvidos nessa situação. No caso de Lisboa, eu acompanhei dois casos: o do Alto dos Moinhos – que entretanto teve um processo todo de eliminação de barracas e alguns foram... Suponho eu que foram/estão a residir agora nas novas torres que lá estão -, e a outra brigada era a do Casal dos Machados. Bom, mas isso são as duas brigadas em que eu acompanhei durante uns meses. Também não... Mas foi um período muito quente! Estive em várias reuniões com as populações, não é, com a Comissão de Moradores, no fundo, não é? Mas é uma questão interessante! Eu não encerraria.... Tenho algumas dúvidas da sua viabilidade agora, não é, de fazer “renascer” o SAAL...

AN: (...) a questão da descaraterização é que me preocupa mais, porque... Preocupa e não preocupa, porque, no fundo, a identidade é sempre relativa. A identidade é sempre construída.

VMF: É, é, a identidade está sempre num processo de construção, não é?

AN: Exato, está sempre num processo de construção. A regeneração e a reabilitação urbanas fazem muito isso, os arquitetos fazem muito isso, que é ir buscar uma questão histórica, por exemplo, para fundamentar uma intervenção. Aquilo no fundo, é um pretexto para justificar aquela intervenção. O que é que o Professor tem a dizer sobre essa questão da *memória* e da *identidade*? É complicado, eu sei, é muito vasto! Mas qual é que é a opinião do Professor relativamente a isso nos processos de reabilitação?

VMF: Eu também escrevi umas coisas sobre isso...

AN: Sim! Exato, sei que tem aqui um livro que eu também já vi e gostava de rever, entretanto até Outubro vou tentar rever.

VMF: (...) num livro de 2004...

AN: Exato, "Fascínio da Cidade: memória e projeto da urbanidade" – este é um deles -, não sei se tem mais algum... Aqui na minha lista... Este há-de ser o principal.

VMF: Não, um é um Artigo, é uma entrada de um Glossário, que o meu amigo Francesco Indovina decidiu organizar, que é um Glossário com várias entradas, e ele pediu-me para escrever sobre a *memória*. O que é que eu tenho a dizer com isso? Oh, Ana!...

AN: É muita coisa, eu sei...

VMF: É muita coisa! [risos] Não, mas há uma ideia interessante que é – que a própria Ana estava a dizer há pouco -, ou seja, a identidade de uma zona não é uma coisa adquirida de uma vez por todas e imutável, uma espécie de "bibelot", digamos. Bom, é um processo, no fundo!

AN: É um processo, exatamente.

VMF: É um processo! E é um processo que está em permanente construção e alteração, não é?... E joga exatamente com as questões do próprio património. Uma coisa é entender o património como/de uma perspetiva meramente museológica/museográfica, outra é o património intocável que se vai visitar, em que a Igreja da Graça é um património extremamente interessante e tal. Mas mais interessante do que, ou melhor, tão interessante

quanto a edificação deste património, é a relação que as pessoas estabelecem com esse mesmo património!...

AN: ...Com o mesmo, exatamente!

VMF: E portanto o património não é também algo imutável, para além, obviamente da rigidez, por razões óbvias, o edificado (no caso de ser edificado), estamos a falar de património edificado, património materializado, digamos, mas é o modo como esse património é usado, utilizado, [mantido], e ele aí tem uma dinâmica/pode ter uma dinâmica de intervenção, de ação, de repercussão, a outros níveis, não é?...

AN: Essa questão, para mim, é essencial, que é a questão da re-funcionalização do património. Portanto, atribuir um uso que justifique a sua própria existência na cidade e para as pessoas. Porque senão, também não faz sentido termos uma série de “monos” que representam momentos históricos mas que não têm qualquer função...

VMF: Não, é exatamente essa perspetiva; uma coisa são, os museus são muito importantes, não é? E vamos aos museus, para ver peças antigas ou contemporâneas e esse papel é fundamental, agora nem todo o património é – ou deve ser – museográfico!

AN: Exato.

VMF: E tratado como se fossem peças de museu! E é exatamente por essa dinâmica que se pode criar é que no fundo faz sentido falar de valores patrimoniais!... E a própria identidade, que estávamos há pouco a falar, joga muito nesta dinâmica, no fundo... Dinâmicas de utilização e dinâmicas de passagem! Bom, dinâmicas várias, no fundo...

AN: É, essa é uma das questões que me prende muito na regeneração urbana. Porque a regeneração é um conceito que tem vindo a evoluir muito, ao longo dos próprios tempos, portanto a regeneração não é propriamente uma coisa nova, essa é a ideia que nós temos. Por exemplo, nas frentes de água ela sempre existiu; por exemplo, através da própria transformação do Porto de Lisboa. Era, também, regeneração; precisavam de adaptar a usos e áreas que as atividades portuárias precisavam. E esta questão do património, para mim, é essencial não só do ponto de vista do edificado mas também do próprio território. Ou seja, eu acho que aquela zona que estou a estudar podia ser considerada, ela própria, um tecido urbano que era patrimonial, não só os elementos [físicos] que o compõem, mas o conjunto. Portanto, património imaterial – do ponto de vista da história e das próprias tradições – e património material – do ponto de vista do edificado e, por exemplo, das Vilas Operárias, que contam a própria história, etc.

VMF: Claro!...

AN: Agora, não existe uma estratégia que consiga consolidar isso. Existe um conceito que não me parece que ainda esteja muito difundido em Portugal que é o de “Conservação Integrada”.

VMF: Sim.

AN: No fundo, é a regeneração urbana mas a uma escala mais reduzida, e que considera o próprio território como também ele *património*. Essa podia ser uma solução viável. Por outro lado, a questão da *identidade* (...) não é imutável, é um processo...

VMF: Não, mas tal como a própria memória; a memória também não é uma coisa imutável! Mas isso, ao nível pessoal, também é verdade! A memória cada um de nós tem e eu o ano passado publiquei um livrinho – mas esse não entra na sua bibliografia -, que é um livro de memórias, das minhas próprias memórias. À medida que eu estava a escrever aquele livro, depois no final, há coisas que temos ali que eu conto que já cá estavam, que eu tinha na minha memória, mas elas assumiram uma luz – uma luz, quer dizer, não no sentido de uma clarificação que antes não existiam -, ou seja, isto, a título pessoal, mas a título coletivo ainda mais se reforça que a memória também não é uma coisa estática.

AN: Exato.

VMF: Se nós partimos - obviamente de uma definição que é elementar hoje – que o território é socialmente construído, não é uma coisa imutável. Espaços físicos aparentemente parece – isto dito assim, pode fazer rir alguns incautos ou distraídos ou ignorantes -, não, mas o território como é que ele é socialmente existe? Não, é que ele foi socialmente construído exatamente o resultado das relações sociais...

AN: E ao longo de várias temporalidades...

VMF: E ao longo até de várias temporalidades, exatamente! Ora bem, esta dimensão social de construção, a memória tem um papel importante porque ela própria vai sendo também transformada e a memória no património aqui articulam-se de uma forma muito evidente, não é? Portanto, são dois factores, digamos, que jogam em simultâneo, em paralelo, não é?... E potenciam-se, uma vez mais, entre si, não é?

AN: Exatamente. É que no fundo, constroem a própria cidade; se não fosse isso, não havia qualquer referência até a nível pessoal das pessoas que utilizam os espaços.

VMF: Exato. Eu acho que, em relação ao património, há muita coisa que se pode dizer...

AN: Pois há! É muito vasto, eu sei...

VMF: É muito vasto, mas há duas ou três ideias de base: uma delas é recusar a perspetiva museográfica ou museológica do património; depois a outra é a sua própria imutabilidade, não é, como se fosse algo que está existente *ad eternum*!... Como se não tivesse um processo de interação permanente, quer por vontade própria, quer por incúria de não intervenção, ou seja, no fundo, por uma razão ou por outra, esse próprio património está envolvido...

AN: Está sempre em transformação...

VMF: Exato, mais ou menos, com maior ou menor intensidade, maior ou menor transformação, é um facto notável, neste mundo, não é?

AN: Sim, o Professor tem razão! Se virmos o caso do Castelo de São Jorge, por exemplo, nos anos '40, durante o Estado Novo...

VMF: ...O Castelo de São Jorge, que está ali atrás de si!

AN: Exato! E que foi transformado nos anos '40, não tinha ameias, o castelo não tinha ameias mas a partir dos anos '40 já passou a ter...

VMF: Oh Ana, essas não são muito evidentes!...

AN: Mas era muito ideológico, o que eu quero dizer é que a transformação também muito ideológica é o resultado daquela época. Ou seja, o património é interpretado de várias formas, ao longo das várias épocas...

VMF: Exato!

AN: E por isso nós temos agora estes cursos, a maioria dos técnicos têm agora estes discursos que é defender o património, se calhar daqui a uns anos vamos dizer “Não, o património não serve para nada, vamos demolir!” – espero que não cheguemos a esse ponto...

VMF: Não, isso aconteceu, não é?...

AN: Sim! Já aconteceu, exato. E portanto “isso não vale nada, vamos mas é demolir e criar aqui um novo *Shopping* ou outra coisa qualquer”...

VMF: Pois, pois... Não...

AN: Portanto, é muito isso, corresponde também a momentos temporais ideológicos muito específicos.

VMF: Depois há também – um pouco falaciosa, para não dizer ignorante -, mas acho que, enfim, ignorante, é mais a intencionalidade de estupidez, digamos. Bom, deixe-me contar-lhe rapidamente, eu já escrevi isso algures, não sei onde é que está, mas contei essa história, porque me lembro perfeitamente porque a acompanhei na altura, em relação ao edifício “O Monumental”, no Saldanha. Não sei, não tem memória do edifício anterior?

AN: Eu não porque ainda sou nova...

VMF: É muito novinha!

AN: Mas sei que era completamente diferente, já vi em fotografias antigas.

VMF: A história curiosa foi que o Presidente da Câmara [de Lisboa] da altura era o Eng.º Abecassis, de Direita, não é?...

AN: Exato.

VMF: Direita cristã, enfim, Católica... Então, a falar (...) nisto, que perante, na altura se discutiu e dizia “não, então, mas o edifício” e houve gente que se movimentou para defender o edifício existente, estudantes e tal... E então o Abecassis – e isto foi publicado num jornal -, por duas vezes, diz ele, que mandou o processo do Monumental para uma coisa que na altura chamava-se... “IPPAR”!

AN: Sim!

VMF: Agora é o IPPC, não é?

AN: Sim, porque antes era o IPPAR, depois o IGESPAR... Está constantemente a mudar.

VMF: Enfim, era o Instituto que deveria dar pareceres, e ele responde, por duas vezes, a resposta foi negativa! Ou seja, o Abecassis “escudou-se” – e a crítica não se lhe pode fazer a ele; dentro da sua ignorância -, ele limitou-se a mandar para a Instituição. A Instituição diz que não, que aquilo não tem “valor patrimonial”, ou seja, isso é outra... Quando eu digo “falácia”, é no fundo admitir que só é património aquele património histórico, de grande valor... *Nacionalista*, ou histórico, ao fim e ao cabo! Ou seja, tipo Torre de Belém, Jerónimos, etc., quando no fundo, o edificado que existia lá na altura do Monumental, já tinha “memória

urbana”, não é, a questão é que já tinha memória urbana das suas utilizações, das suas funções, etc., e que no fundo não era – não estou a dizer que não se podia fazer nada ao edifício, até se podia fazer várias coisas -, o que não era razão para se dizer “vai abaixo”, não é porque não tem “valor patrimonial”! Não tem “valor patrimonial” à luz do valor, digamos, dos Jerónimos!

AN: Sim, mas lá está, não são comparáveis!

VMF: Não são comparáveis!

AN: Porque nem são da mesma época...

VMF: A história para mim é exemplar porque é a falácia do discurso que hoje - eu penso que já ninguém o sustenta, espero!... Espero! -, que já ninguém sustenta um discurso destes de admitir que só é património aquele que tem valor histórico, cultural, etnográfico, etc., etc., quer dizer!... Não!... O património joga – e estamos a falar de “património urbano” -, joga com a história da cidade, com as exigências da cidade, com as relações sociais na cidade, etc. É algo que se entende daquela dinâmica que estávamos a falar há pouco! (...) um edifício...

AN: Físico, não é?

VMF: Físico, mas há interação com ele! Mesmo nesses casos! E o mais interessante nestes casos é de fronteira; ninguém põe em causa; diz assim “vão deitar abaixo a igreja da Graça”, cai o Carmo e a Trindade e tal. Só que há património – e há bocado a Ana falava disso, o “imaterial” ou um património tipo “monumental”. Provavelmente (...), não sei, mas o problema é que não foi discutido nesses (...), percebe? Foi entendido que não tinha valor patrimonial no sentido forte e quase exclusivo de património, que é um erro... E à pála disso, bom, tanto que foi abaixo!...

AN: Mas é curioso que o Professor refere aí uma questão. Existe uma autora, que se chama Laurajane Smith que fala muito destas questões e diz que o património (...). E essa autora, a perspectiva dela é interessante porque diz que “não existe tal coisa de *património*”. O património é uma construção ideológica e conceptual e o património há-de ser sempre uma *performance*, ou seja, essa tal relação das pessoas com o edificado. Portanto, ela diz que o património é precisamente uma (...), é muito frágil, porque o edificado preserva-se se e só se se justificar na cidade perante os seus usos. Esta também é uma perspectiva um bocadinho radical. Mas o que eu quero dizer é que o que é que leva uma coisa a ser património e o que leva outra a não ser? Depende muito de quem avalia, depende muito de quem trata do assunto.

VMF: Não é o “quem avalia”, acho eu, é onde se insere esse dito património do que o próprio

contexto urbano. Tem um papel relevante – mesmo que não seja muito importante -, mas tem algum peso nas relações sociais e no relacionamento das pessoas com esse património, ou seja, cada caso é um caso.

AN: Exatamente.

VMF: Não há, do meu ponto de vista, digamos uma opção definitiva de património, se existe ou não existe. À partida, ele existe, à partida ele tem um valor próprio. E esse valor é avaliado não tanto por uma... Umas “aves raras”, mas pela avaliação no próprio contexto urbano em que o património está inserido. [som dos sinos da Igreja e Convento da Graça; risos] Gosto imenso disto!...

AN: Exato!... É imaterial, lá está, isto é património imaterial!

VMF: Exato, exato...

AN: E deve ser um conforto estar ali em casa e ouvir os sinos a repicar!

VMF: É, é!...

AN: Tem valor...

VMF: A primeira vez que fui alertado para isto foi quando estive uns meses em Veneza, em casa de uns amigos, e ouvia-se com frequência os sinos. Aqui em Lisboa, obviamente estando na Graça ouve-se...

AN: ...Mas no resto da cidade é mais raro.

VMF: É mais raro!

AN: Não sei no resto da cidade, talvez só perto dos Jerónimos e mesmo assim...

VMF: Mas é, pois... É! Depende das zonas.

AN: Depende das zonas! Lá está... Mas eu acho que esta parte é importante, porque a cidade não se vive só de percorrer ruas ou ir a sítios, é também os sons, os cheiros, e isso confere sempre essa peculiaridade a cada cidade. A cidade de Lisboa tem estas pequenas relíquias, digamos assim, a zona oriental também tem algumas, não tanto pelo som, mas por exemplo o sistema de vistas, que é fantástico! Pela própria localização que tem. Isso é uma mais-valia. E depois, tem muitos elementos pitorescos que não se encontram em mais lado nenhum!... Ou

seja, no resto do mundo, mesmo em Lisboa, não se encontra, quer dizer, uma Vila Operária que aparece ali quase intata...

VMF: Aqui esta zona [da Graça] tem várias vilas operárias...

AN: Sim, esta zona também tem!... Como aquele edifício ali, verde!

VMF: É a “Vila Sousa”!

AN: Exatamente! Mas essa já era uma Vila com... Uma certa dignidade!

VMF: É, a “Vila Sousa” é dos finais do século XIX. Mas é exemplar de como se conjugava num edificado várias classes sociais.

AN: Sim.

VMF: O interior – se a Ana... Às vezes o portão está fechado! Mas se entrar no portão, tem um pátio e, virado para esse pátio, estão uma série de casas baixas. Que eram de classes de baixas! Ao passo que a Burguesia, digamos...

AN: Já ficavam nuns andares superiores!

VMF: ...nos finais do século XIX, habitava em toda a envolvente. Não é? Isso é muito curioso de...

AN: É, isso lembra-me um bocadinho, não sei, mas lembra-me um bocadinho as “Ilhas do Porto”, que têm uma escala mais baixinha. Eu ainda só visitei uma Ilha, no Porto, mas...

VMF: Mas as Ilhas do Porto ainda existem?...

AN: Ainda existem algumas.

VMF: Ai, é?

AN: Sim, são para aí umas duas ou três e eu tive a sorte de ir a uma Conferência e uma visita era a uma das Ilhas do Porto.

VMF: Pensava que tinham acabado as Ilhas...

AN: Vi uma e é interessante! Aquilo eram espaços exíguos, não é, portanto eram mesmo muito pequenos e as condições eram más; chegavam ao ponto de alugar o quarto por horas! Portanto, por três vezes [ao dia]; $3 \times 8 = 24$, portanto, eram três famílias que podiam habitar aquele espaço durante um dia.

VMF: E são habitadas, essas Ilhas? Essa Ilha que visitou, ainda é habitada?

AN: São, são, entretanto as casas já foram...

VMF: ...Reabilitadas, não é?...

AN: Sim, e entretanto as pessoas já têm uma certa qualidade de vida. Aquela “ilha”, por exemplo, é muito pequena; eu já não tenho de cor o sítio, a rua, mas foi uma sorte poder visitar porque nunca tinha visto, só tinha estudado!

VMF: Isso é novidade para mim, porque tinham-me dito que já não existiam.

AN: Sim, existem algumas ainda. E na zona oriental ainda existem algumas [Vilas e Pátios Operários], só que estão um bocado mais degradadas. E são diferentes, a tipologia é completamente diferente. Estão muito separadas, portanto, as Ilhas do Porto, por exemplo, existiam na zona de logradouros e de pátios. Na Zona Oriental [de Lisboa] não, era completamente diferente, os Pátios e as Vilas aparecem [dispersas]. Uma, por exemplo, está na Rua Gualdim Pais, que fica já a seguir à Madredeus, portanto ao Bairro da Madredeus, já fica perto da Junta de Freguesia de Xabregas, essa é a Vila Flamiano. Depois lá em cima temos a Vila Dias.

VMF: São Vilas, não...

AN: São Vilas, não são Pátios. Mas existem alguns Pátios também.

VMF: Pois, pois...

AN: Existe uma Dissertação de Mestrado de uma Historiadora que se chama Maria Margarida Reis, e ela fez um estudo intensivo sobre os Pátios e as Vilas Operárias. Não é tanto o meu foco, porque tenho uma área [de estudo] mais vasta – é o próprio território, não é tanto esses elementos -, mas são... Pronto, é curioso ver que chegaram aos nossos dias e também já sofreram adaptações, portanto, a Vila Dias, por exemplo, fica a uma cota mais alta de Xabregas, e está repleta – mas repleta! -, de antenas da NOS, a antiga ZON, da MEO... Portanto, é uma adaptação um bocadinho... É dos nossos tempos, pronto! Mas que não tinha nada a ver com os finais do século XIX/início do século XX.

VMF: Pois...

AN: Nessa Vila, por exemplo, até há bem pouco tempo, em 2013, a questão das rendas era um exagero! Aquilo era explorado, as rendas eram exploradas como se fosse no século XIX e pagavam umas rendas altíssimas, com umas condições extremamente degradadas. E depois a Câmara teve que intervir e dizia na altura o Presidente [António Costa] que se fosse necessário se recorria à expropriação, porque era preciso resolver [aquela situação]. O que é certo é que, a questão dos equipamentos urbanos, de proximidade, nem sempre existem! Como as creches, as escolas, os Centros de Dia!... Então é um território que é um bocadinho deficiente a esse nível. O Professor considera que, de alguma forma, o município – não sei se também estará tanto dentro disso -, mas que o município devia intervir mais a esse nível? Ou também falta uma parte de reivindicação da parte das pessoas?

VMF: Pois... Tudo depende; eu não conheço o caso em particular, não é? Tudo depende de qual é o grau de reivindicação que essas populações possam apresentar... Agora a Câmara não pode ficar indiferente à situação! E qualquer processo de requalificação, que tem em conta uma área mais vasta em que incluía essas Vilas, essas situações, deve ter em conta a sua própria requalificação! E, obviamente, a requalificação não na perspectiva da “gentrificação”!...

AN: Pois, pois!...

VMF: Mas aí é preciso estudar...

AN: Pois, cada caso é um caso!

VMF: Cada caso é um caso! Pois.

AN: Naquele caso específico, eu já coloquei essas questões, ao Arq.º Eduardo Campelo, da Câmara Municipal de Lisboa, e ele dizia-me que a Câmara tem um grande problema, que é a questão da propriedade [e da posse]. A Câmara não pode intervir em propriedade que é privada, portanto, só se pode cingir aos terrenos que tem e aos edifícios que tem. Pode e não pode; tem um grande instrumento, que é a expropriação...

VMF: Não, mas... Sim, a expropriação é um caso limite, não é?...

AN: Sim, sim, é mais radical.

VMF: É um caso limite, mas a Câmara tem meios de negociação, de alguma pressão... É, uma vez mais, ter em conta o tal instrumento da perequação!...

AN: Sim, sim, exato!

VMF: Um determinado privado que tem um terreno no qual está uma Vila, etc., ele pode em dada altura, se se justificar, fazer uma intervenção em que os residentes obviamente devem ficar, em que há uma contrapartida também desses residentes, ou seja, uma vez mais, é a história do SAAL vista *hoje*! Que é o compromisso de algum envolvimento, nomeadamente financeiro das próprias populações mas, por outro lado, a Câmara pode fazer propostas, digamos, de uma contrapartida qualquer de terrenos municipais, e dizer “Ok, aqui você fica limitado porque as populações têm direito a ficar, etc., etc.”, mas em compensação pelo facto de as suas mais valias, digamos, serem reduzidas – porque poderia fazer aqui um imobiliário enorme, que a Câmara não iria autorizar, mas na sua imaginação especulativa, então “tem aqui um terreno e a gente negoceia!”. Ou seja, a Câmara tem instrumentos de políticas públicas - isso aí o João Ferrão vai ser certamente a pessoa mais indicada para poder discutir isto consigo -, que são as contrapartidas, são as formas de negociação, ou seja, em nome de que a cidade tem que preservar certos valores urbanos, nomeadamente o facto de haverem populações que estão, há décadas, habitando um determinado território, um determinado espaço. E portanto, não é, a expropriação é uma ameaça, digamos, *in extremis*, não é?... A Câmara não está muito interessada em avançar também e eu percebo isso porque haverá *N* situações em que se fosse para a expropriação, a Câmara não tinha meios financeiros para atuar. Tem que jogar com esse fantasma da expropriação, digamos, mas antes de chegar a ele, de tentar avançar com outros meios mais persuasivos, mais de negociação, mais de troca, de compensação, de perequação, ao fim e ao cabo!...

AN: E o Professor falou aí numa questão que me parece também essencial que é a questão do *compromisso*. A cidade hoje, e desde sempre, mas hoje em particular, é uma cidade de compromisso. Concorda?

VMF: Ah, sem dúvida! Compromissos de vária ordem e a vários níveis. Sim, sim... Sim, sim... Não, o compromisso, a ideia dos compromissos é uma ideia muito mais interessante do que a ideia da conflitualidade. Ou seja, a ausência de conflitualidade permanente, não é? Não é sustentável, digamos, gerir uma cidade em conflitualidade permanente. E, portanto, os compromissos surgem exatamente como forma de “perequacionar” os interesses existentes na cidade.

AN: Voltando ainda ao caso da EXPO '98, embora não seja o meu foco, mas é importante; esse é momento é importante na história e no próprio planeamento da cidade. Acho que hoje o Parque das Nações está a começar a apresentar sinais de degradação, ou seja, aquele

território que é um território emblemático no campo da regeneração urbana, hoje já precisa, também ele próprio, de requalificação, nomeadamente dos espaços públicos já começam a apresentar alguns sinais de degradação. Eu creio que isso também tem a ver com a própria gestão dos espaços, tem a ver com a própria gestão por parte das Juntas de Freguesia – eu creio que isso foi entregue às Juntas de Freguesia -, e se calhar houve alguma negligência ou descaramento da intervenção no espaço público. E ainda há alguns espaços, que são de qualidade, sem dúvida, mas começam a apresentar sinais.

VMF: Eu acho que não é arriscado dizer que a operação EXPO [’98] foi uma operação importante no sentido de requalificar um espaço que era um espaço industrial, um espaço vazio, digamos. Não tão vazio como isso, mas ao ponto de requalificar/mudar de funções. Agora, toda a intervenção, no seu conjunto, enferma – do meu ponto de vista -, de um certo “novo riquismo”, ou seja, como se fosse possível criar ali um “bibelot”, imutável, sempre de extrema qualidade, onde não acontecesse nada, ninguém degradasse nada, não se estragasse nada! [risos]

AN: Pois, isso não é a cidade “real”!

VMF: Claro! Não, e portanto, mas todo o investimento que foi feito aí, e se calhar em condições - eu agora não sei o desafio a partir da EXPO, já foi há... Em ’98, portanto há.... Em 2018 faz 20 anos, portanto...

AN: Faz 18 [anos] agora.

VMF: Pois. Já é tempo para fazer um balanço da situação. E eu suponho que o balanço não é tao positivo quanto se possa imaginar, não é?...

AN: Eu trabalhei lá [no Parque das Nações] dois anos, portanto, antes de ir para Coimbra trabalhei na Direção-Geral da Administração da Justiça (...) e então eu ia todos os dias para o Parque das Nações. (...) como sou de Torres Vedras, ia de transportes e demorava uma hora e meia de casa até ao local de trabalho. Pelo menos uma hora e meia. E depois o mesmo no regresso. Portanto, ao fim do dia, eram pelo menos 3 horas de transportes. Mas eu estava em Torres Vedras, mesmo assim é compreensível. Os colegas que moravam e moram ainda cá em Lisboa, moravam por exemplo, na Junqueira, e demoravam exatamente o mesmo tempo que eu. O que era curioso! Porque eu estava a 50Km de distância e eles estavam aqui na própria cidade.

VMF: Até à Estação do Oriente, claro. De comboio, não é?

AN: Não, não vinha de comboio porque não tem ligação em comboio, ou seja, ligação de comboio só tem pela Linha do Oeste. (...) Normalmente venho de autocarro, que é mais direto até ao Campo Grande e depois aí é que apanhava o Metro, tinha que mudar de linha, etc. Mas era curioso que, as pessoas que moravam cá em Lisboa demoravam quase o mesmo tempo, às vezes o mesmo tempo, que eu e moravam cá na cidade! E isso fazia-me muita confusão. Porquê? Porque eles tinham que mudar de transporte várias vezes, esperar, depois a articulação dos transportes às vezes não corria bem, ou mesmo de carro, apanhavam trânsito. Pronto e esse é um dos problemas da Expo/do Parque das Nações, é ainda a distância que tem relativamente ao resto da cidade. Ainda não está, efetivamente, interligada. O Metro já veio ajudar muito, sem dúvida, mas ainda parece um polo um bocadinho distante.

VMF: Mas a escolha do Metro para ali foi, uma vez mais, uma escolha de “novo riquismo”, porque o que estava previsto na política do Metropolitano dos anos 1990, é que a linha que era prioritária era para Alcântara!

AN: Pois, exato. Ou seja, ligar a frente ribeirinha, mais uma vez.

VMF: Não, não necessariamente só a zona ribeirinha, mas Alcântara para o centro da cidade. Ou seja, privilegiar aquele eixo de Alcântara em termos de ligação com o resto da cidade.

AN: Sim, em Alcântara às vezes também acontece um bocadinho isso, como já temos o elétrico já facilita muito essa ligação, mas Alcântara ainda parece também um bocadinho distante. Mas o Parque das Nações é pior...

VMF: Não, mas, ou seja, mas é isso, exatamente, criou-se aí um mito da Expo '98, é um pouco, isto é muito português, infelizmente, se calhar não é só português, que é, como agora ganhamos o Campeonato Europeu [de futebol], ficou tudo eufórico e não sei quê...

AN: Agora [1 mês e meio depois] já ninguém fala disso!...

VMF: Já ninguém fala nisso, não é?

AN: Exato, há um mês atrás, não é, e agora já ninguém fala disso...

VMF: Mas a Expo também criou-se aí um mito, depois como aquilo abriu no dia em que estava previsto e não sei quê, só que os custos que toda a operação teve nunca se chegaram a saber!... Nunca se chegou a saber exatamente os custos *reais*... Porque, por exemplo, esta história de privilegiar a linha de Metro para a zona da Expo, em detrimento de Alcântara, quando, estrategicamente para a cidade a linha de Alcântara já era prioritária, isto tem custos! Tem custos para a cidade!

AN: Claro...

VMF: E portanto se, entrássemos em linha de conta, e que eu saiba ninguém fez ainda essas contas e não estão conhecidas nem estão publicadas, nem...

AN: Pois, porque se calhar não há também interesse em publicar...

VMF: Não, exatamente! Porque ficou no ar o mito da EXPO '98, o grande momento de afirmação de Lisboa, e tal... É daquelas coisas um pouco...

AN: [risos]

VMF: ...Saloias, provicianas!

AN: Exato. Mas pronto, sem dúvida, foi um momento único na cidade e desencadeou inúmeras oportunidades.

VMF: Custos muito elevados, Ana!... É que os custos normalmente são minimizados, porque como não são conhecidos, ninguém consegue avaliar. Fala-se muito dos buracos financeiros do BPN – claro que são coisas brutais -, hoje veio à baila que o número são 3200 milhões de euros que o buraco do BPN, não sei quê; ok! Com isso, as pessoas ficam estarrecidas. Vamos lá fazer as contas exatas do que foi a Expo '98. Os custos reais! Não é só o de investimento, não sei quê, não! Os custos reais, globais, iam buscar números muito astronómicos... Iam buscar números muito astronómicos...

AN: Até porque a própria escala da intervenção também convidava a isso. Nós temos também edifícios altíssimos, não é, enormes, temos estruturas de parques/de espaços públicos, mesmo, também que são brutais! Eu acho que aí, se calhar, a ponderação; não sei qual é que foi o fundamento na altura, era uma Exposição Internacional, sem dúvida, mas a operação de regeneração urbana subsequente foi muito encerrada, portanto, não privilegiou sequer as ligações depois com os centros contíguos – como os Olivais, etc. -, mas alegam que o Plano de Pormenor [da zona envolvente], como não foi avante, depois que fomentou essa ligação com os Olivais.

VMF: Como? Como é que é?

AN: Sim, a Câmara Municipal diz que, por um lado, foi por que o Plano de Pormenor, como não foi executado [implementado], ou pelo menos executado na altura, não conseguiram fazer essa ligação devida com os...

VMF: Não, o Plano já era delimitado naquela zona toda ali à volta do Parque das Nações!...

AN: Sim, portanto, aquilo já era um “*ghetto*” [de elite], desde o início...

VMF: Encerramento total para os terrenos que são, muitos deles de carácter ou público/Estatal ou Municipal e depois foram postos em hasta pública e vendidos e não sei quê, com valores especulativos, claramente, portanto, globalmente fez-se, digamos, uma avaliação, podemos dizer assim, de tal forma que pagasse – a ideia era a do “custo zero”!

AN: Exatamente!

VMF: “Custo zero” que foi uma ova! Desculpe o meu comentário popular! Porque não houve “custo zero”. E é muito curioso – eu acho que tenho que dizer isto, lamento muito mas -, uma vez, ao falar com o Mega Ferreira, que era lá da Administração, não é, ele próprio também admitiu que nunca acreditou na ideia do “custo zero”!... E, no entanto, andou a vendê-la durante o período todo e mesmo *a posteriori*! Se hoje, publicamente, lhe fizerem a pergunta, ele dirá “pois” – vai-se escudar, se calhar, hoje ele é um homem inteligente, ele vai-se escudar e tal – e dizer “pois, havia dúvidas, pois, mas sabe-se que, tal, tal...”.

AN: Pois, mas agora já está feito, não é?

VMF: Agora já está feito, mas exatamente, aquilo estava delimitado! Era aquela... De resto, se a Ana já consultou – se calhar já consultou – o Plano Diretor dos anos 1990 [1994]...

AN: Sim, é um dos meus casos de estudo, é esse Plano de 1994.

VMF: Exato. Vê lá uma mancha em que, metade não está nada definido, e “a definir”!

AN: “A definir”! Exato, isso é sempre muito perigoso deixar assim...

VMF: Claro! Claro! Mas até aí houve cumplicidades...

AN: Pois, pois, pois...

VMF: Provavelmente de pessoas de quem eu prezo muito, mas que foram cúmplices também numa situação que é óbvio que, se a Câmara de Lisboa deixa isso “a definir”... Depois eu estive, eu na altura era Deputado Municipal, independente no grupo do PS, mas era Deputado Municipal, e depois na altura criou-se uma “Comissão Especial sobre a Expo” e deram-me a Presidência da Comissão. Nessa altura, já não era o Jorge Sampaio o Presidente, o Jorge

Sampaio já era Presidente da República, e era o João Soares [o Presidente da CML]. E eu como Presidente dessa Comissão eventual sobre a Expo, fizemos uma primeira reunião e dissemos “Bom, a gente precisa de saber várias coisas, uma delas é ouvir a opinião do Presidente da Câmara!”, que era o João Soares. Eu insisti com ele várias vezes e ele dizia “Eu falo consigo o que quiser, mas não vou lá à Comissão.”, e não foi!... Não foi à Comissão! Portanto, há aqui muita gente um bocado tacitamente cúmplice, consciente ou inconscientemente cúmplice do que se passou, quer dizer!...

AN: Sim, no fundo, lá está; se calhar como já estava “comprometido”, não tinha interesse em prestar declarações...

VMF: Ele não queria... Pois. Não queria, enfim...

AN: Mas lá está, são questões políticas!

VMF: Claro! Em última análise, é de política que falamos!

AN: Exato! A cidade é política, até a própria questão do património também é ela política...

VMF: Claro! Mas é, política urbana.

AN: Exatamente.

VMF: Sem dúvida, sem dúvida... É “política urbana”...

AN: Eu acho que a maioria das questões nós já falamos. Ia só focar a questão, portanto, a minha Tese – o título da minha Tese ainda está em revisão, porque depois houve uma série de transformações que optei por alterar -, e um dos meus objetivos – que era a comparação do Plano Diretor da Região de Lisboa, de 1964, que era uma versão de Antepiano, não chegou a ser aprovada, mas que eu escolhi porque era um plano interessante do ponto de vista de não ser estático; era um plano que não era estático, porque era uma fase de transformação, apresentava já a ideias inovadoras...

VMF: Como a Ana sabe, à escala regional!...

AN: À escala regional, exatamente. E depois escolhi o Plano Diretor Municipal de Lisboa [1994], que é municipal mas que considera essa questão da Região na medida em que não a cidade só, a cidade era a área metropolitana. E, portanto, eu faço esse paralelismo entre os dois planos. E este objetivo passou agora a ser uma metodologia. Primeiro era um objetivo, que era muito focado, depois tive que alargar um bocadinho os horizontes...

VMF: Eu penso que é arriscado fazer (...) em termos comparativos; são lógicas muito diferentes, são épocas muito diferentes, políticas muito diferentes, contextos muito diferentes, contextos políticos muito diferentes!... Agora, o Plano de 1964 era um plano regional, realmente, bem feito, para a época... Agora, é muito arriscado por isso em perspetiva de comparação. É, pelas escalas! As escalas são totalmente diferentes, não é?...

AN: São, mas os princípios... O Plano de 1994 vai buscar muita coisa do Plano Estratégico de '92. E o Plano Estratégico de 1992 terá sido o primeiro plano (...), portanto, isto há sempre um avanço e um recuo; temos o Plano Diretor de 1964, depois o Plano de 1977 - que foi elaborado de 1966 a 1977; é o Plano de Meyer-Heine -,

VMF: Ah, o de 1967!

AN: (...) Só foi aprovado, finalmente, em 1977! Depois, deu-se a Revolução!...

VMF: Pois, exato.

AN: E então, há uma série de avanços e recuos nos próprios Planos Diretores Municipais. E então estes avanços de escala tinham muito a ver com a própria evolução suburbana, com a própria definição da área metropolitana e então eu optei por fazer isso. Eu sei que é um risco, mas...

VMF: Oh Ana, não tem que abandonar alguns elementos mais ou menos comparativos, mas não ponha à cabeça a ideia de por em paralelo dois planos que têm...

AN: Sim, têm lógicas diferentes!

VMF: Lógicas diferentes, contextos diferentes, situações políticas totalmente diferentes...

AN: Sim, situações políticas totalmente diferentes!... Mas era no âmbito conceptual! Porque a regeneração urbana, o conceito já existia, mas no Plano de 1964 era mais focado para a paisagem urbana – porque essa expansão urbana ia trazer, na altura já se tinha essa consciência, que trazia uma depredação da própria paisagem e dos próprios sistemas ambientais – portanto, o conceito de regeneração urbana também sofreu uma evolução e, ao longo dos planos, vai sendo adoptada de formas diferentes. No Plano de 1994, o foco era precisamente a “reabilitação”. A questão da regeneração vem, sobretudo, com a questão da Expo '98, porque o mote não era propriamente a *reabilitação*, era a *regeneração*. Pronto, e daí que eu tenha escolhido isso; eu parto do momento da *expansão* urbana e depois para a

recentralização, para justificar este próprio conceito. Porque ele só faz sentido a partir do momento em que os olhares são redireccionados para as áreas centrais da cidade.

VMF: Sim...

AN: Nesses avanços e recuos de escala, o Plano Diretor de 1994 vai buscar muita coisa do Plano Estratégico de '92, que estabelecia eixos estratégicos de atuação

VMF: E a equipa era a mesma!...

AN: Exato! E estabelecia eixos estratégicos que depois foram assumidos no plano de 1994. Ou seja, eles foram definidos a uma escala maior do que a própria cidade, já considerando a área metropolitana, mas depois foca-se só na cidade.

VMF: Sim... Eles não foram bem, quer dizer, eu acompanhei bem isso e na altura tive ocasião, o responsável pelo Plano Estratégico era o Eng.º [António] Fonseca Ferreira...

AN: Exatamente! Também já o entrevistei.

VMF: Já o entrevistou?

AN: Já, há um ano atrás; já foi em 2015.

VMF: Pois, eu conheço-o há muitos anos, agora por acaso já não o vejo há algum tempo, mas tivemos ocasião de discutir (...) publicar isso no jornal um texto cujo título era este: "Planeamento Estratégico ou uma Estratégia de Planeamento".

AN: Exato.

VMF: É porque eu acho que o planeamento (...) é o dito "plano estratégico", mas é um plano estratégico que contraria, do meu ponto de vista, a própria noção de estratégias de planeamento! Mais importante do que fazer um plano estratégico, fixo, é definir linhas estratégicas de atuação, desenvolvimento, etc.! Portanto, Ana, cuidado com a (...) de 1994 e 1992, se estamos a falar de uma mesma equipa, no seguimento dos mesmos objetivos, etc., eu não me agrada muito ouvir "plano estratégico". "Plano estratégico" é o livro, 'tá bem, pronto, há um documento, com (...), em que estive envolvido e muito mais gente... Isto tudo, (...), a origem disto vem de Barcelona...

AN: A experiência de Barcelona, exatamente.

VMF: Sabe disso, não é? Mas 'tá a ver? É exatamente a grande diferença da nossa Expo e aquilo que Barcelona fez a propósito dos Jogos Olímpicos é que pensou os Jogos Olímpicos como uma oportunidade para intervir nos espaços não só da cidade, como (...).

AN: Exato! Essa questão é muito importante.

VMF: A nossa Expo ficou confinada àquele *buraco*, digamos! Não é? E, portanto, o Plano Estratégico de Lisboa – chama-se assim, “Plano Estratégico” mas eu acho que é plano estratégico num sentido mais negativo da palavra *Plano*, porque o plano, por definição, está ligado ao planeamento e a definição de planeamento é um *processo*. Estamos a falar de plano estratégico é como se fosse/estivesse indicado as grandes linhas de expansão e desenvolvimento, ok, era um processo de planeamento. Assim ficou ali imutável também...

AN: Pois, correspondeu a um momento muito específico.

VMF: Correspondeu a um momento muito específico. Já o de 1994 é o Plano Diretor! Bom, ok, isso tem outros...

AN: É o Plano Diretor e que não sofreu assim tantas transformações depois com a Revisão e a atualização, portanto, a base é a mesma.

VMF: Exato. Eu admito isso mas não conheço o...

AN: O de 2012.

VMF: Pois, esse eu já não conheço. Enfim, li coisas no jornal mas não...

AN: Sim, não acompanhou diretamente.

VMF: O de 1994, esse sim, esse estava envolvido, até do ponto de vista político, porque era Deputado Municipal, não é?

AN: Sim, sim... E o Professor sabe-me dizer com certeza se eram relativamente fáceis as negociações, as reuniões, as opções que eram necessárias tomar... Como é que eram os processos, na altura? Relativamente à ocupação do solo e à transformação do solo?

VMF: Isso é uma boa pergunta para fazer ao [Eng.º] Fonseca Ferreira! Se a fez?

AN: Não fiz exatamente sobre o Plano de 1994, foi mais ao nível da regeneração urbana. Mas ele esquivava-se muito às questões que lhe coloco... Foi o que me aconteceu.

VMF: Claro... Claro, ora, eu conheço-o bem. É Engenheiro!

AN: Exato! [risos]

VMF: Convém não esquecer que, antes de mais nada, ele é Engenheiro!

AN: Exato! E a Dr.^a Teresa Craveiro dizia-me que ele era Engenheiro e que, por esse ponto de vista, não tinha a mesma consideração sobre a cidade que um Arquiteto tem, ou que mesmo um Sociólogo tem, ou que um Geógrafo tem!...

VMF: Isso era a Teresa Craveiro que dizia?

AN: Sim.

VMF: Ela trabalhou... Havia grandes conflitualidades entre ela e ele!

AN: Pois! E ela focou a questão dos Planos de Pormenor. O Eng.^o Fonseca Ferreira disse-me que os Planos de Pormenor são um “cancro”, basicamente, e não resolvem nada, são uma razão de termos vários problemas na cidade, é a sucessão de *Planos de Pormenor* e não *Planos de Conjunto*, por aí percebo a perspetiva dele. No entanto, às vezes os Planos de Pormenor são importantes na medida em que é preciso chegar à escala da soleira...

VMF: Claro!...

AN: E que é preciso resolver problemas.

VMF: Bem, eu não sou... Do planeamento, eu sou um curioso, só... Mas uma coisa é ter “estratégias de planeamento urbano” pensadas em termos de processo e temporalmente dilatado. Depois os Planos de Pormenor são eles que podem – dentro das linhas de orientação que o planeamento estratégico deve dar, isto é, que as estratégias de planeamento devem dar (...), mas ajustar-se em função das condições locais, também! Portanto, eu não percebo isso, mas também não quero entrar nessa discussão...

AN: Não, o que eu queria dizer era que não havia se calhar esse pensamento a nível global, uma estratégia mais integrada, e haviam vários Planos de Pormenor que iam sendo aprovados, pontualmente...

VMF: Quer dizer, se não houver uma visão global e uma visão... Global!

AN: E estratégica!

VMF: E estratégica, aí efetivamente, e não é uma manta de retalhos!

AN: Exato, era isso que ele queria dizer.

VMF: Isso é um bocado uma banalidade, o problema não está aí! O problema está a montante, isto é, ou temos grandes orientações, de desenvolvimento estratégico, urbano, temos isso discutido, debatido, avaliado, etc., ou não temos. Se não temos, obviamente, que se ficarmos só pelos Planos de Pormenor, é uma manta de retalhos! Aí é claro, mas o problema não está no “Plano de Pormenor”, isto é, o problema não está na “manta de retalhos”, está no facto de, à partida, não haver uma orientação geral para a “manta”!

AN: Pois, pois, pois...

VMF: Como é que queremos a “manta”?...

AN: Exatamente!... E aí, o Plano Diretor deixou muita coisa em aberto; lá está, cola-se muito ainda ao instrumento do “zoning”, o instrumento principal que ainda vem do planeamento “moderno”, e depois, mesmo utilizando o instrumento da “perequação” é muito abstrato porque o Plano acaba por ser ainda muito abstrato! A estratégia não, a estratégia foca-se mais na prática. E este novo Plano Diretor sofreu a revisão mas a sua estrutura de base é a de 1994. Foca a reabilitação urbana como o desígnio da cidade contemporânea, mas tem uma grande falha que é considerar praticamente toda a cidade como uma ARU, ou seja, uma “Área de Reabilitação Urbana”. Então, em vez de definir áreas estratégicas de atuação, considera tudo! E ao considerar tudo, pode ser também uma falácia, não é, porque acaba por não atuar em nada diretamente.

VMF: Claro!...

AN: Não obstante todas as iniciativas (...) que tem, os Programas de Reabilitação – por exemplo, estou-me a lembrar dos Programas BIP/ZIP, por exemplo, que são manifestamente estratégicos e muito práticos, são muito focados com o facto de lidarem com a população diretamente e a Arq.^a Helena Roseta...

VMF: Falou já com ela?

AN: Sim, já a entrevistei, e ela falou-me de coisas interessantíssimas e das experiências que ela pôde acompanhar, e essa foi uma delas, os BIP/ZIP. Mas, de facto, não existe uma estratégia [global]; existe a definição de uma grande área de reabilitação urbana, mas depois não existem estratégias; existem os eixos estratégicos – “criar valor, criar emprego, melhorar as condições de habitação, etc.”. O Plano Diretor é sempre muito complicado porque joga com muitas *layers* e com muitas condicionantes. Mas acho que neste momento podia ser importante fazer um novo Plano Estratégico, não se focando num momento específico como o de 1992, mas ter umas linhas estratégicas depois de continuidade, que se vão sendo, sucessivamente, adaptadas e...

VMF: Não, como sabe, era haver esse debate, que na altura foi feito mas muito tributadamente, de estratégias de desenvolvimento urbano! E que eu acho que não devia perder este enunciado de “estratégias de desenvolvimento urbano”, não de “planeamento estratégico”.

AN: Pois, são coisas muito distintas.

VMF: Logo à partida – e há muitos anos atrás -, com o [Arq.º] Nuno Portas, a propósito do [Eng.º] Duarte Pacheco – como deve saber, eu trabalhei, a minha Tese de Doutoramento foi... Não sei se já consultou, (...) como é que se chama? Já não me lembro da minha Tese!... [risos] “Lisboa, a Capital do Império”...

AN: Sim, já consultei, que é de 1988!

VMF: ...é de...1987. “De Capital do Império a Centro da Metrópole. Bom...

AN: Portanto, foi a Tese, e depois a Tese foi publicada em livro!

VMF: Ah, na Dom Quixote!

AN: Sim! Eu consultei o livro, não a Tese em si.

VMF: Ah, consultou o livro. A Tese foi defendida em 1986.

AN: Pois, exato, por isso é que o livro é de 1988.

VMF: Não, o livro é de 1987. Mas oh, Ana, eu posso estar enganado na data também!

AN: Eu tenho o registo de 1988. Mas tudo bem!

VMF: Mas não interessa...

AN: Exato, de capital do Império a centro da Metrópole!

VMF: Exato. E estudei o período dos anos 1930-1940. E há uns anos largos atrás, a Fundação Gulbenkian organizou um Colóquio sobre o [Eng.º] Duarte Pacheco, e as políticas urbanas e tal... E o que o Nuno Portas na altura disse, o que foi para mim na altura, não eu, cito-o de cor, uma afirmação que ele fez nesse ponto, que era a diferença entre o “Plano de Estrutura” e o “Plano de Projeto”.

AN: Sim, sim, sim, sim...

VMF: Ou seja, uma coisa é aquilo que, ao nível do plano estratégico foi feito – que é uma coisa rígida, uma coisa imutável -, outra coisa é estratégias de planeamento que o Duarte Pacheco – e o Nuno Portas explicava e bem, do meu ponto de vista explicava bem -, o Duarte Pacheco tinha uma visão estratégica para a cidade!

AN: Sim, sem dúvida!

VMF: Tinha ele e os seus...

AN: A equipa, não é?

VMF: Infelizmente ele morre em '43 e... Foi uma pena. Por acaso isso, por todas as razões, que eu acho que era uma figura muito controversa no Estado Novo!...

AN: Pois, exato! Ainda por cima no Estado Novo, não é? Num contexto ditatorial, ele tinha umas políticas se calhar um bocadinho mais socialistas ou...

VMF: Muito mais avançadas!

AN: Muito mais avançadas e com um cariz muito socialista também...

VMF: É, ele expropriou toda uma série de terrenos que, durante décadas a Câmara viveu à custa disso...

AN: Pois...

VMF: Porque... Mas ele expropriou, depois não para nacionalizarem o terreno, mas para por em hasta pública, de acordo com, digamos, umas ideias básicas de planeamento na cidade!... De expansão da cidade!

AN: Exatamente...

VMF: Contrariou aquilo que existia até então, que eram as companhias de urbanização – isto é, cada conjunto de proprietários ou um proprietário -, que, como uma manta de retalhos, cada um fazia o seu Plano de Pormenor...

AN: Sem ligação...

VMF: Ele acabou com isso. Portanto, ele depois de expropriar os terrenos, pôs em hasta pública, terrenos que são expropriados como se fossem terrenos rurais, que é uma habilidade...

AN: É uma habilidade, de facto!...

VMF: Uma habilidade “habilidosa”... Com uma habilidade habilidosa realmente, por alguma razão quando ele morreu, os proprietários fundiários e os especuladores imobiliários, etc., fizeram um jantar... Para festejar, não é?... Para festejar. Mas, portanto, ele punha em hasta pública para os terrenos serem efetivamente edificados, de acordo com todo um traçado, já um plano, digamos, mas um plano pensado neste sentido de *processo*, que o próprio Duarte Pacheco e a sua equipa lançou.

AN: Sim, ele era um visionário, sem dúvida!...

VMF: Era! Mas claramente!

AN: Eu assisti a um Seminário, já há uns anos lá no ISCTE - e eu não me lembro é quem era o Professor, eu acho que ele é do [Instituto Superior] Técnico, mesmo -, e ele estava a falar sobre o [Eng.º] Duarte Pacheco e as políticas expansionistas e ele dizia que Duarte Pacheco era muito avançado para o seu tempo, isso é indiscutível, e ele andava sempre a 120 [Km/h] e morreu a 120!

VMF: Foi?

AN: Pronto, e depois foi uma grande perda porque depois dessas políticas não houve outra figura até agora que conseguisse nem retomar o trabalho nem fazer um trabalho igualmente

valioso. E ainda hoje temos as estruturas – algumas infraestruturas -, principais na cidade de Lisboa que são ainda desse tempo. E portanto o ordenamento do território por aí...

VMF: Mas oh Ana, (...) ele de 1938 até 1943, quando morre, ele era simultaneamente Presidente da Câmara e Ministro das Obras Públicas!

AN: Pois, exato.

VMF: O que lhe dá uma dupla... Isto num contexto autoritário, não é? O regime era autoritário, isto é, ditatorial, obviamente que o [Eng.º] Duarte Pacheco era “de figuras do Algarve”, mais ou menos liberais, e tal, mas o contexto político era esse! Autoritário! Ele é Ministro das Obras Públicas e Presidente da Câmara!... Quer dizer!

AN: Pois!

VMF: [risos] E depois era visionário...

AN: Ainda bem que era um visionário, porque podia ter sido um desastre! Podia ter sido um desastre... Ao ter esses cargos...

VMF: Pois podia ter sido um desastre! Ah, claro!...

AN: Mas se calhar já teve esses cargos porque já era um visionário!...

VMF: Claro!... Não, o Salazar tinha alguma conflitualidade com ele, isso não é novo dizer isto, foi busca-lo em 1938, para a Câmara de Lisboa, para organização a Exposição [do Mundo Português] de 1940.

AN: Sim, sim, a Exposição do Mundo Português!...

VMF: ...do Mundo Português, exatamente que era da dupla... Do duplo centenário!

AN: Sim, exatamente.

VMF: Da nacionalidade e da restauração! Bom, e portanto, Salazar que, dentro da sua “manhosice”, não era estúpido, não é, percebeu que o Duarte Pacheco era a pessoa indicada para, em 2 anos, preparar e fazer – como foi feito -, a Exposição do Mundo Português. Só que, em nome disso, em nome dessa mesma Exposição do Mundo Português, o Duarte Pacheco percebeu que era altura de dar uma revolução completa na cidade, não é? Fazer uma revolução completa na cidade e sobretudo nos instrumentos de intervenção urbana. Isso é

uma figura!... Eu quando disse há pouco que infelizmente morreu em 1943, é em todos os sentidos. Para além, obviamente, da morte brutal, foi num desastre ali no Alentejo, o Chauffeur vinha a 120 à hora e o carro despistou-se, foi contra uma árvore e não sei quê, morreram os dois. Mas, quando eu lamentei, lamentei em vários sentidos; para além da morte brutal, que é sempre de lamentar, mas porque ficamos sem saber o que é que teria acontecido a este dito “Estado Novo” se o Duarte Pacheco obviamente continuasse!... E portanto, a conflitualidade com Salazar haveria de assumir formas se calhar mais abertas, e não sabemos o que poderia ter acontecido ao país!... Sabe-se lá o que poderia!...

AN: Pois, exato! Agora fica muita coisa em aberto. Mas que foi uma figura incontornável, na nossa história, foi sem dúvida!...

VMF: Completamente.

AN: Não voltamos a ter ninguém como ele, nestas matérias...

VMF: Não, não... Comparável, acho que não.

AN: Por exemplo, o caso da Exposição do Mundo Português [EMP] também é interessante porque, comparando com a Expo '98, essa sim [EMP], promoveu espaços públicos e elementos que ainda existem hoje no território, que é uma referência, a Expo '98 é, se calhar, um exemplo mais de “novo riquismo”, como o Professor estava a referir. Portanto, são ideologias completamente diferentes!

VMF: Sem dúvida, a Exposição do Mundo Português era de afirmação do nacionalismo e era o tempo do nacionalismo, não é, do nazismo e do fascismo, todo eufórico ainda, tinha intenção de que ainda ia ganhar a guerra, etc. Mas aí, o Salazar era muito mais comedido e a Exposição do Mundo Português é uma comemoração de um duplo centenário, da nacionalidade portuguesa e da restauração portuguesa, ok, e portanto é confinado naquele espaço e era efémero! Aquelas coisas que foram construídas foram, deliberadamente, efémeras! Depois decidiram, infelizmente, construir definitivamente aquele monumento... Que é horroroso, não é?... Aquela coisa do... Como é que se chama aquilo? Ao pé da Torre de Belém!

AN: Sim, o Padrão!

VMF: ...O Padrão dos Descobrimentos! Aquilo é em estafe ou, como foi feito, ou estuque ou não sei quê. Aí estava bem, porque depois ia para o lixo e para a reciclagem... (...)

AN: Exato e que hoje é questionável, quer dizer, é património, mas...

VMF: ...Acabou por ser! A bem ou a mal.

AN: Foi mantido, lá está, por essas opções, por uma série de opções. A Expo '98, no fundo, pronto, tem um cariz completamente diferente, também eram alturas muito diferentes...

VMF: São tempos diferentes, mas eu acho que o “novo riquismo” que a Exposição do Mundo Português não... Não era isso que era forte, não, não!... Era mais a afirmação nacionalista, do Estado Novo. Era um momento de afirmação. E infelizmente quando foi pensado, em '38, não é, não se imaginava que ia haver guerra, e, pelo facto de em '40 já haver guerra, a Exposição do Mundo Português teve muito menos impacto do que o Salazar gostaria que tivesse, não é?...

AN: Pois, porque era uma exposição internacional, lá está!...

VMF: Exato.

AN: Para finalizar, porque eu já lhe roubei muito tempo...

VMF: Não, tem sido um prazer falar consigo!...

AN: Eu agradeço imenso a partilha!

VMF: Tem sido uma “revisitação”, de coisas que eu já não lia, já estavam “sossegadas” e instaladas...

AN: Vou finalizar com esta questão: sabemos que as frentes ribeirinhas são palcos de transformação urbana, já, desde sempre, são palcos de transformação urbana, mas, na perspetiva do Professor, qual é o papel hoje que as frentes ribeirinhas detêm? Qual é que pode ser o papel na cidade?

VMF: Elas têm, esta relação, no caso concreto de Lisboa, há um dado fundamental que é o de pensar Lisboa como uma *metrópole*. E ao pensar Lisboa como uma metrópole, é uma cidade-metrópole de duas margens!...

AN: Exatamente.

VMF: E portanto, as zonas ribeirinhas são fundamentais porque exatamente estabelecem esta relação do território físico ou do território aquático. E depois o próprio rio Tejo não é um rio como é o Sena ou o Tamisa, etc. É um mar, é o Mar da Palha!...

AN: Exato! E o Professor refere muito bem isso nas várias obras e no [livro] “O Fascínio da Cidade. A cidade, a metrópole e o rio”, em que diz que “este é um rio marítimo”! E por isso tem uma condição completamente diferente do que se fosse um mero canal.

VMF: Eu jogo com a “cidade de água, mar urbano”!...

AN: Exatamente.

VMF: Mas é essa a ideia forte, de base, para justificar que as frentes ribeirinhas são fundamentais, que de resto, neste caso, são frentes marítimas, mais do que ribeirinhas – ribeirinhas é no caso do rio, etc. -, aqui é de mar, de uma dimensão marítima, e portanto as frentes marítimas são fundamentais, mas, se elas não ficarem confinadas à sua exclusiva relação com o mar com quem está congeminado, digamos assim!... Ou “acasalado”, para usarmos outra expressão, ou seja... E portanto, se as frentes ribeirinhas tiverem, as frentes marítimas, as frentes de *água*, tiverem também uma relação com o território não propriamente aquático!... Isto é, não perder de vista a ligação e não ser uma mera zona turística de passeio, de vivências, etc., não é? Ou seja, pensar a dupla relação que esse território marítimo, de frente de água, tem, quer com a água/quer com o mar, quer com o território físico. Portanto, aí, jogar nesta dupla valência, não é?

AN: Exatamente. Isso é muito interessante e é precisamente o foco da minha Tese – eu podia-me focar só na frente ribeirinha, estritamente na franja portuária, mas eu considero os núcleos urbanos adjacentes, contíguos -, porque, de facto, acho que existe essa relação que é preciso explorar e tirar partido da existência de um rio que, lá está, que é *marítimo*. E, por isso, tem uma condição diferente [do resto da cidade]. Por outro lado, a questão da área metropolitana é essencial porque a frente ribeirinha da área metropolitana de Lisboa pode ser um elo de ligação e de relação entre as duas margens.

VMF: Exato, exato! A tal “metrópole de duas margens”!...

AN: Sim, a “cidade de duas margens”, exatamente. E daí também justifica um bocadinho o facto de eu ter ido buscar o Plano de 1964 porque era a primeira vez que se definia exatamente a área metropolitana e que existia esse conjunto das áreas ribeirinhas que, na altura, eram muito focadas na atividade portuária...

VMF: Isso é muito interessante ir buscar, eu estou de acordo ir buscar elementos ao Plano de 1964. A única objecção é de ter qualquer coisa comparativa [com o Plano de 1994], não é?...

AN: Pois.

VMF: Não faz sentido. É só porque não faz sentido. Mas faz sentido ir buscar muita coisa e lembrar: “Bom, já em 1964...” – era o [Eng.º] Guimarães Lobato, não era?...

AN: Sim!

VMF: ...O autor do Plano?

AN: Não, ele participou; o autor era o Eng.º Miguel Rezende.

VMF: Ah, pronto!

AN: Mas o [Eng.º] Guimarães Lobato também estava sempre [envolvido], já não sei em que pelouro, mas eu tenho isso nas Atas [do Plano].

VMF: Eu associava o nome dele a isso, não é?...

AN: Mas é interessante que esse Plano [1964] foi buscar uma série de locutores/de agentes, como por exemplo o Arq.º Raul Lino!... Que não íamos associar um Plano que tinha um cariz até já um bocadinho inovador. O Raul Lino é sempre um bocadinho associado à questão da Arquitetura Portuguesa, da Casa Portuguesa, etc., e não; o Arq.º Raul Lino era um dos maiores defensores da defesa da paisagem urbana! E isso é interessante, também pela experiência que ele tinha, mas é interessante para perceber que esta noção da preservação e da conservação do património – não só edificado, mas também natural; urbano e natural -, que era já uma preocupação, em 1964.

VMF: Claro... Claro, claro!...

AN: E isso é interessante!

VMF: Mas também não eram muitos os arquitetos na altura... Portanto, (...), mas isso que está a dizer – que eu também não sabia, do Raul Lino e dessa preocupação que ele tinha da paisagem urbana -, mas exato, é importante lembrar isso!...

AN: Pronto, e eu vou buscar também essa questão, pela questão da regeneração urbana, porque as sementes já existiam...

VMF: Já existiam, exato!

AN: Claro que era uma conjuntura completamente diferente, mas já existia essa preocupação. E que depois é exponenciada, brutalmente, em 1994, já pelas experiências todas internacionais...

VMF: ...30 anos depois!

AN: 30 anos depois, depois da Revolução, depois das experiências, por exemplo, de Barcelona... Todas essas referências depois dão origem aquilo que nós temos hoje no planeamento e da forma de questionar, de que forma nós podemos hoje operar sobre o território e sobre estas frentes ribeirinhas, em particular.

VMF: Claro. A experiência de Barcelona – não sei se leu coisas sobre isso -, é muito interessante!...

AN: Sim, mas lá está, considera a área metropolitana e a nossa é sempre a uma escala muito mais reduzida e fechou-se completamente; foi uma oportunidade que ficou um bocadinho aquém. De qualquer forma, a cidade mudou muito depois disso, beneficiou, sem dúvida, e há-de beneficiar agora com estes novos planos [na ZROL]. Só que lá está, depois a área de futuro, uma das áreas de futuro, na própria cidade é essa zona ribeirinha oriental que ainda não recebeu intervenção e que eu acho que a parte da Sociologia que é...

VMF: Na Matinha!

AN: Não só na Matinha, mas Marvila, Beato e Xabregas - esses núcleos mais antigos -, e eu acho que a parte da Sociologia em conjunto com a Arquitetura e outras áreas, que era importante arranjar uma estratégia integrada.

Professor, muito obrigado pela partilha! Obrigado!

Fim (01:48:14)

ENTREVISTA

Professor Doutor Leonel Fadigas

A7

Entrevistado: Professor Arq.º Leonel Fadigas (FA-UL/AMBELIS/RECRIA)¹⁷⁶
Data: 24.08.2016
Horário: 11h00 – 14h00
Local: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Ajuda, Lisboa

▪ **Guião / Questões**

1. Regeneração urbana: evolução do conceito. Qual o seu papel no âmbito do planeamento e da gestão urbanística na atualidade?
2. A questão do território. Na obra do Professor «Fundamentos ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem» (Edições Sílabo) refere que «O território é um recurso e um suporte de vida, em equilíbrio mas também em mudança, cujo ordenamento constitui um processo articulado de organizar os habitats humanos, tendo em conta os três pilares fundamentais em que assenta: ambiente, sociedade e economia».
3. As políticas públicas territoriais, na sua definição e aplicação, representam um sistema ideológico de apropriação e controlo do território como recurso essencial ao desenvolvimento económico e social e à afirmação do Estado como regulador da vida em sociedade. "Direta ou indiretamente, estabelecem as regras quanto à utilização e gestão de recursos, localização e instalação de pessoas, infraestruturas, atividades e equipamentos e ao modo como que é exercido o controlo social da sua definição, aplicação e avaliação. O território e as paisagens onde a nossa vida decorre são, por isso, tanto o resultado das políticas públicas territoriais como da sua ausência, do seu sucesso ou do seu fracasso", explica Leonel Fadigas. Razão, na opinião do arquiteto, para que as políticas públicas territoriais constituam uma área de investigação importante para a compreensão das questões e dos factores que, em democracia, condicionam ou favorecem as formas de uso do território, o urbanismo e a sua qualificação. "A qualidade de vida também passa por aqui", conclui.
4. Como decorreram as intervenções na ZROL, aquando da Expo '98, através do RECRIA e da AMBELIS?
5. Que futuro para a ZROL?
6. Qual o papel do património existente na regeneração da ZROL?

¹⁷⁶ Leonel Fadigas (1947). Autor, arquiteto paisagista e urbanista. É doutorado em Planeamento Urbanístico pela Universidade Técnica de Lisboa (1995), agregado em Administração Pública e Políticas Territoriais (Universidade Técnica de Lisboa, 2011) e Professor de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Leciona atualmente na FA-UL. É autor de diversos livros (e.g.: *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*, Edições Sílabo, Lisboa, 2007; *Urbanismo e Natureza – Os Desafios*, Edições Sílabo, Lisboa, 2010). Em 2001 foi agraciado pelo rei de Espanha com a Comenda da Ordem de Isabel La Católica.

▪ **Transcrição da entrevista¹⁷⁷**

Ana Nevado (AN): (...) Portanto, o título [da Tese] eu já tinha indicado no e-mail – o título ainda está sob revisão, porque entretanto isto/a investigação começou em 2012, entretanto já descobri muita coisa e percebi que o limite temporal que eu estava a escolher, portanto entre 1964 e 1994 tem que ser um bocadinho mais alargado, ou seja, recuar um bocadinho e depois avançar um pouco mais, até pela questão da Expo '98. Quando refiro “zona ribeirinha oriental” no meu caso de estudo não é exclusivamente a zona do Parque das Nações; é propriamente entre Santa Apolónia e o Parque das Nações, portanto toda aquela área que ainda não sofreu uma intervenção global. Aquele sempre foi um território de mudança, de transformação, hoje em dia não é exceção, sobretudo pelos Planos que agora estão a ser implementados, nomeadamente na zona da Matinha e Jardins Braço de Prata, que vão conferir com certeza um espírito novo àquele...

Leonel Fadigas (LF): (...) em 1996-1997, até fomos nós (AMBELIS) que encomendámos o primeiro estudo para o Braço de Prata. Foi um estudo que nós encomendámos. “Nós”, quando eu digo “nós” AMBELIS, em nome da EDF, ou que era, a Empresa de Defesa... Eu não sei se diretamente era uma coisa, porque eram acionistas da AMBELIS. Portanto, a AMBELIS funciona um pouco como Agência em nome dos seus parceiros. E eles encarregaram-me da tarefa de levar por diante um primeiro estudo que foi para avaliar o eventual potencial urbanístico – aquilo foi feito pelo Arq.º Hestnes Ferreira -, numa zona que não tinha índices urbanísticos!

AN: Pois.

LF: Porque aquilo era *zona industrial*. Puramente industrial. Já um pouco desativada, mas industrial. Não tinha índices urbanísticos e o que se fez foi um primeiro estudo que, em função dos índices médios e do bom senso, reportaria a possibilidade que se aquilo tivesse índices, seriam aqueles, e foi com base nesse estudo que a Câmara depois – a Câmara, vamos lá ver, que era a EDF, era uma empresa não sei quê de Defesa, não sei como é que aquilo se chama, pronto, mas era da Defesa, que era uma estação militar -, foi com base nesse estudo que, com o acordo da Câmara, e com o acompanhamento da Câmara, foi feita a venda dos terrenos ao grupo Melo (...), era a imobiliária do grupo Melo. E, daí, depois surge – a Câmara, na altura o Presidente era o Presidente João Soares, e o Sr. João Soares naquele ar brincalhão que ele tem posto, disse “tá bem, a gente autoriza isto mas não pode ser uma coisa qualquer. Tem que ser/vamos por aqui em Lisboa Arquitetos de referência!”. Foi na altura em que ele fez

¹⁷⁷ Entrevista gravada com recurso a gravador digital *Mitsai* 2G AD-511, ficando registada em áudio (formato .wav). A transcrição foi realizada com recurso à audição da gravação e à consulta de apontamentos recolhidos durante a realização da entrevista, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas.

quase isso, veio o [Arq.º] Jean Nouvel, veio o [Arq.º Norman] Foster e veio o [Arq.º] Renzo Piano. Mas isso foi quase que uma imposição da Câmara, para que, sendo intervenções significativas na cidade, tivessem uma qualidade marcante, até porque estávamos no período em que estava-se a fazer a Expo. E a Expo estava já com essas marcas de arquitetura, portanto, era continuar...

AN: Sim, aquilo no fundo é a continuação da *cidade nova*, não é?... Supostamente seria uma continuação, embora (...).

LF: De qualquer forma, a ideia era “já que tem uma intervenção, ter uma intervenção que fosse de um autor de referência como era a Expo!”.

AN: Exato.

LF: Aliás, é isso que, trouxe depois a EPUL – portanto, esta intervenção aqui de Alcântara -, que agora creio que vai ser um hospital CUF...

AN: Sim, mas inicialmente eram as torres do Jean Nouvel, etc., até havia uma proposta do Siza...

LF: Não, as do Siza...

AN: Pensava que eram no mesmo lote.

LF: Não, as do Siza, as primeiras são onde era a Fábrica dos Açúcares, onde agora é a *Lx Factory*. Foram chumbadas; ali é a do Mário Sua Kay, que substitui a do... O Santana Lopes não aprovou as Torres do Siza e depois foi feito um projeto pelo Mário Sua Kay. No caso ali de Alcântara, a Câmara também impôs que fosse um nome e é aí que aparece o Jean Nouvel. E depois aparece o Foster para o Parque Mayer. Portanto, na mesma lógica em que essa ideia da Câmara da reconversão, de grandes manchas, urbanas, que permitiam uma intervenção de alguma dimensão, portanto, com alguma *unidade*, fossem emblemáticas. Portanto, não fosse simplesmente fazer mais uns m² de construção. Elas surgem assim. E o caso da Matinha surge por uma oportunidade de que já não havia necessidade de fábricas, e portanto, a única coisa que se fez (...) foi que essa intervenção e esse plano permitiu fazer o fecho da Avenida Infante D. Henrique. Que é aquele largo de (...) José Guimarães...

AN: Praça 25 de Abril...

LF: Sim, tem a estátua! Porque o prolongamento da Avenida Infante D. Henrique estava interrompido.

AN: Sim, ela vai paralela ao rio e depois inflete.

LF: Mas no Plano de De Gröer...

AN: Sim, no de 1948, ela seguia.

LF: Ela seguia! Até porque ela, penso que já existia um troçozinho de avenida, com o nome de avenida, que estava ali interrompido, ou seja, havia avenida, parava e depois continuava a avenida até à Fernando Pais, ou lá o que era. E portanto, foi através da intervenção de Braço de Prata que se permitiu fazer o fecho da malha do De Gröer. Da mesma forma que se fez o fecho da malha do De Gröer com o prolongamento da Avenida dos Estados Unidos [da América]!

AN: Sim. Que existe agora, no fundo, agora vai ser interligado com a [Avenida dos] Estados Unidos da América, está previsto isso...

LF: Claro, é a continuação!...

AN: É a continuação, mas agora com este plano novo, vai haver essa ligação que também acho que é importante para interligar os próprios centros na cidade.

LF: Mas ela está, a Avenida, o prolongamento da Avenida Estados Unidos da América, que é agora a [Av.] Marechal Spínola, estava no Plano de De Gröer e nunca se tinha...

AN: Concretizado...

LF: Passando pelo Vale de Chelas e seguindo, seguindo por ali abaixo. Portanto, isto para dizer que nessa altura, não existiu nenhum plano estruturado de regeneração de intervenção na zona a poente de Santa Apolónia. Aquilo que se fez foram, num programa especial que foi o “Caminho do Oriente”, que tinha digamos retomado uma ideia que já vinha dos estudos da Expo, que foram feitos – eu tenho esse levantamento em vídeo, todo feito em 1994...

AN: Uns anos antes, não é...

LF: ...Em vídeo, todo o levantamento entre Santa Apolónia e a Expo. E depois fez-se o “Caminho do Oriente”, que era um consórcio entre a Câmara, a AMBELIS e a Parque Expo para mexer um bocadinho ali. O que a gente fez foi RECRIA – no fundo, a Expo, nos tínhamos além daquelas bonificações do RECRIA, nós, o “Caminho do Oriente”, bonificava, o RECRIA

podia ir até 40% das despesas; mas depois, em função das rendas disto e daquilo, muitas vezes o RECRIA só dava 20%, 15%...

AN: Pois, não era estanque...

LF: Nós cobríamos o diferencial! E fizemos variadíssimas operações do RECRIA naquele ano. Algumas delas foram, digamos, intervenções pequenas, de limpeza de prédios, fazer umas pequenas “RECRIS”, e aquilo que foi mais forte foi a intervenção no Museu Militar – que foi pintado, com a colaboração do Exército...

AN: Pois, que é um edifício com grande escala...

LF: Nós mudámos a cor do edifício do Museu Militar, mas o Exército assumiu os custos, portanto não foi pago pelo “Caminho do Oriente”, foi coordenado por nós e foi a mudança de cor de Santa Apolónia também, que voltou à cor da fundação!

AN: Pois, original.

LF: A original, que era azul. E que foram, digamos, depois foi a antiga Fábrica da Borracha, um prédio que foi pintado de vermelho “sangue de boi”, mais para dentro, depois fizemos uma coisa também na Manutenção Militar... Portanto...

AN: Uma série de intervenções.

LF: Não havia senão estas pequenas intervenções de consolidar ali um “caminho” e que pudesse, de certa forma, ser um estímulo para que as pessoas comessem a olhar...

AN: Os privados também...

LF: E que os privados comessem a olhar e a pegar naquilo como um “caminho para a Expo”!... Não havia, da parte da Câmara, uma estratégia para a regeneração daquilo! Até porque não havia condições. Houve para ali um plano, feito pelo Arq.º [José] Anselmo Vaz, que a “Zona Envolvente da Expo”... Mas aquilo demorou tantos anos, tantos anos, tantos anos, que morreu por “morte natural”, nunca teve...

AN: Exato! Eu também vou entrevistar esse Arquiteto agora em Setembro e sei que ele esteve envolvido, mas sei que depois não teve continuidade...

LF: Nada daquilo...

AN: E teria sido muito diferente, não é? O que temos hoje naquela zona...

LF: Não sei, eu não sei, porque eu não acredito nos Planos longos.

AN: Pois... A questão do tempo.

LF: Um Plano que demora 4 anos a fazer, costuma ser como a nossa (...) e não há nenhuma razão para que um Plano dure 4 anos... Ou 5. É como as revisões dos PDM's, de 12 anos. Um Plano ou é curto e então consegue atuar nas circunstâncias do tempo... Se ele é longo, não vale a pena. Portanto, o Plano pode ser o melhor do mundo, mas se ele demorou mais que o tempo que devia demorar, ele torna-se obsoleto logo à partida.

AN: Pois, e a questão da Revisão...

LF: E desacredita-se!... Porque ninguém é capaz de demonstrar porque é que foram precisos tantos anos para (...). Ninguém. Eu tenho 50 anos de vida profissional!...

AN: E já assistiu a diversos casos desses, com certeza...

LF: E ainda consegui perceber.

AN: Eu acredito que cada caso seja um caso. Mas às vezes há questões burocráticas...

LF: Não há razão! (...) burocrática, não há razão! Quer dizer, que esteja 6 meses ou 1 ano à espera de um Parecer? Isso é incompetência! Isso é, claramente, incompetência, da Administração, pelo menos. Para não dizer, depois, dentro da Administração, níveis de incompetência. Mas é fundamentalmente incompetência. E nesse aspeto nós temos uma Administração muito incompetente. E eu, como digo, 50 anos de experiência profissional, ainda não consegui perceber porque é que os Planos demoram tanto. Portanto, por isso é que eles são ineficazes!... E se formos a ver, repare, antigamente a Quinta da Matinha, que tem lá aqueles restos, também chegou a ter um estudo – que eu não sei o que é que lhe aconteceu e até não me recordo quem é que o terá feito, não sei se era do Professor Pedro Jorge...

AN: Vou tentar encontrar...

LF: Mas eu já lhe posso perguntar, ao Pedro Jorge... Mas sei que (...) e esse sim, é o mais encostado à Expo.

AN: Pois, é contíguo...

LF: O facto destas coisas demorarem muito tempo fez com que, por exemplo, a operação de Braço de Prata tivesse a sua (...). Morreu! Já lá vão 20 anos...

AN: Pois, é um exagero.

LF: Já lá vão 20 anos!...

AN: E estamos numa conjuntura também completamente diferente.

LF: Agora já não dá! A Agência Imobiliária já não há, as bancas faliram, os Melos já não têm a imobiliária há mais de 10 anos, portanto, o mundo mudou! Aquilo que era o programa, não tem hoje se calhar a mesma consistência, e portanto, podia ter sido uma intervenção...

AN: Coesa!

LF: Coesa, que acompanhasse o andamento das coisas, acabou por se tornar uma coisa que está ali meio “chocha”. Quer dizer, eu penso que, o que é que se ganhou com aquilo? Uma avenida e um largo!

AN: Espaço público, no fundo.

LF: Não ganhou espaço público, ganhou uma rotunda!

AN: Exato. Eu já estou a ser benevolente...

LF: Não, quer dizer, não ganhou espaço público nenhum! Ganhou uma rotunda.

AN: E no entanto, havendo a malha que existe continua fragmentada, continua com uma série de problemas, cuja degradação é notória, hoje em dia. Qual é a perspetiva do Professor em relação àquela zona em particular, tendo em conta que é um território que tem imensos polos interessante, não é, patrimonial – ao nível industrial, ao nível...

LF: Pois!... Tinha! Por exemplo, eu vi lá os moldes na maior parte das esculturas da Arte Pública de Lisboa! Que era lá fundida! Os moldes eram todos lá fundidos. Há esse património fabuloso. Fabuloso! E há um património, histórico, industrial, ... Mas – eu não sei como é que isso está, onde é que está, o que é que lhe aconteceu -, mas repare, nós temos desta fase de desindustrialização, temos: as Fábricas do Açúcar ali de Alcântara – só para falar, não estou a falar do caso de Oeiras da Fábrica da Lusalite... Temos ali Alcântara, que era da Câmara, depois vai para lá o Hospital da CUF, resolve/ocupa digamos, resolve ali o problema... Começou-se a resolver ao fim de não sei quantas dezenas de anos a ocupação do eixo da

Boavista, com a sede da EDP – eu também trabalhei nisso, também a AMBELIS, também estive envolvida nisso, porque aquilo eram parcelas muito estreitinhas e foi um sarilho juntar...

AN: Pois, pois, pois, para fazer um lote maior...

LF: ...um lote e não sei quê... E mesmo assim não está ainda fechado!... Depois, indo para a zona industrial, você tem ali velhas fábricas, tem ali muita ruína industrial.

AN: Pois, ruínas, exatamente...

LF: E agora do outro, o que é que se faz a essas ruínas?... E esse é que é o grande desafio! Porquê? Porque nós todos estudamos urbanismo, até há muito pouco tempo numa perspetiva sempre de *crescimento*.

AN: Exato. Numa lógica de expansão.

LF: Sempre de expansão! Você tinha; o urbanismo tinha sempre uma programação de equipamentos, que era para não sei quantas mais crianças, mais população, mais escolas... Felizmente, começamos agora aqui já a discutir isso noutros moldes. Mas o urbanismo feito de expansão. Há 20 anos, ou há 25, quando se começou, vamos cá a pensar – 20/25 anos -, nas questões da regeneração urbana, ainda era numa ótica de substituir áreas obsoletas por novas funções e reocupação urbana e revitalização urbana.

AN: No fundo, era uma forma de expansão, mas mais contida...

LF: Era uma expansão digamos, organizada, e era uma forma de revitalização, de reintroduzir e manter alguma atividade económica, no fundo, dar sentido de vida a espaços que o tinham perdido mas que podiam ser reutilizados. Ora, isso também morreu um pouco, porque repare, se nós pegarmos nas coisas dos anos 1980... De Toronto, de Glasgow, mesmo a questão das docas, o mesmo que se fez em Espanha e noutros sítios, o que se quis fazer cá como POZOR – aquilo era uma história da zona de Santos... Que foi sempre a mesma lógica, de que, substituir uma função era introduzir-lhe m² de construção.

AN: Exatamente.

LF: É densificar. No fundo, isso levava sempre à densificação. Portanto, hoje, você não tem economia ou quando a tem, os modelos económicos já não são...

AN: ...idênticos, não é?

LF: Idênticos. Tem um crescimento urbano que agora é uma forma de exercício financeiro. Portanto, você não está a construir para suprir necessidades, está a construir para investimento.

AN: Exatamente... É uma lógica completamente diferente.

LF: É uma lógica completamente diferente!... Não quer dizer que, quando você construir para responder a necessidades, não estivesse a trabalhar em economia.

AN: Mas é muito diferente...

LF: Mas a dimensão e a prioridade é que, quando o Senhor Silva construía um prédio para arrendar, todo por inteiro, quatro pisos esquerdo-direito, ele construía porque tinha um investimento em vista. Na altura, os juros no banco eram muito baixos, e a renda era um investimento que daria 4%, quando o banco daria 1,5. Portanto, era um bom investimento!

AN: Compensava.

LF: Compensava. Portanto, era um investimento, mas ao mesmo tempo, respondia a uma necessidade.

AN: E era a longo prazo também, porque...

LF: Mas correspondia a uma necessidade. Ou seja, eu posso investir num arrendamento, porque há gente que vai cumprir, eu vou ter o meu retorno. Agora a lógica é o investimento pelo investimento!

AN: Pois.

LF: Ora, você já não tem a capacidade – aquilo a que os economistas chamam de “elasticidade de mercado” -, para responder a estas coisas todas. E, portanto, fazer uma regeneração com base nisso, já não chega, por isso é que eles morreram todos!

AN: Claro, foi um modelo que acabou por se esgotar.

LF: Quer dizer, quem é que vai fazer, as Torres do Siza – mas que já não são -, sejam um projeto do Mário Sua Kay, seja a Matinha, seja o Braço de Prata, seja o Parque Mayer!

AN: Claro. E a questão da Matinha e do Braço de Prata, neste momento está a ser implementado, não é, no território, mas tem um desfasamento temporal, não é, nós

conseguimos perceber que as lógicas de intervenção já não são essas. Quer dizer, segue ainda uma lógica de expansão também e desse tal investimento que já não corresponde...

LF: Hoje o problema que se põe à regeneração é saber o que é que se faz, no sentido de devolver uma nova funcionalidade.

AN: Exato.

LF: E estas novas funcionalidades não podem ser vistas pelos padrões com que eram feitas as funcionalidades de há 20 anos!

AN: Exatamente. É, e eu acho que é muito essa a questão que se coloca naquele caso de estudo, creio eu, não é, porque é preciso olhar...

LF: E depois, esses processos de regeneração como o da Expo, tiveram vícios tremendos!... Repare, a Expo é uma “ilha”!

AN: Sim, sem dúvida.

LF: Nunca conseguiu romper nem a barreira do caminho-de-ferro, e você experimente, no dia em que haja um concerto, no Pavilhão Atlântico, experimente ir à Expo!...

AN: Já, eu trabalhei lá 2 anos, trabalhava na Direção-Geral da Administração da Justiça, no Campus de Justiça, e era perceptível; portanto, aquilo no fundo – eu não vou chamar um “ghetto” -, mas é um condomínio a uma escala maior. E quando há concertos, pronto, portanto, aquilo enche de repente...

LF: Aquilo não tem ligações viárias com coisa nenhuma!... Tem um sistema viário interno que é de bradar aos céus!...

AN: É, e é uma escala muito pequena...

LF: Você tem a via principal – que a Av. D. João II -, é uma via secundária!... Porque a via principal – que é a dos vulcões -, não tem trânsito!...

AN: Pois não, é só pedonal. E logo aí...

LF: E no fundo, você tem ali um “chouriço” em que sai para a [Av. Marechal] Gomes da Costa, ou lá o que é, sai para Moscavide...

AN: Para entrar de manhã no Parque das Nações, de carro... É um filme! Ao lado de Moscavide, é um funil autêntico...

LF: Do lado de Moscavide é um funil, eu por aí nunca entro, porque de manhã às vezes tenho que ir lá à FIL, de vez em quando, porque eu ainda estou no concelho estratégico do Salão Imobiliário, e temos virtualmente umas reuniões de mês a mês, ou uma coisa assim, e são 10 horas, não é, eu vou pela 2ª Circular, moro ali no Alto dos Moinhos, e entro para a Av. de Berlim. Portanto, bastante tempo.

AN: É tranquilo; a essa hora não é muito crítico.

LF: É tranquilo. Mas com aquilo a funcionar, depois, por onde é que se sai? Sai-se por aquela porta, ou sai-se por Moscavide, para vir para a cidade saímos/temos de ir pela [Av. Marechal] Gomes da Costa ou pela rotunda direito à Infante D. Henrique, ou voltamos a sair pela Av. de Berlim. Portanto, com aquela dimensão urbana, você ou vive lá dentro...

AN: Pois, parece que há um estreitamento... E depois não existe essa... A razão que já me explicaram foi porque o Plano de Pormenor depois de articulação com [a envolvente e com] o Plano dos Olivais não foi feito. Não obstante isso...

LF: Não foi feito, porque aquilo foi feito a uma lógica micro, de resolver o loteamento daqueles terrenos!... Não houve uma intervenção urbana!... E você veja hoje quais são os problemas funcionais que sente quem lá mora!

AN: Pois.

LF: Escolas que não há, centros de saúde que não há!... Claro que me diz que depois lá tem um Hospital da CUF, tem o Hospital das Descobertas, tem a Clínica – não sei se dos Lusíadas, se do que é que é -, mas estou a dizer serviços de saúde.

AN: De proximidade!

LF: De proximidade. (...) Portanto, você não tem: escolas!...

AN: Ficaram em falta!... Porque acho que até estavam previstas, mas depois não foram levadas a cabo...

LF: Mas quer dizer, do ponto de vista urbano, são umas peças de arquitetura interessantes, o resto é um fiasco! Tem uma boa sementeira de peças de arquitetura; do ponto de vista

urbanístico, é um fiasco. Digamos, é uma solução urbana que já não era assim tão boa há 20 anos...

AN: Já na altura era um modelo que não...

LF: Que estava ultrapassado!

AN: Estava ultrapassado...

LF: Estava ultrapassado. E depois, a intervenção não foi feita em termos de “fazer cidade”! Teve a lógica de qualquer loteador imobiliário da zona de Sintra!

AN: Pois.

LF: Aquilo foi uma operação *imobiliária*!...

AN: Sim e creio que nunca se soube, exatamente, qual o custo total/exato...

LF: E mesmo aquelas infraestruturas de... Não-sei-quantos, dos lixos e daquelas coisas, e depois, quem é que paga os condomínios, quem não paga, como é que são... Eu acompanhei ali um bocado aquilo, e aquilo tinha ali uma coisa de fantasia um bocado...

AN: Era um bocadinho...

LF: ...Complicada!...

AN: Pois.

LF: E tinha outra coisa: é que não estava pensado para as pessoas... Funcionarem! Eu lembro-me como é que se faziam as contas na Expo! Os terrenos valiam - as coisas valiam -, em função de qual era a despesa... E agora aquilo tem que... Aquilo dava sempre lucro! Pois! Eu atribuo àquilo o valor de “x”. Porque se eu atribuir o valor de “x”, cobre-me a despesa! Ou seja, aquele era o valor real.

AN: Exato, ou seja, as coisas eram um bocadinho ao contrário...

LF: E foi numa altura em que, de facto, aquilo se valorizou muito, eram 200 contos, mas portanto eram... 1000€/m² de construção – quanto mais construísse, mais aquilo valia -, e deu ali uma... Uma densidade que, nalguns casos, era dispensável... E não tem [escala]... Então aquelas ruazinhas, aquilo parece o Bairro Alto...

AN: Sim, tem umas ruas muito estreitinhas para o tipo de...

LF: Tudo aquilo é um modelo que já estava esgotado. Você olhe para aquilo e olhe para o bairro da Alvalade.

AN: Pois... Não tem nada a ver!...

LF: Tem!

AN: Eu acho que não tem, pela densidade.

LF: Só. Mas olhe para o modelo urbano.

AN: Ah, sim, o modelo é...

LF: Estamos nos anos 40 [século XX]...

AN: Sim, aí sim; a rua, a praça... Mas tudo numa escala muito pequenina.

LF: É a praça e aquela rua...

AN: Pronto, mas aí, para Alvalade, acho que é essa a densidade.

LF: É essa a densidade. Mas o modelo...

AN: Mas o modelo, o conceito, sim, é o mesmo.

LF: Portanto, podia ter sido uma oportunidade de fazer uma... Um grande exercício, e fundamentalmente dar um sentido de fecho a toda aquela.... Aquilo a ser uma parte da cidade tinha que colar nos Olivais! Aquele caminho-de-ferro, portanto, aquelas fronteiras que estavam – e que se solidificaram -, com relativa facilidade se ultrapassavam. Era relativamente fácil...

AN: Pois, até porque, portanto, aquele território basicamente estava desocupado – tinha lixeiras, tinha antigas estruturas [industriais], etc. -, mas era um território muito diferente daquele que eu estou a estudar, em que tem também as barreiras físicas e é muito mais difícil, se calhar, transpô-las do que no caso da Expo.

LF: Mas sabe que a Expo era tudo limpo; aquilo que qualquer urbanista gosta, que é: “Ah,...

AN: É um “palimpsesto”, não é?...

LF: É que nem...

AN: Nem diferenças de cotas!

LF: ...Nem diferenças de cotas! Aquilo é só “encher”.

AN: É puro exercício de...

LF: Puro exercício!...

AN: ...de plano urbano!...

LF: Repare: porque é que você não construiu por cima da linha de caminho-de-ferro?

AN: Pois... Pois. Essa era a maneira de “agrafar”, de ligar [o território]...

LF: Era ligar, a passar por cima! Eu lembro-me que em Amsterdão - em Amsterdão fico normalmente no [Hotel] Hibis... Conhece Amsterdão?

AN: Não, ainda não fui lá. Mas sei que o [Hotel] Hibis é assim... [bem localizado]

LF: Mas sabe porquê? Porque existe por cima da estação [ferroviária]!

AN: Sim, está sempre estrategicamente colocado!

LF: Você tem a estação central, tem o caminho-de-ferro, e depois aquilo faz umas “pernas” e tem o [Hotel] Ibis por cima! Aquilo é fácil; se vem do aeroporto, de comboio, à cidade, e fica ali. Ora bem! Esse ganho que poderia ter sido [no Parque das Nações], de facto, em que a regeneração seria uma forma de “regenerar”, não era só os terrenos da refinaria! Era aquilo que, no fundo, durante muitos anos também os Olivais constituíram como uma “ilha”, isolada da cidade, e que agora se podia...

AN: ...Articular, não é, de outra forma! De conseguir, efetivamente, ligá-la...

LF: ...Ligá-la, com alguma fluidez! E hoje aquilo não tem. De facto, do outro lado, você tem outro tipo de problemas; é que já não vai ter operações de grande dimensão, tem um cadastro muito fragmentado – tirando a Fábrica dos Sabões cá em cima -...

AN: É, é muito fragmentado!

LF: ...É muito fragmentado!... E portanto vai ter que se reter ali muitas coisas se quiser... E mesmo assim com muitas limitações.

AN: Eu acho – e isto é a minha perspetiva -, acho que, pelo ponto de vista patrimonial e histórico que [é uma área que] em muito potencial de intervenção! Claro que já não estamos numa época nem num território passível de sofrer operações do género da Expo – nem seria adequado...

LF: Você sabe o que se dizia antes do Brasil? “É um país de futuro; o problema é o presente”!...

AN: Pois, exato... Olhar para o futuro sem ter em conta o presente não faz sentido.

LF: Quer dizer... Se eu olhar para aquilo com toda a liberdade, de exercício académico – daqueles que nós fazemos por aqui [na Faculdade de Arquitetura], todos os dias, não é? -, e em que “limpamos”/temos um obstáculo e encostamos para o lado e diz-se “Ah, isso depois expropria-se!”... “Isso depois...”

AN: Bem, na realidade, às vezes não é bem assim, mas na Escola [de Arquitetura]...

LF: ...E portanto vamos limitando os factores que tornam difícil a execução do plano. Quando você tem depois o proprietário em concreto, tem a parcela pequenina; se está desocupado, se está ocupado, depois podem intervir aqui mas não podem intervir ali; é muito difícil. Você tem que fazer ali coisas que já não têm a expressão do que tradicionalmente eram os projetos de regeneração urbana. Que tinham sempre uma escala de intervenção (...) [muito grande]. Passou da regeneração, regressou à reabilitação urbana, na lógica da reabilitação de edifícios.

AN: Sim, exatamente.

LF: Bem, mas isso é outra lógica!

AN: E portanto, esse conceito da regeneração – e que me interessa muito por isso -, é interessante perceber que o conceito vai evoluindo em função, também, das lógicas e das conjunturas [económicas]. Parece que agora estamos a regressar, mas mais do que a reabilitação pontual de edifícios, é a questão da estratégia. Porque pode ser articulada uma estratégia conjunta de reabilitação...

LF: O problema é que você tem que pensar com uma visão espacial alargada. E portanto você vai ter hoje os programas de regeneração (...), tem que ter uma estratégia espacial alargada. Tem que ter alguma flexibilidade programática e têm que ter – ou, já não podem ter –, as grandes operações dos anos '90 [do século XX] e vai ter muito mais somatório de pequenas intervenções de *reabilitação*, de edifício ou conjuntos de edifícios, mas nunca numa escala que tiveram as coisas dos anos '90... E isso é um facto. Não é só pela crise financeira!

AN: Pois, é mesmo pela lógica de intervenção, que não faz sentido...

LF: A lógica de mercado...

AN: Pois, que não aguentaria...

LF: ...De facto há uma procura de escritório neste momento, que cresceu em Lisboa. Uma procura de escritórios. Cresceu muito a hotelaria. Mas se você meter uma torre de escritórios, duas torres de escritórios ali em Alcântara, mais quatro na Matinha, mais não sei quê, tem escritório para...

AN: Claro, tem muita oferta!...

LF: Mas depois não tem mercado!

AN: Exato, acaba depois por ser excessivo, não é, em função da procura. E logo por aí, pode ser também um erro...

LF: Você não tem a disponibilidade de estar a apostar... Digamos, os graus de incerteza são...

AN: Pois, são muito grandes, não é?

LF: São maiores!... Nós estamos aqui... Ainda por cima a economia que vive de “estados de alma” não está num “estado d’alma”... Mesmo que haja dinheiro!

AN: Exato!... Glorioso... Exatamente, pela questão da incerteza.

LF: Nos anos '90 havia um “estado d’alma” que isto...

AN: Era a prosperidade, não era?

LF: Era! Quer dizer, era um “estado d’alma”! Se vier aí um “estado d’alma”, isto muda tudo!... Mas é preciso; que a economia faz-se de “estados d’alma”. Não há ciência nenhuma, não há,

digamos, nenhuma razão lógica na economia. Eu fiz Economia com o Professor Henrique Barros e lembro-me, quer dizer, a economia não vai... Não tem lógica! E é por isso que nós somos capazes de fazer grandes análises, a explicar os porquês, ou digamos...

AN: O diagnóstico!

LF: Não! A explicar “porque é que aconteceu”.

AN: As razões, os motivos...

LF: Você consegue tudo, e vai ver as estatísticas e consegue explicar tudo. E depois não consegue prever, a um ano de distância, o que quer que seja em termos de evolução económica. É por isso que você vê aí o mundo inteiro com os macroeconomistas a tentarem adivinhar qual é a taxa de crescimento para fazer um orçamento de Estado, ao fim de 6 meses já está tudo baralhado, porque os...

AN: É muito difícil prever...

LF: Mas os dados de partida são os mesmos! Repare! Depois varia é no coeficiente de confiança, ou não, e se, e se, e se! Portanto, você vive ali num...

AN: É, numa constante indefinição, quase... É esse grau de incerteza que...

LF: Você vai construindo um modelo, que vai parametrizar esse modelo, porque acredita que “está na onda” e portanto... Isto se calhar vai crescer 0,3, mas isto está tudo bem-disposto, deixa ver... Vamos por 0,32!.. Por exemplo! E mas porquê? Epá, porque parece! E é por isso que, partindo todos dos mesmos dados estatísticos, porque eles são conhecidos, você vê o Banco de Portugal fazer uma perspetiva, a Católica faz uma, o Governo faz outra, a OCDE faz outras... Mas então, qual é a racionalidade do sistema? Não é nenhuma.

AN: Pois. Mas era muito diferente há umas décadas atrás. Portanto, eu estou a estudar o Plano de 1964, que era um Plano Diretor Regional, à escala regional...

LF: Qual, o do...

AN: Na versão de Antepiano. O Plano Diretor Regional de Lisboa.

LF: Ah, sim!

AN: ...Que não foi aprovado depois; era um estudo interessante e conseguia fazer essas previsões muito racionais porque o espírito também era muito diferente!

LF: E é feito... Aliás, eu, numa época – é sempre interessante, aliás, o meu último livro trata disso... Que eu, no último livro que publiquei sobre políticas públicas, em que havia aqui a introdução de uma lógica tecnocrática, dos anos 1960, mas que não tinha nenhum ajustamento com a realidade política, nem social!...

AN: Pois não.

LF: Nada.

AN: Mas para os planeadores fazia sentido, na medida em que conseguiam, efetivamente, prever o futuro!...Ou fazer uma prospetiva...

LF: Era uma “proposta”... É sempre o problema; há uma racionalização do *processo*, mas o plano pressupõe uma *política*.

AN: Pois.

LF: E o que acontece é que as políticas – a década de 1960 é uma década muito interessante, a que eu me tenho dedicado –, mas as políticas, depois na prática não estavam de acordo com a (...).

AN: Sim.

LF: É um momento interessante, dá-se uma grande mudança económica, a introdução da *Opus Dei* na governação em Espanha - e que depois vem para cá; essa racionalização tecnocrática é a introdução da *Opus Dei*, que faz os governos tecnocráticos; primeiro em Espanha e depois em Portugal, nos anos 1960, meados dos anos 1960, mas que era de certa forma conflitual com o modelo ideológico do Estado.

AN: Pois. Pois era. Mas já não era a primeira vez, porque, por exemplo, o Duarte Pacheco – que era um progressista -, tinha políticas que não...

LF: ...Progressista, o Duarte Pacheco?...

AN: Eu acredito que sim.

LF: Nunca estudou Duarte Pacheco.

AN: [risos] Eu acho que sim, eu acho que era...

LF: O Duarte Pacheco foi o homem que foi a Coimbra chamar o Salazar...

AN: Pronto, mas isso eu acho que era um certo *bluff*... [risos]

LF: Era *bluff*, era...

AN: [risos] Eu acho que sim, acho que, provavelmente, que era... Uma questão de encenação.

LF: Não, não era. Se fizermos um bocadinho de história comparada, percebemos que não. Se você ler as memórias do Albert Speer, o Arquiteto...

AN: Sim, do regime NAZI.

LF: Sim... Leia o Albert Speer.

AN: Sim, está bem. [risos]

LF: [risos] E ver o Duarte Pacheco!... O Duarte Pacheco era, perfeitamente, e nalguns casos, o homem...

AN: ...Era a figura do Speer, mas em Portugal.

LF: Com uma pequenina diferença: o Speer traduzia aquela ideia...

AN: Sim, a monumentalidade!

LF: A monumentalidade do Hitler.

AN: Mas isso também era [característica] do próprio III Reich, não era?

LF: Do Hitler!

AN: Sim, ele era uma figura ao serviço do Hitler...

LF: O Hitler era um pintor frustrado, um homem que vai buscar muito daquela, uma certa megalomania triunfal...

AN: O Império, não é?

LF: O Duarte Pacheco é um homem que começa por ser ele que vai buscar o Salazar a Coimbra, porque o convida, e, relativamente, enquanto que o Hitler e o Speer confluíam naquela ideia da monumentalidade NAZI, o Duarte Pacheco e o Salazar não confluíam nessa ideia da monumentalidade. Mas, confluíam numa coisa que o próprio Duarte Pacheco postulava e fez que foi: era preciso ordem e a arquitetura e o urbanismo não eram uma expressão da ordem social. Portanto, não era um problema de progresso, pelo contrário, era um problema de ordem social e era um problema de uma conceção extremamente estatizante. A diferença entre o modelo estatizante do Duarte Pacheco e os modelos que na altura se estavam a fazer fundamentalmente na União Soviética... Portanto, era “O Estado”. Era o Estado. E repare que ele não tem uma noção sobre o urbanismo nem sobre o território. Zero. Tem uma noção sobre o Estado.

AN: Mas ele estava ao serviço do Estado...

LF: Não, ele estava a construir o Estado! Porque é preciso ver as datas! Estávamos em 1933. Portanto, nessa altura tinha sido/tinha acabado a Ditadura Militar até 1933, foi constituída a Constituição de '33; em '26, '28, tinha havido a Ditadura do Rivieri em Espanha; em 1922 o Mussolini tinha acedido ao poder; em '33 estava o Hitler a tomar poder.

AN: Há uma série de acontecimentos...

LF: A Constituição de 1933 definia o modelo de habitação; o *modelo* de habitação estava definido na Constituição de 1933! Que era a casa unifamiliar com lotezinho à volta!... E que já vinha de 1932 por causa da... Não era da Política de Habitação, era do Comissariado do Desemprego. E o que tem importância no Duarte Pacheco era uma coisa chamada “Comissariado do Desemprego”! O Comissariado do Desemprego geria as verbas do Fundo de Desemprego. E sabe quem é que geria o Comissariado do Desemprego? O Ministro das Obras Públicas. Não era o Ministro do Trabalho, não era o Ministro da Segurança Social, era... E sabe onde é que era aplicado esse dinheiro?

AN: Provavelmente em obras do Estado...

LF: Pois. Portanto, o Fundo de Desemprego não era...

AN: Não era para o Desemprego, exato, era para construir o seu próprio Estado!...

LF: Os trabalhadores descontavam 0,5% do ordenado e os patrões descontavam 1% do ordenado dos funcionários para esse Fundo. E tudo aquilo se faz assim! Quer dizer, como é

que ele constrói o [Instituto Superior] Técnico? Expropriou os terrenos à volta, vendeu os lotes e com esse dinheiro fez o Técnico. A expropriação não tinha valores atribuídos, não havia... Por exemplo, isto aqui onde estamos [terreno do Pólo da Ajuda/Faculdade de Arquitetura] foi expropriado pelo Duarte Pacheco; é uma alínea de um Decreto. Toda esta zona.

AN: Sim, uma área muito grande...

LF: Sabe qual foi o Decreto que expropriou o Aeroporto de Lisboa? É o mesmo Decreto com que se expropriou aqui estes terrenos todos aqui do Alto da Ajuda. É uma alínea! Os terrenos necessários para o Aeroporto são uma alínea... Não há mapa de expropriação, não há cadastro, não há coisa nenhuma!

AN: Mas é preciso ver que também era uma Ditadura!...

LF: Era uma Ditadura... E em 1936 o Duarte Pacheco sai do Governo! E só regressa em 1938. Mas ele nunca deu nada para a urbanização; ele trabalhava com a Direção-Geral dos Monumentos Nacionais. Portanto, ele no fundo, o que é que se fez? Fez-se “obra pública”.

AN: Sim, sem dúvida.

LF: O que o pôs a ocupar, numa lógica, os desempregados, pagando aos desempregados com o Fundo do Desemprego. Fizeram-se as estradas, fez-se isto, fez-se obra pública. Foi depois da morte dele que houve uma política de urbanização em Portugal! A primeira política de urbanismo em Portugal é curiosamente no ano a seguir à morte dele, feita pelo Ministro Cacela de Abreu. Foi quando foi criada a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização. Foi quando foi revista a legislação dos planos, a revisão de 1946, e passou a haver, de certa forma, uma compensação dos expropriados, passaram a recuperar 20% das mais-valias da venda dos terrenos que lhes tinham sido expropriados. Uma coisa assim... E há ainda processos – por exemplo, estes terrenos também ainda não estão registados em nome da Câmara, foram expropriados em 1939...

AN: Pois, não tem lógica nenhuma, já passou imenso tempo...

LF: O pólo universitário tem um plano de urbanização – só cá estão universidades... Porquê? Eu próprio, na AMBELIS, peguei nisto, para que a EPUL fizesse a conclusão do plano!... A parte residencial. Pois bem, eu até lhe ia a dizer que tinha ajudado a Reitoria e o Presidente Nuno Abecassis a justificar que isto não era Monsanto, porque havia umas guerras que isto era Monsanto, lá foram buscar o Decreto e os papéis e tal, e eu sabia a história/conhecia a história, tinha-a estudado – e vem para aqui. E a EPUL não podia vender os andares, porque ainda não estão registadas as parcelas em nome da Câmara. E aqui fez-se uma coisa: como isto é

público, não faz mal não estar registado!... Não faz mal. Mas, por exemplo, houve terrenos da Expo que só se legalizaram, depois da expropriação do Duarte Pacheco, com a Expo. O Balsemão ainda foi receber, tiveram que fazer um acordo com o Balsemão e pagar ao Balsemão o conteúdo que não tinha recebido há 40 anos atrás!... E creio que ainda há alguns. Portanto, essa ideia do Duarte Pacheco não é, porque ele nem de urbanismo nem estruturas ele criou...

AN: Não, não, mas eu não disse isso. Eu disse que, a visão dele, para as construções do Estado – porque ele era um homem ao serviço do Estado -, que já era uma visão completamente diferente daquela que o Estado tinha à microescala, da casa unifamiliar; eram as obras do Estado!

LF: Não eram, não! Não era, não!

AN: Eu não concordo.

LF: Não era, veja os textos! [risos] O Comissariado do Desemprego, por exemplo, os textos do Comissariado do Desemprego, em posição constitucional do modelo da habitação, porque, aquilo que se faz, inclusivamente na urbanização de Duarte Pacheco, e que é feita praticamente depois do Duarte Pacheco... Vamos lá ver, Alvalade é feito/desenvolvido depois da morte dele. Portanto, se você reparar, urbanizações do período do Duarte Pacheco?

AN: Não, só tem alguns bairros camarários que não são propriamente *urbanizações*.

LF: E que eram o quê? Eram a transcrição do modelo do Estado Novo. Veja o caso do Bairro da Encarnação. Eram emblemáticos. Mas os outros: o do Alvito... Depois não tem obra *civil*. Tem obra dos edifícios do *Estado*. Que são monumentais, que representam a nova *fácies*, a nova face do Estado. A nova imagem! Tínhamos tido a confusão da República, e agora a confusão da República o que é que vinha? Vinha aí um “mundo novo”! Era um Estado Novo, com a ordem e a ordem era na sociedade e na cidade. A cidade refletia essa *ordem*. Quer dizer, ruas direitas, edifícios que mostravam a presença do Estado. O Estado tinha que estar presente. Uma coisa importante, por exemplo, a localização dos Tribunais estão sempre numa posição dominante, é essa a afirmação do poder que se vai exercendo de um poder simbólico. Isso torna-se interessante porque a partir de 1944 há uma relativa mudança. E mesmo os planos do Duarte Pacheco alguns deles eram planos de arruamentos. Limitavam-se à retificação de ruas, à retificação de... A criar alguma regra, não há um pensamento sobre a *cidade*. Embora ele vá buscar o Agache e o De Gröer, etc., para Lisboa e para o Porto, e há uma gente que se tinha formado em França que vem [Auzelle]... Portanto, trabalha, mas a ele, você não lhe apanha uma...

AN: Pois não, ele não era um “urbanista”! Nunca foi...

LF: Não, ele era um homem da obra pública emblemática... E usou os melhores Arquitetos, etc., para as funções emblemáticas.

AN: Sim.

LF: E depois, a certa altura, há uma coisa que é importante, a exposição de 1942 – não sei se você já ouviu falar -, da Arquitetura da Alemanha NAZI. Há um catálogo da exposição, pelo menos há um na Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia, no meu tempo de estudante havia lá um... Portanto, o Hospital de Santa de Maria é um projeto alemão.

AN: Aí iam buscar outras referências internacionais...

LF: ...Alemanha! Nem tanto à Itália, porque a Itália tinha o Modernismo, e o modelo era da [Alemanha]...

AN: A Alemanha tinha uma imagem muito mais... Era Neoclássica, não era, e da monumentalidade...

LF: Porque tinha, naquela fase do Estado Novo, uma proximidade ideológica. Embora depois o Estado Novo se tenha construído com padrões que, por razões várias, se aproximam mais do modelo italiano do que do modelo alemão. E há um conflito muito grande ainda com o Duarte Pacheco, aliás, as atas/os Diários da Assembleia Nacional na altura têm discussões fabulosas...

AN: Pois, eu ainda não consultei.

LF: Eu tenho consultado porque a história deste período é uma área que eu tenho trabalhado um bocado, eu próprio dei aulas na Faculdade de Letras no Departamento de História durante... 12 anos, ou o que foi! [Risos]

AN: Pois, é um *expert*.

LF: Ainda não sou *expert*, sou um interessado! Mas que era a diferença entre os desenvolvimentistas, portanto, o Sebastião Ramires (o homem das conservas *Ramires*), o Geógrafo Amorim Girão, e outros, que defendiam um modelo de desenvolvimento: primeiro desenvolver o país, depois fazer as grandes obras.

AN: Pois. Que não era essa a lógica...

LF: ...do Duarte Pacheco. E ele é afastado em 1936, há conflitos que o Salazar ia gerindo; Salazar não queria uma industrialização.

AN: Sim, a primazia era sempre o setor primário, não é, a agricultura!...

LF: A indústria quanto chegue mas que não desse origem a ter populações operárias.

AN: Pois, porque isso implicava haver reivindicações!...

LF: E há ali um conflito, aliás, que vem até depois em '45 com o Dias Ferreira, já com o Daniel Barbosa e com o Dias Ferreira, já depois da [II] Guerra, que a industrialização se faz, depois da II Guerra já numa onda completamente diferente. E o Duarte Pacheco morreu na altura certa, morreu antes do Desembarque da Normandia. [Risos] É que o Desembarque da Normandia em '44 inverteu a política do Estado Novo. E já não era possível fazer, digamos, o Duarte Pacheco depois de '44 não tinha as condições políticas para fazer o que fez. E mesmo assim, com alguns conflitos. Não era... O Estado Novo tinha alguns conflitos internos, mas eram dentro do sistema. O Duarte Pacheco, nesse aspeto, aproximava-se muito do modelo soviético.

AN: E eu acho curioso...

LF: E aliás, é isso que faz com que uma certa esquerda o tenha, de certa forma, preservado do Estado Novo. Porque ele configura muito, na prática...

AN: Sim, mas por isso é que eu estava a dizer “progressista” na medida em que ele tinha políticas já muito socialistas no âmbito do Estado Novo...

LF: Não, ele não tinha não! Ele tinha políticas “estatais”! De “estatização” da sociedade. Políticas de “estatização” da sociedade. Portanto, o Estado a comandar tudo.

AN: Mas nessa questão das obras “emblemáticas”, do Duarte Pacheco, nós se calhar conseguimos fazer um paralelismo – em termos de *imagem*, do poder -, com as obras emblemáticas que o Professor estava a referir aquando dos anos 1990... Alcântara com as torres e as obras de autor... Obviamente que são conjunturas diferentes, são lógicas diferentes.

LF: São lógicas diferentes, porque repare...

AN: Mas é a questão da *imagem* do Estado!...

LF: É uma imagem do Estado, mas como “marca”. Há, digamos, um *branding* da cidade.

AN: Sim...

LF: Enquanto que, nos anos '30, o que você tinha não era um *branding* da cidade, era a afirmação: “O Estado está aqui”. É uma afirmação de que tudo depende do Estado. Tudo obedece à rede do Estado. Portanto, o particular, o indivíduo dilui-se no Estado. É essa...

AN: Sim, são lógicas diferentes. Mas eu digo a questão da *imagem*...

LF: Não, não, porque um é para um efeito de mercado (é o *branding* da cidade) e o outro é para afirmar, um pouco naquela lógica dos anos 1930 de dizer ao cidadão, “o cidadão não existe, o que existe é uma comunidade e a comunidade é representada pelo Estado”. Os interesses individuais diluem-se; por isso é que você pode expropriar sem ter um mapa a dizer que expropria a parcela A ou a parcela B.

AN: Sim, sim, sem qualquer regra...

LF: E sem haver atribuído um valor da expropriação!

AN: Pois, isso não estava definido.

LF: Não, isso... “E se refilas, vais preso!”. Portanto, é essa a afirmação do Estado. O Parque de Monsanto quando foi expropriado, ficou prevista no Decreto de 1934 uma Comissão Paritária entre a Câmara, o Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Agricultura para definirem o limite de Monsanto... Ora, de 1934 a 2016 ainda não foi nomeada a Comissão! E portanto qual é o limite do Parque de Monsanto? É o limite da última expropriação. Nunca foi definido que o Parque começava aqui e acabava ali... Não! Acabou com a última expropriação. Portanto, repare, quando nós pensamos na *regeneração* – e o Hitler fez isso, por exemplo, em... É um dos poucos casos - há muitos casos -, mas o de Weimar é o mais interessante, porque das cidades que eram capital de distrito eram os *Gau*, e o *Gauleiter* que era o chefe de distrito, um dos sítios foi em Weimar, foi destruída praticamente toda a Weimar medieval para construir a praça, o *Gau*, e os edifícios emblemáticos do Nazismo. Estão lá. Está lá um edifício que parece o do Laboratório Nacional de Engenharia Civil; agora foram entregues à universidade, a universidade é que depois da unificação ficou com aquilo, etc. Mas era a regeneração para fazer uma outra imagem que era o reflexo do Estado. Por exemplo, há um filme do António Lopes Ribeiro, que é de 1947 – por acaso tenho esse filme – encomendado pela Câmara de Lisboa – para mostrar as obras que se estavam a fazer em Lisboa... E é um documentário, em que se vêem as obras em curso e tal... E vê-se a demolição da Mouraria.

AN: Exato! Nos anos 1940 houve uma série de demolições e de...

LF: Demoliu-se a Mouraria!... Aliás, o que existe hoje da Mouraria é o que sobra, porque a Mouraria encostava ao Hospital de São José! E a justificação que era dada: para acabar com as alfurjas e fazer uma cidade à imagem do *Estado*. Quer dizer, ordem; aquilo era uma bagunçada, estava aquilo cheio (...), portanto, e o Faria da Costa faz um plano para aquilo, para por ordem naquela parte da cidade. E não foi mais porque não houve tempo! Porque a ideia – e aconteceu isso em Faro, por exemplo, não houve tempo de fazer o plano de Faro, só se fez um bocadinho de uma rua onde está o Hotel Faro, que está desalinhado com a rua, mas toda a zona do Carmo que é a zona histórica de Faro, onde estão os Correios, etc., desde cá de cima até (...), era tudo para demolir!

AN: Sim, era radical. Para nós, hoje, seria impensável fazer uma coisa dessas...

LF: Era esta ideia, no fundo, não há propriamente uma *recomposição*. E é, fundamentalmente, um corte com o passado recente, e portanto, o que é que resta? Restam os monumentos de uma história antiga.

AN: Exato. Logo aí, é muito ideológico, é totalmente ideológico porque a história...

LF: Aqui o urbanismo é instrumental para concretizar isto. Portanto, é apenas um utensílio. Não tem, digamos, não é um modelo orientador. É isso que depois, nos anos 1990, é completamente diferente. Porque você está numa perspetiva de mercado, está na perspetiva do *branding* da cidade, portanto, faz isso porque isso é emblemático, porque isso recoloca para o turismo, para a captação de empresas...

AN: ...A questão da internacionalização!

LF: ...A internacionalização, para a criação de redes, etc. Portanto, há aí uma...

AN: Sim, são lógicas completamente diferentes. Ia questionar se... Hoje em dia, a regeneração urbana, nós temos várias perspetivas...

LF: Vamos lá ver, se há regeneração urbana? Há se nós quisermos!

AN: Pois.

LF: Não há – e dificilmente haverá -, com os padrões dos anos 1990.

AN: Pois. Exato.

LF: Agora, há se nós quisermos ter um *open mind* para olhar para algumas intervenções de reabilitação com um sentido espacial estratégico, onde elas se vão inserir, não como coleção de intervenções pontuais de edifícios mas como ações integradas numa estratégia global. Portanto, a regeneração continua viva e eu considero-a indispensável. Agora, com modelos de operação completamente diferentes.

AN: Mas no caso do ensino – e o Professor que já tem muita experiência -, acredita que nas escolas e aqui, em particular, na Faculdade de Arquitetura, que existe já essa aposta, que é explorada?

LF: Aqui, na área de urbanismo, sim.

AN: Na área do urbanismo, sim. Mas em termos de projeto de arquitetura?

LF: Repare, nós temos aqui a arquitetura na Faculdade de Arquitetura tem 3 universos: portanto, temos um primeiro ciclo comum, e os Mestrados são – embora saiam todos arquitetos, têm todos Arquitetura, o Mestrado de Arquitetura tem Arquitetura na formação clássica, o Mestrado de Arquitetura na especialidade de Urbanismo, digamos assim, tem um desenvolvimento acrescido nas questões do urbanismo, e depois tem o Mestrado em Arquitetura na especialidade de reabilitação de interiores e reabilitação de edifícios que tem uma componente muito centrada na reabilitação do edificado. Portanto, estes ramos configuram orientações diferenciadas, enquanto você na Arquitetura tem urbanismo e tem reabilitação de edifícios também mas com menos carga, você trata, por exemplo, das questões da reabilitação urbana a uma escala diferente no urbanismo do que trata na especialidade de interiores e reabilitação de edifícios. Porquê? Porque aí trata mais do edifício; no urbanismo trata mais uma escala urbana, e essas questões estão presentes e têm sido desenvolvidas. Nós tivemos aqui, durante muitos anos, um Mestrado em Regeneração Urbana, que depois integrámos. Deixámos de ter porque não tinha sentido com os Doutoramentos, incorporámos tudo no curso de Doutoramento. Mantém-se perfeitamente atual nesta visão...

AN: Sim, mas que já é muito interessante, dão uma formação abrangente e já preocupada com as questões da reabilitação e da regeneração que nalgumas escolas ainda não acontece.

LF: E portanto, claro que aqui, em função do perfil do profissional que... Do Arquiteto que vai estando vocacionado mais para uma dimensão ou para outra dimensão. Na área do urbanismo isso é perfeitamente claro.

AN: É contemplado... Para mim é interessante perceber porque ainda há escolas que apostam ainda nas lógicas da expansão... Isso já não faz sentido. Duvido, se calhar, não sei, daqui a muitas décadas voltemos...

LF: Claro, só se for trabalhar para Angola ou para Moçambique ou...

AN: São realidades diferentes!...

LF: ...Da realidade europeia ou da nossa...

AN: E mesmo da nossa, eventualmente tem um desfasamento em relação a outros países europeus.

LF: Nós aqui, o que vamos ter que fazer, é fazer muita regeneração. Muita regeneração. Aliás, por exemplo, nós aqui estamos a começar – eu com o Professor João Rafael -, dois projetos de investigação: um, que eu estou a coordenar, que é sobre o impacto dos investimentos europeus na transformação do território, no caso de Sintra desde 1981 a 2011; portanto, ver, em que medida... Aí está, a grande obra pública influencia ou estimula a organização e a expansão urbana, no caso de Sintra são estes 30 anos. E o outro projeto, aliás, nos 2 projetos - um coordeno eu e o outro coordena ele -, o do João Rafael é a questão dos vazios e das áreas, digamos, disponíveis...

AN: Expectantes?

LF: Nem isso, agora já nem são *expectantes*, são os vazios que ficaram de um certo modelo de crescimento e que agora precisam da regeneração urbana e ambiental!

AN: E ambiental!

LF: Aliás, o Mestrado que tínhamos aqui não era de regeneração, o Mestrado era em Regeneração Urbana e Ambiental.

AN: E ambiental, exato, porque essa componente, de facto, é essencial.

LF: Estive com o Professor Pedro Rodrigues a trabalhar num *Workshop* que vamos ter agora em Sintra, duas semanas, num Mestrado que nós temos com Veneza, Alghero, Barcelona e Girona, de urbanismo, paisagem e políticas urbanas e vamos ter um *Workshop* anual (todos os anos temos o *Workshop* em vários sítios, o Mestrado é conjunto e os alunos circulam pelas escolas). Os nossos, de urbanismo, que frequentam esse Mestrado ficam com o Mestrado de Arquitetura na especialidade de urbanismo e ficam com o Mestrado Europeu de Urbanismo,

Paisagem e Políticas da Cidade. Depois é a Faculdade de Arquitetura, é o IUAV de Veneza, é o Departamento de Arquitetura da Universidade de Sassari de Alghero, é a Geografia de Girona e a Geografia da Universidade de Barcelona. E os alunos têm que frequentar 3 escolas, portanto andam a correr as escolas. E todos os anos temos duas semanas de *Workshop* e eu tenho estado na coordenação com o Professor Pedro Rodrigues, e o que é que vamos tratar? Sintra! Vamos tratar da zona de Rio do Porto, portanto, aquela zona do vale da Luz, vamos tratar de Negrais, da área agrícola de Negrais, vamos tratar da zona das pedreiras lá para cima para o pé da Pedra Furada. Portanto, está a ver, estamos a falar de regeneração? Estamos! Ok! E perguntou-me, “está atual”, as escolas estão [atualizadas]? Estão sim senhor! Estamos na investigação, estamos no ensino, aqui no urbanismo com estas...

AN: Sim, é ótimo, e acho que é muito atual!

LF: Temos algumas Teses [em curso], também nestas equipas. Também está noutro projeto; estamos com 3 projetos que é a Cristina Cavaco – que é Professora aqui [na FA-UL]...

AN: Sim, sim, que tem uma Tese [de Doutoramento] fabulosa!

LF: ...Que está também a dirigir aqui também um projeto de investigação, também um pouco nos vazios, mais *urbanos*, enquanto que a minha e a do João Rafael tratam uns vazios mais *territoriais*, ela está com os vazios mais urbanos, mas os 3 estamos nos mesmos projetos. Ou seja, os 3 projetos estão... Interligados. Agora tem mais uma Tese de Doutoramento a mexer com ele, começou comigo e eu passei para ela porque estava numa escala e agora mudou de escala, agora passou para a Cristina. Nós temos aqui um grupo de investigação que está a trabalhar nisto, portanto, no ensino e estamos na regeneração com isto.

AN: Exato! A questão do ensino e a questão da prática...

LF: Portanto, se “está atual”, as escolas estão? Estão sim senhor! Temos investigação e temos ensino aqui e temos o ensino em rede alargada...

AN: Sim, internacional também. E nesses projetos – que são interessantes, acho que são experiências únicas para os próprios alunos e para os Professores também – são abordadas as questões do património? Ou não tanto? Ou são mais vocacionados para a questão do território e de...

LF: No nosso caso, vamos lá ver, não vamos pegar nas áreas urbanas, vamos pegar naquilo que foi um processo de expansão que está ligado a um período temporal. É evidente que quando pegamos na questão do património – e Sintra é um exemplo disso, nós vamos trabalhar neste *Workshop* com o centro histórico de Sintra e com os Parques de Sintra -, não

na lógica imediata da Arquitetura, da História de Arte, de pegar nos edifícios patrimoniais, mas o património como elemento urbano que cumpre uma função, que tem um valor intrínseco, pode ser um recurso económico, etc., não na lógica do património como por exemplo o [Professo] Fernando Salvador ou o [Professor] José Aguiar aqui com os alunos de reabilitação de edifícios e interiores.

AN: Eu estava a colocar esta questão pelo seguinte: porque existe edificado ainda considerado recente que pode vir a ser considerado *património*, como por exemplo, os casos de Chelas, os casos dos Olivais, porque aí são emblemáticos. Mas no caso de Sintra, da expansão urbana [i.e., áreas periféricas], nós não atribuímos grande valor ou qualquer valor, não é, porque foi uma expansão [desordenada]...

LF: O valor histórico representa um determinado momento, etc., agora não podemos estar é a “musealizar”, digamos, edifícios emblemáticos, quer dizer.

AN: Mas essa questão interessa-se muito, porque é a questão da expansão do território, ou seja, foi um conjunto urbano que surgiu num dado momento, na cidade...

LF: Repare que há coisas que têm um valor histórico, e se quisermos considerar que o património é uma herança de um período histórico, tudo bem, é património, é aquela história do património, não sei o quê!... Aí não se trata da musealização. É que a lógica da regeneração é, no fundo, a do transplante. Quer dizer, é preciso mexer nalguma coisa para manter o corpo vivo. Ou, como diria o Príncipe de Salinas no [filme] “Leopardo”, “(...) é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma”. Portanto, a musealização às vezes tem um efeito negativo!...

AN: Claro!

LF: Repare, por exemplo, se pensarmos o que se passa em Portugal com as políticas de conservação da natureza, em muitos casos de musealização de áreas naturais, repare que o que arde são/é o Parque da Peneda Gerês, é o Parque da Serra da Estrela, são as áreas protegidas. Porquê? Porque a musealização tirou-lhes vida. Você tem aí um...

AN: É esta... Quer dizer, são duas faces da medalha, e portanto, ao proteger tanto acaba por se tornar, se calhar, mais vulnerável a outros riscos.

LF: Tem ali um edifício que vai ser classificado, é património concelhio ou... Arde no dia seguinte!

AN: Sim, sim, exato! E depois, a própria questão da manutenção, etc....

LF: Como é que você relaciona com o proprietário?

AN: Pois, pois, pois... Claro.

LF: Passa para a posse do Estado, mas o Estado já não consegue conservar o património que tem, portanto, as políticas de património – tenho tido aqui discussões interessantíssimas com o [Professor] José Aguiar...

AN: Pois! São lógicas um bocadinho [diferentes]...

LF: [Risos] Não, temos a mesma preocupação!

AN: Certo. Mas diferentes abordagens, se calhar.

LF: O modo de lá chegar às vezes não é certo... Às vezes discussões interessantíssimas, académicas, mas que significa que a forma, mesmo às vezes internamente na escola, às vezes não é... Graças a Deus, não há aqui...

AN: Sim, sim, sim... Não é estanque.

LF: Não é estanque. Mas não pegamos, portanto, nada do urbanismo; pegamos, quanto baste porque temos uma área em que está o [Professor] José Aguiar e o [Professor] Fernando Salvador que tratam isto com mais intensidade.

AN: Sim, claro, são também os especialistas. Eu gosto imenso dos textos e do trabalho desenvolvido pelo Professor [José] Aguiar, só que... E ele, mesmo assim, acho que considera também a questão do território, como por exemplo o caso da recuperação do Centro Histórico de Guimarães, que é emblemático, e aí foi uma conservação integrada. Mas existe às vezes esta tendência para olhar mais para o património em termos pontuais, não é, do edificado/de um edifício em particular e não tanto do conjunto, da sua envolvente, da relação que pode estabelecer com a envolvente e com a regeneração que pode despoletar a um nível mais integrado e da questão da revitalização socioeconómica. É uma questão que não é fácil de abordar, eu acho que se calhar noutros países já existe...

LF: É uma discussão em aberto, ainda.

AN: Eu sei, é em aberto, mas por exemplo, em 1975, já o conceito de conservação integrada estava bastante difundido na Finlândia, por exemplo!

LF: 1975 é o ano Europeu da Conservação do Património. Está a ver que isto é uma história muito recente!...

AN: Pois é, é muito recente, sem dúvida!

LF: O ano Europeu da Conservação do Património é de 1975!... É o ano de 1975! Portanto, a Carta de Veneza é de quando?...

AN: 1964.

LF: 1964... O primeiro é de 1964 e o Plano de Bolonha é de 1968!... E tem uma, e é de '68 porquê? Porque é que surge o Plano de Bolonha em 1968? Por uma circunstância muito particular... Sabe qual foi?

AN: Não estou bem a par do Plano de Bolonha.

LF: É que era uma Câmara de maioria Comunista em Itália.

AN: Ah! Sim, está bem, faz sentido.

LF: É que repare: um “exercício de poder”. Porque... É um certo modelo, digamos, direcionista, digamos, voltamos à mesma ideia: o Estado, o poder que dirige o modo como a cidade vai crescer e organizar. Portanto, você tem aí sempre um conflito entre o que é uma atividade planificadora, no sentido dirigista, e uma atitude em que o plano é instrumental do sucesso mas que em Estado não tem esse papel mais interventivo no sentido de imposição ou da definição de modelos ou da... Portanto, isso é um conflito que ainda hoje é atual!... Ou seja, até onde é que você pode transformar? Até onde é que você vai classificar? E o que é que pode ou não classificar? E depois pergunta, classificou tudo, os centros históricos estão todos?... Você não lhes pode mexer!

AN: Exato, há uma certa contradição porque o Estado se calhar ainda tem essa atitude de imposição mas, ao mesmo tempo, também não atua, nem deixa atuar!... Acaba por ficar...

LF: E depois há uma coisa que - também na área das políticas do património que é um bocado aquilo que os Americanos chamam “NIMB”: “*Not In My Backyard*”. Ou seja, é preciso defender não sei quê, na Serra da Malcata, mas aqui deixem-me fazer uma coisa qualquer. Ou seja, esse aliviar de consciência, de que estou a fazer qualquer coisa mas aqui não pode. Quer dizer... E depois diz assim “Está bem, vou manter aqueles edifícios do Bairro Alto, com uma escada de tiro. Epá, e como é que eu levo as compras?... Levo o carrinho de bebé?”

AN: Sim, são questões muito atuais!...

LF: E eu, por exemplo, que tenho aqui uma aorta que está entupida, e que já nem ponho o carro na garagem para não ter que subir os degraus, e portanto já uso mais o elevador que a escada...

AN: Mas essas questões que se colocam, não é, têm que ser resolvidos, e portanto a questão do património...

LF: Vou viver para a Baixa; sim senhor, está bem! Mas tenho que ir às compras ao [hipermercado] Continente!... E depois, tenho que parar o carro à porta e tirar as coisas, e estacionar! Onde, na Praça da Figueira? Quer dizer, como é que eu equilíbrio?...

AN: Sim, sim, sim... É um desafio muito grande e há muita coisa que não está resolvida. Eu diria que intervir na cidade contemporânea...

LF: Estes balanços, as mudanças sociais - no modo de vida, etc. -, as questões da regeneração têm que as tocar todas! Você não pode pegar na regeneração como se fosse uma receita.

AN: Exatamente.

LF: Você vai ver os textos dos anos 1980 ou 1990...

AN: Sim, tinha modelos [de atuação]!...

LF: Padrões, receitas e o modo de fazer e como é que isso se faz. Mas isso é partir do princípio que a envolvente e as circunstâncias não se alteram.

AN: Que não é o caso!

LF: Que não é o caso. Portanto, a partir daí, você tem algumas dificuldades, quer dizer, em encontrar aqui, digamos, neste desequilíbrio, outra vez um ponto de equilíbrio! Se calhar não será fácil, se calhar até arranja dois ou três conforme as circunstâncias, para se calhar com ações muito mais integradas do que foram as dos anos 1990.

AN: Sim, sim, sim, são perspectivas muito diferentes. Também já tivemos as experiências anteriores, já...

LF: Pronto, e valem o que valem!... Agora, se calhar temos, estamos noutra nível! Vai ser mais fácil fazer algumas dessas intervenções...

AN: Outras não, não é, pelas exigências da vida moderna que se vão sempre intensificando... Mas pronto, aí o Estado tem de ter um papel...

LF: ...Tem de ter um papel diretor, tem de ter um papel orientador, tem de ter um papel regulador.

AN: Claro.

LF: Agora, essa questão, mesmo assim, deste último livro que tenho publicado do Estado Novo, por causa das políticas públicas do urbanismo, o que se verifica é que mesmo antes do 25 de Abril com o Estado, que digamos assim, era um Estado que se dizia um “Estado forte” e “autoritário”, e que, a certa altura, foi incapaz de impor as políticas. E com legislação que até tinha uma certa graça e que, se você olhar só para os Decretos...

AN: São inspiradores...

LF: São inspiradores!... Mas eu lia fundamentalmente, leio sempre, fundamentalmente, os preâmbulos. E depois vejo o contexto. Tornaram-se inúteis, foram incapazes!... Há legislação para proteger dos [bairros] clandestinos, para proteger os centros históricos, há não sei quantos... Mas como é que se aplica?

AN: Não se trata da falta de legislação, porque até existiu, mas depois a aplicação na prática...

LF: Só tem sentido quando ela é, digamos, é o instrumento final de uma ideia!... E de uma ideia e de um poder. Vamos lá ver, eu posso ter uma ideia, se não tiver o poder...

AN: Claro...

LF: Agora, nunca existiu nada disso. ...Umas coisas, mas não!... Porquê? Porque a dinâmica social, económica, tinha já uma força que o Estado não tinha estrutura – mesmo que tivesse vontade...

AN: ...Não tinha capacidade para controlar!

LF: Quer dizer... Uma enxurrada, que foi a mudança social dos anos 1960, e portanto, o Estado não tinha organização. A história do Plano de 1964 [PDRL, 1964], da Região de Lisboa, o que é que você tem? Tem um *Plano*. Que tinha uma lógica interna, que tinha uma lógica

organizacional para que no futuro se se controlassem os fatores que determinam o futuro! Ora, você não controlava nos anos 1960 fatores nenhuns.

AN: Pois, era uma questão de previsão enão tanto de prática...

LF: Passava a ser um “*wishful thinking*”!... Você não controla os factores. Você não controlava uma coisa que deu os clandestinos de Loures, chamada “Claras”!

AN: Nunca ouvi falar.

LF: A empresa de camionagem, os “Claras”, de Torres Novas. Os “Capistanos” nas Caldas, depois os “Claras” compraram os “Capistanos”. E depois os “Claras”, que era uma empresa (...), os “Claras” tinham aqui na zona... Eram os “Oliveiras” em Águeda, era aqui o “Eduardo Jorge”, o “Barraqueiro”...

AN: “Barraqueiro”, que ainda existe.

LF: ...Ainda existe, era a “Ribatejana”!...

AN: Que também ainda existe.

LF: Não sei se é privada ou não, da “Rodoviária”.

AN: Também não sei, mas tenho ideia que ainda existe...

LF: Sim, mas ela está autónoma, tem um nome autónomo. Eram os “Capistanos”, na zona das Caldas, na zona Oeste, e em Torres Novas, para dentro, os “Claras”, depois os “Claras” compraram os “Capistanos”. E o que é que acontece? Nesse período, apareceu uma coisa chamada os “autocarros expresso”.

AN: Sim, sim, sim, portanto, diretos!

LF: Diretos. E eu, andava a estudar em Lisboa nos anos 1960, portanto, vinha de comboio de Alcobça para aqui e depois passei a vir de Expresso!... E o Senhor Clara era Procurador à Câmara Corporativa. Então, a certa altura, há um desinvestimento progressivo no caminho-de-ferro para fazer o transporte rodoviário!...

AN: Exatamente.

LF: Você não encontra nenhum documento legal...

AN: Pois, que regulasse isso!...

LF: Não, que lhe *explique* isso!

AN: Pois, pelo menos que explique; exato!

LF: E depois, ali na Bobadela, naquelas coisas de Vale Figueira, portanto aqueles clandestinos, entre a auto-estrada e o rio, ao lado de Vila Franca, o que é que acontece? De volta da Nacional 10? Os “Claras”!... Os “Claras” começaram a fazer *carreiras*!... E a partir do momento em que você tem carreiras, isso estimulou o clandestino porque havia transportes! Foi o transporte do autocarro que fez grande parte dos clandestinos na Região de Lisboa!

AN: Pois foi. Bem visto. É verdade. Porque inicialmente era a linha do caminho-de-ferro...

LF: E era a [Estrada] Nacional 10, cá em baixo.

AN: Exato. Portanto, zona de Cascais, Oeiras, Sintra...

LF: Na Estrada velha que ia para Vila Franca [EN10].

AN: Mas depois, numa segunda fase, já foi o transporte [coletivo]...

LF: É quando você tem o transporte... Porquê? Porque vai suprir aquilo que a Carris não fazia, porque a Carris só operava dentro da cidade.

AN: Dentro da cidade, pois!

LF: E portanto é a disponibilidade e o aparecimento da...

AN: Sim, sim, portanto, são essas ramificações...

LF: E depois há os Expressos do Algarve e não há melhoria na linha do Algarve; a linha do Oeste morreu porque passou a ter Expressos diretos...

AN: Sim, é o que eu uso, eu sou de Torres Vedras!

LF: Você é de Torres Vedras?

AN: Sim. E é o que acontece, portanto, a linha do comboio é para esquecer... A linha do Oeste está praticamente [obsoleta]...

LF: Muitas vezes vinha no Domingo à noite para Lisboa e ao Sábado depois na automotora para Alcobaça, para o Valado! Mas depois?

AN: Pois, não se justificava! Não valia a pena.

LF: E depois você vai investir nas estradas!

AN: A partir daí, é uma lógica completamente diferente no território!...

LF: Mas se você for ver onde é que está uma legislação que lhe estruture isso, não a encontra.

AN: A partir desse momento, o Estado deixa de ter também controlo sobre essa expansão urbana!... Dita “espontânea”.

LF: Não, quer dizer, o Estado *autoriza*! Ao autorizar, aquele... Havia uma coisa engraçada: é que as empresas de camionagem só podiam trabalhar fora do perímetro urbano.

AN: Pois.

LF: Não podiam largar nem meter passageiros senão na estação e depois fora do perímetro urbano, nas paragens que tinham! Lembro-me que Leiria quis criar uns transportes urbanos. E então, o que é que fez? Pôs o limite/o perímetro urbano quase a 10 Km do centro, a gente saía na Batalha e já estava no perímetro urbano de Leiria. Que era para poder ter um transporte urbano e aí, as concessionárias regionais...

AN: ...Sim, de longo curso.

LF: De longo curso, não podiam/só podiam atuar daí para a frente. Ou pelo menos, tinham limitações. Quando você cria, portanto, facilita as regras do transporte inter-regional e depois cria uma carreira especial que é o Expresso, que já não tem que parar...

AN: Pois, em todas as estações!

LF: Em todas as estações. Que ainda há! Há uma camionete que vai de Alcobaça para Lisboa lá pela estrada velha, [risos], que vai ao Bombarral, Torres, não sei quê, que pára em todas as terrinhas, isso ainda existe!

AN: Sim, Torres Vedras também tem uma alternativa que vai pela Malveira e que pára nas terrinhas todas. Eu não [utilizo], apanho a que vai pela A8, entro em Torres e saio no Campo Grande.

LF: Mas é um caso. Depois você facilitou isso! Esse é que foi o grande... A época dos Expressos. O que é que você lá tem? Se calhar um Despacho qualquer, ou uma portaria que autoriza...

AN: Pronto, mas lá está, o Estado compactuou com isso, autorizou de alguma forma!...

LF: Sim, mas não fez parte/não correspondeu a uma estratégia! Você tem ali um ato administrativo que autorizou aquilo. E se ler a Portaria, eh! É uma autorização! Ora, consequências territoriais?

AN: Pois! Inúmeras.

LF: Inúmeras... Portanto, é isto que eu digo. Com a questão da regeneração, com a questão do planeamento, é perceber se há ou não uma estratégia porque senão os planos tornam-se...

AN: Meros documentos abstratos, não é?

LF: Exercícios com pouca... Digamos, aquilo é uma faca romba, não é? Não corta!

AN: Exato. Mas era como o Professor referia no livro; referia que era um “sistema”, portanto, e é uma tríade, também: *sociedade, ambiente, território*. No fundo, conjugar todos esses factores mas de uma forma muito abrangente...

LF: De uma forma *integrada*. Que naturalmente num momento ou noutro há um vértice que se sobrepõe...

AN: Mas têm que existir os outros!

LF: Mas têm que existir os outros! E depois há uma coisa, aquilo que nós sabemos: um território é o resultado, digamos, um espaço geográfico onde se exerce o poder. Por definição, o território é isso, “um espaço geográfico onde se exerce o poder”. E agora você controla mais ou menos conforme o modo de exercer o poder. E o poder pode exercer-se de uma forma diluída. Pode exercer-se de uma forma repartida. Pode exercer-se de uma forma concessionada!...

AN: Depende. Mas lá está, é uma questão muito *política*, não é? Um território é, eminentemente, político.

LF: Aliás, o território é, por definição, “um espaço geográfico onde se exerce o poder”. Porque se não tiver poder, tem só um espaço geográfico.

AN: Exato. Natural ou...

LF: Um espaço geográfico!

AN: Mas é interessante, quando o Professor diz que “O território e as paisagens onde a nossa vida decorre são, por isso, tanto o resultado das políticas públicas territoriais como da sua ausência, do seu sucesso ou do seu fracasso.”. Exatamente, nem mais!

LF: Os clandestinos o que é que são? São a ausência das políticas públicas! E agora você vai-me dizer, “Ah, mas eu tenho aqui um Decreto de '67 ou '68 ou '66 - já não me lembro de que data é que é -, que diz!”. Epá, está bem!”. Mas esse Decreto é uma espingarda que não tem cartuchos!

AN: Pois, sem transposição para a prática, não é?

LF: Portanto, não corresponde, não foi uma política que se tenha exercido. Foi uma ausência de política! Quer dizer, é a mesma coisa, eu vou à caça com uma espingarda; está bem, vou equipado, tenho tudo, menos o cartucho! E em muitos casos é mais a ausência que marca...

AN: Pois, do que o próprio sucesso.

LF: Mesmo quando você tem um Plano.

AN: Dá que pensar. E também dá que pensar a questão dos clandestinos e da própria gestão da cidade contemporânea que é: existirá, se alguma forma, o Estado/o poder pode compactuar através da negligência? Através da ausência de legislação está a compactuar, por exemplo, com a atividade privada/o investimento privado?

LF: Eu não diria “compactuar pela ausência”. Até porque isso pressupõe uma atitude deliberada, não. A *consequência* é... E porquê? Se você tem o modelo administrativo, que tem tempos de decisão longos, esse modelo pode funcionar numa altura em que a economia é débil ou que os ritmos de transformação são muito lentos. Ora, no mundo contemporâneo, isso não acontece. Portanto, você tem a estrutura, em que o Estado, aplicando as regras que ele próprio definiu, pela sua organização e funcionamento, não consegue acompanhar.

AN: E, ao não conseguir acompanhar, conseqüentemente, vemos os resultados no próprio território. Não só no edificado [e no território], mas na própria sociedade, na forma como os transportes são geridos, como a cidade se pode expandir, descentralizar ou recentralizar... Tudo isso depende do próprio sistema.

LF: É este sistema e a tríade “*ambiente, território e sociedade*”, é... A Administração Pública tem de ser mais flexível. Não tem que ser mais laxista! Tem é que ser mais flexível. Ter tempos de decisão mais curtos... Você não pode ter uma hipótese do investimento ou do que quer que seja, dependente de um despacho do 1º Oficial, para o 2º Oficial, para o 3º Oficial... Depois vai a uma concertação de serviços e depois vai...

AN: É um sistema hierárquico e que... Só esse próprio sistema pode gerar muitos atrasos e muita burocracia.

LF: Você tem que fazer o que fazem em Barcelona, com a aprovação dos projetos. E como já se faz, por exemplo aqui nos projetos de Engenharia, que é: o projeto, em princípio, está aprovado. A verificação é *a posteriori*. Agora, você entregou o projeto, fez a declaração, você leva uma pena que pode ser levada até à inibição da atividade profissional! Eu fui Coordenador do Gabinete de Planeamento da Câmara de Santarém, durante 7 ou 8 anos. E estava responsável pelo planeamento e organização depois para o Plano Diretor, etc. E por razões operacionais da Câmara – a Câmara tinha um serviço de gestão urbanística, lá com um arquiteto meu amigo e muito simpático, era um tipo muito *sui generis* que também era do género de que eu, em princípio, mandava tudo à CCR e a CCR que chumbasse e ela nunca chumbava nada -, (...)

AN: Portanto, passava para a Administração Central.

LF: O Humberto Martinho era aquela coisa... E depois, num mundo pequeno, onde toda a gente se conhece; o Arquiteto de Alcanena projeta para Santarém, de Santarém para Alcanena, portanto, epá não vamos chumbar aquilo do meu colega de Alcanena porque depois eu tenho lá um projeto... E a Câmara... E a certa altura, o Humberto fazia lá sempre uns Pareceres – eu dava-me e dou-me com ele -, do género quase do “Nim”... (...), a Câmara decidirá! Aquela história. O Presidente da Câmara [decidirá]. “Oh, Arquiteto Martinho, epá, você tem que dar uma opinião!”, “Epá, mas a opinião tanto pode ser sim se a gente gostar, pode ser não porque não sei quê; a Câmara é que é soberana!”. Bem, não valia a pena porque o Martinho era assim, e então passou-se a adotar o sistema de que a Câmara, nessas circunstâncias, quando o Martinho estava ali a... E para não criar problemas, mandava ao Gabinete de Planeamento. Portanto, eu funcionava, digamos, como um Tribunal da Relação. Aparecia-nos aquilo, nós estávamos no gabinete ao lado e “Oh, Martinho, então tu mandas isto

para aqui? E agora o que é que queres que eu te faça? Isto não tem pés nem cabeça! Então tu foste dizer que não sei quantos, para ir à CCR!...”, “Epá, eles depois que chumbem!...”, “Mas ó Martinho, não pode ser assim! Depois a Câmara é que fica mal, se manda isto para a CCR, depois a CCR cai em cima da Câmara...”, “Epá, isso é lá com eles, eles entendem-se!”, “Agora venho eu aqui, tenho que dar um Parecer nisto.”, “Epá, mas dou um Parecer nisto...” “Epá, não te preocupes! Escreve o que quiseres!” (...) E nalguns casos, aquilo vinham os termos de declaração da... Os Termos de Responsabilidade. O Arquiteto tinha sido meu aluno, é Arquiteto em Alcanena, depois foi para a Câmara de Lisboa, mas também teve aqui chatices na Câmara de Lisboa, por causa das facilidades... E mandava-me uma coisa e o Martinho – muita esperto, ele é um rato -, sabia que aquilo não estava nada, tinha lá que “estava de acordo e cumpria a legislação”, o Martinho olhou para aquilo e não estava nada! ...Um colega, noutra Câmara... E fez uma daquelas que, ele próprio, “Ao Gabinete de Planeamento”. Eu olho para aquilo, tal, tal e tal, faço o meu Parecer e depois digo à Câmara: isto não cumpre aqui, aqui e aqui, mas no entanto o Arquiteto fez uma Declaração a dizer que sim.

AN: Pois, aí a responsabilidade é do Técnico (Arquiteto)...

LF: E a Câmara: 100 contos de multa. Fiz isso a 2 ou 3.

AN: Mas aí a responsabilidade é do próprio Técnico que submete o projeto!

LF: Fez a Declaração... Depois foi lá falar comigo, “Ó Fadigas, ó Professor, então!!”. “O que é que tu escreveste aqui?...”, “Epá, mas isso é a rotina!”, “Ai é?... Só se for ali com o Martinho; comigo não é rotina! Então eu vejo que aquilo não é e depois tu dizes que sim?”, “Epá, eles não vêem aquilo!”, “Pois viram. Agora faz lá outras.”, “Estás maluco, estás-me a [tramar], não sei quê e tal! E agora como é que é, como é que eu faço? E o cliente?”. Mas portanto, (...) eu fiz isso, e (...) criou-se um modelo de Administração que tornava a decisão muito rápida, aquilo nem era preciso mandar para a CCR; verificava-se que havia uma inconformidade, manda logo ao Presidente da Câmara a dizer “O Termo de Responsabilidade não condiz com a realidade.”. E ele accionava uma coisa que disciplinou um bocado aquilo. Isto se assim for, ficamos a poder dizer se se pode aprovar logo e depois se vê se aquilo tem... Quando você pergunta, “há convivência na ausência do Estado?”, não é a convivência, é a *incapacidade* que depois resulta, na prática, como se fosse uma convivência.

AN: Eu estava a perguntar isto porque, por exemplo, há Câmaras Municipais que funcionam melhor umas do que as outras. Mas lá está, é uma questão dos Técnicos que existem em cada Câmara, da liderança...

LF: E também da estrutura que a própria Câmara tem!

AN: Exatamente, da sua própria estrutura; os Municípios também não são iguais e portanto cada um tem as suas especificidades...

LF: E do trabalho que têm e a maneira como eles se organizam.

AN: Sim, mas a questão dos técnicos. Os técnicos hoje em dia – e eu sou Técnica Superior, ganhei um concurso [público]...

LF: Você está a trabalhar onde?

AN: Eu estou a trabalhar na Universidade de Coimbra, num Gabinete Técnico. (...) os técnicos têm também, por si próprios, procurar ter formação, procurar informar-se... Isso, em todos os organismos, isso é essencial.

LF: Isso depende também do modo como a estrutura [da Câmara/do organismo] se organiza e como é que... E há muita maneira de chutar para o lado!

AN: Claro!

LF: E de eu dizer assim, “Deve ser pedido Parecer aos Caminhos-de-Ferro” ou [deve ser pedido Parecer a outra entidade]... Quer dizer... E enquanto!...

AN: Pois, exato, e enquanto o processo vai queima-se tempo e distraem-se um bocadinho as atenções!...

LF: No caso do Humberto Martinho, “Alguém vai dizer que não, mas não vou ser eu!”.

AN: É a questão de se esquivar um pouco à responsabilidade... E isso é nocivo, acaba por... Isso tem muito a ver também com a questão, se calhar, do compromisso que cada técnico devia ter.

LF: É também a própria cultura organizacional... Quer dizer, as culturas organizacionais também dão nisso, portanto, nós temos uma estrutura de Estado muito pesada. Não estou a dizer que temos Funcionários a mais, é uma coisa completamente diferente...

AN: Se calhar, nalguns verifica-se...

LF: Nalguns sítios, mas...

AN: Mas noutros casos não, até há falta de pessoal!

LF: Mas o problema é que temos uma estrutura muito pesada; a *estrutura* é muito pesada! E isto não significa... Não; é o *processo* de decisão que é muito pesado...

AN: É muito pesado, é muito burocrático, na maioria das vezes... É muito moroso. E isso, claro, torna uma administração pública completamente ineficiente.

LF: Eu fui Assessor do Jorge Sampaio aqui na Câmara de Lisboa, depois também trabalhei com o João Soares. E... Fui Assessor do Jorge Sampaio, não! Fui Assessor do João Soares quando ele era Vereador da Cultura, na altura da Presidência do Jorge Sampaio. Para alterar uma janela, uma marquise, ia ao Presidente da Câmara para assinar!... Portanto, aqueles processos (...) enormes e não sei quantos, quer dizer, e pelos quais o Presidente da Câmara é responsável porque assinou uma...

AN: Pois, a decisão! E que muitas vezes não é ele que acompanha o processo e portanto só assina, mas acaba por ser ele, depois, o responsável.

LF: Quer dizer, aquilo tem que ir ao Presidente, portanto...

AN: Tudo isso contribui para tornar [o sistema] ineficaz...

LF: As chefias intermédias não têm poder; depois, é um problema do próprio Estado! Você hoje para aprovar um Plano, tem 600 entidades...

AN: Sim, sim, sim, a quem tem de pedir Parecer!...

LF: Vou-lhe contar uma história – uma história que são duas, muito curiosas... Eu coordenei, eu estive no Gabinete de Planeamento de Santarém quando se fez o Plano Diretor. E na altura a Lei, o [Decreto-Lei] 69/90, na 1ª versão, dizia que na Comissão de Acompanhamento devia estar a CCDR e a DGOT. E depois, “quem a Câmara entender”. Portanto, a Câmara diz “ah, como é que é?”. O que é que a Lei diz? É a DGOT (...) e a CCDR... Mais ninguém! Senão, a gente nunca mais se entende aqui com isto, só para marcar as reuniões! Porque eu sei de outros casos, depois os Técnicos estão em dezenas de planos... Quando aquilo chegou foi lá à CCR, a CCR perguntou à Câmara se só tinham aqueles 2 e a Câmara respondeu: “é o que está na Lei”. Depois, mudou a Lei e obrigou a estar: a Direção Regional de Agricultura e a Direção Regional de Florestas. Passaram a 4 [entidades]. Mas olhe que, mesmo assim, às vezes era preciso (...) acertar os 4! E uma vinha de... A Direção-Geral de Agricultura era representada, era de Santarém, e a das Florestas vinha da Marinha Grande. Mas pronto, mesmo com os 4 às vezes...

AN: Era difícil de [articular]...

LF: A CCR e a DGOT estavam noutros [planos]. Passado uns anos – eu tinha feito este [PDM], tinha feito o de Portimão -, (...) vem a Revisão e o Presidente da Câmara de Alpiarça (que é um amigo meu) pediu-me “Epá, então não queres (...), vamos abrir um concurso para a Revisão do Plano, vê lá se concordes!”. E o concelho de Alpiarça tinha 10 mil habitantes... E digo eu ao Argentino: “Eu já passei por coisas... A Revisão; e agora a legislação mudou...”. “Epá, toma lá, está já aqui o Edital e já está constituída a Comissão de Acompanhamento (...), então agora (...). A Comissão de Acompanhamento eram 40 fulanos (...). Eram as Adegas Cooperativas, as Associações de não sei quantos, e os Caixeiros disto e daquilo; tudo quanto era assim estava na Comissão... “Já decidi, nem pensar! Limpas isto tudo! Quantos é que a Lei diz? São 4!”, “Epá não, já os convidei, isto já está publicado!...”

AN: Assim é muito complicado. E depois efetivamente ficaram todos os que estavam previstos?

LF: Depois não sei como é que ficou...

AN: Ah, pois, exato, depois já não acompanhou isso!

LF: Ah, não, era só o que me faltava! Quer dizer, portanto, você logo à partida, num concelhozito como era Alpiarça, aquilo não funciona! Nunca mais os consegue ter...

AN: ...Concertados, não é?

LF: Concertados!

AN: Mas infelizmente é muito disso que acontece...

LF: Eu estava a coordenar o PDM de Portimão... O PDM de Portimão já estava... (...) Faziam parte algumas entidades locais e regionais como era (...). A Comissão era pequenina! Mas tinha, na altura, a Direção-Geral de Portos, por causa do Porto de Portimão, e tinha a Delegação ou a Administração do Porto do Barlavento. Tinha 2 entidades ligadas ao Porto. Do mesmo Ministério, 2 entidades. As maiores discussões a que assisti – tirando as minhas com a CCR -, eram entre os 2 representantes do Ministério das Obras Públicas... Chegaram-se a insultar!...

AN: Pois, isso é terrível...

LF: Chegaram-se a insultar!... Na altura, o Presidente da Câmara, o Vereador que estava a acompanhar aquilo, que depois foi Presidente da Câmara, era Oficial de Marinha. (...) Era Engenheiro, Engenharia da Marinha. E portanto, a certa altura ia-se embora e deixava-me lá sozinho. “Fica alguém da Câmara; você representa a Câmara!” (...). “Epá, acabou a reunião, acabou a conversa! É como nós quisermos!”, “Não se entendem? Então é como eu quero. Pronto. Também sei de Portos e de Marinha.”, era o que ele dizia, “Também sei de Portos e de Marinha”.

AN: Tinha que haver algum pragmatismo, também.

LF: Repare, isto só o dia-a-dia destas...

AN: Sim, sim, acontece, sem dúvida! Só que às vezes, dentro da própria entidade [não há concertação]...

LF: Para dizer o quê? Para dizer que, junto ao Porto, havia uma zona de jurisdição da Administração portuária que a gente não se mexia!

AN: Pois, até era bastante simples.

LF: Coisa que era bastante simples. Quando um dia a Administração portuária alugou/reservou uma área na zona portuária, para a cimenteira de Loulé fazer as descargas do cimento, ali no porto, vinha em granel, o cimento a granel para o porto para ser carregado nos barcos, a Administração do porto negociou aquilo sem falar com a Câmara. Era no seu território!

AN: Mas isso é válido, ao fim e ao cabo!

LF: É válido! Só que o Presidente da Câmara achou que tinha de ser [discutido]... Então (...) armou um escarcéu, falou com a Administração do porto e depois até foi (...) “Não tem problema, vocês continuam com isso. Uma coisa é certa: não carregam 1 quilo de cimento no Porto.”, “Ah, mas não sei quê, a nossa autonomia!”, “Já tenho ali uns sinaizinhos a dizer: Trânsito proibido a pesados.”. “Epá, só se vierem de carrinho de mão! Que eu não deixo chegar os autocarros ao Porto!”.

AN: Mas aí também, quer dizer, tem que haver [cedências, tolerância]...

LF: O tal problema: o Porto tinha a sua autonomia, não perguntou se aquilo (...) camiões, qual era o efeito na cidade!...

AN: Pois, sim, aí foi falha, não é?...

LF: Isto é o efeito da nossa Administração Pública!

AN: Pois, pois, pois... Cada um no seu “quintal”.

LF: Quando eu digo que ela [a estrutura da Administração] é muito *pesada*, não quer dizer que tenha muita gente... É muito *pesada* porque tem muitas “quintas”.

AN: Pois, é, sem dúvida!

LF: E, portanto, depois o planeamento vai, digamos, refletir isso...

AN: Acaba por se refletir.

LF: Você que fala em Plano de Regeneração, Plano de Regeneração de coisa, epá... Como é que você concerta as coisas?...

AN: Pois, e com tantos interesses envolvidos... E entidades.

LF: Os ingleses, porque é que os ingleses fizeram as “*development agencies*”? Foi precisamente para...

AN: Para agilizar!

LF: Para agilizar! Porque é que foi fundada a AMBELIS? A AMEBLIS era uma “*development agency*”! Só que a legislação portuguesa não tinha, não enquadrava aquela forma societária, por isso, aliás (...), as dificuldades de funcionamento.

AN: Mas ainda bem que o Professor fala da AMBELIS, porque estávamos aqui a falar das reuniões, que nem sempre são fáceis, e eu ia questionar se no âmbito da Agência se era fácil de lidar...

LF: A Agência era fácilimo.

AN: Porque estavam todos com a mesma filosofia?

LF: Por duas razões: a Agência tinha 44 accionistas, que eram as 44 maiores empresas da cidade mais as Universidades. O resto eram as grandes; eram as petrolíferas, eram os Bancos, eram as cidades financeiras, eram algumas empresas públicas também!... Mas de grande porte. A EPAL, o IPE, a EPUL... E tinha uma Direção. Éramos cinco, que era nomeada pelos

acionistas; na prática, não era bem assim, era nomeada pelos acionistas mas (...) fizeram 42, que só apareciam na Assembleia Geral. Depois havia um Conselho Geral de 15 elementos, que funcionava com aquilo que hoje se chama o Conselho de Administração, cujo Presidente era, estatutariamente, o Presidente da Câmara, e havia uma Direção que corresponde, no fundo, àquilo que hoje se chama Comissão Executiva, que era eleita pelo Conselho Geral, portanto, dentro do Conselho Geral. E que tinha 3 representantes da Câmara e tinha 2 representantes dos privados. Era um “acordo de cavalheiros”, não havia nada que dissesse que tinha de ser assim, mas era assim. E o Conselho Geral reunia de 2 em 2 meses. Nós fazíamos a gestão corrente, a reunião da Assembleia Geral era anual, que era para aprovar as contas e o orçamento, e o resto era gestão corrente, as coisas que eram definidas com o Conselho Geral. O Conselho Geral era presidido pelo Presidente da Câmara e iam às reuniões os *TOP's* da Administração dessas grandes empresas. Ou se não iam *TOP's*, iam pelo menos as pessoas com um poder [de decisão]. E era ótimo! Porquê? Era o único sítio onde eles podiam, à vontade, durante uma manhã, falar com o Presidente da Câmara sem ter que pedir Audiência.

AN: Sim, exato. Portanto, era muito mais direto...

LF: ...Informal. Depois, a AMBELIS era um facilitador, digamos. Muito do nosso trabalho era encomendado pelos nossos acionistas. A EPAL pediu-nos para tratar lá do problema dos Olivais por causa dos terrenos e do registo das parcelas – que também andavam desde o Duarte Pacheco -, que nós tratamos disso, de resolver uns problemas... Olhe, o caso do IPE, com o Braço de Prata!... Porque a empresa de defesa, o Braço de Prata pertencia a uma empresa que pertencia ao IPE!... E, assim sucessivamente. Portanto, fomos nós que dirigimos a construção do prolongamento da Avenida dos Estados Unidos, que foi um contrato de ação e pagamento, nós montámos o negócio, em que a Câmara cedeu o lote, os terrenos, e depois quem ficou com os lotes, o preço era a construção daquela obra! E portanto, isso era muito fácil porque nós estávamos ali na situação de *facilitador*. Portanto, procurar resolver os interesses da Câmara junto daquelas empresas, muitas delas, promovendo a cidade, promovendo a economia, de que todos beneficiavam e funcionando um pouco como... Numa relação direta com a Câmara, porque aquilo que falavam connosco sabiam que estava já “benzido” que era a opinião da Câmara, portanto, nós adiantávamos serviço, quando as coisas iam para a Câmara já estavam combinadas, etc....

AN: Pois, isso era interessante.

LF: Funcionou sempre muito bem.

AN: Era interessante, acho que foi um trabalho notável, porque conseguia concertar interesses privados e públicos também, de uma forma muito direta...

LF: (...) “Você não pense nisso!”, “Ah, então como é que é?”, “Temos que dar a volta!”. E nós próprios encontrávamos uma forma de... “(...) o Presidente da Câmara vá nisso, a gente fala com o Presidente.”, então quando eles às vezes formalmente colocavam as coisas ao Presidente da Câmara, nós já tínhamos feito o “trabalho de sala”. Portanto, nunca arriscavam um primeiro... Uma primeira aproximação que não pudesse ser totalmente bem recebida ou que fosse difícil, ou que fosse... Não, nesse aspeto, aquilo funcionou mesmo como uma Agência de Desenvolvimento, mas depois não conseguia funcionar porque a Câmara não nos [à AMBELIS] podia passar dinheiro...

AN: Pois, a questão do financiamento.

LF: Não porque nós éramos uma Sociedade Anónima. Portanto, a Câmara não nos podia encomendar coisas! Epá, foi um sarilho, depois com o Tribunal de Contas, depois tivemos que... Pronto, depois ela acabou. Não podia desenvolver tudo quanto estava (...) programado, porque praticamente só vivíamos do que fazíamos para os accionistas, (...) para a Câmara, portanto já não podia... Mesmo que... Já não podia ser a charneira, depois a Câmara não podia lidar diretamente com as empresas porque eram não sei quantos que podiam (...)

AN: Mas eu acho que era importante... Hoje em dia não estou bem a par se existem outras agências de desenvolvimento!...

LF: Não, não, não... Foi criada uma no Porto, foi criada uma em Faro (a AMBIFARO, cujos estatutos foram copiados da AMBELIS), e foi criada uma no Porto, no tempo do Presidente [da Câmara] Fernando Gomes, que eu próprio ajudei a estruturar com o modelo da AMBELIS. Como é que se chamava a do Porto?... Era a... A AMBIPORTO... Tinha as empresas do Porto: a *Amorim*, (...), tinha a mesma lógica de organização. Mas vivia dos mesmos problemas.

AN: Claro. Ou seja, a questão das Agências de Desenvolvimento, apesar de ter esse papel facilitador, ou agilizador, cai por terra pela questão...

LF: Cai por terra porque a função se sobrepõe à função do Estado e a organização não é compatível, digamos, ou é uma empresa pública, ou é uma empresa privada.

AN: Claro, e o misto acaba sempre por se sobrepor, tanto numa como noutra. Mas – e isto em termos de regeneração urbana -, seria importante, por exemplo, ter um modelo de agência de re-desenvolvimento...

LF: Vamos lá ver, você tem a EPUL. A EPUL era o que podemos chamar uma agência de desenvolvimento com aquela vocação. Mas que, como era uma empresa detida só pela Câmara, dificilmente atuava fora dos terrenos que eram da Câmara...

AN: Pois, logo aí restringia imenso a atuação.

LF: Portanto, a função era a de uma agência de desenvolvimento. Como foi a [Parque] Expo!

AN: Sim, exato.

LF: Só que a Expo, no fundo o que era, era um serviço do Estado! Portanto, era uma empresa pública. Ou seja, com todas as limitações...

AN: Mas eu acho que é importante conjugar essa intervenção privada e pública. O Professor acredita que será viável outro modelo/alguma forma de compatibilizar esses interesses e investimentos públicos e privados? Já foi visto que a regeneração...

LF: Não, porque se queimou mal, por incapacidade, ou por burrice - para não dizer outras coisas mais graves; fico-me pela burrice e pela incapacidade, mas se calhar foi por coisas mais graves -, o instrumento que era paralelo ao que podia ser o utilizador, o agente disso... Aquilo, inclusivamente, estive muito envolvido a certa altura, andei em Bruxelas também metido com isso, que eram as PPP's [Parcerias Público-Privadas]. E que os ingleses usaram bastante bem e que nós quisemos trazer... Eu ainda fiz parte de uma coisa das PPP's - uma coisa Portuguesa, ainda fui a Bruxelas - e esse podia ser o modelo! Só que em Portugal falar de PPP's é falar de uma associação de criminosos! E se calhar não nos enganamos!

AN: Pois...

LF: Quer dizer, e se calhar não nos enganamos! [risos]

AN: Infelizmente.

LF: Pronto. E essa sim, confluía a... A ideia era essa, basta no fundo juntar um pouco do que nós tínhamos na AMBELIS, depois juntar os interesses de uns e de outros, numa lógica de compatibilizar interesses, otimizar esforços, mantendo o que eram as funções de uns e o que eram as funções de outros num sistema equilibrado. Mas isso tem que ser feito por gente séria. Eu continuo a achar que as parcerias público-privadas são uma solução!

AN: Têm é que ser geridas de forma clara, não é?

LF: Como em tudo na vida! E os ingleses usaram, algumas agências muito nessa lógica que é a das parcerias. Porque aqui hoje em Portugal, você vai para uma parceria público-privada...

AN: Pois, ainda está tudo muito “fresco”!...

LF: Está “queimado”, mas essa era uma [solução]... E você pode arranjar 1, 2, 3, 4, 5, 6 parceiros; não tem que ser só 1! Parceria público-privada não tem que ser, necessariamente, uma relação entre dois!

AN: Pois! Se calhar nem convém; convém haver mais parceiros...

LF: Se você vai para uma intervenção do género da regeneração, se calhar tem todo o interesse em ter vários parceiros!... Você tem uma coisa parecida, apesar de tudo, na regeneração que é, na perequação...

AN: Sim, exatamente, que é um instrumento poderoso!

LF: E que não é aplicado!... Você não precisa de fazer planos; faz uma unidade de intervenção, não precisa de plano de pormenor! Eu fiz isso para as Caldas [da Rainha]; fiz isso, não. Fizemos aqui [na] Faculdade, para as Caldas... Uma coisa de... Para ser lançada e montámos; eram oitenta e tal parceiros!... Para fazer uma perequação de seis hectares... Não, sessenta hectares, perdão! Você conhece as Caldas?

AN: Mal!...

LF: Entra... Há lá uma coisa que é a EXPOESTE, portanto, é toda aquela faixa, no meio das Caldas, praticamente, por onde passa a A8 e que, ao lado da qual, não existe construção nenhuma. Portanto, era o vazio, era isso tudo. Era 1/3; eram 8000 habitantes mas a cidade tem 25.000, mas portanto, era um programa a longo-prazo, de estruturação do território. E era feito na lógica da... E você tem as unidades de intervenção e as formas de associação, de cooperação entre a Câmara e os privados, na prática são parcerias público-privadas!

AN: Exato, têm é outro nome, assumem outro nome!

LF: Têm outro nome! Mas você não precisa de fazer plano porque aprova a Unidade de Intervenção. Define a Unidade de Intervenção, aprova o plano, faz o contrato de urbanização com os parceiros, a Câmara e os parceiros fazem o contrato de urbanização, e o que é que você tem aí? Uma Parceria Público-Privada. O que é que você tem aí? Uma Agência de Desenvolvimento.

AN: Só que com outro nome. Eu acho que sim.

LF: Só que com outro nome.

AN: De facto a perequação não está bem explorada e podia ser uma solução para a...

LF: É muito difícil você fazer reuniões com os proprietários e dizer que fica com a zona verde e vai construir no lote que é do parceiro...

AN: Isso gera muito conflito!

LF: Eu fiz muitas noites de reunião com aquela gente, lá o proprietário, uns que eram construtores, outros que andavam lá nas batatas não queriam construir, e outros, por esses não perceberem, andaram a explicar isso... (...) É complicado. Mas é um processo que a lei [prevê]... Ou seja, não temos solução; temos os instrumentos à mão! Eu geri o Centro Histórico de Santarém sem um Plano! Graças a Deus!

AN: Pois, é um caso.

LF: E consegui definir o limite/perímetro do centro histórico! Sem plano! Porquê? Porque tinha saído uma legislação a seguir ao incêndio do Chiado [1988] que permitia definir o limite dos centros urbanos antigos, por causa dos incêndios. E dizia que os centros urbanos/centros antigos eram limitados por Despacho do Ministro da Cultura, o Ministro da Defesa, o Ministro da Administração Interna. E eu estava a coordenar o Plano [Diretor Municipal] de Santarém e era Secretário de Estado do Ordenamento do Território o Engenheiro Liberato, que foi Chefe da Casa dos Serviços do Cavaco [Silva]. Eu dava-me bem com o Liberato, e com o Chefe de Gabinete dele, o Pereira Reis, que depois foi Secretário de Estado, foi substituído, e eu falei com eles. "Posso usar isto para fazer (...)?" Ah, porque depois fiz isso! Defini o limite do centro e depois fiz uma postura municipal. Qual é que era a postura? Era o regulamento de um plano. O que seria o regulamento do Plano de Salvaguarda. Mas eu sabia que, se fizesse um Plano de Salvaguarda, demorava 7 ou 8 anos para o aprovar! E uma Postura demorou... 3 meses! Foi discutida na Assembleia Municipal, é aprovada na Assembleia Municipal, tem força de lei, desde que eu não falasse em urbanismo – porque isso é competência do Estado -, tinha esse cuidado com as palavras... E eu disse. "Eu quero fazer isto, assim e assim...", falei com o Chefe de Gabinete, "Epá, isso é excelente! Isso facilita... Tudo!". "Fogo à peça!". Eu faço aquilo e aquilo, delimitámos, mandei-o, Despacho do Ministro da Defesa, porque tinha lá uns Quartéis, (...), Santana Lopes (...); "Aprovado" na Assembleia Municipal. Ao fim de três meses tinha um instrumento de gestão do centro histórico.

AN: Pois, fantástico! É muito pouco tempo.

LF: O regulamento era rigorosamente, era quase a cópia do Plano de Beja feito pelo Vasco Massapina. Tinha sido o Vasco Massapinha que mo tinha dado! [Risos] Tinha falado com o Vasco e ele diz-me “Epá, agora para aprovar isso, 8 anos, não sei quê!...”, isto tinha sido o primeiro plano... “Abres aquilo e ficou! Não precisamos de fazer um Plano de Pormenor, temos um instrumento na lei que é a capacidade regenerativa das Assembleias Municipais e...”.

AN: E funciona.

LF: Portanto, se nós quisermos...

AN: Há maneiras de...

LF: Falei da perequação, vamos pela “postura municipal”... Cada vez que seja juridicamente reparada, não tenha lá nada que seja objetivamente relacionada com o urbanismo ou com a legislação que seja...

AN: Pois, porque é competência do Estado!

LF: ...É competência do Estado, é possível...

AN: E o Professor acha que seria viável uma atuação desse género lá na zona ribeirinha oriental [de Lisboa]? Na zona que ainda não recebeu intervenção, nomeadamente, Beato, Xabregas, Marvila, etc.?

LF: Vamos lá ver... É difícil numa Câmara como Lisboa fazer isto, mas tem uma coisa que já existe que são as medidas cautelares dos planos! É certo que tem uma validade de tempo curto, implica que o plano seja rápido, não é, senão anda sempre a alterar as medidas cautelares e é mais difícil de fazer quando você tem ali muitos interesses, muitos proprietários... E depois, tem alguma dificuldade em definir programas, porque você já não tem RECREIA's, faz a reabilitação e a reabilitação para quê?

AN: Exato. E a questão da re-funcionalização, não é, tem que ser muito bem justificada.

LF: O problema que você tem hoje na regeneração urbana propriamente dita - na territorial, não na ambiental, mas naquela que é relativamente *urbana* -, é você ter uma... Como é que eu hei-de dizer... Ter uma dificuldade de estabelecer com alguma coerência um programa suficientemente sólido para abarcar uma determinada área espacial.

AN: E que de facto se justifique perante a cidade, não é? Porque depois não pode ser uma intervenção que fique isolada...

LF: Vamos lá ver, você vai reabilitar para *quem*?

AN: Pois. A questão do público-alvo e a questão do retorno, também.

LF: O retorno. Agora você está a fazer reabilitação para fazer alojamento local. E a malta diz “Já é demais.”. Portanto, tem de perceber qual é o que é isso! Tem que ser articulada, você não pode ter uma política de reabilitação nos centros e ao mesmo tempo permitir uma política de expansão na periferia!

AN: Exatamente. Mas isso aconteceu!

LF: Sempre!

AN: Exato. Mas isso aconteceu! E é isso que nós hoje temos que contrariar...

LF: Pois, mas o problema é o problema da escala, é que você já não pode trabalhar; quando eu digo, “o território é uma expressão do poder”, é que o território alargou e o poder agora tem de ser um poder que... Aliás, eu digo isto no livro...

AN: Exato, tem outra dimensão!

LF: Tem que ter outra dimensão!...

AN: Tem outra escala. E é um desafio.

LF: É o que acontece nas áreas metropolitanas neste caso! Você não pode ter uma política de reabilitação em Lisboa e ter, por exemplo, em Sintra – Sintra já não porque Sintra já não tem gente -, mas estar a fazer expansão!

AN: Mas é curioso, porque a Câmara Municipal ainda continua a prever, mesmo no centro da cidade, planos de urbanização, planos de pormenor...

LF: Sim, mas com muita contenção, neste momento do que eu tenho conhecimento, muito antigos, e direitos adquiridos e alvarás e (...) cresceram 1000 habitantes na década de 1990 mas os planos são todos de 1980!

AN: Existe sempre esse desfasamento temporal, não é?

LF: ...Sim, Senhor.

AN: Muito obrigado, Professor! Peço imensa desculpa pela maçada, mas agradeço imenso o contributo...

LF: Não, não é maçada nenhuma!

FIM (02:20:56)

ENTREVISTA

Arq.º José Anselmo Vaz

A8

Entrevistado: Arq.º José Anselmo Vaz (CML)¹⁷⁸

Data: 24.09.2016

Horário: 15h30 – 18h00

Local: Rua Professor Mira Rodrigues, Lote 1543, 2º Esq., Olaias, Lisboa

▪ **Guião / Questões**

- CML
- PDM's / PDML
- Expo '98 / Parque das Nações
- PUZRO
- POZOR
- desenho urbano

▪ **Transcrição da entrevista**¹⁷⁹

Ana Nevado (AN): Arquiteto, obrigado por me receber!

Arq.º José Anselmo Vaz (JAV): Eu entrei na Câmara [Municipal de Lisboa] em 1970, e (...) propriamente a zona oriental de Lisboa, portanto, até 2002, mais ou menos. Depois uma Planta que é – eu trouxe uma série de papéis (...). Bom, o Plano de Urbanização...

AN: O “Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental”.

JAV: Pois, isso é PUZRO. Isso passou a ter outro nome, que já não é comigo.

AN: Exato! Que é o POZOR! “Plano de Ordenamento da Zona Oriental Ribeirinha”.

JAV: O POZOR foi com base no PUZRO, portanto, que isso era da minha responsabilidade, que depois avançava, portanto, eu nessa altura já não estava. Talvez tenha acompanhado um bocado a elaboração da proposta, mas portanto, já não estava, já não... Já não é comigo. Tudo isto começou com a Câmara do Dr. Jorge Sampaio! Veio alterar completamente, portanto, a cidade; Lisboa estava um bocado destruída, estava a perder um bocado as suas

¹⁷⁸ José Anselmo Vaz é licenciado em Arquitetura. Colaborou como Arquiteto nas Câmaras Municipais de Sintra e de Lisboa, destacando-se a sua participação na elaboração de Planos Diretores Municipais e dos Planos urbanos da zona oriental de Lisboa (i.e.: PUZRO; Plano de Estrutura da Zona Oriental; etc.).

¹⁷⁹ Entrevista gravada com recurso a gravador digital *Mitsai* 2G AD-511, ficando registada em áudio (formato .wav). A transcrição foi realizada com recurso à audição da gravação e à consulta de apontamentos recolhidos durante a realização da entrevista, sendo o mais fiel possível aos temas e questões debatidas.

características tradicionais – interessantes e atrativas –, e com a Câmara anterior que era do... De um senhor que gostava muito de Lisboa, também... Que era do CDS... Que era o Presidente da Câmara – agora não me lembro do nome dele!... Mas, eu daqui a um bocado eu lembro-me!... Por acaso era boa pessoa e gostava de Lisboa, só que não tinha preparação técnica suficiente para isso. Então a primeira coisa que se fez foi [criar] um serviço que se chamava o “Departamento de Projeto de Planeamento Estratégico”, era assim, que era...

AN: Pois, exato, a DPPE...

JAV: A DPE, de Planeamento Estratégico, que era liderada pelo Eng.º Fonseca Ferreira. Depois, posteriormente, foi chefe, foi Diretor da CCDR de Lisboa.

AN: Sim, eu entretanto tive oportunidade de entrevistá-lo, já no ano passado, em Junho do ano passado... Mas algumas questões que eu lhe coloquei, ele fugiu um bocadinho...

JAV: Ai foi?...

AN: Exato.

JAV: Portanto, a primeira coisa que se fez nesse – e nessa altura, quando o Jorge Sampaio foi para a Câmara [de Lisboa], eu trabalhava na Câmara de Sintra. E depois entretanto convidaram-me para vir para cá precisamente por causa da zona oriental [de Lisboa]. E a primeira coisa que fizeram foi, a primeira coisa que se fez foi publicar um Plano Estratégico para Lisboa. Tem esse Plano?

AN: Sim, sim, tenho.

JAV: Pronto. E, ao mesmo tempo, conclui-se que era importante avançar propriamente para a zona oriental (...), que é uma zona esquecida... Esquecida! O que se fez então nesse campo foi um “Plano de Estrutura da Zona Oriental”. Não sei se ouviu falar?

AN: Sim, sim... Já.

JAV: Pronto. Isso aí já foi da minha responsabilidade, o “Plano de Estrutura da Zona Oriental”. Nessa altura, estava por Lisboa, tinha-se candidatado à Exposição de '98, não se sabia ainda se vinha, se não vinha, de qualquer maneira, considerava-se que a Exposição seria importante, seria catalisador para obter/aumentar propostas para (...), porque, mas, o Plano de Estrutura foi feito “mesmo que não venha, devia-se avançar nesse sentido para...”; deixe-me ver se eu o tenho aqui; tenho aqui... É isto... “Plano de Estrutura da Zona Oriental de Lisboa”... Esta é a “Planta Síntese”...

AN: Pois, que era muito completo!... Em comparação com a Expo '98/com a zona da Expo '98, ele era muito completo, muito abrangente!

JAV: A Expo era só a zona dela! Os objetivos fundamentais eram, primeiro, – não se isto lhe interessa!...

AN: Sim, sim! Interessa-me imenso para perceber o que é que foi desenvolvido, até hoje...

JAV: Nesta proposta era o seguinte: havia indústrias que tinham que desaparecer daqui, nomeadamente, a Refinaria. (...) a Refinaria que estava praticamente dentro da Área Metropolitana e que era [ambientalmente] perigoso. Também, uma outra indústria, que era uma indústria de plásticos, química, que era... (...) Mas, na altura, considerámos um bocado mal, erradamente – quer dizer, não totalmente erradamente -, mas seria manter áreas industriais, áreas tipicamente industriais no centro da Área Metropolitana de Lisboa, portanto, no centro deviam ser retiradas as áreas industriais. Eu hoje já não concordo com isso, em que, podem haver indústrias, mas não devem ser/não se deve ser tão... Tão impositivo! (...) atividades económicas e que esteja portanto na cidade de Lisboa, sim Senhor, mas pode ser indústria, pode ser serviços, pode ser outra coisa; pode ser comércio! Mas o que é certo é que no Regulamento do Plano Diretor [Municipal] e aqui também neste Plano de Estrutura, portanto, (...) de cintura (...) e em relação às áreas industriais era a manter. Pronto... E, por outro lado, na altura também as circulares de Lisboa nunca chegavam à zona oriental!

AN: Pois, isso é outra questão!

JAV: Sei lá, por exemplo, a Av. Estados Unidos da América terminava aqui na Gago Coutinho, a 2ª Circular já continuava, mas a [Av.] Marechal Gomes da Costa praticamente não era uma avenida, portanto, era muito estreitinha... Era acabar com as circulares e, pronto, no fundo, na parte rodoviária era o planeamento das circulares, o Plano de Estrutura (...) o prolongamento que depois se fez, da Av. Estados Unidos da América...

AN: Sim, essa ligação era importante!

JAV: Aquela zona estava associada à habitação social! Era uma zona pobre, das classes mais pobres, e eu por acaso aqui no Plano de Estrutura propunha nem mais uma habitação social para a zona oriental! Portanto, havia muitas zonas em Lisboa para habitação social, mas não mais aqui. Isso não foi exatamente bem assim que se fez, mas quase. Portanto, digamos, aqui o que é que?... Ah! E depois... Ah, outra coisa interessante – que não se fez -, que é, que era, portanto, continuou-se (...) que, para atrair a população da zona, era importante – sobretudo na zona da (...); eu acho que quando acabou o Plano de Estrutura já se sabia que vinha aí a

Expo, mas foi só mesmo quase no fim -, quando, mas para atrair a renovação da zona, pensou-se que era importante construir equipamentos coletivos, fundamentais, nesta zona, e então – um deles, era o Pavilhão dos Desportos, que atualmente é o “Pavilhão Multi-usos”, mas portanto, era assim um Pavilhão de Desportos...

AN: Sim, que vem evidenciado no Plano Estratégico de Lisboa, esse era/tem lá... Sim, estive a revê-lo agora há pouco tempo e esse era um deles.

JAV: Pronto, o Pavilhão de Desportos, e nós aí localizamos o Pavilhão de Desportos – julgo que é aqui na (...) dos amarelos, tem as legendas... Ah, é o “3”!...

AN: Diz aqui “áreas multifuncionais”...

JAV: Pois, mas isso é os “amarelos”...

AN: Pois...

JAV: Pronto, é habitação e outras coisas... Portanto...

AN: Estas Plantas foram elaboradas pela Divisão?

JAV: Sim, por mim, mas na Câmara está, isto deve estar tudo na Câmara, eles na Câmara devem ter isto tudo!... Era aqui, o Pavilhão dos Desportos; ficou praticamente na urbanização de... É que, inicialmente, na proposta anterior, eu tinha proposto que o Pavilhão dos Desportos fosse para aqui para outro terreno que era municipal!... Como era municipal, tínhamos a certeza de que era construído! Como entretanto, depois no final, já se sabia que a Expo ia ser, portanto, já não (...) pôs-se ali uma coisa qualquer, e, claro, já não se propôs; não sei se já foi em colaboração com a Comissão da Expo... E além disso, além do Pavilhão dos Desportos, outro equipamento, outro equipamento estruturante seria a FIL – a Feira Industrial de Lisboa – portanto, que também é este bocado, mas já está aqui! Mantinha-se a Doca dos Olivais – que era uma doca muito importante, onde se punham os hidroaviões que faziam a carreira com a Madeira -, e que é interessante porque tem uma... Como é que se diz, uma... A pedra das paredes foi muito trabalhada, está muito bem feitinha, muito bem... A estereotomia está toda muito correta. Portanto, e era importante manter a Doca dos Olivais. Só que, anteriormente, com o comboio, a linha do caminho-de-ferro passava entre/era uma barreira entre a zona da Expo e o rio! Então temos que estudar uma nova – isto já foi estudado com a CP, enfim, reuniões de trabalho com a CP, foi estudada uma nova versão do caminho-de-ferro; julgo que é esta [linha] a azul!... e que está aqui, uma nova ligação ao caminho-de-ferro do porto, portanto, que é uma linha importante que tem que se manter, de serviço ali do porto, mas para a ligação à Linha do Norte tinha que ser feita/continuar por aqui. Isto depois não se fez! Mas foi um erro,

foi um erro muito grande! Foi um erro muito grande! Porque depois a Parque Expo não quis. Era (...) apanhava a Linha do Norte. Atualmente, a Linha do Norte faz-se em Santa Apolónia! Mas que... É muito importante os portos; há uma competição muito grande entre os portos europeus... E, aliás, no Plano Estratégico, uma das coisas mais importantes era a ligação com o Atlântico! Era o primeiro porto, o sítio onde se chegava...

AN: Pela própria localização periférica, não é? Portugal tinha essa...

JAV: E era tirar partido disso! E portanto, os portos seriam muito importantes, e em Lisboa, o porto de Lisboa, que é o porto tradicional, mas os portos para o serem têm que ser competitivos, há uma grande rivalidade. Isto significa que deve dar muito pouco tempo a descarga, depois a descarga em comboios – quase sempre em comboios é sempre melhor, porque é o transporte mais barato -, mas também em TIR, seja o que for, para os contentores, portanto, demorem o menos possível. E depois o comboio, o que se previa era que o comboio ia carregando, ia carregando e carregando e depois, ao longo da linha, e depois seguia para a Linha do Norte. Agora não acontece assim! Os comboios têm de ir carregar, carregar, para voltar para trás, portanto, isso tira competitividade ao porto de Lisboa. Portanto, foi um erro, ninguém ligou muito ao, toda a gente estava muito entusiasmada com o Parque Expo e não ligaram muito ao porto, se bem que, quer eu, quer a Administração do Porto de Lisboa, tivéssemos feito força para que essa solução fosse para a frente. Mas não foi, pronto. Paciência. Entretanto como já sabíamos que... Isto o que é?... A ampliação do Pavilhão de Desportos. Ah, isto era o Plano de Urbanização inicial!

AN: Ah, exato!

JAV: Inicialmente, [o Pavilhão] era num terreno municipal!... Era num terreno municipal. Ah, e depois também havia aqui... Isto aqui era uma lixeira, depois passou para... Uma estação de tratamento, portanto, isto era feito uma (...) portanto nesta altura também já vinha, já estava contemplado, (...) previa-se aqui uma urbanização para estacionamento dos camiões de lixo (...), ficavam ao pé da ETAR. Depois não se fez a ETAR aqui. Que já está fora do concelho de Lisboa, isto já é Loures!

AN: Já, isso já em Loures!... É curioso, por acaso, não é, porque a zona da Expo/do Parque das Nações, metade é Lisboa, outra metade já é Loures.

JAV: É. (...) eu julgo que há alguns lotes, eu não sei que...

AN: Estão divididos!

JAV: [risos] (...) É, porque nem se sabia bem onde era o limite, mas pronto, isso agora está tudo resolvido. E os desenhos que eu propunha então... Ah! Na zona da Expo, portanto, (...) da FIL, isto é uma coisa que se propôs para a zona da Expo, e propôs-se também que então para avançar com este trabalho se devia fazer um Plano de Urbanização que englobasse a zona da Expo e a área envolvente, também! Não se ia só (...) para a zona da Expo, mas a envolvente para quê? Para que, na zona da Expo – que era completamente nova e praticamente ficava tudo devoluto, portanto, era tudo demolido, era tudo devoluto -, e se pudesse resolver carências que houvesse na área envolvente, quer equipamentos sociais, quer equipamentos coletivos, quer... Enfim, fosse o que fosse. E propôs-se, portanto, a elaboração do Plano de Urbanização. Isso não foi aceite, foi a Parque Expo que fez o Plano de Urbanização deles, e a Câmara resolveu fazer o “Plano de Urbanização da Área Envolvente da Expo ’98”, portanto, foi isto que deu origem depois aos “POZOR’s” e “PUZROs”, e essas coisas todas. Mas é, era só da área envolvente, portanto, só, e depois passou a ser, portanto, só desta zona, em que, foi feita em colaboração, em colaboração não, mas em contato permanente com o Plano de Urbanização da Expo, que o responsável era o Gonçalo Rosa, e conseguiu-se alguns... Por exemplo, eles, ao princípio, não tinham a continuação das... Ah! Porque uma das coisas que também achava importante era que, a zona da Expo, aparecesse como uma continuação natural de um plano de urbanização mais interior!... E por isso é que eu achava que as avenidas iam-se prolongar até ao rio, na zona da Expo, que inicialmente eles não tinham; tinham mais ou menos mas não era a direito, enviesavam um bocado. Mas eu consegui que eles então alterassem isso, e passavam a direito...

AN: Pois, passava a ser uma ligação mais próxima com o rio...

JAV: Era. Isto é o Plano de Estrutura da zona oriental. Isto está tudo na Câmara...

AN: Por acaso este documento ainda não tinha consultado.

JAV: Se quiser, posso-lhe emprestar, tem é que depois devolver!

AN: Não, se o Arquiteto permitir, tiro fotografias, e fico com as imagens registadas. (...)

JAV: “Introdução – Plano de Estrutura da Zona Oriental”... “Objetivos estratégicos do planeamento”; “Objetivos genéricos”; “Vale de Chelas e Vale Fundão”; “Zona de Chelas”, “Braço de Prata” e “Zona Portuária”; “Beirolas”; “Olivais”; “Áreas Plano”; “Plano de Estrutura”. Depois, “Capítulo II”, “Caraterização da situação”... “Proposta de Ordenamento”: na Proposta de Ordenamento, (...), objetivos estratégicos do planeamento, deficientes/acessibilidades, preservar as ligações urbanas (...), vias e transportes, degradação das áreas desertificadas e uma série de coisas. Áreas de planeamento e áreas plano; áreas patrimoniais, indústria... Isto está mais ou menos...

AN: Sim, era muito completo!...

JAV: Está mais ou menos completo...

AN: E fizeram levantamentos no local, etc.?... Na altura, como é que foi feito esse processo?

JAV: Nós não fizemos no local, foi só levantamento visual, já conhecíamos mais ou menos o que é que se passava e tínhamos os Censos, tínhamos uma série de coisas que nos recorremos...

AN: E nesse Plano de Estrutura foi, de alguma forma, abordada a questão do património? Porque é uma zona muito rica desse ponto de vista, do património industrial...

JAV: Deve estar aqui [no Plano de Estrutura], deixe-me ver... “Área patrimoniais: situação (...)”. “Caracterização dos edifícios e conjuntos/núcleos urbanos a reabilitar, se necessário, (...). A informação recolhida dos estudos é (...) da equipa do PDM, da Carta (...)” – ah, porque havia, ao mesmo tempo estava-se a fazer um novo PDM!

AN: Sim, o PDM de 1994.

JAV: Portanto, havia uma equipe da *Carta do Património* e eles trabalharam e isso foi, portanto, aproveitou-se esse...

AN: Claro!

JAV: E então indicam-se os conjuntos e as azinhagas que iam ser também preservadas. De acordo com a proposta (...), entretanto tinha havido também um plano, que era o... Quem é que participava nisso? Era o (...), acho que era o [Arq.º] Jorge Gaspar... Mas não tenho bem a certeza, mas era o Arquiteto Hestnes Ferreira!

AN: Ah, sim!

JAV: O Arquiteto Hestnes Ferreira, mas era o (...) o Jorge Gaspar também. Sabe quem é o Jorge?

AN: Eu já vi publicações deles, mas não conheço.

JAV: Ele também está muito relacionado com o ordenamento do território e a gente encontrava-se sempre. Realmente estes são os pontos de vista, mas há também pontos de

vista, isso aliás é um (...). Portanto, “os conjuntos e áreas patrimoniais estão integrados numa região mais antiga, não só (...) com esta atividade mas só alguns deles adaptados para indústria ou armazéns, muitas vezes sem respeito pelo seu (...) arquitetónico ou histórico. Muitas vezes os edifícios industriais são considerados como património a preservar. Dos núcleos históricos existentes, (...) os Olivais têm em curso um processo de recuperação para (...)”. Os Olivais Velho é uma “zonazinha” – não sei se sabe onde é que é -, ...

AN: Sei onde é, mas eu não conheço bem...

JAV: Aquilo vale a pena porque é uma (...) de província, vale a pena!

AN: Já não incluo essa zona na minha Tese, foca-se mais...

JAV: É aqui esta zona vermelha, é aqui [Planta]. É muito engraçada! Olivais Velho, na Avenida de Berlim, no final da Avenida de Berlim, junto ao...

AN: Eu já lá passei muitas vezes, de autocarro, mas não conheço. Portanto, desse conjunto, que é uma área muita grande...

JAV: Na planta, está aqui. Em qualquer lado...

AN: Pois.

JAV: A Planta Nr. 7 – “Áreas Patrimoniais”; isto aqui são do plano, isto é o bairro do tempo do Estado Novo, um bairro social, junto ao aeroporto... Encarnação! Edifícios do conjunto, a (...) preto; “quintas a preservar”; “azinhas a preservar”, porque também achávamos que...

AN: Pois, exato, naquela zona ainda há!...

JAV: E depois, “pontos de vista”. Assim os sítios mais interessantes, que deviam ser preservados. Aliás, este plano, a Planta Síntese, foi publicada, a Câmara (...) fez uma publicação – não sei se sabe, o que é que foi o planeamento durante o tempo do Jorge Sampaio... -, publicou-se um livrinho com isso.

AN: Eu não tenho esse livro, acho eu, acho que não consultei. “Planta Síntese”...

JAV: Eu vou ver se tenho aqui algum exemplar...

AN: Não, esse nunca vi em nenhuma biblioteca... Acho eu! “A Estratégia e a Prática do Planeamento Urbanístico em Lisboa”, (...)

JAV: Isto está na Câmara; deve estar esgotado. E em qualquer lado, deve estar o “Plano de Estrutura”!

AN: Mas durante a presidência do Dr. Jorge Sampaio, parece que houve muito essa preocupação...

JAV: Foi muito importante! Do ponto de vista do planeamento... Está aqui um capítulo do “Plano de Urbanização da Zona Oriental”, portanto, os objetivos...

AN: E as “Unidades Operativas de Planeamento” também... Pois, “Plano da Zona Oriental”!

JAV: Ah, e depois, também, a indicação do Plano que se ia fazer, do Plano de Urbanização da envolvente, que ia, portanto, que era um dos objetivos...

AN: Pois, porque existe essa questão também que é o facto da Expo '98 ser um plano interessante, mas que é muito encerrado sobre si próprio, não é? Parece que há umas barreiras muito definidas...

JAV: Quando isto aqui se (...) eu já tinha um plano bem feito, o “Plano de Urbanização”, que é este... Este que está aqui... Ah, porque chamava-se “Plano de Urbanização”, ao mesmo tempo faziam o “Plano de Pormenor”, na Divisão de Planeamento! E eu já tinha feito a parte aqui, esta parte mais próxima da Expo.

AN: Que era importante ter sido levado a cabo! (...)

JAV: (...) Isso não se fez, está tudo...

AN: Mas isso teria sido importante!...

JAV: Esta zona sim construiu-se, mas apesar disso foram feitas algumas coisas. Mas havia aqui algumas que não se fizeram, por exemplo, uma escadaria nesta zona, porque atualmente, alguém que esteja já aqui e queira ir para a zona da Expo tem que dar uma volta maior, por isso nós tínhamos proposto uma escadaria, para fazer a ligação. Eu posso tirar umas fotocópias destas páginas!...

AN: Eu vou tentar encontrar o livro, de certeza que há nalguma biblioteca e eu ainda não encontrei.

JAV: Isso é publicação da Câmara Municipal de Lisboa. Ora bom, depois este plano, no fundo seguia as orientações e objetivos do Plano de Estrutura. Esta foi uma primeira versão, entretanto foi-se desenvolvendo, e a certa altura estava a ser muito demorado, a ser desenhado, porque ainda não havia computador... [risos]

AN: Pois, porque isto foi tudo desenhado à mão! Estes desenhos, estas propostas...

JAV: O computador ainda não havia, foi tudo com régua e esquadro e depois para corrigir tinha que ser em "ozalid" e depois aquilo dava uma trabalhadeira! Então, para acabar, eu peguei em tudo e, à mão, fiz o Plano, e enviámos para aprovação nessa altura. Já era o João Soares o Presidente da Câmara. Mas o João Soares não ligava nenhuma ao planeamento urbanístico!...

AN: Pois, a Dr.^a Teresa Craveiro disse-me o mesmo!...

JAV: [risos] E então, não só não ligava como também tinha horror! Então aquilo foi passando na Câmara e nem sequer chegou à Sessão de Câmara, ele não deixou ir à Sessão de Câmara. Os desenhos (...) depois isto é uma ampliação do desenho mas foi assim tudo feito à mão, portanto, está a ver... (...) Eu tenho aqui o Relatório, a parte mais importante do plano... Vamos ver o que é que diz aqui no Índice; este por acaso até nem tem Índice... Antecedentes, Objetivos, (...) para a Câmara Municipal, Método de Trabalho, Acessibilidade e Transportes, Ligação da Cidade ao Rio, Articulação do Plano... Isto é que era importante! A ligação da cidade ao rio, a articulação das infraestruturas urbanas e a intervenção da Expo '98 na Área Envolvente... A reconversão das atividades industriais e portuárias, Estudo dos Equipamentos Coletivos, e depois enfim fez-se uma Análise da Situação Atual... Os problemas mais significativos, as novas acessibilidades, no entanto nessa altura já se tinha estudado toda a alteração... Também foi muito engraçado, muitas reuniões de trabalho, comigo, com agentes da Parque Expo, com os projetistas, com o Departamento de Transportes da Câmara Municipal, para estudar as acessibilidades à volta, em toda esta zona, por causa da Expo, porque eles estavam convencidos que a Expo ia ser uma coisa assim extraordinária, com milhares de pessoas e não foi!... E então, construíram-se auto-estradas urbanas, mas eu não concordava! Eu achava que devia ser tudo muito mais urbano! Mas acabou por ser. Há uns anos, houve um Presidente da Câmara que era o (...) Rodrigues, que ficou muito espantado porque andavam na Infante D. Henrique, que é aquela avenida marginal, junto ao rio, andavam a mais de 120Km/h; então mas o que é que esperam? Aquilo é uma auto-estrada! Então puseram reguladores de... Semaforização para regular o trânsito...

AN: Pois, para reduzir a velocidade...

JAV: Pois, então o disparate foi fazer a auto-estrada!

AN: Sim, é uma via rápida...

JAV: Depois, (...), os índices de ocupação propostos, (...) parcial da zona de risco... O Regulamento do PDM – nesta altura o PDM também já estava feito ou aprovado, na mesma altura, já não me lembro bem, mas acho que já estava aprovado – previa/tinha uma zona de risco que era a zona da antiga refinaria das químicas...

AN: Ah, sim, pela questão da contaminação dos solos!...

JAV: ...Por causa da contaminação dos solos. E portanto eu dizia “Vamos acabar com essa coisa onde não se podia fazer não sei o quê, vamos acabar com essa designação, no entanto, deve-se aguardar por uma solução definitiva”, (...)... Ah, sim, porque havia também um oleoduto que da refinaria levava gasolina de aviões, da refinaria para o aeroporto, da Avenida de Berlim, e nós não sabíamos ainda na altura se se manteria, portanto, teria que ser através de barcos que se faria o transporte, mas não, preferiu-se acabar com isso. Deve lá estar a conduta mas está desativada. Portanto, essa zona de risco devia manter-se até... Portanto, desaparecia a zona de risco e tinha que se descontaminar o solo primeiro. Portanto, as opções referentes aos objetivos gerais do plano que era a ligação da cidade ao rio, a reconversão das atividades industriais e portuárias, adequação às transformações previstas para a zona de intervenção da Expo '98 e às novas infraestruturas rodoviárias e de transportes já programados, assim como a melhoria das acessibilidades rodoviárias. Requalificação das áreas habitacionais e reabilitação de habitações degradadas. Depois, a acessibilidade, a ocupação das grandes áreas devolutas, o que é que se propunha... “Conforme foi atrás indicado, no que se refere às áreas habitacionais, propõe-se que os novos fogos agora propostos, se destinem às classes média e média-alta, sobretudo às duas últimas, de modo a equilibrar a condição social da população residente.”. Ah, e também a promoção da habitação em regime cooperativo. Aí também se revia, porque também havia um programa do tempo do Jorge Sampaio, um programa com a FENACHE, que era a Fundação Nacional de Cooperativas de Habitação Social, para construção de não sei, acho que dois mil fogos, em regime cooperativo, e portanto aqui propunha-se 580 a 590 fogos de habitação coletiva, de habitação económica em regime cooperativo. Porque o regime cooperativo já não era para as classes baixas, já era mais para as classes médias!

AN: Sim, mas é do género destes que existem aqui nas Olaias, ou não? Aqui onde existe o centro de formação, a *Arqcoop*?

JAV: Aqui nas Olaias tem um que é esquisito, um azul...

AN: Não, são uns vermelhos, fica aqui.... Temos aqui esta rotunda, não é, que é a rotunda das Olaias, que até dá para...

JAV: ...Ah, sim, sim!

AN: Foram construídos em regime de cooperativa.

JAV: Sim, sim, sim! Pois, é assim do género. E há ali uns que até são bonitos, que até foram bem projetados, aqui ao fundo do prolongamento da Avenida dos Estados Unidos da América, quando encontra a Infante D. Henrique, portanto há ali uma rotunda, e na continuação há uma ruazinha e entra-se numa área nova, residencial nova, que é toda de regime cooperativo.

AN: Mas parece que esse regime agora não está tanto em voga; há uns anos atrás, era prática [corrente]...

JAV: ...As ideologias dos governos mudaram!... As ideologias mudaram!... Pronto, “Equipamentos coletivos”, enfim, essas coisas são todas... E depois, as “Unidades do Planeamento”... As plantas é que... E depois em quadros, para cada uma dessas unidades de planeamento, quadros com os perfis, com as áreas, enfim...

AN: Pois, foi um trabalho vastíssimo!

JAV: ...foi um trabalho completo! Fizemos vários estudos... Eu pedi a um Engenheiro que trabalhava na Câmara para fazer um estudo – deixe-me ver se eu o tenho aqui... -, sobre a zona industrial... Ah, pois, foi pelo Engenheiro João Guterres! Era primo do António Guterres, e já faleceu. Um estudo acerca da “Ocupação industrial da zona oriental de Lisboa e da sua verificação - Documento de trabalho”, pois isto foi feito/foi pedido, eu pedi para fazer este, esta área industrial... Se quiser depois também dar uma vista de olhos aqui...

AN: Sim, agradeço. Eu depois vejo.

JAV: Bom, depois... Portanto, nesta altura, isto já estamos em quê... '95! 1995... Isto tudo começou em 1992, e portanto, isto foi para a Câmara, o João Soares não levou à Câmara, portanto, mandou retirar tudo o que tínhamos feito, montes de exemplares, um para cada Vereador!... [risos] E pronto, foi tudo retirado! E depois então, nessa altura, entretanto começou-se a informatizar os serviços municipais, a por os *AutoCAD*'s e então passei a... À espera que um dia isto fosse para a frente, passámos para desenho em *AutoCAD* e desenvolvemos melhor... E considerámos que havia uma certa altura, portanto isto foi em 1999, já, estava pronto outra vez para ir para a Câmara, já... Julgo que ainda era o João Soares... (...) O *Relatório*... (...), *Antecedentes*, *Objetivos*... É (...), *Método de Trabalho*, no fundo é a continuação do outro [Plano], é tudo. Acho que a Diretora do Urbanismo desta altura se chamava Maria de Magalhães, que também não percebia nada de Urbanismo!

AN: [risos]

JAV: E também não estava nada interessada em aprovar fosse o que fosse!

AN: Pois, isso é que é uma pena, porque às vezes as oportunidades surgem quando as Chefias de cada serviço também estão dispostas a inovar!...

JAV: Pronto, olha, paciência!... [risos]

AN: Pois, isso já nos ultrapassa!... Mas pelos vistos, durante a Presidência do Dr. Jorge Sampaio houve essa abertura.

JAV: Sim, nessa altura, a grande preocupação era o planeamento urbanístico! ...Isto é o Plano de Urbanização, que é... Tem aqui o Relatório... Se bem que se tivesse sido inicialmente dito que se faria o Plano de Urbanização e o Plano de Pormenor...

AN: O Arquiteto acha que tinha sido posto em prática?

JAV: Eu achava que não era necessário fazer Plano de Pormenor nenhum, porque uma das preocupações – portanto, isto é a Planta Síntese do... Já depois da... De informatizados os serviços municipais -, esta é a Planta de toda a área envolvente da Expo. Porque eu tive a preocupação de indicar os perfis de como deviam ser todas as vias, e as áreas de estacionamento e tudo isso. Portanto, isto seria quase como um plano das Avenidas Novas aqui de Lisboa, em que foram desenhadas as ruas e depois era só construir os edifícios! Aqui era quase que só depois fazer os estudos de ocupação dos quarteirões se fosse necessário!...

AN: Pois, porque era [um Plano] de Estrutura, não é? Já estava definido...

JAV: Portanto, o território já estava todo desenhado! A ideia era ir (...), se fosse necessário ir fazer Planos de Pormenor (...). Portanto, com isto e com a (...) lamento, já se resolvia a ocupação!... Ah, e uma das principais preocupações - portanto, aqui estavam introduzidos o Plano do Parque das Nações, da Expo, - e a preocupação era fazer/continuar as ligações, portanto, nós mantínhamos estas ligações até onde fosse possível, para...

AN: ...Para articular com os núcleos que já existiam!

JAV: ...Do outro lado, portanto a [Avenida] Marechal Gomes da Costa é esta, a continuação...

AN: ...Que agora vai ser conseguida, com o Plano que já estão a implementar, se bem que a ocupação já é um bocadinho diferente...

JAV: Sim, mas isso manteve-se isso. E também o prolongamento da Avenida dos Estados Unidos da América, que também acaba agora nesta rotunda, nós continuávamos para cima e... Tem aqui assim esta forma esquisita por causa das diferenças de cotas.

AN: ...Da topografia!...

JAV: São muito grandes... Tinha-se que percorrer assim isto e fazia-se aqui uma alameda... E foi interessante, na altura, a CP estava a estudar a modernização da linha do Norte, e tiveram que alargar, isto aqui passa em vala, tiveram que alargar a vala e no muro de suporte deixaram a/foram forçados a por ali naquele ponto para depois fazermos o viaduto.

AN: Exato.

JAV: Portanto, depois mais ninguém ligou!... [risos]

AN: Mas este [novo] Plano supostamente também vai recuperar a ligação da [Avenida] dos Estados Unidos da América agora com esta zona da Matinha...

JAV: Agora não sou, já não estou muito bem dentro do que é que se vai passar...

AN: Que é o “Plano de Pormenor da Matinha”.

JAV: Pois, talvez. Pois, e também quando se fez aqui este viaduto com a recomposição da linha, teve que se fazer um novo viaduto na [Avenida] Marechal Gomes da Costa, e foram deixadas as aberturas para depois tudo isto que está aqui!...

AN: Exato. Para o futuro.

JAV: Pois, não sei... Estas ligações não existem, acho que cá em baixo também não, não está nada feito do que aqui (...). Nem se vai fazer! Bom, mas isto também, chegámos (...), “pronto, está aqui”, (...), mas como não foi aprovado, “Ah, então e se fizéssemos, em vez disso ou isso, ir até toda a zona ribeirinha?” [risos]

AN: Isso já era muito ambicioso! Era muito ambicioso!...

JAV: [risos] Bom, então, toda a zona ribeirinha oriental, mas era uma maneira de, pronto, até ficar bem vista e não avançar com isto!... [risos] Pronto e nós fizemos isso! Avançámos então,

primeiro chamámos... Isso é que depois teve vários nomes! Conforme as versões!... O primeiro nome que lhe demos foi... “Plano de Urbanização das Áreas Envolventes” – porque já estava este que era o “Plano da Área Envolvente do Plano Geral de Urbanização da Expo '98 e Ribeirinha Oriental” -, pensamos chamá-lo assim... E fizemos uma versão. Depois, passámos a chamar “Plano de Urbanização da Área Ribeirinha Oriental”. E depois chamámos-lhe “Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental” (PUZRO). Pronto, em vez de ser “Plano da Área ” era “Plano de Urbanização da Zona”. Em vez de *área*, chamámos-lhe *zona*. Pronto, e foi a última versão!...

AN: [Esse Plano] ainda existe, na Câmara Municipal ainda existe!...

JAV: Pois. Depois já não foi comigo, eu entretanto fui nomeado para um outro Serviço, fui dirigir um outro Serviço, e depois chamaram-lhe uma outra coisa, mas já não tem... Foram buscar isto, só que não ficou tão desenvolvido!...

AN: Pois, porque a base já existia.

JAV: Eu julgo que eu tenho aqui... Eu tenho aqui... Desculpe lá, eu!...

AN: Não, não faz mal! Não tem problema nenhum!

JAV: ...Eu devia ter as coisas... Só que, entretanto, para esse plano da zona ribeirinha, encomendámos uma série de estudos! Por exemplo, um estudo sobre a “Variação do Sistema Viário” da zona oriental, a ATIS, que é um Gabinete de Engenharia de Transportes... Portanto, isto é um “Relatório de Progresso”, este é o “Relatório Final”. Também se encomendou– que não tinha muito interesse! Esta encomenda nem foi feita por mim, foi feita pela Vereadora, um Arquiteto que era amigo dela - e que era um “Inquérito do Edificado da Zona Oriental de Lisboa”, onde tirou fotografias a todas as casas, para saber o número de andares, os fogos, essas coisas todas. Isto são dos tais, eu muitas vezes acho que se fazem estudos a mais para os Planos de Urbanização que não têm utilidade nenhuma! Não têm utilidade nenhuma!... Mas enfim, isto tudo dá muito bom aspeto, uma série de estudos, para acompanhar os planos!...

AN: É assim, podia ser útil! Podia vir a ser útil... Não é, na medida em que, se houvesse um foco na reabilitação do património já na altura...

JAV: Isso sim! E que se fosse ver e que se fizesse uma (...), muito bem, (...).

AN: O edificado todo se calhar era exagerado!...

JAV: A população existente é... Os centros paroquiais eram relativamente recentes... (...) Isto foi em 2000... Mas para a população basta...

AN: Basta ir aos Censos, não é, e tem esses dados.

JAV: Isto é, portanto... Nós chamámos primeiro o “Plano das Áreas Envolventes da Expo '98 e Ribeirinha Oriental”!...

AN: Exato.

JAV: A Planta tinha que representar, como eram peças muito grandes... Aqui chamávamos “Zona Norte”, portanto, aqui no fundo era a repetição do que já tínhamos, e depois (...) para esta zona! Isto ia até... Praticamente, até Santa Apolónia!

AN: Pois, era a zona ribeirinha oriental toda, praticamente!

JAV: Acabava... Sim, acabava aqui junto a Santa Apolónia! ~

AN: Deve ser a zona do Beato!...

JAV: Exatamente, é o Beato, é!... Acabava aqui na zona do Beato.

AN: Eu acho que era extremamente importante recuperar esses estudos, se fosse possível.

JAV: A Câmara tem!

AN: A própria filosofia de intervenção...

JAV: Há coisas aqui importantes que se perderam, porque, por exemplo, um dos problemas que nós considerámos era que eram difíceis as ligações longitudinais...

AN: Sim, pela questão [da ocupação] do porto, não é?

JAV: É complicada a ligação ao rio onde temos o porto, mas as ligações longitudinais, paralelas ao rio, são complicadas! Porque só existia/só existe a Infante D. Henrique que é uma via rápida, portanto, que não tem muitas características urbanas, e havia pelo interior umas estradas antigas, que é a Rua da Fábrica, a Rua disto e daquilo!...

AN: Sim, que tem uma escala muito pequenina!

JAV: Mesmo assim, nós encomendámos um estudo para meter nessa via mais interior, portanto, que é entre o caminho-de-ferro e a Infante D. Henrique, meter nessa via um elétrico!

AN: Ah, sim, sim, exato.

JAV: Porque achámos importante que para ter um transporte não pesado, era fazer esta ligação! Então estudámos e nos sítios onde se devia alargar a rua, só podia passar um elétrico de cada vez, portanto, tinha que haver, os elétricos havia sítios onde se cruzavam e onde se podiam cruzar!...

AN: Isso era muito interessante!

JAV: E depois fizemos a continuação da rua por baixo do caminho-de-ferro, ao lado da Infante D. Henrique, para o elétrico poder vir por aqui para a zona da Expo! E está lá; e ficou lá! Está lá a abertura do viaduto! Agora acho que fizeram uma rua, puseram mais uma rua do que estava previsto, mas nós tínhamos previsto o elétrico porque também outro dos objetivos era fazer com que desaparecesse a barreira do caminho-de-ferro! E portanto havia nesta altura havia uma passagem de nível e nós estudámos uma maneira de eliminar essa passagem de nível.

AN: Pois.

JAV: Só que fizeram isto mas não foi por aqui, foi por... Aproveitaram a abertura que era para o elétrico, porque atualmente é mais ou menos por aqui...

AN: Isso aí já deve ser na zona de Marvila! Nesta passagem... Eles entretanto fizeram aqui uma alteração...

JAV: Isto é Braço de Prata! Porque agora há aqui uma... Vai-se por aqui e há uma (...) e faz-se isto, porque antigamente esta rua mais interior... Ah, e esta rua também! O que nós fizemos, a outra rua transversal, que é uma rua muito estreitinha, que também é antiga e... Uma estrada antiga é a outra ligação neste eixo pedonal, também tentámos prolongá-la, como é que podíamos fazer até, portanto... E foram essas duas preocupações que tivemos.

AN: Pois, isso era interessante!

JAV: (...) Ah, e depois também umas passagens, algumas até desenvolvemos isto, alguns sítios em que ficava em terra e em vala, na zona do Convento do Beato, fazíamos várias passagens superiores do caminho-de-ferro para fazer a ligação...

AN: Pois, pedonal!

JAV: Mais tarde, depois eu até achei que seria interessante fazer/cobrir o caminho-de-ferro, (...) por cima do caminho-de-ferro, com construções de um lado e do outro, para a pessoa passar por cima do caminho-de-ferro quase sem dar por isso!

AN: Era interessante! Porque parece que ainda existe essa barreira da linha do comboio, corta muito o território. E acaba por dificultar também a vivência naqueles espaços.

JAV: Bom, nós chamávamos-lhe assim, depois chamámos como?...

AN: ...”Plano de Urbanização das Áreas Envolventes”.

JAV: (...) o plano oriental, e depois chamámos “Plano de Urbanização da Área Envolvente”... Não, não! “Plano de Urbanização da Área Ribeirinha” (...). Eu apresentei isto, esta Planta Síntese, mas há Plantas de Habitação...

AN: Pois, está tudo separado.

JAV: ...O “Levantamento Funcional”; tem uma série de coisas! O quadro com as áreas patrimoniais!... Ah, portanto, e depois passou-se – isto foi em 2000 -, passou a chamar-se “Plano de Urbanização da Área Ribeirinha Oriental”, mas este plano tinha sido iniciado por... Verbalmente! Foi a Vereadora, na altura, que era a Margarida Magalhães – acho que era assim que se chamava -, do Urbanismo, e nós avançámos com este estudo mas a Câmara não tinha aprovado, oficialmente, a elaboração deste plano!... Então fizemos uma proposta para a Câmara para a elaboração do plano. Que estão aqui os termos de referência.... Bem, mas no fundo, era ir buscar tudo aquilo que já tínhamos feito e propor que se fizesse o que já tínhamos feito. E depois, então – por qualquer motivo, já não me lembro bem -, passou a “Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental”, o chamado “PUZRO”!

AN: E aí já tinha sido aprovado?

JAV: Não, não foi aprovado! Não foi aprovado nada. Isto depois acho quem nem chegou a ir a para a Câmara, não chegou a ir para a Câmara... E então, depois, mudou a Câmara! Saiu o João Soares e foi para lá o Santana Lopes! E mudou... E foi nessa altura então que eu praticamente deixei de trabalhar nisto!... Isto ainda se chamava os “Termos de referência da Área Ribeirinha Oriental” – que é este -, e depois ainda se fez... Pronto, isto foi a minha última participação, foi neste Plano: “(...) da Zona Ribeirinha Oriental”; eu não tenho as peças todas, portanto, só tenho partes, estão aqui as peças desenhadas, mas que no fundo é a continuação de tudo o que vinha de trás. Isto o que é?... Portanto, a “Situação Existente”, o Plano da

Situação Existente, e isto era representado a uma escala maior, portanto, isto está aqui à escala 1:10 000 mas era apresentada à escala 1:5000.

AN: Pois, aí já tem vistas aéreas [do território]!...

JAV: ...Ortofotomapas. Portanto, este é o zonamento... No fundo, era o que já...

AN: ...Era o que já estava definido!

JAV: ...Devemos ter acrescentado algumas coisas, corrigido outras, portanto!... Organizado melhor algumas!... Pronto, porque entretanto íamos fazendo, nós quase que estávamos, a minha equipe estava assim liberta, íamos fazendo conforme nos ia apetecendo! Como não nos ligavam muito!...

AN: ...Exato! [risos] Mas foi uma pena, eu acho que se este processo tivesse sido bem conduzido que aquela zona [oriental] não estava como está hoje!...

JAV: E então, depois – já não foi com a minha intervenção -, foi feito então um Plano de Urbanização... Não... Como é que era?... Este Regulamento, ainda acompanhei este Regulamento... Pois, mas depois fizeram isto. Eu não sei se chegou a ir à Câmara se não, mas já não foi bem com a minha [intervenção]; foi simplificar tudo e só por, praticamente, zonas... Que já não era com o pormenor que eu tinha. Já uma série de coisas que não tinham os pormenores das ligações, era quase só um zonamento...

AN: E para cada zonamento haveria depois Plano de Pormenor?

JAV: E depois para cada zonamento haveria um Plano de Pormenor e essas coisas... Pronto e eu só conheço a história até aqui.

AN: Sim, mas para mim era muito importante porque eu não tive acesso a estes documentos e não sabia que tinha havido tantas versões...

JAV: As versões não foram muitas! Como nós íamos fazendo, íamos corrigindo coisas em pormenores, se era preciso acrescentar alguma coisa, mas os objetivos, etc., estiveram sempre até ao fim; os transportes, as ligações longitudinais/paralelas ao rio, acabar com as barreiras o mais possível... Tudo isto esteve desde o início! Os equipamentos coletivos, nós estudámos as atividades de escolas e tudo isso, localizámos as escolas todas, depois até a Coordenadora “Escolas?! Oh, Arquiteto! Então mais escolas?! Isso são os privados que constroem escolas, nós não precisamos de escolas para nada!...” [risos] E na realidade aconteceu isso... (...) Foi

feita uma proposta por causa da zona industrial. O regulamento do Plano Diretor Municipal, no que se refere à zona industrial, estava mal feito. Porque o plano municipal de '95...

AN: 1994! Eu considero 1994, mas se calhar ele foi mesmo finalizado em 1995.

JAV: Pronto, nesse Plano Diretor Municipal, havia duas zonas industriais antigas, em Lisboa, que era em Alcântara e aqui em Braço de Prata. Mas havia uma outra zona industrial mais recente que, aliás, tinha sido resultado de um loteamento municipal, que é toda a zona industrial ao longo da [Avenida] Marechal Gomes da Costa e ao longo da [Avenida] Infante D. Henrique! Portanto, muito mais recente, com lotes (...), só que o regulamento era o mesmo para as zonas antigas, que estavam degradadas e precisavam de uma intervenção forte, enquanto que a outra não! Mas a outra, por outro lado, também só se podia construir indústria com uma determinada percentagem pequenina de comércio, o que era assim um bocado disparatado! Porque, por exemplo, um *stand* de venda de automóveis não é indústria, é comércio! Portanto, nós podíamos construir um stand que não era indústria, (...) não era oficina! É que, ainda para mais, a oficina de reparação também é serviço, não é indústria! E então houve uma altura em que eu propus a "Proposta de alteração do regulamento do plano municipal no que se refere às áreas consolidadas industriais". Portanto... Já não sei, havia as "áreas industriais" e as "áreas antigas"...

AN: Pois, era importante haver essa distinção!

JAV: O problema de ser só indústria impedia uma série de outras atividades que eram importantes para Lisboa e portanto pedi – foi na altura da Maria Margarida Magalhães -, que eu propus que se fizesse a alteração do Plano Municipal... Não percebi qual era a importância disto e também não (...) Deixe-me ver o que é que eu tenho ali mais... Ah, isto é o estudo do elétrico, acho eu! "Transportes públicos", pois, era para um elétrico de Santa Apolónia até Braço de Prata.

AN: Uma espécie de metro à superfície, não é?...

JAV: Sim, sim! Não era um elétrico rápido, porque aquilo são umas ruazinhas muito pequenas...

AN: Tipo o que existe na Rua da Junqueira?

JAV: Não, esse aí já está melhor, porque esse tem um corredor muito livre, só para ele, este [da zona oriental] não, tinha que ser uma rua [mista]. Também se estudou os sentidos de trânsito, (...) sentidos únicos na via que era do elétrico! Portanto, enfim, fez-se este estudo que

também não foi para a frente... Por acaso este aqui é pena! Porque era um elemento importante...

AN: Pois, eu acho que ia interligar as diversas zonas [da frente ribeirinha]!...

JAV: Era! Haver este elétrico era importante! E julgo que seria rentável porque ia... Como é que se diz, ia servir uma área mais residencial e de trabalho e de serviços importante que atualmente tem ligações difíceis.

AN: Pois e até mesmo na zona da Expo/Parque das Nações podia haver um elétrico, porque os autocarros... Existem muitos transportes mas o elétrico é sempre diferente! Parece que é mais ligeiro. E depois também não é tao poluente. E isso era interessante.

JAV: ...Por causa da eletricidade...

AN: Isso seria importante...

JAV: Pronto, olhe, eu acho que já não...

AN: O Arquiteto depois já não acompanhou a parte do Documento de Monitorização da Zona Oriental? Isso já foi em 2008.

JAV: Pois, isso não. Pronto, isto, 2004, mais ou menos... Quando é que foi este plano?... Isto é de, de, de... É de 2006! Portanto, até 2005. Nessa altura já não estava no Planeamento Urbanístico, a participação que eu tinha quando alguém me pedia alguma opinião sobre isto, mas eu praticamente até 2002 acabei, acabou a minha participação nisto. Portanto, Plano estratégico [PEL] já tem, não é?

AN: Sim, esse eu tenho.

JAV: Não sei se tem isto, se quiser!... “Capital Atlântica da Europa”.

AN: Ah, tenho cópias! A Dr.^a Teresa Craveiro...

JAV: Mas se quiser pode ficar com este!

AN: Mas eu não quero que o Arquiteto fique sem [nenhum]...

JAV: Mas eu tenho mais!

AN: Eu agradeço! Tenho cópias de um documento que ela me mostrou; o dela já era copiado...

JAV: Eu desse tenho ainda alguns exemplares...

AN: Pois, e os princípios eram muito bons, eu acho que se calhar hoje era preciso um novo Plano Estratégico... E incide-se mais nos Planos Diretores Municipais!

JAV: Eu dou-me bem com o [Arq.º] Manuel Salgado e a gente trata-se por “tu”, mas de certa maneira somos também “rivais”, porque ele acha que ia alterar tudo quanto o Anselmo Vaz fazia naquela Câmara de Lisboa!... [risos]

AN: Quer dizer, ele ia alterar, não quer dizer que fosse para melhor!...

JAV: Mas pronto, e que ele é que sabe! [risos] Mas eu conheço mal a Revisão do Plano Diretor Municipal. Mas acho que foi voltar um bocado atrás ao tempo antes do Jorge Sampaio! O que se pode fazer, essas torres que estão para aí a construir em sítios esquisitos, e mais não sei quê, acho que é um bocado estranho!... [risos] Se quiser, também posso dar isto - que também tenho mais -, que é “Estudo das condições sócio-urbanísticas de Lisboa”.

AN: Ah, eu já consultei mas não tenho o documento!

JAV: Quer?

AN: Se o Arquiteto não se importar!... Agradecia. Eu acho que já consultei numa Biblioteca. Até acho que foi lá no ISCTE, que tem vários exemplares... Ou foi numa biblioteca municipal [de Lisboa]! Acho que foi na dos Coruchéus.

JAV: Sim, na Biblioteca Municipal deve ter isso. (...) Eu também tenho aqui, mas este por acaso só tenho um. É o “Relatório Sectorial de Transportes”, foram estudos para o primeiro Plano Diretor de 1994. Mas é o “Relatório Setorial de Transportes”, que é o Volume II! E eu não tenho o Volume II. Portanto, só posso dar-lhe o Volume I, se quiser!

AN: Sim, mas não faz mal...

JAV: Do Volume I tenho vários exemplares.

AN: Este dos transportes acho que nunca vi... Não me lembro de ter visto.

JAV: Ah, praticamente a minha intervenção nisto acabou, eles resolvem fazer um “Relatório de Progresso”.

AN: Ah, sim, sim, sim! Pois, isso é interessante!

JAV: ...E a minha intervenção é de Maio de 2000! Portanto, em Maio de 2000; julgo que deve estar aqui toda a história que eu acabei de descrever agora!

AN: Pois, isso é interessante! Não sabia que havia um “Relatório de Progresso”.

JAV: Mas isto também pode pedir na Câmara, se quiser.

AN: Sim, eu depois peço.

JAV: Este não posso dar porque isto são documentos municipais.

AN: Sim, sim...

JAV: Mas se a Câmara não tiver e se perguntar se pode pedir ao Arquiteto Anselmo Vaz que lhe forneça cópias das cópias que ele tem, e se tiver autorização, não tem problema nenhum! Para poder depois copiar...

AN: Sim, eu peço autorização.

JAV: Mas eu julgo que aqui deve estar a história toda e os desenhos todos que lhe estive a mostrar, mais os finais, está aqui tudo!... (...) Isto era que propunhamos ali na zona envolvente do Parque das Nações!... Mas ao princípio tínhamos um estudo diferente... Aqui antes [da Gare do Oriente] de ser adjudicada ao [Arq.º] Calatrava, havia aqui uma azinhaga que naquele estudo VALIS do [Arq.º] Hestnes Ferreira e do [Arq.º] Jorge Gaspar (...) iam manter... E nós mantínhamos – era isto -, mas mantínhamos aqui a azinhaga, depois alteraram...

AN: Tanto no Plano de Estrutura, como no Plano de Urbanização, houve alguma vez uma intenção ou já se falava na regeneração urbana? Portanto, havia os objetivos gerais - que estavam estabelecidos e que se mantiveram durante o processo -, mas houve alguma vez, nalguma reunião ou nalgum momento...

JAV: ...Eu, para já, sinto-me um pouco incomodado em perceber o que é que é regeneração e o que é que é reabilitação!...

AN: Exato. Existe essa dúvida!...

JAV: Agora está na moda – e isto é um bocado de modas! -, agora está na moda “regeneração”...

AN: Primeiro era a “reabilitação”, agora é regeneração.

JAV: Ah, agora é a “regeneração”! Eu pressuponho que regeneração seja uma coisa mais profunda do que a própria “reabilitação”. Porque a “reabilitação” seria para reabilitar uma coisa que existe, e podia dar, para além de reabilitada, podia dar-lhe uma nova função.

AN: Sim, é o âmbito económico, social e ambiental está também envolvidos.

JAV: Sim, isso está sempre! Enfim, de qualquer maneira, olhe, para mim – que já sou velhote - , tanto me faz, podem chamar o que quiserem!... [risos]

AN: Exato! O termo é sempre um bocado relativo...

JAV: Podem chamar o que quiserem, mas a reabilitação urbana no seu todo não! Porque o que nós tínhamos era a “reabilitação do património”, daquilo que considerávamos ser *património*! Quer fossem conjuntos, quer fossem edifícios, quer fossem azinhagas, quer fossem quintas, isso sim! É a reabilitação do património. Por isso é que fizemos o levantamento de todo o património. As áreas antigas - a maior parte delas - eram muito degradadas e sem interesse nenhum, a não ser, por exemplo, as áreas antigas industriais que com alguns edifícios que lá ficavam eram consideradas como património a preservar!... E a reabilitar!... Porque nós até nem propúnhamos a demolição praticamente de quase nada! Os edifícios seriam substituídos uns pelos outros; os que não podiam ser substituídos eram os *patrimoniais*, os outros íamos reabilitando conforme fossem os proprietários (...). O que era importante, sim, eram os transportes, a rede viária, os equipamentos... Isso sim! As áreas (...), transportes, rede viária. E a preservação do património! E, por exemplo, no... E depois íamos acompanhando todos os estudos, todos os projetos que se faziam, por exemplo, para a [Avenida] Infante D. Henrique; a Infante D. Henrique antigamente não, portanto, acabava no caminho-de-ferro! Não atravessava o caminho-de-ferro! Portanto, teve que se estudar essa ligação, houve vários projetos – houve aliás um muito giro do [Arquiteto] Troufa-Real, que era um edifício longilíneo e passava por cima do caminho-de-ferro e era por cima o edifício, parecia aquele estudo do Le Corbusier para a Argélia!... Em Argel tem também uma coisa assim parecida. Mas... E era engraçado! Só que não devia ser exequível... Devia ser uma coisa complicadíssima, ainda por cima! E então, depois fez-se/estudou-se a passagem superior e depois a ligação com a linha de cintura do porto – onde está uma escultura do José Guimarães -, pronto, esteve-se a estudar aí, fez-se uma primeira proposta para uma rotunda, depois ficou uma coisa (...), mas a ideia que tínhamos no urbanismo, os dos tráfego e transportes estavam

(...), mas era – mesmo assim, como está, está bem! -, mas devia-se construir à volta, fazer ali um, quase que um novo “Rossio”! Portanto, construir à volta, para que aquilo passasse a ter um carácter um bocado urbano e fosse até um pólo, digamos, de aglutinação e de atração de toda aquela zona. Mas não, ficou só a parte viária. Agora devia-se construir uma coisa à volta, que é uma coisa esquisita do Renzo Piano... Uma coisa um bocado estranha...

AN: Pois, é um projeto que ... E na altura também quando elaboravam este plano já se falava da “gentrificação”? Ou isso não era muito abordado?

JAV: Mas a questão da idade?

AN: Não, de substituir as classes sociais, não é, porque um dos objetivos era, como o Arquiteto disse...

JAV: Não, o objetivo era... O que é que a “gentrificação”? A “gentrificação” tem a ver com a idade, não é?

AN: Tem a ver não só com a idade, tem a ver com o facto de nós substituirmos as classes sociais mais baixas por outras mais altas. Por norma, é assim.

JAV: Ah!...

AN: E isso acontece sempre, de alguma forma, na reabilitação! É inevitável fazer isso, não é?

JAV: Sim, sobretudo nos bairros históricos é difícil, por exemplo, reabilitar Alfama ou reabilitar a Ribeira do Porto sem aumentar o preço das casas e sem portanto mudar a população. Aqui iniciou-se a reabilitação dos bairros históricos que vai tendo mais populações, o que foi uma coisa muito lenta, porque aí não há dinheiro para... Não, nós não propúnhamos “gentrificação”; propúnhamos era que as novas habitações não fossem habitações económicas, porque aquilo já estava cheio de habitações económicas!...

AN: Mas isso é inevitável – isso é a minha perspetiva –, isso é inevitável a qualquer processo de reabilitação ou de regeneração. Acaba por substituir, de alguma forma, ou inserir, não é, novas classes sociais e, por norma, mais altas. Não é mau! Pelo contrário, até traz benefícios àquela zona urbana.

JAV: Sim, vamos a ver, tem convenientes e tem inconvenientes. Por exemplo, uma família que viveu toda a sua vida num sítio, (...), tem as suas referências (urbanísticas, arquitetónicas e sociais e os amigos e o seu trabalho e os seus biscates e aquelas coisas todas), ali é um bocado violento tirá-los de lá! Habitualmente, são... São rendas antigas, o proprietário tem

pouca capacidade de mandar recuperar as casas com aquelas rendas! Portanto, é um problema complicado, o de... Mas depende um bocado da maneira por onde é que elas vão, se “Ah, que bom estar aqui!” (...), mas tem que se fazer isso. Portanto... No Porto há uns programas de reabilitação, que começaram no Porto, depois também foram ampliados para todo o País... Como é que se chamam? Uns programas de reabilitação que eu não sei como é que conseguem o financiamento! Se é para manter lá as pessoas!...

AN: Umas vezes é a fundo perdido, outras vezes é participado...

JAV: Mas onde é que vão buscar o dinheiro?

AN: Pois, exato. A questão é sempre essa! [risos] Outra vezes é financiado pelo próprio Governo, enfim... Mas é sempre complicado, a questão das verbas [e do financiamento].

JAV: Sim! Por exemplo, ampliar um edifício, um andar ou uma coisa assim, talvez já se consigam algumas coisas, mas enfim, não... Não sei muito bem como é que se fará sem alteração do tipo das pessoas que vão lá... Portanto, tem que... Uma reabilitação de áreas antigas pressupõe, na minha opinião, para que se consiga ser sustentável, a alteração do estado social para que vai habitar! Que, aliás, até parece que vai dentro das tendências internacionais, “quero viver em bairros antigos” e tem uma grande procura!

AN: Sim, tem uma procura agora muito grande! E tem agora outro problema, que é a questão dos turistas!... Agora Alfama, por exemplo, está a ficar “invadida” por turistas. Depois a questão das referências...

JAV: Mas, felizmente, ainda lá não moram!... [risos] Só ocupam ainda as ruas! Mas se for a Olhão, já vai ver - na parte antiga de Olhão -, aquilo já tem montes de gente, estrangeiros, que vivem ali naquele sítio, integraram-se, aquilo no final de contas já é uma comunidade e diferentemente as pessoas que não falam umas com as outras!... [risos]

AN: [risos] Eu estava a colocar esta questão da “gentrificação” porque o novo Plano [de Pormenor] da Matinha e da zona de Braço de Prata, com aquele condomínio do [Arquiteto] Renzo Piano vai acontecer isso de certeza, porque aquilo é destinado à classe média-alta!

JAV: Eu creio que aquilo está parado, não sei... Nem sei se o promotor está na prisão nem se não! [risos]

AN: Pois, eu também não sei muito bem, mas pelo que falei com a Câmara, está em curso!

JAV: O Renzo Piano não sabe com quem é que se meteu! Não sabia no que é que se ia meter!... [risos]

AN: E é uma área muito grande, aquilo é uma área vastíssima...

JAV: ...Ele estava convencido que aquilo, que Portugal era assim tipo Norte de África!... [risos] E então ele disse: “Ah, eu vi aqueles armazéns muito compridos, com telhas, e então sonhei manter isto com palmeiras, a toda a volta!”. [risos] E era capaz de ficar bonito! Só que isto... Ah, e a ainda para mais isto ligava ao rio! Como se tivesse uma praia à frente! Porque eles queriam, portanto, que desaparecesse a parte do Porto de Lisboa e fizesse parte quase de uma praia privativa do condomínio! [risos]

AN: Em certa medida isso vai ser feito porque a zona contígua ao rio vai ser uma zona verde! Aquilo não vai ser uma praia mas é zona verde, vão prolongar um parque ribeirinho.

JAV: ...Pois, é capaz! Eles acabaram com a Rua da Cintura do Porto de Lisboa! Com a ligação, ali desaparecia a rua!

AN: Sim, eu acho que é o que vai acontecer...

JAV: ...Não sei se vai acontecer, se não!...

AN: A Doca do Poço do Bispo vai ficar alterada, portanto, aí vai ser zona verde. Que eu tenho pena, porque acho que é uma doca bonita!...

JAV: Pois, não sei, mas ali é uma das entradas do porto de Lisboa dos tiros! Que é aí nessa zona, mas não sei... Mas então para que isso acontecesse, eles puseram mesmo os edifícios junto à Rua da Cintura do porto de Lisboa, que era aquela rua que separa a zona do Renzo Piano do porto de Lisboa, tem aqueles gradeamentos que são do... Aquele gradeamento ondulado que é do...

AN: ...É do [Arquiteto] Troufa-Real!

JAV: Que é do Troufa-Real, também!Passa junto, do lado oposto do gradeamento, nessa rua, passa o coletor... Não é coletor, é a conduta que recolhe as águas sujas para a ETAR em Beirolas, portanto, (...) que já fica no concelho de Loures!...

AN: Exato. Pois, no final do Parque das Nações!

JAV: Mas eles puseram os edifícios mesmo por cima da conduta e dos passeios só para obrigar, a se a Câmara aprovasse, nem desse por isso, para obrigar depois a mudar tudo e por a ETAR mais próxima do rio!... [risos] E sobre isso, eu disse: “Olhe, desculpe lá, isso não pode ser!”. Pronto, e correram comigo para não dar mais Pareceres!... [risos] Ah, e também nós tínhamos previsto uma escola ainda nessa zona. Também desapareceu a escola [proposta]! E tínhamos também em atenção que era o prolongamento da via central da zona da Expo, prolongava-se e depois já mais pequenina, mas depois aí iria prolongar-se, mas eu acho que eles também tiraram isso depois no plano deles!... Já não sei como é que era!...

AN: Pois, esse Plano, eu acho que poderia ter sido articulado de outra forma com as zonas já existentes...

JAV: Mas o que acontece é que na... Depois do [ex-Presidente] Jorge Sampaio, mais ninguém... Como é que se diz? A Direção política da Câmara nunca mais cumpriu com o planeamento e urbanismo. Depois preocupou-se com o [Arq.º] Manuel Salgado, sim, mas no sentido de dizer: “Tudo até aqui está mal feito, portanto, vamos fazer tudo de novo!”.

AN: Pois, e isso não é a filosofia – ou não deveria ser!...

JAV: Mas ele é assim, ele é muito vaidoso, portanto... [risos]

AN: Mas isso é mau, não é? Porque ficamos à mercê, o município fica à mercê das vontades políticas e não do que é mais justo ou...

JAV: ...Mas de qualquer maneira, deve ser assim também! Senão, o Jorge Sampaio também não podia ter alterado, digamos, a política anterior!

AN: Também é verdade! Mas devemos lutar sempre por aquilo que é mais justo e aquilo que é mais coerente.

JAV: Acha que, sei lá, o [Arq.º] Manuel Salgado é capaz de achar que quantos mais torres houver em Lisboa, melhor! Pronto, é a sua maneira de ver o desenvolvimento urbano... O desenvolvimento das cidades!

AN: Pronto, acho que só para terminar... Que futuro é que o Arquiteto acha que aquela zona [oriental] terá? Com estas transformações, com um Plano que não foi efetivamente posto em prática... Portanto, eu creio que o Arquiteto conhece a zona de Marvila e do Beato, tem edifícios já muito antigos e, de uma maneira geral, apresenta um cenário de decadência. Que futuro ou que formas é que nós podemos – os Arquitetos e Urbanistas e outros técnicos

envolvidos -, o que é que acha que se poderá fazer hoje e no futuro para conseguir melhorar aquela zona e articulá-la com o resto da cidade?

JAV: Primeiro, o dinheiro... Porque na situação atual não se pode fazer nada! [risos] Pode haver gente que compre e que alugue e eu acho que – isto não tem nada a ver com Lisboa, não tem nada a ver com cidade nenhuma, tem a ver com política em geral do País –, acho que o desenvolvimento económico, a economia do País tem-se baseado muito na construção civil. E sobretudo na parte (...) internacional, para venda. E acho que é um erro muito grande! Porque, e praticamente, agora mudou-se um bocado o aluguer, mas já se volta a ver desaparecer o aluguer para voltar a vender, com esta mania dos Vistos Gold agora aumentou-se o preço de tudo porque os estrangeiros comprem tudo para terem vistos para pagar ao banco. Mas acho que é um erro muito grande, primeiro: a riqueza do País - em princípio, se bem que não deveria ser assim, mas é – mede-se por aquilo que se vende ao exterior... E a construção civil não se vende! A não ser que sejam os estrangeiros a comprar, que é o que está a acontecer agora. Aí já se pode considerar que é uma frustração, porque é (...) quase como se fosse o turismo! Mas isso também não pode viver à custa disso, porque depende também de modas e depende de uma série de coisas, portanto, é muito... Circunstancial! E, portanto, por um lado, não se exporta. E, por outro lado, a pessoa ter a casa própria (...), sim senhor, muito bem, tem um valor, fica para (...), só que impede a deslocação para outros locais de trabalho. A pessoa pode ter um emprego melhor noutro sítio mas depois “já tenho a minha casa aqui e agora como é que é?”. O aluguer permite uma mobilidade muito maior das pessoas. E eu acho que se devia ter, quando se começou a estudar agora, com esta crise, com este impacto, com estas coisas todas, devia-se ter começado a pensar como é que a economia portuguesa se podia deixar de basear tanto na construção civil – por isso é que fazem a *reabilitação*, porque já há casas a mais!... Agora já há casas a mais, novas, de luxo! E sobretudo para estrangeiros. Deixar de ser a construção e por isso é que agora é mais *reabilitação*, vamos reabilitar o que já está [construído], porque novas já temos muitas, (...) e sobretudo apostar no mercado do arrendamento! Porque isso permite uma maior mobilidade às pessoas (...), aqui e acolá, até é uma maneira de se desertificar menos o interior do país, porque se houver mercado e se se puderem deslocar facilmente, o médico pode ir para o interior, um Professor, um Arquiteto, (...) facilmente arranja um sítio onde morar e não estar preso a uma casa que tem aqui noutro sítio e acho, portanto, que a habitação e a construção civil se deviam abrir (...), devia-se apostar nisto. Agora também está aqui uma zona para Lisboa que, eu sei lá, a gente pode sempre fazer uma coisa: deitar tudo abaixo e construir/fazer tudo de novo! Pronto!...

AN: Pode ser uma solução, não é? [risos] Exato. Porquê preservar aquilo que já não é utilizável?

JAV: Pode fazer. Eh!... Pode-se fazer? Pois, não sei! Eu, pessoalmente, acho que há coisas interessantes – estou a falar as azinhagas e mesmo sem serem azinhagas, há ruas, onde a gente passeia e coisas assim, que não vale a pena, porque é mais interessante manter uma tradição e fazer coisas, sei lá... Por exemplo, a ligação à... Agora já não se tem discutido tanto. Houve aí uns anos em que se discutiu muito quando foi a ampliação do cais em Alcântara, por causa dos contentores, em que se discutiu muito a questão da ligação da cidade ao rio, porque os lisboetas não tinham ligação ao rio, por causa do porto e era preciso ampliar o porto!... Eu acho que é uma discussão um bocado parva, porque Lisboa existe por causa do seu porto!

AN: Exato! Existe essa ligação, claro...

JAV: O porto de Lisboa é muito importante, mas só que os lisboetas podiam-se aproveitar muito mais do porto! Eu acho que é muito engraçado estar a assistir à atividade portuária! Ainda para mais, nós temos o porto junto ao rio mas temos encostas mesmo junto ao porto. Nós com a ideia das encostas, fizemos umas pracetas por cima do porto, onde temos restaurantes, onde temos, estamos ali a ver a atividade portuária, até era para podermos aproveitar tudo de uma maneira de diferente daquela que estava (...). Por exemplo, outra; e além disso, há muitos (...) que se pode gastar dinheiro à vontade! Que se pode gastar dinheiro à vontade e que não é preciso pensar na rentabilidade das coisas na (...). Por exemplo, discutiu-se muito quando foi, quando se resolveu o porto de Lisboa, mudar o Terminal de Cruzeiros em Santa Apolónia. Porque, portanto há ali o bairro por trás, o Bairro de Alfama. Ora bom, por um lado, pessoas que para o Bairro de Alfama rio. E claro que, a pessoa que está em Alfama, está a ver o rio, (...) só que, os barcos de cruzeiro, vêm, e quanto mais tempo ficarem, mais as pessoas gastam aqui em Lisboa, ao passo que outros não! Os outros - os de mercadorias -, quanto mais depressa forem embora, mais rendem, por isso devem ficar o mais próximo possível da foz! Porque têm de percorrer menos percurso no rio Tejo! Portanto, está muito bem localizado porque é no sítio mais afastado da foz e quanto mais próximo da foz, é o porto de mercadorias, é o porto comercial, de mercadorias!... Mas muita gente, contra, achava que devia ser lá para Alcântara, para onde está a ponte, querem lá saber para onde se dava a expansão portuária!... Mas é por causa disto/coisas destas que nós estamos, porque ninguém se preocupa muito com estas questões de retroatividade...

AN: Pois, exato! Parece que ao longo dos anos falta um planeamento e uma visão a longo prazo!... Não é? E da rentabilidade das coisas...

JAV: Abrangente, global... Não pensar só num determinado aspeto, mas ter em atenção a todos os aspetos que (...) em qualquer atividade.

AN: Pois, essa questão que o Arquiteto referiu, sobre a pessoa estar sentada e a ver a própria atividade portuária. E isso é interessante, a pessoa ver... Nós podemos partir do que existe, não é, e tirar partido!...

JAV: (..) ali à frente do Museu de Arte Antiga, é um edifíciozinho até engraçado, que muita gente está ali a ver a paisagem, a ver o porto e à volta, e coisas daquelas que depois se pode prolongar por cima do porto numa praceta, por cima do porto, até quase ao pé dos barcos! E dos guindastes!

AN: Eu acho – e isto é já uma questão mais pessoal -, mas eu acho que o porto de Lisboa (as suas estruturas, as próprias atividades) podem e devem ser consideradas também como “bens patrimoniais”, a preservar!... A cidade, se está, desde sempre ligada...

JAV: Claro, ao porto! Sobreviveu por causa do porto.

AN: Exato, surgiu precisamente por essa atividade e portanto, acho que...

JAV: É tradição!

AN: É tradição; já faz parte da história da cidade, não é?

JAV: Exatamente.

AN: E acho que essas atividades devem coexistir. Portanto, eu não concordo muito com este plano do Renzo Piano, etc., porque acho que vem quebrar muito com isso; é uma lógica nova, é a continuação da Expo '98...

JAV: (...) Aquilo era uma... Uma fábrica! Era a fábrica do Material de Guerra. E que tem um edifício que eles usaram, que é patrimonial, com estrutura de ferro e tijolo...

AN: A “Tabaqueira”, não é?

JAV: É, a “Tabaqueira”. E mesmo o edifício inicial que julgo que também eles puseram, o edifício principal que é tipo... – não sei se é um antigo palácio ou se é já... Tinha uma série de atividades, não sei se agora ainda há, acho que agora já não há...

AN: Acho que já não há; acho que aquilo já está abandonado...

JAV: Pois, havia uma série de coisas, fez-se uma série de atividade culturais naquele tempo e eu lembro-me que havia, na altura, que tinham iniciativas sociais e que eu achava que eram interessantes, mas pronto (...)

AN: Pronto, porque alegaram que naquela zona eram espaços devolutos, que eram espaços até expetantes; não é bem assim, porque já lá existiam estruturas antigas...

JAV: Mais tarde ou mais cedo, aquilo seria urbanizado!...

AN: Mas, lá está, se calhar de uma maneira diferente!...

JAV: Aquilo é, o objetivo é, foi fazer um urbanismo na base turístico!... Quase não integrado na cidade, mas mais ligado/a “praia do rio”! Portanto, uma “praia fluvial”...

AN: Pois, a ideia até é interessante!... Mas depois as consequências...

JAV: Mas não me parece que no centro de uma área metropolitana se possa estar agora a brincar com coisas assim destas!...

[risos]

Assim, para fazer coisas destas!...

AN: É assim, não é fácil; reconheço que não é fácil projetar para um sítio daqueles – ainda por cima, como o Arquiteto diz, e bem, “no centro da Área Metropolitana”. Essa é também uma das questões que me preocupa, que é: “como é que a zona ribeirinha oriental de Lisboa, hoje, poderá voltar a ser importante no seio da área metropolitana?”, porque esta cidade é uma “cidade de 2 margens”!... E portanto... E que já foi muito importante pela questão industrial e...

JAV: Eu não concordo... Com a “cidade das 2 margens”, também não concordo...

AN: Não concorda?

JAV: Não concordo com isso. Isso era uma ideia muito defendida pelo Fonseca Ferreira!

AN: Exatamente!

JAV: E mais! Por acaso até por um amigo meu, de transportes, que é o Fernando Nunes da Silva, que é um homem dos transportes, que também pensava que Lisboa era uma “cidade de 2 margens”, mas não é! [risos] A outra margem está muito longe! E nem queira saber a lutas

que eu tive por causa da ponte Vasco da Gama; esteve-se a estudar várias localizações (...) e então o Fonseca Ferreira batia-se muito por uma ponte que vinha bater aqui mesmo a Chelas...

AN: Ah, essa seria a nova... A Terceira Travessia do Tejo!

JAV: Seria a Terceira Travessia do Tejo; nunca abandonaram essa ideia, e porquê? Porque era uma maneira de urbanizar, de rentabilizar os terrenos do Ricardo Salgado da outra margem! [risos] Do BES e não sei que mais, tinham lá logo uma ponte, quiseram lá saber, é porque ainda para mais, a saída ia logo aqui para o Areeiro! Devia ser bonito! [risos] Devia ser bonito meter os carros todos aqui no Areeiro! [risos]

AN: Pois, isso não tinha escala para aguentar, creio eu...

JAV: Não. E então, era a tal “cidade das 2 margens”, porque, portanto, vamos ter que fazer pontes, e pronto, por isso é que defendiam essa ideia da “cidade das 2 margens”. Lembro-me que uma vez o... - não me lembro agora como é que se chama -, um Engenheiro de transportes que era/acho que é Catedrático no Técnico, acho que agora já não trabalha, acho que fez uma coisa internacional qualquer, que também acha que é um disparate (...). Bem, fez um estudo, a certa altura, de uma “cidade das 2 margens”. Uma “cidade de 2 margens” é uma cidade que, em qualquer altura, vai para uma dessas margens!

AN: Pois, isso não acontece aqui...

JAV: Não, pode acontecer! Quantas pontes é que era preciso construir para isso acontecer? [risos] Para que isso acontecesse? [risos] Mesmo assim, você tinha que fazer ilhas pelo meio que é para... Portanto, eu isso acho que a “cidade das 2 margens” também tem “água no bico”!... [risos] Aliás, quando muito, podia ser a “cidade das 2 margens” na parte final do rio, ali entre Almada e Alcântara, que já é relativamente próximo, mas temos também a atividade portuária. Eu nunca fui, mas tenho visto/tenho estudado um bocado ver se uma cidade parecida com Lisboa, neste aspeto, é Istambul!

AN: Ah! Eu nunca fui...

JAV: Eu também nunca fui a Istambul... Mas tenho estudado isso por questões que é de estar numa zona mais próxima, depois outra mais afastada... E nem aí, é “cidade de 2 margens”! [risos] Uma coisa é a margem de um lado, outra coisa é a margem do outro lado!

AN: Que, no nosso caso de Lisboa, ...

JAV: Lisboa tem o Mar da Palha que nunca mais acaba!

AN: E as próprias margens são muito diferentes! Não têm nada a ver (...)

JAV: Sim, porque (...) é uma zona industrial. Não quer dizer que não se possa desenvolver! Isso é uma coisa importante! Agora, a Margueira, onde estava a Lisnave, e essas coisas! De se fazer ali grandes, grandes!... Aliás, Almada tem muita... Muitos sítios - muito giros e muito bonitos!...

AN: Sim, tem muitas iniciativas [de reabilitação urbana]!...

JAV: ...E recuperadas e novas!... Pronto e podem fazer, podem fazer... Na Área Metropolitana de Lisboa podem haver vários pólos, interessantes! O que não quer dizer que seja a mesma cidade! Quer dizer, é na mesma área metropolitana, agora mas não é na mesma cidade!

AN: Pois, até porque, como o Arquiteto diz, no caso de Almada é um núcleo completamente diferente; não é Lisboa, é Almada! Esta ideia da cidade das duas margens parece-me que também surgiu muito...

JAV: Foi só para rentabilizar os terrenos do Salgado, mais nada!

AN: Mas parece-me que surgiu muito no início da década de 1990, posso estar enganada!...

JAV: Foi quando se começou a discutir... Sim! Foi na década de 1990, quando foi desativada a siderurgia, quando foi desativada a CUF [no Barreiro]... Portanto, quando foram desativadas todas aquelas zonas industriais imensas e que era preciso urbanizar! Para dar mais dinheiro, tem que se chegar depressa a Lisboa!

AN: Exatamente! [risos]

JAV: Agora está um bocado melhor, mas... Porque a área metropolitana de Lisboa tem deficiências de ligações viárias! Mas agora está muito melhor, porque no anel principal falta-lhe uma ponte, de facto, falta uma ponte, mas não é a ponte Chelas-Barreiro, porque isso é só por causa de outros terrenos! Nós temos uma circular que começa – a CRIL -, que começa em Algés, vai por ali fora e portanto depois vai para o Parque das Nações e para a Ponte Vasco da Gama e depois volta, vem por ali fora por aquela auto-estrada que vai ter a Almada!... Agora faltava a continuação até ligar de novo a Algés! Uma ponte ou um túnel para fazer a ligação, para completar o arco...

AN: Pois, a ligação só consegue fazer mesmo pela ponte 25 de Abril...

JAV: Não, para completar este arco! E depois há a ligação central que é a ponte 25 de Abril. Aliás, há o Plano feito pelo [Eng.º] Fonseca Ferreira, quando ele estava na CCDR, o Plano da Área Metropolitana de Lisboa!

AN: Sim, o PROT-AML.

JAV: Exatamente, o Plano Regional da Área Metropolitana de Lisboa. Foi esse meu amigo quem participou na parte dos transportes rodoviários, foi o Nunes da Silva (...), só que depois não aparece a ponte de Algés, mas aparece a ponte Chelas-Barreiro! E depois, ainda perguntei a uns Arquitetos, “Então mas vocês trabalharam nisto, porque é que?...”, “Epá, ali é que nem sequer se podia falar na outra [ponte]! Tinha que se por aquela para não ser...”, “Então, ouve lá, (...) depois aparece a outra?”, “Epá, não me pergunes a mim!...”. [risos]

AN: Pois, é complicado!... Eu consigo perceber que há aí uma série de intenções económicas...

JAV: (...) Isto é interessante, estas coisas todas, a pessoa conseguir-se mover no meio disto tudo, de tentar conciliar todas estas coisas, isto é que faz com que... Não é só a pessoa sentar-se e fazer um desenho; é muito mais!

AN: Mas isto é sempre uma questão estratégica, não é? Agora, quem está envolvido... Acaba sempre por “puxar a brasa à sua sardinha”!...

JAV: E são legítimos! Se a pessoa tem um terreno, quer valorizá-lo, como é evidente! [O problema é] se os interesses legítimos prejudicam outros! Portanto, temos que avaliar estas coisas todas não é? E não podemos ter fundamentalistas também, porque há... “Tem que ser assim e tem que ser assim!”, sobretudo Urbanistas, (...) [risos]. Pronto e depois não se faz nem metade! O urbanista em Portugal tem um defeito muito grande que é – eu também participei nisso! – é muito impositivo!

AN: Pois.

JAV: É muito impositivo e deixa pouca margem para iniciativas que podem até ser muito interessantes, que a gente nem sequer imaginou, mas não pode ser, porque “o plano não deixa”... Portanto...

AN: Mas isso acho que ainda vem muito do [sistema de planeamento do] Estado Novo também, se calhar os próprios planos urbanos são muito estáticos...

JAV: Não, eu acho que o urbanismo modernista era assim! Era o zonamento...

AN: Sim, o *zoning*! Era muito impositivo, sim... E nós ainda usamos isso, usamos esse instrumento fundamental [no planeamento urbano].

JAV: Pois, porque eu acho que cada vez se justifica menos ter zonas disto ou ter zonas daquilo. Não, as zonas devem ser multifuncionais! Têm é que ser compatíveis com... A pessoa não vai fazer uma atividade de oficina, que faz um barulho imenso, ao pé de uma habitação, portanto tem que haver determinadas regras, como é evidente! Mas não faz mal nenhum – como aqui, neste bairro -, há oficinas de automóveis, há isto, há aquilo, pronto, não há problema nenhum, quer dizer, há problema por acaso porque a oficina não tem sítio para os carros, mas se tivesse...

AN: Pronto, mas tem que haver essa [articulação]...

JAV: E também anima! Portanto, foi um erro do urbanismo modernista, portanto, a área habitacional, a área de trabalho, a área do turismo está morta, não há nada, na área de trabalho durante a noite também não há nada, portanto, e por isso é que não teve sucesso! Eu lembro-me, por exemplo, em Paris, nos anos 1950 e 1960, as pessoas com dinheiro preferiam ir para uma casa na zona antiga de Paris, na Ilha da Cité, do que ir para uma urbanização nova!

AN: Já na altura deviam ser zonas-dormitório...

JAV: Sim, e não é só isso, [as zonas antigas] têm uma determinada vida, a multifuncionalidade dá vida às áreas urbanas. Portanto, acho que já não se justifica muito os zonamentos... Tem é que se preservar áreas na cidade para equipamentos coletivos! E para outras coisas, para fazer desporto, isso aí não pode ser deixado um bocado ao acaso, senão a certa altura chegamos (...) e não temos nada disso!

AN: Sim, é para cumprir os próprios índices... Essa questão dos índices também é um bocadinho relativa, não é?

JAV: É muito impositivo! Depende; eu acho que mais do que o índice, digamos, o espírito da coisa, mas eu também não sei como é que se faz isso depois na prática, na prática como é que se fazia um regulamento, que não estamos muito habituados a fazer coisas destas, mas seria interessante até começar com um pequeno quarteirão, um bairrozinho, deixar mais liberdade e as coisas acontecerem... Mas também agora não vale a pena! Não há dinheiro para fazer nada, portanto!... [risos]

AN: Pois, agora ainda estamos numa altura complicada...

JAV: Não podemos fazer experiências urbanísticas... Mas temos exemplos na Europa. Eu acho que, eu sou muito de cultura francesa, e aliás, quando acabei o curso, eu fiz o curso [em Lisboa] e acabei-o no Porto, e depois estive dois anos em Paris a trabalhar com o Auzelle e com um outro Arquiteto que já...

AN: Sim, o Auzelle já tinha projetado lá no Porto!

JAV: Sim, já tinha feito o Plano do Porto. E depois com outro Arquiteto que foi famoso posteriormente, já faleceu, que era o Simoné, que aliás tem uma coisa muito gira que é o Museu de Picasso, num palácio antigo...

AN: Isso já era inovador, na altura!

JAV: Era, mas na altura ainda não era famoso, nem tinha feito isto. Mas aí, isto só para dizer que conheço um bocado o que é o urbanismo, a cultura urbanística francesa, mais a prática urbanística francesa. E eles têm uma coisa que é a “concertação”. É um urbanismo mais concertado, com os promotores e as entidades e as pessoas, portanto, tudo isso antes de fazer a... Eles até lhe chamam, agora já não me lembro, aliás, uma vez escrevi um artigo sobre isso, havia uma revista – que já acabou – que se chamava “Sociedade e Território”...

AN: Ah, sim! Eu tenho alguns exemplares.

JAV: Pronto, a “Sociedade e Território” era uma cooperativa que – aliás, era liderada pelo Fonseca Ferreira -, que publicava a revista “Sociedade e Território”. E houve uma vez, e eu publiquei dois artigos em duas dessas revistas, e houve uma altura em que eu (...) um congresso internacional, de uma instituição francesa, que publicou o seu número em francês! E eu escrevi um artigo sobre – isso já tem uns anos, é um artigo dos anos 1990 ou 1980, já nem me lembro -, que era “O urbanismo mais concertado do que planeado”!... Acho que chamava-se assim o título do artigo.

AN: Tenho que procurar.

JAV: Eu tenho-o, mas não sei onde é que está! Tenho aí montes de livros...

AN: Pois, mas é uma questão interessante, mais do que planear e cumprir índices, é concertar os interesses...

JAV: Pronto, é uma questão de ver, até pode ser que fique muito bem, sei lá! E mais, eu sou apologista da densificação urbana! Porque a densificação urbana é que permite a concentração, permite ter atividades paralelas que não tinha, portanto, digamos, atividades culturais; a ópera pressupõe que à volta exista uma concentração muito grande, há atividades que pressupõem que próximo haja muita gente! Portanto, a concentração não faz mal nenhum, faz muito bem às cidades!

AN: Traz vantagens, não é?

JAV: Agora, não pode ser é como é em Lisboa, em que não há transportes públicos, depois anda tudo de automóvel!... Lisboa neste momento é uma cidade que tem um problema muito grave que é o problema dos transportes públicos, dos transportes públicos e privados. Transportes públicos praticamente não existem, e, ainda para mais, eu não sei como vão resolver, porque devem tanto dinheiro que não sei como é que vão conseguir pagar aquilo!...

AN: Eu acho que já é uma dívida “virtual”, quase... Se calhar nunca vão conseguir pagar!

JAV: Pronto, está bem, mas então pronto, fica aquilo como se fosse o “Banco Mau” o transporte público, e agora um “Banco novo”, mas quer dizer, o transporte público, atenção, é deficitário, para que seja bom, é deficitário. Em Lisboa, é pago pelo Governo e pago pela Câmara [Municipal] também – porque é a capital -, nas outras cidades são as Câmaras que pagam, mas portanto, a Câmara tem que ter, no seu orçamento anual, um tanto que é para compensar o défice do transporte público. Eu lembro-me de que uma vez numa conferência com o Presidente da Câmara de Paris – já não me lembro qual era -, que ele disse “Sim, sim, tem que ser assim!”, ele achava que também não pode ser deficitário à maluca, ele achava que se tivesse um prejuízo até 50% dos emolumentos, pronto, seria normal e portanto a Câmara teria que pagar, portanto, esse... Porque isso traz depois outras compensações: no trabalho, menos tempo de deslocação casa-trabalho, portanto, tudo isso acaba por rentabilizar muito mais o trabalho que depois é compensado até para a própria Câmara noutras coisas: impostos, coisas do género... Mas o que acontece aqui é que as Câmaras – por exemplo, Lisboa não pagava nada! E portanto continuava a dever, não sei quanto é que a Câmara deve... Nem é a Câmara, é o Governo! E aqui os transportes são do Governo. E acho que não pagava nada, portanto, iam pedir empréstimos aos bancos, pronto, e agora ficam a dever, com aquele prejuízo todo! É uma situação complicada, é o estrangulamento da cidade de Lisboa é este. É os transportes públicos. (...) começam a pensar no Metro! Isto é um disparate; o Metro é um dos transportes públicos mais caro que existe. Apesar de ser caro ou mais barato são os autocarros. Autocarros elétricos, coisas assim do género, por exemplo, em Coimbra é muito bom mas também acabaram/estão a acabar com os Trolley’s...

AN: Os Trolley's ainda existem mas há muitos problemas, depois há carros que estão mal estacionados, depois não podem passar...

JAV: Isso pressupõe uma... Eu lembro-me que uma vez, em Barcelona – não sei se é verdade, se não, contaram-me, eu depois não tive a preocupação de investigar se é verdade, se não -, porque a Câmara tinha contratado uma ou várias empresas para retirar os carros mal estacionados para depois levá-los para um sítio qualquer, para rebocar os carros... Então pagava à peça, quer dizer, quanto mais... [risos] (...) Então, era raro o carro que estava mal estacionado! Já sabiam que cinco minutos depois já lá estava um a multar/rebocar... (...)

JAV: Eu comecei o curso em Lisboa e acabei no Porto. O meu primeiro patrão foi o Viana de Lima (...)

AN: (...) Eu acho incrível é que, como é que em pouco tempo, durante a Presidência do Jorge Sampaio, como é que foi feito tanto trabalho neste sentido?

JAV: Sim, sim, foi um trabalho acompanhado pelo [Eng.º] Fonseca Ferreira – que é um homem trabalhador...

AN: (...) Este é um documento da DPE. Coordenação do Eng.º Fonseca Ferreira, cá está! Pois, eu acho que o Eng.º Fonseca Ferreira tem muita capacidade e tem pragmatismo...

JAV: É, ele tem uma capacidade de trabalho grande!

AN: E ele é um estratega. Ele pensa sempre pelo ponto de vista da estratégia. E isso é muito importante também. Ah, este Plano é do Arq.º Gonçalo Byrne, da Ajuda. Em 1990, Jorge Sampaio assumiu (...). De 1990 a 1994 fez-se mais coisas, se calhar, do que...

JAV: Sim, sim...

AN: Este “Inquérito ao edificado” também não conhecia; é um trabalho interessante e útil!

JAV: Este foi encomendado a um Arquiteto...

AN: Exato, este foi encomendado. É útil na medida em que, se for utilizado de uma forma [prática]... Enfim... Pois, depois tem a Planta e depois tem o próprio Inquérito...

JAV: Este era o 1º volume, eram 4 volumes! Não sei se tenho todos. Depois tem as fotografias das casas...

AN: Pois, isso foi um trabalho exaustivo, não é?

JAV: Pois, mas foi pago! Foi um gabinete exterior que fez isto.

AN: Só que depois é aquela questão também; é um trabalho exaustivo e depois, se não for utilizado na altura, não serve para nada porque as coisas mudam muito rapidamente.

JAV: Para nós teve pouca [utilidade]... Não quer dizer que para outros casos tivesse pouca importância, mas para nós teve pouca utilidade.

AN: Pois, mas é um levantamento muito completo... Depois estas coisas demoram tanto tempo, não é, têm um intervalo temporal às vezes tão grande que o próprio edificado muda, ou algum edifício que acaba por ser demolido ou outro acaba por ruir... Depois isto precisa de uma atualização constante.

JAV: Esse é dos tais que pode pedir à Câmara [Municipal de Lisboa].

AN: Este plano é de 2006 e foi depois recuperado em 2008. Este documento é interessante para perceber que o plano era abstrato mas ficou depois ainda mais abstrato porque é por zonas... É uma abordagem diferente. (...)
Obrigado, Arquiteto! Até à próxima.

FIM (02:00:10)

B. LISTAGEM DE PUBLICAÇÕES DA CANDIDATA

▪ **Publicações / Comunicações** (2009 – 2017)

NEVADO, A., 2009. *O Caso do Metro do Porto: Um olhar crítico sobre as transformações urbanas e o papel das Infra-estruturas na cidade contemporânea*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL. Lisboa: ISCTE-IUL.

NEVADO, A. 2011. The case of Oporto's Metro: a critical look at the urban transformations and the role of infrastructure in the contemporary city. In: *Fragile Conference/Book of Abstracts – International Student Conference 2011* (Minute). Abstract. Avaliação: *Peer Review*. Brussels & Ghent: Sint-Lucas Architectuur.

Abstract

NEVADO, A., 2013. Lógicas Contemporâneas da Internacionalização. In: *Boletim dos Arquitetos - Internacionalização (Call for Papers)*, Número 229, Janeiro 2013, Ano XX, pp. 25-26. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Artigo em revista (s/ arbitragem científica)

NEVADO, A., 2013. Lisbon's Riverside: from the sensorial desire to artifice. In: *Sensing the City: Ethnographic approach*, Fevereiro 2013. Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: ICS-UL.

Abstract / Comunicação (20 minutos)

NEVADO, A., 2013. Lisbon's riverfront area: urban regeneration in (un)needed territories. In: *Media City – Spetacular/Ordinary/Contested*. 15-17 Maio 2013. Avaliação: *Peer Review*. Helsinki: Helsinki Collegium for Advanced Studies.

Abstract / Paper / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2013. Oporto's Metro: exploring strategies of Mobility and Urban Regeneration. In: *6th CITTA Conference "Responsive Transports for Smart Mobility"*. Abstract and Full Paper on the 6th CITTA eletronic proceedings. Avaliação: *Peer Review*. Coimbra: FEUP. 17 Maio 2013.

Abstract / Paper / Presentation (Power Point)

NEVADO, A., 2013. (Re)generating the city: from the inside to the outside. In: *"Changing Cities": Spatial, morphological, formal and socio-economic dimensions*. 18-21 Junho 2013. Avaliação: *Peer Review*. Skiathos Island: University of Thessaly – Lab of Urban Morphology. ISBN 978-960-6865-65-7.

Abstract / Paper / Poster

NEVADO, A., 2013. Crisis and uncertainty: urban regeneration in Lisbon's Eastern waterfront. In: *Cascais Urban 2013 - X Biennial of European Towns and Town Planners - New Paradigms, Challenges and Opportunities of European Cities* (Call for Papers). 19-21 Setembro 2013. Avaliação: *Peer Review*. Abstract and full Paper. Cascais/Centro de Congressos do Estoril: Cascais Urban 2013.

Resumo / Artigo / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2013. Planear, Gerir, regenerar: um olhar crítico sobre a evolução das políticas públicas em Lisboa. In: *Boletim dos Arquitetos – Política Pública de Arquitetura* (Call for Papers), Número 231, Setembro 2013, Ano XX, pp. 19-20. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Artigo em revista (s/ arbitragem científica)

NEVADO, A., 2013. *Planos Diretores Municipais de Lisboa: (des)atualização, revisão e regeneração urbana*. In: *Lisboa 2013: City and Space*, 10 outubro 2013, Atas da Conferência e e-Book. Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: CEHC-IUL / ISCTE-IUL.

Resumo / Artigo / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2013. The web of urban policies: a critical look on urban regeneration in Lisbon in times of crisis. In: *AESOP /Planning Conflict Research Conference - Cities and Citizenship in times of Crisis*, 9-11 outubro 2013. Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: ICS-UL.

Abstract / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2014. The role of municipality in urban regeneration: the case of Lisbon's Eastern waterfront. In: *ISUF 2014 – Our Common future in Urban Morphology. 21st International Seminar on Urban Form*. 3-6 Julho 2014. Conference Proceedings. Avaliação: *Peer Review*. Porto: FEUP. ISBN 978-972-99101-5-9

Abstract / Paper / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2014. Planeamento e gestão urbana municipal: (re)projetar a frente ribeirinha oriental de Lisboa. In: *PLURIS '14 – (re)inventar a cidade em tempos de mudança*. 24-26 Setembro 2014. Atas da Conferência. Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: FAUTL/UFSCAR/USP/FCG. ISBN 978-989-99150-1-5

Resumo / Artigo / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2014. Inovação e criatividade: o caso das iHub's na regeneração urbana de áreas suburbanas e pós-industriais na AML na contemporaneidade. In: *Seminário Internacional – Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas (SIPCUAM), Almada 2014 – Revitalização dos Espaços Pós-suburbanos*; Sessão Temática: Processos de inovação e criatividade na revitalização do espaço pós-suburbano. 6-7 Novembro 2014. Avaliação: *Peer Review*. Almada: ISCSP-CAPPI/ FAUTL-CIAUD/Câmara Municipal de Almada.

Resumo / Artigo / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2014. (Re)composing and articulating hybrid territories: urban regeneration of eastern waterfront of Lisbon. In *EURAU2014: European Union Research in Architecture and Urban design: Composite Cities*. EURAU 2014 Abstract Book & Program. 12th-14th November 2014. Avaliação: *Peer Review*. Istanbul: Istanbul Technical University. ISBN 978-975-561-451-9

Abstract

NEVADO, A., 2014. (Re)composing and articulating hybrid territories: urban regeneration of eastern waterfront of Lisbon. In: *EURAU2014: European Union Research in Architecture and Urban design: Composite Cities*. Full Paper/Digital proceedings (EURAU 2014 ISBN coded documents). 12th-14th November 2014. Avaliação: *Peer Review*. Istanbul: Istanbul Technical University. ISBN 978-975-561-452-6

Abstract / Paper

NEVADO, A., 2014. Planos Diretores Municipais de Lisboa: (des)atualização, revisão e regeneração urbana. In: *Cidade e Espaço / City and Space* (Org.: Pinheiro, Magda; Vaz, Cecília). Suporte eletrónico (e-Book). Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: Centro Estudos História Contemporânea Portuguesa. ISBN 978-989-98499-9-0

Artigo (e-Book)

NEVADO, A., 2015. Urban regeneration on post-industrial areas: the case of the Eastern waterfront area of Lisbon. In "9th Annual Conference of the International Academic Association for Planning Law and Property Rights". Participation via Abstract. Publication on the Conference Proceedings (Book of Abstracts, pp. 91-92). 25-27 February 2015. Avaliação: *Peer Review*. Volos, Greece. Thessaly: Department of Planning and Regional Development of the University of Thessaly.

Abstract

NEVADO, A., 2015. Política Habitacional. O passado é o futuro: a regeneração urbana como estratégia e instrumento. In: *Revista arq/a - Arquitetura e Arte. Tema: "Portugal Habitacional"* (Call For Papers #117), Março 2015, pp. 98-101. Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: Futurmagazine.

Resumo / Artigo em revista

NEVADO, A., 2015. Planeamento e gestão urbana municipal: regeneração urbana da frente ribeirinha oriental de Lisboa. In: *UR Cadernos FA / UL / (re)Inventar a Cidade em Tempos de Mudança*, 8, Junho 2015, pp. 114-123. Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: FA-UL. ISSN: 1645-2844

Artigo em revista científica / Seleção "Melhores trabalhos - PLURIS'14"; Revista FA-UL

NEVADO, A., 2015. Regeneração urbana: passado, presente e futuro da zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: *Workshop DINÂMIA'CET-IUL - Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais Contemporâneas I, Linha Temática "Cidades e Territórios"* (02 e 03 de Junho de 2015). Artigo e Comunicação (02 de Junho de 2016). Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Resumo / Working Paper / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2015. Resilience as an urban regeneration and management process: the case of the Eastern waterfront area of Lisbon. In: *2nd International Conference "Changing Cities: Spatial, Design, Landscape & Socio-economic Dimensions"*, Porto Heli, Peloponnese, Greece, 22-26 June 2015. Abstract, Full Paper and Poster. Avaliação: *Peer Review*. Porto Heli, Peloponnese: Urban Morphology Lab.

Abstract / Paper / Poster

NEVADO, A., 2015. Do global ao local. Breve reflexão sobre regeneração urbana. In: *Revista arq/a - Arquitetura e Arte. Tema: "Aproximações Locais"* (Call For Papers #119), Julho 2015, pp. 94-97. Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: Futurmagine. ISSN 1647-077X

Resumo / Artigo em revista

NEVADO, A., 2015. Passado, presente e futuro: regeneração urbana na zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: *Configuração Urbana e os Desafios da Urbanidade - 4ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*. 25-26 Junho 2015. Abstract and Full Paper on the Conference Proceedings. Avaliação: *Peer Review*. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

Resumo / Artigo

NEVADO, A., 2015. Urban planning, management and regeneration: the case of the Eastern waterfront area of Lisbon. In: *AESOP/CITTA 8th Annual Conference on Planning Research*. 24-25 Setembro 2015. Abstract and Full Paper on the 8th CITTA electronic proceedings. Avaliação: *Peer Review*. Porto: FEUP.

Abstract / Paper

NEVADO, A., 2015. História e memória: instrumentos prospetivos de regeneração urbana na zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: *1º Encontro e Prospetiva - "Pensar o Futuro, Preparar a Mudança"*, Painel: Prospetiva e Sociedade, Resumo/Atas da Conferência. 11 Setembro 2015. Avaliação: *Peer Review*. Évora: Universidade de Évora.

Resumo

NEVADO, A., 2015. The Eastern waterfront area of Lisbon: progress, decline and regeneration. In: *Joelho #06 - A questão do Património/The Built Heritage Debate*, Paper (Peer Review Process), pp. 146-152. ISSN 1647-9548 (Versão impressa) / ISSN 1647-8681 (Versão eletrónica). Disponível em: <http://impatum-journals.uc.pt/index.php/joelho/article/view/2438/1792>

Artigo em revista científica

NEVADO, A., 2016. Entre o passado e o futuro: temporalidades, território(s) e regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: *LISBOA XXI - Minha Querida Lisboa* (5º Ciclo de Conferências), Coordenação Científica: Professora Doutora Paula André. 14 de abril de 2016. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, ISCTE-IUL, FCT.

Resumo / Comunicação (30 minutos)

NEVADO, A., André, P., 2016. Entre o passado e o futuro: temporalidades, território(s) e regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa. In *Colóquio "Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos" - Aula(s) Aberta(s)*. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL/ISCTE-IUL.

Artigo (no prelo) / Comunicação (CIUL, 30.05.2015; 15 minutos)

NEVADO, A., 2016. Regeneração urbana na zona ribeirinha oriental de Lisboa: perspetivando o futuro. In *III Congresso Internacional sobre Património Industrial - "Reutilização de sítios industriais: um desafio para a conservação patrimonial"*. 17-19 Junho 2016. Artigo e Comunicação (17 Junho 2016). Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Resumo / Artigo / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2016. Património e conservação integrada nos processos de regeneração urbana: o caso da zona ribeirinha oriental de Lisboa. In *Workshop DINÂMIA'CET-IUL - Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais Contemporâneas II*, Linha Temática "Cidades e Territórios"(24 e 27 de Junho de 2016). Artigo e Comunicação (24 de Junho de 2016). Avaliação: *Peer Review*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Resumo / Working Paper / Comunicação (15 minutos)

NEVADO, A., 2016. From progress to resiliency: the evolution and regeneration of the Eastern waterfront area of Lisbon. In: *23rd International Seminar on Urban Form (ISUF) 2016*. 9-10 Julho 2016. Abstract and Full Paper in the Conference Proceedings. Avaliação: *Peer Review*. Nanjing, China: ISUF 2016.

Abstract / Paper

NEVADO, A., 2016. Regeneração e re-funcionalização. Perspetivando o futuro do(s) território(s) ribeirinho(s) de Lisboa. In: *PNUM 2016 - 5ª conferência internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*. 15-16 Julho 2016. Participação via Resumo/Artigo; Atas da Conferência. Avaliação: *Peer Review*. Universidade do Minho. Disponível em: <http://193.136.14.37/Atas%20PNUM%202016.pdf>

Resumo / Artigo

NEVADO, A., 2016. Urban regeneration on the Eastern waterfront area of Lisbon: Heritage as a future challenge. In: *EURAU 2016 - European Symposium on Research in Architecture and Urban Design - "In Between Scales"*, Ion Mincu University of Architecture and Urbanism of Bucharest, Romania, 28-30 September 2016. Conference Proceedings. Participation via Abstract and Paper. Avaliação: *Peer Review*. Bucharest: EURAU 2016/UAUIM. Disponível em: <http://eurau2016.uauim.ro/dld/EURAU2016%20Proceedings.pdf>

Abstract / Paper

NEVADO, A., 2016. Do território ao património: regeneração urbana da zona ribeirinha de Lisboa. In: *PLURIS 2016 - Contraste, Contradições, Complexidades. Desafios urbanos no século XXI. 7º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*, 05-07 Outubro 2016, Maceió-Alagoas, Jatiúca Hotel & Resort. Sessão temática: "Planeamento urbano sustentável". (Participação via Resumo/Artigo). Avaliação: *Peer Review*. Maceió, Jatiúca, Brasil: PLURIS 2016/Universidade Federal de Alagoas.

Resumo / Artigo

NEVADO, A., 2017. Rememorar a cidade: zonas ribeirinhas de Lisboa como palimpsestos?. In: *PNUM 2017 – Morfologia Urbana: Território, Paisagem e Planeamento*. 24-25 Agosto 2017. Vitória, Brasil. Participação via Resumo/Artigo; Atas da Conferência (Eixo temático: TEMA 3 - História urbana e património material / imaterial: legados; permanências; transformações.). Avaliação: *Peer Review*. Rede Lusófona de Morfologia Urbana/ISUF.

Resumo / Artigo

▪ **Participação como oradora convidada:**

NEVADO, A., 2016. Entre o passado e o futuro: temporalidades, território(s) e regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa. In: *LISBOA XXI - Minha Querida Lisboa (5º Ciclo de Conferências)*, Coordenação Científica: Professora Doutora Paula André. 14 de abril de 2016. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, ISCTE-IUL, FCT.

